UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FELIPE FERRARI DA COSTA

"*São Paulo é essa locomotiva*": interfaces entre agricultura e indústria e a afirmação hegemônica de frações dirigentes do agronegócio paulista

CAMPINAS
2024

FELIPE FERRARI DA COSTA

"*São Paulo é essa locomotiva*": interfaces entre agricultura e indústria e a afirmação hegemônica de frações dirigentes do agronegócio paulista

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Marilda Aparecida de Menezes

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO FELIPE FERRARI DA COSTA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. MARILDA APARECIDA DE MENEZES

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

C823s

Costa, Felipe Ferrari da, 1991-
"São Paulo é essa locomotiva" : interfaces entre agricultura e indústria e a afirmação hegemônica de frações dirigentes do agronegócio paulista / Felipe Ferrari da Costa. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Marilda Aparecida de Menezes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sociedade Rural Brasileira. 2. Elites (Ciências sociais). 3. Agroindústria. I. Menezes, Marilda Aparecida de, 1956-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: "São Paulo is this locomotive" : interfaces between agriculture and industry and the hegemonic assertion of leading fractions of São Paulo agribusiness
Palavras-chave em inglês:
Elite (Social sciences)
Agricultural industries
Área de concentração: Ciências Sociais
Titulação: Doutor em Ciências Sociais
Banca examinadora:
Marilda Aparecida de Menezes [Orientador]
Thais Tartalha do Nascimento Lombardi
Marcos Botton Piccin
Regina Angela Landim Bruno
Caio Pompeia Ribeiro Neto
Data de defesa: 29-05-2024
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-4356-3220
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/3457771500771664

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 29 de maio de 2024, considerou o candidato Felipe Ferrari da Costa aprovado.

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes

Profa. Dra. Thais Tartalha do Nascimento Lombardi

Prof. Dr. Marcos Botton Piccin

Profa. Dra. Regina Angela Landim Bruno

Prof. Dr. Caio Pompeia Ribeiro Neto

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Agradecimentos

A escrita de uma tese de doutorado passa por um caminho longo, árduo, às vezes, solitário, mas repleto de aprendizados. Eu não teria chegado até aqui sem o apoio de diversas pessoas e instituições, que contribuíram, de diferentes maneiras, ao longo de toda esta trajetória.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à Unicamp, pela riqueza de tudo que vivi nesta universidade.

À Marilda Menezes, minha orientadora, pela interlocução acadêmica atenta e dedica, pelo apoio, pela generosidade e pelas liberdades de escolha ao longo da pesquisa.

Aos membros da banca, Regina Bruno, Caio Pompeia, Marcos Piccin e Thais Tartalha, pela leitura atenta ao texto e pelas contribuições generosas prestadas na avaliação deste trabalho e em diversos momentos de seu desenvolvimento. Também sou grato à Nashieli Loera, que participou da banca de qualificação de tese e ofereceu contribuições imprescindíveis à pesquisa. Igualmente, sou grato à Leonilde Medeiros, Maria Aparecida de Moraes e Vanilde Esquerdo, por terem aceitado participar como suplentes da banca.

Aos professores e professoras da Unicamp com quem cursei disciplinas ao longo do doutorado, todas fundamentais para minha formação teórica e para o amadurecimento dos olhares em relação à pesquisa: Nashieli Loera, Marilda Menezes, Sávio Cavalcante, Emilia Pietrafesa de Godoi, Isadora Lins França, José Maurício Arruti e Lucia da Costa Ferreira.

Ao chão da escola pública brasileira, que me abriu todos os caminhos da vida, como estudante, e me ensinou tanto, como professor.

Aos colegas professores e a todos os alunos de Sociologia que passaram – e ficaram – por minhas aulas.

Aos estudantes e mestres do curso de alfabetização de adultos do Movimento de Cultura e Educação Popular Vila Soma, umas das experiências mais enriquecedoras de educação que tive a oportunidade de viver, entre 2019 e 2021.

Aliás, da sala de aula carrego todas as influências, que dão o tom de cada linha dessa tese.

Agradeço também ao Mateus e à Júlia, pelas conversas sobre filosofia e artes, pelas peças de teatro, pelas músicas compartilhadas.

Sou grato à Pâmela e ao Pedro, daqueles bons interlocutores que encontramos na vida.

Ao Fenner, amigo de todas as horas.

Ao Marcelo Rauber, pela amizade e diálogo constante no tema das classes dominantes do campo.

Aos meus pais, Teresinha e Luis, por todo o apoio para que eu pudesse estudar.

À Sol, por me mostrar que essa palavra é ainda mais bela no feminino.

RESUMO

Esta tese analisa a ação política das elites rurais e agroindustriais paulistas, tendo como objetivo compreender como suas frações dominantes buscam afirmar seu protagonismo internamente ao projeto do agronegócio no Brasil, se projetando, assim, como direção moral e intelectual da classe ao longo do tempo. Esse trabalho é composto por olhares às trajetórias individuais de determinados agentes, representantes patronais, considerados centrais nessa figuração, e as organizações coletivas de que fazem parte ao longo do tempo. Trata-se de um estudo de longa duração, pois o marco temporal de análise tem início em 1919, quando é criada a Sociedade Rural Brasileira (SRB), e se estende até a primeira década do século 21, quando a Federação das Industriais do Estado de São Paulo (Fiesp) organiza seu Conselho Superior de Agronegócio (Cosag), passando a ocupar um espaço de grande importância na organização política do agronegócio nacionalmente. A construção de imagem a respeito de um protagonismo de São Paulo, e de suas elites rurais e agroindustriais, no desenvolvimento nacional é dado que atravessa a análise que foi desenvolvida aqui. Esse processo está presente desde o cenário analisado na primeira metade do século 20, quando da criação da Sociedade Rural Brasileira, aparece como identidade e discurso através do qual as famílias e linhagens aqui analisadas se auto representam, é elemento de legitimação em seu apoio ao golpe civil-militar de 1964, lhes ajuda a controlar a política de Estado em esfera local, aparece em sua atuação em torno do cooperativismo rural a partir da década de 1970, está presente na conjuntura política da Nova República e estrutura novas formas de representação política pelo agronegócio em contexto recente.

Palavras Chave: Sociedade Rural Brasileira; Elites (Ciências sociais); Agroindústria

ABSTRACT

This thesis analyzes the political action of São Paulo's rural and agroindustrial elites, aiming to understand how their dominant fractions seek to assert their protagonism internally in the agribusiness Project in Brazil, thus projecting themselves as the moral and intelectual direction of the class over time. This work consists of looks at the individual trajectories of certain agentes, employer representatives, considered central in this figuration, and the collective organizations of which they are part over time. This is a long-term study, as the time frame for analysis begins in 1919, when the Brazilian Rural Society (SRB) was created, and extends until the first decade of the 21st century, when the Federation of State Industries of São Paulo (Fiesp) organizes its Superior Agribusiness Council (Cosag), now occupying a space of great importance in the political organization of agribusiness nationally. The construction of an image regarding the leading role of São Paulo, and its rural and agro-industrial elites, in national development is data that permeates the analysis that was development here. This process has been present since the scenario analyzed in the first half of the 20th century, when the Brazilian Rural Society was created, it appears as an identity and discourse through which the families and lineages analyzed here represent themselves, it is an element of legitimization in their support for the coup civil-military of 1964, helps them control State policy at the local level, appears in their action around rural cooperativism from the 1970s onwards, is present in the political situation of the New Republic and structures new forms of political representation by abribusiness in a recent context.

Key words: Brazilian Rural Society; Elite (Social Science); Agricultural industries

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos municípios, das regiões administrativas e metropolitanas do estado de São Paulo 24

Figura 2 - Mapa dos polos de desenvolvimento regional do estado de São Paulo 25

Figura 3 - As bandeiras do Brasil e do estado de São Paulo no Auditório da sede da Sociedade Rural Brasileira 45

Figura 4 - Retrato em homenagem a Eduardo da Fonseca Cotching na sede da Sociedade Rural Brasileira 46

Figura 5 - Sala de entrada da sede atual da Sociedade Rural Brasileira 47

Figura 6 - Busto em homenagem a Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde de Pinhal, na sede da Sociedade Rural Brasileira 50

Figura 7 - Busto em homenagem ao Conselheiro Antonio da Silva Prado na sede da Sociedade Rural Brasileira 62

Figura 8 - Retrato em homenagem a Eduardo da Silva Prates, o Conde de Prates, na sede da Sociedade Rural Brasileira 64

Figura 9 - Retrato em homenagem a Paulo de Moraes Barros na sede da Sociedade Rural Brasileira 72

Figura 10 - Retrato em homenagem a Gabriel Ribeiro dos Santos na sede da Sociedade Rural Brasileira 80

Figura 11 - Fazenda Santa Isabel 109

Figura 12 - Retrato em homenagem a Roberto Rodrigues na sede da Sociedade Rural Brasileira 110

Figura 13 - Genealogia da família Rodrigues 114

Figura 14 - Genealogia da família Ometto 120

Figura 15 – Paulo de Araújo Rodrigues (à direita), ao lado do apresentador do programa Nossas Raízes (à esquerda), apresentando a plantação de cana da Fazenda Santa Isabel 130

Figura 16 - Mapa da Microrregião de Limeira 150

Figura 17 - Retrato de Antonio José Rodrigues Filho, como prefeito de Guariba 155

Figura 18 - Genealogia da família Sampaio 160

Figura 19 - Mapa demonstrando a localização de Piracicaba no estado de São Paulo 198

Figura 20 - Busto em homenagem a Luiz de Queiroz no campus da Esalq 201

Figura 21 - Busto em homenagem a Luiz de Queiroz no Museu "Luiz de Queiroz" 202

Figura 22 – Estátua em tamanho natural em homenagem a Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz, na parte externa do Museu "Luiz de Queiroz" 203

Figura 23 - secretária de Agricultura de São Paulo (centro) ao lado do então governador do estado, Geraldo Alckmin (à direita) 258

Figura 24 - Da esq. p/ dir.: Paulo Skaf (então presidente da Fiesp); Hamilton Mourão (então vice-presidente da República) 270

Figura 25 - Da esq. p/ dir.: Roberto Rodrigues (ex-presidente do Cosag); Tereza Cristina (então ministra da Agricultura); Rafael Cervone (presidente do Ciesp); e Jacyr Costa (presidente do Cosag) 270

Figura 26 - Reunião comemorativa dos 10 anos do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp 282

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ministros da Agricultura formados ou docentes da Esalq 207

Tabela 2 - Secretários de Agricultura do estado de São Paulo formados na Esalq 208

Tabela 3 - Integrantes da diretoria do Cosag/Fiesp 294

SUMÁRIO

Introdução 14

Capítulo 1: "*Um farol para o Brasil*": a criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB) 36
Primeira gestão (1919-1920) 63
Segunda gestão (1921-1922) 71
Terceira gestão (1923-1924) 80
Quarta gestão (1925-1926) 86
Quinta gestão (1927-1928) 90

Capítulo 2: Crise econômica, transições produtivas e reclassificações sociais das famílias: o nascimento dos "*líderes do açúcar paulista*" 96
Trajetória da Santa Isabel, a construção de uma *fazenda modelo* 108
As famílias de imigrantes italianos e a transição do café para a cana-de-açúcar em São Paulo 112
Mudanças na morfologia social e o trabalho como valor moral de novas elites agropecuárias 123
Associações, matrimônios e alianças: quando as famílias se encontram 133

Capítulo 3: Poder local, autoritarismo e novas formas de organização: a reprodução social das famílias a partir da década de 1950 147
"*Da marcha da família à revolução vencedora*": As elites agrárias paulistas e o golpe civil-militar de 1964 157
"*O meu pai era o meu herói*": política, Estado e família na ditadura civil-militar 173
A "*fazenda modelo*" e a trajetória no Cooperativismo Rural: uma construção de pai para filho 178

Capítulo 4: A formação da *intelligentsia* do agronegócio paulista 196
A reprodução da *intelligentsia* do agronegócio paulista: de aluno da Esalq à professor de Agronomia da Unesp 225
Intelligentsia e liderança: o papel dos paulistas na organização política do cooperativismo brasileiro 229
Intelligentsia e liderança: o papel dos paulistas na Assembleia Nacional Constituinte e na Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) 237
Intelligentsia e liderança: o papel dos paulistas na organização política do agronegócio no Brasil 246
Intelligentsia e liderança: a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e o papel do grupo PENSA/USP 257
Intelligentsia e liderança: a ação dos representantes do agronegócio paulista via secretaria de Agricultura de São Paulo 263

Capítulo 5: "O entrosamento entre a agricultura e a agroindústria": A visão de um agronegócio sistêmico e o coroamento do protagonismo paulista via FIESP 269
"*Meu maior pavor era eu sair do governo e não ser aceito de volta pela classe*": Os deslocamentos entre Estado e sociedade civil e a noção de classe como organizadora da ação política do agronegócio paulista 282
"*O Geraldinho é muito meu amigo*": as amizades e as redes de relações como componentes da trajetória de representação do agronegócio paulista 287

O Conselho Superior de Agronegócio da FIESP: Da criação e da composição interna 292
O Departamento do Agronegócio da Fiesp (DEAGRO) 316

Conclusão 325

Referências bibliográficas 331

Introdução

> Com tecnologias de produção sustentável e inovação, **a agropecuária paulista é considerada um dos motores do desenvolvimento nacional**", estando a Federação da Agricultura e Pecuária deste estado (Faesp) "alinhada à **capacidade de promover a expansão do país**. [...]
> Com mais de 5 milhões de propriedades rurais, o agronegócio movimenta 25% do PIB brasileiro. Gera, em exportações, cerca de 100 bilhões de dólares, com superávit comercial de 80 bilhões. Contribui para a alimentação de mais de 150 países dos 5 continentes. **Mas o estado de São Paulo se destaca**: possui uma agropecuária diversificada e produtiva, gerando um valor bruto da produção de 80 bilhões de reais, o maior do Brasil; o agronegócio paulista representa 20% do PIB, alcançando 280 bilhões de reais; gera 2 milhões de postos de trabalho, sendo 14% empregos formais; é líder no ranking nacional de produção de laranja, cana-de-açúcar, borracha, tomate e frutas (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo - Faesp, em vídeo institucional, grifo nosso).

> O [José] Serra[1] sempre teve mesmo essa cabeça: "Quero pensar projetos que a gente faça aqui que repercutam e que sejam importantes para São Paulo sim, mas que sejam importantes para o agronegócio no Brasil. **São Paulo é essa locomotiva, São Paulo está puxando e a gente tem que estar na vanguarda realmente**" (João de Almeida Sampaio Filho, ex-secretário de Agricultura de São Paulo e ex-presidente do Cosag/Fiesp, entrevista ao CPDOC/FGV[2], grifo nosso).

> O agronegócio de São Paulo, o PIB do agro paulista é o maior PIB do agro do Brasil. Não é Mato Grosso, não é Paraná, não é Rio Grande do Sul. É São Paulo. Por que? Porque **o agronegócio está em São Paulo. Não é a atividade rural que está em São Paulo, é o agronegócio que está em São Paulo**. Então, fábricas de fertilizantes, de defensivos, frigoríficos, a indústria de alimentos, a de máquinas agrícolas, está tudo em São Paulo (Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, fundador e ex-presidente do Cosag/Fiesp, entrevista ao autor[3], grifo nosso).

Desde o encontro com uma representação que visa projetar imagem de protagonismo e de vanguarda do agronegócio paulista em nível nacional e atestando que os números econômicos de fato comprovam tal centralidade da agropecuária e da agroindústria deste estado no arranjo produtivo do agronegócio brasileiro, este trabalho analisa a ação política das elites rurais e agroindustriais paulistas, buscando compreender como suas frações dominantes buscam afirmar seu protagonismo internamente ao projeto do agronegócio no Brasil, projetando-se, neste sentido, como uma direção moral e intelectual da classe ao longo do tempo.

Esta análise tem em conta as articulações intersetoriais que compõem o projeto do agronegócio no Brasil, visando compreender como as relações entre diferentes setores do agronegócio paulista, como a relação entre agricultura e indústria, contribuem no fortalecimento e avanço deste modelo, no reforço do poder econômico e político de frações dominantes da agricultura e da agroindústria do estado, bem como na melhoria de sua posição

[1] Governador do Estado de São Paulo (2007-2010) pelo PSDB.
[2] Doravante Sampaio Filho (2013).
[3] Doravante Rodrigues (2020).

relativa a outros grupos, setores e frações das classes dominantes agrárias e agroindustriais do país.

A fim de desvendar suas estratégias de reprodução social enquanto parte de uma elite da classe dominante agrária e agroindustrial brasileira, perseguiremos, portanto, a agência política de frações dominantes da agricultura e da agroindústria paulistas, enxergando seu papel no fortalecimento da agricultura patronal e na construção e afirmação do projeto político do agronegócio no Brasil, considerando, neste último caso, o período mais recente, justamente o desfecho dessa análise.

Ainda que nossa questão de pesquisa tenha surgido pelo olhar a uma problemática contemporânea – a importância política de frações do agronegócio paulista nos tempos atuais - e que tenhamos como objetivo desvendar também o tema em contexto recente, julgamos para isso necessário voltar no tempo, buscando, também em diálogo com a literatura já existente, trazer elementos que nos informem historicamente os caminhos da construção política dessas frações dominantes de São Paulo, observando sua atuação e papel em contexto nacional, buscando entender quais figurações políticas nos trouxeram até aqui.

Considerando o objeto analisado, buscaremos observar as relações de interdependência formada entre atores e grupos sociais presentes nessa construção ao longo do tempo. A operacionalização do conceito de figuração, conforme desenvolvido por Norbert Elias, é central para isso:

> Por configuração [ou figuração] entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que essa configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (ELIAS, 2017, p. 142).

Ainda conforme o autor, "a configuração formada pelos jogadores é tão concreta quanto os próprios jogadores" (Elias, 2017, p. 142). Através desse conceito, Elias busca superar a clássica dicotomia entre indivíduo e sociedade, impasse que atravessa o desenvolvimento da teoria sociológica ao longo do tempo. Conforme ele busca esclarecer:

> No debate tradicional sobre o papel dos indivíduos na história, muitas vezes parte-se do pressuposto de que é irreconciliável e inevitável a oposição entre aqueles que, na investigação de nexos históricos, concentram sua atenção nos "fenômenos individuais", e aqueles que se concentram nos "fenômenos sociais". Mas trata-se aqui de uma antinomia irreal. Ela só pode ser esclarecida no contexto de duas tradições políticas e filosóficas, uma das quais considera a "sociedade" algo extraindividual, enquanto a outra considera o "indivíduo" algo extrassocial. Ambas as representações são fictícias (ELIAS, 2001, p. 43).

Buscando superar essa dicotomia, ele diz que a sociedade "não é um fenômeno existente fora dos indivíduos que a constituem". Da mesma forma, "os indivíduos que a

constituem [...] não existem fora da sociedade que formam em sua convivência mútua". Assim, "o conceito de 'figuração' serve para expressar esse estado de coisas", já que "homens singulares formam entre si figurações de tipos diversos" e "as sociedades não são nada mais que figurações de homens interdependentes" (Elias, 2001, p. 43).

Neste caso, a operacionalização do conceito de figuração também nos é útil como ferramenta metodológica que informa o sentido e a intensidade das mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo, considerando o objeto investigado nesta tese. Formulando esse conceito, Elias (1994, p. 16) busca não somente "compreender de que modo um grande número de indivíduos compõe entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduo isolados", isto é, o que conhecemos como sociedade, mas também como essa sociedade pode "modificar-se de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõem".

A análise de mudanças sociais nesta perspectiva que privilegia a interdependência entre indivíduos e grupos deve considerar uma dimensão temporal adequada, quer dizer, que viabilize a percepção e correta interpretação dessas mudanças figuracionais que se desenvolvem ao longo do tempo. Em seu estudo sobre a sociedade de corte europeia do século 16 ao 18, Elias faz a seguinte reflexão:

> Não é possível colocar o problema como se a individualidade de Luís XIV fosse algo que se desenvolveu de forma independente da posição social assumida por ele, primeiro como herdeiro do trono, depois como rei; também não é possível colocar o problema como se o desenvolvimento dessa posição social, por sua vez, fosse totalmente independente do de seu ocupante. Mas, no plano social desse desenvolvimento, trata-se de uma cadeia de acontecimentos que possui outra magnitude, exigindo uma outra medida de tempo, diferente daquela usada para o plano individual. Em referência ao ritmo de desenvolvimento da pessoa individual do rei, a posição social do rei se apresenta como algo que muda mais lentamente. Trata-se de um fenômeno de outra magnitude (em comparação com o pessoal) porque é parte de uma figuração constituída por centenas de milhares de homens (ELIAS, 2001, pp. 49-50).

Neste sentido, se destaca aqui a importância de estudos de longa duração, já que possibilitam captar a ocorrência e o sentido das mudanças sociais, as quais não envolvem somente a condição de indivíduos isolados na história, mas de figurações sociais complexas desses indivíduos e dos grupos sociais dos quais fazem parte ao longo do tempo. Mais do que isso, a quebra da antinomia entre "indivíduo" e "sociedade", representação fictícia da realidade, só pode ser efetivada se esses conceitos forem "levados a se referirem a processos" que atravessam o tempo (Elias, 2011, p. 231).

Portanto, mesmo que não tenhamos como pretensão recontar a história da agricultura e da agroindústria de São Paulo, compomos um trajeto de pesquisa que visa

compreender as figurações sociais que marcam essa realidade ao longo do tempo. Neste enredo, aparecerão, em maior ou menor intensidade, importantes entidades e associações que compõem o cenário de representação das elites agrárias e agroindustriais desse estado e do país em diferentes períodos, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (Faab), a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), chegando, finalmente, até a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Esse trabalho será atravessado também por olhares às trajetórias individuais de determinados agentes, representantes patronais, considerados centrais nessa figuração (Elias, 2017). Partindo desse conceito, queremos compreender a agência política de frações dominantes da agricultura e da agroindústria paulista por um olhar que enxergue também a trajetória de suas lideranças, pensando os caminhos de sua atuação e extraindo o que isso nos diz sobre a construção política da classe (Thompson, 2004), sobre o fazer cotidiano do grupo que compõem.

Desta forma, pretendemos que o trânsito entre instituições e pessoas seja uma constante nesta análise. Busca-se extrair de ambos – do coletivo e do individual, dos documentos oficiais de entidades do agronegócio e das entrevistas qualitativas sobre as trajetórias e visões de mundo de suas lideranças – elementos que permitam, ao mesmo tempo, análises da dimensão micro e da dimensão macro que compõem a realidade em questão.

Analisar a figuração social formada pela interrelação entre indivíduos e grupos não é o mesmo que construir uma análise unicamente centrada no papel do indivíduo no desenvolvimento da história. É necessário se tomar esse cuidado, sempre fugindo "à ideia enganadora de que a palavra 'individuo' se refere a aspectos humanos que existem fora das relações de homens entre si, fora da 'sociedade'". Quando se insiste em um olhar a "individualidade singular e exclusiva de determinadas pessoas, chega-se a uma imagem dos nexos históricos não só insatisfatória, mas também distorcida" (Elias, 2001, p. 49).

Como analisou Florestan Fernandes, em breve comentário do trabalho de Martins (1976), sobre o Conde Matarazzo, o desafio nessas reflexões está justamente em ultrapassar, de um lado, os dados simplesmente biográficos dos sujeitos em questão – neste caso, dos empresários e lideranças do agronegócio paulista - e, por outro lado, superar também a simples reconstrução de seu empreendimento econômico e do contexto social que o baliza. Referindo-

se ao texto de Martins (1976), Florestan diz, assim, que se trata de uma análise que "desemboca na lógica da acumulação capitalista: as forças que a organizam e dinamizam ao nível da personalidade, da empresa e da sociedade".

Ainda tomando como referência o breve e denso comentário de Florestan, projeta-se aqui um desafio analítico complexo e presente em diferentes dimensões da realidade investigada: o contato com os sujeitos de carne e osso que compõem o enredo investigado, com os conteúdos e orientações de suas personalidades, com suas representações ideológicas e visões de mundo; a análise da história concreta de evolução de seus empreendimentos econômicos e de sua atuação política; a síntese que esta relação engendra quanto às especificidades de uma linguagem de dominação e de estratégias de afirmação hegemônica na formação política do agronegócio no Brasil.

Como se sabe, o levantamento de materiais e fontes relacionadas a este tipo de pesquisa, em que se privilegia o lugar do indivíduo na história, encontra dificuldades e desafios de grande envergadura. Como foi também problematizado pelo próprio Martins (1976), na pesquisa mencionada sobre o Conde Matarazzo, a análise de grupos de elite - cujas histórias individuais narradas muitas vezes se confundem com a história oficial do desenvolvimento de determinado setor econômico - encontra biografias individuais marcadas por mitos e imagens elaboradas socialmente, quase que como discursos de legitimidade e dominação, como narrativas atuantes, visando reforçar capitais políticos e simbólicos destes agentes (Bourdieu, 1989). Neste sentido, é sempre possível que o conteúdo das fontes, seja oral ou documental, procure "reconstruir a história dos grupos ou biografia das pessoas investigadas com vista ao atendimento de expectativas socialmente difundidas" quanto a imagem e visões construídas por ou a respeito destes agentes ao longo do tempo (Martins, 1976, p. 9).

Reflexão semelhante é construída por Marinho (2017, pp. 42-43), quando aponta, ao comentar o texto clássico de Pierre Bourdieu, sobre a ilusão biográfica (Bourdieu, 1996), que as narrativas deste gênero também são produto das relações sociais, seja porque a própria trajetória social do indivíduo ou grupo ocorre em contextos de relações singulares entre sujeitos e entre elementos objetivos e subjetivos da realidade, seja porque suas narrativas colhidas "são também um produto da intersubjetividade estabelecida na interação do sujeito biografado com sujeito cientista social". Assim, para o autor, estas narrativas não informam somente "fragmentos de memórias gerados das experiências passadas", mas também "representações reelaboradas pelos sujeitos biografados" na ocasião da geração de dados.

Ademais, os riscos inerentes às fontes também se colocam em termos do rigor factual que baliza a memória destes agentes, já que muitas vezes se tratam de fenômenos vivenciados em tempos longínquos, podendo estar suas lembranças vulneráveis a um baixo nível de fidedignidade quanto aos acontecimentos que realmente constituem a história.

De qualquer forma, mesmo considerando a relação estabelecida com o pesquisador na geração de dados, os riscos de narrativas atuantes ao atendimento de expectativas sociais de grupos dominantes ou os problemas de memória comuns a qualquer indivíduo, como atesta Martins (1976, pp. 11-12), a riqueza deste empreendimento de pesquisa pode estar justamente na observação destas narrativas como articulação entre mito e realidade, fatores que, situados historicamente, podem contribuir para compreender "personalidade, grupo econômico e situação sócio-econômica [...] como dimensões interdependentes do mesmo fenômeno" – no caso da pesquisa de Martins (1976), da industrialização em São Paulo; no nosso caso, da reprodução social e da ação política das elites agroindustriais paulistas, bem como de seu papel na formação política do agronegócio brasileiro.

Tem-se, assim, o trabalho de Martins (1976) como umas das referências de um esforço de pesquisa em que se busca trazer fatos históricos e biográficos concretos, ao mesmo tempo em que se mergulha em aspectos subjetivos da vida dos agentes pesquisados, ligando esses aspectos gerais à vida particular e sua subjetividade cotidiana.

As hipóteses que guiaram essa pesquisa podem ser resumidas em dois pontos principais:

1) embora a busca pela afirmação hegemônica das frações dirigentes da agropecuária e da agroindústria paulista pareça uma constante ao longo do tempo, remontando pelo menos ao final do século 19, este processo ganhou contornos mais perceptíveis com a criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB) nas primeiras décadas do século 20;

2) ao longo desse século sua atuação ocorreu em diversos espaços, entidades e canais de representação, envolvendo, ademais, trânsitos diversos entre sociedade civil e Estado. Mas a afirmação de um protagonismo dessas frações dirigentes, internamente ao projeto do agronegócio no país, alcançou seu coroamento no período recente, sobretudo, via ação política da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que desde meados da década de 2000, com a criação de seu Conselho Superior de Agronegócio, incorporou esta pauta com maior peso e relevância em seu interior, passando a ocupar naquele momento um espaço de centralidade na representação política do agronegócio a nível nacional.

Portanto, nosso estudo percorre este caminho: da criação da Sociedade Rural Brasileira ao Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp. O recorte temporal desse estudo se encerra na primeira década do século 21, logo após a criação do Cosag/Fiesp, momento no qual esse órgão ocupou espaço de centralidade na organização política do agronegócio brasileiro. Portanto, não temos pretensão de analisar o período mais recente, envolvendo os últimos pouco mais de 10 anos, contexto em que, segundo Pompeia (2021), ganham centralidade, na concertação política do agronegócio brasileiro, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em detrimento de uma relativa diminuição da importância política do Cosag/Fiesp nessa concertação.

De qualquer forma, a presença da Fiesp, ocupando espaço de importância nessa configuração é emblemática, seja por sua força econômica e política nacionalmente – vista muitas vezes como o *partido dos patrões*[4] -, seja pelo que nos informou interlocutor de pesquisa citado na abertura do trabalho, segundo o qual a força do agronegócio paulista está justamente em sua forte articulação intersetorial, processo que engloba agricultura e indústria em um só sistema - *não é a atividade rural que está em São Paulo, é o agronegócio que está em São Paulo* (Rodrigues, 2020).

Embora essa pesquisa privilegie um olhar às relações intersetoriais que compõem o projeto do agronegócio em São Paulo, entendendo que alianças e cooperações daí advindas podem reforçar e projetar a força econômica e política de frações paulistas em nível nacional, não descuidaremos dos conflitos e tensões presentes em tais relações, já que entendemos o agronegócio também desde a heterogeneidade relativa dos atores que o compõem e, por consequência, das divergências e disputas que os envolvem em várias questões.

Também cabe destacar que não estamos sugerindo, de maneira alguma, que as fortes relações intersetoriais que compõem o agronegócio sejam atributos exclusivos do estado de São Paulo, já que característica inerente ao modelo em todas as partes.

O que destacamos do caso analisado é que o avanço mais significativo da agroindustrialização em São Paulo (sobretudo do setor sucroenergético, mas anteriormente também a partir do complexo cafeeiro), o reforço de uma visão sistêmica de agronegócio e a construção política de um maior "entrosamento entre agricultura e agroindústria"[5] contribuiu – sendo um dos elementos-chave - para melhorar a posição de frações agrárias e agroindustriais paulistas nas figurações de poder (Elias, 2017) em que se inserem. Como veremos ao longo da

[4] Bianchi, 2010.
[5] Palavras de Paulo Skaf, então presidente da Fiesp, justificando a criação do Conselho Superior de Agronegócio (Cosag) da entidade, no final de 2006 (Pompeia, 2018; FSP, 10/10/2006).

tese, na primeira metade do século 20, isso abriu caminho para eles se afirmarem protagonistas na construção de um projeto de nação. Já no final do século 20 e na virada para o século 21, isso lhes possibilitou ocupar espaço de destaque na organização política do agronegócio no Brasil, pelo que buscaram pautar os rumos do desenvolvimento econômico do país.

Como dito anteriormente, além de um olhar às entidades representativas do setor, analisaremos também as trajetórias e visões de mundo das lideranças patronais rurais e do agronegócio, relacionadas ao objeto analisado - encontrando o agente de carne e osso que constrói esse projeto no dia a dia. Uma vez que o estudo tem início com a análise da criação da SRB, em 1919, aparece ali trajetórias sociais de indivíduos e famílias que tiveram papel relevante nesse processo e cuja história se reflete no desenvolvimento da agricultura patronal e do agronegócio em períodos posteriores.

Por outro lado, considerando que o Cosag/Fiesp é um espaço emblemático de construção política desses grupos no período que caracteriza o final desse estudo, privilegia-se também um olhar para as trajetórias pessoais e familiares dos dirigentes ali atuantes. Esses atores são vistos como parte de uma elite política, ocupante de importante espaço de representação do agronegócio paulista e brasileiro no período recente. Mas sua importância política e social não se resume ao presente. Por isso, olhamos para trás e acompanhamos suas trajetórias pessoais e familiares ao longo do tempo. Ganham destaque as figuras de Roberto Rodrigues e João de Almeida Sampaio Filho, respectivamente, primeira e segunda pessoa a ocupar o cargo de presidente deste Conselho, e de João Guilherme Ometto, vice-presidente da Fiesp e criador dos antigos comitês da Alimentação e de Insumos Agropecuários da entidade, órgãos de menor envergadura e de alguma forma precursores do Cosag.

Não se trata, porém, de um estudo sobre trajetórias sociais ou histórias de vida desses sujeitos. Antes, o olhar a algumas dessas trajetórias servirá como instrumento metodológico para compreensão da atuação e da organização política de elites agrárias e agroindustriais paulistas. As análises aqui desenvolvidas perseguirão, ainda que não exclusivamente, a trajetória dessas famílias, percebendo como estão presentes nos principais acontecimentos históricos que compõem o enredo estudado. São agentes e famílias centrais no desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria patronal paulista no último século, além de importantes interlocutores políticos do setor. Entre eles há homens ricos e distintos, agentes altamente letrados, imersos em um ambiente de cultura erudita ou cientistas notáveis, atores para quem a produção agrícola e a ética do trabalho constituem fator de afirmação social, pessoas socializadas desde cedo em um ambiente em que a política e o poder ocorrem a partir

do espaço doméstico e da grande propriedade fundiária e que muitas vezes alcançam postos os mais altos do poder político de Estado, indivíduos, em resumo, cujo perfil geral os credita a apresentarem-se como direção moral e intelectual da classe ao longo do tempo.

Abordaremos um processo histórico, de busca pela afirmação hegemônica de determinadas frações dominantes, em dimensão temporal, considerada de longa duração. Partiremos do final da segunda década do século 20 e chegaremos até o final da primeira década do século 21. Para tornar este empreendimento viável, a pesquisa será guiada também pela análise de trajetórias familiares e estará centrada no olhar a processos sociais e históricos considerados centrais para o desencadeamento do que se analisa. Trata-se da seleção de eventos e instâncias empíricas relevantes para a observação sociológica que se pretende da realidade, tal como discutido por Fernandes (1959 apud Martins, 1976).

Portanto, selecionamos cinco processos sociais a serem analisados, todos ocorridos ao longo desse período e componentes centrais da questão sociológica levantada nessa pesquisa, quais sejam: 1) o contexto de criação da SRB, a partir de 1919; 2) o contexto da crise de 1929 e da transição do café para a cana-de-açúcar em São Paulo, bem como do avanço da agroindustrialização do setor; 3) a conjuntura política a partir das décadas de 1950 e 1960, com o golpe civil-militar e a organização política dos ruralistas, bem como o avanço da organização do cooperativismo rural; 4) o desenvolvimento das universidades e centros de pesquisa agropecuária, juntamente com o papel das elites paulistas no agenciamento da noção e na construção de um projeto político do agronegócio no Brasil; e 5) o agronegócio na Fiesp e o coroamento do protagonismo de frações dominantes da agroindústria paulista no século 21. Cada um desses pontos constitui elemento articulador de um dos capítulos da tese.

Esta pesquisa foi realizada utilizando as seguintes fontes de dados:

- Levantamentos documentais: acervo da Revista A Rural, das décadas de 1920 e 1960, na sede da Sociedade Rural Brasileira;

- Análise de entrevistas semi-estruturadas: três delas realizadas pelo autor e outras provenientes de acesso público, em que se destaca materiais publicados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc);

- Descrições etnográficas registradas em caderno de campo, por ocasião de pesquisas realizadas nas sedes da Sociedade Rural Brasileira, em outubro de 2021, e da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em janeiro de 2024;

- Análise de Jornais: acervo de O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, em períodos variados, entre outros;

- Análise de livros publicados por representantes do agronegócio;
- Análise de reportagens, notícias e vídeos em fontes públicas, de períodos variados.

***

A busca pela afirmação hegemônica das elites agroindustriais paulistas remonta pelo menos ao final do século 19, tenho ganhado contornos mais perceptíveis nas primeiras décadas do século seguinte, com a criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB), em 1919. Esse processo político e social de projeção de força de elites estaduais paulistas, com seus ritos e emblemas, não é ocasional e aleatório, mas se explica dentro de um contexto histórico mais amplo, em que se considera o lugar ocupado por frações dominantes do estado na disputa dos rumos do país e na afirmação do que seria sua vocação histórica.

Do ponto de vista econômico, vivia-se ali momento de grande euforia em função do desenvolvimento do sistema cafeeiro no estado, processo que ganhou maior expressão a partir do final da década de 1870 e fez com que o estado superasse o Rio de Janeiro, então o mais importante centro comercial e financeiro do país, nesta produção e passasse a se desenvolver velozmente, transformando-se brevemente em espécie de vanguarda econômica do país:

> A grande expansão cafeeira de 1886-1897, provocaria forte crescimento demográfico: a população do estado, em milhões de habitantes, passava de 0,8 em 1872 para 1,4 em 1890 e 2,3 em 1900; daí até 1920, duplicaria, atingindo 4,6 milhões. A capital de São Paulo, crescia a ritmo ainda mais intenso: em mil habitantes, passava de 31,4 em 1872, para 64,9 em 1890, para 239,8 em 1900 e 579,0 em 1920. Se em 1872, a população da capital paulista equivalia apenas a 12% da população da Guanabara, em 1920 aquela cifra já crescia para 50% (CANO, 2007, p. 77).

É importante frisar que o aumento da importância econômica do estado paulista e a concentração do complexo agroexportador em seu território ocorreu a partir da crise das fazendas fluminenses de café e do deslocamento de sua produção para São Paulo, bem como da própria derrocada da economia açucareira do Nordeste brasileiro. O deslocamento da produção de café no Sudeste ocorreu inicialmente pelo Vale do Paraíba, sendo que na primeira metade do século 19 as lavouras cafeeiras cobriram também a parte paulista do Vale, estendendo-se por toda a área situada entre as capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Já a partir da segunda metade daquele século, o café começa a penetrar também nas chamadas zonas mais antigas do oeste paulista ou zona central do estado (região de Campinas, Sorocaba, Bragança Paulista[6], etc.), disputando terreno com a cultura da cana-de açúcar ali instalada e indo, posteriormente,

[6] No mapa abaixo este município está localizado na região administrativa de Campinas.

para as chamadas zonas pioneiras, a oeste deste estado (Rio Claro[7], Catanduva[8], São José do Rio Preto, etc.) (Martins, 2020; Love, 1982; Perissinotto, 1994).

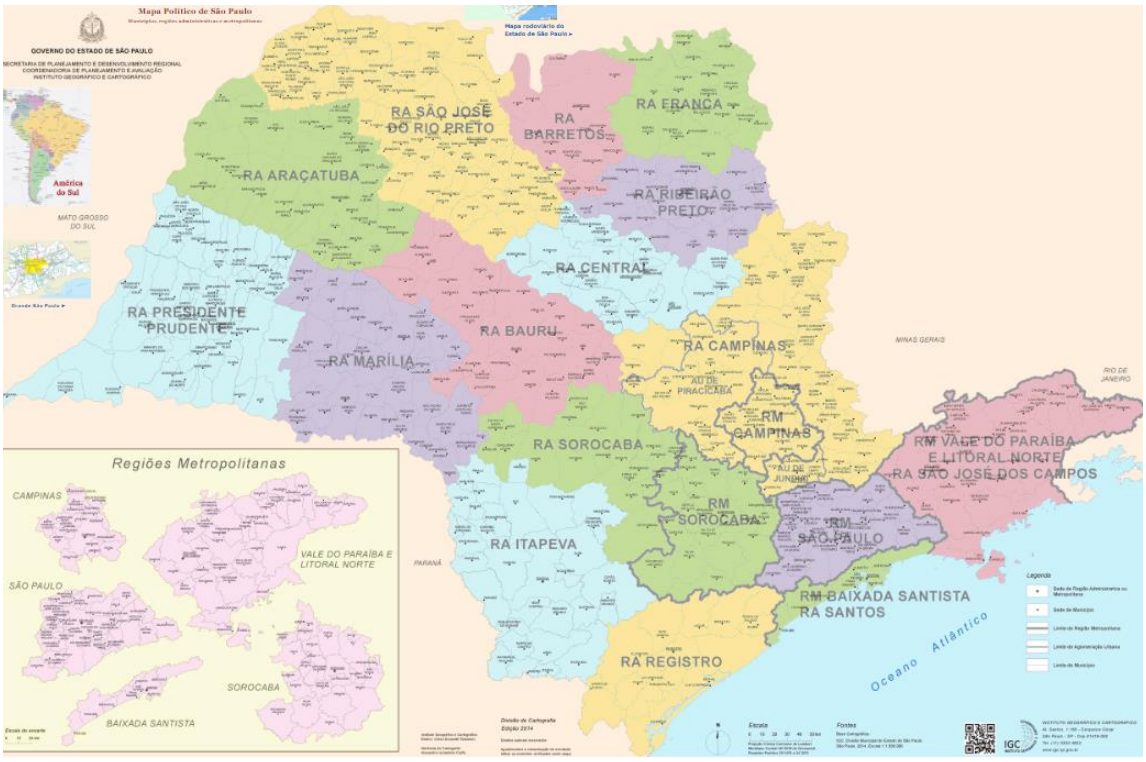

Figura 1: Mapa dos municípios, das regiões administrativas e metropolitanas do estado de São Paulo. Fonte: Governo do Estado de São Paulo, 2024.

Vejamos em mais detalhes: se na década de 1830 a Zona Central ainda possuía produção agrícola mais voltada ao açúcar, na parte paulista do Vale do Paraíba o café já tomava a dianteira, substituindo o açúcar como cultura mais importante da região. Nas décadas seguintes, com a descoberta da qualidade de suas terras roxas e com a expansão da malha ferroviária para ali, o café foi se desenvolvendo e migrando também para a Zona Central, sendo que nos anos 1880 esta região já produzia duas vezes mais café do que o Vale. Depois disso, a produção de café paulista continuou se movendo e transferindo seu centro de gravidade de uma região à outra – sempre em direção à oeste -, em um processo que durou pelo menos mais meio século e fez com que já na primeira década do século 20 a Zona Central perdesse a liderança e fosse ultrapassada pela região da Mogiana[9], que, por sua vez, foi ultrapassada pelas regiões Araraquense[10] e Alta Paulista na década de 1930. As antigas áreas de café do Vale do Paraíba foram sendo substituídas por atividades como a pecuária de leite, haja visto o declínio da fertilidade de seus solos. Assim, o desenvolvimento agrícola e territorial do estado,

[7] No mapa abaixo este município está localizado na região administrativa de Campinas.
[8] No mapa abaixo este município está localizado na região administrativa de São José do Rio Preto.
[9] Localizada na zona Nordeste Paulista, conforme divisão do mapa abaixo.
[10] Localizada na zona central, conforme divisão do mapa.

notadamente aquele ligado ao café, ocorreu quase que como o ponteiro de um relógio movendo-se em sentido anti-horário.

Figura 2: Mapa dos polos de desenvolvimento regional do estado de São Paulo. Fonte: IEA, APTA, 2004.

Diante desse cenário, já na década de 1880 visualizava-se uma mudança evidente no equilíbrio de forças interno do país, no qual frações dominantes do setor agroexportador paulista afirmavam sua força e poder econômico frente a elites de outros setores e regiões. Com a ampliação das ferrovias e a imigração subvencionada no pós-abolição da escravatura, a economia agroexportadora do país passou a se concentrar fortemente em São Paulo, fazendo do estado a força econômica mais dinâmica do país, constituindo, junto a isso, o substrato para construção de uma linguagem de dominação, futuramente tão acionada por estas elites, a imagem de São Paulo como a *locomotiva*[11] do Brasil.

É bem verdade, como destaca Perissinotto (1994), que essas mudanças econômicas e a decadência vivida pelo Vale do Paraíba e pela produção de açúcar do Nordeste brasileiro neste contexto não representaram o completo enfraquecimento político dos antigos barões do café e dos senhores de engenho, representantes de uma velha oligarquia agrária brasileira, já que seguiram ocupando espaço relevante na vida política e social do país. Assim, as novas frações dominantes do setor agroexportador - o grande capital cafeeiro, fortemente concentrado nas regiões de expansão agrícola de São Paulo –, ainda que fortalecidas economicamente nas últimas décadas do século 19, não passaram imediatamente à ocupação dos postos políticos e

[11] Expressão que aparece nesta pesquisa verbalizada por interlocutores de campo e também consagrada no título da pesquisa de Love (1982).

espaços de comando do Estado Imperial. Aliás, como se referiu o mesmo autor, havia "uma clara defasagem ou desequilíbrio entre o poder político e o poder econômico no final do período imperial" (*ibid*., p. 93).

Consequentemente, do ponto de vista das disputas regionais estabelecidas ali e analisando-se as relações entre o que são hoje os estados da federação, também é verdade que a força econômica adquirida por São Paulo naquele momento ainda não alcançava equivalente de prestígio nas esferas políticas e culturais do país. Conforme destacou Schwarcz (2005, p. 155), embora fortalecida economicamente, "a província de São Paulo no final do século XIX poderia ser definida como uma entidade política à procura de seu destino". Enquanto São Paulo carecia de uma identidade cultural própria, a história nacional era contada – diga-se, à revelia da importância de outras realidades e contextos regionais - desde a centralidade adquirida pelo Rio de Janeiro no Brasil Império. Conforme a autora, nesse cenário de virada de século "tudo se passava *no* Rio ou *pelo* Rio":

> Tudo ocorria no Rio de Janeiro – os teatros, os saraus, os concertos – assim como era lá que se localizavam as grandes instituições de pesquisa do país, entre as quais o Museu Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Faculdade de Medicina (SCHWARCZ, 2005, p. 155).

De toda forma, se estamos falando aqui de processos sociais e de conflitos que se manifestam, em sua aparência, como disputas entre estados e regiões, se destaca aqui novamente a importância de um diálogo com Perissinotto (1994), desta vez para reposicionar nosso olhar ao objeto, visando fugir de uma ideia que simplesmente caracteriza a existência de hegemonia política de uma região sobre as outras. Para ele, já que não há uma completa homogeneidade e coesão entre a classe dominante de uma região, não atuando esta como um bloco monolítico nas disputas nacionais, os conflitos regionais devem ser vistos, na verdade, como conflitos entre classes e frações de classe, as quais disputam entre si espaço de maiores benefícios e vantagens e buscam se afirmar como forças dirigentes na sociedade e no Estado brasileiro. Consequentemente, quando se fala em construção de hegemonia deve-se referir, não à hegemonia de uma região, mas de uma fração de classe – neste caso, a do grande capital cafeeiro – sobre outras. Nas palavras do autor, "falar em hegemonia de uma região é estar preso às aparências com que a regionalização da economia agroexportadora recobriu a luta de classes no interior do bloco no poder[12] na Primeira República" (*ibid*., p. 246).

A questão-chave aqui está em identificar, portanto, as diferenciações existentes no interior dessas classes dominantes agroexportadoras, apontando tanto a existência de setores

[12] Tem como referência o conceito de Nicos Poulantzas (2019).

ligados mais exclusivamente à propriedade e a produção rural em si – os fazendeiros -, ocupantes de um lugar econômico e político mais frágil nisso que Perissinotto (1994) se refere como um bloco no poder, e aqueles grupos dominantes ligadas à terra, mas também ao comércio e beneficiamento do produto agrícola – o grande capital cafeeiro -, fração dominante nesse bloco.

A ligação que fazemos entre a força dominante desse grande capital cafeeiro e a ideia de um protagonismo paulista em cenário nacional, se dá pelo fato, apontado pelo próprio Perissinotto (1994), de que havia uma forte concentração da economia e do complexo agroexportador – notadamente do café – na região de São Paulo naquele contexto, fazendo surgir daí a potência e a força econômica e política de suas elites, processo que balizou a referida construção simbólica de São Paulo como a *locomotiva* do Brasil.

Se trata de posição de liderança econômica em cenário nacional alcançada por grupos paulistas neste contexto do final do século 19 e que mantém São Paulo até hoje na dianteira econômica do país. Se na década de 1880 os paulistas tomam a dianteira econômica do país, na década de 1920, por exemplo, sua economia era responsável por mais de dois sétimos do valor total da produção agrícola e industrial brasileira, somando mais que o dobro do valor produzido por Minas Gerais, o segundo estado da lista; já na virada das décadas de 1930 e 1940, o estado mantinha tais índices, mas aumentava a diferença em relação aos concorrentes, somando agora o triplo do valor de produção do Rio Grande do Sul, naquele momento o segundo colocado na lista dos estados produtores. Ademais, se a cultura do café ganhou muito destaque e foi o centro dessa configuração que gera o crescimento econômico paulista a partir desse período, cabe informar a posição de destaque que o Porto de Santos passou a ocupar no comércio internacional brasileiro, chegando a despachar 70% de todo o café e mais da metade do valor de todas as exportações brasileiras entre as décadas de 1920 e 1930 (Love, 1982).

O motor da liderança econômica paulista era desenhado desde o setor exportador, no qual São Paulo detinha superioridade incontestável nos números em função do mercado do café e, secundariamente, do algodão. Mas a liderança paulista também se fez sentir na produção manufatureira, a partir do início da década de 1920 – fato que ensejou sua urbanização -, e no sistema bancário, mesmo que neste com competição acirrada com o então Distrito Federal (RJ). Assim, na década de 1940, São Paulo se torna o estado mais urbanizado do país: enquanto na média nacional 22% da população era urbana, o estado alcançava índice de 36% (Love, 1982).

Neste sentido, é importante observarmos mais detalhadamente também a articulação ocorrida entre esses setores. Para Love (1982), ainda que houvesse uma relação complexa entre eles, o elo existente entre a expansão do comércio internacional de café e o crescimento da indústria em São Paulo foi inegável. Isso é assim, pois, segundo o autor, a demanda por bens industrias no mercado local e a capacidade de investimento industrial e de importação de capital nas fábricas estavam muito vinculados ao setor cafeeiro, tendendo a ser mais abundantes nos momentos de crescimento do comércio internacional de café.

É verdade que essa interpretação é, em alguma medida, tensionada por outros autores. Para Perissinotto (1994), nesse período a indústria não se constituiu simplesmente como uma alternativa de investimento aos excedentes da economia agroexportadora, não sendo, portanto, mero apêndice do setor cafeeiro. Para ele, apesar de inegável o fato do avanço industrial no Brasil estar ligado à produção de café, isso não implica na não existência de uma burguesia industrial relativamente autônoma e presente na cena política e ideológica do país, inclusive de maneira conflitiva, muitas vezes, com essas frações dominantes da economia agroexportadora – ainda que os industriais tenham se fortalecido politicamente e se organizado em associações específicas, ao menos de uma maneira mais contundente, somente ao final da década de 1920, quase dez anos depois da criação da SRB, por exemplo.

Em sentido semelhante, Martins (2020) afirma que o aparecimento e desenvolvimento da indústria em São Paulo e no Brasil está vinculado a um complexo mais amplo de relações e produtos econômicos, não podendo ser simplesmente reduzido a este binômio apontado anteriormente – a relação café-indústria. Portanto, para o autor, o aparecimento de um mercado interno para os produtos manufatureiros não se deve exclusivamente ao desenvolvimento das exportações de café em São Paulo, tendo a indústria crescido ali mesmo nos momentos de crise do setor exportador.

Em consonância com tais ponderações, não se pretende aqui entender a industrialização de São Paulo como mero reflexo do desenvolvimento do setor cafeeiro no estado. Mas nos interessa superar uma falsa polaridade entre rural e urbano na interpretação do desenvolvimento brasileiro, entendendo como a interface entre agricultura, indústria e outros setores econômicos compõe a gênese de processos sociais e classes dominantes aqui investigados.

Nesse sentido, dialogamos novamente com Martins (2020, p. 23), segundo o qual o pesquisador deve se colocar “numa relação antagônica com as orientações dualistas que separam o rural e o urbano e que imputam ao rural a anomalia do atraso em face da suposta

modernidade do urbano". Podemos dizer que estudar o rural paulista é também estudar sua industrialização e perceber como a formação política de seu agronegócio ocorreu desde uma complexa articulação entre agricultura, indústria e outros setores, ocorrida de diferentes maneiras ao longo do tempo.

Isso nos qualifica para voltar ao cenário histórico tratado aqui: posteriormente às primeiras décadas do século 20, após apogeu do setor, teve início um declínio do mercado do café. Mesmo assim, o domínio paulista no cenário econômico nacional já era garantido – justamente - por esta expansão industrial ocorrida no estado. Em resumo, "o café garantiu a São Paulo essa posição de preeminência [econômica]; a industrialização contribuiu para preservá-la" posteriormente (Love, 1982, p. 63), fazendo com que entre os anos de instalação da República e de advento do Estado Novo no Brasil, houvesse a consolidação deste protagonismo paulista nacionalmente: "esse crescimento colocou São Paulo muito à frente dos demais estados" (*ibid*., p. 97).

Neste sentido, cabe destacar, não somente o fato de São Paulo representar a economia mais adiantada do país, como também de ser entre todas a mais integrada, o que era facilitado pela extensa rede ferroviária existente ali, desenvolvida na esteira da produção paulista de café e que aproximava regiões e atividades produtivas entre si. Diferente de outros estados, como Minas Gerais e Pernambuco, São Paulo não enfrentava, assim, grandes dificuldades de integração entre regiões, tampouco grandes oposições entre litoral e interior (Love, 1982).

Mas, como dissemos, esta força econômica ainda não possuía equivalente político e cultural. A saída das elites paulistas, visando sua afirmação hegemônica em território nacional, seria a de "descobrir e selecionar um certo passado para afirmar uma identidade e uma memória", para construir recurso de identidade e legitimidade frente a outros grupos e frações dominantes do país. Neste sentido, Schwarcz (2005, p. 156) destaca a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e a profissionalização do Museu Paulista, ambos ocorridos em 1894, como processos fundamentais para este movimento em que "São Paulo cuida de redescobrir a si mesmo, inventando uma tradição e uma origem comuns" para afirmar sua força e sua importância ao país.

A afirmação de uma hegemonia paulista no plano cultural brasileiro teve sequência com os acontecimentos artísticos que ocorreram no país nas décadas de 1920 e 1930, quando o estado se constitui como o centro do movimento modernista, então ocorrido no Brasil. O chamado movimento modernista teve como principal marco a Semana de Arte Moderna,

ocorrida, em São Paulo, em fevereiro de 1922. Sendo considerado o principal acontecimento cultural e artístico do país naquele período, este processo foi influenciado pelo crescente nacionalismo brasileiro à época, reforçado pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial, e pelo sentimento de que o país estaria "fora do tempo", necessitando acompanhar movimentos de transformação ocorridos no mundo das artes na Europa (Love, 1982, p. 138).

Mas, segundo críticos, quem estaria "fora do tempo" seria São Paulo. A Semana de Arte Moderna de 1922 pode mesmo ser considerada como um movimento que tratou de projetar o estado, no plano simbólico, à força que já alcançara economicamente no país e cuja contrapartida política ainda não se via ali. Na interpretação de Castro (2022a), o movimento modernista de 1922 foi constituído unicamente por preocupações estéticas, já que não chamou a atenção para os reais debates sobre a superação do atraso e da miséria que assolavam a realidade nacional de então. Ao contrário, o movimento teria reforçado e legitimado o poder dominante, materializado naquele momento na política do café com leite, acordo entre elites, liderado então pelos partidos republicanos de São Paulo e Minas Gerais. O crítico é contundente ao afirmar que "em 1922 não havia contradição entre o palco do [Teatro] Municipal e a República do Café com Leite". Do ponto de vista literário, a Semana de Arte Moderna de 1922 teria servido unicamente para atualizar os escritores paulistas, naquele momento ainda ligados aos valores estéticos tradicionais e, portanto, na retaguarda dos artistas do Rio de Janeiro do mesmo período (Castro, 2022b).

O efeito da Semana de Arte Moderna e dos demais movimentos realizados naquele período, em que São Paulo tratava de redescobrir sua identidade e afirmar hegemonia também no plano das ideias, teve seus efeitos práticos. Diante disso,

> Já na década de 1920, os paulistas consideravam indiscutível o predomínio cultural de seu estado no panorama nacional. Daí, foi fácil passar para a convicção de que lhes deveria caber também a hegemonia dentro do país. Frequentemente essa aspiração à hegemonia nacional constituiu a motivação básica do comportamento político dos paulistas. [...] Políticos mineiros não se cansavam de repetir que São Paulo e Minas tinham que dirigir o país em conjunto mas, quando os paulistas se punham a discutir questões de liderança, a tendência era omitir o papel de Minas. Sua autoconfiança beirava a arrogância (LOVE, 1982, p. 141).

Apesar do hegemonismo paulista exposto acima, a relação entre São Paulo e Minas Gerais neste contexto é emblemática. A diferença da relação de São Paulo com outros estados, havia uma efetiva aliança política entre as elites paulista e mineira. A conhecida aliança do "café com leite", construída entre as oligarquias dos dois estados, constituiu-se como política de governos desde a presidência de Campos Salles (1898-1902) e foi abalada somente com os acontecimentos de 1930.

Além disso, a relação entre frações dominantes dos dois estados ocorria por investimentos econômicos e negócios agenciados de um estado para outro – principalmente com porções de terras mineiras compradas por fazendeiros paulistas – e nas relações entre suas famílias de elite, seja pela forte migração de famílias mineiras para São Paulo durante os séculos 18 e 19 ou pela forte presença de mineiros na Faculdade de Direito de São Paulo durante este último século, o que algumas vezes ensejou novos laços matrimoniais entre mineiros e paulistas (Love, 1982).

A construção deste imaginário a respeito do protagonismo paulista durante toda esta época, em processo diretamente ligado à expansão do café no estado, teve como base também a evocação de uma figura quase mítica, a do bandeirante paulista, como produtora de uma "psicologia coletiva", capaz de fazer crer o que seriam seus próprios méritos e atributos históricos: a capacidade de expansão da fronteira, o dispêndio de sua energia a fins produtivos, sua alta capacidade de aproveitamento de oportunidades, sua vocação em apontar à nação brasileira o caminho a ser seguido (Love, 1982).

Neste sentido, houve a criação de um mito do bandeirante paulista cuja eficácia psicológica serviu de instrumento para a afirmação do protagonismo de São Paulo na construção da nação. Conforme destaca Moog (1974, p. 172), "dir-se-ia que o São Paulo moderno, o São Paulo das indústrias, o São Paulo do café, o São Paulo que constrói e monta o mais soberbo parque industrial da América do Sul é obra exclusiva do bandeirante e do espírito de bandeira". Conforme o autor, na construção dessa imagem, o paulista de quatrocentos anos tratou de emprestar ao bandeirante atributos que ele nunca teve:

> Se, para valorizar o símbolo que lhe é caro, for preciso atribuir ao bandeirante atributos orgânicos, ele o atribuirá; se para magnificá-lo for preciso torcer a história, ele a torcerá. [....] Ainda é a imagem idealizada do bandeirante a que paradoxalmente mais cultua o Estado mais pioneiro do Brasil (MOOG, 1974, p. 172).

Moog (1974) aponta a construção desse mito paulista e questiona o real sentido do desenvolvimento ocorrido em São Paulo. Para ele, o desenvolvimento e o protagonismo econômico do estado se deveu muito mais a estabilidade do modelo de produção que tem como base a figura do imigrante europeu, do que ao espírito aventureiro do bandeirante:

> Enquanto bandeirante e por causa das bandeiras, era o grande Estado um dos mais pobres e atrasados do Brasil. Somente depois e muito depois de definitivamente encerrado o ciclo das bandeiras, é que São Paulo, com o advento do ciclo do café e da imigração de tipo pioneiro que em fins do século XIX desembarcava anualmente no porto de Santos para mais de cem mil imigrantes, passa para a vanguarda da Federação. Tudo, evidentemente, obra do café e de uma imigração de estilo nitidamente pioneiro, diversa em absoluto da do tempo das entradas sertanistas, pois, se há um progresso ligado ao espírito pioneiro e não ao bandeirante e aos triunfos do espírito pioneiro sobre o bandeirante é, sem dúvida, o progresso de São Paulo. [...] De

> propriamente bandeirante no progresso de São Paulo [...] só haverá mesmo as fazendas abandonadas (MOOG, 1974, p. 171).

Souza (2018) compara a construção desse mito paulista em torno da figura do bandeirante ao mito nacional da mestiçagem e da suposta relação harmoniosa entre raças, visão consagrada na formulação de autores do pensamento social brasileiro a partir da década de 1930:

> Durante o século XX, essa ideia animou uma "excepcionalidade paulista" no contexto do Brasil, tal como o protestante ascético americano alimentou uma pretensa "excepcionalidade americana" no mundo. [...] Como sempre, o pano de fundo, como em quase toda a produção do pensamento social brasileiro, era a história americana sendo contraposta como narrativa de êxito para explicar o relativo atraso brasileiro (SOUZA, 2018, p. 117).

Cabe frisar também que o destaque a figura do bandeirante paulista oferecia às elites do estado uma "solução simbólica para o problema da lealdade dividida, que se devia ao estado e à nação", isto é, servia como elemento simbólico de compatibilização entre regionalismo e nacionalismo, melhorando seu espaço ocupado a nível de país, ao mesmo tempo em que fortalecia um certo orgulho regional entre sua população. A elite econômica e política paulista desenvolvia, desta forma, uma ideologia que identificava seus interesses de classe como sendo os interesses de São Paulo e estes como sendo os interesses do país. Assim, estes agentes forjavam sua adesão a um "federalismo hegemônico", inserindo-se na dinâmica nacional de forma a fortalecer a crença em sua superioridade – de São Paulo e de suas elites - em relação aos demais estados, projetando-se como uma "locomotiva a puxar vagões vazios, como o centro dinâmico do progresso, num quadro de atraso generalizado" que caracterizaria as demais regiões do Brasil (Love, 1982, pp. 300-301).

Aliás, falando em "federalismo hegemônico", se dissemos anteriormente que a força econômica das frações dominantes da economia agroexportadora – fortemente concentrada em São Paulo – ainda não encontrava equivalente na ocupação de postos de comando na política nacional naquele momento, a construção de um Estado federativo é tema importante para compreendermos a ação destes grupos, as disputas construídas por eles e a projeção de sua força política em nível nacional:

> O processo de conquista do Estado federativo ocorre a partir do momento em que a fração hegemônica do eixo dinâmico da economia nacional tem uma existência regional e, ao mesmo tempo, está incapacitada de controlar o poder de Estado no nível nacional (PERISSINOTTO, 1994, p. 92).

A influência das elites paulistas na política nacional não ocorria necessária e exclusivamente pelo seu controle direto da política federal e do aparelho de Estado neste nível, mas também pela possibilidade de autonomia dos estados e da influência destas estruturas –

sobretudo das mais poderosas, como São Paulo - na produção de uma política e de um projeto de desenvolvimento nacional – "o federalismo com estados independentes significava a ruptura com o centralismo monárquico sem pôr em risco a unidade nacional" (Perissinotto, 1994, p. 94).

A autonomia da esfera estadual permitia a estas elites maior capacidade de influência nacionalmente, porque representava oportunidade de consolidar sua hegemonia regional, conquistar o controle das políticas econômicas destas instâncias, direcionando-as a seus interesses, e, ao mesmo tempo, fortalecer a estrutura de seu estado – neste caso, São Paulo – para as disputas maiores em que se inseriam. Neste contexto, as elites paulistas buscavam influência direta nas decisões políticas federais somente quando sua atuação no governo do estado era insuficiente para atender determinados interesses (Perissinotto, 1994; Love, 1982).

Logo após a proclamação da República, políticos paulistas ocuparam importante espaço na vida nacional, controlando, por exemplo, a presidência do país por 12 anos consecutivos - desde a eleição de Prudente de Morais (1894-1898), passando pelos presidentes Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), estes dois últimos do Partido Republicano Paulista (PRP). Este partido foi criado em 1873 e era considerado o grande representante das oligarquias políticas vinculadas ao setor cafeeiro e das famílias tradicionais de São Paulo (Arquivo Público do Estado de São Paulo, s.d.).

Mas na República Velha, em geral, a influência destes agentes no controle da política nacional ocorreu de modo mais indireto, já que o PRP – considerado o principal partido político da Primeira República e cuja cúpula era composta por indivíduos ligados ao grande capital cafeeiro (Perissinotto, 1994) - abria mão deste controle sobre o executivo federal, apoiando políticos mineiros ou fluminenses, em troca de benefícios ao setor cafeeiro (Love, 1982).

Assim, o que os números atestam em verdade, quando se olha em mais detalhes para as composições dos governos federais ao longo deste período, é um predomínio de políticos mineiros ocupando a maioria dos cargos ministeriais durante a Primeira República, com destaque também para o espaço ocupado pelos políticos gaúchos, estando os paulistas somente na terceira posição durante todo o período que vai de 1889 a 1937. Por exemplo, no período de 1898 a 1909, ainda que dois dos presidentes da república fossem paulistas, como citado acima, nenhum dos ministros provinha de São Paulo (Love, 1982).

Ademais, durante toda República Velha, também não houve predomínio de paulistas na presidência do Banco do Brasil e, embora o estado possuísse uma das duas únicas

faculdades de Direito de todo o país, teve um número relativamente baixo de indicação de ministros ao Supremo Tribunal: 11 de um total de 74 nomeações. Igualmente, no Congresso a participação direta de paulistas foi inferior à de mineiros, contando aqueles com uma delegação de 22 parlamentares, contra 37 destes. Internamente à Câmara, ainda que no início deste período os paulistas tenham se destacado, ao longo de toda Primeira República, os mineiros ocuparam mais posições de poder na estrutura legislativa nacional. Como arrematou Love (1982, p. 276),

> Os paulistas não pediam muitos empregos ao governo da União, pois podiam contar com ampla gama de oportunidades dentro de suas próprias fronteiras. No setor público, por exemplo, São Paulo tinha 28.000 empregados estaduais, em 1920, enquanto que em Minas havia menos de 6.000, na mesma categoria. Por outro lado, Minas possuía 19.000 funcionários federais, e São Paulo 13.000.

Finalmente, além de uma máquina estatal robusta a nível local, a força política paulista também pode ser vista como resultado de uma aparente unidade interna de suas elites – ao menos no arranjo de posições para ocupação de determinadas fatias do poder de Estado -, o que é informado pela ausência de disputas eleitorais ao seu governo estadual durante toda a Primeira República (1889-1930) (Love, 1982).

Além do fortalecimento de estruturas objetivas de dominação e da renovação de capitais simbólicos, que apresentam determinada imagem de São Paulo ao Brasil, este processo de afirmação hegemônica de elites paulistas, que tomou corpo principalmente a partir da virada entre os séculos 19 e 20, contou também com uma considerável expansão dos meios de comunicação e de imprensa, que colocaram o estado em condição privilegiada na divulgação de informações e na propagação de uma imagem de desenvolvimento e de valores culturais.

Os dados trazidos por Love (1982) apontam o aparecimento, cada vez mais frequente, de novas publicações de imprensa a partir da década de 1890, sendo que na década de 1920 quase 500 novos jornais e revistas foram fundados no estado. No ano de 1912, São Paulo contava com o maior número de periódicos publicados nacionalmente e, entre 1911 e 1929, o número de jornais diários praticamente duplicou no estado, chegando a 66, número superior ao de qualquer outro estado da federação. Neste processo, os jornais da capital passaram a ter seções voltadas às comunidades do interior do estado e os meios de comunicação capazes de atingir a população não alfabetizada, como cinemas e rádios, desenvolveram-se fortemente entre as décadas de 1920 e 1930.

Do ponto de vista educacional, o estado também buscava se fazer vanguarda. O seu investimento governamental em educação pública era um dos fatores que mais ensejava orgulho na narrativa dos paulistas. Na década de 1920, intelectuais e apologistas de seu desenvolvimento destacavam os números de um estado que representava 15% da população

nacional e formava 25% dos estudantes do país, investindo em recursos 39% do total aplicado em educação no Brasil. Na década de 1930, assistiu-se a reformas promovidas no sistema universitário do estado, sendo a principal delas a implantação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, representando, para muitos, efetivamente a primeira universidade brasileira. Neste contexto, houve foco em ações como a de treinamento universitário para professores secundaristas e as ciências sociais ganharam destaque, com forte influência de intelectuais norte-americanos e europeus, seja na própria USP, ou na Escola Livre de Sociologia e Política. Esta foi fundada em 1933, sob grande influência de Roberto Simonsen, nome forte da indústria paulista, com o objetivo de "ensinar aos membros da elite tradicional e da classe média como lidar com as novas ideologias e forças sociais" (Love, 1982, p. 136).

Nesse sentido, Souza (2018, p. 111) aponta o papel da Universidade de São Paulo (USP) na gestação do "mito nacional paulista", anteriormente discutido, visto por ele como "o arremedo de projeto nacional da elite paulista, que será o contraponto conservador do elogio da mestiçagem".

Nessa orientação que visava construir uma narrativa da história, da cultura e das vocações paulistas, argumentava-se mesmo que São Paulo seria para o Brasil o que Paris foi para a França: "o cérebro que pensa e o braço que executa". Como disse Love (1982, p. 107), diante desta narrativa construída por certa intelectualidade paulista na virada de século, "cabia a seus descendentes modernos aceitar o destino de liderarem o país", processo cuja evolução pode ser vista desde a metamorfose da figura do bandeirante colonial em direção a dos barões do café e, posteriormente, a das lideranças industriais e agroindustriais que emergiram no estado desde o final do século 19 e mais fortemente na primeira metade do século 20.

Capítulo 1) "*Um farol para o Brasil*": a criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

> A história da Sociedade Rural Brasileira se confunde com a própria história da agricultura brasileira. Ela antecipou temas, quando nenhum outro órgão falava do assunto seja na preservação dos recursos naturais como nas novas tecnologias. Além disto, possui uma capacidade de interagir e unir entidades representativas do agronegócio e de outros setores econômicos em torno de uma discussão ou proposta, o seu quadro de sócios abriga os mais diferentes setores, com o objetivo de pensar a agropecuária brasileira. Quero dizer que foi uma honra ter sido presidente da Rural (João de Almeida Sampaio Filho, como ex-presidente da SRB, em declaração aos 90 anos da entidade[13]).
>
> A SRB é também um viveiro de líderes para o Brasil (Roberto Rodrigues, como ex-presidente da SRB, em declaração aos 90 anos da entidade[14]).
>
> A Sociedade Rural Brasileira sempre foi e continua sendo **um farol para o Brasil** (Gustavo Junqueira, como ex-presidente da SRB, em declaração aos 100 anos da entidade[15], grifo nosso).

Este capítulo tem como objetivo analisar o contexto de criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB), ocorrida no ano de 1919. Refletiremos sobre a composição de suas bases sociais, eminentemente paulistas, sobre as pautas e demandas apresentadas ali, sobre a forma como organizava-se a entidade, apresentada por seus representantes como uma vanguarda do setor rural naquele contexto. Buscaremos extrair disso os elementos que nos informam sobre a construção política das elites agrárias e agroindustriais paulistas desde este momento e ao longo das décadas seguintes.

Ainda que oficialmente de caráter nacional, a SRB foi fundada em São Paulo e teve forte protagonismo das elites agroindustriais deste estado e, secundariamente, de Minas Gerais, em sua condução ao longo do tempo. Além de representarem o centro do poder econômico e político brasileiro durante a República Velha (1889-1930), época em que foi fundada a SRB, tais estados constituíam e constituem fatias importantes da agricultura e da agroindústria brasileira desde aquele período até aqui - principalmente São Paulo, nosso foco de estudo e que, como vimos na introdução, concentrou, em grande medida, a economia agroexportadora brasileira do período (Perissinotto, 1994).

Retratando o peso de São Paulo – e de seu complexo cafeeiro – na conformação inicial da entidade, Zioli (2006) diz que a fundação da SRB pode ser vista como uma demonstração de organização e força de parcela destes agricultores e agroindustriais paulistas frente às ações governamentais e à certa indecisão destes gestores, a nível estadual e federal, em ceder às pressões do setor cafeeiro por uma política de defesa permanente de seus preços.

---

[13] Magalhães, 2009. Trata-se de publicação oficial da SRB, material de resgate histórico comemorativo aos seus 90 anos.
[14] Magalhães, 2009.
[15] Canal Rural, 2019.

A força política da SRB logo se faria sentir de maneira pronunciada, transformando-se esta entidade em um dos mais eficientes canais de representação das elites cafeicultoras paulistas junto ao Estado. Perissinotto (1994) também aponta que a SRB, no período de sua fundação, seria claramente vinculada ao grande capital cafeeiro, fração concentrada em São Paulo e apontada por ele como hegemônica na economia agroexportadora daquele período.

Se quisermos ainda ilustrar o peso de São Paulo na configuração interna da entidade, podemos citar os dados trazidos por Mendonça (2009, p. 155), que ao analisar o perfil da Diretoria-Geral da entidade entre os anos de 1958 e 1986, diz que, em um universo de 32 dirigentes, cujas informações foram encontradas, 29 deles (90,1%) eram do estado de São Paulo, enquanto 3 eram mineiros. Portanto, também para esta autora, "é óbvio tratar-se de uma entidade com bases sociais eminentemente regionais, uma entidade de paulistas para paulistas".

Se eminentemente paulista, a SRB parece ter sido criada com o objetivo de fazer frente a outras entidades de representação do setor, constituídas por frações agrárias ou oligarquias locais de outras regiões do país, representantes de interesses mais ou menos distintos do das frações dominantes da agroindústria paulista. Este processo ocorre principalmente em relação à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada, por sua vez, em 1897 e com sede no Rio de Janeiro, entidade com a qual a SRB passou a disputar o monopólio da representação patronal rural, em um processo que se estendeu com maior relevância pelo menos até meados dos anos 1980. Enquanto a SNA vinculava-se a segmentos não hegemônicos da classe proprietária agrária daquele período, isto é, pouco contemplados no bloco no poder, e possuía considerável representatividade nacional, reunindo em seu entorno diversas frações agrárias e oligarquias de diferentes regiões do país,

> A SRB consistiu numa agremiação de bases estritamente regionais, congregando distintos segmentos do patronato rural, desde que sediados no estado de São Paulo, embora sempre tenha assumido o qualificativo "brasileira" em sua denominação, numa tentativa de perpetrar, no plano simbólico, a "nacionalização" de seu projeto para a agricultura e o País (MENDONÇA, 2009, p. 133).

Neste sentido, ainda que, conforme atesta Mendonça (1997, p. 25, 35), as frações não hegemônicas das classes dominantes agrárias brasileiras daquele período disputassem ativa e permanentemente uma agenda pública e os benefícios das políticas de Estado para agricultura, conferindo "ao exercício da supremacia paulista um caráter bem menos monolítico do que se costuma supor", parece consenso o fato, atestado pela mesma autora algumas páginas a frente, de que as frações agrárias dominantes do estado de São Paulo forneceriam, naquele contexto, "o paradigma da *moderna agricultura* a ser seguido pelos defensores da *vocação agrícola do*

país, instrumentalizando o conceito de hegemonia" no que se refere às disputas, na sociedade civil e na sociedade política, em torno dos temas da agricultura.

Aliás, é bem verdade que Sonia Mendonça critica o que considera uma subestimação da importância política e social das chamadas "frações dominadas da classe dominante rural brasileira" nos estudos que enfocam este período entre o final do século 19 e início do século 20. Para ela, na maioria dos estudos, estas frações são comumente "reduzidas à condição de pálidos reflexos da supremacia exercida pela grande burguesia paulista no Estado". No fundo, trata-se de uma crítica a um olhar da historiografia e das ciências sociais que privilegia demasiadamente a importância econômica, social e política do estado de São Paulo, e de suas elites, na definição do que seja o Brasil, espécie de "paulistocentrismo", presente em alguma medida também no campo acadêmico. Nisso estamos de acordo com a autora. Visualizamos, por outro lado, a importância do desenvolvimento de um estudo que atualize questões e jogue luz a processos históricos e recentes que compõem o campo da ação política e da representação de interesses de frações dominantes que buscam afirmar protagonismo internamente ao projeto do agronegócio no Brasil. Sem nunca descuidar de um olhar relacional, que tenha em conta as dinâmicas de reprodução social de outras frações e grupos regionais, acreditamos que esta análise pode informar importantes questões sobre disputas, tensões, alianças e, de um modo geral, sobre as estratégias de reprodução social mobilizadas por frações dominantes que fazem, cada dia mais, avançar a força de um projeto político e econômico para o país, o do agronegócio – projeto este que influencia nas condições de vida de comunidades rurais e urbanas, povos tradicionais e grupos camponeses, trabalhadores rurais e sem-terra, entre outros agentes.

De forma coerente com a composição de suas bases sociais, intimamente ligadas ao complexo agroindustrial e financeiro paulista, a SRB assumia como bandeiras de reivindicação a defesa da modernização da agricultura brasileira e sua industrialização, afirmando a agricultura e o empresariado agroindustrial como "'pilares' da economia e da sociedade brasileiras", antecipando, na prática, muitos dos processos que viriam a ser conhecidos como agronegócio no Brasil a partir dos anos 1980. Cabe notar, assim, que o investimento político da entidade em defesa da bandeira da modernização da agricultura se fez sentir de maneira muito mais intensa, se comparada a outras entidades patronais, como a própria SNA, sediada no Rio de Janeiro (Mendonça, 2009).

Mais do que isso, se no caso destas frações dominadas da classe dominante agrária brasileira[16] – representadas aqui na entidade fluminense – a coesão interna ao grupo, e, neste sentido, a projeção de disputas contra as demais frações da classe dominante, eram equacionadas mediante contraposição a um inimigo tido como comum, representado pela indústria (Mendonça, 1997), o que se via na expansão do complexo cafeeiro pelos rumos de São Paulo era um processo dirigido por grupos dominantes ligados simultaneamente ao capital agrário, industrial, bancário e comercial – fração caracterizada por Perissinotto (1994) como grande capital cafeeiro - e cujos interesses, portanto, articulavam-se desde diferentes etapas deste processo produtivo, expondo relações intersetoriais, de cooperações e de disputas, como fundamento de força e afirmação de um modelo de desenvolvimento para o país.

Desta forma, embora houvesse muitos conflitos entre diferentes frações das classes dominantes paulistas naquele contexto, presume-se aqui que, para as frações hegemônicas desta classe dominante agroindustrial – forças dirigentes da expansão do complexo cafeeiro desde as últimas décadas do século 19 e representadas ali principalmente na SRB -, o reforço das relações intersetoriais que envolvem agricultura e outros setores produtivos e as alianças e cooperações intraclasse dominante daí advindas podem ter contribuído para melhorar sua posição no bloco no poder e perante outras frações da agricultura patronal brasileira.

Como vimos na introdução, mesmo que sob debate um tanto controverso sobre os níveis de autonomia e independência da indústria nascente e de sua fração burguesa (também em formação naquele contexto), relativamente ao complexo cafeeiro paulista, é inegável que se pode enxergar alguns fundamentos da acumulação de capital e do desenvolvimento da indústria em São Paulo a partir deste complexo agroexportador de café e das frações dominantes que o conduziam, a partir das últimas décadas do século 19. Conforme destacou Silva (1976, p. 17), "é na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira".

Este processo de articulação intersetorial e a importância do café para o desenvolvimento da indústria em São Paulo só podem ser compreendidos se considerarmos a ocorrência de um conjunto de mudanças no âmbito das relações de produção desta cultura, desencadeadas em paralelo à sua expansão pelo estado de São Paulo e materializadas na transição ao trabalho assalariado, no avanço da mecanização da cultura, na organização de uma rede de transportes ferroviários em seu entorno e, talvez o que seja mais importante perceber

[16] A expressão é de Mendonça (1997) e pareceu-nos interessante para uma análise que visa enxergar as classes sociais e suas frações internas.

aqui, no desenvolvimento de um sistema comercial e bancário que organiza sua produção e distribuição, no desenvolvimento, portanto, de classes e frações dominantes que ultrapassam os limites da propriedade fundiária, ligando-se também a interesses comerciais, bancários e industriais, muitas vezes com empreendimentos e residências alojadas nos grandes centros urbanos.

Não queremos, com isso, idealizar a existência de uma burguesia genérica, não identificada ou originária de um setor econômico específico, mas somente frisar as relações estabelecidas neste contexto, quer dizer, destacar como agricultura, indústria, comércio e finanças, não só têm suas condições de desenvolvimento fortemente interdependentes neste cenário, como são atividades gestadas, muitas vezes, pelos mesmos atores econômicos, presentes em diversas etapas do processo produtivo do complexo cafeeiro – como fazendeiros-comerciantes, como importadores-manufatureiros, como cafeicultores-investidores da indústria, como banqueiros-proprietários de terra.

Neste contexto, se em alguma medida, a industrialização paulista dependeu, desde seu início, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café, notadamente pela demanda dos Estados Unidos e da Europa; se, desta forma, não só os investimentos na fazenda como na indústria dependiam dos preços deste produto para seu sucesso, pode-se perceber aqui, de um lado, a grande importância do sistema comercial nesta equação e, de outro, a existência de uma certa dependência e incapacidade dos empresários da indústria rivalizarem com seus pares das fazendas, já que diretamente dependentes dos empreendimentos destes últimos e representando importância econômica relativamente menor que a de suas atividades (Dean, 1971; Bianchi, 2010).

Para se ter dimensão, em São Paulo, a agricultura representava mais do que o dobro do valor da produção econômica da indústria naquele momento. A indústria paulista ainda contava com baixo nível de capitalização e incipiente grau de concentração econômica, estando, também por isso, ainda fortemente dependente do setor agrário exportador do país. É importante considerar, assim, que se tratava ali também de uma fração burguesa industrial ainda sem muita força e capacidade de organização política, sem plena consciência de si mesma. Embora o setor industrial já estivesse em expansão naquele contexto e o estado já fosse o mais industrializado do país, a organização política destes agentes custou a afirmar-se autonomamente e com o protagonismo desejado, sendo o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), que deu origem à Fiesp, criado apenas em 1928 (Dean, 1971; Bianchi, 2010) – nove anos depois da SRB.

Mesmo nos anos seguintes, durante a definição de um projeto político industrializante para o país e na tentativa das frações industriais afirmarem-se como força hegemônica junto ao Estado brasileiro, se houve fortes críticas e tensionamentos à indústria estrangeira, pelas disputas dos mercados internos, e à lavoura, que só estaria preocupada com as cotações das bolsas estrangeiras, também havia uma recusa, manifesta no discurso destes atores da indústria nacional, em assumir um "falso antagonismo entre indústria e lavoura" (Bianchi, 2010) na definição do que seriam os interesses do país, demonstrando, portanto, relação complexa de conflitos e alianças envolvendo estes agentes ao longo do tempo e naquele contexto específico.

Ademais, mesmo sem pretensão de imputar ao período a existência de complexos agroindustriais plenamente articulados, o que só veio a se consolidar posteriormente, cabe mencionar que muitos dos setores industriais até então desenvolvidos possuíam estreita relação com o setor agrícola, estando fortemente articulados à sua produção – 40,2% dos ramos industriais então existentes no estado de São Paulo concentravam-se no ramo de alimentação, por exemplo. Ainda que tal nível de dependência da indústria em relação ao setor agrário exportador não deva ser entendido como uma completa "identidade física" entre estes dois setores, já que constitutivamente distintos (Bianchi, 2010), este processo pode informar certo nível de funcionalidade de um arranjo político, espécie de concertação de interesses agroindustriais, interessante tanto a determinadas frações de proprietários de terra, os mais integrados às modernas cadeias produtivas, quanto aos industriais deste estado.

Diante disso, se parece evidente que os conflitos intersetoriais que compõem a agroindústria também ocorreram neste espaço de representação do setor rural, na SRB[17], percebe-se, ao menos, que a entidade visava projetar o poder econômico e político das elites agrárias e agroindustriais do estado mobilizando certo discurso de articulação entre agricultura e indústria naquele contexto. O próprio cenário de criação da entidade é retratado lá ou recontado nos dias de hoje, aludindo-se a este mecanismo de construção de imagem:

> A SRB foi criada com o propósito de idealizar o agronegócio brasileiro, **reunindo produtores e agroindustriais em uma única instituição**. [...] A nova sociedade surgiu para dar voz a desenvolvimentistas que pretendiam **impulsionar as indústrias ligadas ao campo**, agregando valor ao setor rural brasileiro (*SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA - HISTÓRIA*, site institucional, grifo nosso).
>
> [A SRB foi criada] com o fim de fomentar o desenvolvimento da pecuária, da agricultura, e de todas as **indústrias derivadas d´estas** (Ata da Primeira Reunião e Instalação Provisória da Sociedade Rural Brasileira, em 1919, grifo nosso).

[17] Especificamente, Mendonça (2009, p. 145) destaca a recorrência de discussões em torno da "penalização da agricultura em detrimento da indústria", como marca dos debates e bandeiras de reivindicação da entidade em vários momentos.

> Na São Paulo de 1919, havia a Sociedade Paulista de Agricultura[18], formada por lavradores que defendiam seus ideais e por outro lado, havia uma **corrente desenvolvimentista** que pretendia **impulsionar uma indústria agropecuária**. Nascia os ideais de um agronegócio: a Sociedade Rural Brasileira nasceu para **unir em seu quadro associativo os produtores e os agroindustriais** (MAGALHÃES, 2009, p. 22, grifo nosso).
>
> Foi no mês de maio de 1919, que impressionado pelo **ardente desejo de ver um dia a indústria agropecuária no Brasil tornar-se uma realidade**, como de fato o é na República Argentina e sob a impressão do papel que exerce a poderosa Sociedade Rural Argentina, podendo-se quase afirmar ser ela a propulsora da expansão econômica da grande nação amiga, sugeria a ideia de se criar em nosso meio a Sociedade Rural Brasileira (Eduardo Fonseca Cotching, fundador da SRB, em 20 de maio de 1920, nos Annaes da Sociedade Rural Brasileira apud MAGALHÃES, 2009, p. 22, grifo nosso).

Além do fato em si de ter um industrial, Eduardo Cotching, apontado como seu principal fundador, a SRB – segundo Perissinotto (1994), naquele contexto, entidade essencialmente representante do grande capital cafeeiro - buscava mesmo se diferenciar de suas congêneres atestando a presença em seu interior de *uma corrente desenvolvimentista* que visava *impulsionar uma indústria agropecuária*, unindo *os produtores e os agroindustriais* em uma mesma instituição, desejando *ver um dia a indústria agropecuária no Brasil tornar-se uma realidade*. Diferenciava-se, assim, de entidade apenas *formada por lavradores que defendiam seus ideais*, afirmando a possibilidade de um novo patamar de desenvolvimento na agricultura e agroindústria de São Paulo e do país.

Mesmo que indiretamente, esta questão da integração intersetorial e dos elos envolvendo agricultura e indústria, como componentes da representação política aqui mobilizada, também pode ser atestada pela identificação, em documentos oficiais da entidade datados do período contemporâneo, do termo agronegócio para retratar a realidade histórica de sua fundação – ocorrida cerca de 70 anos antes deste conceito ser trazido ao Brasil. Ainda que um tanto extemporânea e mobilizada aqui claramente como atributo de legitimidade perante o setor e a sociedade em geral, a utilização deste termo demonstra o forte apelo da entidade à integração intersetorial, como elemento de sua constituição e legitimação desde as primeiras décadas do século 20, destacando como tal integração foi mobilizada por determinadas frações dominantes de São Paulo como forma de afirmação de sua força econômica e simbólica nacionalmente.

Para eles, a superação da realidade de um país com matriz econômica basicamente agroexportadora, "sem indústrias, com a exploração de ouro estagnada e a economia voltada

[18] Para mais detalhes sobre esta entidade, ver Perissinotto (s.d.).

para a produção de açúcar, algodão e arroz", durante o final do século 19, envolveu o forte protagonismo de seu estado no desenvolvimento de uma agricultura que serviu como base à industrialização daquela economia:

> Com base na economia cafeeira, São Paulo pôde finalmente acelerar o processo de industrialização e urbanização na passagem para o século 20. [...] Quando a SRB foi fundada, São Paulo já superava a capital federal de então, o Rio de Janeiro, em atividade econômica. Ao mesmo tempo que sustentava a balança comercial, o café exportado pelos paulistas facilitava a importação de insumos para o desenvolvimento da indústria (*SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA - HISTÓRIA*, site institucional).

A própria força do estado paulista em nível nacional é, assim, atestada pelos interlocutores de pesquisa por um olhar que destaca certa relação de funcionalidade, como uma *conjugação de fatores* que envolve a formação de uma *consciência agrícola paulista*, como expressão, em si mesma, da força e do poder destes grupos na construção de um projeto nacional, mas que, ao mesmo tempo, serviu de base à posterior reinvenção ou à *redenção* de um projeto de desenvolvimento protagonizado por estas elites, qual seja, a agroindustrialização da economia após a crise de 1929:

> Foi essa conjugação de fatores. O café como base da consciência agrícola paulista, a sua redenção transformada na agroindústria paulista, que passou a exigir uma indústria de base. Vamos fazer uma usina de açúcar, então tem que ter moenda, tem que fazer a máquina para a indústria. Então a indústria de base nasceu pela demanda dos italianos e japoneses que fizeram para montar a agroindústria brasileira em São Paulo.
> [...]
> São Paulo é um estado que foi construído pelo café e quando o café morreu, a morte dele foi reconstruída, transformando o café em agroindústria. São Paulo era um estado agrícola, graças ao café, e se tornou um estado industrial, graças ao café que morreu. [...] Tinha sido o estado mais rico da federação por causa do café e virou o mais rico da federação porque o café morreu também (RODRIGUES, 2020).

Se a ideia da *agregação de valor* ao produto e da construção de cadeias produtivas agropecuárias interligadas com a indústria apresenta-se no discurso desses interlocutores como meio para superação de uma crise econômica, materializada na derrocada do café no final da década de 1920, essas ações aparecem também como atributo de legitimidade de atores que compõem hoje certas frações dominantes no estado de São Paulo, constituindo-se como sinônimos de "coragem, determinação" e protagonismo de agentes que, segundo este discurso, "mudaram a cara de São Paulo" naquele contexto (Rodrigues, 2020).

Mudar a cara do estado, de sua agricultura e da do país envolve também, neste sentido, afirmar-se como vanguarda da inovação tecnológica e da modernização produtiva no

setor, traço marcante na trajetória de indivíduos e instituições, componentes destas que vieram a ser as elites do agronegócio paulista posteriormente[19]:

> Assuntos inéditos para os produtores brasileiros, como o cruzamento bovino, a febre aftosa e o milho híbrido, eram discutidos na Rural ao longo da década de 1920. [...]
> Muito antes de se falar em Revolução Verde, a Rural [como é chamada a SRB] já discutia a modernização do setor, em debates sobre a irrigação dos cafezais, o melhoramento das pastagens e a utilização de adubos químicos. [...]
> Por influência da Rural, diversos departamentos, institutos e conselhos ligados à atividade rural, por segmento (avicultura, pecuária, cafeicultura), foram criados (*SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA - HISTÓRIA*, site institucional).
>
> A Sociedade Rural Brasileira discutia a inovação e apoiava tais investimentos e iniciativas desde sua criação. [...]
> Quando se trata de pesquisa e tecnologia para o campo, a Rural persiste na urgência da inovação. Em suas primeiras publicações foi a primeira entidade a falar de adubação química, de milho hibrido, em confinamento de gado, a fazer registro genealógico de raças bovinas. [...]
> Atualmente, a entidade já é posicionada quanto ao uso da biotecnologia, plantio racional e adequando de transgênicos, a nanotecnologia, todos são temas que discutimos para o futuro (MAGALHÃES, 2009, p. 110).

O papel de destaque ocupado pela retórica de vanguarda na inovação tecnológica e na modernização produtiva – frequentemente alicerçado também em noções como *coragem* e *determinação* – constitui-se como construção de imagem e definição de estratégias de reprodução social das elites agroindustriais paulistas ao longo do tempo. É um elemento que projeta e afirma seu protagonismo no desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria no país, de sua liderança a nível nacional. A mobilização de um debate econômico e a busca por maior eficiência na atividade produtiva agropecuária e agroindustrial aparece também como construção de imagem positiva do setor, constituindo-se em capital simbólico mobilizado em favor do grupo e em elemento de disputas e de diferenciação interna à classe.

Neste caso, a elite da classe, então porta-voz da entidade, é apresentada como sendo a "nova *intelligentsia* do agronegócio brasileiro" naquele contexto. Isso ajuda a projetar o grupo paulista ao que pode ser visto como uma direção intelectual e moral da classe, já que supostamente capaz de pensar com protagonismo o desenvolvimento do setor, guiando seus rumos e ações e sendo, nas palavras deles, "referência nos principais debates ligados ao campo" (*Sociedade Rural Brasileira – História*, site institucional).

A *nova intelligentsia* dessas elites, o "celeiro de líderes" da agricultura patronal brasileira, contribuiria, assim, "para a pluralidade de ideias e o desenvolvimento planejado do setor", tendo capacidade de apontar seus rumos e projetando seus representantes aos postos de

[19] Digo posteriormente, pois o agenciamento da noção de agronegócio no Brasil só ocorre a partir de meados da década de 1980.

poder da sociedade política, notadamente àqueles relacionados à agricultura e agroindústria, seja em São Paulo, seja nacionalmente.

Figura 3: As bandeiras do Brasil e do estado de São Paulo no Auditório da sede da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.

A atual sede da Sociedade Rural Brasileira localiza-se no 19° andar de um prédio na Rua Formosa, Centro Histórico da cidade de São Paulo. Em seu auditório, ao lado da bandeira nacional, se vê erguida a bandeira do estado de São Paulo. A predominância de paulistas na composição interna da entidade ocorre desde o período de fundação da SRB, nas primeiras décadas do século 20. Conforme as páginas da revista A Rural, de publicação pela Sociedade Rural Brasileira, em edição alusiva aos seus 10 anos, em 1929, a SRB foi "fundada em 1919 por um grupo de **denodados paulistas**", representando "na actualidade a maior força das classes agrícolas do paiz"[20] (A Rural, 1929a, p. 570, grifo nosso).

O protagonismo paulista na construção da entidade também é ressaltado em seu ato de fundação pelo próprio Eduardo da Fonseca Cotching, apontado como o grande idealizador da Sociedade Rural Brasileira: "Tomando a palavra o Snr. Dr. Eduardo da Fonseca Cotching expoz os fins da reunião e declarou que ha muito vinha alimentando a idéa de criar esta Sociedade, desejando **contribuir para o progresso do Estado de São Paulo e do Brasil**" (A Rural, 1929a, p. 572, grifo nosso).

[20] As palavras foram transcritas nesta e em outras citações diretas de documentos históricos preservando a gramática da época.

Figura 4: Retrato em homenagem a Eduardo da Fonseca Cotching na sede da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.

Como informa sua ata de fundação, datada de 20 de maio de 1919, fruto de reunião encerrada as 9h da noite daquele dia, realizada na cidade de São Paulo, prédio número 144 da Rua Libero Badaró, a entidade nasce com o intuito de "fomentar o desenvolvimento da Pecuaria, da Agricultura e de todas as industrias derivadas d´estas". Visava-se também "prestigiar toda iniciativa que possa favorecer o aperfeiçoamento da criação das differentes especies que augmentam a riqueza nacional"; fundar uma sede em que os "Srs. Associados" pudessem "se reunir, provida de Bibliotheca, jornaes e revistas agricolas"; instalar "em um terreno apropriado um recinto para Exposições agro-pecuarias, onde possam realisar-se certamens annuaes com todos os requisitos modernos nas linhas geraes das Sociedades congêneres Ingleza, Franceza e Argentina"; também buscavam promover "os meios necessarios afim de facilitar a importação de animaes reproductores estrangeiros para seus associados" (A Rural, 1929a, p. 572).

Chama a atenção a importância que possui a sede da SRB, cuja opulência é destacada por seus porta-vozes em diferentes contextos históricos. Sua construção era uma velha aspiração da Sociedade, reivindicada pelos sócios em passagens históricas registradas por A Rural. Quando a entidade completou dez anos, em 1929, esta mesma revista trouxe uma reportagem fotográfica completa com detalhes sobre "o conforto das suas instalações" (A Rural,

1929a, p. 570), demonstrando como isso se constitui, ao longo do tempo, em elemento de distinção e afirmação de poder pelos representantes da entidade.

Figura 5: Sala de entrada da sede atual da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.

Em um dos trabalhos de campo realizados na sede atual da entidade me chamou a atenção certa opulência de alguns elementos dessas instalações - com móveis antigos e tradicionais, quadros com pinturas originais, bustos esculpidos de pessoas consideradas por eles importantes personalidades históricas para a agropecuária e agroindústria estadual e nacional, etc. -, bem como o destaque dado por seus representantes a isso:

> Durante a tarde, enquanto dava sequência a digitalização dos materiais [revistas da SRB] tive a surpresa de um outro encontro: subitamente adentrou à sala Teresa Cristina Vendramini, atual e primeira mulher presidente da SRB. Teresa estava apressada, entre uma reunião e outra. [...] Ela viajaria ainda no mesmo dia. Perguntou brevemente sobre mim e minha pesquisa e demonstrou grande interesse em abrir as portas da entidade a um pesquisador. Foi bastante receptiva. Me perguntou se já conhecia toda a sede da entidade. Respondi que conhecia somente algumas partes. Teresa ficou surpresa e, quase que literalmente me puxando pelo braço, me levou a conhecer toda a sede. Na sala de reuniões me explicou a disposição das cadeiras (em torno da mesa cumprida sentavam os diretores e nas cadeiras em volta os eventuais observadores). [...] ainda nesta sala, mostrou um quadro com registros históricos da SRB. Buscou demonstrar os capitais de distinção da entidade, como instituição secular, fazendo referência às suas primeiras décadas. [...] Então perguntou se eu conhecia o auditório. Respondi que não. Teresa ficou novamente surpresa e imediatamente me conduziu até lá. Mostrou-me o espaço e, principalmente, os quadros dos ex-presidentes pendurados nas paredes. Explicou que cada presidente pintava o retrato de seu antecessor. [...] Teresa então me conduziu até o quadro do fundador da entidade, Eduardo Cotching. Falou brevemente sobre este contexto. [...] De volta ao saguão, perguntei se poderia tirar fotos do ambiente: “deve”, me respondeu ela. A sede parecia ser algo a orgulhar a representante, que fazia questão de mostra-la, exibi-la. Teresa ainda me levou à sua sala, a da presidência, destacando

> também a beleza e opulência do espaço (caderno de campo do autor, 13 de outubro de 2021).

Chama atenção o orgulho com que a presidente da entidade se referia e mostrava sua sede, causando-lhe surpresa o pesquisador ainda não ter circulado por ali, incentivando fortemente a fazê-lo, estimulando a que fizesse registros por fotografias. As instalações materiais da SRB pareciam materializar sua relevância política e histórica. Seja em termos de sua opulência, seja pelos registros históricos expostos nas paredes – com documentos e imagens de pessoas que por ali passaram ou das quais a entidade se considera herdeira.

As instalações parecem trazer à tona também outro elemento de reforço dos capitais simbólicos da entidade, o tempo pelo qual ela existiu e se desenvolveu. O fato de ser entidade com existência maior que um século foi muito ressaltado no discurso de sua representante, que se esforçava para demonstrar domínio e conhecimento sobre esta história, bem como sobre as trajetórias de alguns que por ali passaram.

A importância da entidade também parecia ser sinalizada pela agenda de uma presidente muito ocupada, que estaria na correria entre uma reunião e outra, sem tempo nem para almoçar direito, e, por isso, esforçando-se para atender com o máximo de atenção o pesquisador. Destaca-se ainda o entusiasmo com que a ideia desta pesquisa foi recebida pelas pessoas dali e por sua presidente, que a todo momento abriram as portas da entidade para meu ingresso e para a geração de dados para a pesquisa. Era como se, para eles, o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica a respeito da entidade reforçasse seu brio e sua importância como entidade secular e historicamente relevante no contexto de São Paulo e do Brasil.

A distinção da entidade também está ligada à sua relação com entidades e atores de outros países. Voltando ao contexto de surgimento da SRB, no discurso de construção da entidade chama a atenção as relações e referências a entidades congêneres de fora do Brasil. A SRB parece querer afirmar-se como a representante brasileira de um projeto de agricultura e de sociedade representado em outros países por estas entidades. Faz uso, assim, de um capital de legitimidade acumulado pelas associações de outros países ao longo do tempo. Tal como estas, carrega em sua nomenclatura o epíteto nacional e busca a partir disso e de suas ações e representações gestar um projeto de nação.

O desenvolvimento no Brasil de setores econômicos que formam a base de sustentação da SRB também precisa ser enxergado nesta articulação internacional. Juntamente com os cafeicultores, os pecuaristas eram os principais atores que constituíam a base social da entidade. Como mencionado na própria ata de fundação, um dos papeis da SRB seria o de facilitar a importação de animais reprodutores estrangeiros, buscando melhorar a genética do

gado de elite no Brasil. A Inglaterra, citada como referência, foi o país que inventou o mercado de gado de elite a partir do século 18: “através do controle sobre a reprodução dos animais, publicação regular de pedigrees e uso de cercas, fizeram raças bovinas e um mercado pecuário moderno” (Leal, 2016, p. 15). Com especificidades, o mercado de gado de elite se consolidou no Brasil a partir do século 20, contando também com a contribuição das ações da SRB.

O papel do Brasil é relevante, sobretudo, na invenção do mercado de elite do gado zebu, objeto de estudo de Leal (2016). Ela diz que “criadores e bovinos produzem uns aos outros nesse mercado como uma elite. Ambos devem ter ‘algo a mais’”. Nesse sentido, ela enxerga as trajetórias de homens e bois como indissociáveis umas das outras – “um espécime de elite é produtor e produto de seu criador. [...] Mais do que produzir e comercializar vacas e touros com qualidades genealógicas, fenotípicas e estéticas raras, a pecuária de elite realiza reputações” dessas elites agropecuárias (Leal, 2016, pp. 200, 218). Isso os coloca em condição econômica de destaque e os legitima na afirmação de um projeto de nação:

> Criadores brasileiros inventaram uma maneira própria de selecionar e “racear” gado. [...] Tal fórmula brasileira de seleção e melhoramento flerta com outras invenções nacionais, de que, aliás, é contemporânea. O sentido da pecuária zebuína, portanto, mais do que zootécnico, é político. Por meio do “raceamento” de animais, ocupação de territórios e uso de biotecnologias, a pecuária zebuína, desde a década de 30, quando se consolida, vincula fazendeiros e Estado em um projeto de nação (LEAL, 2016, p. 32).

Dessa forma, a autora afirma que “a pecuária zebuína brasileira, desde os seus primeiros tempos, produz enunciados nacionalistas”. Os espécimes de gado de elite são parte de um projeto maior, que no Brasil coincide com a construção de uma indústria e de um comércio de gado, bem como da ocupação de territórios: “falar de raças bovinas é, portanto, falar de um projeto político de Estado-Nação” (Leal, 2016, pp. 281, 288).

Muitas figuras relevantes, da elite agropecuária paulista e brasileira, destacaram-se na organização inicial da SRB, inclusive agentes ligados à importação de raças bovinas e ao seu melhoramento genético no Brasil. Na ata do primeiro encontro de fundação da entidade é destacado o papel de Carlos Botelho, convidado por Cotching após seu discurso para presidir a reunião de fundação da entidade: “Tomando a palavra, o Dr. Carlos Botelho congratulou-se com os presentes por tão auspicioso acontecimento, pois reconhecia nesta Sociedade uma verdadeira alavanca para a maior riqueza e grandeza do Brazil e [sic] Pecuaria”. Destaca-se a experiência de Botelho ligada a organização de exposições e a “importação de reproductores estrangeiros”, elementos que seriam os fundamentos de suas ideias e de “onde elle via, com a continuação d´esse mesmo programma, o progresso do nosso Paiz” (A Rural, 1929a, p. 572).

Carlos Botelho foi um médico, político e agricultor paulista, nascido em Piracicaba, em 1855, e falecido em São Carlos, em 1947. Recebeu o grau de doutor em Medicina em Paris, em 1878. Em 1883, se casou com Constança Maria de Brito Filgueiras. Era o filho primogênito de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde de Pinhal, e no mesmo ano de ocorrência desta reunião, em 1919, fora eleito senador por São Paulo, cargo para o qual seria reeleito em 1927. Na sede da Sociedade Rural Brasileira, há um busto em homenagem ao seu pai, o Conde Pinhal, o que demonstra a importância desta figura e de seu tronco familiar no histórico da entidade.

Figura 6: Busto em homenagem a Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde de Pinhal, na sede da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.

Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde de Pinhal, descende de uma família que chegou de Portugal ao Brasil em 1654. Ele compõe a quinta geração de brasileiros descendentes desta família de colonizadores. Mais precisamente, é descendente de Sebastião de Arruda Botelho, que chegou ao Brasil no ano mencionado junto aos irmãos André Botelho Sampaio e Francisco de Arruda e Sá. Nove anos após sua chegada, em 1663, Sebastião casou-se com a brasileira Isabel de Quadros. O casal foi pai de Simão de Arruda Botelho (Casa do Pinhal, s.d.).

Integrantes da família ocuparam cargos políticos na vida pública local já nas décadas seguintes a sua chegada ao Brasil. O próprio Sebastião de Arruda Botelho tomou posse como Vereador da Câmara da Vila de Santana de Parnaíba, em 1682, quase 30 anos após sua chegada ao Brasil (Casa do Pinhal, s.d.).

O avô do futuro Conde de Pinhal, Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, nasceu em Itu no ano de 1740. Em 1767, ele se casou com Maria Meira de Siqueira. Ele era militar e na época de seu casamento servia como Alferes Comandante na Colônia Militar do Iguatemi, povoação e posto militar próximo à fronteira com o Paraguai. Posteriormente, assumiu o posto de Comandante da Força Armada de Piracicaba e foi promovido a Sargento-Mor (Casa do Pinhal, s.d.).

A ligação com a terra é destacada na família e sua posse vai se acumulando ao longo do tempo. Em 1785, Carlos Bartholomeu obteve uma sesmaria de três léguas nos Campos de Araraquara. Um ano depois, um de seus filhos, Manoel Joaquim, também obteve uma sesmaria na mesma região e o próprio Carlos Bartholomeu comprou outra sesmaria, também na região de Araraquara, do Cirurgião-Mor Manoel Martins dos Santos Rego. Essas três sesmarias formaram a Sesmaria do Pinhal. Ainda há o registro de uma quarta sesmaria adquirida por Carlos Bartholomeu, em 1795, em Piracicaba, a Sesmaria do Bom Jardim do Salto (Casa do Pinhal, s.d.).

O pai do Conde de Pinhal, Carlos José Botelho, nasceu, em 1790, em Piracicaba. Mas desenvolveu atuação pública em Araraquara, onde foi Subprefeito, Presidente da Câmara Municipal, Juiz Municipal, Delegado de Polícia, Tenente-Coronel da Guarda Nacional e Inspetor de Instrução Pública e de Estradas. Além disso, desenvolveu negócios na produção de cana-de-açúcar, na pecuária e, a partir da década de 1840, também no setor cafeeiro, produção que se intensifica a partir da década de 1880. Em 1824, ele havia se casado com Cândida Maria do Rosário. Três anos depois, em 1827, nasceu seu filho Antônio Carlos de Arruda Botelho, o futuro Conde do Pinhal (Casa do Pinhal, s.d.).

O primeiro casamento do Conde do Pinhal foi com Francisca Theodora Ferraz Coelho, em 1852. Carlos Botelho, que presidiu a reunião de fundação da SRB, em 1919, é filho deste casal e nasceu em 1855, como já informado. Mas Francisca faleceu em 1862. Um ano depois, Antônio Carlos de Arruda Botelho casou-se novamente, agora com Anna Carolina de Mello Oliveira, que veio a ser a Condessa do Pinhal (Casa do Pinhal, s.d.).

A importância da família verifica-se em diversas dimensões. A própria história do município de São Carlos[21] está diretamente ligada ao prestígio acumulado por esta linhagem. Sua fundação, em 1857, e posterior emancipação, em 1880, ainda com o nome de São Carlos do Pinhal, é atribuída a esforços de Antônio Carlos de Arruda Botelho e de seus irmãos. Ele

[21] Localizado na região centro-leste do estado de São Paulo, o município dista cerca de 250 km da capital e conta hoje com aproximadamente 254 mil habitantes.

também foi um dos fundadores da Sociedade Comercial de Gêneros Nacionais e Estrangeiros. Em 1864, o futuro Conde do Pinhal foi eleito membro da Assembleia Legislativa Provincial. Em 1883, ele chegou a ser eleito presidente desta Assembleia e, a partir de 1886, atuou como Deputado da Câmara de Deputados do Império. Antes disso, em 1867, ele havia recebido o título de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional, em razão dos serviços prestados na Guerra do Paraguai[22]. Um ano depois Antônio Carlos novamente recebera uma distinção fruto de sua atuação na Guerra do Paraguai, desta vez condecorado com a Ordem da Rosa (Casa do Pinhal, s.d.).

As distinções alcançavam também a família de sua então esposa, Anna Carolina de Mello Oliveira. Em 1867, seu pai, José Estanislau de Oliveira, recebeu o título de Barão de Araraquara e, em 1870, o título de Visconde do Rio Claro. Já Antônio Carlos de Arruda Botelho torna-se Barão do Pinhal no final desta década, em 1879, recebendo o título novamente em função dos serviços prestados na Guerra do Paraguai.

Com o sogro também ocorreram parcerias econômicas, como quando, em 1882, em associação entre eles e outros fazendeiros da região, compraram parte da concessão para construir uma estrada de ferro entre Rio Claro e Araraquara, formando a Companhia do Rio Claro de Estradas de Ferro. Um ano depois, o empreendedorismo nesta atividade ferroviária rendeu ao então Barão do Pinhal o título de Visconde do Pinhal, equiparando-se ao sogro em termos de título de distinção. Finalmente, em 1887, pela finalização da construção da estrada de ferro interligando os municípios de Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Jaú, ele recebe o título de Conde do Pinhal (Casa do Pinhal, s.d.). Portanto, os títulos e honrarias estão formalmente ligados às atividades militar e ferroviária – lembrando que estas linhas de ferro foram fundamentais para o desenvolvimento da cafeicultura e da economia paulista em geral.

Aliás, os investimentos econômicos do então Visconde do Pinhal também giraram em torno da comercialização de café, em um movimento entre lavoura e comércio, típico do capital cafeeiro daquele contexto. Entre 1886 e 1887, ele criou a Casa Comissária Arruda Botelho, em Santos, comercializando o café da região de São Carlos do Pinhal. Já em 1889, a Companhia do Rio Claro de Estradas de Ferro foi vendida para a companhia inglesa São Paulo Railway Company. Com o dinheiro da venda, o Conde fundou o Banco de São Paulo, o Banco União de São Carlos e o Banco de Piracicaba, cada um deles nas cidades que lhes emprestam o nome. A carreira política também seguia uma evolução: em 1891, ele atuou como Senador do

[22] Considerado o maior conflito internacional armado da América Latina, a Guerra do Paraguai ocorreu de 12 de outubro de 1864 a 1 de março de 1870.

estado de São Paulo, sendo eleito para o Congresso Constituinte do estado. Conde do Pinhal morreu em 1901, na Fazenda Pinhal, em São Carlos do Pinhal (Casa do Pinhal, s.d.).

Portanto, ele morre 18 anos antes da fundação da Sociedade Rural Brasileira – o que não o impede de ser visto como um ícone da entidade. Não tendo vivido o contexto de sua fundação, o busto em sua homenagem na sede da Rural representa homenagem póstuma, como reconhecimento a um histórico de atividades realizadas, seja no desenvolvimento de setores econômicos que dão base à entidade, seja na construção simbólica do poder de elites que buscam afirmar-se protagonistas de um projeto de país – pela terra, pela guerra, pela riqueza, pelos títulos de nobreza.

Seja pela presença destacada do filho em reunião de fundação da entidade, seja pelo busto em homenagem ao pai, decorando atualmente a sede da Sociedade Rural Brasileira no centro da cidade de São Paulo, o que se vê aqui é o destaque a uma linhagem considerada de grande prestígio no estado, cujos capitais sociais são renovados, muitas vezes, nesta articulação e organização da representação política da classe. Desta forma, a família pode ser vista aqui como "um princípio de construção da realidade social", isto é, compreendida não apenas como um dado imediato dessa realidade, mas como "instituições existentes tanto na objetividade do mundo, sob a forma desses corpos sociais elementares que chamamos de famílias, quanto nos espíritos, sob a forma de princípios de classificação" operados pelos agentes sociais em seu cotidiano (Bourdieu, 2011, p. 127).

Na situação analisada se percebe que a reprodução da condição dominante de grupos de elite se efetiva também pelo capital simbólico de sobrenomes transmitidos de geração em geração, o que faz com que a família tenha

> Um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações (BOURDIEU, 2011, p. 131).

Nesse sentido, conforme destaca Aragão (2018, p. 29), a política pode ser vista como tradição, como coisa de família: "falar de *política* é falar de *família*, de *respeito*, de *sangue*, de *intriga* e de *competição*". Ainda tendo como referência as formulações dessa autora, entendemos que categorias como *terra*, *família*, *sangue* e *sobrenome* são variáveis que se combinam e dão forma às trajetórias individuais aqui analisadas. A família Arruda Botelho, retratada acima, esteve presente nos atos de fundação da Sociedade Rural Brasileira e está representada em bustos e homenagens que eternizam sua memória na sede da entidade. É como se a família emprestasse seu prestígio e poder, adquiridos pela terra e pela guerra, ao grupo social representado pela SRB e, ao mesmo tempo, o renovasse mais facilmente por este meio.

Do ponto de vista da entidade, se forja um compromisso histórico que busca fazer da tradição o combustível que traz força ao movimento político e renova os capitais simbólicos do grupo ao longo do tempo.

Sobre esses casos, ainda é possível um paralelo com o que disse Moura (2007), em análise sobre a carreira e a socialização de diplomatas brasileiros no Instituto Rio Branco. Tal como no espaço analisado pela autora, parece haver na SRB a "configuração de um grupo de status, com *ethos* e visão de mundo próprios, que tem se representado através de imagens que remetem a noções de parentesco dinásticas" (Moura, 2007, p. 14). A presença na sede da entidade de busto em homenagem ao pai daquele que presidiu a reunião de fundação da Rural - mesmo tendo o homenageado falecido 18 anos antes de sua fundação e, portanto, não tendo participado diretamente desse processo - atesta a centralidade de sobrenomes que são mobilizados para, de um lado, valorizar a imagem pública da entidade e que, de outro lado, também informam a estruturação de posições internas ao grupo, estabelecendo quem pode ou não presidir uma reunião de fundação, compor uma diretoria ou falar em nome da entidade.

A ata da primeira reunião de fundação da SRB, em 20 de maio de 1919, foi assinada pelas seguintes pessoas: Fernand Ruffier (Secretário); Dr. Carlos Botelho; Conde de Prates; A. Crawford White (Consul de S. M. Britannica); A. S. Midlam (Director da Comp. Frogorifica Armour); Julio Oribe Hofmann; A. Mackenzie (da Comp. Frigorifica Armour); Leopold Plaut (Director da Continental Products Co.); C. B. Thomson (da Comp. Frigorifica Armour); Carlos A. Monteiro de Barros; Eduardo da Fonseca Cotching; F. J. MC. Combie (da Comp. Frigorifica Armour); H. O. Berns´au (Director da Faz. "Anastacio" da Comp. Armour); Maurice Goldstein (de Leon Israel); N. W. Fitzpatrick (de Leon Israel); Marcolino Barreto (Deputado Federal); John F. Roebottom (de Leon Israel); Ben. R. Rand (de Leon Israel); e Julio de Mesquita Filho (jornal O Estado de São Paulo) (A Rural, 1929a, p. 572).

Aqui pode se ter ideia do panorama inicial da entidade: desde sua criação e nas primeiras décadas de desenvolvimento, a SRB foi composta principalmente por frações dominantes do complexo agroexportador de café, fortemente concentrado em São Paulo, bem como por grandes pecuaristas do estado (sobretudo criadores de gado de corte) e, posteriormente, por agroindustriais vinculados aos mercados externos e fortemente beneficiados pela modernização da agricultura brasileira. Conforme destacou Lamarão (s.d.), no ato de fundação da entidade e na composição de suas primeiras diretorias:

> Ao lado de nomes ligados a tradicionais famílias paulistas, como Rafael Sampaio Vidal, Carlos Monteiro de Barros, Carlos Botelho, observa-se a presença de altos funcionários de empresas frigoríficas, geralmente estrangeiras, e de representantes de indústrias e de firmas cafeeiras. Assim, entre os que assinaram a ata da reunião de

> fundação [em 20 de maio de 1919] encontravam-se cinco diretores do frigorífico Armour, quatro diretores da Leon Israel & Company, um diretor da Continental Products Co., além do deputado federal Marcolino Barreto, do jornalista Júlio de Mesquita Filho e do próprio cônsul da Inglaterra em São Paulo, A. Crawford White. Já a ata da reunião de 31 de maio [foi uma segunda reunião de instalação da entidade] contou com as assinaturas, entre outros, de representantes do frigorífico Wilson, da Companhia Cafeeira de São Paulo e da Companhia de Indústrias Têxteis. O setor bancário também possuía representantes, na qualidade de sócios remidos da sociedade, conforme atesta uma relação de 12 bancos anexa à ata. Essa relação incluía tanto bancos nacionais, como o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco Comercial de São Paulo, quanto bancos estrangeiros, como o Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud, o Banco Ítalo-Belga e o London and River Plate Bank.

Além destes nomes, Zioli (2006) destaca entre as lideranças que se reuniram para fundar a SRB, a presença de figuras consideradas de expressão nacional, como Antônio Prado (1840-1929), que foi conselheiro e ministro da agricultura do Império e prefeito de São Paulo entre 1899 e 1910; Olavo Egydio de Souza Aranha (1862-1928); Martiniano Rodrigues Alves (1872-1940); Elói Chaves (1875-1964); J. J. Cardoso de Melo Neto; Guilherme da Fonseca Cotching; além de outro integrante da família Sampaio Vidal, irmão do primeiro vice-presidente da entidade, Bento de Abreu Sampaio Vidal, que também se tornaria figura central na entidade, como veremos.

Se, como dissemos, o desenvolvimento da agricultura paulista neste contexto inicial do século 20 – seja no complexo cafeeiro ou em outras atividades produtivas da agropecuária - ocorria com um nível considerável de articulação intersetorial entre capitais, que eram deslocados entre fazenda, indústria, bancos e comércio, tendo, muitas vezes, origem internacional, é interessante perceber aqui, agora em mais detalhes, a presença - justamente na entidade que buscava se apresentar como *um farol para o Brasil*, que buscava, como disse Mendonça (2009), afirmar no plano simbólico a nacionalização de seu projeto para a agricultura e para o país - do que parecem ser algumas das forças economicamente mais dinâmicas desta agroindústria, de nomes componentes de linhagens historicamente tradicionais neste estado, de profissionais liberais influentes, de atores muito bem posicionados junto à sociedade política, do que seriam elites dirigentes naquele contexto, porta-vozes corporativos e empresariais de atividades agroindustriais as mais relevantes ali.

No dia 31 de maio de 1919, onze dias depois e em mesmo local, ocorre uma segunda reunião de instalação da Sociedade Rural Brasileira, também encerrada as 9h da noite. Esta reunião havia sido convocada pelo encontro anterior e teria como finalidade possibilitar aos participantes “tomarem conhecimento da organização definitiva da Sociedade Rural Brasileira, approvação dos Estatutos, eleição da Directoria e mais actos que ultimassem a sua constituição” (A Rural, 1929a, p. 573).

A reunião foi conduzida pelo Conde de Prates, que veio a ser o primeiro presidente da entidade. Este mediou a apresentação da proposta de estatuto da SRB, cuja tarefa havia sido designada na primeira reunião a uma comissão formada por A. S. Midlam, Leopoldo Plaut, H. O. Berns´au e Dr. Carlos A. Monteiro de Barros: "Após haverem procedido a leitura e estudo dos referidos Estatutos, deram parecer que os mesmos deviam ser approvados como se continha no projecto, visto satisfazerem em absoluto ao objecto e aos fins da associação", o que foi confirmado pelos presentes em reunião (A Rural, 1929a, p. 573). O segundo tema objeto desta reunião foi a eleição da diretoria da SRB:

> O Snr. Presidente, depois de longa exposição, citando varios nomes que faziam jús aos cargos da Directoria, pediu aos Srs. presentes que organisassem uma chapa, ou por eleição ou por acclamação, para resolver o assumpto, pois urgia a existência de uma Directoria para dar andamento aos diversos assumptos de interesse social (A RURAL, 1929a, p. 573).

Coube a C. W. Fowler apresentar uma proposta de chapa "que parecia ser a que correspondia perfeitamente aos interesses da Sociedade, por nella se conterem homens de iniciativa e representando importante parcela da nossa vida economica". A chapa apresentada foi eleita por aclamação (A Rural, 1929a, p. 573) – seus nomes serão apresentados em breve.

Além da eleição por aclamação desta diretoria, registra-se ali também a proposta do então presidente, Conde de Prates, pela escolha de presidentes honorários da entidade: "Tomando-a [a palavra], o Sr. Conde de Prates propõe para Presidentes Honorarios da Sociedade os Snrs. Conselheiro Antonio da Silva Prado e Dr. J. F. de Assis Brasil. Sendo posta em discussão esta proposta, foi unanimemente aprovada". Houve ainda a proposição de mais nomes para esta condição de presidência honorária da entidade: O nome do Dr. Luiz Perreira Barreto foi proposto pelo Snr. Dr. Marcilio Penteado; o nome do Snr. Dr. Antonio de Padua Salles foi proposto pelo Snr. H. O. Berns´au; já os nomes dos Srs. Drs. Candido Motta, Paulo de Moraes Barros e J. Cardoso de Almeida foram propostos pelo Snr. Dr. N. Athanassof. Todas as propostas feitas nesta reunião foram acolhidas e unanimemente aprovadas pelos presentes[23] (A Rural, 1929a, p. 573).

Chama atenção os dois nomes indicados pelo então presidente da SRB: o do gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil e o do paulista Conselheiro Antonio da Silva Prado. Aliás, na mesma edição da revista em que consta a republicação destas atas analisadas, figura também matéria de quatro páginas (A Rural, 1929a, pp. 566-569), com transcrição de carta escrita por

[23] As formas de tratamento utilizadas neste e em outros parágrafos – Snr., Dr., por exemplo – para se referir às lideranças patronais citadas nos documentos, seguiram exatamente o que constava na fonte, a fim de trazer mais detalhes sobre como estes agentes eram percebidos, tratados e distinguidos pelos pares.

Assis Brasil, quando de viagem à Inglaterra para fins de análise de mercados e sistemas criatórios pecuários. Segundo a matéria, "o illustre brasileiro reaffirma sua predilecção pelas raças inglezas que tem criado em grande escala. – Propõe-se a ensaiar em nosso meio a criação da raça lanígera 'Devon Longwool', como uma succedanea da 'Lincoln'".

É interessante analisar o esforço de divulgação, por Assis Brasil e pela SRB, de seu esforço para desenvolver mais o melhoramento genético bovino no Brasil. Como disse Leal (2016, pp. 88-89),

> A quem se interessa pela criação de gado de elite são necessários outros investimentos. E isso não passa, exclusivamente, por questões econômicas (o alto custo do manejo adequado dos bovinos ou da utilização de tecnologias reprodutivas). Há um empenho que é político, pois é necessário tornar-se um criador conhecido, promover e estar presente em leilões, ter animais campões de *rankings*, participar de feiras de pecuária. É também disso que se trata o mercado de gado de elite.

Assis Brasil era filho de estancieiros de São Gabriel – RS. Nasceu nesta cidade, em 1857, e formou-se em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1885, se elegeu deputado da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou até 1888. Em 1891, ainda se elege ao parlamento federal e, posteriormente, novamente ao estadual. O pecuarista, advogado e político gaúcho também era cunhado de Julio de Castilhos, de quem foi colega de faculdade e companheiro de Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). No início da década de 1890, os dois rompem politicamente, fato ocorrido, segundo versão pública, devido a crença exacerbada de Castilhos na chamada ditadura científica, inspirada no positivismo, momento em que Assis Brasil deixa o PRR. Em nível federal desempenhou ainda funções de diplomacia, em países como Argentina, Portugal e Estados Unidos (TRE, s.d.; Piccin, 2012).

Já o paulista Conselheiro Antonio da Silva Prado nasceu na cidade de São Paulo, em 1840. Ele compõe uma família tradicional da aristocracia paulista. Seu avô materno, também de nome Antonio da Silva Prado, era o Barão de Iguape e fez fortuna transportando mercadorias em mulas. A mãe do Conselheiro Antonio Prado, Veridiana Valéria, casou-se com o meio-irmão de seu pai, por imposição deste, com o intuito de evitar a divisão da fortuna da família. Como disse Bourdieu (2011, p. 132), a tendência da família "a perpetuar sua existência assegurando sua integração, é inseparável da tendência de perpetuar a integração de seu patrimônio, sempre ameaçado pela dilapidação ou pela dispersão". Casamentos consanguíneos em famílias de elite podem ser lidos por essa chave. Se como atestou Leal (2016, p. 227), em sua análise sobre o mercado bovino de elite, "o rebanho zebu brasileiro é bastante consaguíneo", "algo semelhante pode ser dito a respeito das famílias de criadores precursoras" dessas raças no Brasil. "Elas também eram endogâmicas", havendo casamentos entre primos e demais

familiares, próximos ou distantes. Essa é uma estratégia de reprodução social acionada por diferentes frações das elites agropecuárias aqui analisadas. No caso de Veridiana, aos 53 anos ela se separou do marido, meio-irmão de seu pai, o que pode ser considerado algo bem progressista para a época (CMSP, s.d.; Garcia, 2017).

O Conselheiro Antonio Prado é apontado como um agricultor, fazendeiro, empresário, político e jornalista. Ele cresceu e foi educado em um ambiente considerado erudito, com empresários, políticos e escritores. Em 1861, se formou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Após sua formatura, passou uma temporada de dois anos na Europa buscando conhecer modelos de empresas e instituições que pudessem ser implantadas no Brasil (CMSP, s.d.; Garcia, 2017).

A possibilidade de escolarização do Conselheiro Antonio Prado no campo das ciências jurídicas é um dos elementos estruturantes de sua trajetória, conferindo-lhe legitimidade e distinção e ampliando suas possibilidades de atuação no espaço social. O acúmulo de capitais escolares é significativo entre estas elites analisadas. Sua ocorrência pode ser vista como forma de reprodução de estruturas de posições do espaço social que privilegiam determinados agentes ao longo do tempo.

As oportunidades de acesso ao ensino superior devem ser vistas como resultado de seleção direta ou indireta, ocorrida ao longo do processo de socialização, e que repercutem de maneira desigual nos diversos sujeitos sociais em função de seu pertencimento a diferentes classes sociais e às possibilidades de acúmulo de capitais culturais ao longo da vida (Bourdieu, 2007). Ainda que mais dissimulado do que outros mecanismos de legitimação social, há no sistema de ensino um "aspecto arbitrário da delimitação efetiva de seu público". Dessa forma, "ao converter hierarquias sociais em hierarquias escolares, o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da 'ordem social'" (Bourdieu, 2015, p. 311). A escola tradicional sanciona e até intensifica as desigualdades que marcam o espaço social. Esse processo se estabelece já nas instituições de educação básica e se intensifica nas de ensino superior. Conforme complementa o autor,

> A instituição escolar, que em outros tempos acreditamos que poderia introduzir uma forma de meritocracia ao privilegiar aptidões individuais por oposição aos privilégios hereditários, tende a instaurar, através da relação encoberta entre a aptidão escolar e a herança cultural, uma verdadeira *nobreza de Estado*, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar. [...] Temos uma *nobreza escolar hereditária* de dirigentes de indústria, de grandes médicos, de altos funcionários e até de dirigentes políticos, e essa nobreza de escola comporta uma parte importante de herdeiros da antiga nobreza de sangue que *reconverteram* seus títulos nobiliárquicos em títulos escolares (BOURDIEU, 2011, p. 39).

Silva Prado formou-se em Direito em uma das escolas jurídicas melhor conceituadas do Brasil. Quando visualizamos o perfil dos indivíduos que formam essas frações dominantes analisadas percebemos também a posse por eles de muitos diplomas de Medicina e outras carreiras altamente valorizadas e consideradas como a elite do sistema universitário brasileiro: “as classes e frações de classe mais ricas em capital cultural fazem-se cada vez mais presentes quanto mais cresce a raridade e, ao mesmo tempo, o valor escolar e o rendimento social dos títulos escolares” (Bourdieu, 2015, pp. 307-308).

Após retornar ao Brasil, Silva Prado desenvolveu carreira política destacada. Primeiro ele foi vereador em São Paulo, em 1877. Posteriormente, foi deputado provincial (estadual), deputado geral (federal) e senador. Durante o Império foi ministro da pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, quando foi um dos responsáveis pela criação do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), e da pasta equivalente a atual Relações Exteriores (na época chamada de Estrangeiros). O título de conselheiro do Império lhe foi concedido, em 1888, por Dom Pedro II. Mas cabe mencionar que ele recusou o título de Visconde oferecido por Dom Pedro II, apesar de ser monarquista (CMSP, s.d.; Garcia, 2017).

Posteriormente, ele foi o primeiro prefeito da cidade de São Paulo, eleito em 1898, de maneira indireta, pela câmara municipal, após ter sido o vereador mais votado naquela eleição ao legislativo da cidade. Tomou posse nesse cargo em 07 de janeiro de 1899, permanecendo ali por doze anos, até 16 de janeiro de 1911. Foram quatro mandatos consecutivos no cargo: três em eleição indireta pelos vereadores e um em eleição direta pelo povo. Visto como um “apaixonado por inovações”, como prefeito foi apontado como o responsável pela introdução do bonde elétrico na cidade de São Paulo, o que ocorreu em 7 de maio de 1900: “O próprio prefeito, em alguns momentos, conduziu o bonde na viagem inaugural. Também estavam no vagão senadores, deputados e vereadores, além de representantes da Light, empresa responsável pelo serviço” (CMSP, s.d.; Garcia, 2017).

Ele também desenvolveu reformas urbanísticas, como o alargamento de ruas e a ampliação da infraestrutura no centro, que alteraram as características da cidade, buscando prepará-la “para o progresso”. O progresso de sua gestão também é visto no campo cultural, já que foi sob sua gestão a construção do Theatro Municipal, que foi inaugurado em 12 de setembro de 1911, oito meses após o fim de sua gestão (Garcia, 2017). Em 1922, este teatro seria palco da Semana de Arte Moderna, que buscou, conforme analisado na introdução, projetar, no plano simbólico, o estado de São Paulo à força que já havia alcançado economicamente em contexto nacional.

Nos materiais biográficos de Silva Prado, relata-se a imagem de uma figura pública com forte apoio popular:

> Quando deixou a Prefeitura, em 15 de janeiro de 1911, foi acompanhado por uma multidão até a sua casa, um palacete conhecido como Chácara do Carvalho, onde hoje funciona o Colégio Boni Consilli, na Barra Funda. Lá, agradeceu as manifestações de apoio e convidou a multidão a entrar. "Num impressionante gesto de requintada fidalguia, franqueou aos manifestantes os luxuosos salões de seu esplêndido palácio, nos quais passou a dançar a alegre mocidade de todas as classes sociais", narra Pereira de Sousa (GARCIA, 2017).

Destaca-se o apelo ao caráter *luxuoso* dos salões do *esplêndido palácio* onde Silva Prado habitava. A abertura desses aposentos à *multidão* de apoiadores do então prefeito de São Paulo é destacada no texto acima como *gesto de requintada fidalguia* por parte dele. Conforme destacou Elias (2001, p. 79), em sua análise da sociedade de corte, as características estéticas do lugar de morada "são percebidas por quem conviveu com elas como uma expressão bastante diversificada de qualidades sociais". Nesse sentido, a arquitetura desses espaços, sua configuração e ornamentação, pode "tornar visível de imediato [...] a posição social de seu habitante". O autor ainda complementa:

> Nessa sociedade de grandes senhores, o tamanho e o esplendor da casa não constituem uma expressão primordial da riqueza, mas sim uma expressão primordial da posição e do nível. [...] A aparência física da casa no espaço é um símbolo da posição, da importância, do nível de sua "casa" no tempo, ou seja, de sua estirpe no decorrer das gerações, com isso simbolizando também a posição e a importância que ele mesmo possui como representante vivo da casa. A posição elevada obriga a possuir e "organizar" uma casa que corresponda a ela. O que parece desperdício, do ponto de vista da ética econômica da burguesia [...], na verdade é uma expressão característica do ethos estamental dos grandes senhores (ELIAS, 2001, p. 75).

Assim, o que é apresentado como um ato de *fidalguia* e generosidade, na verdade pode esconder ação interessada de produção de distinção e prestígio social por parte do anfitrião. Isso também demonstra a existência de um "conflito de padrões" entre valores e ideias das classes aristocráticas, tendo por base um ethos estamental, e dos estratos burgueses, então em desenvolvimento e dos quais o agente em questão fazia parte. Esse conflito não acontece apenas no campo social mais amplo, mas também "no interior de muitos indivíduos", tal como pensado por Elias (1995, pp. 15-16), em sua análise sobre Mozart e a sociologia de um gênio.

Um dos fundadores da Sociedade Rural Brasileira, o proprietário do Jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita, também analisa o perfil e as ações do primeiro prefeito da cidade de São Paulo, escolhido na assembleia de 31 de maio de 1919 da Rural, como presidente honorário da entidade. Para Mesquita, Antonio Prado "tirou 'a tanga tradicional' da cidade, ou seja, retirou suas características indígenas". Com isso, São Paulo teria passado a ser

“um atestado de civilização”, com capacidade de seduzir e atrair “o estrangeiro inteligente” (Garcia, 2017).

Nos negócios, Antonio Prado também teve um papel destacado. Junto com o pai e o irmão, Martinho Filho, atuou na expansão dos cafezais paulistas para oeste do estado, na região de Mogi Guaçu a Ribeirão Preto. Uma das principais fazendas da família foi a São Martinho, que chegou a ser a maior produtora de café do mundo, com 3,54 milhões de plantas (Garcia, 2017). Aliás, esta fazenda compõe elemento importante do enredo contado nesta tese: se neste momento, sob propriedade desta família Silva Prado, ela era a maior produtora de café do mundo, a partir de meados do século 20, ela passa por uma conversão produtiva e se torna umas das mais importantes áreas produtoras de cana-de-açúcar, agora sob propriedade de outra importante família da elite agroindustrial paulista, os Ometto. A conversão da área também contou com a participação de Antônio Rodrigues, pai de Roberto Rodrigues e outro importante personagem deste enredo histórico, como será visto nos capítulos seguintes.

De toda forma, naquele contexto, Antonio da Silva Prado se envolvia não só com a produção, mas também com a comercialização de café. Ele fundou a exportadora de café Prado Chaves e Companhia, juntamente com seu cunhado, Elias Pacheco Chaves. Além disso, envolveu-se em uma série de empreendimentos econômicos: criou o Banco de Comércio e Indústria de São Paulo, a Vidraria Santa Marina, o Curtume da Água Branca, o Frigorífico de Barretos e o Hotel La Plage e outros equipamentos turísticos no Guarujá. Um de seus maiores sucessos econômicos foi a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que foi fundada em 1868 por ele e outros grandes cafeicultores, visando melhorar o escoamento de sua produção. Silva Prado foi o presidente desta companhia de 1892 até 1927 (Garcia, 2017).

Deixou a vida pública após o cargo de prefeito, mas, em 1926, ainda participou da fundação do Partido Democrático (PD), criado por setores descontentes com o Partido Republicano Paulista (PRP). A reunião de fundação do PD foi realizada na sua casa. Silva Prado faleceu em 1929, no Rio de Janeiro, aos 89 anos (CMSP, s.d.; Garcia, 2017).

Figura 7: Busto em homenagem ao Conselheiro Antonio da Silva Prado na sede da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.

Atualmente, na sede da Sociedade Rural Brasileira também há um busto em homenagem ao Conselheiro Antonio da Silva Prado. Eles buscam eternizar estas figuras na representação simbólica da entidade por meio destes objetos físicos que decoram seus corredores. Assim, incorpora-se ao histórico da entidade seu prestígio e distinção, a história representada por tais figuras.

Além dos elementos biográficos seus e de seu avô e pais, já mencionados aqui, cabe destacar inúmeras outras posições sociais dos integrantes da família que se relacionam com o nível de prestígio angariado e com esta condição de distinção, ressaltada pelo busto na sede da SRB. O irmão de Antonio Prado, Eduardo Prado, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Um de seus filhos, Antonio da Silva Prado Jr, foi prefeito do Rio de Janeiro. Outro filho, Paulo da Silva Prado, foi escritor e um dos responsáveis pela Semana de Arte Moderna de 22. Um de seus sobrinhos, Fabio da Silva Prado, também foi prefeito de São Paulo, entre 1934 e 1938. Até mesmo um dos ícones da esquerda brasileira no século 20, o intelectual e militante comunista Caio Prado Jr, compõe a família. Ele era sobrinho-neto do conselheiro Antonio da Silva Prado (Garcia, 2017; Prado Jr, 2012).

Fazendo um paralelo com o que disse Moura (2007, p. 104), podemos concluir que estas figuras históricas, com seus bustos de homenagem, funcionam como recurso simbólico que une a entidade patronal à ideia de nação e à identidade que forma o grupo dominante ao longo do tempo. A presença, em seu interior, de linhagens masculinas formadas por figuras de grande prestígio e importância pública – com políticos, empresários, intelectuais -, reconhecidos como parte da construção histórica de grandes cidades, de estados e, em última instância, do próprio país, constitui mecanismo simbólico de afirmação de uma determinada

identidade nacional por estes agentes. Coloca a entidade em posição de protagonismo na construção e afirmação de um projeto de nação.

Primeira gestão (1919-1920)

Realizadas essas reuniões, a primeira diretoria da SRB foi composta pelos seguintes nomes: Eduardo da Silva Prates, o Conde de Prates, como presidente; Rafael Sampaio Vidal, vice-presidente; Eduardo Fonseca Cotching, tesoureiro; A. S. Midlan, 1° secretário; Dr. Carlos A. Monteiro de Barros, 2° secretário; Leopoldo Plaut, Diretor bibliotecário; Dr. Fernand Ruffier, Diretor das Exposições; Cel. Francisco Correa, Diretor das Exposições; e o conselho fiscal composto pelos seguintes nomes: Dr. Carlos J. Botelho, Dr. Arnaldo Cintra e H. O. Berns´au; com seus suplentes: C. B. Thonson, Dr. Marcilio Penteado e Dr. N. Athanassof (A Rural, 1929a, p. 573)[24].

A começar pelo primeiro presidente da entidade, o Conde de Prates (assim nomeado pelo Papa Leão XIII), temos ali a presença de um paulista ilustre, proveniente de família de elite e apontado como dono de uma das maiores fortunas do estado de São Paulo à época. Nascido na capital do estado, no dia 8 de novembro de 1860, filho de Fidêncio Nepomuceno Prates e Inocência da Silva Prates (por sua vez, filha de João da Silva Machado, Barão de Antonina), o referido Conde casou-se com Antônia dos Santos Silva, também uma conhecida integrante da elite paulista da época e filha do Barão de Itapetininga. Tendo dedicado suas atividades, principalmente, ao mundo dos negócios, as referências a Prates projetam alguém com grande "envergadura moral", com "personalidade" e "sentimentos de amor ao próximo", tendo se tornado "uma das figuras mais respeitadas de sua época na cidade" de São Paulo – "sua dedicação em ajudar aos necessitados fez de Prates um ser humano diferenciado da maioria dos ricos daquela época" (Oliveira, 2016).

[24] Utilizou-se aqui como fonte oficial a ata da segunda reunião de instalação da SRB, publicada na Revista A Rural, de dezembro de 1929. No entanto, existem outras fontes que trazem os nomes da primeira diretoria da entidade, com algumas divergências. Em publicação oficial da SRB, comemorativa aos seus 90 anos, Magalhães (2009, p. 21) apresenta os seguintes nomes: Eduardo da Silva Prates, Conde de Prates, como presidente; Rafael Sampaio Vidal, vice-presidente; Eduardo Fonseca Cotching, tesoureiro; Martinho da Silva Prado, 1° Secretário; Carlos A. Monteiro de Barros, 2° Secretário; Leopoldo Plaut, Diretor Bibliotecário; Fernando Ruffier, Diretor das exposições e secretário da primeira ata. Outra divergência é encontrada em verbete publicado no site da Fundação Getúlio Vargas e organizado por Lamarão (s.d.), em que constam os seguintes nomes, como componentes da primeira diretoria da SRB, em 1919: Eduardo da Silva Prates, Conde de Prates, como presidente; Rafael Sampaio Vidal, vice-presidente; Eduardo Fonseca Cotching, tesoureiro; A. S. Midlan, 1° secretário; Leopoldo Plaut, segundo-secretário; Fernand Ruffier e coronel Francisco Correia como diretores de posições; Carlos Botelho, Arnaldo Cintra e H. Bernss'au como membros do Conselho Fiscal.

Figura 8: Retrato em homenagem a Eduardo da Silva Prates, o Conde de Prates, na sede da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.

Quanto à participação de Prates em instituições e atividades políticas de iniciativa das elites paulistas, destaca-se uma série de empreendimentos, dentre os quais a mencionada presidência da SRB:

> Sua vida foi permeada por diversas ações em prol da cidade e da sociedade de São Paulo, tanto que não é raro encontrar seu nome em diversas iniciativas diferentes, como: fundador e presidente do Banco de São Paulo; fundador e 1º Presidente da Sociedade Rural Brasileira; vice-presidente e diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro; fundador e presidente da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo e, também, de diversas outras empresas, como: a Companhia de Minerais Santa Rosa, a Companhia Pastoril de Barretos e a Companhia Paulista de Navegação (OLIVEIRA, 2016).

Trajetória de paralela eminência entre as elites paulistas é encontrada também no caso do primeiro vice-presidente da entidade, Rafael Sampaio Vidal. Ele nasceu em Campinas/SP, em 14 de julho de 1870. É filho de Joaquim José de Abreu Sampaio, deputado na Assembleia Provincial, e de Maria das Dores Sampaio Vidal. Rafael casou-se com Carlota Borges Sampaio Vidal, que era neta de José Estanislau de Oliveira e Elisa de Mello Franco, viscondes de Rio Claro, e filha de José Luiz Borges e Amália Carolina de Mello Oliveira, barões de Dourados. Esta família era dona de imensa fortuna e possuía grande prestígio político na região de Rio Claro (Zioli, 2006).

Rafael Sampaio Vidal graduou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1891, na qual foi colega de personalidades como Afrânio de Melo Franco, Antônio Carlos Ribeiro de

Andrada e Washington Luís, entre outros futuros políticos de destaque no país (Hipólito, s.d.). O último foi presidente da República entre 1926 e 1930.

Após graduar-se em Direito e aproveitando do prestígio social de sua família, Sampaio Vidal passou a desempenhar um conjunto de atividades de relevância na sociedade local:

> Entre as diversas atividades nas quais empenhou-se, merecem destaque o levantamento estatístico sobre a agricultura do município e a instalação de um espaço para experiências e demonstrações de produtos agrícolas da região patrocinados pelo Clube da Lavoura local, o qual presidiu. Ao mesmo tempo em que se iniciava na vida pública, procurava viabilizar sua carreira de advogado (ZIOLI, 2006, p. 62).

Sua carreira jurídica foi desenvolvida na cidade de São Paulo, onde estabeleceu banca de advocacia com antigos colegas do ensino básico, cursado no colégio Culto à Ciência, em Campinas, e da Faculdade de Direito. Mas ele também adquiriu notoriedade na agricultura do estado: "aproveitando os conhecimentos adquiridos em São Carlos, passou a escrever sobre aspectos gerais da cafeicultura paulista em importantes periódicos paulistanos tais como *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano* e *Comércio de São Paulo*" (Zioli, 2006, p. 63).

Sua participação nestes debates sobre comercialização de café possibilitou a Rafael o reforço de capitais de relações sociais, ampliando também as possibilidades de atuação política no meio da agricultura patronal. Através disso, ele se aproximou de Eduardo da Silva Prates, o Conde de Prates, que viria a ser o primeiro presidente da Sociedade Rural Brasileira, passando a advogar para ele. Além desta relação comercial com Prates, Rafael Sampaio Vidal também foi sócio de Eduardo Cotching, seu colega de gestão na primeira diretoria da SRB e considerado um dos principais idealizadores da entidade. Juntos, eles foram acionistas da City of São Paulo Improvements, uma das mais importantes empresas imobiliárias da capital paulista, que cumpriu importante papel na urbanização e desenvolvimento de bairros como Lapa, Vila Formosa, Vila Maria e do Jardim América (Zioli, 2006).

É curioso notar como estes agentes, protagonistas na construção e organização inicial da SRB se encontram e reencontram em um conjunto de outras relações e espaços de atuação. Reforçam relações pessoais a partir de participação em debates públicos sobre o setor, fazem negócios conjuntamente, contratam serviços entre si, em suma, defendem seus interesses em uma articulação que extrapola o espaço formal de sua representação política e de classe.

Do ponto de vista político, ele foi vereador em São Carlos/SP, cargo que ocupou de 1898 até 1903, quando se transferiu novamente para a cidade de São Paulo. Neste período, em 1908, tentou ser professor da Faculdade de Direito, mas não foi aprovado no concurso. Dois

anos depois, em 1910, ele foi eleito deputado da Câmara Estadual para o triênio 1910-1912. Sua atuação ali possibilitou ingresso nas comissões de Agricultura e de Justiça da Câmara.

Ele também participou da Comissão de Revisão da Constituição do estado e fundou a Companhia Central dos Armazéns, em Santos/SP. No ano de 1912, deixou o mandato de deputado estadual para assumir as Secretarias de Justiça e Segurança Pública; entre 1913 e 1915, ocupou a pasta de secretário de Fazenda de São Paulo. Isso tudo ocorreu no governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1912-1916), do Partido Republicano Paulista.

Já em 1918 – um ano antes da fundação da SRB –, Vidal se tornava Deputado Federal por São Paulo, eleito também pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Uma de suas primeiras ações foi apresentar um projeto de lei criando o Departamento Nacional de Café (DNC), que foi rejeitado pela base do governo Epitácio Pessoa, do Partido Republicano Mineiro (PRM). Ele se reelegeu para o cargo em 1920, permanecendo ali até 1922, quando se tornou ministro da Fazenda no governo de Arthur Bernardes (PRM) (1922-1926): "apesar de não ser o preferido do presidente eleito, foi escolhido porque Arthur Bernardes necessitava contemplar os cafeicultores paulistas que haviam apoiado sua eleição e o Dr. Sampaio Vidal fora o nome de consenso apresentado pelo PRP" (Zioli, 2006, p. 71).

Em 23 de novembro de 1924, Sampaio Vidal deixou o ministério após o fracasso de sua política monetária, que causou um enorme déficit ao Tesouro Nacional e uma alta taxa de inflação. Após sua saído do governo, lideranças do PRP, reconhecendo seu trabalho na defesa da cafeicultura paulista, o indicaram ao cargo de senador estadual na vaga aberta com a morte de Antônio Carlos da Silva Teles. Vidal permaneceu neste cargo até 1930. Ainda foi Deputado da Assembleia Nacional Constituinte, entre o período de 1934 e 1935, período a partir do qual passou a dedicar-se às atividades privadas (Hipólito, s.d.; Zioli, 2006).

Considerado o principal idealizador da fundação da SRB, o tesoureiro na primeira gestão da entidade, Eduardo da Fonseca Cotching, por sua vez, foi um industrial, nascido em Itu/SP, no dia 4 de outubro de 1881. Ele era filho do inglês William Mackel Cotching, que após vir ao Brasil como enviado da Coroa Britânica para uma missão científica de estudo do Brasil Meridional, estabeleceu residência aqui, casando-se como Dona Gertrudes[25], herdeira de um dos ramos das famílias Fonseca e Almeida Prado, apontados como importantes elementos na povoação de várias cidades paulistas e brasileiras (Magalhães, 2009).

O fundador da SRB formou-se em agrimensura na Escola de Engenharia Mackenzie, na cidade de São Paulo, tendo buscado experiências visitando estâncias e granjas,

[25] O material consultado (Magalhães, 2009) apenas a caracteriza como "Dona Gertrudes".

estudando agricultura e pecuária e questões de economia e infraestrutura na Argentina, país que lhe despertava curiosidade e admiração:

> "Regressando a São Paulo, Eduardo Cotching tratou de fundar aqui uma sociedade rural aos moldes da Sociedade Rural Argentina; sociedade que impera em Buenos Aires, como termômetro da política, fazendo até chefes de Estado pela influência de sua atuação na vida nacional dos nossos vizinhos. Graças aos seus esforços e à sua energia, especialmente a convicção que conseguiu levar ao seio dos lavradores paulistas, a Sociedade Rural Brasileira. Ergueu as suas colunas e sobre elas pousaram as architravas dessa benemérita instituição para ser o que é hoje, poderosa alavanca do progresso de São Paulo e do Brasil", escreveu Fausto Ferraz, em 1930, por ocasião do falecimento de Cotching, em 14 de março daquele ano (MAGALHÃES, 2009, p. 24).

As páginas que retratam elementos biográficos de Cotching não nos deixam escapar, mais uma vez, do apelo simbólico feito na construção da entidade aos elementos internacionais, da situação de entidades congêneres da Rural Brasileira – neste caso, com referências à Argentina. A Sociedade Rural com sede em Buenos Aires é apresentada aqui como o termômetro da política argentina, capaz de fazer chefes de Estado e de influenciar na vida nacional deles. A construção simbólica da Rural Brasileira se dá em paralelo às referências daquela. É um grupo eminentemente regional que, não obstante, possui articulações nacionais e internacionais significativas e apresenta-se como detentor de um projeto para a agricultura e para o país. Que quer, como seu par argentino, ser um termômetro da política nacional, fazer chefes de Estado, influenciar na definição das políticas econômicas e agrícolas, ser, em suma, *um farol para o Brasil*.

A SRB é uma entidade com forte enraizamento estadual e importante poder de influência nesta esfera política. Mas sua influência em esfera nacional também se fez sentir em diversos momentos. Muitas são as indicações de dirigentes da Sociedade Rural Brasileira a importantes cargos na política de estado – como secretários estaduais em São Paulo e ministros da República - "Sete dos seus ex-presidentes e três antigos diretores [da SRB] foram secretários da Agricultura paulista; três ex-presidentes se tornaram ministros da Agricultura; e ainda um ex-diretor ocupou o cargo de ministro da Fazenda" (*Sociedade Rural Brasileira – História*, site institucional).

Os três referidos ministros da Agricultura são: Paulo de Moraes Barros (1930), Renato da Costa Lima (1962-1963) e Roberto Rodrigues (2003-2006); os seus ex-presidentes que foram secretários de Agricultura de São Paulo, atualmente, já são nove: Paulo de Moraes Barros (1915), Gabriel Ribeiro dos Santos (1924-1927), Henrique de Sousa Queiroz (1930), Luiz Pisa Sobrinho (1935-1936), Bento de Abreu Sampaio Vidal (1937-1938), Francisco Malta Cardoso (1946-1947), Renato da Costa Lima (1953-1955), Roberto Rodrigues (1993-1994),

João de Almeida Sampaio Filho (2007-2011) e Gustavo Diniz Junqueira, presidente da SRB entre 2014 e 2017 e secretário de Agricultura de São Paulo entre 2019 e 2021.

A construção hegemônica destas elites ocorre ali também pela reprodução de elementos políticos e simbólicos que traduzem determinado *ethos* do grupo, reforçam identidade regional, demonstram a importância de intervenções objetivas da entidade na política estadual, bem como afirmam subjetivamente sua visão da importância de São Paulo para o Brasil, colocando o estado como lugar por excelência da gestação e execução de um projeto para a agricultura do país.

Trata-se de entidade que afirma, em sua ata de fundação, o desejo de "contribuir para o progresso do Estado de São Paulo e do Brasil"; de entidade que se diz "obra do espírito culto e empreendedor do lavrador paulista"[26]; de entidade que inaugura sede própria no dia do aniversário da cidade de São Paulo, em 1951; de entidade que comemora seu centenário, em 2019, no tradicional Jockey Club da cidade; de entidade que, em diversos momentos, ressalta os méritos de influenciar na escolha de nomes para secretarias do executivo estadual e ministérios do executivo federal, bem como na criação de institutos e entidades de Estado voltadas ao desenvolvimento da agricultura paulista; de entidade, em suma, que reivindica estar inserida e fazer parte do desenvolvimento histórico deste estado[27], compondo, especificamente, seus estratos de elite, reivindicando o caráter ilustre e distinto de seu meio.

Esse caráter ilustre e distinto do grupo é personificado em alguns de seus representantes: o fundador da SRB, Eduardo Cotching, é representado nas páginas de memória da entidade e da agroindústria paulista como um "semeador e plantador de ideias", como um grande "intelectual" do setor, como alguém portador de "inteligência aguçada", como "um luzeiro do maior fulgor" no "Século das Luzes", ou ainda como "filho de inglês e neto de bandeirantes". Concretamente, ele é apontado como idealizador do Plano de Defesa Permanente do Café, do banco Hipotecário Nacional do Brasil, do Banco Agrícola, do Tribunal de Propriedade Territorial do Brasil, além de fundador, na capital paulista, da Vila Maria, Vila Formosa, Vila Mariana, Vila Bertioga e Vila Embaúbas (Magalhães, 2009, p. 24).

Ainda que não reste dúvida ter a SRB – e seus dirigentes - desenvolvido forte retórica de promoção da moderna produção agrícola e agroindustrial no contexto de sua fundação e de seu desenvolvimento ulterior, reproduzindo-se desde um discurso de inovação e progresso econômico e, cabe notar, também de desenvolvimento da indústria acoplada à

[26] Declaração de Raul da Rocha Medeiros, ao assumir a presidência da SRB, em 1947.
[27] Aniversário da Sociedade Rural Brasileira (2004).

agropecuária, parece emblemático o convívio deste discurso com um espírito extremamente aristocrático da entidade, algo perceptível empiricamente, que salta aos olhos e, à primeira vista, chama muito a atenção do observador – trata-se de entidade que se apresenta como a *mais tradicional entidade de classe do setor rural brasileiro*, buscando se distinguir pela presença, entre seus membros e idealizadores, de *condes*, *barões*, *cafeicultores de renome*, pessoas *célebres*, *herdeiros* de grandes conglomerados econômicos nacionais ou mesmo estrangeiros ilustres, como Cotching.

Essa aparente dualidade foi percebida também por Mendonça (2009, p. 137), que, ao dialogar com trabalho de Heinz (1996), afirma ser a entidade, de um lado, constituída por um "caráter 'passadista' de suas bases, marcadas pelo 'orgulho' histórico de seu paulistocentrismo", já que "região cuja produção cafeeira foi responsável pela riqueza e 'grandeza' do país" por longo período de tempo; mas, por outro lado, constituir-se, (principalmente após a modernização da agricultura), como "uma entidade agremiadora das mais modernas agroempresas brasileiras, sobretudo aquelas de extração tipicamente industrial, mas que investiam em terras dentro e fora do estado de São Paulo".

Quando se fala sobre Cotching, é curioso como se opera com esse jogo de imagens e identidades sociais, mobilizando-se uma origem familiar internacional, como filho de inglês, com toda distinção daí decorrente, com a construção simbólica da imagem de um certo heroísmo paulista, simbolizado na positivação da figura do bandeirante, como produtora de uma "psicologia coletiva" capaz de reinventar um passado e uma identidade de protagonismo paulista na construção da nação (Love, 1982).

A imagem do bandeirante paulista é ativada por eles em diversos momentos como forma de "reconstrução seletiva do passado". A mobilização dessa figura e de sua tradição inventada constitui elemento que forja a história do Brasil por eles. Trata-se "de uma estratégia política, intencionalmente implementada, com o objetivo de unificar os brasileiros em torno da figura sublime da nação". A imagem do bandeirante como herói da história brasileira, através de uma tradição inventada, serviu, em diversos momentos, para conferir legitimidade a "novos movimentos bandeirantes", em que essas elites se beneficiavam do controle e exploração de outros territórios e fronteiras do país (Pereira, 1997, pp. 117-118).

Afinal, se no plano simbólico, o grupo paulista buscava projetar-se como liderança e força dirigente dos grandes proprietários de terra e produtores agroindustriais do país, difundindo e "nacionalizando" o seu projeto para a agricultura e para o Brasil, o papel da SRB também pode ser considerado relevante na organização direta de empreendimentos econômicos

das elites agrárias paulistas em outras regiões do Brasil ao longo do tempo, demonstrando que esta força e hegemonia afirma-se como convencimento em torno de um modelo, como liderança intelectual e moral em sua implementação, mas também como exercício de exploração econômica direta de recursos e oportunidades de ganho em outras regiões:

> Em 1922, o então presidente da entidade, Paulo de Moraes Barros, **um cafeicultor de renome**, montou uma expedição visionária para conhecer o Mato Grosso, aproveitando uma incursão do General Candido Rondon (*SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA – HISTÓRIA*, site institucional, grifo nosso).
>
> Em 1940, foi organizada a famosa Marcha para o Oeste, que abriu as fronteiras agrícolas no Mato Grosso. Tais iniciativas, de relevância nacional, tinham origem nas reuniões da entidade" (*SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA – HISTÓRIA*, site institucional).
>
> Até mesmo um Departamento de Assuntos da Amazônia [da SRB] emergiria, acompanhando a tendência das grandes empresas paulistas de adquirirem terras no Norte do País no decorrer da segunda metade dos anos 1970 (MENDONÇA, 2009, p. 160).

É curioso notar como a primeira citação se refere a uma expedição organizada por paulistas para explorar as terras do Mato Grosso, justamente em 1922, quando ocorreu a Semana de Arte Moderna em São Paulo. Ao mesmo tempo em que buscavam se afirmar como protagonistas no plano cultural brasileiro, projetando simbolicamente a força econômica que alcançavam, seguiam o "espírito das bandeiras", ampliando a exploração econômcia de outros territórios, desbravando terras que seriam, para eles, como terras vazias, levando sua concepção de desenvolvimento para outras regiões do país. Faziam isso ao lado da figura emblemática de Candido Rondon.

Quase como um retrato do desenvolvimento histórico da Sociedade Rural Brasileira, nessa primeira gestão, destacam-se perfis fortemente ligados à história e ao desenvolvimento da agropecuária patronal em São Paulo naquele contexto. Percebe-se a ligação destes agentes a posições altas daquela sociedade, com a posse de capitais de distinção sinalizando seu poder e prestígio firmados ali. Destaca-se também o forte apelo a ligações ou referências internacionais na definição dos moldes do que seria esta Sociedade Rural no Brasil, com parâmetro em entidades congêneres de outros países - notadamente da Argentina, referenciada por Cotching, mas também de países como Inglaterra e França -, bem como pelo trânsito das pessoas que a compunham por diversos países do mundo, a fim de intercâmbio de conhecimentos e experiências produtivas ligadas à pecuária, à agricultura e à agroindústria em geral. Isso também ocorria por meio de suas formações acadêmicas e atividades profissionais. Ademais, uma espécie de espírito cosmopolita parece compor atributos de distinção de seus

membros, o que fica evidenciado pelos documentos históricos que retratam o ontem e pela observação e descrição etnográfica que retrata o hoje.

Nesta gestão, assim como nas demais daquela primeira década, percebe-se também a presença de muitos políticos, como deputados, secretários, ministros, figuras relevantes de partidos da época. Em alguns casos, a política aparece como atributo de família, com agentes de diversas gerações ocupando cargos públicos e eletivos, com capitais políticos sendo repassados de pai para filho.

As trajetórias escolares também se destacam, com muitas formações na área do Direito e da Medicina e algumas passagens por escolas de outros países, notadamente da Europa. Muitas vezes, as universidades também serviam como espaço de formação de redes e renovação de capitais de relações sociais que os projetavam a diversos espaços de relevância na sociedade. A atuação profissional, sobretudo na área jurídica, também parece informar a possibilidade de distinção, prestígio e poder a estes agentes.

Segunda gestão (1921-1922)

A segunda gestão da entidade, inaugurada em 1921, também é liderada por figura de bastante destaque. Seu presidente, Paulo de Moraes Barros, além de pecuarista, é apresentado como um "cafeicultor de renome", personalidade importante na definição de políticas e diretrizes definidoras do setor, tendo sido Secretário de Agricultura de São Paulo anteriormente à presidência da SRB, entre os anos de 1912 e 1913 (Magalhães, 2009, p. 36). Em 1919, ele já havia sido nomeado como um dos presidentes honorários da SRB, como vimos anteriormente.

Ele foi um importante produtor de café e administrou algumas empresas da família, como a Moraes Barros e Irmãos, a Companhia Cafeeira do Rio Feio e a Tecelagem Paraíba. Também se destaca a Fazenda Pau D'Alho, de propriedade de sua família e que foi a primeira fazenda na região de Piracicaba a receber imigrantes japoneses, a partir de 1918. O primeiro carro a circular em Piracicaba pertencia a Paulo de Moraes Barros (Hoffbauer, 2021; Câmara Municipal de Piracicaba, s.d.).

Figura 9: Retrato em homenagem a Paulo de Moraes Barros na sede da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.

Moraes Barros nasceu em Piracicaba, em 16 de julho de 1866. Era filho de Maria Inês da Silva Gordo de Moraes Barros e Manoel de Moraes Barros, família tradicional na sociedade e na política paulista. Ele se casou com Elisa de Salles, com quem teve três filhos: Cora, Helena e Paulo. Elisa faleceu em 1911 e, posteriormente, Moraes de Barros se casou com sua segunda esposa, Maria Luiza Quirino dos Santos (Câmara Municipal de Piracicaba, s.d.).

Seu pai participou da Convenção de Itu, em 1873, conhecida como a primeira convenção de caráter republicano no Brasil. Ele também foi deputado constituinte, em 1891, deputado federal, entre 1891 e 1895, e senador, entre 1895 e 1902. Mas a carreira política da família não se resumia ao pai. Paulo Moraes Barros é sobrinho do ex-presidente da república Prudente José de Morais Barros ou somente Prudente de Morais, que foi presidente da República, entre 1894 e 1898, pelo Partido Republicano Federal (Hoffbauer, 2021).

Portanto, quem ocupou a presidência da Sociedade Rural Brasileira, entre 1921 e 1922, foi alguém, não só proveniente de família de cafeicultores de renome, com participação privilegiada na sociedade e na política de São Paulo e do Brasil, mas alguém que era sobrinho de um ex-presidente da República, figura importante na transição para o Brasil República, o 3° presidente do país.

Após iniciar seus estudos em Piracicaba, Paulo transferiu-se para o Rio de Janeiro, em 1882, para estudar Medicina, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Se formou em 1888, retornando após a formatura para abrir seu consultório e integrar a equipe da Santa Casa de Misericórdia na cidade em que nasceu. Ele também teve atuação política destacada: após a

Proclamação da República, participou do governo provisório local em Piracicaba e, em 1891, foi nomeado intendente municipal do local pelo presidente interino de São Paulo. Moraes Barros era um dos líderes do Partido Republicano Paulista em sua região e por essa legenda elegeu-se vereador em Piracicaba, em 1892, exercendo o cargo por quatro anos e tendo sido presidente da Casa. Também foi deputado federal, entre 1909 e 1911 (Hoffbauer, 2021; Câmara Municipal de Piracicaba, 2021).

Além disso, ele foi secretário de Agricultura de São Paulo, entre 1912 e 1915, no governo de Francisco Rodrigues Alves (PRP). Representou o ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em missões exteriores. Foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD), em 1926, e, representando esta legenda, elegeu-se deputado federal, cargo que ocupou entre 1927 e 1929 (Hoffbauer, 2021; Câmara Municipal de Piracicaba, 2021). O PD abrigava setores descontentes com a política do PRP e era composto, essencialmente, por fazendeiros e profissionais liberais da burguesia paulista (Arquivo Público do Estado de São Paulo, s.d.)

Posteriormente, Moraes Barros e o PD apoiaram a Aliança Liberal, coligação da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Esta Aliança foi derrotada nas urnas, mas desencadeou um golpe de Estado, conhecido como Revolução de 30, cujo produto inicial foi um governo provisório, liderado por Getúlio Vargas. Neste governo provisório, Moraes Barros foi nomeado para as pastas de Viação e Obras Públicas e de Agricultura, Indústria e Comércio, ministérios em que ficou entre outubro e novembro daquele ano. Depois disso, houve um rompimento do PD e de Moraes Barros com o governo de Getúlio e ele saiu do governo (Hoffbauer, 2021; Câmara Municipal de Piracicaba, 2021). Esse enredo é resumido, em publicação do Arquivo Público do Estado de São Paulo (s.d.), da seguinte forma:

> O PD apoiou a *Aliança Liberal* – coligação política responsável pela candidatura de Getúlio Vargas – ignorando certos pontos em que eram antagônicos como, por exemplo, a questão da autonomia dos estados em relação ao governo federal. Quando ocorreu o Golpe, o PD apoiou o movimento sem, na verdade, ter participado dele. Pouco a pouco, o PD percebeu que não estava nos planos do governo de Vargas conceder autonomia a São Paulo. Em virtude disso, em 1931, o clima já era de animosidade entre as partes e, em 7 de abril, o PD lançou um manifesto no qual afirmava que São Paulo estaria "militarmente ocupado". A sede do partido foi fechada e seu jornal – o "Diário Nacional" – também, ainda que de forma temporária.

A existência de integrantes do PRP e do PD nos altos cargos de gestão da SRB informa a perpetuação ali de tensões e divergências entre diferentes agentes componentes das elites cafeicultoras paulistas de então. Em que pese isso será visto em mais detalhes à frente, é importante mencionar aqui que um de seus pares na direção da SRB, Henrique de Souza Queiroz, presidente da entidade em sua quarta gestão, trilhou caminho político-partidário semelhante. Ele foi membro do PD de São Paulo e apoiou a candidatura de Vargas à presidência

da República, em 1930. Com isso, ele foi indicado como secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, cargo que também deixou após o rompimento do partido com o bloco de sustentação de Getúlio Vargas.

Posteriormente, sob influência da Frente Única Paulista, Moraes Barros foi nomeado secretário da Fazenda do estado de São Paulo, no governo do interventor Pedro de Toledo, que governou o estado à época dos acontecimentos que precipitaram a Revolução Constitucionalista de 1932, sendo figura importante na liderança desse movimento:

> O PD e o PRP, insatisfeitos com as ações de Getúlio Vargas – o PD, em especial, sentindo-se traído pelo Golpe que apoiou – ignoraram as desavenças de outrora e decidiram se unir, ainda que de forma instável, contra o inimigo comum: o governo de Getúlio Vargas e seus correligionários. Assim, sob a bandeira do constitucionalismo e contra a ditadura [de Vargas], é formada, pelos dois partidos, a Frente Única Paulista, lançando as bases para o Movimento Constitucionalista de 1932, que teria início em 9 de julho daquele ano (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.).

Portanto, Moraes Barros também participou ativamente desta revolução, que se precipitou em 9 de julho daquele ano. Esse processo foi um levante de oligarquias regionais paulistas contra o governo federal da época, liderado por Getúlio Vargas. Eles reivindicavam uma nova constituição para o país. Naquele contexto de início do século 20, imperava a chamada política do café com leite, uma aliança entre elites paulistas (líderes na produção de café) e mineiras (líderes na produção leiteira), que se alternavam na presidência da república. Em 1930, esse compromisso foi quebrado pelos paulistas do PRP, que elegeram Júlio Prestes. Este não chegou a tomar posse, frente ao golpe das elites do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, que colocaram Getúlio Vargas do poder. O novo presidente indicou interventores para governar os estados, aboliu os poderes legislativos e revogou a Constituição de 1891, então vigente (Fuini, 2022).

Com o movimento de 1932, as oligarquias paulistas buscavam retomar seu poder político e sua influência no país, reduzindo a centralização de poder no Estado nacional e a força de seus adversários. As tropas de São Paulo resistiram por três meses, antes de serem derrotas pelas forças federais (Fuini, 2022). Com a derrota do movimento de 1932, Moraes Barros teve que se exilar em Paris e de lá só retornou em 1934. Um ano após retornar, elegeu-se senador pelo Partido Constitucionalista de São Paulo[28] (Hoffbauer, 2021).

Com o golpe do Estado Novo, em 1937, que marcou o fortalecimento do governo Vargas, Moraes Barros, que agora era um opositor de Getúlio, foi preso após fazer um discurso

[28] Este partido foi fundado em 1934 e dissolvido com a instauração do Estado Novo, em 1937. Sua organização contou com a participação de membros do PD.

no Senado contra o então presidente. Ele morreu em São Paulo, em dezembro de 1940. Atualmente, há uma rua na Vila Prudente, cidade de São Paulo, com seu nome (Hoffbauer, 2021; Câmara Municipal de Piracicaba, s.d.).

A eleição de Paulo de Moraes Barros e de sua diretoria para a condução da Sociedade Rural Brasileira ocorreu em Assembleia Ordinária da entidade, realizada em 7 de janeiro de 1921. Eleito este presidente por aclamação dos presentes em assembleia, coube a Alfredo de Castro propor os nomes componentes da chapa, também aprovada por aclamação dos presentes e com a seguinte composição: Presidente: Paulo de Moraes Barros; Vice-Presidente: Martinho da Silva Prado; 1° Secretário: Lauro Gomes; 2° Secretário: Bento de Abreu Sampaio Vidal; 1° Tesoureiro: Eduardo da Fonseca Cotching; 2° Tesoureiro: H. O. Bernsau; Conselho Deliberativo: Henrique de Souza Queiroz, Luiz Bueno de Miranda, Cel. Arthur Diederichsen, Antonio Alves de Lima e Carlos Leoncio de Magalhães; Suplentes: Arnaldo Cintra, Uriel Gaspar, Cel. Agenor de Camargo e Carlos Augusto Monteiro de Barros (A Rural, 1921a, p. 379). O presidente eleito ainda se pronunciaria ali:

> O Dr. Paulo de Moraes Barros agradeceu commovido aos presentes a grande honra que acabavam de lhe conferir, escolhendo-o para seu Presidente e disse que, embora houvesse talvez quem fosse mais do que elle indicado para occupar tão distincto logar, não estava accostumado a fugir as responsabilidades, e acceitava, pois, com muito prazer o encargo, promettendo empregar o melhor das suas energias e a sua capacidade no progresso e no desenvolvimento cada vez mais intenso da acção benefica da Sociedade, sendo as ultimas palavras do Dr. Paulo de Moraes Barros acolhidas com viva salva de palmas (A RURAL, 1921a, p. 379).

Nestes momentos de consagração dos nomes que ficariam à frente da entidade nos anos seguintes, costumava ocorrer uma espécie de ritual, no qual, quem assumia postos de direção, como forma de apresentar-se no novo cargo, confirmar sua legitimidade ao grupo e valorizar o peso político e simbólico destes momentos, discursa aos pares. Conforme destacou Durkheim (2022, p. 35), analisando as formas elementares da vida religiosa, “os ritos são modos de agir que surgem apenas no interior dos grupos associados e destinam-se a suscitar, a manter ou a refazer certos estados mentais desses grupos”.

Os rituais constituídos nessas assembleias da SRB são compostos por um conjunto de símbolos que projetam a força política e a distinção do grupo ao longo do tempo. Isso se mostra pela *comoção* de quem assume um cargo de direção ali, pelo destaque à distinção do lugar ocupado, pela referência à *ação benéfica* da entidade para o desenvolvimento da sociedade e para o apontamento dos rumos à nação. Esse processo é central na constituição do grupo, pois “sem símbolos, os sentimentos sociais só poderiam ter uma existência precária”. Eles atestam “que certo número de indivíduos participa de uma mesma vida moral”. Assim, “a

vida social, sob todos os seus aspectos e em todos os momentos de sua história, só é possível graças a um vasto simbolismo" (Durkheim, 2022, pp. 284-286).

O rito é apontado por Durkheim (2022, p. 428) como elemento criador da moral do grupo e, consequentemente, do próprio grupo: "eles têm consciência de que a cerimônia lhes é salutar; e, com efeito, refazem nela seu ser moral". Assim, os grupos – como a SRB – mantêm os ritos para evitar desordens morais, mantendo sua coesão e força ao longo do tempo.

Em sua análise sobre a socialização de novos diplomatas no Instituto Rio Branco, Moura (2007, p. 31) também analisa a cerimônia de formatura do Instituto como um ritual, ali de integração dos neófitos ao corpo diplomático. Para ela, a análise dos rituais de um grupo é uma forma de se acessar, não só a cosmologia de uma coletividade, mas também o próprio *ethos* que caracteriza o grupo em questão, desvendando atitudes emocionais, estilos de vida, concepções estéticas e comportamentos coletivos em geral.

No caso da cerimônia de formatura do Instituto analisado por ela, a autora diz que a integração dos novos membros ao grupo ocorre por meio de palavras ditas pelo ministro de Estado que conduz parte do cerimonial, dirigindo-se aos formandos pelos termos "meus jovens colegas". É como se fosse palavras rituais de admissão daqueles agentes ao novo cargo, ditas por quem os recebe ali. Nas posses e transição de gestões da SRB, as palavras rituais de admissão de novos integrantes também são ditas. Aqui, no entanto, as palavras são ditas pelos novos integrantes da diretoria, que precisam se afirmar justamente como porta-vozes da entidade a partir de então. O elemento da comoção, em geral, está presente em seus discursos. Eles se dizem honrados por assumir a presidência da entidade ou receber alguma distinção de sua assembleia. Também não é incomum um jogo retórico que brinca com falsas modéstias dos interlocutores, que se dizem talvez incapazes para assumir o posto ou então mencionam a existência de pessoas que seriam mais capacitadas que eles.

A distinção do cargo assumido em geral é bastante ressaltada. Ao mesmo tempo, também se destaca uma noção de responsabilidade, de atores que, chamados ao compromisso da representação pelo grupo, não faltariam aos pares, se doando ao coletivo, contribuindo para o fortalecimento do capital político do grupo. Manifestam também o prazer de assumir o encargo, prometendo dedicação e envolvimento na execução das atividades da entidade, empenhando sua energia em prol do progresso e da ação benéfica que a Rural ofereceria para a sociedade paulista e brasileira. A contrapartida ou o acolhimento pelo grupo se manifesta por vivas salvas de palmas ao orador, como ato final de uma teatralidade política que forma este ritual e se repete ao longo do tempo.

De maneira semelhante ao que analisou Moura (2007, p. 34), em relação às cerimônias que compõem o processo de formação de novos diplomatas no Instituto Rio Branco, parece mesmo se tratar aqui de uma "performance no sentido teatral". Ainda que no caso da SRB, não se trate de ato com um protocolo totalmente formalizado e escrito, também temos aqui uma espécie de espetáculo com um *script*, com o envolvimento de atores determinados e a presença de uma plateia, ainda que diminuta e formada pelos próprios quadros internos, diretamente envolvidos na escolha e transição entre dirigentes. O que mais chama atenção é o papel que os atores envolvidos desempenham, de maneira mais ou menos regular, em todos os atos de transição de diretoria. Eles seguem espécie de roteiro não escrito, mas difundido como tradição, e que orienta como cada um deve agir e se portar em momento de singular importância para afirmação de sua legitimidade interna e para a própria reprodução histórica da entidade, para a coesão do grupo. Com isso, predomina nestes momentos "a forma e o espetáculo coletivo" (*ibid*, p. 39).

Após o discurso do presidente eleito, Martinho da Silva Prado, que era eleito vice-presidente da SRB, ainda congratulou o trabalho de Conde de Prates na presidência da SRB, inserindo "um voto de louvor pela maneira brilhante por que conduziu os destinos da Sociedade", e propôs que seu nome fosse inserido como presidente honorário da entidade. De maneira semelhante, Alfredo de Castro propôs que fosse "lançado na acta um voto de louvor ao tesoureiro da Sociedade, Dr. Eduardo F. Cotching, pela maneira efficiente e segura por que geriu as finanças da Sociedade". Ambas propostas foram unanimemente aprovadas pela assembleia (A Rural, 1921a, p. 379).

As homenagens e distinções a determinadas figuras da entidade ou de seu entorno também são típicas da teatralidade política que acontece nestes momentos de assembleias da Sociedade Rural Brasileira. Costuma-se homenagear o presidente que encerra ali seu mandato e também outros dirigentes, considerados importantes na história e na organização da entidade. A forma mais comum é por votos de louvor ao seu trabalho e pela inclusão de seu nome como presidente de honra da entidade. Nos registros das atas das assembleias, essas proposições são sempre aclamadas por unanimidade, com manifestações efusivas da plateia. A trajetória destes agentes na condução da Sociedade Rural é narrada com brilho e distinção. Assim, esses atributos são deslocados para a imagem que se constrói da própria entidade ao longo do tempo. A distinção e o louvor aos agentes de carne e osso que personificam a entidade em seu dia a dia, que fazem sua representação política acontecer, se traduz como afirmação pública do poder simbólico da própria entidade.

Mas além da eleição de diretoria, das homenagens e da aprovação das contas da gestão passada, esta assembleia também teve como ponto de pauta uma interessante discussão estatutária, diretamente ligada à concepção e ao espaço de abrangência da entidade. Discutia-se, em síntese, se a SRB trataria dos assuntos rurais em geral, isto é, "da Agricultura em geral", ou se se restringiria à, por eles chamada, "Industria Pastoril", bem como aos "assumptos agricolas a ella adstrictos". Havia duas correntes, cada uma defendendo uma destas posições, com propostas distintas de redação do artigo primeiro do estatuto:

> Redacção A (acceitando exclusivamente a Pecuaria e seus correlatos):
> Art. 1.° - *"A Sociedade Rural Brasileira, fundada e com séde nesta cidade de S. Paulo, é uma agremiação de duração illimitada, tendo por objectivo* ***fomentar a industria Pecuaria e correlativas****, prestigiando com efficiencia as iniciativas que favoreçam o desenvolvimento e aperfeiçoamento deste ramo da actividade nacional".*
> Redacção B (abrangendo a Agricultura em geral):
> Art. 1.° - *"A Sociedade Rural Brasileira, fundada e com séde nesta cidade de S. Paulo, é uma agremiação de duração illimitada, tendo por objetivo* ***fomentar as industrias ruraes, de preferencia a Pecuaria e correlativas, e de modo subsidiario as agrarias em geral****, prestigiando com efficiencia as iniciativas que favoreçam a sua expansão e aperfeiçoamento"* (A RURAL, 1921a, p. 377, grifo nosso).

Umas das questões centrais nessa discussão, exposta por Martinho da Silva Prado, era a existência, em São Paulo, de duas Sociedades voltadas aos assuntos agrícolas: a Sociedade Paulista de Agricultura, mais ligada aos interesses da lavoura, e a Sociedade Rural Brasileira, cujo programa estava em discussão ali. Martinho defendia que, para evitar a "dualidade de attribuições e possíveis melindres" e para garantir maior eficiência a cada uma delas, se chegasse a um entendimento com a Sociedade Paulista de Agricultura sobre esse tema, esta reservando-se aos "assumptos agricolas excluindo os que dissessem respeito a Industria Pastoril, os que seriam da exclusiva competencia da Sociedade Rural [SRB]" (A Rural, 1921a, p. 378). O principal contraponto a esta proposta, registrado na ata analisada, foi feito pelo assim referido Dr. Betim Paes Leme. Disse ele que

> o apelo feito na fundação da Sociedade Rural a classe dos lavradores foi dirigido a todos os que se dedicam a actividades ruraes, sem limitação a Pecuaria ou outra qualquer actividade agricola; e poucos delles que tão expontaneamente responderam ao apello sendo criadores exclusivos, ficaria mal, agora, mudar ou limitar o programma extensivo que determinou bom numero de adhesões recebidas (A RURAL, 1921a, p. 378).

Colocada em votação as propostas, houve uma maioria de 34 votos em favor da proposta de redação B, contra 20 votos dados em favor da redação A. Sendo assim, ficou estabelecido que a Sociedade Rural Brasileira teria por objetivo "fomentar as industrias ruraes, de preferencia a Pecuaria e correlativas, e de modo subsidiario as agrarias em geral". De qualquer forma, a própria existência da discussão, a defesa da posição favorável à restrição da Sociedade Rural Brasileira às atividades pecuárias, feita por importantes nomes de seu quadro

de direção, a confirmação do número considerável de 20 votos em favor desta tese, demonstram, uma vez mais, a importância relativa da pecuária como componente interno da entidade, sendo necessário relativizar a ideia simples de que a SRB se constituía basicamente como entidade de cafeicultores.

Ademais, estes fatos jogam luz sobre as disputas e tensões operadas intraclasse dominante agrária e como sua ação política pode ocorrer por múltiplos canais de representação, os quais, muitas vezes, disputam o monopólio da representação, se não do grupo como um todo, ao menos de setores e frações produtivas em específico. Destaca-se aqui a importância de mediações e da tentativa de construção de possíveis acordos entre duas entidades patronais com bases sociais e objetos de atuação bastante semelhantes, além de estarem ambas sediadas e terem atuação centralmente voltada para o estado de São Paulo – apesar do epíteto nacional da SRB. Aliás, a defesa de tese realizada por Martinho da Silva, sinalizando que cada uma das entidades deveria se ocupar de atividade específica – uma a agricultura e outra a pecuária –, para que se evitasse dualidade de atribuições e possíveis melindres, demonstra haver uma disposição, por parte de alguns, para estes ajustes, o que possivelmente havia sido acordado com a contraparte, isso se os dirigentes não estavam atuando diretamente pelas duas entidades.

De toda forma, as políticas em defesa da cafeicultura ocuparam lugar de destaque na SRB naquele contexto. Observam-se aqui movimentações da entidade no sentido de garantir sobrevida a esta atividade no estado paulista, superando dificuldades climáticas, como as da grande geada de 1918, constituindo o cenário do que seria a década de 1920 para a cultura, no momento anterior à grande crise do final daquela década, que abalaria o setor e produziria mudanças substanciais em sua história econômica dali em diante.

Com a SRB já sob a presidência de Paulo de Moraes Barros, nas reuniões de 1921, os barões do café, seguindo o que já vinham defendendo abertamente na imprensa da época, "criaram uma comissão para estudar e ofertar aos poderes públicos sugestões de normas para regulamentar e proteger a cafeicultura". Neste sentido, aquilo que classificam como um "aparelho de defesa permanente do café", deveria ser composto por três principais diretrizes, quais sejam, resumidamente: 1) "Regularização da oferta nos entrepostos de exportação, por meio de regularização das descidas do café do interior"; 2) "Estabelecimento de um preço mínimo para a exportação"; e 3) "Defesa financeira do preço mínimo e organização do crédito agrícola" (Magalhães, 2009, pp. 36-37).

Segundo história oficial da entidade, contada no texto de Magalhães (2009, p. 37), "estas ideias defendidas em reuniões acaloradas na sede da Rural em 1921 são os embriões de

toda a regulamentação da política cafeeira existente nos dias de hoje", já que componentes de documento "historicamente bem elaborado", cujos argumentos, não só "influenciavam a cafeicultura da época", como "muitas vezes são bastante atuais".

Terceira gestão (1923-1924)

A terceira gestão da SRB, iniciada em 1923, foi liderada por Gabriel Ribeiro dos Santos. Ele era considerado "figura de projeção na sociedade paulistana", foi "distinguido com a Grã Cruz e a comenda da Ordem do Mérito pelo Governo da Áustria, tendo o Rei Alberto lhe conferido a condecoração especial agrícola de primeira classe, pelos serviços que prestou à agricultura". Ribeiro dos Santos também ocupou o cargo de Secretário de Agricultura de São Paulo, neste caso, posteriormente à presidência da SRB. Deixou esta presidência justamente no contexto em que assumiu a secretaria de Estado, em 1924. O mesmo cargo também foi ocupado, aliás, pelo quarto presidente da SRB, Henrique de Souza Queiroz, a partir de 1930, "numa demonstração da influência e poder da SRB" (Magalhães, 2009, pp. 39-41) nas disputas em torno da composição do poder público em nível estadual.

Figura 10: Retrato em homenagem a Gabriel Ribeiro dos Santos na sede da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 13 de outubro de 2021.

Gabriel Ribeiro dos Santos nasceu em Pirassununga/SP, em 3 de agosto de 1873. Era filho de Antônio Ribeiro dos Santos e de Gabriela dos Santos. Foi casado com Gabriela Procópio Ribeiro dos Santos, com quem teve sete filhos. Em sua genealogia, encontra-se figuras

que ocuparam espaços de destaque na sociedade paulista e brasileira: seu avô Gabriel José Rodrigues dos Santos foi lente – cargo equivalente a professor catedrático ou titular – da Faculdade de Direito de São Paulo, além de ter participado da Revolução Liberal de 1842 e de ter sido deputado provincial e deputado geral, entre os anos de 1845-1848, de 1850-1852 e de 1857-1860. Seu tio, Brasílio Rodrigues dos Santos, também foi professor catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, além de deputado federal no período 1892-1893. Já o pai de Gabriel Ribeiro dos Santos, foi membro do Partido Libertador, chefiando a sigla no 7° distrito da província de São Paulo (Ribeiro, s.d.).

Do ponto de vista acadêmico, também se visualiza trajetória destacada: em 1895, Gabriel Ribeiro dos Santos concluiu curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, realizando, posteriormente, um curso na Universidade de Sorbonne, em Paris. Neste interim entre a formatura na graduação e o curso na Sorbonne, Ribeiro dos Santos advogou com o pai e com o tio Brasílio. Após seu retorno de Paris, além de seguir advogando, tornou-se agricultor no município de Cravinhos/SP, onde foi proprietário de uma grande fazenda de café. Ainda do ponto de vista de suas atividades intelectuais, Ribeiro dos Santos foi considerado um grande estudioso do idioma, tendo escrito trabalhos sobre pseudo-brasileirismos, publicados em revista e livro (Ribeiro, s.d.).

Chama a atenção o desenvolvimento de atividades da chamada cultura erudita por estes agentes. As atividades ligadas ao espírito aparecem como uma de suas marcas. Eles estão inseridos no campo das artes e da literatura, estudam linguagem, escrevem, compõem vanguardas político-culturais – vide participação no movimento modernista. Os capitais culturais e escolares são importantes na reprodução social destas elites. Ainda que tenham na terra sua principal fonte de riquezas e de poder e sua atuação política em associações e nos cargos de Estado possua relação direta com esse setor, sua trajetória de vida está muito longe de se resumir a isso. Trata-se de frações de elite altamente escolarizadas, que frequentam importantes escolas de Medicina e outras áreas, no Brasil e no exterior. Figuras que trabalham com o café, mas também exercem o Direito, geralmente entre família. São agentes que trafegam no ambiente das humanidades e das artes, com bagagens e atributos culturais os mais diversos.

A estrutura de distribuição das classes e frações de classe em relação à parcela reservada aos consumos culturais encontra grau considerável de correspondência com a estrutura de distribuição do capital econômico e do poder. Conforme destacou Bourdieu (2015, p. 297):

> A estatística de frequência ao teatro e sobretudo ao museu [...] basta para lembrar que o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores,

> pertence *realmente* (embora seja *formalmente* oferecido a todos) aos que detêm os meios para dele se apropriarem. [...] Os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais [...] por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação. Em suma, o livre jogo das leis da transmissão cultural faz com que o capital cultural retorne às mãos do capital cultural e, com isso, encontra-se reproduzida a estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes sociais, isto é, a estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação dos bens simbólicos que uma formação social seleciona como dignos de serem desejados e possuídos.

Relacionando esse debate novamente com o sistema escolar, o autor vai além, dizendo que "a ação do sistema escolar somente alcança sua máxima eficácia na medida em que se exerce sobre indivíduos previamente dotados pela educação familiar de uma certa familiaridade com o mundo da arte". Nesse sentido, considerando que esse acesso primário aos capitais culturais, desenvolvido no âmbito da educação familiar, é desigual entre indivíduos em diferentes posições sociais, a ação escolar tende "a duplicar e a consagrar por meio de suas sanções as desigualdades iniciais" (Bourdieu, 2015, p. 304).

Esse acesso desigual se manifesta sobretudo no âmbito da cultura erudita, capital cuja posse se destaca no caso de Gabriel Ribeiro dos Santos:

> Como o rendimento da comunicação pedagógica, responsável pela transmissão do código das obras de cultura erudita, é função da competência cultural que o receptor deve à educação familiar, o êxito da transmissão vai depender do grau de proximidade do código familiar junto à cultura erudita que a escola transmite e dos modelos linguísticos e culturais segundo os quais se efetua tal transmissão (BOURDIEU, 2015, p. 304).

Se vale aqui o grau de proximidade do código familiar à cultura erudita, cabe lembrar que o avô de Gabriel Ribeiro dos Santos era lente da Faculdade de Direito de São Paulo e um de seus tios também foi professor catedrático dessa faculdade. Não é estranho que alguém dessa linhagem tenha estudado Direito na Sorbonne ou tenha desenvolvido alto grau de erudição em campos das artes, linguagens e humanidades em geral. Os capitais culturais adquiridos desde a socialização primária conduzem a um tipo de diferenciação que distingue fortemente estes agentes e reforça seus capitais de prestígio e de poder. O valor eminente conferido "a modalidades sutis de relação com a linguagem e com a cultura, como por exemplo, a intimidade, a elegância, o 'natural' ou a 'distinção'" destaca-se

> Pelo fato de que pertencem apenas àqueles que adquiriram a cultura, ou ao menos, as disposições necessárias à aquisição da cultura escolar por familiarização, vale dizer, através da aprendizagem imperceptível imposta pela educação familiar como modo de aquisição dos instrumentos de apropriação da cultura dominante cujo monopólio encontra-se em mãos das classes dominantes (BOURDIEU, 2015, p. 308).

Gabriel Ribeiro dos Santos também teve participação importante em entidades representativas do setor: foi membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Paulista de

Agricultura e diretor-secretário e presidente da Liga Agrícola Brasileira[29], sendo destacado seu papel, nas duas entidades, na defesa dos interesses da cafeicultura (Ribeiro, s.d.). Aqui, merece destaque sua presença nos quadros de gestão da Sociedade Paulista de Agricultura, a mesma entidade sobre a qual se discutira, na reforma dos estatutos da SRB, dois anos antes. Naquele momento, havia propostas que defendiam que a SRB restringisse seu escopo de atuação à pecuária, a fim de evitar "dualidade de atribuições e possíveis melindres" com a Sociedade Paulista de Agricultura, outra representante do setor. Como se vê aqui, algumas das mais importantes lideranças do patronato rural atuavam e faziam-se representar concomitantemente nas duas entidades, o que certamente influenciava em acordos e arranjos entre elas.

Em paralelo a sua presidência na SRB, Ribeiro dos Santos atuou como colaborador do ministro da Fazenda Rafael de Abreu Sampaio Vidal (um dos fundadores da SRB), no governo de Artur Bernardes (PRM) (1922-1926). Atuou também no Instituto da Defesa Permanente do Café, como membro da Comissão Fiscalizadora dos Embarques de Café. Em 17 de fevereiro de 1924 foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Paulista (PRP), momento em que renuncia à presidência da Sociedade Rural Brasileira. Logo após tomar posse neste cargo, foi convidado pelo presidente eleito do estado de São Paulo, Carlos de Campos, ao posto de secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, renunciando então ao posto de deputado. O cargo de secretário foi ocupado por ele até o ano de 1927, quando Júlio Prestes de Albuquerque assume a presidência do estado, após a morte de Carlos de Campos e de uma sequência de conflitos eclodidos pela Revolta Tenentista de 1924[30] (Ribeiro, s.d.).

Após deixar o governo, Ribeiro dos Santos voltou a se dedicar à cafeicultura em uma propriedade adquirida no norte do Paraná. Além disso, foi sócio da Estrada de Ferro São Paulo-Goiás, posteriormente adquirida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, exerceu a presidência da Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, foi membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, sócio da Sociedade Protetora dos Animais e da Cruz Azul de São Paulo. Faleceu em 18 de abril de 1938 (Ribeiro, s.d.).

A eleição de Gabriel Ribeiro dos Santos e de sua diretoria ocorreu em Assembleia Geral da SRB, realizada em 11 de maio de 1923, também na antiga sede da entidade, na Rua Libero Badaró, 119, na cidade de São Paulo. Este processo parece ter ocorrido sob um nível de tensão elevado, contrastando com o que está registrado nas atas das assembleias de eleições de diretorias ocorridas anteriormente. O então presidente Paulo de Moraes Barros inicia a

[29] Para mais detalhes sobre esta entidade, ver Perissinotto (s.d.).
[30] Ocorreu em São Paulo, em julho de 1924. Tinha como objetivo derrubar o governo de Artur Bernardes. Os tenentistas eram contra o domínio das oligarquias (Silva, s.d.).

assembleia fazendo “um ligeiro histórico dos factos que haviam determinado a renuncia collectiva dos membros da antiga directoria e a organisação, por accordo geral, de uma chapa de conciliação que devia ser suffragada naquella assembléa”. A ata ainda registra a ocorrência de “constantes interrupções e incidentes que então tiveram lugar”, dificultando a condução da assembleia (A Rural, 1923a, p. 303).

Um dos pontos de conflito registrados ocorreu em torno da possibilidade ou não de se aceitarem os votos de sócios que não estavam presentes na assembleia, mas se faziam representar ali por procuradores instituídos, ponto que foi defendido por Alfredo Monteiro, baseando-se em interpretação do Artigo 30 dos estatutos da SRB. Contra esta interpretação se manifestaram diversos sócios, com o que é classificado na ata como “apartes continuos”, que “interromperam varias vezes o orador que se achava com a palavra”. Destaca-se a intervenção ali do filho do fundador do jornal O Estado de São Paulo, Julio de Mesquita Filho:

> A vista da attitude mantida pelo orador precedente [Alfredo Monteiro] e dada a de diversos socios que o acompanhavam, o Dr. Julio de Mesquita Filho pede a palavra e propõe que os socios divergentes se retirassem da Assembléa e abandonassem o recinto da Sociedade. Esta proposta foi rejeitada pelos socios, que continuaram a tomar parte nos trabalhos da eleição (A RURAL, 1923a, p. 303).

Houve alguns pedidos de adiamento da Assembleia, em função das divergências manifestadas e Alfredo Monteiro ainda faz um minucioso histórico – não detalhado em ata – do que era classificado como uma “crise interna da Sociedade Rural”, expondo as razões para apresentar uma chapa alternativa a que fora apresentada pelos membros da diretoria que haviam renunciado ao posto: “O orador lê os nomes que compõem a chapa que apoia com os companheiros e declara que assume a inteira responsabilidade do seu acto, allegando que é direito seu a livre escolha dos diretores da Sociedade” (A Rural, 1923a, pp. 303-304). Infelizmente, os nomes desta chapa alternativa também não são informados em ata.

Por fim, decidiu a mesa, diante dos impasses, suspender a Assembleia, convocando seus sócios para nova data, no dia 1 de junho daquele 1923, quando a sessão foi reaberta. Nesta ocasião, a abertura pelo presidente já é realizada apresentando parecer jurídico contrário ao direito de voto por procuradores. Durante os cerca de 20 dias que separam a primeira e a segunda instalação da Assembleia, os ânimos parecem ter se acalmado e acordos terem sido feitos entre os grupos divergentes. Nesta segunda oportunidade já havia consenso de todos em torno de chapa única apresentada pelos renunciantes do cargo em gestão anterior:

> Pedindo de novo a palavra, o Dr. [A. A.] Covello deu conhecimento a assembléa dos esforços por elle empregados para trazer novamente uma completa harmonia de vistas entre os membros da Sociedade, de modo a ser suffragada a chapa do accordo, apresentada pela directoria renunciante, esforços estes que tinham sido coroados do

> mais completo exito, propondo que, em vista da harmonia reinante se procedesse a votação por acclamação (A RURAL, 1923a, p. 305).

Diante disso, foram aclamados pela assembleia os seguintes nomes para aquela diretoria: Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos (Presidente); Dr. Henrique de Souza Queiroz (Vice-Presidente); Dr. Antonio Augusto de Barros Penteado (1° Secretário); Dr. Cezario Coimbra (2° Secretário); Vicente de Almeida Sampaio (1° Tesoureiro) e Leopoldo Plaut (2° Tesoureito) – "O snr. presidente os proclamou legitimamente eleitos e empossados nos respectivos cargos". Propôs ainda que a assembleia "mandasse consignar em acta um voto de congratulações com os exmos. snrs. presidente da Republica, ministro da fazenda e presidente do Banco do Brazil", o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes (A Rural 1923a, p. 305).

Aqui vimos um raro momento de exposição, nas atas oficiais da entidade, de divergências e conflitos ocorridos em assembleia de escolha de sua direção. Ainda que os documentos não informem as motivações que ensejaram a renúncia coletiva da diretoria da entidade, é interessante observar os atritos ocorridos na assembleia e o movimento de busca pela construção de um consenso, que forçou a interrupção da primeira reunião e a ocorrência de um segundo encontro. De todo modo, os rituais vistos em outros momentos, também aparecem aqui. Mesmo com atritos e divergências, o encontro não se encerra sem os louvores a importantes personalidades públicas, relacionadas aos interesses da entidade, nesse caso o presidente da República, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco do Brasil.

Chama a atenção a importância dos cargos públicos dos homenageados pela entidade ao final da assembleia. Mesmo que se considere a importância que possui a SRB na sociedade paulista e brasileira naquele momento, parece evidente que tais atos se configuram como distinções mais para quem as dá, do que para quem as recebe. Do ponto de vista dos agraciados, a graça aparece mais como um ritual regulador de um status social e de um poder já consagrado. Seguramente é um ato que se repete em outras entidades deste tipo quase que cotidianamente. Assim, "o ritual não muda o status dos indivíduos [agraciados], mas reafirma o status da casa" que o oferece. A reafirmação da grandeza da casa ocorre pela demonstração "que pessoas 'de fora' podem ser classificadas a partir da cosmologia" da instituição (Moura, 2007, pp. 36, 39).

A SRB se distingue pela importância dos convidados que recebe e das pessoas cujas imagens são estampadas em fotografias e bustos que decoram a sede da entidade atualmente. Esta importância se demarca também pela grandeza do capital político das pessoas que a entidade homenageia, nomes que são incorporados ao capital de relações sociais construído pela entidade ao longo do tempo.

A gestão de Gabriel Ribeiro dos Santos à frente da Sociedade Rural Brasileira, por pouco mais de um ano, até sua renúncia para assumir o cargo de deputado federal e, posteriormente, de secretário estadual de Agricultura, é retratada em publicação oficial da entidade (Magalhães, 2009, pp. 39-40). Ali se destacam ações como a instituição do Código de Política Sanitária Animal, transformado em lei e vista como uma "iniciativa grandiosa para o desenvolvimento e a expansão da indústria pastoril paulista, que devemos ao ilustre extinto" Gabriel Ribeiro dos Santos. São destacados também seus trabalhos na defesa do café, o que teria feito com que "as três sociedade [sic] agrícolas de São Paulo[31], vos consagram [a Gabriel Ribeiro dos Santos] de fato e de direito como um dos mais sólidos amparos da nossa grande lavoura, esteio principal e base da prosperidade do Estado de São Paulo" – veja mais uma vez que, apesar do epíteto nacional, é muito comum a referência da entidade ao nível estadual.

Além disso, são destacados temas relacionados a exportação de frutas e de algodão – "o que se observa é que a Rural funcionava como uma câmara de comércio exterior, onde quase todas as commodities agrícolas exportadas eram apontadas e debatidas em reuniões da entidade". Destaca-se, por fim, o fato do Instituto do Café ter sido vislumbrado pela primeira vez em reunião da SRB durante esta gestão, em 1923, o que foi "idealizado pelo dono do Jornal O Estado de S. Paulo, Julio de Mesquita Filho".

Quarta gestão (1925-1926)

A próxima gestão da entidade, eleita para o biênio 1925-1926, foi liderada por Henrique de Souza Queiroz. Sua eleição ocorreu em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 21 de janeiro de 1925, na sede da entidade, Rua Libero Badaró, 119 - 3° andar, tendo início as 16 horas daquele dia. Havia a presença de 94 sócios, quórum suficiente para sua instalação. Na verdade, tratava-se de assembleia em segunda chamada, já que sua primeira tentativa de realização, em 30 de dezembro de 1924, fora frustrada justamente por falta de quórum (A Rural, 1925a, p. 39).

A escolha dessa diretoria ocorreu após a assembleia aprovar a proposta do ex-presidente da entidade, Paulo de Moraes Barros (1921-1922), para que esta escolha fosse feita por aclamação dos presentes, "isso para que não se prolongassem por demais os trabalhos o que daria outra forma de eleição, o que julgava inutil em vista da boa harmonia existente com relação á nova chapa da Directoria". É curioso como parece uma constante o esforço retórico de se fazer ver e crer uma suposta unidade e harmonia de pensamentos no interior da SRB.

[31] Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) e Liga Agrícola Brasileira (LAB).

Quando o arranjo interno de forças é testado, com divergências e disputas, recorre-se o mais das vezes, à imagem da unidade e do arranjo interno dos conflitos, à harmonia como característica histórica da entidade, como uma representação unívoca de interesses da moderna agropecuária e de um *farol* para o país.

Aqui, a retórica e o ritual são construídos no sentido de afirmar um suposto consenso na definição dos rumos da entidade. Cenário inverso é descrito por Leal (2016, p. 186), quando analisa o caráter ritual e performático que constitui os leilões de gado de elite. Segundo ela, nesses espaços

> Há *performance* teatral de rivalidade empreendida pelos leiloeiros e compradores na formação dos preços das mercadorias. Este jogo de cena seria capaz de omitir que os leilões, ao contrário do que se possa imaginar, são locais de consenso, onde pares estabelecem, por esse ritual de compras e vendas, um julgamento coletivo sobre as qualidades, e consequentemente preços, das mercadorias leiloadas.

No caso da assembleia da SRB analisada, a proposta de Paulo de Moraes Barros, representando ritual de consenso, foi acolhida em detrimento de outra, feita pelo Snr. Dr. Jordano da Costa Machado, segundo a qual a eleição deveria ser procedida por escrutínio secreto. Registra-se em ata que Machado teria feito "varias considerações a respeito de modo de eleições" em seu argumento (A Rural, 1925a, p. 39). Seria interessante poder conhecer em detalhes tais argumentos, não detalhados em ata. De toda forma, a própria existência do debate sinaliza não haver um cenário com ausência de divergências e com acordos e consensos completamente selados em torno da condução da entidade – o que de resto ficou bastante evidente pela eleição da diretoria anterior, em 1923.

Diante disso, foram aclamados pela assembleia os seguintes nomes, para compor a Diretoria da Sociedade Rural Brasileira no biênio 1925-1926: Snr. Dr. Henrique de Souza Queiroz (Presidente); Snr, Carlos Leoncio de Magalhães (Vice-Presidente); Snr. Dr. Luiz Vicente Figueira de Mello (1° Secretário); Snr. Dr. Luiz dos Santos Dumont (2° Secretário); Snr. Dr. Clovis Soares de Camargo (1° Tesoureiro); José Procopio de Araujo Ferraz (2° Tesoureiro). Por sugestão de Carlos Leoncio de Magalhães, procedeu-se a escolha, também por aclamação, dos membros do Conselho Consultivo e seus suplentes, sendo eles: Dr. Paulo de Moraes Barros, Cel. Agenor de Camargo, Dr. Eduardo da Fonseca Cotching, Dr Uriel Gaspar e Bento de Abreu Sampaio Vidal (Titulares); e Dr. Carlos A. Monteiro de Barros e Carlos de Moraes Bueno (Suplentes) (A Rural, 1925a, p. 39).

Após a escolha dos nomes, quase que como uma praxe destes momentos de transição entre gestões de diretoria, um dos ex-presidentes da entidade - neste caso, Paulo de Moraes Barros (1921-1922) – pede a palavra para propor

> que se lançasse na acta, um voto de louvor á Directoria passada, pelo zelo e clarividencia demonstrados na administração da Sociedade, assim como pela intelligente orientação que vinha imprimindo aos seus destinos, tornando-a cada vez mais prospera e prestigiosa nos meios em que ella tem evidenciado os seus bons esforços na defesa dos interesses da lavoura e da pecuaria (A RURAL, 1925a, p. 39).

Como se vê, faz parte dos rituais analisados a homenagem às gestões pretéritas, em geral merecedoras de um *voto de louvor* do grupo, neste caso pelo *zelo*, pela *clarividência* na condução dos trabalhos. Distinguir estes dirigentes e seu trabalho na condução da entidade é consagrar a própria história por que atravessou a Rural ao longo do tempo, ressaltando méritos e feitos, narrando uma história de maneira atuante. A ação ritualística que parabeniza e destaca méritos e fatores positivos da gestão que conduzira a entidade no biênio anterior contribui para manter a unidade interna e a coesão do grupo, desenvolvendo forças morais que despertam um "sentimento de sustentação, de salvaguarda, de dependência tutelar que vincula o fiel a seu culto" (Durkheim, 2022, p. 492) ou, nesse caso, o agente patronal à crença na força coletiva da entidade.

A Assembleia foi concluída com os agradecimentos do presidente que iniciava sua gestão, Henrique de Souza Queiroz, seguido por aclamações do público (A Rural, 1925a, p. 39). Chama atenção ainda a ausência ou, ao menos, inexpressão de Gabriel Ribeiro dos Santos, presidente da gestão anterior da SRB, nesta assembleia de transição.

Henrique de Souza Queiroz seria ainda reeleito presidente da Sociedade Rural posteriormente, na gestão 1931-1932, tendo sido, além disso, Secretário de Agricultura de São Paulo neste intervalo, mais precisamente, em 1930 (Magalhães, 2009). Ele nasceu em São Paulo, no dia 2 de abril de 1884. Era filho do advogado e delegado de polícia Augusto de Sousa Queiroz e de Jessi do Amaral de Sousa Queiroz, os dois provenientes de famílias tradicionais de grandes proprietários de terras do estado. Henrique casou-se com Leonor de Souza Queiroz, com quem teve sete filhos (Hipólito, s.d.b.).

A trajetória escolar de Henrique de Souza Queiroz também é destacada. Ele fez seus estudos básicos na Alemanha, na Realschule de Frankfurt, e, em 1902, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se ali, em 1906. Queiroz também dirigiu uma grande empresa agrícola em São Manuel/SP. Do ponto de vista político, além da mencionada chefia da secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, também foi vereador da capital, entre os anos de 1918 e 1920, e vice-prefeito, entre 1920 e 1924, momento em que, por diversas vezes, ocupou a chefia do executivo municipal, em substituição ao titular Firmiano de Morais Pinto, do Partido Republicano Paulista (PRP). Queiroz é apontado como liderança sempre ligada aos problemas da cafeicultura, tendo ocupado, além desta presidência da Sociedade Rural

Brasileira, também a direção do Instituto do Café de São Paulo, entre os anos de 1922 e 1924, em paralelo a vice-prefeitura da cidade. Em 1931, presidiu a segunda Conferência Internacional do Café, realizada em São Paulo. Além disso, foi membro do Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo (Hipólito, s.d.b.).

Do ponto de vista partidário, foi membro do diretório central do Partido Democrático (PD) de São Paulo. Já mencionamos brevemente sua trajetória política, quando, em tópico anterior, fizemos paralelo de sua trajetória com a de Paulo de Moraes Barros, também integrante do PD e, portanto, apoiador passageiro de Vargas na conjuntura de 1930. Ambos apoiaram a candidatura de Getúlio à presidência da República na eleição daquele ano. A candidatura foi derrotada pelo situacionista Júlio Prestes (PRP), mas este não pôde tomar posse em virtude do golpe. Com a deflagração e vitória de uma revolta nacional, o golpe de 1930, apoiado pelo PD em São Paulo, e participando de uma série de negociações para a formação do novo governo paulista, Queiroz é indicado secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do estado de São Paulo. Por se sentirem traídos pelo bloco varguista e diante da constituição da Frente Única Paulista, que reaproximou PRP e PD, Queiroz deixa este cargo ainda em dezembro daquele ano, em ato de renúncia coletiva dos cargos pelos membros do Partido Democrático de São Paulo (Hipólito, s.d.b.).

Em 1932, com a constituição da Frente Única Paulista (FUP), unindo PD e PRP, tradicionais adversários, Queiroz foi um dos signatários do manifesto lançado em 16 de fevereiro, que culminou, em 9 de julho, na chamada Revolução Constitucionalista, movimento derrotado em 2 de outubro daquele ano, com a assinatura do armistício. Por fim, entre os anos de 1936 e 1937, Souza Queiroz ainda apoiou a candidatura presidencial de Armando Sales Oliveira (PD), então governador de São Paulo, empreendimento frustrado pela implementação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Henrique de Souza Queiroz faleceu em 23 de novembro de 1961 (Hipólito, s.d.b.).

Em relação a sua gestão na presidência da SRB, destaca-se o fato de ter-se realizado naquele momento a criação, pelo Presidente do Estado de São Paulo, Carlos de Campos, do Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café, pela Lei n. 2004, de 19 de dezembro de 1924, ação apoiada e referendada pela Sociedade Rural. Em edição de janeiro de 1925, a referida lei de criação do Instituto é transcrita na íntegra na revista A Rural (Magalhães, 2009, p. 41; A Rural, 1925a, p. 18).

A síntese feita de sua gestão, escrita em publicação oficial da entidade (Magalhães, 2009, pp. 41-42), ainda aponta como assuntos relevantes daquela gestão temas ligados à

produção de milho híbrido, à criação do Bos-Indicus (espécie bovina) no Brasil, ao futuro da indústria agrícola no Brasil, ao problema da Broca do Café, da Febre Aftosa, aos desafios do controle leiteiro, da irrigação nos cafezais, do melhoramento das pastagens e do uso de adubos químicos na agricultura.

Quinta gestão (1927-1928)

A quinta gestão da entidade, no período 1927-1928, foi liderada por Luiz Vicente Figueira de Mello. Ele é identificado, em documentos oficiais da entidade, como um grande fazendeiro e representante de grandes capitais. Figueira de Mello se casou com Gessia Piza Figueira de Mello, que era filha de Joaquim de Toledo Piza e Almeida, classificado também como um representante do grande capital (Perissinotto, s.d.). Infelizmente, há uma carência de dados públicos que tragam mais detalhes sobre a trajetória de vida de Luiz Vicente Figueira de Mello. Além disso, é curioso notar como a publicação oficial da entidade, referente aos seus 90 anos (Magalhães, 2009), na seção relativa aos ex-presidentes, praticamente desconhece esta gestão, apenas citando seu nome para contextualizar a transição entre a gestão anterior e a posterior.

A eleição de Figueira de Mello ocorreu em Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Rural Brasileira, realizada, mais uma vez, em sua antiga sede, Rua Libero Badaró, 119 - 3° andar, no dia 18 de março de 1927, contando com a presença de 357 associados da entidade (A Rural, 1927a, p. 112). Destaca-se o fato de que a presidência da SRB naquele momento estava sendo ocupada provisoriamente por Bento de Abreu Sampaio Vidal, que veio a ser o presidente também em gestões seguintes, como será analisado. As publicações oficiais da entidade relatam que Sampaio Vidal assumira a presidência da entidade naquele momento como forma de transição entre Souza Queiroz e Figueira de Mello (Magalhães, 2009, p. 43).

Esta Assembleia de 18 de março tinha como fim a posse da diretoria, cuja escolha de nomes havia ocorrido em assembleia anterior, em 17 de fevereiro daquele ano. Sua nominata ficou assim disposta: Dr. Luiz Vicente Figueira de Mello (Presidente); Dr. Luiz Santos Dumont (Vice-Presidente); Dr. Eduardo da Fonseca Cotching (1° secretário); Dr. Joaquim Sampaio Vidal (2° Secretário); Dr. Clovis Soares de Camargo (1° Tesoureiro); Dr. Mario Pernambuco (2° Tesoureiro). Conselho Consultivo: Bento de Abreu Sampaio Vidal, Dr. Carlos Augusto M. de Barros, Dr. Henrique de Souza Queiroz, Dr. Uriel Gaspar e José Procopio de Araujo Ferraz; Suplentes: Bento C. de Arruda Botelho, José de Camargo Calazans, José de Rezende Meirelles

e Dr. Alberto de Oliveira Coutinho (A Rural, 1927a, p. 112). Aclamados os nomes, começava, como de costume, o ritual de congratulação entre os pares:

> Por essa occasião, dirigiu o Sr. Presidente [provavelmente refere-se a Spencer Vampré, o presidente daquela Assembleia] uma breve mas expressiva saudação aos empossados, felicitando-os pelo elevado posto a que os tinha conduzido a confiança e a estima dos seus prezados consorcios, terminando fazendo votos para que continuassem a empenhar, como até então, o melhor dos seus esforços no sentido de se manter bem alto **o prestigio da Sociedade** [SRB] **e o bom nome da lavoura de S. Paulo** (A RURAL, 1927a, p. 112, grifo nosso).

Respondendo a este e outros votos de louvor, o presidente recém empossado dizia que se tratava de um "acto de nimia bondade e consideração de seus amigos, conferindo-lhe a alta investidura da presidencia da Sociedade Rural". E arremata dizendo "que lhes era um conforto e um estimulo a presença ali do **escol da lavoura paulista**, representada por **tão distinctos e dignos lavradores**" (A Rural, 1927a, p. 112, grifo nosso).

Além dos elementos de distinção e prestígio que atribuem a si mesmos e a sua entidade representativa, estas declarações também informam uma identidade fortemente ligada à terra – pela *lavoura* e pela condição de *lavradores* - e, uma vez mais, a identificação regional destas elites dirigentes da entidade com o estado de São Paulo – já que seriam o *escol da lavoura paulista*, garantiriam *o bom nome da lavoura de S. Paulo*.

Tal como na sociedade de corte, analisada por Elias (2001), aqui a etiqueta e o cerimonial simbolizam de certa maneira as inter-relações estabelecidas entre as elites que conduzem, a partir de diferentes posições, a entidade ao longo do tempo. Ao elogiar as características do grupo, cujos integrantes eram representados como *distintos lavradores*, membros do *escol da lavoura paulista*, evidenciavam também seus próprios méritos como porta-vozes deles. O cerimonial ritualístico desenvolvido aqui, levado a cabo por figuras que assumiam postos os mais altos da gestão política da entidade, pode ser visto também como forma de renovar a legitimidade de suas posições internas à classe. Na sociedade analisada por Elias (2001, p. 212), "mesmo as pessoas com posições mais elevadas em termos de status – rei, rainha, membros da família real junto com seus acompanhantes – tornaram-se prisioneiros de seu próprio cerimonial e de sua etiqueta, seguindo literalmente seus mandamentos". Se certos privilégios e distinções "fossem violados, outros também" poderiam "sê-lo, inclusive os seus próprios".

Em seu discurso, em tom geral de união de esforços e trabalho em favor dos interesses do grupo, o presidente empossado ainda propõe à assembleia "um voto de sincero louvor aos dois consocios que exerceram durante o passado biennio a presidencia da Sociedade Rural, os Srs. Dr. Henrique de Souza Queiroz e Bento de Abreu Sampaio Vidal", os quais teriam

despendido dedicação em prol da entidade, “elevando bem alto o seu nome no conceito publico” (A Rural, 1927a, p. 112). Como dissemos antes, pela elevada distinção aos representantes pretéritos da entidade e ao trabalho que ali desenvolveram, se presta homenagem e constrói significações positivas à própria história da SRB ao longo do tempo, logrando ocupar esta um lugar de prestígio e reconhecimento na sociedade paulista e brasileira.

Vale registrar ainda a proposta, por Alfredo Monteiro, de uma nota de pesar pela morte de Julio de Mesquita, ocorrida em 15 de março de 1927. Ele foi o fundador do jornal O Estado de São Paulo, enquanto seu filho foi atuante na fundação da SRB. A fala e a nota, proposta por Monteiro, partem de uma construção sofisticada de palavras, com apelo a tons poéticos, com citações de autores, como Antonio Candido, evidenciando a apropriação de capitais culturais como forma de distinção social (Bourdieu, 2015). O texto conclui ressaltando a importância do veículo de comunicação fundado pelo homenageado como canal de propagação de uma voz da Sociedade Rural Brasileira: “Quanto ao ‘Estado de S. Paulo’, - sabem-n’o bem quantos acompanharam os nossos primeiros trabalhos – basta dizer, lembrando com gratidão, que a Rural Brasileira teve nás suas columnas apenas isto – um elemento de exito. É só” (A Rural, 1927a, p. 113).

Eles expressam aqui o apoio e a ligação histórica de importantes setores da grande imprensa com as elites agrárias e agroindústrias e com o que, nas últimas décadas, passou a se afirmar como agronegócio no Brasil. Muitas vezes estes empresários da comunicação também possuem investimentos rurais e agroindustriais. Mas o apoio também pode significar a defesa de um projeto e/ou simples troca de favores. Neste caso, é curioso notar a presença desta importante família do ramo da comunicação, participando de maneira ativa dos processos de organização da Sociedade Rural Brasileira, desde sua fundação. Em contrapartida, na ocasião da morte do patriarca da família e líder de seus negócios no ramo da comunicação, as homenagens prestadas pela entidade são efusivas e lembram os apoios oferecidos por ele à entidade e ao setor. Lembra-se com *gratidão* disso. Afirma-se que naquelas colunas a Rural só tivera *exito*.

Diante da aprovação da proposta de nota, a Assembleia nomeava uma comissão para transmitir os pêsames à família Mesquita e ao jornal o Estado de São Paulo, formada por Raphael de Abreu Sampaio Vidal, Luiz Santos Dumont e Eduardo Wisard (A Rural, 1927a, p. 113). Por estes representantes, é como se a entidade fosse em cortejo prestar homenagens no funeral de Mesquita.

Vale citar ainda o registro em ata, proposto por Alberto de Oliveira Coutinho, dos pesares pelo falecimento de outras duas importantes figuras da sociedade paulista: o "eminente scientista Dr. Diogo de Faria", médico que teria prestado grandes benefícios à população de São Paulo durante a epidemia de gripe espanhola, e Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, "cujo nome está intimamente ligado ás honrosas tradições administrativas do Estado de São Paulo, de que foi vice-presidente e presidente em exercício" (A Rural, 1927a, p. 113). Alfredo Monteiro propõe ainda um "voto de congratulações" a Eduardo da Fonseca Cotching, "nobre e admiravel criador" da SRB, por ter este retornado às atividades sociais da entidade. Dizia ele, a respeito de Cotching:

> "Elle é, entre os fundadores, o criador da Sociedade. Ao seu poderoso gênio organizador, á sua dedicação sem par, aos seus esforços diuturnos, deve a Sociedade o ter chegado a este invejável estado de prosperidade. O prestigio de que gosa a Rural Brasileira, deve-o ella, principalmente, a Eduardo Cotching" (A RURAL, 1927a, p. 113).

O ritual de homenagens continuou com a apresentação à mesa de uma representação, assinada "por grande numero de associados", propondo que "em vista dos relevantes serviços que tem prestado á Sociedade Rural Brasileira desde o período da sua fundação, assim como á lavoura nacional", fosse conferido o título de presidente honorário da SRB a Bento de Abreu Sampaio Vidal. A proposta foi aprovada por unanimidade, seguida de "longa salva de palmas" e congratulações do presidente da entidade (A Rural, 1927a, p. 113).

O homenageado deu prosseguimento ao ritual agradecendo aos pares, "commovido", dizendo ser o ato uma "prova de amizade e bondade dos seus companheiros", ressaltando que há mais de trinta anos "se bate pelo progresso da agricultura nacional e durante os 8 annos em que tem trabalhado na Sociedade Rural outro fito não teve senão o de **engrandecimento da lavoura paulista**, que **serve de modelo e orientação ás demais do paiz**". Afirmou ainda a importância da "producção" para a resolução de todos os problemas econômicos e financeiros da sociedade, cuja base principal estaria na "producção da terra, que é a fonte principal de todas as riquezas". Afirma estar empregando "sua melhor dedicação aos assumptos da agricultura", pela convicção "de que é della que têm vindo e continuará a vir a riqueza para o Estado e o paiz" (A Rural, 1927a, p. 113, grifo nosso).

A importância da família Sampaio Vidal se faz sentir em diversos momentos daquele desenvolvimento inicial da SRB. De fato, se trata de um agente e de uma família com uma importância considerável neste contexto de organização inicial da SRB. Eles estiveram presentes na fundação da entidade. Um dos irmãos, Rafael Sampaio Vidal, foi seu vice-

presidente na primeira gestão. O outro, Bento Sampaio Vidal, aqui homenageado, seria escolhido presidente na gestão seguinte à homenagem, iniciada em 1929, como será visto.

As relações de parentesco e o sobrenome do indivíduo são centrais para a definição das possibilidades de atuação política aqui. A presença dos dois irmãos, trilhando conjuntamente caminho político e representando o sobrenome da família na definição dos rumos da entidade não é ocasional. Tal como no caso de militantes do movimento de moradia, analisado por Aquino (2015, p. 99), no caso de determinadas figuras, se reconhecia que "toda a sua família era de *luta*, ou seja, tinham atributos reputados como causas do merecimento" de seu reconhecimento como porta-vozes do grupo, "atributos esses partilhados entre todos os integrantes que se tornaram" interlocutores públicos do setor. É como se a luta estivesse no sangue: "as famílias reputadas como *de luta* têm atributos que lhes seriam quase naturais, às vezes anteriores ao ingresso" nas entidades de representação, "mas somente capazes de serem plenamente desenvolvidos *na luta*". Essa legitimidade de determinados sobrenomes está ligada aos "atributos e reputações necessários à luta, corporificados em cada uma dessas famílias *guerreiras*, *batalhadoras*, *de luta* e recorrentemente estimulados nas ações do movimento" em seu cotidiano (*ibid*., p. 101).

O discurso do homenageado compõe parte do ritual de ações e palavras encenadas pelos porta-vozes da entidade, visando marcar a importância destes momentos de assembleia e troca de gestões e da própria entidade ao longo do tempo, como já mencionado aqui. São ações desencadeadas pelos integrantes do grupo como forma de definir uma estrutura de posições interna e, ao mesmo tempo, renovar capitais políticos e simbólicos dos pares, reforçando seu poder enquanto grupo. A assembleia de escolha de uma nova diretoria para a entidade é um momento importante para execução desses códigos. É quando eles se reúnem, prestam contas do que aconteceu, põem em confronto possíveis divergências, apresentam projetos e pensam o futuro de suas ações. Se enxergando a todos em uma mesma assembleia, constitui-se cenário propício para a execução de rituais que definem a identidade do grupo ao longo do tempo.

Ele começa se dizendo muito *comovido* com a distinção, atribuindo-a a uma prova de *amizade* e *bondade* dos pares. É uma retórica de humildade e de espírito coletivo que parece ser uma marca dos que recebem homenagens ou assumem cargos de direção na entidade. Eles transferem os méritos, que estão sendo afirmados a si, ao próprio grupo que os concedeu. Assim, demonstram, diretamente aos pares e em seu momento de encontro e ritual, seu pertencimento e lealdade a este grupo, afirmando a legitimidade de ser seu porta-voz. Lembrando o que disse Durkheim (2022, p. 286), a finalidade do ritual é "atestar que certo

número de indivíduos participa de uma mesma vida moral". Daí a importância da afirmação de lealdade e pertencimento ao grupo nesses momentos.

Ademais, seu trabalho e envolvimento, como um dos protagonistas na construção inicial da Rural e anteriormente a isso, é associado por ele à busca pelo *progresso* da sociedade. Associado ao ideal positivista afirmado por Sampaio Vidal, aparece em seu discurso uma busca incessante por engrandecer a lavoura paulista ao longo dos anos. Quer dizer, para eles, o *progresso* da sociedade brasileira – palavra estampada em nossa bandeira nacional, junto ao imperativo da ordem – poderia ser alcançado por meio do desenvolvimento da *agricultura nacional*, setor capaz de liderar um projeto de crescimento do país e de avanço da sociedade.

Neste caso, a afirmação regional de elites agrárias e agroindustriais paulistas se faz notar novamente. Afinal, a *agricultura nacional*, capaz de promover o *progresso* da sociedade brasileira, é representada nas palavras de Sampaio Vidal pela *lavoura paulista*, cujo *engrandecimento* serviria *de modelo e orientação ás demais do paiz*. Mesmo que tal categoria não seja utilizada, São Paulo aparece aqui, agora por meio de sua lavoura, como uma *locomotiva* do país. Assim, não fica difícil para estes dirigentes patronais que se reúnem periodicamente na sede da SRB para definir seus rumos, entenderem, da mesma forma, que a entidade se constitua em uma espécie de *farol* para o Brasil. No próximo capítulo, analisaremos como esta construção política pelas elites rurais e agroindustriais paulistas se opera a partir do contexto da crise econômica de 1929 e da transição produtiva por que passou a agropecuária paulista a partir dali.

Capítulo 2) Crise econômica, transições produtivas e reclassificações sociais das famílias: o nascimento dos "*líderes do açúcar paulista*"

Este capítulo tem como objetivo analisar a ação política e as estratégias de reprodução social das elites rurais e agroindustriais paulistas a partir do contexto da crise econômica de 1929, compreendendo o cenário de reconversão produtiva e de avanço da agroindustrialização canavieira por que passou o estado de São Paulo naquele momento. Esse processo desemboca na reclassificação social de linhagens tradicionais destas elites e no nascimento dos chamados novos *líderes do açúcar paulista* a partir de então, contexto em que determinadas famílias de imigrantes italianos ganham destaque e no qual novas disposições ligadas aos valores da produção e do trabalho passam a ser valorizadas.

No ano de 1929, momento de deflagração da grande crise que abalou o mundo e véspera dos acontecimentos políticos desencadeados no Brasil com a Revolução de 1930, a Sociedade Rural Brasileira elegia para sua presidência o então proprietário da Fazenda Santa Isabel, localizada no município de Guariba/SP, Bento de Abreu Sampaio Vidal (Martins, 1995; Gustavo, s.d.). Ele era irmão de Rafael Sampaio Vidal, também um dos fundadores e primeira liderança a ocupar o cargo de vice-presidência da SRB, 10 anos antes, conforme apresentado no capítulo 1.

Tendo como base uma crise de superprodução e a lógica da especulação financeira, a Depressão ou Crise de 1929 foi um processo que ocorreu em nível internacional, tendo como epicentro os Estados Unidos, e marcou um enfraquecimento momentâneo da concepção econômica liberal. O grande marco desse processo foi a quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em outubro daquele ano. Como consequência da crise, o Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA caiu cerca de 50%. No Brasil, a área mais impactada com a crise foi justamente a produção de café, base do poder econômico da oligarquia paulista de então.

Entre 1924 e 1927, Bento foi deputado estadual em São Paulo. Neste cargo, seu papel na aprovação de políticas de defesa permanente do café já era fortemente reconhecido pela SRB. Já na presidência da entidade, no contexto da grande crise, o agora ex-deputado e apontado como homem forte da lavoura de café paulista, conquistava importante espaço para seguir reivindicando a proteção e defesa deste setor (Magalhães, 2009).

A assembleia que elegeu Bento de Abreu Sampaio Vidal e sua diretoria para a condução da Sociedade Rural Brasileira no biênio 1929-1930 ocorreu no dia 29 de dezembro de 1928, novamente na antiga sede da entidade, Rua Libero Badaró, n° 45. A assembleia contou com a participação de 349 associados, que compareceram pessoalmente ou por procuração.

Após a abertura dos trabalhos, pelo então presidente Luiz Vicente Figueira de Mello, a presidência da assembleia foi atribuída, por sugestão de Joaquim de Sampaio Vidal e acolhimento de todos os presentes, a Henrique de Souza Queiroz, ex-presidente da entidade:

> O Dr. Figueira de Mello convidou então, em nome da Assembléa, o Dr. Henrique de Souza Queiroz a tomar assento na presidencia, feito o que foram por este convidados para seus secretarios os Snrs. Dr. Carlos A. de Sampaio Vianna e Jacob Guyer (A RURAL, 1929b, p. 11).

A escolha desta chapa foi feita por meio de votação em cédulas. Considerando-se o texto relatado em ata, parece haver um clima amistoso em assembleia, sem tensões e disputas de maior grau. Ademais, não é relatada a inscrição de alguma chapa alternativa à eleita. Tampouco é explicitado claramente neste documento o método de eleição dos diretores. No entanto, registra-se alguns poucos votos em nomes alternativos aos da chapa eleita. Foram 275 votos em urna, dos quais 1 foi para Henrique de Souza Queiroz para o cargo de presidente, 1 para Oswaldo Sampaio e 1 para Sebastião Sampaio, ambos para o cargo de Conselho Consultivo. Por seu número reduzido, podemos supor que se referem a uma espécie de voto de protesto ou sinalização contrária à chapa posta e eleita (A Rural, 1929b, p. 11).

De qualquer forma, os demais votos elegeram a chapa formada pelos seguintes nomes: Snr. Bento de Abreu Sampaio Vidal (presidente); Snr. Aurelio de Andrade Junqueira (vice-presidente); Dr. Alberto de Oliveira Coutinho (1° secretário); Dr. Carlos Augusto Monteiro de Barros (2° secretário); Snr. Mario de Souza Queiroz (1° tesoureiro); e Dr. Theodoro Quartim Barboza (2° tesoureiro). O conselho Consultivo foi composto pelos seguintes nomes: Dr. Henrique de Souza Queiroz, Dr. Luiz Santos Dumont, Dr. Eduardo da Fonseca Cotching, Dr. Clovis Soares de Camargo e Dr. Luiz Vicente Figueira de Mello, que estava deixando a presidência da SRB naquele momento. Seus suplentes eram Snr. Bento Carlos de Arruda Botelho, Snr. José Rezende Meirelles, Snr. Vicente Dias Junior e Dr. Carlos Americo de Sampaio Vianna (A Rural, 1929b, p. 11).

Após o anúncio deste resultado, “o Snr. Presidente da Mesa communicou á Assembléa o resultado da apuração, sendo recebido com uma salva de palmas”. Registra-se também discurso elogioso e de pacificação do próprio Henrique de Souza Queiroz, ex-presidente da SRB, e cujo nome foi lembrado com um voto para presidente nesta eleição. Ele fez “elogiosas referencias á Directoria cujo mandato está prestes a findar”, realçou “o esforço patriotico e desinteressado com que os seus dignos componentes se dedicaram ao estudo dos problemas que interessam á classe dos lavradores”. Também parabenizou os sócios da SRB “pelo acerto com que se houve a escolha dos membros da nova Directoria e Conselho Consultivo, todos elles já sobejamente conhecidos não só pelos seus serviços em favor da classe

dos lavradores e da Sociedade [SRB], como pelas suas qualidades pessoaes" (A Rural, 1929b, p. 11). Isso indica que o voto recebido por ele na eleição, provavelmente, tenha sido, mais que qualquer outra coisa, um ato isolado, não havendo ali qualquer divergência de maior grau.

Em seguida, o próprio presidente eleito, Bento de Abreu Sampaio Vidal, agradeceu as palavras referidas, "declarando, em seu nome e no de seus companheiros de Directoria, que procurarão, por todos os meios ao seu alcance, corresponder á confiança e estima de seus companheiros de Sociedade". Complementando os principais pontos do rito, pelo que passavam os integrantes da entidade em cada eleição e posse de nova diretoria, o presidente que entregava seu cargo, Luiz Vicente Figueira de Mello, também falaria. Ele agradeceu, em nome de sua diretoria, as referências dos discursos anteriores e declarou "que todos os seus companheiros de Directoria empregaram o melhor de sua vontade e do seu esforço para attender, solicitamente, as exigencias da Sociedade". Segundo ele, "se mais não fizeram foi porque occupações particulares lhes tomavam parte do tempo de que dispunham". Ainda solicitou que ficasse registrado em ata o agradecimento seu e de seus diretores aos funcionários da Secretaria e da Revista da SRB, "pela bôa vontade e esforço com que attenderam ao serviço da Sociedade, e exacta execução de suas ordens" (A Rural, 1929b, p. 11).

Seja pela importância da trajetória familiar, pela presença destes agentes desde os princípios de criação da Sociedade Rural ou pela própria importância política da figura de Bento de Abreu Sampaio Vidal no estado e no país, sua gestão à frente da entidade parece receber bastante destaque nas páginas oficiais que retratam a história da SRB. Em publicação referente aos 90 anos da entidade, Bento é apresentado como um "político de carreira e lavrador por investimento". Cabe lembrar que ele havia trabalhado na transição entre as gestões de Souza Queiroz e Figueira de Mello na SRB, como retratado no capítulo 1 (Magalhães, 2009, p. 43).

Bento esteve duas gestões na presidência da SRB: nos biênios de 1929-1930 e 1937-1938. Durante esta última gestão, foi nomeado secretário de Agricultura do estado de São Paulo. Dentre os acontecimentos da primeira gestão, destaca-se a realização do 4° Convênio dos Estados Cafeeiros (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Paraná), processo que foi comandado pelo então secretário da Fazenda e presidente do Instituto de Café de São Paulo, Mario Rolim Telles. O período também foi marcado pela realização do primeiro Congresso dos Lavradores de Café do Estado de São Paulo, "convocado para debelar a crise que atualmente assoberba o mercado do nosso principal produto" e que contou com a participação de "cerca de 1.200 lavradores, representando obra de 400 milhões de cafeeiros [que] ali estiveram, formando uma esplêndida assembléia". Este evento foi patrocinado pelas

três entidades patronais rurais então em destaque: a Sociedade Rural Brasileira, Sociedade Paulista de Agricultura e Liga Agrícola (A Rural, 1929 apud Magalhães, 2009, p. 43).

Em 1927, quando Bento conduzia mandato provisório e de transição na presidência da SRB, houve a apresentação pelo Deputado Estadual Orlando de Almeida Prado de um projeto de Código Florestal "para minimizar o problema do reflorestamento em São Paulo", tema que contou com o envolvimento da Rural; a partir de 1930, já em mandato completo de Bento na presidência da entidade, há a emergência de debates em torno da indústria açucareira, em função da crise por que passava o café e da necessidade de diversificação produtiva neste cenário: "Surge nas páginas da Revista [A Rural] o embrião das entidades açucareiras da atualidade como a União da Indústria de Cana-de-Açúcar [UNICA] que reúne produtores do Centro-Sul do Brasil" (Magalhães, 2009, p. 44).

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA) "é a entidade representativa das principais unidades produtoras de açúcar, etanol (álcool combustível) e bioeletricidade da região Centro-Sul do Brasil, principalmente do Estado de São Paulo". A entidade foi criada em 1997, como resultado da fusão de diversas organizações setoriais do estado de São Paulo. Do ponto de vista organizativo, "a Unica é gerida por um Conselho Deliberativo, integrado por representantes de suas associadas e uma equipe de experientes executivos, especialistas e consultores técnicos, dedicados em tempo integral". Ademais, "o domínio técnico da Unica compreende as áreas de meio ambiente, energia, tecnologia, comércio exterior, responsabilidade social corporativa, sustentabilidade, legislação, economia e comunicação". A UNICA se apresenta a partir da missão de "atuar no ambiente institucional como voz do produtor para desenvolver a competitividade do setor sucroenergético brasileiro" (UNICA, s.d.). Trata-se da maior organização setorial de representação de interesses dos usineiros de São Paulo e do Brasil.

Destaca-se também a criação do Departamento de Pecuária da SRB, em 10 de janeiro de 1930. Este tema é importante, já que se estruturava ali um foro institucionalizado e com função específica de organizar as demandas relacionadas a uma das principais atividades econômicas que deram vazão à criação e sustentaram a Sociedade Rural Brasileira ao longo de toda sua história, até os dias atuais. A proposta foi encaminhada pelo sr. Fleming[32], que sugeriu a constituição de uma Comissão Permanente de Pecuária composta por 7 membros, sendo 3 representantes de frigoríficos e 4 de criadores e invernistas (Magalhães, 2009, p. 44).

[32] Ele é apresentado somente desta forma nas atas analisadas.

Essa composição evidencia a presença na entidade de agentes distribuídos em diferentes etapas do processo produtivo pecuário, ao que indica os números, com alguma predominância política dos pecuaristas de dentro da porteira da fazenda, aqueles ligados à criação pecuária em si, em relação aos agentes ligados à agroindústria de carnes. Para compreendermos a importância da atividade pecuária no interior da entidade, é importante lembrar que, em 1921, chegou-se a debater na SRB a mudança de seu estatuto para que abrangesse somente a representação do setor patronal ligado à pecuária, em detrimento da agricultura, que seria, nesta proposta, representada pela Sociedade Paulista de Agricultura. Ademais, pensando-se também a presença de setores frigoríficos no interior da SRB, independente de seu tamanho e força relativos, cabe lembrar que estes estiveram ali desde a criação da entidade, como demonstram suas atas de fundação, em que aparece a presença de diversos representantes do setor frigorífico, principalmente da Companhia Frigorifica Armour, com pelo menos 5 representantes na primeira reunião de organização da entidade, em 1919.

A criação desse Departamento de Pecuária da SRB acontece em momento importante do desenvolvimento da pecuária e dos esforços para seu melhoramento genético no Brasil. Cerca de uma década antes ocorria o apogeu da importação, sobretudo pelos mineiros, de gado zebu ao Brasil. Os paulistas, por sua vez, rivalizavam com eles pela importação do gado Caracu (Leal, 2016).

Ainda no que se refere às gestões de Bento de Abreu Sampaio Vidal na presidência da SRB, destaca-se também a criação do Departamento de Avicultura, que foi inaugurado em 25 de fevereiro daquele mesmo 1930. A discussão em torno da criação deste Departamento, em que se destaca o nome de Benevides Rezende, traz elementos como o fortalecimento do cooperativismo e a busca pela resolução de crises da pequena propriedade agropecuária (Magalhães, 2009, p. 44). Isso demonstra alguma diversificação e ampliação dos olhares e interesses de uma entidade tida como altamente aristocrática, mas que, dentro de certos limites, passou a ter a necessidade de dialogar com mais setores ao longo do tempo, mesmo com médios e pequenos produtores, para manter-se viva e atuante na representação do setor.

Mais do que isso, se enxerga aqui a capacidade da entidade em antecipar temas ou abrir caminho para importantes estratégias políticas efetivadas pelo agronegócio brasileiro hoje: estímulo à organização política de usineiros, que hoje formam a UNICA, discussões em torno da produção bovina e avícola, estímulo ao cooperativismo rural e à incorporação das pautas do que veio a ser conhecido como agricultura familiar (Picolotto, 2023) à agenda política do agronegócio brasileiro.

Dizia-se ainda, na reunião de inauguração do Departamento de Avicultura, que "o Brasil proclamará sua independência econômica quando, ao lado das grandes culturas, se desenvolverem as pequenas lavouras e criações" (Magalhães, 2009, p. 44). É importante mencionar que se fala aqui em apoio às pequenas lavouras e criações, mas refere-se notadamente às fatias mais capitalizadas do que se chama hoje de agricultura familiar (Picolotto, 2023), aquelas mais integradas aos complexos agroindustriais à montante e à jusante da propriedade rural, atores integrados de maneira subordinada ao que se chama hoje de agronegócio (Bruno, 2016; Pompeia, 2021).

Estes são os principais elementos que compuseram a primeira gestão de Bento de Abreu Sampaio Vidal à frente da SRB. Já em relação à segunda gestão de Bento na presidência da SRB, destaca-se ações de modificação da política cafeeira, quando a

> influente Sociedade Rural Brasileira de 1937, em ação pró-ativa, resolveu redigir um documento pedindo ao Governador do Estado de São Paulo uma 'Modificação da Política Cafeeira' que contemplasse: Distribuição de cotas de exportação aos estados cafeeiros; Cota de equilíbrio de 30% gratuita; Compra de 7 milhões de sacas dos excessos das safras velhas e Aumento de 50% nos estoques dos portos (MAGALHÃES, 2009, p. 45).

Em 1937, também se comemorava os 50 anos de existência do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), braço importante do desenvolvimento da agropecuária patronal no estado e representado por estas elites como uma das fortalezas do desenvolvimento do setor em São Paulo. Conforme Magalhães (2009, p. 45), a revista A Rural contou com edição especial em comemoração a esta data, em agosto daquele ano. Nesta edição, se dizia que: "conta o nosso grande Instituto o seu primeiro cinqüentenário de serviços prestados à agricultura do país, mercê da visão do Conselheiro Antonio Prado, Ministro da Agricultura do então benemérito D. Pedro II". No capítulo 1, vimos que o Conselheiro Antonio da Silva Prado fora homenageado pela SRB como um de seus presidentes honorários, além de ter sua figura estampada em busto na sede da entidade.

Os elogios seguiam, dizendo-se que se tratava inegavelmente de um "atestado peremptório da agudeza de espírito dos homens daqueles tempos, há cinqüenta anos criando um Instituto de pesquisas agrícolas, considerando-se, que mesmo nos dias que correm as coisas de campo ainda pouco merecem da devida atenção pública". Cita-se os feitos do IAC para a agricultura paulista, concluindo-se que, "por esses cinqüenta anos de sua existência, a Sociedade Rural Brasileira presta reverentes homenagens ao Instituto Agronômico de Campinas" (A Rural, 1937 apud Magalhães, 2009, p. 45). O Agronômico de Campinas é um importante instrumento de produção de inovação e tecnologia agropecuária do estado de São Paulo, umas das instituições através das quais essas elites paulistas buscam se apresentar

publicamente como a *intelligentsia* do setor ao longo do tempo, espécie de direção moral e intelectual da classe. A importância dessa instituição se visualiza ao longo do tempo e é bastante relevante percebê-la já nesse momento, ganhando destaque nas páginas da SRB. No capítulo 4, a importância dessas instituições acadêmicas e de pesquisa agropecuária do estado de São Paulo será abordada em mais profundidade.

Bento de Abreu foi uma importante figura da oligarquia paulista. Nasceu em Campinas/SP, em 17 de agosto de 1872, dois anos depois de seu irmão mais velho e também fundador e dirigente da SRB, Rafael Sampaio Vidal. Os dois são filhos de Joaquim José de Abreu Sampaio Vidal e sua segunda esposa, Maria das Dores Sampaio Vidal. Lembrando que Joaquim foi deputado na Assembleia Provincial. Em seu primeiro casamento, com Eulália Carolina de Meira, teve três filhos homens: Affonso, Adolfo e Joaquim. Eles tinham, respectivamente, 16 anos, 12 anos e 8 anos, quando Bento nasceu (Zioli, 2006; Gustavo, s.d.).

Naquele momento, seu pai era proprietário da Fazenda São Joaquim, em São Carlos. Apesar desta fazenda não figurar entre as maiores propriedades rurais do estado, dados apontam que Joaquim José chegou a possuir cerca de 400 escravos, o que indica ser um homem abastado, considerando os padrões paulistas da época. A riqueza de Joaquim José foi construída por seu envolvimento, não apenas na plantação de café em si, mas também no beneficiamento, comercialização e transporte do produto, em suma, no domínio sobre o ciclo produtivo como um todo, como era característico dessa elite cafeeira paulista da época (Zioli, 2006).

Bento passou parte da infância e juventude entre a casa da família, na cidade de São Carlos, e a Fazenda São Joaquim, no mesmo município. Posteriormente, retornou a Campinas para estudar no Colégio Culto à Ciência, onde o irmão Rafael também estudara. A opção do pai Joaquim José por este colégio demonstra sua alta capacidade financeira e também sua filiação ideológica, já que se travava de instituição de inspiração positivista, cujos ideais constituíam fascínio da elite intelectual paulista deste contexto de virada entre os séculos 19 e 20, norteando boa parte de suas ações políticas e sociais (Gustavo, s.d.; Zioli, 2006).

Mas Bento não concluiu seus estudos ali. As causas não são exatamente conhecidas: especula-se que pelo surto de febre amarela que obrigou o fechamento das escolas ou pelo pai tê-lo escolhido para auxiliar nos negócios da família. Aquele era considerado um momento economicamente favorável aos negócios de Joaquim José, que no início da década de 1890 abria novas fazendas na região de Jaboticabal. Então, aos 17 anos de idade, Bento de Abreu voltava a residir em São Carlos para trabalhar com o pai nas fazendas de café e, posteriormente, na Casa Bancária da cidade, instituição em que foi diretor-gerente. Em 1894, ele se tornou vice-

presidente do Jóquei Club local. Enquanto trabalhava no banco, Bento de Abreu adquiria sua primeira porção de terras, a Fazenda Boa Vista, na Sesmaria das Almas, então município de Araraquara. Esta fazenda foi adquirida do coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz e rebatizada por Bento de Fazenda Alpes. Foi a primeira de uma série de fazendas adquiridas por ele posteriormente (Gustavo, s.d.; Zioli, 2006).

Vemos aqui uma trajetória escolar significativamente distinta daquela trilhada por seu irmão mais velho e também dirigente da SRB, Rafael Sampaio Vidal. Como vimos, este construiu uma trajetória fortemente alicerçada pelo elemento escolar, já que se graduou em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1891, sendo que ali foi colega de importantes personalidades da política nacional, como Whashington Luís, que se tornaria presidente da República, entre 1926 e 1930. Disso se presume que a trajetória escolar e os capitais culturais, simbólicos e de relações sociais adquiridos ali constituíram-se como importantes elementos de sua trajetória política, seja como dirigente da SRB, seja como vereador de São Carlos/SP, deputado estadual de São Paulo, deputado federal, senador e ministro. Os caminhos trilhados pelo irmão Bento foram diferentes – menos ligados à escola e mais ligados ao trabalho -, mas o levaram a destinos políticos semelhantes.

Em 15 de junho de 1895, quando tinha 22 anos de idade, Bento de Abreu Sampaio Vidal casou-se com Maria Izabel de Arruda Botelho, filha de Bento Carlos de Arruda Botelho e Maria Izabel d'Oliveira Botelho. O casal teve onze filhos e, assim, Bento de Abreu passou a fazer parte do clã dos Arruda Botelho. Seu novo sogro, Bento Carlos de Arruda Botelho, era irmão de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde de Pinhal, que possui um busto em sua homenagem na sede da Sociedade Rural Brasileira. O sogro também fazia parte da SRB e foi membro suplente desta mesma direção eleita em 1929 e comandada por Sampaio Vidal.

É muito curioso notar que, antes do nascimento de Bento de Abreu, seu pai havia selado o primeiro matrimônio com Eulália Carolina de Meira, que segundo Zioli (2006, p. 33), também fazia parte do clã dos Arruda Botelho. Ela era irmã de Bento Carlos e de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o que demonstra a força destas estratégias matrimonias de quase consanguinidade entre membros das elites agrárias paulistas:

> O casamento tem sido usado, ao longo dos tempos, em vários tipos de sociedades, principalmente as agrárias e patriarcais, como forma de fortalecimento de laços que visam manter ou alargar o poder econômico ou político. Inúmeros foram os exemplos de casamentos que, pouco a pouco, interligaram as árvores genealógicas dos principais clãs da elite paulista. Tais enlaces eram favorecidos, em parte, pela grande quantidade de filhos que cada família possuía. Os Silva Prado, os Sousa Aranha, os Queiróz Telles, os Sousa Queiroz, os Rodrigues Alves, os Toledo Piza, os Arruda Botelho e os Abreu Sampaio Vidal, entre outros, estão entre os principais ramos dessa gigantesca árvore formada pelos casamentos oficializados entre si, ou com ricas famílias da corte, quase todas portadoras de títulos de nobreza (ZIOLI, 2006, p. 50).

A partir destes laços, em 1875, quando Bento de Abreu já havia nascido, o pai Joaquim José foi indicado para disputar o mandato de deputado provincial. Esta indicação ocorreu graças ao apoio político dos Arruda Botelho e resultou em sua eleição para o cargo no triênio 1876-1878. Ou seja, pai e filho fizeram o mesmo movimento de aproximação aos Arruda Botelho por meio de estratégia matrimonial. A partir destes casamentos, passam a fazer parte ou se relacionar de modo mais privilegiado com o que é visto como um clã paulista tradicional, tamanha sua importância econômica, histórica e política até ali.

Após a morte da primeira esposa, o segundo casamento de Joaquim José, com a mãe de Bento e Rafael, Maria das Dores Vidal, também pode ser visto por esse prisma. Este casamento ocorreu em 17 de abril de 1869. Maria das Dores era filha de um abastado comerciante de Campinas, dom Romão Vidal, o que certamente contribuiu para o reforço do poder econômico e de relações sociais do clã. Mas Maria das Dores também faleceu precocemente, deixando Joaquim José novamente viúvo. Este, então, contrai núpcias pela terceira vez, agora com a própria sobrinha, Amélia Sampaio, filha de Antônio de Sampaio Peixoto e Maria Jacintha de Abreu Sampaio, que era uma de suas irmãs. Foi uma estratégia matrimonial consanguínea que gerou mais duas filhas: Luiza e Honorina. Nestes três casamentos, Joaquim José teve 10 filhos e constituiu o clã Abreu Sampaio Vidal (Zioli, 2006).

Após o seu casamento, Bento de Abreu seguiu trajetória ligada à produção de café e, em 1908, iniciou sua trajetória política, elegendo-se à Câmara Municipal de Araraquara. Naquele ano, seu irmão Afonso Botelho também se elegia vereador, mas no município de São Carlos/SP, em uma demonstração do enraizamento da família em diferentes núcleos de poder locais, como importantes agentes na construção histórica de cidades do interior do estado de São Paulo (Zioli, 2006).

Conforme destacou Maria Isaura Pereira de Queiroz, historicamente a política se desenvolveu no Brasil tendo no município um espaço de grande relevância para a reprodução desse poder. Nesses espaços o controle político de grandes senhores de terra se fez sentir em diversos momentos da história. Durante o período do Brasil Colônia “a política se desenvolveu tendo por núcleo o município”, posteriormente “a importância do poder municipal se manteve durante o Império”. Já durante a Primeira República, período em que Bento de Abreu e outros integrantes de sua família se elegiam vereadores em diferentes municípios do interior paulista, “as lutas municipais continuaram de primordial importância para a política brasileira”. Em resumo, ao longo de toda história brasileira até ali, se o “mandão local”, detentor do poder municipal, se desgostava com o poder central, a autoridade real deste se tornava secundária.

Era “como se não existisse no Estado nenhum poder mais alto do que o poder dos coronéis municipais” (Queiroz, 1954, pp. 218-219). A autora ainda complementa, dizendo que:

> O desenvolvimento interno do país foi se processando por acomodações sucessivas com este poder de fato – poder municipal nas mãos dos proprietários rurais – que, podemos dizer “grosso modo”, se impôs à Metrópole durante a colônia, governou sob o manto do parlamentarismo durante o Império e abertamente dirigiu os destinos do país durante a Primeira República (QUEIROZ, 1954, p. 219).

A base desse poder local estava na concentração fundiária e no grande poder econômico dessas elites proprietárias, das quais fazia parte a família Sampaio Vidal. Era como se o poder local se constituísse como um puxadinho do poder da fazenda, atualizando, em diferentes períodos históricos, o padrão *casa-grande & senzala* (Freyre, 1933), como marca da sociedade patriarcal no Brasil.

Em 1910, Bento se reelegeu vereador, alcançando agora a presidência da Câmara de Araraquara, cargo que ocupou, neste primeiro momento, até 1916. Após este mandato foi residir na cidade de São Paulo e seguiu desenvolvendo negócios na cafeicultura:

> Enquanto se envolvia cada vez mais nos negócios do café e na política estadual, Bento de Abreu viu seus filhos crescerem e em meados da década de 1920, começava a tornar-se patriarca de uma grande família. Tanto seus varões, quanto seus genros, Malta Cardoso, Altenfelder Silva, Benevides de Rezende e Cerquinho Malta passaram a auxiliá-lo em seus projetos políticos e na condução dos negócios familiares (GUSTAVO, s.d.).

Um desses genros, Benevides Rezende, atuou na criação do Departamento de Avicultura da SRB, como vimos neste capítulo. Após ter ficado oito anos afastado dos cargos públicos, em 15 de janeiro de 1923 Bento se elegeu novamente vereador de Araraquara, mais uma vez presidindo a Câmara Municipal. Na política local, é apontado como o responsável por grandes acontecimentos da história do município, como a construção do teatro municipal, a fundação da Maternidade e Gota de Leite e da Santa Casa de Misericórdia e a criação da Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara (Gustavo, s.d.). Ao todo, ele foi presidente da Câmara de Vereadores do município por catorze anos, entre 1911 e 1930 (Zioli, 2006, p. 25).

Em 1924, ele se elegeu também deputado estadual, cargo que ocupou até 1927. Vinte anos depois ele voltaria ao cargo, de 1947 a 1948. Ele foi o quarto integrante da família a ocupar este cargo no legislativo estadual – antes o pai e dois irmãos o fizeram. É curioso que enquanto exercia esse cargo de deputado ele também acumulava o de vereador de Araraquara, o que era então permitido pela legislação. Foi eleito deputado estadual no final de outubro de 1924, em um mandato tampão, ocorrido pelas renúncias de José de Alcântara Machado de Oliveira, Ataliba Leonel, Abelardo de Cerqueira César e João Procópio de Araújo Carvalho Sobrinho, que haviam sido eleitos senadores estaduais:

> Na Câmara Estadual, encontrou muitos ex-colegas que haviam estudado com ele no Colégio Culto à Ciência e companheiros, com os quais havia ajudado a fundar a SRB, quase todos fazendeiros produtores de café e velhos conhecidos do interior do estado. Estava, portanto, entre iguais. A única diferença era que Bento de Abreu e Procópio de Araújo Carvalho Sobrinho não possuíam diplomas universitários (ZIOLI, 2006, p. 129).

Empossado e tendo pouco mais de dois meses de mandato pela frente, ele teve pressa em apresentar diversos projetos de interesse do setor cafeeiro. Isso o teria auxiliado a se eleger deputado na eleição que se avizinhava, agora para o mandato completo, do triênio 1925-1927. O sucesso nessas duas eleições, ocorridas em curto espaço de tempo, não se verificou na seguinte, já que não se reelegeu deputado estadual para a legislatura 1928-1930, permanecendo como presidente da Câmara de Vereadores de Araraquara. Zioli (2006) especula que a principal razão para esta não eleição teria sido seu rompimento com o PRP e o apoio à fundação do Partido Democrático (PD), como visto, agremiação de caráter estadual, fundada, em 1926, por dissidentes daquele. Ele teria contribuído na fundação do PD pela dificuldade de angariar espaço de centralidade no PRP. Sua participação nesse processo ocorreu juntamente com outros proprietários rurais, ao lado dos quais havia ajudado a fundar a SRB, como Paulo de Moraes Barros e Henrique de Souza Queiroz, conforme visto no capítulo 1. É justamente neste contexto, em 1929, que ele assume a presidência da entidade rural.

Ele voltaria à cena da política institucional a nível de estado em 1935, quando se elegeu deputado Constituinte paulista, agora pelo Partido Constitucionalista (PC), uma fusão do PD e da Ação Nacional Republicana, também dissidente do PRP, e a Federação de Voluntários (Arquivo Estado de São Paulo, s.d.b.). Em 21 de dezembro de 1937, durante o Estado Novo e com a liderança de Getúlio Vargas consolidada, o então interventor de São Paulo José Joaquim Cardoso de Mello Neto o indica para assumir a secretaria de Agricultura do estado. Neste momento, Bento de Abreu era novamente presidente da SRB. Zioli (2006, p. 153) reflete sobre esse processo:

> À primeira vista parece tratar-se de um paradoxo, pois Bento de Abreu aceitava participar de um governo discricionário contra o qual seu filho havia lutado na Revolução de 1932 pagando com o exílio o preço pela derrota. [...] Por outro lado, presidindo a SRB desde 1933, seu nome reunia as condições necessárias para o cargo e aos 64 anos de idade, Bento de Abreu talvez tenha conseguido realizar o sonho de finalmente dirigir a agricultura paulista coroando assim toda uma vida dedicada aos negócios agrícolas. Sonho efêmero, entretanto, visto que quatro meses depois deixava o governo junto ao interventor J. J. Cardoso de Mello Neto em abril de 1938.

Bento de Abreu ainda foi novamente deputado Constituinte Estadual, em 1947. Isso ocorreu pelo Partido Social Democrático (PSD), fundado em 1945, no contexto de pós Segunda Guerra Mundial e de término do Estado Novo, e do qual faziam parte ex-interventores estaduais, representantes da burguesia urbana e proprietários de terra (Zioli, 2006).

Esse processo demonstra sua grande capacidade de adaptação a diferentes circunstâncias históricas em que se desenvolveu a política nacional nesta primeira metade do século 20. Como analisou Zioli (2006, p. 26), "embora fosse, política e intelectualmente, um homem da Primeira República, pela sua formação educacional calcada, sobretudo, na doutrina positivista, ele sobreviveu às turbulências econômicas e políticas dos anos 1930 e soube adaptar-se aos novos tempos". Como ainda arremata o autor, "sua longa atividade política é prova de que transitou por diferentes paradigmas econômicos, políticos e sociais no decorrer de sua existência".

Ele faleceu em 15 de maio de 1948 na cidade de São Paulo, sendo sepultado no cemitério da Consolação, juntamente com sua esposa, Maria Izabel de Arruda Botelho, que havia falecido em julho de 1930, pouco mais de um ano após ele assumir a presidência da Rural (Gustavo, s.d.). Como homenagem a ele, o nome de Bento está em algumas vias públicas, nas cidades de Santa Lúcia, Marília e Bento de Abreu, esta última fundada pelo próprio Sampaio Vidal e cujo território é originário de São Carlos e Araraquara. No caso da cidade de Marília, Bento de Abreu batiza sua avenida principal e seu estádio municipal. Ele é visto como um dos fundadores da cidade e como o responsável pela escolha de seu nome, que teria sido efetuada em homenagem à Marília de Dirceu, personagem do escritor Tomás Antônio Gonzaga (Zioli, 2006, p. 13). Em resumo:

> Bento de Abreu foi um autêntico integrante da oligarquia cafeeira paulista que governou o Estado de São Paulo desde a Proclamação da República até o golpe de estado que instituiu o Estado Novo em 1937. Recebeu uma educação formal condizente com a situação econômica de sua família, ao frequentar o prestigioso colégio Culto à Ciência, em Campinas, embora não tenha terminado os estudos secundários. [...] Através dos laços matrimoniais uniu-se a Maria Izabel de Arruda Botelho, filha de um dos mais poderosos clãs do interior paulista, seguindo nesse quesito os mesmos passos de seu pai o primeiro a casar-se com uma Arruda Botelho. O casamento entre elementos das famílias que compunham a elite econômica paulista, agregou ganhos reais e simbólicos à vida pessoal de Bento de Abreu dentro do quadro oligárquico paulista (ZIOLI, 2006, p. 175).

Como se viu aqui, os irmãos Sampaio Vidal que estiveram à frente da SRB – Rafael e Bento – possuem trajetórias políticas relevantes. Eles ocuparam cadeiras em legislativos municipais – Rafael em São Carlos e Bento em Araraquara. Elegeram-se para a Câmara Estadual – no caso de ambos. O mais velho, Rafael, ainda foi secretário de Justiça e Segurança Pública e da Fazenda do estado de São Paulo, senador estadual, deputado federal e ministro da Fazenda no governo de Artur Bernardes (1922-1926). O mais novo, Bento, embora com um perfil mais municipalista – o que era bastante relevante naquele contexto histórico, já que o poder dos mandões locais era inflado (Queiroz, 1954) -, teve capacidade de transitar entre

diferentes contextos e períodos históricos da política nacional na primeira metade do século 20, adaptando-se e afirmando suas possibilidades de ação em diversos espaços.

Aqui se percebe a importância das relações familiares na sustentação e articulação desta ação dos irmãos, agentes que trafegam por espaços os mais relevantes da gestão política de Estado e, em paralelo a isso, se fazem presentes e atuantes na construção de entidade ruralista que se pretendia então um *farol para o Brasil*, sendo protagonistas em sua construção, ocupando cargos de direção (vice-presidência e presidência) em gestões da primeira e segunda década de existência da entidade. A referência de Bento, presidente da SRB em 1929, ao irmão mais velho é central:

> Se é inegável que o pai, os demais irmãos e o sogro tenham servido de exemplo ao jovem Bento de Abreu, foi certamente o irmão Rafael seu grande companheiro de empreitadas políticas, pois eles mantiveram uma espécie de "dobradinha política", cabendo a Rafael o papel mais destacado durante grande parte de suas vidas (ZIOLI, 2006, pp. 58-59).

Bento presidiu a SRB em um momento de grande importância. Cabe lembrar que, neste ano de 1929, a Sociedade Rural Brasileira completaria sua primeira década de existência. O clima ali parecia de certa euforia e buscava-se destacar as fortalezas da chamada Rural. Após 10 anos de sua criação, a importância da entidade era ressaltada no editorial de sua revista:

> A Sociedade Rural Brasileira, fundada para a lavoura e pela lavoura, viu passar este anno o seu decimo anniversario. Batalhando sempre pelos mais elevados ideaes das classes agro-pecuarias do paiz, o seu esforço fecundo tem merecido o aplauso incondicional de todos aquelles que, comprehendendo a alta finalidade da sua obra, cerraram fileiras em torno do seu programma, trabalhando com ella pela melhor estabilidade das nossas culturas e das nossas criações (A RURAL, 1929a, p. 570).

Como resultado, apresenta-se naquele momento uma entidade que constituiria uma "verdadeira potencia" na realidade em que atuava, com a presença de diversos "departamentos em franca actividade", contribuindo, assim, "para a melhor segurança dos lavradores, seus associados". Os departamentos mencionados eram os seguintes: Departamentos de Publicidade, Informações, Consultas e Departamento de Criadores de Suinos, Bovinos e de Avicultores, que estaria ainda em formação (A Rural, 1929a, p. 570).

Trajetória da Santa Isabel, a construção de uma *fazenda modelo*

A Fazenda Santa Isabel está localizada no município de Guariba/SP, região metropolitana de Ribeirão Preto e região agropecuária noroeste do estado de São Paulo, considerada uma das principais regiões canavieiras do país. Dados de 2013 registram que a fazenda possuía então 1.100 hectares, dos quais 863 eram destinados à cultura da cana-de-açúcar. 70% desta produção de cana era então colhida com máquinas, sem a utilização da

queima da palha. Havia também 166 hectares destinados ao plantio de soja em rotação de cultura e outros 150 hectares de mata (Udop, 2013).

Figura 11: Fazenda Santa Isabel. Fonte: Nossas Raízes, s.d.

Atualmente, a fazenda é propriedade da família Rodrigues. Ela foi adquirida pelo pai de Roberto Rodrigues, Antônio José Rodrigues Filho, no início dos anos 1950, quando atuava como engenheiro agrônomo em outro grande empreendimento agrícola da região. Mas, antes disso, a Fazenda Santa Isabel foi propriedade da família Sampaio Vidal, a família de Bento. Trata-se de duas famílias com grande destaque político no contexto de representação das frações de elite da agropecuária paulista e brasileira ao longo do tempo. Ambos sobrenomes passam também pela liderança da Sociedade Rural Brasileira – em diferentes momentos históricos. Enquanto os Sampaio Vidal tiveram destaque na entidade nestas décadas de 1920 e 1930, Roberto Rodrigues presidiu a SRB décadas depois, entre 1994 e 1996.

Figura 12: Retrato em homenagem a Roberto Rodrigues na sede da Sociedade Rural Brasileira. Foto do autor, em 19 de outubro de 2021.

Roberto Rodrigues é considerado uma das mais importantes lideranças do agronegócio brasileiro das últimas décadas e seu currículo é vasto. Ele se formou em Agronomia, na Esalq, em 1965; foi professor de Agronomia, na Unesp Jaboticabal, entre 1967 e 2012; foi fundador da FGV Agro; fundador de cooperativas locais de agricultores, na região de Guariba; membro da diretoria executiva da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp); presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), entre 1985 e 1991; uma das lideranças da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), durante a Constituinte; presidente da Sociedade Rural Brasileira, entre 1994 e 1996; presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), entre 1999 e 2002; participou de dezenas de conselhos de entidades, como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Associação Brasileira de Criadores, Associação Comercial de São Paulo, Associação Brasileira de Marketing Rural; presidiu o Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (Cosag), entre 2006 e 2011; representou a agropecuária brasileira em diversos conselhos da república, como o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex), o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), o Conselho de Crédito Rural Agroindustrial (CCRA), o Conselho Empresarial de Competitividade (CEC) e o Conselho Nacional de Agronegócio (Consagro); além de ter presidido o setor privado no Fórum Nacional da

Agricultura. Entre 1993 e 1994, foi secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e, entre 2003 e 2006, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi ministro da Agricultura do Brasil. Roberto Rodrigues também é reconhecido como uma das lideranças do agronegócio brasileiro que mais escreveu sobre temas relacionados ao setor, somando centenas de trabalhos (Rodrigues, 2008a).

Como se vê aqui, desenham-se articulações – também econômicas – entre famílias de elite da agropecuária e da agroindústria paulista, agentes que negociam entre si propriedades fundiárias da maior relevância para São Paulo, famílias que se sucedem na condução política de entidade representativa das frações dominantes da agroindústria deste estado, apontada por eles como *um farol para o Brasil*. A compra da Fazenda Santa Isabel pela família Sampaio Vidal ocorreu em contexto de ampliação de seus domínios fundiários e expansão dos investimentos para oeste do estado, conforme tendência de marcha da cultura cafeeira naquele contexto:

> O aumento significativo das propriedades que Bento de Abreu foi adquirindo ao longo das décadas de 1910 e 1920 comprovam sua opção de reinvestir parte de seus lucros na própria cafeicultura. Em 1924, os Abreu Sampaio Vidal possuíam ao todo 1.448.000 pés de café e no início da década de 1930 atingiriam o ápice com 2.118.000 pés de café. Em 1930 Bento de Abreu já era o maior cafeicultor da família, superando todos os demais parentes (ZIOLI, 2006, p. 108).

Amparados na força política adquirida pela Sociedade Rural Brasileira, já que presentes em sua fundação e ocupando importantes cargos de sua diretoria nas primeiras décadas, os Sampaio Vidal passavam a atores cada vez mais relevantes nas ações de representação e na produção de políticas para o setor cafeeiro do estado de São Paulo naquele período. Como disse Zioli (2006, p. 113), “seus nomes passaram a aparecer com frequência na imprensa paulista e nacional, dialogando diretamente com as principais lideranças políticas e econômicas dentro do ‘complexo cafeeiro’ paulista e brasileiro”. Adquirindo, por isso, maior importância e destaque econômico e político.

A chegada de Bento de Abreu em Guariba e sua aquisição da Santa Isabel foi antecedida pela chegada na região de Joaquim José de Abreu Sampaio, pai de Bento. Ao final do século 19, ele adquiriu a Fazenda Barreiro, localizada também em Guariba, justamente quando o ramal ferroviário era expandido até o município, potencializando muito seu desenvolvimento. Ademais, pode-se identificar também a localização de propriedades rurais de cunhados de Bento de Abreu na região ou no próprio município de Guariba a partir deste período, antecedendo sua chegada ali e demonstrando ser este processo bem planejado e estruturado pela família (Zioli, 2006; Martins, 1995).

É nesse município que Bento de Abreu Sampaio Vidal adquire sua segunda fazenda, a Santa Isabel, na época com cerca de 400 mil cafeeiros. É assim que desenvolve ali negócio na produção de café, que o projetaria, ainda mais, como elite econômica e política no estado de São Paulo naquele contexto. É assim que se desenvolve uma propriedade rural eminente para o desenvolvimento econômico regional, em terras então dominadas pelo café. Assim é o prelúdio da redenção daquela área e seu ulterior desenvolvimento com a cana-de-açúcar, cultivada já pela família Rodrigues, futura proprietária, posteriormente à crise do café que abalou o estado de São Paulo, justamente no ano em que Bento assumia a presidência da SRB, em 1929.

Essas são as primeiras ações em uma área que seria, posteriormente, transformada por Roberto Rodrigues em uma *fazenda modelo*, a fim de projetar a carreira política de seu pai, como veremos. Esse processo é representativo de transições produtivas que ocorrem no estado de São Paulo a partir da crise de 1929, fazendo avançar a cultura da cana-de-açúcar no estado pelo papel de protagonismo de famílias de imigrantes italianos radicadas ali.

As famílias de imigrantes italianos e a transição do café para a cana-de-açúcar em São Paulo

> O pai do meu pai era produtor de café em Tietê, perto de Piracicaba. Ele tinha duas fazendas de café, comprou uma terceira, em 1929, quando veio a crise da Bolsa de Nova Iorque. E terra de café caiu a 20% do valor que tinha antes da crise. Então ele tinha comprado uma fazenda, cujo valor veio a 15%, mas a dívida estava de 100%. Então ele quebrou. **Ele quebrou, perdeu tudo que tinha**. Entregou a fazenda para o Banco do Brasil e foi embora para o interior de São Paulo, onde morreu como lenhador em Taquarituba, no sul do estado de São Paulo. Morreu muito pobre, foi enterrado em uma cova de indigente lá. [...]
> E o pai da minha mãe era um agrônomo italiano que veio para o Brasil para administrar uma fazenda de café, da família Prado também, em Santa Cruz das Palmeiras, onde nasceu minha mãe e os meus três tios, mais velhos do que ela, os três são agrônomos. E quando veio a guerra de 1942, esse meu avô já tinha deixado a fazenda Veridiana e tinha uma fazendinha em Iracemápolis. [....] Bom, então a história dos meus avós é assim. Meus avós também eram agricultores, de parte de pai e de parte de mãe. **Um quebrou em 29 e o outro ficou fazendeiro em 29**, pela mesma razão, uma coisa curiosa né, como a coisa social muda no país. **O que era fazendeiro quebrou e perdeu tudo que tinha. O que era empregado, o dono da fazenda quebrou, indenizou o pessoal e esse meu avô comprou a fazendinha e ficou fazendeiro**, pela mesma razão pela qual o pai do meu pai, que era fazendeiro, perdeu tudo que tinha. É uma coisa, um inverteu... aí o meu pai casou com minha mãe e virou fazendeiro de novo (risos). (RODRIGUES, 2020, grifo nosso).

Como processo de intensas mudanças econômicas e produtivas em São Paulo e no Brasil, a crise mundial de 1929 abre caminho para alterações na morfologia social do patronato rural do estado, acionando ou intensificando trajetórias sociais ascendentes ou descendentes entre atores ocupantes de diferentes posições no espaço social, estruturando novas

possibilidades de fortuna para uns, demarcando o insucesso de outros, fazendo com que se cruzassem trajetórias opostas, presentes em um mesmo conjunto familiar.

Neste quesito, a trajetória familiar de Roberto Rodrigues parece emblemática de um movimento de mudanças na composição das classes dominantes agroindustriais no estado de São Paulo. Enquanto o avô paterno, fazendeiro tradicional de café – um destes agentes patronais que ajudou a fazer de São Paulo o centro da economia agroexportadora brasileira entre o final do século 19 e início do 20 -, *quebrou*, *perdeu tudo que tinha* com as mudanças no valor das terras, ocasionadas pela crise, a família materna ascende socialmente, adquirindo terras, supostamente pelos mesmos motivos da derrocada do outro, passando, posteriormente, ao desenvolvimento da lavoura canavieira no estado, constituindo-se, então, na nova elite do açúcar paulista.

A família materna de Roberto Rodrigues, de sobrenome Rossetti, é de origem italiana. Seu avô, Tomazo Rossetti, era engenheiro agrônomo, formado no país europeu. Há a construção de uma retórica que aponta sua ascensão social pela via do trabalho e da eficiência produtiva, como será visto nesse capítulo. Ainda na Itália, Tomazo Rossetti se casou com Adelina Pozzo. O casal teve quatro filhos, três deles homens e uma mulher, Sofia Rossetti, a mãe de Roberto Rodrigues. Esses três tios de Roberto Rodrigues também eram engenheiros agrônomos, ou seja, somente a filha mulher do casal Tomazo e Adelina não cursou essa carreira (Rodrigues, 2020).

Do outro lado, o pai de Roberto Rodrigues também era agrônomo. Antonio Rodrigues Filho nasceu no dia 30 de outubro de 1913, no município de Tietê, norte da região metropolitana de Sorocaba, estado de São Paulo. Ele era filho de Antonio José Rodrigues e Cândida Alves de Toledo. Rodrigues Filho casou-se com Sofia Rossetti, com quem teve duas filhas mulheres, além de Roberto Rodrigues. Este, por sua vez, se casou com Helena de Araújo, que conhecera na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq), a escola de Agronomia da USP, em Piracicaba. Ela também era agrônoma. Juntos, tiveram quatro filhos: Paulo Rodrigues, Cândida Rodrigues, Marta Rodrigues e Rodrigo Rodrigues (Rodrigues, 2020).

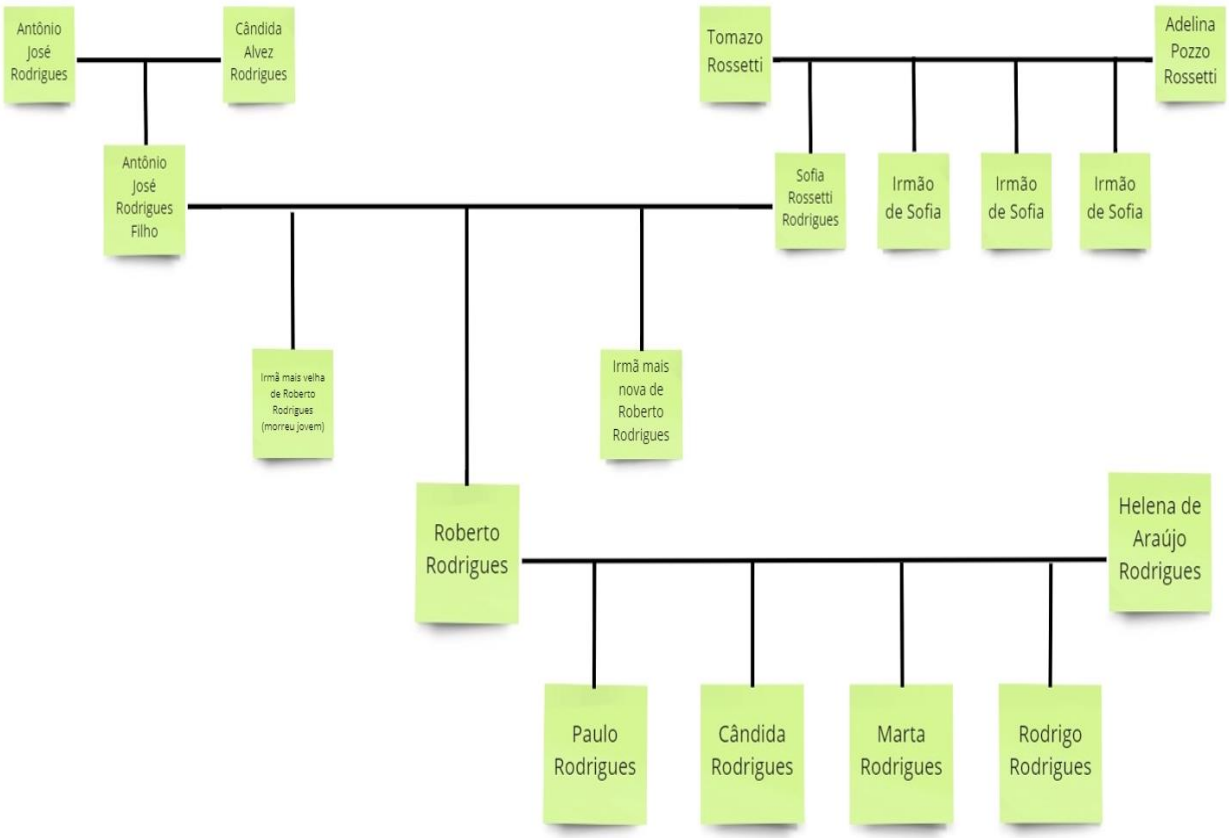

Figura 13 – Genealogia da família Rodrigues. Elaborado pelo autor

Rodrigues Filho se formou em Agronomia, na Esalq, em 1935. Na ocasião, foi o primeiro aluno de sua turma no ranking interno do curso, ganhando o prêmio "Epitácio Pessoa", por tal feito. Também na universidade, foi orador oficial do Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", presidente da Associação "Luiz de Queiroz" e redator da revista O Solo, o que informa uma vida de política estudantil relativamente atuante (Nossa Folha, 2022).

Após formado, ele ainda foi professor assistente na Esalq e, posteriormente, trabalhou no Instituto Agronômico de Campinas (IAC), tradicional instituição de pesquisa agropecuária do estado de São Paulo, desempenhando função de assistente técnico na seção de cana-de-açúcar. Sobre o papel da Esalq e do IAC na construção política das elites agroindustriais paulistas, refletiremos, em mais detalhes, no capítulo 4. Rodrigues Filho ainda coordenou a equipe de agrônomos da Estação Experimental de Limeira e foi diretor-gerente da Companhia Agrícola Fazenda São Martinho, primeiro sob propriedade da família Silva Prado e, posteriormente, da família Ometto (Nossa Folha, 2022).

Do ponto de vista político, ele também teve uma vida destacada: foi eleito prefeito de Guariba duas vezes; foi chefe de gabinete do secretário de Agricultura de São Paulo, Renato Costa Lima; diretor brasileiro do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos; foi o primeiro presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Guariba (Socicana); da Cooperativa Agroindustrial (Coplana) de Guariba; e da Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana); foi diretor-secretário da Sociedade Rural Brasileira (SRB); e participante do ciclo de palestras da Associações dos Ex-alunos da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1967. Além dessa vasta trajetória, destaca-se dois outros cargos, no alto escalão do Estado, ocupados por ele: Rodrigues Filho foi secretário de Agricultura e vice-governador do estado de São Paulo. Essas informações serão vistas, em mais detalhes, no capítulo 3. Rodrigues Filho faleceu no dia 29 de janeiro de 2000, em São Paulo, quando tinha 86 anos de idade (Nossa Folha, 2022).

Como comentado, os troncos familiares materno e paterno de Roberto Rodrigues possuem trajetórias sociais, em alguma medida, opostas. Por um lado, a família materna, de descedência italiana, apresenta trajetória de ascensão social no Brasil. Já no caso da família paterna, destaca-se o desfecho melancólico do patriarca, avô do interlocutor, já que da condição de tradicional fazendeiro, com duas fazendas de café consolidadas e com a aquisição de uma terceira no contexto de crise aqui mencionado, ele teria passado à completa derrocada econômica, perdendo as terras e bens que possuía, entregando as fazendas ao banco, indo morar em outra região do estado, onde teria passado à condição de pobreza, se tornando *lenhador em Taquarituba*, morrendo *muito pobre*, sendo *enterrado em uma cova de indigente lá*.

Esses dados foram extraídos de entrevista, dada, por Roberto Rodrigues, ao autor da pesquisa. A entrevista durou cerca de 4 horas e chama muito a atenção o reduzido espaço destinado pelo entrevistado para falar sobre o avô paterno, cuja trajetória descendente é apenas apresentada neste trecho, no início da entrevista, e não mais lembrada pelo interlocutor nas quase 4 horas que se seguiram. Parecia um tema sobre o qual ele "sabia e não queira dizer" (Pina Cabral, 2008, p. 64). Os silêncios, as palavras curtas, os "não-ditos" dos interlocutores descortinam elementos da realidade estudada, sobretudo a respeito de quais fatores pretendem exteriorizar na construção de sua identidade pública. Cabe lembrar, conforme discutido na introdução, que a análise de grupos de elite a partir de um olhar a figurações (Elias, 1994; 2017) estabelecidas entre indivíduos e grupos, muitas vezes, encontra construções biográficas marcadas por imagens elaboradas socialmente. É sempre possível que essas fontes busquem

reconstruir sua própria história, visando atender expectativas socialmente difundidas ou imagens que queiram projetar a respeito de si mesmo ao longo do tempo (Martins, 1976).

Por outro lado, as trajetórias exitosas e em sentido ascendente do pai – que teria alcançado a redenção econômica da família após a derrocada econômica aqui descrita – e do avô e tios maternos são fortemente destacadas pelo interlocutor em diversos momentos de sua fala. Mais do que isso, sua identidade no mundo e sua retórica de legitimidade enquanto um dos principais porta-vozes do agronegócio brasileiro, além de empreendedor rural de sucesso, parecem construídas em estreita articulação com a mobilização desses casos familiares, retratados por ele como sinônimos de sucesso, como elementos de diferenciação de uma família que seria promotora do desenvolvimento de um estado, como pessoas aptas ao trabalho, à inovação e à vanguarda no empreendimento econômico.

Assim, percebemos que "a família é um princípio de construção ao mesmo tempo imanente aos indivíduos (enquanto coletivo incorporado) e transcendente em relação a eles". Quer dizer, "sendo imanente a todos os *habitus*, impõe-se como transcendente" ao indivíduo do presente, estruturando possibilidades de ações e mudanças na estrutura do campo em que estão inseridos ao longo do tempo. A família é um princípio de construção do mundo social:

> A família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é a base de milhares de representações e de ações [...] que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva (BOURDIEU, 2011, p. 128).

Chama a atenção ainda a quase exclusividade da referência masculina na demarcação dos pontos de sucesso da trajetória familiar - digo quase exclusividade, porque há, na fala desse interlocutor, algumas referências à trajetória social da esposa, também engenheira agrônoma, formada na Esalq, e que, segundo ele, desempenhou importantes papeis no desenvolvimento dos negócios da família. De qualquer forma, quando se refere à narrativa sobre a trajetória social das gerações anteriores de sua família e em relação ao processo histórico aqui analisado, o ponto de referência é sempre o patriarca – a trajetória do pai, dos avôs, dos tios –, sendo que mesmo as relações e negócios desenvolvidos em conjunto pelos dois troncos familiares ocorre e/ou é narrada pela ação dos homens da família – as parcerias econômicas do pai com os tios maternos, todos engenheiros agrônomos. Tal como no caso do mercado do gado de elite, analisado por Leal (2016), aqui a sucessão geracional no interior das famílias de elite parece ser sempre patrilinear.

Em resumo, as ações e o destino da família se objetivam nessas figuras, vistas como a personificação da ação pública e do destino familiar, sendo mais destacados os homens de sucesso (os que ascendem, têm êxito, são referência da agropecuária paulista) e menos

destacados os homens de insucesso (que perdem as terras, ficam pobres, são enterrados como indigentes).

***

> Os Ometto ocupam uma importante posição entre os usineiros nacionais, participando ativamente da política do açúcar e do álcool no nível federal e internacional.

Esse é o trecho de uma fala de João Guilherme Ometto, em discurso no Fórum das Américas, em 1979. Sua fala é transcrita na biografia de seu pai, João Ometto (Gordinho, 2001), após a autora do livro informar que, no ano de 1976, a família Ometto já se tornava responsável por 25% de toda a produção do açúcar paulista. Vejamos um pouco dessa trajetória.

No ano de 1918, um ano antes da criação da Sociedade Rural Brasileira, vivia-se no estado de São Paulo um contexto de grandes dificuldades, seja pelo avanço da epidemia de gripe espanhola, que vitimou milhares de pessoas no país, seja pela ocorrência, naquele ano, de uma forte geada com efeitos devastadores sobre a lavoura cafeeira paulista. Esse último episódio obrigou diversos fazendeiros paulistas, muitos cafeicultores tradicionais, a venderem ou parcelarem suas propriedades, abrindo oportunidade, por outro lado, para grupos sociais em trajetórias ascendentes melhorarem suas posições via expansão de domínios fundiários, já que se oportunizava aquisição de terras a preços relativamente mais baixos que o habitual.

É curioso notar que esse evento de estresse climático ocorre justamente em um ano em que as perspectivas produtivas da cultura eram as mais altas no estado de São Paulo, com florações que anunciavam a possibilidade de uma safra de café extremamente satisfatória aos fazendeiros dali. Mesmo que se vivesse um cenário com preços relativamente baixos e estagnados, em função do contexto de guerra mundial, a recente expansão dos cafezais, com novos plantios estimulados pela recuperação dos preços do produto no triênio 1911-1913, ainda repercutia positivamente, animando as possibilidades de ganho do setor. Tendo vivido uma forte expansão da produção cafeeira no final do século 19, sobretudo, por um movimento de aquecimento do mercado, deflagrado em 1886, São Paulo, que por volta deste ano possuía em seu território cerca de 40% da produção de café do país, entra nos primeiros anos do século 20 representando cerca de 60% desta produção nacional. Mesmo atravessando novo refluxo de preços a partir de 1897 - processo que durou cerca de 12 anos, período em que se viu acréscimo muito pequeno de suas plantações -, a recuperação dos preços, a partir de 1910, fez surgir cerca de 99 milhões de novos cafeeiros no estado durante três anos (Cano, 2007).

É neste contexto que as expectativas de muitos cafeicultores paulistas são frustradas com a geada de 1918. É neste contexto também que os Ometto, família de imigrantes italianos radicada em São Paulo, seguem ampliando suas posses de terra neste estado, adquirindo,

naquele ano, a Fazenda Aparecida, localizada no município de Limeira e composta por 114 alqueires de extensão. Efetivada a compra, o cafezal desta fazenda foi arrancado, sendo substituído por lavoura de cana-de-açúcar em formação (Gordinho, 2001, pp. 37-41), quase que como um retrato do que seria a mudança da paisagem agrícola do estado, com a transição da cultura do café para a cana, nas décadas seguintes. Esse processo foi desencadeado justamente por estes grupos sociais de imigrantes ou descendentes de imigrantes italianos em ascensão, aqueles que seriam a futura elite usineira do estado e do país.

Tendo início ainda na década de 1850, a imigração de trabalhadores vindos da Itália constituiu-se, para os fazendeiros de café do estado, como principal alternativa de substituição do trabalho escravo nas lavouras. Contando com forte apoio e incentivo do governo da Província de São Paulo, este processo intensificou-se a partir das décadas de 1870 e 1880, quando milhões de imigrantes italianos vieram ao Brasil, principalmente, para o estado paulista. Sua vinda foi fundamental para a formação de um mercado de trabalho no país, não só nas lavouras de café, mas também na nascente indústria (Silva, 1976; Dean, 1971). Cabe lembrar que Moog (1974) critica a construção do mito do bandeirante paulista, justamente, dizendo que o desenvolvimento econômico de São Paulo foi muito mais obra da estabilidade do imigrante europeu que aqui aportou naquele período, do que do espírito aventureiro do bandeirante e de seus feitos.

É curioso perceber como o movimento de chegada destes trabalhadores imigrantes à lavoura paulista retrata – ou é conteúdo do - o movimento histórico percorrido pela cultura do café no estado (como visto na introdução), já que esta atividade se iniciou na região do Vale do Paraíba, a nordeste do estado, indo progressivamente em direção às chamadas zonas mais antigas do oeste paulista e, posteriormente, até a chamada zona pioneira do oeste, justamente onde os imigrantes se concentraram em maior número, quando de sua chegada mais massiva, a partir do contexto da virada de século. Conforme dados trazidos por Cano (2007, p. 56):

> Tomado o período de 1901 a 1920, do total de imigrantes alocados pelos serviços oficiais de imigração, a região do Vale do Paraíba recebia apenas 0,6% e a de Campinas, Sorocaba e Bragança, que se poderia chamar de região “intermediária” 9%; a Capital e sua vizinha região 10%, enquanto as zonas “pioneiras” da Mogiana e as de Rio Claro, Catanduva e Rio Preto, abrigavam, respectivamente, 30% e 34%. A da Noroeste, que dava apenas seus primeiros passos, acolhia 15%.

Os imigrantes italianos que iam para as fazendas de café em São Paulo eram, em quase todos os casos, de origem camponesa, trabalhando nos cafezais paulistas como arrendatários, com contratos anuais e com salários pagos em dinheiro. Conforme destaca Dean (1971) e também pode ser visualizado na trajetória da família Ometto, em geral esses colonos

tinham a esperança e o desejo de adquirir terras no Brasil. Essa possibilidade se abria, principalmente, nas áreas de cafezais mais antigas, cujas plantações perdiam fertilidade e, ocasionalmente, eram vendidas ou parceladas pelos fazendeiros tradicionais.

Cabe frisar que, antes de significar, necessariamente, a falência ou o insucesso econômico desses cafeicultores, a venda de suas áreas podia representar somente estratégia de reconversão de investimentos, deslocando-os das chamadas zonas velhas, já com baixa produtividade do solo, e abrindo possibilidade de investimentos na aquisição de terras e na formação de novos cafezais mais a oeste do estado, nas chamadas zonas intermediárias ou pioneiras, ou mesmo a conversão de suas terras em capital financeiro, o que lhes permitia maior fluidez de investimentos, possibilitando, inclusive, desloca-los para outros compartimentos do sistema econômico agroexportador (Cano, 2007).

É bem verdade que havia também certo movimento de resistência dos cafeicultores tradicionais a esta necessidade de deslocamento territorial mais a oeste do estado. Se, desde princípios do século 20, estes cafeicultores lucravam concomitantemente com a exportação de café e a expansão deste mercado de terras para oeste, sua insistência na defesa dos preços do café pelas ações de Estado – pauta fundamental para o próprio surgimento da SRB – sinalizava sua insatisfação com a diminuição de lucros pela produção em terras mais distantes dos portos. Assim,

> As mais eminentes famílias como os Rodrigues Alves que haviam transferido parte de suas plantações do decadente Vale do Paraíba, para a região de São Manuel, e os Prado que saíram das regiões de Limeira e Araras para ocupar as terras roxas de Ribeirão Preto, já não se mostravam dispostos a continuar adentrando o território paulista. Interessava-lhes, a partir de então, o lucro de suas atuais propriedades e para tanto exigiam auxílio cada vez mais constante dos governos estabelecidos (ZIOLI, 2006, p. 115).

Já do lado dos colonos, na grande maioria dos casos este desejo de aquisição de terras foi frustrado, já que alcançavam somente pequenas economias, insuficientes para a compra das áreas, ou mesmo não conseguiam juntar nenhum dinheiro para seus empreendimentos, tendo, no limite, que voltar ao país de origem. Mas, para uma parcela minoritária destes grupos, o sucesso na progressiva aquisição de lotes de terra marcou trajetória ascendente, caracterizando a emergência de um grupo social que veio a compor uma das elites da agroindústria paulista e brasileira a partir das décadas seguintes.

É bem verdade que, se o ano de 1918, em virtude da geada, foi favorável para que estes grupos ascendentes adquirissem mais terras em São Paulo, a família Ometto já vinha comprando pequenas áreas desde o final do século 19, alguns anos após a chegada do casal Antonio Ometto e Caterina Biazio no país, em 1887.

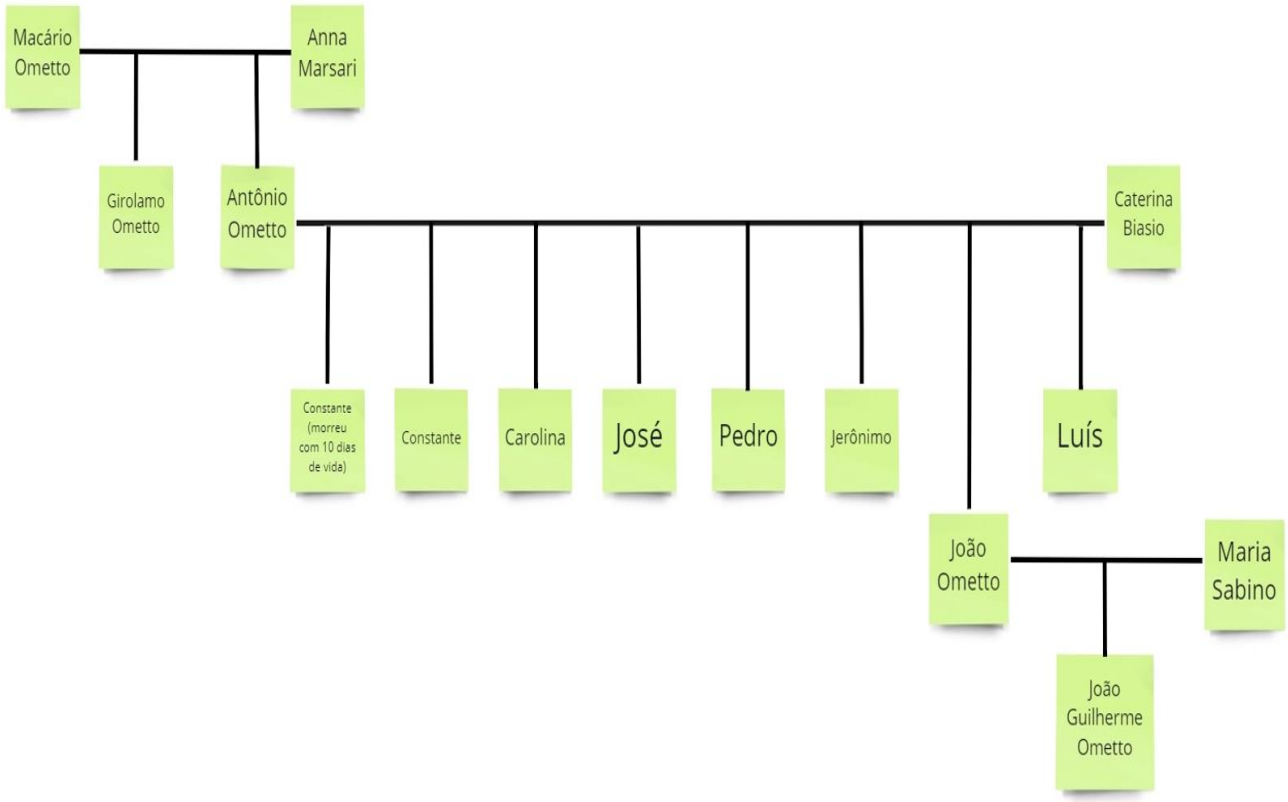

Figura 14: Genealogia da família Ometto. Elaborado pelo autor

Vindos da região de Pádua, norte da Itália, para trabalharem como colonos do café em São Paulo, os avós de João Guilherme Ometto alocaram-se, inicialmente, na Fazenda Salto Grande, em Amparo, então umas das maiores fazendas de café da região, de propriedade do Barão de Indaiatuba, Joaquim Bonifácio do Amaral. Com a posterior chegada naquele local de Girolamo, irmão de Antonio, também vindo do norte italiano, a união da família imigrante, dos frutos de seu trabalho e de uma acumulação inicial de recursos provenientes de posses no país de origem, possibilitou aquisição de sua primeira porção de terras no Brasil, o Sítio Santa Fé, em Tupy, entre Santa Bárbara D´Oeste[33] e Piracicaba[34] (Gordinho, 1986, 2001).

Entre avanços e retrocessos, no ano de 1906, a família Ometto adquiria outro pequeno sítio, de cerca de 6 alqueires, agora em uma localidade rural entre os municípios de Piracicaba e Limeira, fruto da venda de áreas parceladas da Fazenda Água Santa, de Balbina Amélia Toledo. Pensando-se este contexto em nível local, pode-se destacar justamente os sinais de emergência de uma nova configuração social entre os atores da agricultura paulista, gestada

[33] Tendo como orientação o mapa da figura 1, esse município está localizado na RA de Campinas.
[34] Tendo como orientação o mapa da figura 1, esse município está localizado na RA de Campinas.

desde este momento e objetivada mais claramente, nas décadas seguintes, em uma significativa mudança na morfologia social das elites rurais e agroindustriais do estado.

Reunindo ali muitos imigrantes italianos, trabalhadores rurais que começavam a adquirir pequenos pedaços de terra, o mencionado sítio localizava-se em um local que pode ser visto como representativo da ascendência destes imigrantes pelas atividades na lavoura canavieira. Segundo Gordinho (1986, p. 34), "muito da história do açúcar em São Paulo se originou nesse bairro modesto. Saíram daí usineiros importantes como os Zanin, os Brunelli, os Franceschi, todos antigos donos de alambique e conhecidos desde sempre, compadres ou parentes entre si".

Ao menos no caso dos Ometto, mesmo considerando que a sucessiva compra destas pequenas áreas foi desencadeada também a partir de economias e de pequenas propriedades que a família possuía no país de origem, parece evidente se tratar aqui da trajetória ascendente de uma família realmente originária de estratos sociais mais baixos, diferindo daquilo que Dean (1971) caracteriza como uma "burguesia imigrante", já que, para ele, a grande maioria dos imigrantes que conseguiram adquirir fortunas – seja pelo comércio, pela agricultura ou pela indústria – e, assim, se igualar às elites então existentes, possuíam origens privilegiadas:

> Quase todos, em suas pátrias, haviam morado em cidades, pertenciam a famílias da classe média e possuíam instrução técnica ou, pelo menos, certa experiência no comércio ou na manufatura. Muitos chegaram com alguma forma de capital: economias de algum negócio realizado na Europa, um estoque de mercadorias, ou a intenção de instalar uma filial de sua firma. Outros haviam sido contratados para trabalhar em empresas de propriedade de fazendeiros, à semelhança dos colonos e operários, mas como técnicos ou administradores (DEAN, 1971, p. 59).

No caso da família Ometto, estas posses trazidas do continente europeu parecem de pouca expressão, ao menos insuficientes para serem caracterizados como "burgueses imigrantes". Se admitirmos que os dados e informações trazidas na biografia escrita por Gordinho (1986) estão corretas, temos que a família, de origem camponesa, possuía somente cerca de 6.000 m² de terra na Itália, o que equivale a 0,6 hectares de terra e caracteriza, ao menos para os padrões brasileiros, algo como um minifúndio, propriedade extremamente pequena e de difícil reprodução econômica.

Ademais, analisando-se as condições de vida deste tronco da família Ometto na Itália, percebe-se a inexistência de investimentos escolares pelos membros familiares, a não alocação destes agentes em atividades comerciais ou manufatureiras, a impossibilidade de uma renda que trouxesse conforto e segurança ao grupo. Apesar dos irmãos Ometto trabalharem também em campos alugados, como forma complementar ao que produziam em suas terras, as informações colhidas por Gordinho (1986) apresentam uma família longe do relativo conforto

de uma classe média, do que poderia ser caracterizado como uma pequena-burguesia investidora, destacando-se, inversamente, os relatos de “uma vida dura”, de “tempos de grande miséria”, com poucas oportunidades de descanso e lazer, de um cenário em que a “luta era contra a fome” e “a acumulação de bens era um sonho impossível”.

Já no Brasil e com a sucessiva aquisição de algumas áreas de terra, os Ometto seguiam o caminho da maioria dos colonos italianos que conseguiam a propriedade fundiária, a saber, o investimento na cultura da cana-de-açúcar, já que esta não exigia um grande investimento em capital e, ao mesmo tempo, proporcionava um retorno de ganhos relativamente rápido. Desta forma, os Ometto, como boa parte do grupo social do qual eram originários, tornaram-se produtores de cachaça, rapadura, açúcar batido, açúcar mascavo, entre outros.

É neste contexto que, em 1914, João Ometto - pai de João Guilherme, futuro diretor do agronegócio na Fiesp -, então com 15 anos de idade, torna-se oficialmente proprietário de terra, já que Caterina, sua mãe, já viúva, resolve passar cerca de dois terços das terras de propriedade da família para João e seus irmãos Pedro, Jerônimo e Luiz. Intensifica-se ali a produção de cana-de-açúcar pela família – ainda em proporções muito inferiores ao que vieram a alcançar -, monta-se seu primeiro engenho. Como muitos imigrantes italianos, os irmãos Ometto seguem a produção de cachaça em sua propriedade, comercializando-a em municípios como Piracicaba e Limeira (Gordinho, 1986, 2001).

É importante frisar que se tratava aqui do desenvolvimento de um caminho dos Ometto na produção açucareira, mas ainda em moldes de produção agrícola familiar, em pequena escala, gerando produtos relativamente diversificados e de tipo artesanal, longe, portanto, dos patamares industriais alcançados pelos usineiros do estado – e por esta família – nas décadas seguintes. Naquele contexto, como destacou Cano (2007), mesmo considerando os produtores mais industrializados, percebe-se que a produção de açúcar no estado de São Paulo ainda se encontrava muito incipiente, não alcançando mais que 20% de seu próprio consumo até meados da década de 1920.

Com tendência de baixa nos preços desde a metade do século 19 e convivendo com atividades de melhor rentabilidade no complexo cafeeiro, a produção paulista de açúcar ainda possuía como entrave a concorrência de oferta da produção do Nordeste, que, tendo perdido importância nos mercados externos, girava seu comércio ao abastecimento interno do país, visando principalmente o mercado de São Paulo. Neste cenário, o interesse dos usineiros paulistas, e sua possibilidade de expansão da produção de açúcar no estado, confrontava-se diretamente também com um controle cartelizado da comercialização e do refino deste produto

nas mãos de poucas empresas. Estas poderiam auferir grandes taxas de lucro comprando e revendendo o produto do Nordeste, sem a necessidade de correr riscos no investimento de capitais para ampliação da atividade agroindustrial no local. Isso não incentivava a ampliação das usinas em São Paulo naquele momento (Cano, 2007).

Ademais, se o cenário mencionado, com suas epidemias e geadas, sinalizava crises que afetavam parcelas dos setores então dominantes do campo paulista, produzindo sinais de possíveis mudanças na figuração de poder envolvendo o patronato rural e agroindustrial do estado, é verdade que as frações dominantes do complexo cafeeiro, protagonistas na criação da SRB, ainda seguiam dominantes naquele contexto, fato sinalizado até mesmo pela rápida recuperação da atividade, após os fatos climáticos de 1918. Se fragilizaram alguns fazendeiros e comprometeram parte da produção de café do estado, por outro lado, os episódios ocorridos em 1918 fizeram os preços do produto se elevar consideravelmente no ano seguinte, estimulando o plantio de 50 milhões de cafeeiros no estado, ainda em 1919 (Cano, 2007). Esta situação se alterou na década seguinte, com o contexto da grande crise de 1929.

Mudanças na morfologia social e o trabalho como valor moral de novas elites agropecuárias

> Os Ometto viviam com grande simplicidade, não gastavam quase nada e a fazenda se bastava. Cortavam a cana com o podão e puxavam com os burros e a carroça. Até 1924 viviam à luz dos lampiões de querosene. [...] O trabalho da roça era simples, patrões e empregados trabalhavam juntos. As famílias partiam bem cedo levando o almoço. Cortava-se a cana, que ainda não era queimada, puxava-se a terra e carpia-se com a enxada. As crianças maiores amarravam os feixes de doze canas (GORDINHO, 2001, p. 41).

Os valores morais relacionados ao trabalho aparecem de maneira constante nos discursos sobre a trajetória familiar das famílias Ometto e Rodrigues/Rossetti. São marcas de sua sociabilidade e da afirmação de um modo de fazer agricultura ao longo do tempo. Eles se apresentam como empresários de sucesso, merecedores da riqueza que acumularam, produtores eficientes, modernos e arrojados. Isso constitui fator de legitimidade social para eles. Há aqui a emergência de um estilo de vida em cujo fundamento encontra-se a valorização do trabalho e do esforço cotidiano de produção e acumulação da riqueza pelo homem, convergindo ao desenvolvimento de um espírito do capitalismo e de uma racionalidade instrumental moderna, com fundamentos imanentes ao mundo terreno e fortemente alicerçados na esfera de valor da economia. Esse processo, analisado por Weber (2001), constitui o fundamento da racionalidade moderna e contribuiu para o desenvolvimento do sistema capitalista em nível de mundo:

> A questão das forças motivadoras da expansão do capitalismo moderno não é, em primeira instância, uma questão de origem das somas de capital disponíveis para uso

> capitalístico, mas principalmente, do desenvolvimento do espírito do capitalismo. Onde ele aparece e é capaz de se desenvolver, ele produz seu próprio capital e seu suprimento monetário como meios para seus fins, e não o inverso (WEBER, 2001, p. 45).

A ligação dessas famílias com o trabalho aparece em seu discurso de diferentes formas, quer pela socialização familiar estreitamente ligada a estes valores, quer pelo próprio símbolo de ligação com a terra, de proximidade ao exercício das atividades profissionais, ao controle da produção em suas áreas. Os materiais biográficos da família Ometto reforçam tais elementos, construindo imagem positiva dos usineiros, em referência direta de oposição ao status atribuído aos tradicionais fazendeiros de café do estado, que estariam, efetivamente, pouco ligados às atividades produtivas desenvolvidas em suas terras:

> A diferença entre esses usineiros e os tradicionais fazendeiros de café, além da competência e do trabalho, incluía a permanência na terra, as casas construídas ao pé da usina e a relação íntima com o trabalho que faz tudo aumentar (GORDINHO, 2001, p. 88).

O signo do empreendedorismo também aparece como marca que retrata o sucesso e ampliação dos negócios de sua família, que na década de 1950 já extrapolavam consideravelmente a produção da cana-de-açúcar em si. Em sua biografia, João Ometto é retratado como alguém que gostava de negociar, de fazer sociedades em novos setores econômicos, em suma, aparece como um empreendedor. Destaca-se ali o estabelecimento de parceria econômica com Gino Archimedes Battiston em uma revendedora Chevrolet, a Comercial Battiston, que trabalhava com tratores Massey Ferguson; a propriedade da Eletrolar, apontada como a maior revendedora de eletrodomésticos de Limeira; a propriedade de um posto de gasolina; e do edifício Santa Helena. A imagem de João Ometto também é apontada como referência no aprendizado familiar do trabalho nas usinas e como defensor do progresso local. Ele também é retratado como uma figura simples, bem relacionada com as pessoas, agente que socializava no mesmo ambiente dos trabalhadores e da população local:

> João trabalhava ao lado dos empregados e ensinava o serviço aos que não sabiam. Dançava nos mesmos bailes e apreciava as sanfonas de oito baixos [...]. João era um homem popular, que fumava Ascot, às vezes pitava um cigarro de palha e gostava muito de sorvete, não deixando de parar para saborear os picolés e os sorvetes de massa feitos na máquina caseira da sorveteria do Largo da Matriz. Permanecia simples e gostava de dizer que ganhar dinheiro era fácil, difícil era saber gastar (GORDINHO, 2001, pp. 50-51).

Chama a atenção a existência de um *ethos* ligado, não só aos valores do trabalho e da produtividade, mas também à prática da acumulação e da poupança. Isso se ligava a uma vida simples, com valorização da socialização entre pessoas do local, muitas delas trabalhadoras das fazendas. O destaque a hábitos de consumo pouco sofisticados não é raro nessas narrativas,

caracterizando formas específicas de existência naquela realidade. O incentivo à acumulação de riquezas e à poupança é uma das marcas do espírito do capitalismo, analisado por Weber (2001), em seu estudo sobre a ética protestante:

> Combinando essa restrição do consumo com essa liberação da procura de riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação capitalista através da compulsão ascética à poupança. As restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo como investimento de capital (WEBER, 2001, pp. 112-113).

Foi exatamente isso que a família Ometto fez. Esses elementos transpassam toda a narrativa biográfica dos integrantes dessa família, segundo material aqui analisado. Buscando se diferenciar de elites rurais tradicionalmente dominantes naquele espaço, notadamente dos chamados barões do café, estes atores constantemente vinculam sua trajetória ao trabalho direto em seu empreendimento econômico, à residência nos próprios domínios da usina, à socialização e à troca com o homem comum, trabalhador destas terras. Conforme destacou Gordinho (2001, p. 85, grifo nosso), desde cedo os integrantes da família aprendiam "que **os Ometto viviam ao lado do pé de cana**, mas não à sua sombra, e que o trabalho, a cautela e a visão de negócios eram fundamentais para o sucesso".

Seus hábitos de consumo, ao menos até certo ponto de desenvolvimento dos negócios e de enriquecimento da família, de fato demonstram certa simplicidade e fuga de padrões ostentatórios, típicos de elites tradicionais – como as estudadas por Piccin (2012), no Rio Grande do Sul, ou as próprias elites cafeicultoras de São Paulo. Em sua análise sobre Mozart, Elias (1995, p. 55) traça justamente a sociologia de alguém que era considerado um gênio no mundo artístico, mas que se apresentava como um homem simples na vida cotidiana, desvendando aspectos individuais de tensões sociais entre disposições e valores das sociedades aristocrática e burguesa, como marca daquele período. Podemos traçar um paralelo, no caso de figuras que acumulavam riquezas e ganhavam centralidade em uma configuração econômica e produtiva da época, mas no cotidiano eram "homens simples, sem nada de particularmente impressionante" para demonstrar em seus hábitos, seja os de consumo ou os de etiqueta.

No caso da família Rodrigues, essa imagem de ligação ao trabalho é mobilizada, por exemplo, quando Roberto fala da redenção econômica do pai, das trajetórias ascendentes do tronco materno – os Rossetti - ou das próprias ações e de sua esposa e filhos na gestão das fazendas da família, imprimindo ali marcas de inovação e eficiência, típicas de empreendedores atentos e próximos à atividade produtiva do dia a dia. Se trata de elites cuja atividade cotidiana – dentro dos marcos da divisão familiar entre negócios e política – ocorre em proximidade ao empreendimento produtivo, tornando-se gestores que acompanham e orientam o trabalho agropecuário, na maioria das vezes morando nas fazendas, estando a par dos acontecimentos

dali, não procurando se afastar do ambiente econômico e da produção, sem que isso sinalize possibilidades de estigmatização e perda dos capitais simbólicos destes agentes.

Em seu estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro do Rio Grande do Sul, a partir do estabelecimento da República, Piccin (2012) aponta uma realidade cujo paralelo pode ser estabelecido aqui para pensarmos o jogo entre disposições mentais baseadas em valores tradicionais e de uma concepção de mundo quase estamental, colidindo com a emergência de uma ética do trabalho e do merecimento, valores cujo fundamento pode ser encontrado no desenvolvimento de uma racionalidade instrumental moderna (Weber, 2001).

Na realidade retratada pelo autor, para as elites estancieiras – tradicionalmente dominantes no espaço social -, a ligação cotidiana ao trabalho e a gestão econômica de seus domínios fundiários poderia estar ligada a um nível de desclassificação das posições dominantes daqueles agentes: "em se tratando das posições dominantes no espaço social estancieiro, há um estilo de vida a ser reproduzido, cuja distinção se dá pela possibilidade de utilizar o tempo principalmente com situações que não ligadas ao econômico". Assim, para as elites rurais tradicionais daquele espaço, as atividades cotidianas de gestão do trabalho nos domínios de terra eram vistas como algo distante de sua realidade, podendo facilmente serem delegadas a ação de funcionários, para que o distinto *senhor* pudesse usar seu tempo em atividades consideradas revigorantes ao espírito: "o uso do tempo ou a possibilidade de uso do tempo com as questões do espírito – pintura, música, poesia, esportes, política – é designativa de distinção social dos *senhores de terra*", elemento de definição das distâncias sociais das posições dominantes em relação aos demais atores presentes no espaço (Piccin, 2012, pp. 175-176).

O autor ainda faz um paralelo deste processo e das disposições internalizadas pelas elites estancieiras do estado com a ocorrência de uma mudança na morfologia social do patronato rural do estado, a partir da década de 1950, pela migração para a região estancieira, ao sul do estado, de descendentes de colonos italianos e alemães em trajetórias sociais ascendentes, processo que, à semelhança do que vemos em São Paulo no contexto analisado aqui, põe em xeque posições dominantes de elites rurais tradicionais do espaço social – lá os pecuaristas/estancieiros, aqui os cafeicultores tradicionais. Como podemos ver a partir do cenário retratado pelo autor, a emergência ali de um novo sujeito social, não só reposiciona a localização dos agentes nas relações sociais de produção, como institui novos estilos de vida e modos de se ver no mundo, constitui sujeitos (os descendentes de colonos italianos e alemães),

para quem os valores sociais ligados a uma ética do trabalho ganham centralidade (Piccin, 2012).

Em nossa análise, vemos aqui duas famílias que fazem parte da imigração italiana que veio a São Paulo no contexto de virada entre os séculos 19 e 20. Estamos admitindo que a família Ometto compunha estratos sociais mais pobres, ligados a práticas camponesas em seu país de origem. Por outro lado, o tronco materno da família de Roberto Rodrigues, os Rossetti, parece não ser composto exatamente por colonos pobres, vindos da Itália para o trabalho braçal nas fazendas paulistas de café – "o pai da minha mãe era um **agrônomo italiano** que veio para o Brasil para **administrar uma fazenda** de café da família Prado" (Rodrigues, 2020, grifo nosso).

Mesmo com estas diferenciações entre eles, é possível pensar alguns paralelos em sua lógica de reprodução social no novo país. A vinda dos trabalhadores europeus para as fazendas do estado, na virada de século, é marcada por um contexto de oposição entre o trabalho livre e o trabalho escravo. Por isso, a valorização moral do trabalho e sua afirmação como virtude de liberdade e condição de propriedade, ganhava centralidade entre os imigrantes. Mesmo no caso dos setores médios para cá imigrados, ainda que em alguns casos com o acúmulo de capitais, formação acadêmica e desempenhando profissões liberais, a ética do trabalho e a imagem da eficiência e do progresso parecem ter cumprido importante papel em sua legitimação e mesmo avanço econômico em terras brasileiras (Martins, 2020).

Neste contexto, a ideia do enriquecimento como afirmação de qualidades inatas ao indivíduo, pelo caminho de uma distinção simbólica e baseada em valores tradicionais, elemento que contribui para negar a ideologia do sucesso pelo trabalho, parece estar em dissonância com as aspirações generalizadas pelo grupo imigrante de que fazem parte, tanto a família Ometto, quanto a família Rossetti. Como destacou Martins (1976, p. 61), refletindo sobre o caso do Conde Matarazzo, no âmbito desta colônia italiana estabelecida no Brasil, notadamente, no que estamos classificando aqui como setores médios imigrados, "a ostentação pura e simples de riqueza ou títulos [...], vinculada a uma concepção estamental de si mesmo, era um fator de afastamento e não de aproximação" entre aqueles agentes.

Há, assim, uma espécie de necessidade de ajuste de conduta destes atores a uma atitude socialmente reclamada no meio em que vivem, projetando sua referência "a do alcance da posição pela conquista, pelo domínio da situação, pelo trabalho". Em alguns casos, a necessidade do prestígio junto ao grupo e a autoconcepção destes agentes precisaram "conciliar-

se numa representação híbrida em que eram valorizadas simultaneamente as duas dimensões" (Martins, 1976, p. 61).

Como foi comentado no capítulo 1, trata-se aqui de um "conflito de padrões" entre, de um lado, valores aristocráticos e que têm por base um *ethos* estamental e, de outro, os valores burgueses, então em desenvolvimento e cujo fundamento é a ética do trabalho e do merecimento. Esse conflito não ocorre apenas no campo social mais amplo, mas também "no interior de muitos indivíduos". Na sociedade de corte, analisada por Elias (1995, pp. 15-16, 23-24), apesar de sua genialidade artística, Mozart "jamais adquiriu a polidez especial do cortesão [...]. A despeito dos esforços do pai, manteve por toda a vida a caracterização de um burguês de classe média". No caso de Mozart, a não incorporação de valores e padrões de conduta aristocráticos impôs limitações a alguém que buscava se afirmar em uma sociedade de corte, então dominada por aqueles valores: "Mozart viveu a ambivalência fundamental do artista burguês na sociedade de corte, que pode ser resumida na seguinte dicotomia: identificação com a nobreza da corte e seu gosto; ressentimento pela humilhação que ela lhe impunha" por não pertencer àquele espaço e tampouco reproduzir seu *ethos*.

Apesar de experenciar conflitos internos em razão de diferentes disposições de mundo incorporadas, os imigrantes italianos que impulsionam a indústria açucareira em São Paulo, em princípios do século 20, ao modificarem padrões de comportamento socialmente estabelecidos e afirmarem condutas baseadas em um espírito capitalista, pavimentam seu espaço de protagonismo em uma sociedade em que os valores burgueses e a racionalidade instrumental moderna ganhavam centralidade e afirmavam-se dominantes.

Se estes valores aparecem transversalmente em todo o relato biográfico da família Ometto e no discurso de Roberto Rodrigues relacionado à trajetória de redenção econômica do pai – após a perda dos domínios fundiários da família com a crise de 1929 – e da ascendência do tronco familiar materno, ele parece demarcar uma mudança na relação de forças estabelecida entre frações dominantes da agricultura e da agroindústria de São Paulo naquele contexto, ganhando espaço com a fragilização dos setores tradicionais da cafeicultura paulista – como o avô paterno de Roberto Rodrigues - e com o avanço do industrialismo no estado, inclusive aquele acoplado ao setor que passou novamente à condição de atividade mais importante da agricultura paulista: a produção de açúcar. Como destacou Martins (1976, p. 101):

> O contraste entre a ideologia do sucesso e a ideologia tradicional estava em que a segunda tinha implícita uma sociedade estável, estratificada mais ou menos rigidamente, praticamente sem alternativas para a racionalidade do lucro agrário-mercantil. A primeira, pelo contrário, ignorava os "direitos" implícitos na outra e declarava o sistema anterior como "território livre" a ser reconquistado pelo trabalho.

> A segunda concebia o enriquecimento como decorrência da condição tradicional e fidalga dos ricos atuais; a outra como produto necessário do trabalho e da poupança.

Estas representações antagônicas ou incompatíveis entre si só começam a entrar em aberto conflito quando a realidade não mais sustenta a validez de ambas, quando uma delas – a ideologia do sucesso – deixa de estar presa a uma condição apenas emergente. Este processo ocorre justamente por volta da década de 1920, quando a sociedade industrial passa a alcançar um nível de maior integração de seu sistema, fragilizando a racionalidade do lucro agrário-mercantil e fazendo aumentar a dependência de outros setores econômicos ao seu modelo. Ali, este novo complexo econômico consegue fazer com que os requisitos da racionalidade de seu lucro se disseminem mais fortemente pelo sistema. Essa "transição ideológica", no fundo, retratava modificações básicas no panorama econômico brasileiro, materializadas no avanço da indústria e na crise do sistema agroexportador cafeeiro, e que culminaram na criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 1928, com o objetivo de fortalecer o poder de pressão deste grupo junto ao Governo Federal, promovendo políticas protecionistas em seu favor (Martins, 1976).

A imagem da ligação ao trabalho caminha *pari passu* a vinculação dessas famílias com a história do empreendimento agroindustrial no estado. Apresentando a Fazenda Santa Isabel e falando do histórico familiar na produção agropecuária de São Paulo, o filho de Roberto Rodrigues, Paulo de Araújo Rodrigues, atual administrador da fazenda, observa a passagem da família, desde seu avô, pelos diferentes momentos e fases produtivas da cana-de-açúcar no estado:

> Meu avô começou a plantar cana em 1956, é uma história de produção de cana aí bastante longa, nesta mesma região [de Jaboticabal/SP, onde fica a Fazenda Santa Isabel]. Passando por diversas fases, desde a época da cana crua, manual, depois passando pela cana queimada e hoje totalmente mecanizada a colheita, um processo totalmente mecanizado (Paulo de Araújo Rodrigues, entrevista ao Nossas Raízes, s.d.).

A família é apresentada neste discurso como parte da própria história de desenvolvimento da cultura da cana no estado, como agentes produtivos que vivenciaram diferentes etapas técnicas de sua produção ali – com a cana crua, queimada e colhida manualmente. Paulo também se apresenta como um gestor presente no cotidiano da propriedade da família, tal como o discurso do pai a esse respeito (Rodrigues, 2020). Como dito, na entrevista realizada com ele, chamou a minha atenção a importância dada ao trabalho cotidiano na fazenda, à proximidade e ao cuidado às questões econômicas envolvidas em suas terras e como a imagem familiar é construída em articulação a esses valores, já que se apresentam como

pessoas próximas e atentas às questões que envolvem a produção em suas fazendas. Em relação ao filho, a foto abaixo ilustra alguém que acompanha a produção de perto e em seu dia a dia:

Figura 15: Paulo de Araújo Rodrigues (à direita), ao lado do apresentador do programa Nossas Raízes (à esquerda), apresentando a plantação de cana da Fazenda Santa Isabel. Fonte: Mosaic, s.d.

Paulo Araújo Rodrigues é o filho mais velho de Roberto Rodrigues e Eloísa Helena de Araújo Rodrigues. Ele nasceu, em 30 de setembro de 1967, em Ribeirão Preto/SP. Paulo cresceu morando na fazenda Santa Isabel e estudou no Colégio Santo André, no município de Jaboticabal. Ele cursou Agronomia na Esalq, em Piracicaba, graduação que iniciou em 1985, vinte anos depois da formatura do pai ali. Concluiu a graduação em 1989. Após ter dedicado mais um tempo aos estudos da citricultura e da mecânica, foi escolhido pelo pai para administrar a fazenda da família:

> Em meados da década de 1990 assume o cargo de gerente de produção agrícola que até aquele momento era de responsabilidade de seu pai e em decisão conjunta com os pais e irmãos empreendem um processo de reestruturação da Fazenda Santa Izabel com objetivo de aumento de escala e redução dos custos de produção (CPDOC, s.d.b).

Ele realizou outras especializações acadêmicas ao longo da vida:

> Especialização em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Campus Ribeiro Preto (FEA/RP – USP) (1998-1999) e também cursos do Programa de Educação Continuada (PEC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Centro de Conhecimento em Agronegócios (Pensa) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (CPDOC, s.d.b).

Do ponto de vista das entidades de representação do setor, ele atuou nos conselhos da Associação dos Fornecedores de Cana de Guariba (Socicana) e da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que foi presidida por seu pai, entre 1999 e 2002.

Em relação à configuração familiar, há uma clara divisão de tarefas entre os integrantes do grupo, em grande medida definida pelo patriarca. Em certa medida, são definidos atributos específicos, sobre quais tarefas cada um desempenhará, prioritariamente, em suas vidas. Sua ação no mundo é pensada e estruturada por uma racionalização familiar e de grupo, com ações que devam ser complementares e não concorrentes, que possibilitem a reprodução da linhagem no espaço social, pensando política, produção agrícola, economia e reputações de maneira integrada. Ainda que os dois filhos homens de Roberto Rodrigues tenham se graduado em agronomia na Esalq, seguindo a disposição do pai, caberia somente ao mais velho o atributo de conduzir as fazendas da família:

> Só o [filho] mais velho [toca a fazenda]. O outro [chamado Rodrigo], quando se formou em Piracicaba, veio falar comigo: "- pai, quero trabalhar aqui na fazenda. Falei: - não vai trabalhar aqui na fazenda. - Por que? - Porque o teu irmão cresceu, eu fui para a sombra para ele ficar no sol, ele cresceu muito hoje. Se você vier para cá, vai ser a vida inteira o irmão dele. Vai ser o irmão do Paulo. Então vai procurar o teu sol, você não vai ficar aqui não. Não tem lugar para você aqui. Se quiser fazer um estágio aqui, vai fazer um estágio, mas trabalhar aqui não vai trabalhar, não". E assim foi. Ele cresceu e hoje é um grande agrônomo também, reconhecido no Brasil inteiro. Ele é hoje diretor de um fundo de investimentos. Um fundo de investimento grande, ele é o diretor agrícola do fundo. Presidiu uma empresa de semente também. O moleque é muito bom (RODRIGUES, 2020).

O relato de Rodrigues desvenda a centralidade do patriarca na definição dos rumos da família. Além dos filhos homens seguirem a trajetória acadêmica do pai, formando uma verdadeira linhagem, com cinco gerações de engenheiros agrônomos, o caminho que tomam em sua trajetória profissional passa pela aprovação e benção daquele. A definição da sucessão da propriedade rural é emblemática nesse sentido. Aqui se manifesta um "espírito de família" entre esses agentes. Dotados de categorias de percepção e de avaliação bastante semelhantes, eles pensam seus destinos de maneira articulada entre si, reposicionando desejos e aspirações próprias, pensando-se, não individualmente, mas na lógica de um campo familiar, buscando alcançar a reprodução social dessa família da forma mais eficaz possível:

> Para que a relação de dupla face entre o irmão mais velho e o mais moço possa funcionar de maneira duradoura, é preciso que [...] estejam presentes a submissão do irmão mais moço, seu devotamento aos interesses da linhagem – o "espírito de família" – e a generosidade e a delicadeza do irmão mais velho, fundamento das atenções e dos cuidados em relação a seu irmão e, dentre todos os outros, na família ou fora dela, de disposições semelhantes, que fazem com que as condutas adequadas sejam aprovadas e recompensadas simbolicamente (BOURDIEU, 2011, p. 194).

Novamente, tal como no caso do mercado de gado de elite, analisado por Leal (2016, p. 247), aqui a sucessão familiar parece ser sempre patrilinear. Não à toa, a carreira da Agronomia, na qual a família forma uma verdadeira linhagem de profissionais, e a sucessão da propriedade rural, principais marcas de afirmação da família, couberam somente aos filhos

homens do casal. Suas filhas mulheres possuem outras formações acadêmicas e atuações profissionais, como veremos.

Cabe ressaltar também que, como linguagem de legitimidade, o trabalho na terra e a posse de capitais escolares pelos integrantes da família aparecem de maneira integrada e complementar aqui. Como dito, a família Rodrigues forma uma verdadeira linhagem de engenheiros agrônomos, com integrantes de cinco gerações com esta formação e atividade profissional. Eles destacam uma imagem de aptidão e protagonismo nas inovações tecnológicos e produtivas da área. Entre outros atributos, Roberto Rodrigues reafirma trajetória pessoal estreitamente ligada ao saber técnico da agricultura e à profissão de engenheiro agrônomo - elementos frequentemente mobilizados por ele como capital de legitimidade para atuação em diversos espaços, desde a liderança na fazenda da família, passando pelas entidades de representação do agronegócio, até os órgãos de Estado em que atuou.

Ele se formou em Agronomia, em 1965, pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), considerada uma das mais tradicionais e notáveis do Brasil, como veremos no capítulo 4. Mas não foi o primeiro da família a graduar-se nessa área e tampouco nessa escola. Antes dele, seu pai, Antônio José Rodrigues Filho - que também estudou na Esalq -, seus 3 tios maternos e seu avô, também materno, Tomazo Rossetti, graduaram-se em Agronomia. O avô ainda na Itália, seu país de origem.

Além disso, a própria Eloísa Helena de Araújo Rodrigues, que veio a ser esposa de Roberto Rodrigues, também se graduou em Agronomia na Esalq, cerca de um ano antes dele. Eles se conheceram lá. Depois disso, ainda se graduaram em Agronomia – também na Esalq - seus dois filhos homens: Paulo e Rodrigo Rodrigues, primogênito e caçula, respectivamente. Mas as filhas mulheres, também duas, escolheram outras formações escolares, que não ligadas à produção agropecuária diretamente: Cândida Rodrigues formou-se em Psicologia e Marta Rodrigues em Direito. A 5ª geração familiar completa o time de agrônomos: um dos netos de Roberto Rodrigues se formou em Agronomia – novamente na Esalq –, em 2020. Outra neta do interlocutor também passou pela escola de Piracicaba, mas cursando Economia (Rodrigues, 2020). Com a exceção de Eloísa Helena, foi uma profissão acessada somente pelos homens da família.

Cabe destacar que a trajetória exitosa do pai de Roberto Rodrigues aparece intimamente ligada à sua atuação como engenheiro agrônomo e a um notório reconhecimento de habilidades e aptidões nessa área. Após sua formatura, trinta anos antes do filho, em 1935, ele trabalhou por um ano na própria Esalq, onde foi assistente do professor Salvador de Toledo

Piza Júnior. Posteriormente, se transferiu para o Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Ali, trabalhou com pesquisas na produção de cana-de-açúcar e café. Posteriormente, Antoninho, como era conhecido, se transferiu para a Estação Experimental de Limeira, como é chamado o Centro Avançado de Pesquisa de Citros Sylvio Moreira, trabalhando, na época, com pesquisa em citros, justamente com o pesquisador que hoje empresta o nome à instituição – Sylvio Moreira. Naquele momento, ele teria tido papel importante no desenvolvimento de várias pesquisas, sendo a principal delas a de definição da substituição do porta-enxerto para o limão cravo, buscando evitar a suscetibilidade da planta à Tristeza do Citros (Rodrigues, 2012).

Isso tudo antecedeu a aquisição da Fazenda Santa Isabel pela família, no início dos anos 1950. Segundo discurso familiar, a redenção econômica de Antônio José Rodrigues Filho, sua projeção novamente enquanto grande proprietário e produtor rural, sua legitimação como liderança corporativa e política, teria ocorrido, em grande medida, também a partir de suas atividades acadêmicas na área. Ele é apresentado como um técnico notável, agrônomo especialista em questões produtivas relevantes em uma das principais culturas agrícolas desenvolvidas em São Paulo ao longo do tempo, agente cujos capitais de legitimidade junto ao setor encontram-se diretamente vinculados à trajetória escolar e aos conhecimentos especializados adquiridos no curso de Agronomia da Universidade de São Paulo. Isso o teria levado a assumir, no final dos anos 1940, a gerência da Fazenda São Martinho, em Guariba, agora propriedade da família Ometto (Rodrigues, 2020; Rodrigues, 2012).

Esta última atividade esteve diretamente ligada à efetivação da compra, por Rodrigues Filho, da Fazenda Santa Isabel, no início dos anos 1950, como será melhor detalhado ainda neste capítulo. Portanto, quem comprou a Fazenda Santa Isabel, no início dos anos 1950, foi o agrônomo que *trabalhou com cana, com café,* desenvolveu *várias pesquisas com citrus*, alguém que *teve um sucesso muito grande nessa questão*, que mobilizou fortemente em seu favor os capitais escolares adquiridos em Piracicaba e reservados quase que exclusivamente a determinadas elites. Quem comprou a Santa Isabel foi o engenheiro agrônomo projetado como alguém, em grande medida, responsável pelo surgimento e organização de um dos maiores empreendimentos do setor sucroalcooleiro no mundo hoje - a Usina São Martinho, de propriedade da Cia. Prado Chaves e depois do Grupo Ometto, como será visto.

Associações, matrimônios e alianças: quando as famílias se encontram

> O café rapidamente cedia lugar à cana-de-açúcar na região; os fazendeiros tradicionais vendiam suas terras e o mapa da propriedade fundiária paulista se alterava definitivamente. Em 1934, grande parte das propriedades agrícolas do Estado de São Paulo (41 por cento) estava nas mãos de imigrantes e a maior comunidade era a

> italiana, detendo treze por cento das propriedades e dezesseis por cento de seu valor total (GORDINHO, 2001, p. 50).

O trecho acima, extraído da biografia de João Ometto (pai de João Guilherme Ometto), é o pano de fundo para retratar o começo de sua trajetória definitiva em Iracemápolis/SP, no final da década de 1920, quando se estabelece na Fazenda Aparecida, então de propriedade sua e de seus irmãos Constante e José. A socialização via trabalho, como dito, é uma marca no relato biográfico de João Ometto e de seus irmãos e familiares.

Entre os oito irmãos, filhos dos imigrantes Antônio Ometto e Caterina Biasio, o caçula Luís foi o único que teve oportunidade de estudar, cursando Comércio e Contabilidade, em Piracicaba, nos anos 1920. Este processo teria ocorrido com grandes dificuldades, mas possibilitou contribuição para a família no desenvolvimento dos negócios:

> O esforço de Luís no curso foi grande. Era a primeira vez que ele entrava em uma escola regular, onde podia avaliar a limitação de seus conhecimentos. Sua maior dificuldade era falar em público e perguntar; percebeu que falava errado e que nunca tinha ouvido gente que falava certo para aprender, e isto era uma limitação (GORDINHO, 1986, p. 59).

A importância do trabalho, como espaço de socialização e aprendizado, faz com que o acesso à educação formal e o desenvolvimento mais prolongado dos estudos seja acessível mais amplamente somente à geração seguinte dos Ometto. Enquanto para a velha oligarquia cafeeira paulista, fortemente representada na Sociedade Rural Brasileira, em processo analisado no capítulo 1, a posse de capitais escolares e o desenvolvimento de profissões consideradas de alto valor no mercado acadêmico brasileiro – como Direito e Medicina – eram uma constante, marcando o perfil de vários deles e constituindo forma de reprodução social dessas elites, no caso desses imigrantes italianos, em trajetórias ascendentes e que viriam a ser a nova elite açucareira do estado e do país, as possibilidades de graduação, sobretudo em áreas acadêmicas consideradas de maior raridade e valor, era ainda algo distante. Como disse Bourdieu (2015, pp. 307-308), "as classes e as frações de classe mais ricas em capital cultural fazem-se cada vez mais presentes quanto mais cresce a raridade e, ao mesmo tempo, o valor escolar e o rendimento social dos títulos escolares".

No caso das tradicionais oligarquias paulistas do café, era como se os títulos escolares substituíssem seus títulos nobiliárquicos, constituindo agora "uma *nobreza escolar hereditária*" e, assim, contribuindo para a reprodução da estrutura do espaço social em que eram dominantes (Bourdieu, 2011). Em se tratando dos imigrantes italianos, novos proprietários rurais no estado, apostava-se em uma conduta de vida ética e rotinizada, sendo que a busca pela racionalidade da ação dos indivíduos tinha como base o trabalho como um

dever moral e a acumulação de riquezas via contenção dos gastos e poupança (Weber, 2001). Somente depois esses agentes passaram a ocupar os bancos escolares e seus estratos mais prestigiosos com mais frequência e relevância.

Como falamos em diversos momentos dessa tese, a categoria família tem muita importância em todo esse enredo. Ela é "uma *palavra de ordem*, ou melhor, uma *categoria*, princípio coletivo de construção da realidade coletiva" para esses agentes (Bourdieu, 2011, p. 126). Na trajetória exitosa dos Rossetti/Rodrigues, vemos articulações econômicas e políticas entre pai e filho, associações produtivas entre irmãos, aspirações e histórias de vida construídas uns para os outros, desenvolvendo um verdadeiro "espírito de família" entre eles (Bourdieu, 2011, p. 194). Na trajetória dos Ometto, vemos uma socialização familiar no e para o trabalho, o que envolve pais e filhos entre si, irmãos, tios e sobrinhos, todos desenvolvendo ação social com significado relativo um para o outro, apontando ao *homo economicus* moderno e ao desenvolvimento de um "espírito do capitalismo" (Weber, 2001).

Mas a centralidade da família também se destaca quando analisamos as relações estabelecidas entre diferentes sobrenomes da agroindústria paulista, atores que, não somente se encontram no espaço de representação política do agronegócio, mas trilham trajetórias sociais comuns, desenvolvem parcerias econômicas entre si, firmam matrimônios e alianças, constroem-se como senhores de terra em processos, muitas vezes, análogos ou interligados.

Em 1924, Luís Ometto se casou em Piracicaba, mesma cidade que cursou Contabilidade, com Cecília Cera, o que produziu certas mudanças nas relações estabelecidas pelos Ometto. Cecília nasceu em Santa Maria da Serra, estado de São Paulo, e é apontada como alguém que "estava acostumada a morar na cidade", sendo a primeira nora de Caterina que vinha de família que residia no meio urbano. Cecília também possuía um irmão médico e que mais tarde se tornou vereador, em Piracicaba - "através desta aliança, os Ometto começaram a abrir sua rede de relações pessoais e a ter mais apoio para os negócios" (Gordinho, 1986, pp. 59-61). Como analisou Bourdieu (2013, p. 245),

> Já que as estratégias matrimoniais pretendem sempre, pelo menos nas famílias mais favorecidas, fazer um "bom casamento" e não somente um casamento, isto é, maximinzar os benefícios econômicos e simbólicos associados à instauração de uma nova relação, elas são comandadas em cada caso pelo valor do patrimônio material e simbólico que pode ser engajado nessa transação.

Luís havia saído da sociedade com os irmãos na Fazenda Aparecida e, no ano de 1925, passou a conduzir a Fazenda Bela Vista, em Capivari, área de café que havia sido adquirida pela família. Luís e Cecília moraram nesta fazenda, até 1927, mas como o negócio com café não deu certo, venderam estas terras para os próprios sogros de Luís, João e Georgina

Cera. Em 1935, já trabalhando novamente com cana-de-açúcar, na Fazenda Paraíso, adquirida em parceria com seu irmão Pedro, nasceu o primeiro filho do casal, Luís Antônio, que viria, futuramente, a se formar em Agronomia na Esalq (Gordinho, 1986). Como vemos, com o passar dos anos, além de efetivar estratégias matrimoniais favoráveis, eles começam a ter mais facilidade de acesso a estratos mais valorizados de um mercado de capitais culturais e escolares. Cabe lembrar que se trata, no caso da Esalq, de uma das mais importantes escolas de Agronomia do país, celeiro na formação de líderes e fonte de *intelligentsia* das elites agroindustriais paulistas, como será visto em mais detalhes no capítulo 4.

Os irmãos Ometto haviam separado momentaneamente a gestão de alguns negócios. Mas, no início da década de 1930, voltam a concentrar suas propriedades, tornando-se todos sócios novamente. Isso ocorre a partir da previsão de melhoria dos mercados do açúcar, após a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Para aproveitar as oportunidades e benefícios gerados pelas políticas de governo ali estabelecidas, era necessário ter escala de produção. Buscando a compra de uma grande área, decidem adquirir a Fazenda Boa Vista, então de propriedade de Luiz Delfini, com cerca de 440 alqueires, localizada no bairro de Água Santa, em Piracicaba. Trata-se do local onde ficava o primeiro sítio da família, adquirido anos antes. Esta aquisição marcou mais uma conquista familiar: passavam da condição de fazendeiros à de usineiros, "passando a integrar a elite da agroindústria" em São Paulo (Gordinho, 2001, p. 56).

Como afirma a própria autora das biografias de integrantes da família Ometto (Gordinho, 1986, 2001), além dos fatores econômicos objetivos, existe uma simbologia muito grande nesta passagem da condição de fazendeiro à de usineiro, da agricultura à agroindústria - "para os Ometto esta passagem, de grande significado, possuiu também o aspecto simbólico da reunião dos esforços da família, para um objetivo comum: o crescimento econômico". A aquisição da primeira usina está, assim, ligada à ideia do aprendizado, pelos integrantes da família, dos processos em torno da fabricação do açúcar, à competência na escolha de boas terras, à crença na lavoura de cana, na "proteção oferecida pelo governo" e na "força de seu trabalho conjunto". O mérito do empreendimento usineiro, se caracterizaria, para eles, como para "outros filhos de imigrantes" italianos, na ousadia que ajudou "a fazer do Estado de São Paulo o maior produtor de açúcar do país" (Gordinho, 1986, p. 70).

Visando melhorar suas condições de participação na produção de açúcar e álcool, no ano de 1932, foi fundada pela família a empresa Irmãos Ometto & Cia. Aqui, destaca-se o papel desempenhado por Mário Dedini, apontado como um amigo da família e especialista em mecânica de usinas de cana-de-açúcar. Dedini teria ido junto com Pedro Ometto (irmão de João)

até Campos, no Rio de Janeiro, para avaliar a compra de maquinários usados. Posteriormente, os reparos reclamados pelos equipamentos foram realizados na própria oficina Dedini, em Piracicaba, para, já no mesmo ano, colherem a primeira safra da cultura (Gordinho, 2001).

A interrelação estabelecida entre essas famílias informa alguns dos caminhos tomados por estes novos agentes da elite agroindustrial paulista naquele contexto. A socialização compartilhada, os interesses alinhados e as conversas realizadas entre figuras como Pedro Ometto, Mário Dedini e outros são tidas como definidoras de suas decisões. De alguma forma, trata-se aqui da interface entre agricultura e indústria se conformando como caminho para afirmação de novos setores dominantes na economia de São Paulo:

> Juntar o conhecimento de lavoura com a perícia mecânica, acreditar que esse era o bom caminho, que a cana-de-açúcar era o setor mais estável da agricultura e que o risco assumido na compra das propriedades valia a pena. [...] Os negócios entre os Ometto e Mário Dedini correram sempre bem porque de parte a parte havia muita grandeza (GORDINHO, 1986, p. 65).

Aliás, as estratégias matrimoniais, visando melhorar a reprodução social do grupo, podem ser visualizadas também na relação entre esses dois sobrenomes da agroindústria paulista: os Ometto e os Dedini. Mário Dedini nasceu na cidade de Lendinara, província de Rovigo, localizada ao norte da Itália, no ano de 1893. Tendo experiência de trabalho com usina de açúcar desde os 12 anos de idade e após ter cursado, aos 19 anos, a Escola Técnica de Desenho de Lendinara, ele veio da Itália, em 1914, para trabalhar no Brasil como mecânico na Usina Amália, indo posteriormente para Santa Bárbara D'Oeste. Em 1920, junto com o irmão Armando Césare, comprou uma pequena oficina de ferramentaria e carpintaria, no Bairro de Vila Rezende, em Piracicaba (A Provincia, 2013). Relacionado inicialmente com Pedro Ometto (irmão de João), os dois tornaram-se compadres: Pedro e a esposa, Narcisa, batizaram Armando, filho de Mário e Mariana Dedini. Estes, por sua vez, batizaram Isaltina, filha do casal Ometto – "foram amigos irmãos até o fim e a influência de Mário Dedini foi fundamental para o desenvolvimento dos negócios dos Ometto" (Gordinho, 1986, p. 62).

Mais um a passar pela Esalq, Dovílio, segundo filho do casal Pedro e Narcisa Ometto, estudou Agronomia em Piracicaba, mas resolveu não trabalhar diretamente com lavoura. Por isso, após a formatura em Piracicaba, em 1941, continuou seus estudos por mais um semestre em Campinas, realizando alguns cursos. No ano seguinte, foi convidado por Mário Dedini para trabalhar em seus empreendimentos. Ali, o pai Pedro o auxiliou, adquirindo para Dovílio uma pequena percentagem de participação na Metalúrgica Dedini. A parceria comercial com o amigo e compadre de seu pai foi seguida por seu casamento com a filha de Mário, Ada Dedini. Isso fez com que Dovílio Ometto fosse assumindo mais claramente a liderança de parte

dos negócios da família Dedini, sendo apontado como "o primeiro dos primos [Ometto] a sair dos negócios familiares" (Gordinho, 1986, p. 63).

A trajetória ascendente de uma família que veio a fazer parte da elite usineira do estado e do país passa pelo estabelecimento de relações e alianças com sobrenomes de considerável prestígio e poder econômico e político. Dir-se-ia, neste caso, alianças entre famílias em trajetórias ascendentes e cujos capitais econômicos começavam a ser acumulados em nível mais significativo. Algumas vezes, isso pode envolver estratégias matrimoniais – como nestas relações dos Ometto com a família Cera e a família Dedini. O matrimônio que une Ometto e Dedini informa também o laço entre duas famílias de imigrantes italianos, que embora em atividades econômicas distintas, possuem histórias de vida bastante similares e vivem ascensões econômicos, de algum modo, paralelas entre si. Se a economia, em alguma medida, "rege as trocas matrimoniais, os casamentos tendem a se realizar entre famílias da mesma posição do ponto de vista econômico" (Bourdieu, 2013, p. 246).

Mas os laços entre as famílias não se encerraram aí. Mário Dedini, agora ao lado de sua segunda esposa, Otília, também foi padrinho de casamento dos próprios pais de João Guilherme Ometto – João Ometto e Maria do Carmo Sabino. Esse casamento ocorreu em Iracemápolis, em 1936, depois que Maria do Carmo veio residir ali para trabalhar como professora substituta. Ela morava na casa de sua tia, Pascoalina Magaldi, e possuía então 19 anos de idade. Nascida em São Carlos, Belinha, como era conhecida, formou-se na Escola Normal. Era filha do comerciante de secos, molhados e armarinhos Guilherme Sabino, cuja descendência era composta por pai italiano e mãe brasileira, e Elvira Aiello, igualmente, de descendência italiana. Maria possuía uma irmã mais nova, chamada Nair, que também cursara a Escola Normal. O matrimônio foi celebrado na casa da família da noiva:

> Belinha, que era filha de Maria, recebeu a imagem da Imaculada Conceição, vinda da Catedral de São Carlos para abençoar os noivos. João tinha 37 anos e havia finalmente encontrado a companheira de sua vida, a mocinha determinada que o levaria ao altar; um anel de brilhante e um alfinete de gravata, de pérola, selaram o compromisso (GORDINHO, 2001, p. 61).

Se trata de uma estratégia matrimonial envolvendo duas famílias de origem italiana, mas em condições financeiras e atividades econômicas razoavelmente distintas entre si. Após a lua-de-mel de 20 dias no Rio de Janeiro, o casal passa a residir na Fazenda Aparecida, na casa onde antes morava o irmão mais velho de João, Constante, e sua esposa, Zaira. Os relatos do casamento ainda informam que a sogra, Caterina, inicialmente teria estranhado a moça, já que "parecia tão frágil e tocava piano". Com o ingresso, pela via do casamento, de novos integrantes ao grupo familiar, este passa a internalizar os conflitos entre diferentes disposições de valores

e gostos artísticos, marca da passagem da sociedade aristocrática à burguesa (Elias, 1995) e, especificamente, da mudança na morfologia social das elites agroindustriais paulistas, com a transição de modos de vida dominantes das oligarquias cafeeiras às novas elites de imigrantes italianos, ligados à produção de cana. Isso repercute nos gostos e disposições dos próprios integrantes originais do grupo familiar, que passam a incorporar novos comportamentos. Os relatos demonstram mudanças de hábitos de João, após seu matrimônio:

> João tornou-se mais elegante com o casamento. Usava ternos de linho 120, brancos e bem passados, finos chapéus borsalinos; passou a tomar uma cervejinha e a fumar um charuto, à noite. Continuava gostando de automóveis e trocava de carro todos os anos (GORDINHO, 2001, p. 64).

A troca de carros seria incentivada por Girolamo Ometto, que possuía uma concessionária Ford, em Limeira, o que demonstra a amplitude dos negócios da família.

Após o casamento, a pedido de João, Maria Sabino teria largado o magistério, já que "ele não achava que ela precisasse do emprego", o que informa novamente a estrutura patriarcal condutora da reprodução dessas famílias. Mas isso não deve permitir apagarmos o papel da mulher nas ações públicas desempenhadas pela família e na forma com que se relacionava e atuava em nível de comunidade. Por exemplo, Maria Sabino era apontada como alguém muito religiosa e, por isso, incentivou a criação da Paróquia de Jesus Crucificado, em Iracemápolis. A família se interessava pela presença mais regular da igreja no cotidiano do lugar. O incentivo e, certamente, o apoio financeiro à criação de uma igreja no local, bem como a outras ações comunitárias que desenvolviam nessas localidades, informa também a presença de um *habitus* desinteressado em sua conduta. Eles efetivavam ações que, embora aparentemente não orientadas por uma racionalidade estritamente econômica, acabavam projetando seu poder local e melhorando suas possibilidades de reprodução social nesse meio. Afinal, "se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado" (Bourdieu, 2011, p. 153). Essas ações desinteressadas

> Só podem preencher sua função simbólica de legitimação porque, justamente, beneficiam-se, em princípio, de um reconhecimento universal [...], as condutas que lhes prestam homenagem, sincera ou não, pouco importa, têm assegurada uma forma de lucro simbólico [...] que, ainda que não seja buscado como tal, basta para lhes dar um fundamento sociológico e, ao lhes dar uma razão de ser, lhes assegura uma probabilidade razoável de existência (BOURDIEU, 2011, p. 155).

Em 1940, nasce o único filho do casal, João Guilherme Ometto, último neto de Caterina. O nascimento ocorreu em Limeira, na Casa de Saúde Dr. Godoy: este nascimento "completou a família e encheu os pais de orgulho. Caterina veio para cuidar do caldo de galinha, *o brodo*, para o resguardo da nora. Fez um acolchoado de penas para aquecer o último neto e

viveu tempos de muita alegria" (Gordinho, 2001, p. 70). A matriarca da família morreu um ano depois, em 1941.

João Guilherme fez o curso primário na escola local, estudando com a professora Isaura, a mesma que havia ensinado seu pai, em Água Santa. Há relatos de uma intensa socialização do menino João Guilherme no ambiente da cidade, acompanhando seu pai em diversas atividades da sociedade local, como os jogos de futebol, nos quais, muitas vezes, deu o pontapé inicial, em atos simbólicos que demonstravam a importância e distinção da família Ometto ali. Ainda jovem, há relato de discursos proferidos por João Guilherme em solenidades da comunidade local, como a inauguração de novo templo da Igreja Católica, o que ocorreu graças ao apoio financeiro da família Ometto. João Guilherme falava "em nome das crianças da cidade", o que lhe proporcionou inaugurar "uma longa carreira de orador", "assumindo seu papel junto à comunidade". Também houve a criação de uma companhia de música com seu nome, a Corporação Musical João Guilherme, organizada e financiada por João Ometto – "daí por diante João Guilherme, pela mão do pai, esteve associado às celebrações de Iracemápolis" (Gordinho, 2001, pp. 73, 99). Aqui vemos claramente o lucro simbólico de ação desinteressada efetivada pelo grupo familiar na promoção do desenvolvimento local: "Os universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial, não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados" (Bourdieu, 2011, p. 152).

Com 11 anos, João Guilherme foi morar na casa de seus avós maternos, em São Carlos, onde cursou o ginásio (correspondente ao atual Ensino Fundamental 2), no Colégio Diocesano, e o colegial (correspondente ao atual Ensino Médio), na Escola Estadual Álvaro Guião, antes de ingressar no curso de Engenharia Mecânica da Universidade de São Paulo, cujo campus também se localiza em São Carlos - "sempre foi bom aluno, o orador da turma, o orgulho dos pais" (Gordinho, 2001).

***

Embora sem casamentos entre si, a relação entre os Ometto e os Rodrigues também ocorreu em diversos momentos ao longo desse período – muito antes da década de 2000, quando Roberto Rodrigues e João Guilherme Ometto estavam juntos na direção política do agronegócio, na pirâmide da Fiesp, na Avenida Paulista. O pai de Roberto Rodrigues (Antonio Rodrigues Filho) era bem relacionado com os Ometto e esteve presente na história desta família em muitos episódios.

Então propriedade do Grupo Prado Chaves, grupo de exportadores de laranja e café de São Paulo, com sede em Santos, a Fazenda São Martinho, localizada à margem direita do Rio Mogi-Guaçu, território atualmente pertencente ao município de Pradópolis, passa pela conversão da produção de laranja e café (e milho e algodão, em menor proporção), para cana-de-açúcar, ainda durante os anos 1940, transformando-se, assim, na Usina São Martinho – considerada atualmente uma das maiores usinas do mundo: "Em junho de 1948, dia de São João, inaugurou-se a Usina São Martinho que fabricou: em 1948 – 50.000 sacos [de açúcar]; em 1949 – 60.000 sacos; em 1950 – 96.000 sacos; em 1951 – 130.000 sacos" (Martins, 1995, p. 146).

Como se vê pelos dados trazidos por Martins (1995), o avanço produtivo da área nos anos seguintes à instalação da usina foi considerável. Este processo de conversão para usina teria ocorrido, não só por sugestão, como também sob orientação técnica do engenheiro agrônomo Antônio Rodrigues Filho - o pai de Roberto Rodrigues – que havia sido contratado como gerente da Companhia Agrícola São Martinho, em 1947 (Rodrigues, 2020; Martins, 1995). Conforme relato do próprio Antonio José Rodrigues Filho:

> Em 1946 a produção de café era de 600.000 pés. Só na Santa Isabel havia 500.000. Mas era café de 85 anos, muito velho. O algodão estava com praga – a flor caía. Era preciso tentar a cana. Informado, Dr. Luis da Silva Prado promoveu uma reunião de acionistas da São Martinho e seus diretores para que eu desse conhecimento do projeto. [...] Duas horas depois de expor o assunto ouvi a palavra final do Dr. Luís, com os presentes silenciosos: - Todos votaram a favor da instalação da usina, por isso, vamos trabalhar! (MARTINS, 1995, pp. 144-145).

O papel de Rodrigues Filho teria sido central também no agenciamento do negócio e na transição de gestão desta Usina, quando houve sua venda, no início dos anos 1950, e esta área passou a ser propriedade da família Ometto (Rodrigues, 2020; Martins, 1995). As articulações para esta compra começaram anteriormente a sua conversão para usina, cerca de três anos antes da efetivação do negócio. Conforme destaca Gordinho (1986, p. 110):

> São Martinho foi assunto de toda a família. Em 1947, João e Luís Ometto passaram pela fazenda procurando negócios, sondando o ambiente. Foram recebidos por Antônio Rodrigues Filho, agrônomo de Limeira, que lhes relatou os planos de construção de uma usina de açúcar, ainda não aprovados pela família Prado. João ficou entusiasmado pela propriedade e conversou com os irmãos.

Sobre a efetivação da compra desta área, três anos depois, a autora ainda complementa:

> Em janeiro de 1950, Luíz Ometto e Antônio Rodrigues Filho se encontraram e conversaram sobre a possibilidade de compra da São Martinho. Feita a consulta aos proprietários, foi autorizada a visita à fazenda, feita em seguida por um grupo composto por Jerônimo, Antoninho, Virgínio e Homero Corrêa de Arruda. Ficaram lá duas horas e resolveram propor a compra por trinta e cinco mil contos de réis, sendo a metade à vista e o restante em um prazo de três anos, com os juros de praxe. O

> negócio ficou resolvido e a parcela inicial foi paga em dinheiro, no escritório da Prado Chaves e contado na presença de todos (GORDINHO, 1986, p. 110).

Segundo Martins (1995), não obstante o sucesso inicial da usina, a venda da área pela Cia. Prado Chaves estaria relacionada à pouca experiência da família Prado com os negócios sucroalcooleiros, já que formados na produção e comercialização de café. Por outro lado, o negócio teria interessado a família Ometto, já com grande experiência na produção de açúcar, tendo seus negócios concentrados naquele momento na região de Piracicaba:

> Com os novos proprietários [Ometto], a São Martinho passou de 100.000 sacos de açúcar a uma fábrica produtora anualmente de 6 milhões de sacos de açúcar e 160 milhões de litros de álcool. É a atual [isso em 1995] segunda maior usina do Brasil, só superada pela Usina da Barra [em Barra Bonita/SP, atualmente parte do Grupo Cosan] (MARTINS, 1995, p. 146).

Atualmente, o Grupo São Martinho é apontado como um dos maiores empreendimentos sucroenergéticos do mundo, sendo constituído por 4 usinas, com 12.500 trabalhadores, 350.000 hectares de área agrícola de colheita, capacidade de moagem de 24 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, capacidade de estocagem de 820 mil toneladas de açúcar e 740 mil m³ de etanol, além de possuir 100% de sua colheita mecanizada (São Martinho, 2021). A ocupação das áreas de terra que deram origem à Fazenda São Martinho efetivou-se a partir da década de 1870, desenvolvendo-se pelas mãos de integrantes de diversas famílias da elite paulista:

> Em 1875, conhecida como Fazenda El Dorado, então de propriedade do Capitão Gabriel Junqueira, foi vendida para o Dr. Rodrigo Pereira Barreto, sendo parte dela adquirida pela família Prado [pelos irmãos Antonio e Martinho], em 1889, já com 70.000 pés de café. Passou a denominar-se então *Fazenda São Martinho*. [...] Era o tempo da grande propriedade. Só a Fazenda São Martinho possuía 14.000 alqueires de terras! (MARTINS, 1995, p. 4).

Neste contexto, a Fazenda São Martinho era uma unidade produtiva com vida própria, contendo em seu interior equipamentos como teatro, banda de música, farmácia, jornal, assistência médica e odontológica, além de escolas com 4 professores para 160 crianças. A fazenda passou a propriedade da Cia. Prado Chaves Exportadora, em 1894, e ao Grupo Ometto, em meados do século seguinte (Martins, 1995, p. 29), como mencionado aqui.

Mas a crise de 1929 produz impactos na Fazenda São Martinho e na economia agropecuária da região, já que fortemente baseada na cafeicultura. Há relatos de muitos fazendeiros que tiveram que vender suas propriedades inteiras. No caso da São Martinho, houve o loteamento de grandes parcelas de sua área para venda. Segundo dados de Martins (1995), 19.360 hectares de terra foram vendidos neste contexto, restando 4.840 hectares de fazenda. Gordinho (1986) também aponta este processo, dizendo que, no momento da compra da área pelos Ometto, em 1950, a propriedade contava com cerca de dois mil alqueires de terra, parcela

já bastante diminuída em relação aos onze mil alqueires, que vinham sendo retalhados desde a crise de 1929. Como arremata a Martins (1995, p. 103), "é sabido que esse fracionamento transferiu as terras para a propriedade de ex-colonos, que adotaram a policultura e deram início, pioneiramente, à cultura da cana-de-açúcar" na região.

Em alguma medida, trata-se de um retrato das mudanças na morfologia social do patronato rural paulista, desencadeadas a partir daquele momento, com declínio de parcelas dos setores tradicionalmente dominantes no espaço social, em processos de crise que abrem espaço, ao mesmo tempo, para a ascensão de famílias de imigrantes italianos, que adquirem terras e promovem um redesenho produtivo da agropecuária do estado, com o advento posterior da agroindústria canavieira. Cabe lembrar que uma das primeiras aquisições de terras pela família Ometto, a compra da Fazenda Aparecida (114 alqueires de extensão), em Limeira, também ocorreu em contexto de crise da lavoura cafeeira do estado, pela forte geada de 1918, que fez com que muitos cafeicultores tradicionais vendessem parcelas de suas terras. Naquela oportunidade, tal como os ex-colonos, mencionados por Martins (1995), a família Ometto efetuava a substituição da lavoura de café pela produção de cana-de-açúcar.

Ainda que a conversão da Fazenda São Martinho, da produção de café para a cana, tenha ocorrido somente a partir da década de 1940, esses processos de crise da tradicional economia agroexportadora, concentrada em São Paulo, vão forjando novos atores econômicos, com interesses específicos e outras disposições produtivas. Pela policultura e pela nascente agroindústria canavieira, ex-colonos, imigrantes ou descendentes de imigrantes italianos, ganham força e projeção suficientes para formar novas elites agrárias e agroindustriais no estado, para se constituírem como parte protagonista em uma nova fase do desenvolvimento desta economia nas décadas seguintes.

Aliás, o próprio João Guilherme Ometto aponta a família Prado, antiga proprietária da São Martinho, como relevantes agentes na efetivação desta imigração italiana ao Brasil, possibilitando "a vinda dos imigrantes que transformaram o estado de São Paulo". Ele destaca a figura de Martinho da Silva Prado como um dos idealizadores desta imigração (Ometto, 2011). Este era bisavô de Caio Prado Jr, importante pensador brasileiro, e pai do Conselheiro Antonio da Silva Prado, cujo busto figura atualmente na sede da Sociedade Rural Brasileira, conforme analisado no capítulo 1. Isso evidencia, uma vez mais, as conexões históricas entre essas elites paulistas. Portanto, o olhar a uma importante propriedade rural, anteriormente do complexo cafeeiro e atualmente do complexo sucroenergético paulista, desvenda relações

intergeracionais entre três importantes troncos da construção histórica desses setores em São Paulo (Prado, Ometto e Rodrigues).

Após a aquisição da Usina São Martinho pelo Grupo Ometto, por volta de 1950, Rodrigues Filho, a pedido dos novos proprietários da área, continua como gerente geral da usina, por cerca de 2 anos, preparando sua sucessão neste posto e, ao mesmo tempo, sua transição para a gestão dos próprios negócios. No momento da aquisição da São Martinho, segundo dados de Gordinho (1986), 70% de suas ações passaram a pertencer à Usina Iracema, 10% à Usina Boa Vista (ambas de propriedade da família Ometto) e 8% a um grupo composto pela família Rossetti, da esposa de Antônio Rodrigues, e por ele próprio, que ficou ainda trabalhando na Usina para pagar parte das ações adquiridas. A presidência da São Martinho ficou com Luís Ometto, a vice-presidência com Antônio Ometto e as duas gerências com Antônio Rodrigues Filho e Sérgio Rossetti, seu cunhado.

Como informou nosso interlocutor de pesquisa, na abertura deste capítulo, a redenção econômica de Antônio Rodrigues Filho – após a derrocada econômica do pai – também é fruto de seu casamento com Sofia Rossetti e das relações de parceria econômica estabelecidas com os homens de sua família (sogro e cunhados de Antoninho, como era conhecido). Sem prejuízo a se considerar um conjunto de elementos que contribuem para efetivação desse laço matrimonial, o que se vê é o descendente homem de um ex-fazendeiro de café, agora empobrecido, se casando com a descendente de uma linhagem de imigrantes italianos, de origem média, e que passa a ascender economicamente no Brasil, adquirindo terras, vindo a ser importante núcleo, posteriormente, da expansão da lavoura e da agroindústria açucareira em São Paulo. A redenção econômica da família Rodrigues passa, assim, por um conjunto de ações econômicas de Antônio José Rodrigues Filho, mas também possui relação direta com a efetivação de seu casamento com Sofia Rossetti - *aí o meu pai casou com minha mãe e virou fazendeiro de novo (risos)* (Rodrigues, 2020).

Se trata aqui de uma família – a Rodrigues – em trajetória descendente após a perda de suas áreas de terra, unindo-se a uma família – a Rossetti – de origem média e em estágio de ascensão social. Portanto, isso não constitui um caso clássico de duas famílias de elite ligando-se pelo estabelecimento de estratégias matrimoniais entre si. Mesmo assim, podemos supor desta ligação matrimonial vantagens para ambos. Se de um lado, pode haver a facilitação para a reaquisição da propriedade da terra, de outro, pode-se fazer uso de um capital de relações sociais de uma família que, embora naquele momento empobrecida, parece possuir relevância nas interrelações que marcam a agricultura e agroindústria paulista. Afinal, estas estratégias

matrimoniais informam a incorporação de sujeitos com vistas ao aumento do patrimônio econômico da família, mas também visando "equipar a família com outros tipos de capitais, em especial o de relações sociais" (Piccin, 2012, p. 236).

Aliás, se estamos falando da ligação entre essas famílias, hoje da elite do agronegócio paulista e brasileiro, como uma aparece na construção do destino da outra, é importante citar que o casamento de Antonio Rodrigues Filho e Sofia Rossetti – os pais de Roberto Rodrigues - foi celebrado por ninguém menos que João Ometto - o pai de João Guilherme Ometto. O celebrante foi juiz de paz, em Iracemápolis, entre 1929 e 1944. O fato é destacado em biografia deste integrante da família Ometto, em que se aponta seu vínculo de amizade com Rodrigues Filho (Gordinho, 2001, p. 52). São muitas as articulações e cruzamentos entre as trajetórias das famílias de elite do agronegócio em análise.

Dito isso, cabe frisar que, enquanto agenciava a aquisição da São Martinho pela família Ometto, se tornava sócio de parte diminuta deste empreendimento e atuava na preparação de sua sucessão na gerência da usina, Rodrigues adquiria, em paralelo, a propriedade vizinha a esta - Fazenda Santa Isabel –, redefinindo-se como grande proprietário de terras (Rodrigues, 2020). Segundo os dados de Gordinho (1986), isso teria ocorrido em 1953 e envolveu a saída de Rodrigues Filho da sociedade da Usina São Martinho. Sua nova propriedade, a Fazenda Santa Isabel, torna-se fornecedora de cana-de-açúcar para a usina do grupo Ometto. Há uma pequena divergência com os dados de Martins (1995), que apontam que a aquisição da Santa Isabel, por Rodrigues Filho, teria ocorrido no ano de 1949.

Ainda que esta aquisição da Fazenda Santa Isabel tenha sido alicerçada parcialmente em recursos de herança advinda da família de sua esposa e tenha ocorrido em associação com os membros deste tronco familiar – em gestão compartilhada com os cunhados, também agrônomos -, percebe-se como a trajetória de um agente masculino, em uma profissão liberal, diretamente ligada ao aspecto produtivo da agropecuária e a expertises e conhecimentos técnicos deste meio, produz retórica e capitais de legitimidade, acionados como justificadores de sucesso, como produtores de determinada coerência em sua trajetória pessoal.

Afinal, heranças à parte, quem comprou a fazenda e desenhou a redenção econômica familiar não foi exatamente alguém que só vivia de rendas e distanciado do universo da produção e do trabalho, mas alguém que, como agrônomo, desenvolveu vários trabalhos e ganhou destaque e reconhecimento na área. Objetivamente, o exercício de tais atividades também permite considerável acúmulo de capitais econômicos. Se, inicialmente, sustentado nesta parceria com a família de sua esposa, alguns anos após a aquisição da Santa Isabel,

Rodrigues Filho já adquire a parcela da propriedade de seus cunhados, passando ao controle único da fazenda:

> O meu pai, quando foi trabalhar na São Martinho [ainda propriedade da Cia. Prado Chaves], colocou como condição que ele queria um salário muito bom, maior do que ele tinha no governo do estado, na secretaria de agricultura, e também queria uma participação na empresa sob a forma de ações da empresa. A empresa dava prejuízo todo ano, os donos toparam. Aí ele montou uma usina de açúcar e deu um baita lucro e ele começou a ter várias ações na Usina São Martinho. Então, mais tarde, já nos anos 54/55, os cunhados pediram para sair da sociedade e ele trocou as ações dele na São Martinho pela parte dos cunhados na fazenda e ficou sozinho na fazenda (RODRIGUES, 2020).

Antes de ser adquirida por Rodrigues, a área havia passado por diversos proprietários: Rodolfo Miranda, Bento de Abreu Sampaio Vidal (ex-presidente da SRB), José Milton Ferreira da Rosa e Ildes Bastos Malta (Martins, 1995). Como informamos, a Santa Isabel era uma das propriedades de Bento de Abreu Sampaio Vidal, quando este assumiu a presidência da SRB, em 1929. No passado e no presente, são áreas de terra que redesenham o espaço produtivo do estado. Passam por mãos de quem se faz voz representante deste setor local e nacionalmente. De quem ocupa secretarias e ministérios na gestão de Estado, defendendo os interesses de seu setor ali. De quem dirige entidades representativas que se pretendem um *farol para o Brasil*. Esta seria, futuramente, a *fazenda modelo*, assim projetada por Roberto Rodrigues, com o intuito de projetar a carreira política do pai, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3) Poder local, autoritarismo e novas formas de organização: a reprodução social das elites agrárias paulistas a partir da década de 1950

Este capítulo tem como objetivo analisar as estratégias de reprodução social destas famílias da elite rural e agroindustrial paulista, a partir da década de 1950, considerando suas ações pela disputa e controle do poder político local, espaço em que, muitas vezes, se atualizam práticas patrimonialistas e de hipertrofia do poder de chefes políticos locais. Também será analisada a conjuntura política dos anos 1960, notadamente em relação ao golpe civil-militar de 1964 e à participação dos ruralistas paulistas em seu apoio. Por fim, refletiremos sobre novas formas de organização política desses setores naquele contexto, abordando o papel dos paulistas na organização do cooperativismo rural no Brasil, a partir do início da década de 1970.

Após a compra da Fazenda Santa Isabel, por Rodrigues Filho, e sua saída da sociedade da Usina São Martinho, a gerência desta usina é passada de suas mãos para um dos integrantes da família proprietária: Orlando Ometto, que assume tais funções e transfere para lá sua residência, juntamente com a esposa Odila Corrêa da Silva Ometto. Na São Martinho foram criados os quatro filhos do casal: Orlando, Eduardo, Otávio e Odila (Gordinho, 1986, p. 111).

Orlando era filho de Constante Ometto, o segundo filho da matriarca italiana Caterina, nascido em 1882, e Zaira Paggiaro Ometto. Ele nasceu em Piracicaba, em 1915, e passou sua infância na Fazenda Aparecida, com relatos de uma socialização muito vinculada à dimensão da produção e do trabalho. Em 1941, se formou em Medicina, no Rio de Janeiro, e logo após montou um hospital em Limeira, juntamente com o cirurgião Dr. Gumercindo Godoy e com Olindo de Lucca. Foi diretor da Casa de Saúde de Limeira, de 1943 a 1949. Em 1950, Orlando abdica das atividades na Medicina para fazer um estágio de dois anos nos negócios da família. Entre 1950 e 1951, exerceu o cargo de gerente da Companhia Industrial e Agrícola Ometto, em Iracemápolis, e, em 1952, se transferiu para Pradópolis, onde passou ao cargo de Diretor Gerente da Usina São Martinho S/A Açúcar e Álcool, bem como de outras empresas do grupo (Gordinho, 1986, p. 52; MarioVeronezzi, s.d.).

Orlando é primo de João Guilherme Ometto, posteriormente, vice-presidente da Fiesp e um dos criadores do Conselho de Agronegócio da entidade. Ele teria tido um papel destacado durante as primeiras experiências profissionais do primo João Guilherme, em 1963, logo após sua formatura na Escola de Engenharia da USP, em São Carlos. O engenheiro recém formado foi trabalhar na Usina da Barra, também de propriedade da família, com o primo Orlando, 25 anos mais velho (Ometto, 2011).

Se, na década de 1920, havia o relato das primeiras experiências de estudos de integrantes da família Ometto no Brasil, com as dificuldades de Luís, filho caçula dos patriarcas Antônio Ometto e Caterina Biasio, para cursar Comércio e Contabilidade em Piracicaba, aqui já podemos perceber que a família passava a incorporar capitais escolares com mais facilidade, ingressando em carreiras cuja raridade eram mais reconhecidas no mercado acadêmico do país, como as áreas da Medicina e Engenharia. Como disse Bourdieu (2015, p. 311), muitas vezes, o sistema de ensino converte "hierarquias sociais em hierarquias escolares" e, nesse sentido, têm acesso a um mercado de bens escolares mais valorizado aqueles que estão em tais posições também nas hierarquias sociais, como já era o caso da família Ometto naquele momento, já que em posição de acelerada ascendência social. A posse desses capitais escolares intensifica essas possibilidades de trajetórias ascendentes por eles.

Ademais, se destaca a cadeia de interrelações familiares entre eles, pois, se Orlando ensinou os ofícios sucroalcooleiros ao primo João Guilherme, antes disso, havia aprendido justamente com seu tio João, pai do próprio João Guilherme. Isso ocorreu na Fazenda Iracema, considerada "a primeira escola dos Ometto". Conforme Gordinho (2001, p. 82), "muitos sobrinhos foram morar lá para aprender a trabalhar, conhecer o jeito de crescer com economia", incorporando o *habitus* que marcava a trajetória de trabalho da família desde sua chegada ao Brasil. A autora acrescenta: "todos se formaram na Iracema e aprenderam com o tio João. Depois esses moços ensinaram os mais jovens, numa cadeia de conhecimento que se estendeu a outras usinas, mas manteve o estilo familiar".

Os méritos de João para a condução do empreendimento são apontados desde sua imagem de eficiência e aptidão aos negócios: João Ometto seria um personagem com "liderança e tenacidade", cuja marca pessoal "caracterizava o negócio no campo". Mesmo entre os integrantes desta família, agora enriquecida, era apontado como "o que mais entendia do conjunto da lavoura", seja em termos da usina ou mesmo dos empreendimentos pecuários. Este conhecimento da produção estaria "aliado a uma boa visão de negócios". Ainda segundo sua biografia, "todos o queriam como sócio" (Gordinho, 2001, p. 68).

Por esses anos, João realmente envolveu-se em um conjunto de associações produtivas com integrantes da família e pessoas de sua relação: em 1935, adquire a sexta parte de 152 alqueires de terra em Vila Rezende, junto com Pedro Ometto, Mário Dedini e José Bassinello, formando a Usina Costa Pinto; em 1938, torna-se sócio da Usina São João, juntamente com o sobrinho Hermínio e seus irmãos; em 1943, a Usina Costa Pinto adquire a Fazenda Pau d'Alho, de 341 alqueires, em Barra Bonita, então propriedade de Otaviano de

Almeida. A fazenda era composta por velhos cafezais, que foram também substituídos por cana-de-açúcar, em trabalho executado por Orlando e pelo próprio João. Já na virada para década de 1950, também se torna sócio da já citada Usina São Martinho, com o irmão Luís e alguns sobrinhos, filhos de Constante Ometto; e da Usina da Barra, novamente com o irmão Pedro Ometto e Mário Dedini. O crescimento da Usina da Barra, após a década de 1950, é apontado como extraordinário. O álcool servia como um regulador da produção, os lucros eram reinvestidos e incorporava-se tecnologia – "a Usina da Barra entrou para a história do açúcar paulista" (Gordinho, 2001, p. 92).

Neste processo, mais uma vez, se destaca a afirmação da imagem de João Ometto vinculada ao trabalho e ao progresso:

> João conhecia a agroindústria como um todo e tocava o trabalho com base nessa experiência. Olhava uma terra e projetava a produção. Sabia fazer o povo se movimentar para trabalhar, chamava os empregados pelo nome, era o primeiro a fazer força e a trabalhar. [...] Liderava, acompanhava a lida e punha os sobrinhos para trabalhar. Diz a tradição familiar que Hermínio, Orlando, Dimas e quem mais estivesse perto "cortavam um doze" com o tio João (GORDINHO, 2001, p. 68).

Foi a partir dessas referências que Orlando, formado em Medicina no Rio de Janeiro, assumiu papel relevante na gestão dos negócios da família, até substituir Antonio Rodrigues Filho na gerência da Usina São Martinho, nos anos 1950. Na gestão dos negócios da família, o papel de Orlando é retratado por narrativas que destacam o mérito dos Ometto no desenvolvimento do empreendimento sucroalcooleiro e das próprias regiões onde seus negócios se inseriam:

> Sua extraordinária competência como administrador e empresário sucroalcooleiro ficou patenteada quando, na década de 80, fez da Usina São Martinho a segunda maior empresa do mundo no gênero de produção de açúcar e álcool. O primeiro lugar do ranking mundial pertencia, naquela ocasião, à Usina Central Romana, localizada na República Dominicana, na América Central (MARIOVERONEZZI, s.d.).

O autor complementa:

> As atuais e futuras gerações não poderão esquecer que a Usina São Martinho foi e continua sendo a mola propulsora e grande responsável, direta e indiretamente, pelo surpreendente desenvolvimento sócio econômico do Município de Pradópolis verificado desde sua emancipação político administrativa, cujo legado se deve tributar, em grande parte, por merecimento e distinção, a um dos nomes mais notáveis e memoráveis dessa terra, Dr. Orlando Ometto (MARIOVERONEZZI, s.d.).

Além das atividades na Medicina e na gestão dos negócios da família, Orlando também ganha destaque na política local, tendo sido vereador de Pradópolis, por muitos anos, além de primeiro ocupante da presidência desta Câmara de Vereadores e prefeito municipal, por dois mandatos, entre os anos de 1969 a 1972 e de 1977 a 1982 (MarioVeronezzi, s.d.). O poder econômico constituído pela propriedade da terra se traduz como influência e controle da

política local (Queiroz, 1954). Família, parentesco e propriedade fundiária são categorias que se destacam e se imbricam nesse caso:

> O termo *sangue* aqui surge, novamente, como uma força capaz de gerar significados e ações, pois ele é fruto de atos de *tradição*, que acompanham as práticas políticas da família. [...] As imbricadas maneiras de constituir os domínios familiares e políticos [...] são, na verdade, um idioma pelo qual se falam sobre as formas de posse e usos da terra (ARAGÃO, 2018, p. 113).

São pessoas cujo poder e capacidade de ação na esfera da política local têm como base sua ligação e posse de grandes domínios fundiários, agentes que constroem esses capitais em estreita articulação entre si e que compartilham de uma mesma conduta, desempenhando, quando acionados, atribuições esperadas pelos demais integrantes do grupo familiar.

A atuação dos membros da família em cargos políticos locais é extensa e demonstra o grande poder que construíram no controle dessas máquinas públicas ao longo do tempo. Antes de Orlando, João Ometto, o pai de João Guilherme, também desenvolveu atividades na política local, tendo sido vereador e vice-prefeito de Iracemápolis. Tudo começou em 1932, ainda antes da emancipação do município, ocorrida em 1953, quando João Ometto foi nomeado subprefeito da localidade, então pertencente ao município de Limeira.

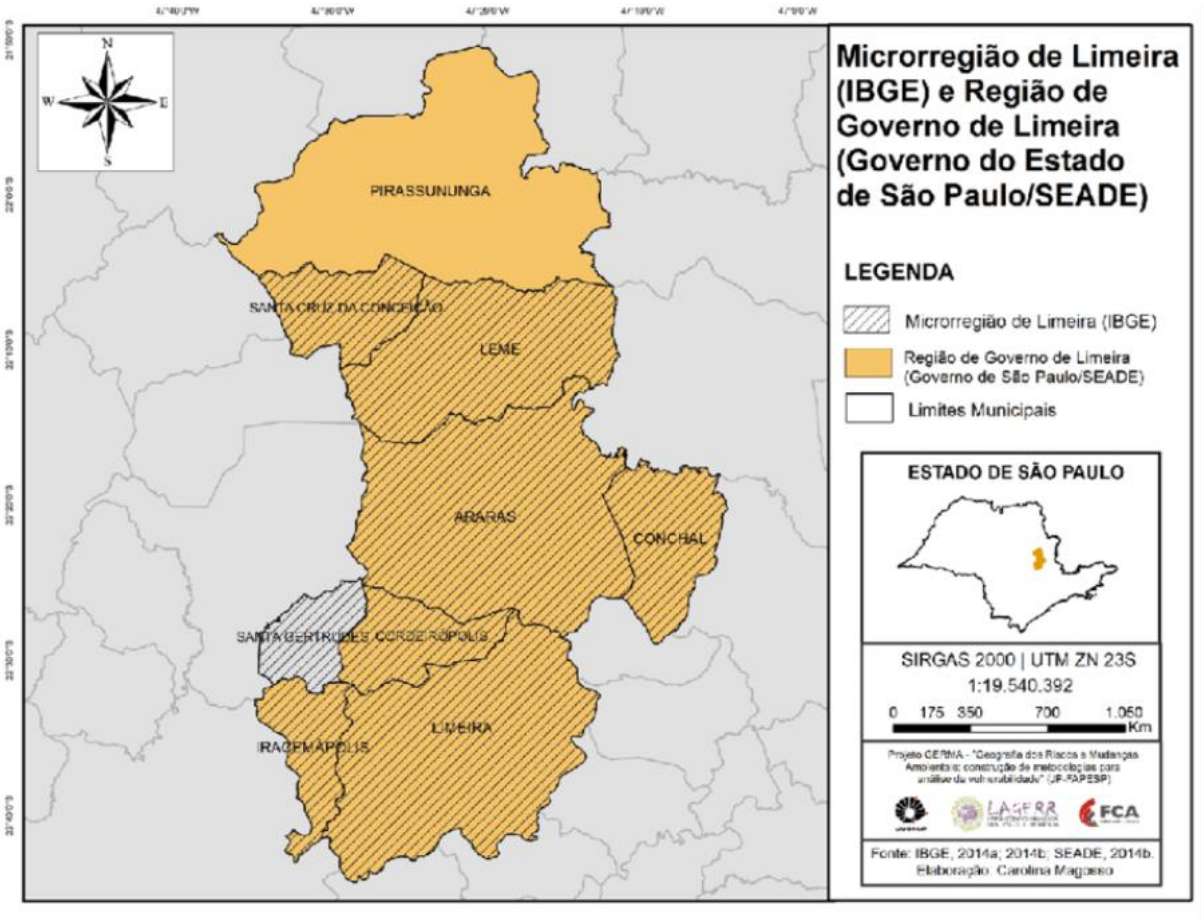

Figura 16: Mapa da Microrregião de Limeira. Elaboração: Carolina Magosso.

Na época em que João Ometto foi nomeado subprefeito da localidade, o jornal local assim noticiava o ocorrido:

> Falar do que representa essa nomeação para Iracemápolis e Limeira é coisa perfeitamente dispensável, uma vez que todos conhecem na individualidade de João Ometto o prototypo do cidadão trabalhador e incansável e tem dado provas inequívocas de suas qualidades, de operosidade, visão e tirocínio. Felicíssimo, sob todos os pontos de vista, o acto do doutor Lauro Corrêa da Silva [então prefeito de Limeira, pelo PRP], trazendo para o âmbito da administração municipal um nome de valor como o de João Ometto, repercutiu largamente em todas as camadas sociais onde o novo subprefeito goza de um largo círculo de relações (GAZETA DE LIMEIRA, 1932 apud GORDINHO, 2001, p. 58).

Neste contexto, são destacadas as articulações e relações políticas estabelecidas pelo jovem João Ometto em contexto local. Gordinho (2001, pp. 59-60) destaca as amizades de João com figuras como a do Capitão Paulo Simões, chefe do Partido Republicano Paulista, apontado como um "mestre do jogo político", e ligado ao Major Levy, maior proprietário de terras da região naquele momento. A autora também destaca sua amizade com Camila Salibe, do Partido Constitucionalista, que, apesar de estrangeira, seria atuante na política local, defendendo "a bandeira da democratização" – "A política fervia: a Revolução de 1932, os votos das mulheres, a frente única PRP/PC que derrotou o partido do governo em 1933, e o golpe de 1937, que acabou com as eleições, certamente foram assuntos discutidos ali".

Outra relação política de João Ometto, apontada em entrevista pelo filho João Guilherme, teria sido com Octávio Castelo Branco, advogado da família e membro do antigo Partido Social Democrático (PSD). Segundo relato, foi em função desta influência que João Ometto se filiou inicialmente a este partido. Mais tarde, após a emancipação de Iracemápolis, ele migrou para o Partido Democrata Cristão (PDC), do qual faziam parte, à época, figuras como Franco Montoro e Queiroz Filho. Orlando Ometto também atuou nesse partido (Ometto, 2011).

A participação de diversos integrantes da família em administrações públicas de municípios da região se fez acontecer. Além dos casos já mencionados, de João e do sobrinho Orlando Ometto, em 1952, Hermínio foi eleito prefeito de Araras[35] e Virgínio de Limeira. Ambos também eram sobrinhos de João Ometto. A chegada deste à vereança de Iracemápolis ocorreu no ano seguinte, em 1953, quando a localidade se emancipou. Nesse processo, destaca-se a influência de Adhemar de Barros e de seu partido, o Partido Social Progressista, que elegeu a totalidade da Câmara de Vereadores e o prefeito de Iracemápolis, José Chinelatto. Vale destacar que a presidência do legislativo municipal naquela oportunidade também ficou nas

[35] Ver mapa acima.

mãos de um integrante da família, Antonio Ometto, irmão de Orlando e sobrinho de João. A chegada dos dois à chefia do executivo Municipal ocorreu em 1959, quando Antonio se elegeu prefeito e João Ometto vice. Veja: sobrinho e tio dividiam a gestão do executivo municipal.

Isso denota, não somente que o poder econômico constituído pela propriedade da terra se traduzia como influência e controle da política local (Queiroz, 1954), como também que isso era desenvolvido por eles através de um "espírito de família", em que a ação de cada um se gestava por um "devotamento aos interesses da linhagem". Neste caso, era o tio João que oferecia "a generosidade e a delicadeza" ao sobrinho, abdicando de sua autoridade geracional em prol daquele, que, apesar de mais novo, assumia a chefia da chapa familiar que conduziria o executivo municipal (Bourdieu, 2011, p. 194). Do ponto de vista mais amplo, mais uma vez, ocorre aqui a atualização de mecanismos de dominação baseados no padrão *casa-grande & senzala*, em que o sistema econômico, social e político, fruto de um equilíbrio entre polos antagônicos, era mediado pelo poder do patriarcalismo rural (Freyre, 1933), evidenciando, pelo patrimonialismo brasileiro, as dificuldades de afirmação do direito abstrato moderno e da impessoalidade do mando, fazendo aqui, do próprio Estado, um puxadinho do poder econômico e político da fazenda (Buarque de Holanda, 2014).

A biografia de João Ometto (Gordinho, 2001, pp. 95-96), assim descreve a gestão:

> Inauguraram a gestão preocupados com a saúde pública, desapropriando áreas para construir uma estação de tratamento de esgoto. Fizeram um convênio com o Instituto de Previdência do Estado para a construção da Casa da Lavoura, do Posto de Puericultura e de Saúde. Concederam auxílios à Santa Casa de Misericórdia e ao Asilo de Mendicidade de Limeira, que atendiam ao município e, também, à Corporação Musical João Guilherme. A cidade foi toda asfaltada e o grupo escolar transferido para um novo prédio na Rua Duque de Caxias. Desapropriou-se uma área urbana para a construção de um Matadouro. [...] Foi uma administração progressista. Criou-se o Serviço de Estradas de Rodagem do Município de Iracemápolis – SERMI.

Além dos cargos formais ocupados na gestão pública, chama atenção como o poder econômico dos Ometto em nível local traduzia-se em um alto nível de controle sobre os destinos destes municípios – "se sentiam responsáveis pelo município" (Gordinho, 2001), agindo, muitas vezes, guiados por um *habitus* desinteressado, conforme pensado por Bourdieu (2011). Com economias fortemente dependentes dos empreendimentos açucareiros da família, facilitava-se sua influência ali. A intervenção econômica por meio da filantropia auxiliava ainda mais nesse processo – o município "dependia economicamente da [Fazenda] Iracema, e foram generosos em suas doações" (Gordinho, 2001, p. 95).

A história contada pelos Ometto retrata mesmo a existência de municípios cujo desenvolvimento dependia diretamente da sorte das fazendas e usinas da família. Referindo-se à Usina Boa Vista, a autora das biografias familiares destaca como sua instalação fora

importante para o destino de Iracemápolis, já que inaugurou a industrialização da região, em um processo consolidado, posteriormente, pelo desenvolvimento da Usina Iracema, também de propriedade dos Ometto. A própria instalação de energia elétrica na cidade é narrada como um processo paralelo ao desenvolvimento da Usina, quer dizer, a energia teria sido fornecida à cidade a partir de articulações para seu fornecimento às usinas: "a modernidade estava em andamento e João Ometto gostava disso. Luz elétrica trazia progresso e João era um homem que olhava para a frente" (Gordinho, 2001, p. 59). Esse processo diz muito sobre a extensão do poder local adquirido por estas famílias de elite nas comunidades em que possuíam seus empreendimentos econômicos.

O declínio da sociedade patriarcal e a ascensão da sociedade burguesa são processos sociais que guardam certo caráter de simultaneidade temporal no caso brasileiro. A transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna ocorre no país sem que que os traços da primeira tenham sido deixados totalmente para trás. Isso é informado justamente pelo poder hipertrofiado da propriedade fundiária e do familismo no controle da política de Estado, sobretudo a partir da esfera local, perpetuando práticas que remetem à ideia do coronelismo, conforme pensado por Carvalho (1997) e Leal (1975).

Esse processo encontra certa justificação em tradições do pensamento social brasileiro, formuladas a partir da década de 1930. Em *Casa-grande & Senzala*, Gilberto Freyre atribui a estabilidade e a originalidade da sociedade brasileira ao equilíbrio de antagonismos mediado pelo sistema que dá nome ao seu livro. Ele atribui à família patriarcal e latifundiária a condição de ser o principal fator de colonização do país desde o século 16, constituindo-se esta como o centro que orienta a construção da vida social, política e econômica no país desde então, em um processo que se extende pelo menos até a urbanização e a industrialização, ocorridas no Brasil nas primeiras décadas do século 20 (Freyre, 1933).

Na prática, vemos em nossa realidade "um passado que não passa", quer dizer, a permanência de raízes patriarcais operando em uma sociedade burguesa e pós-escravista, a lógica pessoal do mando e da troca de favores com base da noção de "homem cordial" (Buarque de Holanda, 2014) e da prática social pelo *habitus* desinteressado (Bourdieu, 2011). Assim, defrontamo-nos com dificuldades na afirmação de direitos abstratos e impessoais, como produto da modernidade e de seu projeto político universal e que seriam, em tese, garantidos por um Estado burocrático e racional (Weber, 2002).

O poder local das famílias, aqui analisadas, se constitui, de um lado, pela força econômica de seu latifúndio monocultor e da agroindústria a ele acoplada. Por outro lado, sua

lógica de vinculação ao trabalho produtivo e a vivência cotidiana das relações de sociabilidade estabelecidas nessas comunidades os aproximam da população em geral, destacando sua capacidade de atuar sobre o desenvolvimento desses territórios e legitimando-os para que sejam reconhecidos como adequados porta-vozes públicos a dirigirem o Estado em âmbito municipal – como vereadores, vice-prefeitos, prefeitos.

***

O sucesso econômico e profissional angariado em sua trajetória junto à Usina São Martinho também projetam Antonio José Rodrigues Filho na política local. Em 1951, representando o antigo Partido Democrata Cristão (PDC), ele se elegeu prefeito de Guariba, "a cidade que reviveu com o açúcar". Sua eleição ocorreu cerca de três anos após a conversão da São Martinho em Usina e quase em paralelo à sua compra pelos Ometto e à compra da Santa Isabel pelo próprio Rodrigues:

> Politicamente o ano de 1951 foi memorável para o município de Guariba. Era ano de eleições municipais e, a despeito das paixões típicas desses momentos, a liderança política do município decidiu por uma fórmula eleitoral que preservasse a paz no seio da coletividade guaribense: a candidatura única para Prefeito e Vice-Prefeito. A Gazeta de Guariba ao noticiar a realização da histórica Convenção Municipal, referiu-se àqueles políticos de então como "Pacificadores da Política Municipal para o bem de Guariba". A escolha dos candidatos únicos recaiu em Antonio José Rodrigues Filho e Sebastião Duarte Varella, para Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, respectivamente. O primeiro exercia na ocasião a gerência da Usina São Martinho e o segundo, líder político, detentor da liderança partidária ligada ao Governador do Estado, Adhemar de Barros. Se há que se creditar às lideranças políticas essa decisão importante para o município, há que se destacar o nome de José Pedro Além, que no exercício de sua profissão de médico junto à Usina São Martinho, conheceu e convenceu Antonio José Rodrigues Filho a aceitar a incumbência de administrar Guariba, além de ter feito o convencimento das demais lideranças locais (MARTINS, 1995, p. 151).

Percebe-se a importância da atuação de Rodrigues na São Martinho, como referência que o projeta como alguém capaz preservar *a paz no seio da coletividade guaribense*, garantindo uma unidade das elites locais para a sucessão do Executivo Municipal. Parece tratar-se do nome escolhido por estas elites para pôr em prática seus próprios acordos. Nesta primeira gestão, ele foi prefeito entre 1952 e 1955. Depois, ocupou o cargo entre 1964 e 1967.

Figura 17: Retrato de Antonio José Rodrigues Filho, como prefeito de Guariba. Fonte: Prefeitura Municipal de Guariba, s.d.

A Usina São Martinho aparece novamente como peça central nestas articulações: é o médico da Usina atuando nas articulações para escolha de seu agrônomo para a condução da Prefeitura Municipal. Novamente, vemos aqui a política local sendo articulada e decidida desde o domínio privado da grande propriedade fundiária. Na ausência do desenvolvimento de uma cidadania real, que aumente a qualidade da democracia e coloque o conjunto da população em pé de igualdade na tomada de decisão sobre os rumos da sociedade, ou mesmo diante de barreiras para o desenvolvimento e consolidação de formas tipicamente modernas de dominação, baseadas na burocracia e na impessoalidade do mando (Weber, 2002), nos deparamos aqui – uma vez mais – com um sistema econômico, político e social cujo fundamento de poder encontra-se no latifúndio monocultor, juntamente com sua agroindústria, e em seu senhor de terras e seus amigos e funcionários, que convivem diariamente, conversam entre si, articulam conjuntamente os rumos da política municipal, tomando decisões sobre isso, como se decidissem sobre os rumos do empreendimento agroindustrial em que atuam.

Ainda que sua articulação vise o controle político de um Estado burocrático moderno, as entranhas desse processo, as articulações que o envolvem, o nível de pessoalidade que o caracteriza e a falta de fronteiras entre o público e o privado que se estabelece aqui, nos permite pensar esse processo em termos da permanência de traços de uma dominação tradicional, tipo ideal pensando por Weber. Conforme o autor:

> *Dominação tradicional* em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes. Seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal. A associação dominante é de caráter comunitário. O tipo daquele que ordena é o "senhor", e os que obedecem são "súditos", enquanto o quadro

> administrativo é formado por "servidores". Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação desconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas (WEBER, 2002, p. 131).

É razoável pensarmos a permanência de traços dessa forma de dominação em um período histórico em que impera a forma burocrática do Estado moderno, pois quando Weber pensa os tipos ideais de dominação não se está imaginando sua ocorrência enquanto tipos puros, mas justamente a combinação de diferentes modos de dominação que aparecem, cada um deles, em maior ou menor proporção em dada realidade histórica concreta.

Em relação ao campo estudado, destaca-se também a importância das articulações destes políticos e elites locais em esfera estadual, já que o atributo do vice-prefeito, destacado pela autora que narra aquele processo eleitoral, é justamente sua liderança partidária ligada ao então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, naquele momento, no Partido Social Progressista (PSP). Ainda que a política se articule ali desde a centralidade do controle do poder local e dos municípios por esses grandes proprietários fundiários, sua articulação às dimensões estadual e nacional se faz acontecer de maneira sistemática. E a própria participação política direta desses agentes não se resume ao nível local. A partir daquele momento, a carreira política de Rodrigues Filho seguiu avançando para outras dimensões. Já em 1954, três anos depois de ser escolhido como prefeito da cidade, ele se candidatou a Deputado Estadual, contando com o apoio desta concertação municipal e tendo como base o que é classificado como um "largo prestígio político em várias regiões do Estado". Conforme destacou Martins (1995, p. 151):

> Num colégio eleitoral pequeno (1219 eleitores votaram na sede e no distrito de Pradópolis) o nosso candidato obteve 796 votos, mais de 65% da votação, insuficiente, porém, para elegê-lo. Permaneceu como suplente, tendo, inclusive oportunidade de exercer o mandato por algum tempo.

O próprio mapa eleitoral, acima resumido, dá um pouco da tônica de qual era a principal reserva de votos desses políticos, o de eleitores fortemente concentrados em seu território de morada e onde desenvolviam seus empreendimentos econômicos. Mesmo com uma votação proporcional extremamente alta naquele território, no cômputo geral, ele não conseguiu alcançar a quantidade de votos necessária à eleição, o que sugere que talvez seu suposto "largo prestígio político em várias regiões do Estado" ainda não fosse tão considerável assim, ao menos naquela década de 1950.

Mas ele seguiu empreendendo movimentos e angariando conquistas reais no âmbito da política estadual, espaço que realmente almejava alcançar. Depois de ter sido novamente prefeito de Guariba, já sob o regime militar no país, entre 1964 e 1967, Rodrigues Filho foi

nomeado secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, em duas oportunidades, durante os anos 1960: de 21 de julho de 1964 a 20 de maio de 1965 e de 16 de janeiro de 1969 a 2 de julho de 1970 (ESALQ, s.d.), nas duas oportunidades durante a ditadura civil-militar e, portanto, em articulação ou sob a tutela direta ou indireta dos militares.

Em 1970, quando ocupava este cargo pela segunda vez, o então presidente brasileiro Emílio Médici, representante da ditadura civil-militar, o escolhe como candidato da Arena a vice-governador do estado, ao lado do candidato a governador Lauro Natel. Os dois foram eleitos, em eleição indireta, como previa o Ato Institucional Número 3, para o exercício do mandato à frente do executivo estadual, no período 1971-1975 (FSP, 2020). Como se vê, a trajetória política desses agentes a partir dos anos 1960 está fortemente ligada ao regime militar, sendo muitos de seus cargos, por eleição ou nomeação, ocorridos por forte articulação com este regime.

"*Da marcha da família à revolução vencedora*": As elites agrárias paulistas e o golpe civil-militar de 1964

> A história dos noventa anos da Sociedade Rural Brasileira se confunde com a história da minha família e também com a minha própria trajetória. Desde menino, frequentava sua sede em companhia de meu pai e meus tios, e sem mesmo entender, acompanhava discussões e via a participação da "Rural" nos principais acontecimentos que emolduraram a evolução da agropecuária brasileira e também o seu pensamento marcando os momentos decisivos da história política e econômica do nosso país (João Sampaio Filho, em comemoração aos 90 anos da SRB[36]).

Em 1963, Sálvio Pacheco de Almeida Prado assumia o cargo de presidente da Sociedade Rural Brasileira, cargo para o qual foi reeleito em mais três oportunidades, somando quatro gestões à frente da entidade (1963-1966; 1966-1969; 1972-1975; 1975-1978). Sálvio é tio-avô de João Sampaio Filho, que ao lado de Roberto Rodrigues e João Guilherme Ometto, foi umas das figuras mais relevantes na organização do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp, nas primeiras décadas do século 21.

Sálvio é apontado como "descendente de família tradicional paulista originária de Itu". É filho de João Pacheco de Almeida Prado e Maria da Conceição Cintra Pacheco. Ele nasceu no município paulista de Jaú e se casou com Sebastiana do Amaral Almeida Prado, com quem teve uma filha, Maria Isaltina. Sálvio de Almeida Prado foi alguém fortemente reconhecido por sua atuação no desenvolvimento e defesa do café em São Paulo. Já em 1933, ele passou a trabalhar com a comercialização desse produto em Santos. Se constituiu ao longo

[36] Magalhães, 2009.

do tempo como um grande defensor dos interesses do setor. Publicou, ao menos, dois livros sobre o tema – *O Primeiro Ciclo do Café no Brasil* e *Dez Anos na Política do Café (1945-1955)*. A atuação em torno desse setor parece ter sido o grande alicerce de sua atividade política, já que ingressou na vida pública pelo Departamento do Café da Faresp - Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Magalhães, 2009, p. 60).

Sálvio presidia a SRB, em 1964, durante o golpe civil-militar, que instaurou uma ditadura de 21 anos no Brasil. Ele é apontado como uma das figuras mais destacadas dos ruralistas no apoio e legitimação a este golpe. O papel da SRB nesse processo foi destacado, constituindo-se como uma das entidades rurais que mais contribuiu para a efetivação desse golpe. Conforme destacou Farias (2010, p. 154):

> A partir de 1963, a SRB, presidida por Sálvio Pacheco de Almeida Prado, participou ativamente não só contra a Reforma Agrária, mas também no processo de conspiração e derrocada do governo constitucional de João Goulart. O auge da ação política da SRB nesse período se dá com a organização da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que se realiza em 19 de março de 1964, sob a coordenação do IPES[37] e organizada nada menos que na sede da SRB. Aliás, no período anterior a 1964, o IPES utilizou em várias oportunidades as instalações da SRB para atividades de doutrinação, seminários e cursos, com o objetivo de conspirar contra o governo de Goulart.

O autor ainda complementa, dizendo que os dirigentes da SRB destacam fortemente "seu apoio e participação ao golpe de Estado de 1964". Em Assembleia da SRB, em março de 1965, eles diziam o seguinte:

> "Sem falsa modéstia, nós podemos afirmar que a ação dessa organização, por intermédio de sua diretoria, foi marcante e mesmo decisiva nestes acontecimentos. Diretamente visada pela demagogia político-social do antigo governo, a agricultura brasileira abandonou seu caráter pacífico e reagiu de modo vigoroso contra o estado de coisas e as ameaças que pesavam sobre o regime e a liberdade do povo" (HEINZ, 1996, p. 295 apud FARIAS, 2010, p. 156).

Como disse também um ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, em entrevista a essa pesquisa, "a Sociedade Rural Brasileira apoiou fortemente a revolução de 64, ela conspirou pela revolução, ela articulou reuniões, reuniões das madrugadas e tal" (Ramalho, 2021). Por sua atuação intensa no período, Sálvio de Almeida Prado é visto como um dos presidentes da SRB que mais se destacou ao longo de toda a história da entidade.

Esta família tem uma atuação destacada na condução da SRB, não se resumindo ao nome de Sálvio. Pensando a trajetória política do grupo familiar, se o tio-avô presidiu a entidade por quatro gestões, o pai de João Sampaio Filho – João de Almeida Sampaio – alcançou ali o cargo de Diretor. Segundo discurso familiar, havia uma natural tendência para que ele tivesse

[37] Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, foi fundado em 1961, constituindo-se como um grupo de reflexão que conspirou fortemente contra o Governo de João Goulart.

ocupado o cargo de presidência da SRB, não fosse morte prematura, em 1979, com apenas 43 anos de idade – "o caminho do meu pai teria sido ser presidente da Sociedade Rural e morreu antes" (Sampaio Filho, 2013).

Como se vê, o forte sentimento de pertencimento e a ligação entre a história da entidade com a própria trajetória pessoal e familiar de João Sampaio Filho – que, em seu discurso, *se confundem* entre si -, informa alguém profundamente ligado ao desenvolvimento da agricultura patronal no estado, à história de suas entidades e à construção política de uma classe que se afirma protagonista na definição de um projeto de agricultura para o país. As relações de parentesco que aproximam, desde muito cedo, determinados jovens, membros de famílias de elite, ao ambiente de discussão política da classe e das ações de liderança do grupo, além de emprestar-lhes capital simbólico incorporado em sobrenomes considerados tradicionais e legítimos neste meio, demarcam possibilidades de objetivar uma atuação política que reproduz verdadeiras linhagens de dirigentes, de uma elite da classe:

> Eu tinha convivido muito com política agrícola em casa. O meu pai, João de Almeida Sampaio, era diretor da Sociedade Rural Brasileira e eu convivi muito com isso. O tio dele, portanto meu tio-avô, Sálvio Almeida Prado foi presidente da Sociedade Rural Brasileira durante muito tempo e a gente ia para a fazenda no norte do Paraná. Eu lembro bastante de ser menino e gostar de ouvir a conversa do tio Sálvio, como a gente falava, com o meu pai e alguns outros que se reuniam na sede da nossa fazenda para discutir política do café, de uma maneira geral, e o que estava acontecendo. Engraçado porque eu com dez, onze anos me interessava por uma parte política mesmo: abertura lenta, gradual, o final do governo Geisel, início do governo Figueiredo. Estive, muito menino ainda com o meu pai, uma vez com o presidente Figueiredo. Eu me lembro daquela cena com exatidão. Então, gostava de estar próximo a essas discussões. Isso foi uma coisa interessante (SAMPAIO FILHO, 2013).

Tal como no caso do movimento de moradia, analisado por Aquino (2015, p. 142), aqui existe uma noção de que, para muitos dos que compõem essas entidades representativas da classe, a relação com a política as vezes está "dentro de casa", vem desse berço, articula-se pelo pertencimento à família e pelo sobrenome que se carrega.

João Sampaio Filho nasceu na cidade de São Paulo. É filho de João de Almeida Sampaio e Ana Cristina de Almeida Sampaio, ambos provenientes de "famílias tradicionais de fazendeiros". O tronco paterno é formado pela família Almeida Prado, originária de Jaú/SP, e pela família Sampaio, originária de São Paulo/SP. Já o tronco materno é formado pela família Rodrigues da Cunha, de Uberaba/MG, e pela família Junqueira Franco, de Barretos/SP. Seu pai era advogado, morou nos Estados Unidos e trabalhou para o Consulado Americano em São Paulo – inclusive no ano de 1964, quando ocorreu o golpe civil-militar no Brasil. No entanto, a morte de seus pais foi precoce, ocorrendo antes que ele completasse 18 anos de idade, momento

em que passou a receber o amparo de seus tios maternos, Antônio e Virgínia Junqueira, também ligados à atividade agrícola (Sampaio Filho, 2013).

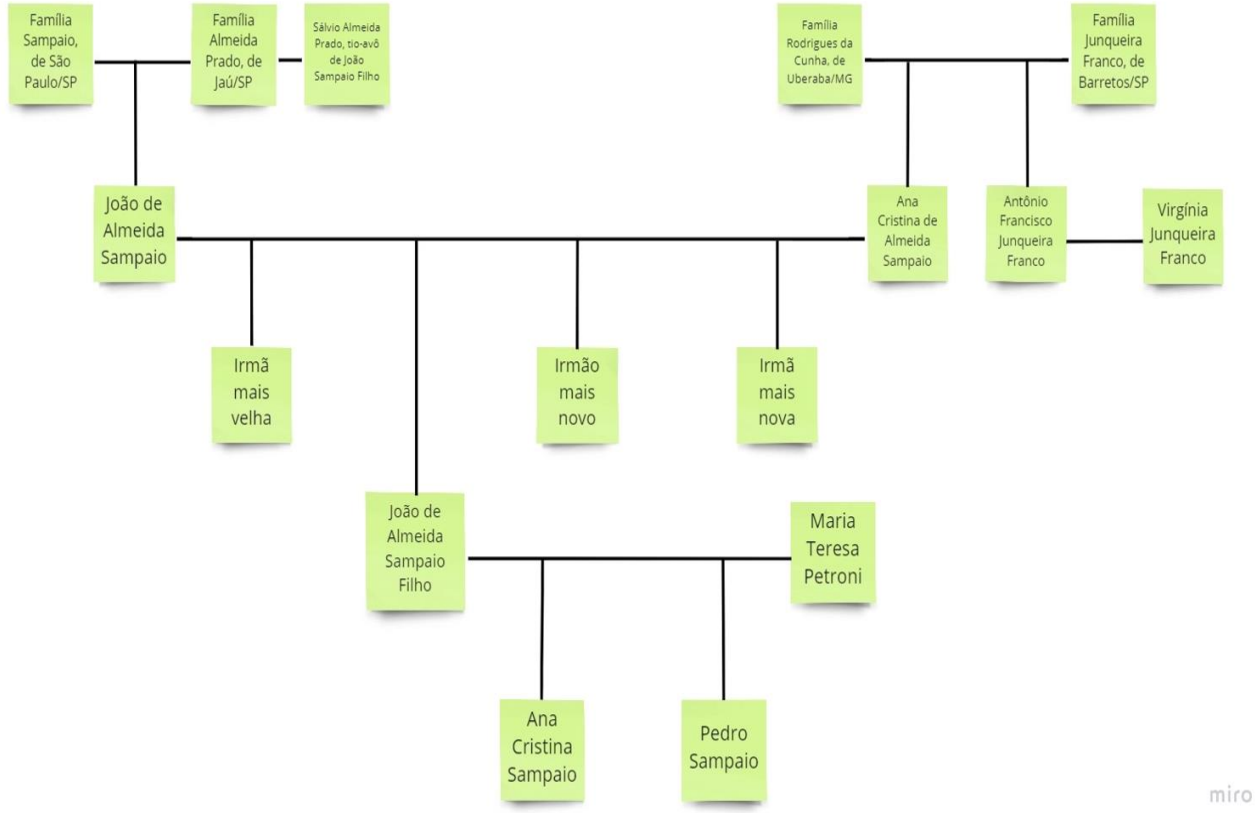

Figura 18: Genealogia da família Sampaio. Elaborado pelo autor

Sampaio Filho possui um irmão e duas irmãs, sendo o segundo mais velho do grupo. O Irmão é zootecnista, a irmã mais velha é formada em Letras e a mais nova é dentista. João formou-se em Economia, na Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), em São Paulo, sempre buscando manter contato com a área de economia rural. Com isso, trabalhou por um ano e meio na antiga Bolsa de Mercadorias (atual Bolsa de Valores), operando principalmente com transações de bovinos e de café (Sampaio Filho, 2013).

Se percebe fortemente a relação de sua trajetória familiar, ligada à atividade rural e à representação política dessas elites, com os caminhos que ele próprio veio a seguir. Conviver *com política agrícola em casa*, ter o pai, o tio-avô como referências desta liderança, gostar de ouvi-los falar de sua atuação, *de estar próximo a essas discussões* desde muito cedo, guardar lembranças de quando se esteve, *muito menino ainda com o pai* junto ao presidente da República da ditadura civil-militar e perceber desses fatos seu interesse pela política em geral, são elementos que parecem configurar aqui determinado tipo de representação política destes agentes, profundamente marcada desde sua sociabilidade cotidiana. A política, como esfera do

público e do impessoal, confunde-se com a ideia do privado, do doméstico e do familiar, produzindo um *habitus* que os liga ao exercício do poder e reforça condição de dominação no espaço em que atuam, ao mesmo tempo em que atualiza, em diferentes períodos históricos, o patrimonialismo (Buarque de Holanda, 2014), como marca da construção do poder no Brasil.

É como se existissem famílias mais aptas que outras a participar da política da classe e de suas entidades representativas, pessoas que estão nessas tarefas e desempenham tais ações "por eles terem atributos herdados de seus pais", por serem "*de luta* assim como seus pais" (Aquino, 2015, p. 99). Para esses agentes, portanto, a política, como possibilidade de influir nas tomadas de decisão e na construção de uma agenda de Estado, se faz também como encontro banal na sede da fazenda para discutir temas pertinentes ao cotidiano de sua atividade. Para seus filhos, esta é a realidade posta desde sempre, já que marca as primeiras lembranças de sua socialização. Seus caminhos na política materializam-se de maneira relativamente fácil, fazendo com que o poder de falar em nome de um grupo e de constituir sua representação (Bourdieu, 1989; 2011) lhes pareça quase que autorizado ao natural.

Neste sentido, a presença desses agentes em espaços de direção política das entidades – neste caso, na presidência da SRB, que João Sampaio Filho ocupou por duas gestões, entre 2002 e 2008 –, ocorre como um ato de renovação da presença familiar nestes espaços de decisão e de poder. Esse processo aparece aqui quase que como dádiva, oferecida por ele ao grupo familiar, conquista almejada e partilhada por todos, vista como motivo de *felicidade*, *orgulho*, requerendo *engajamento* e participação de todos:

> Tinha um resgate histórico, assim, para mim, para os meus irmãos, para a nossa família. [...] A minha chegada à presidência da Sociedade Rural para a minha família foi uma felicidade muito maior até do que quando eu fui secretário da agricultura. Os meus irmãos se sentiram muito representados, muito orgulhosos e os meus tios, todo mundo. Foi uma coisa bacana, a família toda ficou muito engajada (SAMPAIO FILHO, 2013).

A cooperação familiar para o exercício dessas tarefas é destacada em seu discurso. Ocorre, entre os membros familiares, quase que uma associação ou uma divisão de tarefas entre negócios e política. Especificamente, o irmão zootecnista e o tio, que lhe deu suporte após a morte dos pais, serviam como uma espécie de retaguarda para que desempenhasse as tarefas de representação política e classista, pois desempenhavam a tarefa de gerência dos negócios da família ligados à produção pecuária, enquanto João Sampaio fazia política. Esse tio é descrito como alguém fortemente ligado ao trabalho agrícola, não tendo avançado aos estudos de nível superior e sem interesse direto pela política:

> Eu querendo me envolver [na política] ele falava: "Não, você está criando confusão. Vamos trabalhar e deixa essa turma fazer...". [...] Por outro lado, ele até me estimulava sobre alguns aspectos. Ele achava que era importante participar, ele acha que... Ele

> fala sempre isso para mim: "Alguém tem que nos representar, então, melhor que seja você que eu sei que tem índole boa, que tem ética e que não vai, vamos dizer, aprontar. Então, você pode ir que eu vou te dar retaguarda". Ele fala muito isso para mim: "Eu quero que você vá e fique sabendo que eu estou na retaguarda". Mas ele mesmo não vai, não tem aptidão nenhuma para isso, a aptidão dele é outra (SAMPAIO FILHO, 2013).

Novamente, vemos aqui uma espécie de "espirito de família" entre eles, contribuindo na divisão de tarefas entre o grupo e colocando em relação de troca integrantes de diferentes gerações da família. Especificamente, visualiza-se aqui a dádiva oferecida pelo tio materno, que desempenhava o papel de pai, entregando-se, voluntariamente, às tarefas produtivas da terra para que o sobrinho tivesse liberdade para desempenhar a atividade política – mesmo sendo o tio alguém desconfiado com a política:

> Para que as trocas entre gerações continuem apesar de tudo, é necessária também a intervenção da lógica da dívida como reconhecimento e a constituição de um sentimento de obrigação ou de gratidão. As relações entre gerações são um dos lugares por excelência da transfiguração do reconhecimento da dívida em reconhecimento, piedade filial, amor. (As trocas situam-se sempre na lógica da dádiva – e não na do crédito – e os empréstimos entre pais e filhos excluem a antecipação de um interesse, e até os prazos de reembolso são vagos) (BOURDIEU, 2011, p. 179).

A participação de João Sampaio Filho na representação patronal iniciou no estado do Mato Grosso. Em 1987, depois de graduar-se em Economia, ele foi morar em Jaciara/MT, onde viveu por 11 anos, trabalhando em uma das fazendas da família. Ali, ele era responsável pela terminação bovina e pela produção de seringais, que haviam sido plantados no início dos anos 1980. É justamente pela defesa dos interesses desta atividade que Sampaio Filho ingressa na política corporativa, elegendo-se presidente da Associação dos Heveicultores de Mato Grosso (Ahevea), cargo que ocupou entre 1994 e 1998. Mas, dois anos antes desta eleição, já havia disputado, sem sucesso, a presidência do sindicato rural, processo que se deu por incentivo do então deputado federal Jonas Pinheiro (PFL), a quem considera, junto com Geraldo Alckmin, seu grande padrinho ou incentivador político (Sampaio Filho, 2013).

Depois, Sampaio Filho se tornou presidente da Comissão Nacional de Borracha da CNA (1996-2002). Aliás, a defesa da produção de borracha sempre esteve presente em sua atuação política, sendo considerado umas das pessoas que mais entende do assunto no Brasil, tendo pautado este tema e feito *lobby* pelo setor através dos cargos que ocupou. Embora, em termos econômicos, a pecuária e a cana-de-açúcar sempre tenham sido mais relevantes para a sua família.

Assim, a composição e trajetória familiar também estruturam os caminhos políticos percorridos por esses agentes. Eles constituem certas linhagens dentro de algumas entidades, como na relação desta família com a SRB, já mencionada. Do ponto de vista da entidade, a

tradição e a família, como categorias de construção da política de classe e da defesa das pautas corporativas, parecem importantes elementos que articulam seu desenvolvimento histórico. História essa que é feita em uma figuração social (Elias, 2017; 1994) em que aparecem sujeitos das mais importantes linhagens da agropecuária e da agroindústria paulista, como Sálvio de Almeida Prado, tio-avô de João Sampaio Filho e considerado uma das lideranças ruralistas mais atuantes na efetivação do golpe civil-militar de 1964.

***

> À nossa geração estava reservado um evento dêstes, pois os paulistas, que já haviam escrito o épico episódio de 32, mais uma vez se puseram de pé e, como um só homem, esquecendo todos os sentimentos partidários, religiosos ou sociais, em uma afirmativa eloqüente disseram: basta (A RURAL, 1964a, p. 3).

Essas são palavras assinadas por Sálvio de Almeida Prado, tio-avô de João Sampaio Filho, em editorial da Revista da Sociedade Rural Brasileira, datada de abril de 1964 – em edição, provavelmente, finalizada antes que o golpe civil-militar de 31 de março/1° de abril viesse a cabo. O então presidente da entidade e personalidade apontada como uma das principais vozes das elites agrárias e agroindustriais em favor daquele golpe, referia-se, nesse editorial, à conhecida Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em alguns lugares do Brasil, em oposição ao governo João Goulart e favoravelmente ao golpe que se anunciava. Essas reflexões são importantes para compreendermos a natureza e a sociogênese do autoritarismo brasileiro, emergido desde a mais tenra história brasileira, atualizado em conjunturas como a de 1964 e, ademais, presentes ainda hoje, em contexto social contemporâneo.

O golpe de 64 deve ser entendido em contexto social mais amplo de crise, aberta com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Com a chegada de João Goulart ao poder, naquele ano, as mobilizações populares se intensificaram, em particular dos trabalhadores rurais, pelas chamadas reformas de base, sobretudo a reforma agrária. Esse processo impactou fortemente as classes superiores e as forças políticas conservadoras do país, que ensejaram sua organização e contraofensiva ao "bloco histórico nacional-populista", capitaneado por Goulart:

> Esse bloco de forças sociais e políticas [conservadoras] logo se organizou em um complexo de organizações da sociedade civil, voltadas para a elaboração de uma plataforma de transformações econômicas e políticas própria, para a agitação e propaganda e para a conspiração com vistas à derrubada do governo. O principal núcleo dessa rede de organizações era formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). [...] O complexo Ipes-Ibad contava com vínculos decisivos no interior da Escola Superior de Guerra (ESG). Basta lembrar que o fundador e primeiro presidente do Ipes, o general Golbery do Couto e Silva, era um dos mais proeminentes estrategistas da ESG (KAYSEL, 2015, p. 63).

Esse processo contou com forte apoio internacional, notadamente dos Estados Unidos, e atualizou uma relação da direita civil brasileira com as elites militares, relação que não era nova e tampouco começava ali:

> O golpe de 1964 foi o início de uma longa cadeia de eventos similares na América Latina, o que sugere que, ao responder à estratégia geopolítica dos EUA para a região após a Revolução Cubana (1959) e aos temores da burguesia local de que o nacionalismo reformista pusesse em questão as relações de propriedade, o golpe era, ao menos, um desfecho bastante plausível para a crise de hegemonia que se abriu em 1961 (KAYSEL, 2015, pp. 66-67).

Concretamente, aquele movimento iniciou em março de 1964 e foi constituído por algumas manifestações e marchas organizadas, principalmente, por setores da igreja católica e por entidades femininas, como resposta ao comício de 13 de março, este organizado pelos partidários do então presidente Goulart e no qual foi anunciado o programa de reformas de base do governo, entre elas, a reforma agrária. Ainda que no início dos anos 1960, sob impulso do Concílio Vaticano II, uma importante corrente progressista e de esquerda tenha se desenvolvido na Igreja Católica,

> O conservadorismo católico ainda era poderoso, controlando a hierarquia eclesiástica. O poder de convocatória dessa prédica, que associava o anticomunismo à defesa da fé e dos valores cristãos, ficou patente nas multitudinárias "Marchas com Deus, Pela Família e a Liberdade", da qual a marcha paulistana de 19 de março de 1964 é a mais conhecida, mas nem de longe o único exemplar (KAYSEL, 2015, pp. 64-65).

As manifestações da Marcha da Família com Deus pela Liberdade foram largamente compostas por setores médios da sociedade e compartilhavam o desejo de afastar o chamado "perigo comunista", depondo o então presidente da República. Estas manifestações tiveram início em São Paulo, no dia 19 de março, justamente no dia de São José, para a Igreja Católica, o padroeiro da família (Lamarão, s.d.b).

Pensando a onda conservadora que se desenvolveu na política brasileira contemporânea, Kaysel (2015, p. 49) adverte que "a direita, ou melhor, as direitas têm no Brasil uma longa história, sem a qual a atual onda reacionária se torna incompreensível, como 'um raio em céu azul'". Especificamente, a expressão do "anticomunismo militante", propagada como bandeira de agitação política em favor do golpe de 64, como visto acima, constituiu-se como parte do imaginário político da direta brasileira a partir da década de 1920, quando houve a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, logo após a sua regularização oficial. A existência da Aliança Nacional Libertadora (ANL)[38] e a ocorrência do levante de 1935 intensificaram esse processo, sobretudo nas Forças Armadas. Essa bandeira

[38] Frente antifascista e anti-imperialista, organizada por Luís Carlos Prestes, em 1934-1935.

teria destaque nos discursos e nas identidades das direitas brasileiras nas décadas seguintes, como no contexto do golpe de 64 e até mesmo no cenário contemporâneo.

Em 1964, um dos principais articuladores da Marcha com Deus, Pela Família e a Liberdade foi o deputado Antônio Silvio da Cunha Bueno, que era apoiado pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, então do Partido Social Progressista (PSP). Aliás, se o papel dos Estados Unidos no apoio a esse golpe foi destacado, um dos mecanismos dessa ação foi o apoio financeiro ilegal a determinados políticos, ligados ao campo de interesses deles na eleição de 1962. Um destes, foi o governador paulista Ademar de Barros (Kaysel, 2015).

Mas a organização da Marcha também contou com auxílio de entidades como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), a União Cívica Feminina, a Fraterna Amizade Urbana e Rural e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (Lamarão, s.d.b) – além da própria Sociedade Rural Brasileira, como estamos vendo aqui. A Marcha em São Paulo teve a participação de cerca de 300 mil pessoas:

> Durante o trajeto, que saiu da praça da República e terminou na praça da Sé com a celebração da missa "pela salvação da democracia". Na ocasião, foi distribuído o *Manifesto ao povo do Brasil*, convocando a população a reagir contra Goulart (LAMARÃO, s.d.b).

Essa iniciativa repetiu-se em outras capitais, mas já após a efetivação do golpe de Estado, quando ficaram conhecidas como “Marchas da Vitória”. No Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, a Marcha contou com a participação de cerca de um milhão de pessoas (Lamarão, s.d.b). Em seu texto no editorial da Revista A Rural daquele abril, Sálvio de Almeida Prado destaca o caráter decisivo daquele momento, a centralidade do movimento político e social para o desfecho favorável ao grupo, ressaltando a importância de sua união – “há momentos na vida das nações e dos povos, que definem situações e determinam a história”. A união do grupo é conclamada diante do que considera “ameaças” de outrem, cuja “gravidade” faria que esquecessem “suas querelas e suas dissenções, unindo-se em um só corpo, em uma só vontade e uma só ação” (A Rural, 1964a, p. 3).

Se as lembranças da Revolução Constitucionalista de 1932, vista por ele como um “épico episódio”, são trazidas à tona para ressaltar a força e o protagonismo dos paulistas, percebe-se também a mobilização de um forte sentimento de “patriotismo”, cujas “mais belas páginas” escritas por aquela geração estariam representadas naquele movimento de reação à “ameaça” que visualizavam. A reação viria de um grupo “cansado de tantas provações”. Ali, “o povo paulista” teria mais uma vez ratificado “o seu espírito de luta e a sua coragem”, teria reafirmado, assim, “sua fé democrática e religiosa”. Tudo isso ocorrendo “em atendimento à convocação das suas mulheres”, cujo papel de liderança na Marcha é destacado (A Rural,

1964a, p. 3). Aqui, a identidade do "patriotismo" aciona a busca por um projeto de nação, empreendido e protagonizado por eles, atualizando narrativa histórica mobilizada pelas elites rurais e agroindustriais paulistas na busca por sua construção hegemônica ao longo do tempo.

Comentando o cenário que marcava o governo Goulart, o dirigente da SRB ainda dizia que a assim chamada "classe agrícola" seria um dos principais alvos das "provações, escolhida para primeira vítima a ser imolada na destruição da Pátria brasileira". É curioso como o movimento é classificado como sendo "em favor da democracia e das liberdades do povo, repudiando e execrando os que pretendem trair o Brasil e entrega-lo aos comunistas" (A Rural, 1964a, p. 3). Como destacou Kaysel (2015, p. 65), o "bloco histórico multinacional-associado" que conduziu aquele golpe tinha como característica

> Um ideário liberal-conservador, apoiado na associação entre "democracia", "liberdade" e "livre empresa", em oposição ao "comunismo", ao "totalitarismo" e ao "estatismo". [...] daí o emprego abundante do adjetivo "democrático" em todas as organizações colaterais e frentes sociais estimuladas pelo Ipes-Ibad.

A construção da Marcha mobilizava ainda o símbolo religioso, pelo evento ocorrido no dia de São José, padroeiro da família, simbolizando "o raiar de uma nova alvorada trazendo consigo a esperança e a salvação" (A Rural, 1964a, p. 3). Diante disso, o então presidente da Sociedade Rural Brasileira arrematava, dizendo que: "Já não estamos dentro das trevas. Um raio de luz surgiu anunciando o nascimento de um dia radioso, que, sob a proteção divina, por certo iluminará os homens no caminho da salvação, **com a família, com Deus e pela Liberdade**" (A Rural, 1964a, p. 3, grifo nosso).

No editorial da Revista A Rural do mês seguinte, maio de 1964, Sálvio de Almeida Prado assina novo texto relacionado aos acontecimentos políticos que produziram o golpe de 31 de março/1° de abril. O texto intitulado "Da marcha da família à revolução vencedora" destaca novamente os caminhos trilhados pelas forças pró-golpe nesse processo. Após dizer que não haveria dúvidas que "uma manifestação tão eloquente da vontade popular" levaria ao que classifica como "vitória da boa causa" e de informar que "doze dias depois da grande manifestação do povo paulista, as Fôrças Armadas, que são parte integrante dêsse povo, punham as suas tropas nas ruas contra o gôverno opressor", ele arremata: "a vitória militar, refletindo o estado de espírito dos componentes das Três Armas, foi surpreendente e fulminante, não tendo havido sequer um foco de resistência" (A Rural, 1964b, p. 3). Com bastante similaridade com o que se vê em cenário político nacional contemporâneo, as Forças Armadas são apresentadas por ele aqui como "força política" e espécie de poder moderador sobre os destinos da República. Como dito, "a relação da direita civil com os militares no Brasil não era coisa nova" (Kaysel, 2015, pp. 63-64) e tampouco se encerrou ali.

Almeida Prado ainda classifica essa "batalha militar", segundo ele, vencida em dois dias, como "a primeira fase da revolução", fruto de um "longo período de frustração dos anseios do povo e de uma asfixia cívica de 30 anos de gôvernos de moral pouco recomendáveis". Vitoriosa, a tal "revolução" teria agora "um completo programa de reivindicações a cumprir" (A Rural, 1964b, p. 3), o que já anuncia as disputas internas que marcariam este projeto, processo no qual a própria Sociedade Rural Brasileira tomou lugar.

O interlocutor ainda cita dois males nacionais, que em sua visão, estariam entre as prioridades a serem resolvidas naquele momento: a corrupção e a inflação. Aqui destaca-se, em primeiro lugar, o caráter histórico e a permanência ao longo das décadas da bandeira política do combate à corrupção como ferramenta de afirmação de um projeto hegemônico pelas elites do país. Bandeira capaz de aglutinar setores sociais diversos, de mobilizar as altas classes médias em manifestações de rua visando a desestabilização de governos tidos como populares, desembocando, algumas vezes, em projetos políticos autoritários e na reversão de conquistas sociais em favor da maioria do povo (Cavalcante, 2018). A saída para Sálvio, naquele momento, seria esta: "Para os corruptos, a responsabilização e severa punição, de forma que, daquí por diante, saibam todos que, aos que se locupletarem com os dinheiros públicos, só haverá um destino: a cadeia" (A Rural, 1964b, p. 3).

O segundo ponto destacado por ele, a inflação, que também seria fruto "de uma criminosa ação oficial", deveria ser combatido, não "com medidas paliativas ou de acomodação", mas "com sacrifícios e feridas", que ele não menciona quais. O combate à inflação seria constituído por uma "luta mais dura e difícil, pois as distorções, a ser corrigidas, são de tal ordem, que demandam muita energia e decisão para dominá-la" (A Rural, 1964b, p. 3). O tom de sacrifício, de doação por uma causa maior, o caráter heroico daqueles que se colocavam em favor da Pátria, de Deus e da família é bastante ressaltado. Para isso, ele evocava o caráter *épico* do *episódio de 32*, ressaltando também o protagonismo dos paulistas na derrota do governo de João Goulart e na efetivação do que classificam como uma *revolução* em nome da *vontade popular*. Nas palavras finais do artigo, assinado por Sálvio de Almeida Prado, anuncia-se que:

> Muitas lágrimas serão derramadas para atingirmos o objetivo, porém, deve ser alcançado para a salvaguarda da Pátria.
> Continuemos a luta e completemos a revolução!
> É esta a última chance para se construir um País digno, onde a pessôa humana seja respeitada e a democracia e a fé cristã enaltecidas (A RURAL, 1964b, p. 3).

Se o clima era de euforia pela vitória militar do golpe, e, ao mesmo tempo, de preparação para as disputas internas que caracterizariam este novo período de governo, ainda

naquele mês de abril, a Sociedade Rural Brasileira realizava a Concentração Nacional de Ruralistas, ocorrida em sua sede, entre os dias 13 e 14.

O encontro teria contado com a presença de dirigentes da maioria das Federações e de agremiações estaduais e nacionais representativas da agricultura patronal do país, dos quais são destacados os seguintes nomes: Garibaldi Reale (presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores); Josaphat Macedo (presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais); Remy Gorga (Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Sul); Fábio de Salles Meirelles (Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo); Walker Araujo (Federação das Associações Rurais do Estado da Bahia); Solon Henriques Gonçalves (presidente da Associação Rural de Manaus); Oswaldo da Costa Nunes Freire (presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Maranhão); Bento Machado Lobo (presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Mato Grosso); Cyro Werneck de Souza e Silva (presidente da Associação Paulista de Avicultura e representante da União das Cooperativas do Estado de São Paulo); José Paulo Silveira Cabral (presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura); Paulo Drummond Murgel (presidente da Associação dos Criadores de Gir do Brasil); Rubens Franco de Mello (presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil); Carlos Pimenta de Campos (Associação Paulista de Cafeicultores); dep. Francisco Falcão (presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco); Ernesto Gonçalves Pereira Lima (presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco); e Alkindar Monteira Junqueira, Luís de Toledo Piza Sobrinho, Salvador de Toledo Artigas e Urbano de Andrade Junqueira, como ex-secretários de Agricultura do Estado de São Paulo (A Rural, 1964b, p. 4).

O encontro também contou com a presença de Oscar Thompson Filho, então secretário de Agricultura de São Paulo, e teve início com discurso do presidente da SRB, Sálvio de Almeida Prado. Ele lembrou seu discurso ao assumir a presidência da entidade, um ano antes, quando teria afirmado que "o País estava tomado por perigosa efervescência política, [...] não se sabendo qual a tendência doutrinária que rumaria para o futuro". Segundo ele, aquela seria uma "tendência marcadamente derivada para a esquerda". As ações do governo deposto teriam agravado a situação, "conduzindo o povo ao desespero e motivando a ação revolucionária" (A Rural, 1964b, p. 5) – a do golpe de Estado de 1964.

Como observou Antonio Candido (1988, p. 4), "à medida que o tempo corre verifica-se que um dos traços fundamentais da mentalidade e do comportamento político no Brasil é a persistência das posições conservadoras, formando uma barreira quase

intransponível" para mudanças sociais de fundo. Chama a atenção como as elites privilegiadas no Brasil reagem com força e virulência a qualquer possibilidade de mudança social que ameace a manutenção e reprodução de seus privilégios, para eles consagrados como direito natural, ao longo da história. Outros autores também vão na mesma linha:

> Em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira, erigida por um sistema de classificação/desclassificação social de origem patriarcal/estamental, mesmo reformas limitadas provocam abalos significativos se promovidas em curto espaço de tempo (CAVALCANTE, CHAGURI e NICOLAU NETTO, 2021, p. 289).

É curioso aqui como esse conservadorismo, traduzido em ação política violenta contra governo legitimamente posto e que visa manter a estrutura de poder e de privilégio tal como se reproduziu historicamente, é traduzida por eles como *ação revolucionária* de determinado grupo, representante do *povo*. Isso demarca um jogo semântico e de significados que joga luz à disputa de hegemonia travada na sociedade naquele momento – e atual até hoje -, como a tônica de um capitalismo que se desenvolve no Brasil introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo (Oliveira, 2013).

Nesse discurso, os agricultores são apresentados por ele como os que sofreram "as primeiras investidas do governo comuno-peleguista de então". Esses mesmos agricultores – os patronais, se supõe – aparecem, em seu discurso, como os agentes sobre os quais "pesam a responsabilidade de promover a alimentação do povo e de manter a receita de substanciais divisas" (A Rural, 1964b, p. 5) – retórica política bastante semelhante à atual, que sustenta a legitimidade do projeto do agronegócio no Brasil (Bruno, 2022; Pompeia, 2021).

As supostas investidas do governo contra esses atores teriam ocorrido "no sentido de anarquizar a produção agrícola e criar o caos", visando "o clima propício para o golpe comunizante que dominaria o País". Destaca-se o discurso da *ordem* como elemento justificador da mobilização patronal ao longo do tempo. Aqui, a *ordem* é contraposta à *anarquia*, ao *caos*, ao perigo *comunizante*:

> De modo geral, a mobilização é vista pelo patronato rural como sinônimo de grandes feitos e realizações – sendo, portanto, motivo de orgulho -, como demonstração de poder e de protagonismo, como reação a ataques e agressões – sobretudo relacionados ao tema fundiário -, como momento próprio de identificação do adversário, como produção de respostas rápidas e contundentes, como manifestação simbólica e, por fim, como manutenção da lei e da ordem (COSTA, 2019, p. 204).

Segundo o então presidente da SRB, a agricultura teria sido marginalizada, vendo-se "ameaçada pelo assédio oficial", em enredo no qual aparece como principal vilão a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), criada por Goulart, em 11 de outubro de 1962. Para Almeida Prado, a SUPRA seria um "órgão subversivo da ordem pública para agir diretamente no meio rural" (A Rural, 1964b, p. 5). A defesa da propriedade e do monopólio da

terra constituem ponto fundamental na mobilização e confronto das elites rurais brasileiras em diversos momentos da história. Quando sentem seus interesses fundamentais de classe ameaçados, é comum que suas táticas de pressão e luta sejam direcionadas contra os órgãos governamentais diretamente ligados à formulação ou execução de projetos de reforma agrária (Heinz, 1991; Costa, 2019) – nesse caso, a SUPRA. Assim, se manifesta a centralidade com que lutam pela garantia deste monopólio. Como disse Bruno (1997, p. 13), "em nenhum momento encontramos o 'espírito de classe' de um modo tão claro, tão nítido e intenso quanto no debate sobre a questão fundiária".

Outras indicações sobre o tema fundiário, feitas naquele encontro, também são curiosas. Ao anunciar que "a agricultura" ofereceria contribuições ao projeto de reforma agrária, então em discussão no Senado Federal, eles dizem que "antes de se pretender uma reforma agrária, matéria sem objetividade e sem origem, deve ser promovida a reforma agrícola, através de uma reformulação da política econômica da agricultura" (A Rural, 1964b, p. 9). É o tema da produção e da produtividade buscando ocupar o lugar do debate fundiário brasileiro, manobra histórica das elites agrárias do país.

É curioso também como essas pautas conservadoras, tratadas pelo então presidente da SRB – a defesa do direito de propriedade, a luta contra o comunismo –, articulam-se com demandas liberais, de enxugamento do Estado. Trata-se do "ideário liberal-conservador" do "bloco histórico multinacional-associado", que apoiou o golpe de 64, tal como analisado por Kaysel (2015). Esse processo lembra também a reascensão das direitas no Brasil recente e o conteúdo liberal-conservador que articula sua plataforma política (Cavalcante, Chaguri e Nicolau Netto, 2021). Ou seja, percebemos, pela análise de 1964, realidade cujo paralelo pode ser encontrado na política brasileira atual, havendo como que um fio-condutor histórico entre esses momentos.

No contexto de 1964, criticava-se a criação de "órgãos espúrios e ministérios políticos", que abrigariam "ministros sem pasta". O presidente da SRB reivindicava sua extinção, "com o sentido de sanear o campo político e atenuar o erário público" (A Rural, 1964b, p. 5). Precisamos refletir qual é a fatia desse Estado que poderia, para eles, ser enxugada. Em geral, as elites agrárias possuem relações ambivalente com o Estado. Quando se trata da defesa de seus interesses, enxergam o Estado como um ente tutelar, protetor e provedor, embora possam fazer guerra quando este ameaça seus interesses fundamentais. Tudo depende do que melhor se ajusta aos seus interesses de momento (Bruno, 2009; Costa, 2019).

Nesse caso, o enxugamento do Estado está ligado também à defesa da revogação de medidas legislativas, inclusive do período parlamentarista, que marcou o início do governo de João Goulart, quando teriam sido criados muitos dos tais "órgãos espúrios e ministérios políticos" (A Rural, 1964b, p. 5). Sobre esse tema, o desfecho da política econômica do regime militar parece ter sido outro:

> Se a plataforma do Ipes-Ibad tinha um cunho liberal antiestatista, os sucessivos governos militares acabaram promovendo uma expansão sem precedentes do setor estatal da economia brasileira. [...] Em síntese, pode-se dizer que a ditadura logrou reorganizar e aglutinar as diversas frações das classes dominantes em torno de um modelo de desenvolvimento capitalista dependente e associado (KAYSEL, 2015, p. 67).

Mas o centro da crítica novamente são "propostas demagógicas e comunizantes de reforma agrária", ações que teriam demonstrado, para eles, "o perigo que pairava sôbre a Pátria e a liberdade do povo". Isso tudo teria culminado na "desmoralização do Congresso, da autoridade e da hierarquia", gerando "a reação popular demonstrada por meio da 'Marcha da Família com Deus, pela Liberdade'". Este "movimento", segundo ele, "deu corpo à revolução renovadora que, sob a presidência de um dos seus mais ilustres chefes, o general Castelo Branco, inicia a reconstrução moral e material do Brasil" (A Rural, 1964b, p. 5).

De qualquer forma, a pauta econômica sempre ocupa lugar importante entre os elementos que dão legitimidade ao golpe, que é traduzido por ele ainda em expressões como "revolução renovadora" ou "revolução moralizadora", cujo governo se iniciaria sob "uma pesada herança de erros acumulados" (A Rural, 1964b, p. 6). Falando em erros acumulados e no suposto caráter moralizante de um movimento político, chama muito a atenção o tom de ameaça e de vingança direcionado aos adversários políticos, presente nesse discurso do representante do patronato rural aqui analisado. Segundo ele:

> As sanções impostas **aos que traíram a Pátria** pretendendo entregá-la a potências estrangeiras com **ideologias anticristãs e escravagistas**, aos que colaboraram com o **gôverno que cometeu êsse crime**, aos que se locupletaram com os dinheiros públicos e aos que desatenderam suas obrigações de bem servir, serão o exemplo para que cada um de agora em diante, saiba cumprir o seu dever no setor de atividade em que se encontra (A RURAL, 1964b, p. 6, grifo nosso).

O jogo retórico pode ser feito de maneira a inverter a realidade historicamente posta. Se parece comum a mobilização de elementos ligados à imagem da nação e do patriotismo, bem como à religiosidade e, especificamente, à fé cristã, como pontos de salvaguarda e legitimação desse movimento golpista, por outro lado, chama muito a atenção a utilização de uma linguagem que remete ao que entendem como práticas *escravagistas* do outro, atribuindo ao adversário o traço da truculência, da intolerância e da restrição da liberdade.

É curioso como um representante, em última instância, do latifúndio monocultor, modelo produtivo responsável por sustentar mais de três séculos de trabalho escravo no Brasil, possa mobilizar em seu favor a violência simbólica desta relação de opressão, quer dizer, se colocando como vítima em uma suposta relação de escravização, que estaria sofrendo antes da tal *revolução moralizadora*. O *escravagismo*, para ele, estaria ligado justamente a uma suposta não defesa da pátria e dos interesses nacionais, a não defesa do país em relação a determinados agentes estrangeiros, vistos como *potências* e que seriam representantes de *ideologias anticristãs*.

As reivindicações e análises do dirigente em relação àquele momento político também se direcionam para o tema das políticas agrícolas. Ele parte de um diagnóstico segundo o qual a produção agrícola se encontraria "inteiramente descapitalizada pelos efeitos da inflação". Neste cenário, os produtores rurais estariam lutando "com a falta de financiamento adequado para o seu incentivo". Diante disso, a "revolução triunfante" enfrentaria "a sua terceira fase, a econômica, na qual a tarefa será sumamente difícil". Ele complementa: "Estamos certos que não faltará a colaboração das classes produtoras ao novo govêrno, para o restabelecimento da economia nacional, sendo que a classe agrícola estará integrada nessa campanha que representa a redenção do País". O futuro do Brasil, visualizado por Sálvio de Almeida Prado naquele momento, seria o de uma "democracia verdadeiramente cristã e asseguradora da dignidade humana" (A Rural, 1964b, p. 7).

A Concentração Nacional de Ruralistas, ao seu final, ainda aprovou, por unanimidade do Plenário, uma Carta de Princípios, cujo relator foi Salvador de Toledo Artigas, membro da Sociedade Rural Brasileira e ex-secretário da Agricultura de São Paulo. O primeiro subtítulo da carta foi "Afirmação Democrática". O trecho se inicia justamente conceituando que uma "Nação Democrática é aquela que confere os deveres de cidadania a todos os seus membros, sem preferir e nem preterir" (A Rural, 1964b, p. 8). As categorias *democracia* e *liberdade* novamente são mobilizadas, aparecendo como traço daquele bloco histórico (Kaysel, 2015). Elas aparecem aqui como sinônimos de *dignidade*, *aprimoramento* do espírito humano. Em geral, a *liberdade* está, para eles, atrelada à noção de direitos civis:

> Liberdade, que é o direito de expressão; Liberdade, que é o direito de escolher os seus governantes; Liberdade, que é o direito de professar sua fé religiosa; Liberdade, que é o direito de escolher sua própria atividade; liberdade, que é o direito de permanecer ou de se locomover (A RURAL, 1964b, p. 8).

Os demais assuntos tratados na carta também são apresentados em subtítulos, sendo eles: Integração da Agricultura; Paridade de Tratamento; Política Econômica da Agricultura;

Paridade Salarial; Legislação Trabalhista Rural; Reforma Agrária; Assistência Social e Cultural; Previdência Social; e Política Nacional.

"*O meu pai era o meu herói*": política, Estado e família na ditadura civil-militar

> Eu vivi um período de extrema agitação política no país. E havia uma esquerda muito atuante, muito forte e ameaçava tomar tudo dos ricos e tal. Meu pai, em Piracicaba, uma vez me falou: "meu filho, vou ir para a fazenda para defender o que nós temos. Você cuida da tua mãe e da tua irmã, que eu vou cuidar do que nós temos". Aquilo foi um troço para mim... porque havia ameaça de que queriam tomar a terra de todo mundo, fazer um... havia uma agitação terrível naquele momento (RODRIGUES, 2020).

Referindo-se ao contexto que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, Roberto Rodrigues relata as ações de seu pai ali. Como grande proprietário de terras, ele temia o que entendiam como um cenário de *extrema agitação política no país*, em que a esquerda estaria *muito atuante* e *forte*, *ameaçando* tomar os bens dos *ricos*, notadamente a propriedade da terra. Como informado anteriormente, tratava-se de um cenário em que as reformas de base, especialmente a reforma agrária, eram agitadas como bandeira política dos movimentos sociais e do então presidente João Goulart.

Os fazendeiros, como Antonio Rodrigues Filho, se organizavam para defender suas propriedades. Esta organização envolvia uma divisão de tarefas familiar – neste caso, entre o pai, que iria para a fazenda *defender o que tinham*, e o filho, que ficaria cuidando da mãe e da irmã. A narrativa constrói quase o enredo de uma batalha ou de uma guerra travada ali. Esta contenda envolvia famílias de agentes que ficariam historicamente conhecidos por protagonizarem a organização dos ruralistas na defesa deste golpe de Estado e na oposição aos movimentos sociais então organizados – como Sálvio de Almeida Prado. Mas colocou em cena também famílias de dirigentes patronais hoje vistos como relativamente progressistas e modernos na cena política nacional – como é o caso de Roberto Rodrigues.

No caso da família Rodrigues, a trajetória política do pai e do filho, como se sabe, são destacadas. Ela se constrói, em muitos momentos, como uma associação, uma troca entre os dois – é uma política construída de pai para filho, tendo como base um "espírito de família" (Bourdieu, 2011). Esse contexto de instalação do regime militar no Brasil, em meados dos anos 1960, informa muito dos elementos que alicerçariam tais trajetórias, sendo que muitos dos cargos políticos ocupados por eles derivaram deste regime. Roberto Rodrigues se formou em Agronomia, na Esalq, um ano após o golpe, em 1965. No final daquele ano, já vinha para a fazenda do pai – a Santa Isabel – para começar a trabalhar. Além da estratégia de reprodução dos negócios da família, as referências positivas ao pai constituíam o pano de fundo das

motivações, em termos de experiências e aprendizados, do agrônomo recentemente formado – "Meu pai era um líder, era um homem interessantíssimo, era super competente, super sério". [...] "**O meu pai era o meu ídolo, era o meu herói**" (Rodrigues, 2020, grifo nosso).

Não obstante, logo após sua chegada e início dos trabalhos na fazenda, os conflitos geracionais, por diferentes concepções de gestão da produção agropecuária, tão comuns no rural brasileiro, se fizeram sentir entre os dois. Isso afastou o filho momentaneamente da gestão dos negócios e serviria até para abalar a relação entre os dois por um período. Após sua saída do curso de Agronomia, ele teria feito "uma série de inovações, de propostas, de projetos", com o intuito de melhorar a produção da fazenda. Muitas destas ideias não foram aceitas pelo pai, o que precipitou o momentâneo rompimento entre eles. Com isso, Roberto Rodrigues buscou novos caminhos (Rodrigues, 2020).

Após o golpe militar, também chamado por este interlocutor de "revolução", seu pai, Antonio Rodrigues, assume, pela primeira vez, a secretaria de Agricultura do estado. Naquele momento, ele novamente era prefeito de Guariba (1964-1967). Ele foi nomeado pelo então governador, Adhemar de Barros. Isso ocorreu em 20 de julho de 1964, menos de três meses após o golpe, em substituição ao então secretário da pasta, Fernando Penteado Cardoso. Na ocasião da nomeação de Rodrigues Filho, o jornal O Estado de São Paulo dizia que "segundo informações de assessores do governador, o prefeito de Guariba assumirá aquela pasta não como representante do PDC [seu partidão de então], mas como 'ruralista'", o que demonstra a força política e o peso de sua atuação na agricultura, bem como a importância de sua penetração nas entidades de representação desse setor. Essa mudança ocorreu no bojo de uma ampla reestruturação do secretariado estadual, efetivada pelo governador Adhemar de Barros naquele momento. O próprio ex-secretário de Agricultura, Fernando Penteado Cardoso, deixava o governo naquele momento publicando uma carta aberta ao governador em que reclamava do descompasso entre o anúncio na reestruturação da pasta e a definição do nome de quem o substituiria (O Estado de São Paulo, 1964, p. 4).

Mas a permanência de Rodrigues Filho à frente dessa secretaria foi relativamente curta. Ele deixou a pasta em 20 de maio de 1965, dez meses depois de assumi-la. Diante de um cenário de instabilidade no cargo, a exoneração ocorreu a pedido pelo próprio secretário e, ao menos publicamente, em tom de pacificação com o governador. É como se ele tivesse antecipado sua própria demissão:

> Desgostoso com as sucessivas notícias, muitas vezes de fonte palaciana, sobre sua substituição, o sr. Antonio José Rodrigues Filho, secretário da Agricultura, exonerou-se ontem do cargo, em caráter irrevogável, enviando carta nesse sentido ao governador. A decisão, ao que tudo indica, colheu de surpresa o sr. A. de Barros, que

> em longa entrevista concedida ontem aos jornalistas credenciados em Palácio confirmou o pedido, dizendo que a carta lhe tinha sido entregue pessoalmente pelo titular demissionário. Aduziu, não obstante, não haver tomado conhecimento do teôr da missiva e que só a divulgará hoje, justamente com a resposta. Fez o elogio ao ex-auxiliar, dizendo que "o sr. Antonio Rodrigues Filho mais de uma vez pedira para sair. Sempre o segurei, porque é um elemento trabalhador e dinamico". O sr. Rodrigues Filho, que é prefeito de Guariba, deverá agora reassumir esse cargo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1965, p. 4).

Posteriormente, por decisão do presidente da República, Castelo Branco, o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, foi cassado. Com isso, em 6 de junho de 1966, a chefia do executivo estadual passou para Laudo Natel, então vice-governador. Naquele contexto, em 24 de junho, a secretaria de Agricultura foi assumida por Glauco Pinto Viegas, funcionário de carreira aposentado, que havia sido diretor do Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Ele também se formou em Agronomia na Esalq, um ano antes do pai de Roberto Rodrigues, em 1934. Viegas esteve à frente da secretaria de Agricultura até 31 de janeiro de 1967. Roberto Rodrigues era muito conhecido pelo então secretário, já que durante a faculdade desempenhara algumas funções como líder estudantil, visitando órgãos de pesquisa e de extensão, se relacionando com importantes lideranças do governo paulista e de sua secretaria de Agricultura.

Estas experiências tiveram como base sua participação ativa no Centro Acadêmico da Escola de Agronomia de Piracicaba (Esalq). Ele também relata ter participado de atividades da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. Mas sua participação ali teria sido secundária, sem "nenhum protagonismo", já que esta entidade seria "muito de esquerda". Pela mesma razão, ele não participou de atividades da União Nacional dos Estudantes (UNE) – "eu queria uma coisa mais centrada". Por outro lado, ele informa ter feito parte da Juventude Universitária Católica (JUC), associação civil ligada à igreja e reconhecida pelo próprio interlocutor como "muito comprometida com a esquerda". Isso fala muito de seu perfil político, reconhecido ao longo da vida pela habilidade retórica e pela grande capacidade de interlocução com diferentes campos e atores políticos – "eu participava muito, discutia e tal. [...] eu sempre circulei em todos os âmbitos". Afinal, chamar o golpe de 1964 de "revolução" e, ao mesmo tempo, ser ministro da Agricultura de um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2006, requer alguma habilidade de diálogo e síntese entre opostos – "eu ia por esse caminho desde a faculdade" (Rodrigues, 2020).

Com esta trajetória no movimento estudantil, em 1966, Rodrigues foi então convidado pelo novo secretário de Agricultura de São Paulo para trabalhar em seu gabinete, "representando a juventude agronômica paulista" (Rodrigues, 2020). As experiências na

secretaria de Agricultura parecem ter sido muito interessantes para o jovem agrônomo, que angariou reconhecimento e relações de proximidade ao chefe da pasta, indicado no contexto das mudanças ocasionadas pela queda de Adhemar de Barros, em 1966:

> O Dr. Glauco Pinto Viegas era um homem maravilhoso, era um homem extraordinário, foi o primeiro chefe que eu tive, que me abriu as portas do mundo. E ele tinha um gabinete de técnicos do Agronômico [IAC], muito competentes todos eles, mas muito técnicos. Então tinha o cara da batata, tinha o cara do café, tinha o cara não sei o que. E eu era o único agrônomo, embora recém formado, que tinha uma visão um pouco mais da agricultura integrada e tal e coisa, que era... morava na fazenda, a vida inteira morei na fazenda, né. Então tinha uma ligação muito... resultado: Dr. Glauco me transformou em uma espécie de permanente assessor dele. Então, final de semana ia para a feira, exposição e tal. Ele era geneticista de milho, então era um cara que conhecia tudo de milho. Mas não conhecia cana, não conhecia boi, não conhecia nada. Então eu ia para as exposições e fiquei muito próximo dele, muito íntimo dele (RODRIGUES, 2020).

Sua participação na secretaria retrata um pouco de suas aptidões e experiências de vida. Enquanto o chefe da pasta é visto como um técnico notável, mas muito especializado em determinada área e com pouca visão integrada da agricultura, o jovem agrônomo já se destacava por sua visão sistêmica do meio, como alguém que possuía um pé na fazenda e trazia dali experiências práticas, mas também possuía formação acadêmica, em instituição de excelência, como a Esalq, e experiência como líder estudantil, o que certamente o auxiliou nos diálogos e relações travadas nas exposições e feiras do setor – típico espaço de articulação política das elites da agropecuária e da agroindústria.

Em julho de 1966, ele se casa com Eloísa Helena de Araújo Rodrigues, que conhecera na escola de Agronomia, em Piracicaba. Neste contexto, Roberto Rodrigues se reconcilia com o pai. Este, como já foi dito, também era engenheiro agrônomo, formado em Piracicaba, em 1935. Como vimos no capítulo 2, naquele momento, Antonio Rodrigues Filho já havia desempenhado funções políticas locais. No início da década de 1950, aproveitou sua projeção na gerência da Usina São Martinho e como novo proprietário da Fazenda Santa Isabel para se eleger prefeito de Guariba (1952-1955). Em 1954, já havia se candidatado, sem sucesso, ao legislativo estadual e, na década de 1960, seguia desempenhando funções na política do município, novamente como prefeito de Guariba (1964-1967), além de ter sido secretário de Agricultura do estado (1964-1965), interrompendo momentaneamente o mandato de prefeito.

A intervenção dos militares na política nacional e estadual projetou fortemente sua carreira política, que ganhou outro nível de atuação, fazendo com que as articulações entre pai e filho na política também se intensificassem. Em 1967, quando Roberto Rodrigues e seu pai já haviam se reconciliado, Roberto Costa de Abreu Sodré foi eleito, em eleição indireta, ao governo de São Paulo. Naquele momento, Antoninho Rodrigues já havia deixado a secretaria

de Agricultura, em sua primeira passagem por lá (1964-1965), e voltara a assumir o cargo de prefeito de Guariba (1964-1967). Então ele foi convidado pelo governador eleito, Abreu Sodré, para presidir o Centro Estadual e Abastecimento (CEASA) de São Paulo. Sua missão seria a de fundir este Centro com a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP), criando a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), o que se efetivou em maio de 1969.

Acontece que naquele momento seu filho também fora convidado a trabalhar no governo do estado. Isso ocorreu através do novo secretário de Agricultura de São Paulo, o ex-deputado federal da antiga UDN e dono da Gazeta Mercantil, Herbert Levy. Na passagem de governo, o antigo secretário designou Roberto Rodrigues para repassar as informações da pasta a Luiz Fernando Levy, filho do novo secretário e encarregado por este para a transição:

> Resultado: o Luiz Fernando ia todo dia, durante um mês, antes da posse do novo governador e do novo secretário, toda tarde ele ia lá na secretaria da Agricultura, das 6 ou 7h até 8 h da noite. E eu fui passando os problemas da secretária todos para ele de tal forma que quando faltava uns 4 ou 5 dias para a posse o Dr. Herbert me chamou para conversar (RODRIGUES, 2020).

Roberto Rodrigues tinha então 23 anos de idade, "tinha cara de criança, de moleque", como ele mesmo diz:

> E aí o Dr. Herbert, ele era muito solene, muito nobre. Falou "Dr. Roberto", e eu era aquele molequinho, "Dr. Roberto, o Luiz Fernando falou que o senhor tem a secretaria da Agricultura nas mãos, então eu quero convidá-lo para ser o chefe da minha assessoria técnica", que era o cargo mais importante que tinha na secretaria, era o órgão de planejamento estratégico da secretaria. "Dr. Herbert, eu agradeço muito, mas acontece que o meu pai foi convidado pelo governador para vir presidir o CEASA e nós temos uma fazenda lá no interior que um de nós dois tem que ficar lá, então, se ele vier para cá, eu tenho que ir para lá. Se ele ficar lá, eu fico com o senhor aqui, tudo bem, mas depende dele, ele que vai resolver isso aí" (RODRIGUES, 2020).

O relato do interlocutor prossegue, então, narrando episódio em que Herbert Levy teria procurado Antoninho Rodrigues para convencê-lo de que seu filho deveria assumir o cargo no governo, mesmo com o pai na direção do CEASA:

> Cheguei em casa e meu pai falou, muito orgulhoso: "o Herbert esteve aqui, pediu para você ficar aqui em São Paulo e tal. E o governador também me convidou para ir para o CEASA. Então você vai resolver. Você é que decide. Você sabe, eu tenho ambição política, gostaria muito de fazer política e tal, tenho sonhos nessa direção. Eu estou com 55 anos, então o cavalo está passando encilhado agora, ou eu monto agora ou não monto nunca mais, você não, você é menino ainda, tem... mas é você que resolve, você que resolve" (risos). Ele queria que eu viesse embora para a fazenda para ele ficar lá. Mas não queria ele dizer que queria fazer isso aí. Então disse: "você que vai decidir" (RODRIGUES, 2020).

Há aqui uma dádiva, oferecida pelo filho ao pai, em nome da carreira política deste e de suas ambições. Mesmo dizendo que no fundo queria mesmo voltar para a fazenda, já que havia casado recentemente e sua esposa estava grávida do primeiro filho, ele se apresenta como

um abnegado em favor dos interesses da família e do patriarca, que era seu *ídolo*, seu *herói*. Ele deixa, momentaneamente, de lado uma oportunidade para atuar em importante espaço de gestão de Estado para que o pai pudesse ir em busca de suas ambições políticas, novamente ingressando em cargo do governo estadual, ambicionando nisso nova oportunidade de ascender ao primeiro escalão do governo – o que realmente ocorreu posteriormente, em 1969.

Assim como no caso da família Sampaio, analisado nesse capítulo, percebemos que "as relações entre as gerações são um dos lugares por excelência da transfiguração do reconhecimento da dívida em reconhecimento, piedade filial, amor". Assim, "as trocas situam-se sempre na lógica da dádiva – e não na do crédito – e os empréstimos entre pais e filhos excluem a antecipação de um interesse, e até os prazos de reembolso são vagos" (Bourdieu, 2011, p. 179). A diferença em relação ao caso retratado anteriormente está no fato de que aqui é o filho que dedica esta dádiva ao pai, e não o contrário. No entanto, esse movimento não ocorreu sem negociações familiares. O filho apresentava uma condição: queria carta branca para gerir os negócios da fazenda e implementar as mudanças que julgasse necessárias. Com essa condição aceita pelo pai, ele assume a gerência dos negócios, retornando para a Fazenda Santa Isabel com o objetivo de transformá-la em uma "fazenda modelo".

A "*fazenda modelo*" e a trajetória no Cooperativismo Rural: uma construção de pai para filho

> Conheci Roberto Rodrigues pelas mãos de seu venerado pai, para mim, com muita honra, meu conselheiro e amigo. O doutor Toninho Rodrigues – era assim que o chamávamos, com o maior respeito. Era o presidente da OCB quando assumi o Ministério da Agricultura, em 1974. Na realidade, o conheci na Escola Superior de Agricultura de Lavras, onde sua fama de líder do setor agropecuário, e em especial do cooperativismo, já corria todo o Brasil. Como secretário de Agricultura de Minas Gerais, de 1971 a 1974, por várias vezes tive a oportunidade de com ele me encontrar. Foi aí que soube que ele tinha um filho que estudara e se formara em Agronomia na Esalq (RODRIGUES, 2008a, p. 5).

Assim começa o prefácio do livro de Roberto Rodrigues, *Antes da Tormenta*, que é assinado por uma das mais importantes lideranças das elites agropecuárias brasileiras nas últimas cinco décadas, Alysson Paolinelli (1936-2023). Ele inicia a apresentação de Roberto Rodrigues falando de seu pai, Antônio Rodrigues Filho, um *amigo* e *conselheiro*, alguém de quem teria sido muito próximo em diversos momentos. Paolinelli destaca o fato de Antonio Rodrigues ter sido presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), justamente quando o primeiro ocupava o cargo de ministro da Agricultura, em 1974. Mais do que isso, ele teria conhecido Antonio Rodrigues justamente por sua fama junto ao cooperativismo, imagem que *já corria todo o Brasil*. O cooperativismo é um elemento importante na trajetória política

de ambos, pai e filho, Antonio e Roberto Rodrigues, seja em momentos paralelos ou distintos entre si.

No caso da relação com Paolinelli, é somente a partir desse contato com o *amigo* e *conselheiro* que o ex-ministro tem conhecimento do filho de Antonio Rodrigues, passando a se relacionar com ele posteriormente. Por isso, a trajetória de Roberto Rodrigues também deve ser vista por meio dos caminhos trilhados por seu pai. Antoninho Rodrigues tinha ambições políticas durante sua vida. Deixou isso claro ao filho, quando ambos foram convidados a trabalhar no governo do estado de São Paulo, no final de 1966. Lá, o filho abnegado oferecia como dádiva ao pai a construção de uma *fazenda modelo* nas terras da família, visando projetar a carreira política deste. Antonio Rodrigues realmente conseguiu alcançar nova projeção significativa em âmbito estadual – reassumindo, em 1969, o cargo de secretário de Agricultura e tornando-se vice-governador de São Paulo um ano depois:

> Meu pai fez carreira política, foi prefeito de Guariba, foi secretário de Agricultura de São Paulo, foi vice-governador de São Paulo. Fez uma carreira política relevante e foi também um líder ruralista importante, foi o criador da OCB [Organização das Cooperativas do Brasil] e da OCESP [Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo]. Então, ele tem uma ligação com o cooperativismo muito forte. Foi um homem que teve uma importância muito forte na agricultura aqui da região e do estado de São Paulo (RODRIGUES, 2020).

Após presidir a CEASA e atuar na criação do CEAGESP, a partir de 1967, Rodrigues Filho ganhou novamente destaque, "se tornou uma figura de proa" na agricultura do estado e do país. Ainda durante o governo de Roberto Costa de Abreu Sodré, ele foi indicado à secretário de Agricultura do estado, cargo que ocupou entre 16 de janeiro de 1969 e 2 de julho de 1970. Esta indicação teria ocorrido após desentendimento entre o então titular da pasta, Herbert Levy, com o governador em exercício (Rodrigues, 2020; O Estado de São Paulo, 1969). Herbert Levy foi o mesmo secretário que convidara Roberto Rodrigues a assumir cargo na secretaria de Agricultura, em 1967. O pai, que queria voltar à política estadual e, por isso, influenciara ali para o não aceite de convite imprimido por Levy para o filho ingressar na secretaria, dois anos depois substituiu aquele titular do cargo na condução da pasta. Ao que parece, parcela de suas *ambições políticas* de fato foram alcançadas naquele contexto histórico e político.

Em sua segunda posse como secretário de Agricultura de São Paulo, substituindo Levy, Antonio Rodrigues dirigia-se a ele em tom elogioso. Em seu discurso de posse, ele disse que:

> "Ninguém mais do que eu pôde sentir a dedicação, o brilho e o zelo com que se conduziu o ilustre secretario que ora substituo, em todos os assuntos pertinentes á defesa e ao desenvolvimento de nossa agro-pecuaria. O volume de trabalho e a

> velocidade imprimida a eles são de tal vulto que me deixam perplexo ante a responsabilidade, que assumi, ao aceitar o convite formulado pelo exmo. sr. Governador do Estado" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1969, p. 4).

O jornal ainda noticia que "antes do início da solenidade o deputado Herbert Levy e seu sucessor conversaram a portas fechadas, durante mais de uma hora" (O Estado de São Paulo, 1969, p. 4). Por seu papel na presidência do CAGESP, que deu origem ao CEAGESP, Rodrigues Filho era visto como um novo secretário que já vinha de dentro do governo. Em seu discurso de posse, ele falava em "manter a continuidade administrativa e a mesma filosofia de trabalho, que, diga-se, muito o aproximou do anterior secretario da Agricultura". Também fixava metas ao seu trabalho, dentre elas:

> "A implantação da reforma da estrutura da Secretaria, assistencia educacional, médica e salarial aos trabalhadores do campo, desenvolvimento harmônico da agricultura e industria, revisão dos esquemas estruturais das empresas agrícolas, amparo á pequena propriedade, estabelecimento de preços remuneradores para a produção agrícola, e implantação da infra-estrutura de armazenamento e comercialização" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1969, p. 4).

A nova projeção de Antonio Rodrigues nesses cargos ocorreu quase em paralelo ao ingresso do filho no cooperativismo local – lá em Guariba. Ela também é paralela no tempo com a atuação destacada que o próprio Antoninho Rodrigues teve na projeção estadual e nacional desse mesmo cooperativismo rural. Tratava-se de uma ação pioneira, de desenvolvimento de um instrumento organizativo dos produtores rurais que até então não era plenamente desenvolvida no país e que veio a ser o centro da organização política do patronato rural brasileiro duas décadas depois (Mendonça, 2009)

Em 2 de dezembro de 1969, era criada a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Este processo foi protagonizado por porta-vozes paulistas, notadamente pelo então secretário de Agricultura do estado, Antônio José Rodrigues Filho. Ele foi incumbido da tarefa de unificar em uma só entidade agentes então concorrentes no campo cooperativista, promovendo iniciativa pacificadora entre eles e dando origem à entidade nacional da qual foi seu primeiro presidente. Além da centralidade da figura do então secretário de Agricultura de São Paulo, destaca-se, de uma maneira mais ampla, o papel do cooperativismo paulista como pilar de sustentação da OCB naquele primeiro momento. Mesmo tendo sido criada oficialmente só um ano depois, em 1970, a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) teve importância capital para a consolidação da entidade nacional, oferecendo suas principais bases sociais de sustentação (Mendonça, 2009).

Também em 1970, mesmo ano de criação da Ocesp, quando Rodrigues Filho ainda ocupava o cargo de secretário de Agricultura, o então presidente República, Emílio Médici,

representante da ditadura civil-militar, o escolhe como candidato da ARENA a vice-governador do estado, ao lado do candidato a governador Laudo Natel. Ele foi escolhido pelo então presidente da República entre uma lista de cinco nomes, que havia sido encaminhada pela ARENA de São Paulo: Oscar Klabin Segall (presidente da Caixa Econômica Estadual), José Henrique Turner (chefe da Casa Civil de São Paulo), Virgílio Lopes da Silva (secretário estadual do Trabalho) e Emílio Pedutti Filho (deputado) (Folha de São Paulo, 2020).

Cabe destacar que a escolha de seu nome foi muito mais um ato da vontade do presidente da República, do que dos dirigentes da ARENA de São Paulo. Isso porque ele foi o último da lista escolhida pela direção do partido e quase não figurou nela:

> O nome do sr. Antonio Rodrigues Filho esteve para não ser incluído na lista, na primeira reunião da comissão executiva, surgiram 5 nomes, o do secretário da Agricultura em último lugar. Suspensa a reunião, reiniciram-se as consultas, tendo então o sr. Natel ponderado – ao que constou – que o nome do sr. Antonio Rodrigues Filho não poderia ser excluído – como se pretendia – uma vez que fora indicado por determinadas áreas partidarias, enquanto o do secretario do Trabalho, sr. Virgilio Lopes da Silva, embora colocado em 4º lugar, surgira de surpresa e não fôra indicado por área alguma, nem a do prof. Carvalho Pinto, a que pertence. Foi, então, que, por 4 votos, a comissão executiva decidiu fazer uma lista de 5 e não mais de 4 nomes, como estava decidido (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1970, p. 5).

Em âmbito federal o nome de Rodrigues Filho contava com apoios, como o do então ministro da Fazenda, Delfim Netto, e outros:

> Em Brasília, elementos da direção nacional da ARENA diziam ontem que a escolha fôra muito bem recebida, já que "será um fator a mais na meta de unificar a ARENA paulista". Sendo um homem do esquema político do sr. Abreu Sodré e bem recebido pelo sr. Natel – acrescentava-se – sua presença na vice-governança só concorrerá para a unificação da agremiação governista em São Paulo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1970, p. 5).

Por sua vez, o futuro governador de São Paulo, Laudo Natel, dizia que "qualquer um dos nomes merecia minha aceitação irrestrita". E que: "estou certo que o meu companheiro de chapa, cônscio da responsabilidade da hora presente, emprestará sua decidida colaboração para a tarefa que a Revolução nos comete" (O Estado de São Paulo, 1970, p. 5). Ele também se manifestou junto com correligionários. Após essa indicação, o então governador de São Paulo, Abreu Sodré, juntamente com o futuro governador, Laudo Natel, e o então presidente da ARENA paulista, professor Lucas Garcez, manifestaram conjuntamente sua concordância com a indicação de Rodrigues Filho, dizendo que "ela satisfez a todas as áreas políticas do Estado". Natel e Rodrigues Filho foram eleitos, em eleição indireta, como previa o Ato Institucional Número 3, para o exercício do mandato à frente do executivo estadual para o período 1971-1975 (Folha de São Paulo, 2020).

O período de Rodrigues Filho como vice-governador do estado é destacado em publicação de memórias, pela imprensa local de Tietê, seu município de origem:

> Nesse período de governo, Natel e Rodrigues Filho deram ênfase ao desenvolvimento do interior, com o Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento (Proinde), unificaram a malha ferroviária paulista em torno da Ferrovia Paulista S/A (Fepasa), prosseguiram com a construção da pista ascendente da Rodovia dos Imigrantes, criaram a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), inauguraram as primeiras estações do Metrô e elaboraram plano para desenvolvimento do Vale do Ribeira (NOSSA FOLHA, 2022).

Enquanto isso, Roberto Rodrigues atuava em entidades do cooperativismo rural da região de Guariba. Ele claramente herdava um capital político do pai nesse meio. Embora não tenha disputado eleições e vivido diretamente a política partidária, segundo ele, por opção própria, Roberto Rodrigues também alcançou importantes espaços políticos ao longo de sua vida. Isso ocorreu não só nas entidades representativas do setor, como em cargos e funções de Estado – notadamente como secretário de Agricultura de São Paulo (1993-1994) e ministro da Agricultura do Brasil (2003-2006) – o que será visto, em mais detalhes, nos capítulos 4 e 5. Como estamos vendo, em muitos momentos, esta construção ocorre desde uma divisão familiar entre negócios e política, como uma articulação de pai para filho.

O cooperativismo teve um papel central nessa trajetória exitosa. No trecho de apresentação do autor, no livro *Antes da Tormenta*, publicado por Roberto Rodrigues, em 2008, dentre outros elementos, destaca-se a trajetória de Rodrigues ligada ao cooperativismo. O mencionado trecho assim o descreve:

> Área do cooperativismo: foi dirigente de cooperativas agrícolas e de crédito rural, com abrangência local (Guariba/SP), regional (Campinas/SP), estadual (São Paulo) e nacional. Foi presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB por dois mandatos (1985-91). Foi presidente da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas. Presidiu também a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, órgão centenário que congrega 800 milhões de pessoas em todo o mundo, por intermédio de 250 organizações nacionais de cooperativas, representando uma centena de nações (1997-2001). Conhece oitenta países, em todos os continentes. Recebeu a medalha Albin Johansson do cooperativismo sueco, por seu trabalho em favor da democracia e da paz no mundo todo, além de condecorações da OCB, da Organização das Cooperativas das Américas – OCA e de inúmeros estados brasileiros (RODRIGUES, 2008a).

Essa citação se refere à parte de sua apresentação ligada ao cooperativismo. É um trecho longo e denso, demonstrando uma vasta trajetória nesse campo. Ele circulou por entidades cooperativistas em esfera local, regional, nacional e internacional. Isso abriu portas e o consagrou na atuação de representação do chamado agronegócio. Permitiu a ele conhecer, atuar e ser reconhecido, na forma de condecorações, em diversas partes do mundo. Um dos pontos altos de toda essa trajetória foi a presidência da Organização das Cooperativas do Brasil

(OCB), entre 1985 e 1991, momento no qual, justamente, essa organização ocupou espaço de grande destaque e protagonismo na representação da agricultura patronal brasileira, se constituindo como um importante ator na afirmação da bandeira política do agronegócio no país. Conforme Mendonça (2009, p. 177), houve ali um

> processo de construção de hegemonia de um novo segmento que emerge, no decorrer dos anos 1980 e 1990, do conjunto das frações de classe agroindustriais brasileiras, agremiado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e que se tornaria, após 1985, a grande força dirigente de todo o patronato "agrário" nacional.

A autora dialoga diretamente com o objeto discutido aqui quando diz que um dos elementos que retrata a capacidade da OCB em, não somente superar uma crise de representação política do patronato rural brasileiro, mas também constituir-se enquanto força hegemônica de toda essa classe naquele contexto histórico, é o fato de Roberto Rodrigues ter sido indicado ministro da Agricultura no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Tal indicação – cujo objeto será analisado no capítulo 5 – é analisada pela autora como o coroamento de um processo político de renovação na representação patronal rural, iniciado em meados da década de 1980 e cuja importância é grandemente assentada no cooperativismo rural e na própria figura de Roberto Rodrigues (Mendonça, 2009, p. 177).

O início dessa trajetória de Rodrigues, junto ao cooperativismo local, ocorre poucos anos depois de sua formatura na faculdade. Se trata de um recém egresso do curso de Agronomia da Esalq – que, com pouco mais de 20 anos de idade, atuou na política de Estado e passou gerir a fazenda da família. Os capitais escolares e a trajetória em profissões liberais também constituem atributo de legitimidade destes atores sociais para alcançarem tais postos, em articulações, muitas vezes, construídas a partir do meio acadêmico ou da representação estudantil. Mas isso também pode ser visto de um ponto de vista genealógico, de família, como uma construção de geração em geração, desde o "espírito de família", de que falou Bourdieu (2011).

Desta forma, o filho é quem, após se formar em Agronomia, deixa de lado oportunidade de seguir trabalhando na secretaria de Agricultura de São Paulo, em 1967, para construir uma "fazenda modelo" nas terras da família, visando projetar a carreira política do pai. Ele diz até que entrou no curso de Agronomia com esse objetivo específico, o de fazer da propriedade familiar uma referência técnica, que projetasse o pai na política:

> Eu queria ser um bom agrônomo e **queria que a fazenda do meu pai fosse uma fazenda modelo**, para que **ele virasse secretário da Agricultura ou ministro da Agricultura**, que ele fosse uma autoridade importante na política pública, a partir de uma fazenda modelo. Fiz agronomia com esse objetivo. [...] Eu queria que meu pai fosse destacado, que ele fosse um homem muito acima da média normal dos agricultores e, portanto, tivesse um reconhecimento que o levasse a cargos políticos

> relevantes. Eu imaginava que ele seria um dia ministro da Agricultura ou secretário de Agricultura de São Paulo, como, de fato, foi [refere-se ao cargo estadual] (RODRIGUES, 2020, grifo nosso).

Novamente, aparece aqui a imagem do filho abnegado. Aquele que deixa passar oportunidades em nome do pai e que, no limite, até escolhe uma carreira profissional pensando na trajetória familiar, em auxiliar na projeção pública do patriarca – seu *herói*. Como disse Bourdieu (2011, p. 132):

> Não podemos dar conta das práticas das quais a família é o "sujeito", como, por exemplo, as "escolhas" em questões de fecundidade, de educação, de casamento, de consumo (especialmente imobiliário) etc., a não ser levando em conta a estrutura das relações de força entre os membros do grupo familiar funcionando como campo.

Ainda que aqui os papéis geracionais estejam invertidos, podemos traçar um paralelo na trajetória dessa família e na relação estabelecida entre pai e filho com o que disse Elias (1995, p. 76), em sua análise sobre Mozart e a sociologia de um gênio. Segundo ele, Mozart cresceu "ligado a um pai para quem o sucesso social e financeiro do filho na infância e adolescência representou a última e única possibilidade de escapar a uma situação insuportável e alcançar o sentido e a realização na vida". Ele tinha a "esperança de chegar, através do filho, ao que ele próprio não conseguira". Trata-se do "desejo intenso de um pai [...] de alcançar sentido e realização na vida através do filho".

No caso que estamos analisando aqui, é o filho que oferece ao pai a dádiva de abdicar, momentaneamente, de oportunidades políticas para cuidar da fazenda da família, ajudando a pavimentar os caminhos políticos deste. Ao fazê-lo, ele tem consciência que, de alguma forma, o sucesso político do pai seria também a sua própria "realização na vida" (Elias, 1995, p. 76), já que abriria, posteriormente, possibilidade de sucessão em uma linhagem política fortemente reconhecida no estado e até no país. É o que aconteceu, por exemplo, por meio do cooperativismo rural, em que o filho herda um capital político do pai e legitima-se para ali atuar e ampliar seu reconhecimento junto à classe.

Assim, cuidando das terras da família, ele busca distinguir-se do nível de produtividade técnica dos pares. Vai em busca da tal *fazenda modelo*, tendo como base a ética do trabalho e o espírito do capitalismo (Weber, 2001) que marca a trajetória ascendente de sua família, como analisado no capítulo 2. Os benefícios desta imagem de produtividade e progresso não são colhidos somente pelo patriarca da família. Roberto Rodrigues apresenta sua própria trajetória pública, como representante do setor rural, que veio a ser posteriormente, a partir deste papel destacado na gestão produtiva da Fazenda Santa Isabel, após retornar para assumir os negócios da família, em meados dos anos 1960. Ali, ele teria feito "uma revolução

técnica grande", fazendo com que a fazenda apresentasse significativo crescimento, chamando a atenção da comunidade local, influenciando mudanças em outras propriedades e instituições do município e região (Rodrigues, 2020).

Se trata do produtor rural que se diz inovador no cultivo da cana-de-açúcar e na produção de uma grande variedade de mudas desta cultura, fato que fez a produção da família se destacar quando da emergência de crise fitossanitária na lavoura paulista. É o novo gestor da fazenda que, tendo conseguido autorização paterna para desempenhar estas funções com total autonomia, diz ter dado "asas à imaginação", experimentando muito do que fora aprendido na escola de Agronomia. Ele também diz ter mudado, não só as variedades produtivas, mas o sistema de adubação da fazenda da família, com a introdução da torta de mamona, como fonte orgânica de nitrogênio. Também alterou a composição dos equipamentos mecânicos, com a renovação de frota e a padronização da marca dos tratores. Repensou, em suma, a forma de fazer os processos de cultivo. Esses elementos todos teriam sido capazes de fazer com que tivesse uma "produtividade muito maior que a região inteira", alcançando, ao mesmo tempo, "um custo menor" de produção, "crescendo muito tecnicamente". Com isso, ele "chamou a atenção da comunidade local", sendo convidado a ocupar espaço de liderança na cooperativa da região (Rodrigues, 2020).

Ele se refere a Cooperativa dos Plantadores de Cana da Região de Guariba (Coplana). Em 1963, esta cooperativa foi criada por seu pai, que a presidiu, daquele ano até 1966, deixando seu comando justamente no contexto em que retorna ao governo do estado. Mas até então a Coplana não teria funcionado plenamente – "era uma salinha com duas funcionárias, não fazia nada". O ingresso de Roberto Rodrigues nessa cooperativa ocorreu em 1971, por convite do então presidente Rogério Orsi. Em 1975, ele assume a presidência da entidade, ficando no cargo até 1981 (Rodrigues, 2020; Coplana, s.d.).

A *fazenda modelo* projeta, não só o pai, como o filho nas atividades de representação política do setor. Ademais, o ingresso deste na direção da cooperativa também informa a herança de um capital político daquele, que havia, ele próprio, criado e presidido a entidade alguns anos antes. Esses são os primeiros passos dos dois no cooperativismo rural, espaço que projetaria a ambos a um lugar verdadeiramente de destaque no cenário estadual e nacional. Roberto Rodrigues é reconhecido como uma das lideranças do agronegócio brasileiro que mais escreveu sobre o setor ao longo do tempo. Um dos livros que publicou – *Cooperativismo: democracia e paz*, de 2008 – aborda, especificamente, esse tema, retratando muito de sua trajetória nas entidades do cooperativismo rural. O prefácio do livro é assinado

por Márcio Lopes de Freitas, então presidente do Sistema OCB. Nesse texto, Freitas reconhece Roberto Rodrigues como "um dos maiores ícones do cooperativismo mundial. É referência para o setor, por uma história dedicada ao movimento cooperativista" (Rodrigues, 2008b, p. 9).

O próprio Freitas também reconhece a importância da trajetória familiar de Rodrigues, para que ocupasse tal espaço de centralidade: "A dedicação e simpatia aos princípios e valores cooperativistas, ele traz de família. Roberto Rodrigues segue o exemplo do pai, Antônio Rodrigues Filho, também líder cooperativista". Ademais, o texto de Freitas destaca o papel de Rodrigues à frente da Coplana, sua capacidade de conferir destaque ao trabalho prestado pela cooperativa local:

> Iniciou sua vida no Sistema em 1971, como conselheiro da Cooperativa de Plantadores de Cana de Guariba, localizada no estado de São Paulo. Dois anos depois[39], assumiu como presidente, realizando uma gestão calcada na sustentabilidade, antevendo o futuro e contribuindo para o crescimento do setor sucro-alcooleiro (RODRIGUES, 2008b, p. 9).

Já mencionamos que Roberto Rodrigues é reconhecido por um perfil de representação fortemente assentado em sua capacidade de diálogo e de produção de convergências entre atores com posições relativamente divergentes ou mesmo opostas entre si. Isso está presente, em linhas gerais, em seu discurso cotidiano e também pode ser verificado, até mesmo, no fato de ter sido ministro da Agricultura no governo Lula, um governo de centro-esquerda e nunca plenamente aceito pelas elites do agronegócio ao longo do tempo – apesar dos benefícios concedidos a esse setor em diversos momentos (Pompeia, 2021). Alguns dos elementos da construção desse perfil de representação podem ser identificados já em sua atuação no cooperativismo local em Guariba. Em 1977, quando presidia a Coplana, Rodrigues conclamava a união entre fornecedores de cana e usineiros, atores econômicos cujos interesses são relativamente antagônicos, já que negociam entre si o produto primário da indústria sucroalcooleira:

> A Coplana, órgão de defesa econômica dos fornecedores de cana da região, abriga no seu quadro associativo nada menos do que cinco usinas de açúcar, além de duas ou três destilarias de aguardente. Este fato, único no país, demonstra a harmonia social que a Coplana teve a felicidade de criar, especialmente quando se sabe como são antagônicas, em outras áreas do estado e do país, as classes de fornecedores e usineiros (RODRIGUES, 2008a, p. 14).

Se trata de declaração dada em entrevista ao jornal local, *O Guaribense*, em 20 de março de 1977. A família de Rodrigues é fornecedora de cana às usinas. Portanto, seus interesses econômicos diretos estão ligados ao setor produtivo de dentro da porteira da fazenda.

[39] Há uma divergência de informação aqui, pois segundo declaração de Rodrigues (2020) e dados da Coplana (s.d.), ele assumiu esta presidência em 1975.

Não obstante, demonstrou grande capacidade, em diferentes momentos históricos, de pôr em diálogo os pleitos de atores de dentro e de fora da porteira da fazenda e buscar consensos possíveis que fortalecessem a agropecuária e agroindústria patronais. Neste caso, Rodrigues apresenta a experiência da Coplana como *única no país*, pois capaz de reunir em um mesmo espaço de representação esses atores econômicos com disposições e interesses divergentes. A suposta capacidade da entidade em unir *as classes de fornecedores e usineiros* é apontada, em seu discurso, como sinônimo de *harmonia social* e *felicidade*.

Isso lembra muito o papel que desempenhou na Fiesp, três décadas depois, como representante da agricultura patronal em uma federação de industriais, mediando, no Conselho Superior de Agronegócio da entidade, interesses de produtores rurais, de indústrias a montante e a jusante da produção primária, bem como de atores diversos que compõem o chamado agronegócio brasileiro no período recente. Mas isso não deve esconder as fortes tensões e disputas econômicas e políticas que ocorrem entre os diferentes setores da agricultura e da agroindustria patronais, neste caso entre fornecedores de cana e usineiros. Na mesma entrevista de Rodrigues ao *Guaribense*, em 1977, o então presidente da Coplana, quase que contraditoriamente ao que dissera antes, posiciona-se fortemente em favor do setor primário, falando dos riscos e malefícios da concentração econômica e poder assimétrico em favor dos usineiros em tal jogo:

> Dez anos atrás, os fornecedores de cana produziam cerca de 50% da matéria-prima moída pelas usinas, e estas os outros 50%. Hoje [em 1977], os fornecedores não chegam a produzir 25% e as usinas ultrapassam os 75%. Fica, assim, evidenciado um crescimento desproporcional, muito maior do usineiro do que do fornecedor. Aliás, na prática, o que vem acontecendo é o desaparecimento do fornecedor, que vende sua terra à usina e vai embora, em busca de atividade mais rendosa. Portanto, o que se vê é a concentração de renda nas usinas, com a diminuição do número de fornecedores, [ou] seja, com o próprio esvaziamento da classe média regional, a que o fornecedor pertence (RODRIGUES, 2008a, p. 15).

Chama a atenção o destaque que ele dá aos fornecedores de cana como uma *classe média regional*, atores que seriam importantes para o desenvolvimento econômico e social equilibrado das regiões em que atuam, como contraposição à concentração de renda demasiada nas mãos dos usineiros, que ali, segundo seus dados, já controlavam três quartos da produção primária de cana da região. Se referindo a esse cenário de concentração de renda, Rodrigues ainda complementa em uma interessante passagem:

> Este é um fenômeno nitidamente capitalista [a concentração de renda], cujo limite seria a extinção ou o desaparecimento do fornecedor e o domínio econômico absoluto. Semelhante expectativa não é desejável do ponto de vista social: a democracia econômica é a base da democracia política, sendo assim incompatível com a concentração absoluta de renda. Esta concentração poderá gerar uma ótima renda *per capita* na região, o que, obviamente, não representa o bem-estar social de toda a comunidade regional, que, ficaria dependente economicamente da política adotada

> por uma única, ou por pouquíssimas entidades produtoras (RODRIGUES, 2008a, pp. 15-16).

É curioso como ele atrela a noção de concentração de renda como algo típico do capitalismo, atribuindo, nesse caso, valor negativo ao sistema. Junto a isso, aparece um discurso de preocupação com o social, em que a palavra *democracia* é categoria central, evocada desde seus aspectos econômicos e políticos, um dependente do outro. A concentração absoluta de renda não seria compatível com esta *democracia*, como concepção ampliada. O elemento daninho da concentração de renda estaria em sua não capacidade de se traduzir no *bem-estar social de toda a comunidade regional*, além de concentrar a decisão sobre a política econômica, que balizará esse desenvolvimento regional, na mão de poucos atores.

Essas diretrizes e formas de pensamento, expressadas pelo interlocutor, devem ser lidas informadas pela filosofia que constituiu o movimento cooperativista ao longo do tempo. A primeira cooperativa de que se tem notícia foi fundada, em 1844, em Manchester. Ela se chamava Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale e foi formada pela iniciativa de 28 tecelões, que se reuniram para formar um armazém com o intuito de escapar da exploração que sofriam na venda de alimentos e roupas:

> O grupo dava origem a um modelo econômico supostamente alternativo, iniciando um movimento por eles definido como centrado nos princípios de igualdade, liberdade, ética e justiça, e destinado a difundir a eficiência da organização social em busca de objetivos comuns (MENDONÇA, 2009, p. 179).

Depois disso, o cooperativismo segue se desenvolvendo no mundo "por meio de empresas de 'propriedade coletiva' e 'democraticamente' geridas". Mais do que isso:

> As cooperativas se identificavam com valores como os de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. [...] Seus líderes afirmavam praticar princípios morais tais como honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo semelhante, princípios consolidados no "mito fundador" do cooperativismo ao qual os dirigentes setoriais de todo o mundo buscariam – e buscam – remeter-se para legitimar suas ações e empreendimentos, mesmo que as cooperativas sejam plenamente capitalistas e lucrativas (MENDONÇA, 2009, p. 179).

Assim, ainda presidente da Coplana, em 1977, Rodrigues descreve o que seria, em sua visão, o cooperativismo: "a própria definição do cooperativismo diz que é 'uma doutrina que visa corrigir o social através do econômico'". Rodrigues continua dizendo que, "patrocinando a segurança e desenvolvimento econômico aos associados", o cooperativismo "permite a eles ascensão social". Novamente, a categoria *capitalismo* é citada em seu discurso de modo bastante curioso:

> A cooperativa, transformada como empresa que é, em um elemento íntimo do sistema capitalista, pela sua formação especial, ela passa a defender seus associados da voracidade irrefreável do mesmo capitalismo. Ou, ainda, faz um papel socialista

> dentro do regime capitalista, porque usa os instrumentos do segundo para atingir os objetivos do primeiro, como a igualdade de oportunidades (RODRIGUES, 2008a, p. 16).

Parece tratar-se de uma referência – ao socialismo – bastante presente no mundo político dos anos 1970, visto a existência do chamado socialismo real em países do leste europeu. Até mesmo o discurso patronal rural e, nesse caso, cooperativista adota tal referência visando situar-se no espaço social. O cooperativismo se auto representa como modelo capaz de, nos marcos de uma sociedade capitalista, produzir benefícios advogados pelo modelo socialista. Ele se apresenta como crítico a uma *voracidade irrefreável do capitalismo*. Segundo Rodrigues, "os próprios criadores da doutrina socialista afirmavam ser a cooperativa o único elemento do capitalista [sic] útil em qualquer regime econômico" (Rodrigues, 2008a, p. 16).

Isso não quer dizer que o cooperativismo pregasse a ruptura ou superação do capitalismo: "semelhante doutrina pressupunha a vitória do interesse geral sobre os particularismos e a dos grupos sobre os indivíduos, gerando uma ordem social idealizada, baseada na harmonia e na negação da luta de classes" (Mendonça, 2009, p. 180).

Isso tudo informa uma certa tensão da visão cooperativista com a ideia de um livre mercado irrestrito e do poder das grandes corporações econômicas em processos que envolvem a agricultura brasileira: o cooperativismo "acabaria consolidando-se como doutrina que [...] atribuía à livre concorrência a responsabilidade pelas desigualdades econômico-sociais do capitalismo" (Mendonça, 2009, p. 180). Segundo nosso interlocutor de pesquisa, naquele contexto as cooperativas iam "crescendo e assumindo cada vez mais as funções na integração do processo econômico, desde a produção até a comercialização, passando pela fase industrial, apesar da oposição sistemática das empresas capitalistas que operam nestas áreas" (Rodrigues, 2008a, p. 16).

Além da questão social, o discurso de Rodrigues também aponta para a dimensão ambiental e de sustentabilidade. Isso aparece como uma marca nas suas ações ao longo do tempo, ao menos enquanto construção retórica. Ele relembra quando assumiu a gerência da Fazenda Santa Isabel, alguns anos após a formatura na Esalq e com a ida do pai para compor o governo do Estado, e faz um paralelo de sua atuação ali com o que hoje é entendido por sustentabilidade, já que geria os processos agrícolas considerando não só preocupações econômicas, mas também sociais e ambientais:

> Quando meu pai me deu carta branca [para gerir a fazenda] eu montei aqui um programa de administração da fazenda, que depois crescemos, comprei outras fazendas, aumentei o patrimônio da família. Mas tinha um tripé. Esse tripé era: tecnologia; hoje é meio ambiente, naquele tempo era ecologia; e funcionários. O que era isso? Sustentabilidade, é o que se chama sustentabilidade hoje. Tecnologia,

> ecologia e funcionários. O que é? Econômico, ambiental e social. É o que é exatamente a sustentabilidade, eu fiz isso em 1967 (RODRIGUES, 2020).

Mas há de se considerar que essa é uma história sobre o passado, narrada por ele hoje. No discurso que fazia em relação a esse tema naquele período histórico pretérito há elementos que apontam em sentido oposto. É muito interessante fazer uma comparação com o discurso atual de frações consideradas mais modernas do agronegócio brasileiro, grupo do qual faz parte este interlocutor, inclusive com o que falam hoje sobre o seu passado, com aquilo que efetivamente falaram e defenderam em épocas passadas. É importante perceber como o discurso em torno de uma suposta preocupação socioambiental por esses atores se desenvolve ao longo do tempo e como as histórias que contam hoje sobre o ontem podem ser fruto de narrativas atuantes, em que buscam "reconstruir a história dos grupos ou biografia das pessoas investigadas com vista ao atendimento de expectativas socialmente difundidas" no tempo presente (Martins, 1976, p. 9), tal como discutimos na introdução.

No final da década de 1970, Rodrigues defendia abertamente, por exemplo, a franca expansão das fronteiras agrícolas brasileiras, sem que a dimensão ambiental, presente de maneira pronunciada no discurso desses agentes hoje[40], se fizesse presente. Naquele momento, ele falava sobre o desequilíbrio da balança comercial brasileira e desenvolvia seu raciocínio:

> É preciso, para descompensar este desequilíbrio, exportar bastante. E, para exportar, é necessário produzir. E o que o Brasil pode produzir, aumentar a produção, em termos vigorosos, no curto prazo? Só produtos agropecuários. Este é um fato tão evidente, que chega a surpreender a cegueira oficial para com ele, existente até há pouquíssimo tempo, e ainda hoje latente: há uma preocupação generalizada em produzir manufaturados, sofisticação que este pobre país não comporta. **É preciso aumentar a fronteira agrícola nacional, conquistar estas imensas áreas perdidas no Centro-Oeste e na Amazônia brasileira, incorporá-las aos elementos produtivos na nação, transformar este país naquilo que é sua vocação histórica e natural: o celeiro do mundo!** Felizmente mais e mais homens lúcidos estão a enxergar esta realidade cristalina e onipresente (RODRIGUES, 2008a, pp. 16-17, grifo nosso).

Veja como o discurso sobre a necessidade de expansão das fronteiras agrícolas – as custas do desmatamento e da degradação ambiental – aparece nesse discurso sem cerimônias, o que contrasta fortemente com o discurso contemporâneo desse mesmo interlocutor e dos setores do agronegócio que representa. Se trata de um discurso recorrente e sem intermediações das elites patronais rurais nesse contexto da década de 1970, o que era fortemente sustentado pelo projeto desenvolvimentista representado pela ditadura civil-militar, regime então instituído no Brasil. Também chama a atenção a permanência histórica e a força no Brasil do discurso de

[40] Sobretudo, nas frações do agronegócio denominadas por Pompeia (2023) como "descarbonizadoras" e "europeias".

defesa do setor primário e da exportação de seus produtos. Para eles, ontem e hoje, a balança comercial brasileira deve ser regulada pela exportação desses produtos primários, com baixo valor agregado e cuja produção, em última instância, é mais concentradora de renda e gera menos desenvolvimento nos locais em que ocorre.

Atualizando novamente um espírito dos bandeirantes por esses paulistas, falava-se muito ali sobre a ideia de se *conquistar* e *incorporar* ao Brasil, e ao seu setor produtivo, áreas de terra então inexploradas, notadamente das regiões centro-oeste e norte do país. Tais regiões eram vistas, por eles, como *áreas perdidas* e que necessitavam fazer parte de um Brasil produtivo e economicamente eficiente. Neste sentido, evocava-se a noção, até hoje recorrente, do Brasil como o *celeiro do mundo*. Cabe lembrar, como dito no capítulo 1, que, nos anos 1970, a SRB, entidade eminentemente paulista, criava um Departamento de Assuntos da Amazônia, acompanhando a expansão da fronteira agrícola para lá, em processo impulsionado por muitas empresas paulistas que adquiriam terras nesta região. Ademais, eles já faziam "expedições visionárias" para conhecer as terras do centro-oeste e do norte do país desde a década de 1920, como vimos.

A efetivação de tal plano de desenvolvimento, com foco na expansão da fronteira agrícola, como tentativa de alcançar o superávit comercial através dos produtos primários, seria, em sua visão, um processo "facílimo: é apenas questão de tomada de decisão dos homens responsáveis pelos destinos da nação". Nesse plano, salta aos olhos as divergências e disputas do setor primário, representado aqui por Rodrigues, em relação à indústria e demais setores fortemente beneficiados pelas políticas desenvolvimentistas do regime militar. Ele fala que seria necessário

> Uma revisão das prioridades em investimentos: ao invés de se construírem pontes faraônicas ou obras monumentais de retorno duvidoso à economia nacional, basta estimular, de forma potente, **o lavrador brasileiro**. Este **herói tímido, cansado e modesto**, que, quase sempre sozinho, vai rasgando, **qual bandeirante contemporâneo**, os vastíssimos campos gerais, e neles instalando, as ânsias de crescimento, a agricultura verde-amarela, de perspectivas colossais. Basta decidir! Basta investir na capacidade do lavrador brasileiro que, ao menor estímulo oficial, responde positivamente com um vigor inexaurível! (RODRIGUES, 2008a, p. 17, grifo nosso).

Rodrigues questiona de maneira direta a prioridade dada a um projeto de desenvolvimento da infraestrutura nacional, descrito por ele como a construção de *pontes faraônicas ou obras monumentais*, em detrimento da produção primária e da expansão da fronteira agrícola, mesmo que esta tenha ocorrido em grandes proporções no período histórico em questão. De alguma forma, ele anuncia aqui a construção de um projeto de nação pelo setor primário, pelos *lavradores* paulistas. Eles constroem valores em torno da produção primária,

da expansão das fronteiras e da ocupação do território, efetivada pelo papel de *heróis* que se pretendem unificadores dos valores nacionais, isto é, dos valores de toda a sociedade (Elias, 2011).

Tal como no caso do peão de boiadeiro, da Festa do Peão de Barretos, analisada por Machado (2022, p. 95), eles projetam a figura deste *lavrador* paulista, desbravador de fronteiras, "como um símbolo da união entre o regional e o nacional na tentativa de ressignificar as diferenças culturais e geográficas da população brasileira por meio da construção de uma ideia de 'nação' unificada e pacificada na imagem do homem do campo". Neste sentido, ele opera construção de linguagem de legitimidade do setor agrícola patronal, evocando noções bastante recorrentes ao longo da histórica e já vistas quando da análise dos processos políticos e das formas de ação desse patronato através da Sociedade Rural Brasileira, na década de 1920 (capítulo 1).

É muito curiosa essa, recorrente, auto representação deles pela imagem do *lavrador brasileiro* – presente no caso da SRB e, novamente, mobilizada aqui, cerca de cinco décadas depois. É claro que o nível tecnológico da agricultura brasileira era mais rudimentar ali, se comparado com o atual. Especificamente, o ato de lavrar a terra, prática hoje considerada arcaica, ainda se fazia presente, visto que o plantio direto na palhada ainda não era uma prática largamente desenvolvida. De qualquer forma, se imagina que a identidade do *lavrador* está historicamente mais vinculada a pequenos proprietários e trabalhadores rurais, à imagem propriamente de um campesinato, historicamente presente em diversas regiões do Brasil.

Nesses casos, se trata de setores da agropecuária patronal se auto identificando pelo uso da categoria *lavradores*. Buscam se apresentar, portanto, como agricultores diretamente ligados ao trabalho cotidiano no campo, às dificuldades inerentes a essa produção, de alguma forma, à vida sofrida e repleta de desafios, imposta aos agentes que cultivam a terra. Ligado a isso está a mobilização de outras categorias que buscam conferir legitimidade a essa agricultura patronal, representada, quer pela SRB, quer pelo cooperativismo rural de que Rodrigues fazia parte nos anos 1970. Assim, o *lavrador brasileiro* seria também um *herói tímido, cansado e modesto*. Alguém que, apesar da ausência de apoio oficial, patrocinaria o desenvolvimento do país, protagonizaria a expansão de suas fronteiras produtivas, a incorporação de "não-Brasis", quer dizer, de regiões vistas por eles como esquecidas, inexploradas e até inabitadas, ao circuito produtivo e à riqueza nacional.

Por isso, é evocada novamente, também tal como no caso da SRB, a figura do moderno bandeirante. Tal como *bandeirante contemporâneo*, esses agricultores patronais do

estado de São Paulo apresentariam vocação ao desenvolvimento de seu território e do território de outras regiões. É como se fossem convocados a desbravar as terras, vistas por eles como inexploradas, das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, biomas do Cerrado e da Amazônia, respectivamente.

É importante observar como essa imagem, a respeito de um suposto protagonismo de São Paulo e dos paulistas no desenvolvimento nacional e, especificamente, das elites agropecuárias e agroindustriais desse estado, é imagem que atravessa a análise aqui desenvolvida. Ela é uma das tônicas que embala o discurso de estruturação da Sociedade Rural Brasileira em seus primeiros anos de desenvolvimento, está presente como marca do discurso de legitimidade de algumas destas linhagens da elite agropecuária e agroindustrial do estado, legitima sua ação no apoio ao golpe civil-militar de 1964 e no controle da política local em diversos municípios, aparece agora no caso do cooperativismo rural dos anos 1970 e, como será visto nos capítulos 4 e 5, continuará presente em processos históricos posteriores, como na conjuntura da Nova República, no processo de organização política do agronegócio no Brasil e na representação recente desse setor na mais importante Federação de Indústrias do Brasil, a Fiesp.

Ao fim e ao cabo, é esse discurso hegemônico que anima as palavras de Rodrigues na entrevista analisada, dada como presidente da Coplana, em 1977:

> As circunstâncias internacionais, especialmente no aspecto comercial, e a avidez de comida no mundo estão a exigir **que a agricultura brasileira deixe definitivamente sua tímida situação de bastarda da economia para ganhar a dimensão verdadeira de seu destino implacável**, porque só **uma monumental agricultura**, que o Brasil pode facilmente exibir no curto prazo, será capaz de despertar e erguer, altaneiro no mundo moderno, este país gigante de seu "eterno berço esplêndido"! (RODRIGUES, 2008a, p. 17, grifo nosso).

A agricultura brasileira é colocada em um lugar de grande destaque, como setor capaz, não só de impulsionar o desenvolvimento econômico do país, como também de fazê-lo alcançar uma espécie de destino histórico, despertando e se erguendo do que ele vê como um "eterno berço esplêndido". Se destaca também a posição que Rodrigues atribui à agricultura brasileira frente a outros setores econômicos, como a indústria nacional. Quando questiona, por exemplo, a realização de grandes obras de infraestrutura no país, uma das marcas do modelo desenvolvimentista adotado pelo regime militar, ele pretere vantagens e benefícios conferidos a outras frações dominantes do país em nome de uma priorização ao setor primário. Parece um discurso sem muitas mediações em relação a esses outros setores, o que começaria a mudar nos anos seguintes, quando o conceito de *agribusiness* é trazido ao Brasil e passa-se a desenvolver em mais intensidade a ideia de cadeias produtivas – conforme será visto no capítulo 4.

O capítulo 5 também será relevante para percebermos essas mudanças, já que retrata, dentre outros elementos, as ações de representação desse mesmo interlocutor quando porta-voz do agronegócio na Fiesp, a mais importante federação de indústria do país. Ali, será interessante analisar as evoluções e mudanças na conformação desse discurso, considerando o cenário do agronegócio contemporâneo e a forte interligação de capitais que formam esse modelo na atualidade, bem como a necessidade óbvia de mediar mais intensamente os interesses do setor primário e industrial, quando se fala a partir de uma entidade de industriais.

Mas Roberto Rodrigues também atuou em outras entidades cooperativas. Em paralelo à presidência da Coplana, em 15 de dezembro de 1974, ele criou a Cooperativa de Crédito Rural dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba (Coopercredi). Esta cooperativa é filiada à OCESP e à OCB, criadas por seu pai, Antoninho Rodrigues. Para convencer os pares sobre a importância da criação da Coopercredi, Roberto Rodrigues falava sobre os malefícios da dependência dos produtores rurais em relação aos bancos. Ele havia estudado o tema do cooperativismo, conhecia a teoria desenvolvida sobre este modelo na Europa, no Japão, nos Estados Unidos, lugares em que o cooperativismo de crédito era considerado referência. A Coopercredi contava, inicialmente, com 20 cooperados e foi a terceira do ramo criada no estado de São Paulo. Hoje é considerada uma das maiores cooperativas de crédito do país (Rodrigues, 2020; Coopercredi, s.d.).

Três anos após sua criação, a Coopercredi já teria alcançado resultados muito positivos, o que fez com que Roberto Rodrigues fosse procurado pelo então presidente da OCESP, Américo Utume, para que a experiência fosse expandida para outras regiões do estado. Ele foi convidado para organizar uma sede de cooperativas de crédito do estado de São Paulo. Criada uma comissão para tal, presidida por ele, Roberto Rodrigues saiu pelo estado agenciando novos empreendimentos. Em três anos, fundaram a cooperativa de crédito central e mais 12 cooperativas de crédito locais pelo estado (Rodrigues, 2020). O próprio Américo Utume, em texto de apresentação do livro de Roberto Rodrigues – *Cooperativismo: democracia e paz* – fala a respeito dessa experiência:

> Quando eu era presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, o Conselho Diretor deliberou fomentar a constituição de cooperativas de crédito no Estado. Uma comissão foi formada, e foi indicado para presidi-la Roberto Rodrigues, que se destacava por ter criado uma cooperativa de crédito rural em Guariba, com grande senso de profissionalismo. Logo, ele iniciou um trabalho de conscientização dos agricultores sobre a importância de ter uma entidade de crédito para financiar o setor, com recursos dos próprios agricultores. Sua atuação foi tão eficiente, que em pouco tempo 16 cooperativas de crédito foram constituídas no Estado de São Paulo (RODRIGUES, 2008b, p. 11).

Utume prossegue, dizendo que o sucesso nesse trabalho fez com que Rodrigues angariasse projeção nacional no cooperativismo rural. Isso ocorreu pelo convite do então presidente da OCB, José Pereira de Campos Filho, que, diante do sucesso do empreendimento, teria chamado Rodrigues a replicar esse trabalho em nível nacional: "mais uma vez, Rodrigues comprovou a sua liderança e competência, e o cooperativismo de crédito ganhou novo impulso" (Rodrigues, 2008b, p. 11).

Foi então que o cooperativismo alçou Roberto Rodrigues à dimensão nacional. Segundo o então presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), o mineiro José Pereira Campos Filho, o que aqueles atores estavam fazendo em São Paulo seria "um modelo para o Brasil". A OCB então criou uma comissão formada por Roberto Rodrigues, pelo gaúcho Mário Kruel Guimarães e pelo agrônomo paranaense Guntolf Van Kaick. Eles foram responsáveis por difundir a ideia e organizar cooperativas de crédito ao redor do Brasil:

> Andamos pelo Brasil e fundamos cooperativas de crédito pelo Brasil inteirinho. Bom, e isso me deu notoriedade no cooperativismo brasileiro. Eu era jovem, falava bem e conhecia profundamente o assunto de cooperativas de crédito, sabia tudo. Então fui criando cooperativas de crédito pelos estados inteiros e tal e uma central em cada estado, fui criando uma rede gigantesca (RODRIGUES, 2020).

É notável o papel desses agentes na replicação nacional de uma experiência organizativa realizada em São Paulo. Esses elementos vão conformando novos rumos e sentidos para a representação política e corporativa das elites rurais e agroindustriais nas décadas seguintes. Ser um *bandeirante contemporâneo* não significa somente ter capacidade de desbravar outros territórios físicos e lá impor determinado modelo de desenvolvimento agrícola. Ser um *bandeirante contemporâneo*, na visão desses agentes, também significa ser a *intelligentsia* do setor agropecuário a nível nacional, a vanguarda de suas inovações tecnológicas e políticas, o espírito mais avançado que o compõe, em suma, o que poderíamos caracterizar como uma direção moral e intelectual da classe ao longo do tempo.

Isso se evidencia também pelos elementos analisados neste capítulo, notadamente pelo papel destes agentes na organização política do patronato rural na conjuntura do golpe e da ditadura civil-militar, a partir dos anos 1960, e pela organização política do cooperativismo rural no Brasil, a partir da década seguinte. No próximo capítulo, vamos analisar a construção desse protagonismo paulista por meio do papel desempenhado por suas universidades e centros de pesquisa agropecuária, pela formação de uma *intelligentsia* da agropecuária paulista ao longo do tempo.

Capítulo 4) A formação da *intelligentsia* do agronegócio paulista

Este capítulo tem como objetivo analisar a construção política das elites rurais e agroindustriais paulistas, e sua ação na organização política do agronegócio no Brasil, evidenciando seu papel na formação de uma *intelligentsia* do agronegócio em São Paulo e no Brasil. Neste sentido, tomando como referência o caso da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), analisaremos a importância das universidades e centros de pesquisa agropecuária paulistas na legitimação de um papel de destaque que as elites do estado buscam ocupar nacionalmente. Considerando o cenário de organização política da bandeira do agronegócio no Brasil, que se iniciou na passagem entre as décadas de 1980 e 1990, também analisaremos o papel destas elites paulistas na atuação política patronal rural e agroindustrial no contexto da Constituinte, em relação à organização da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) e à criação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG).

***

> Nos últimos cinquenta anos, o agronegócio brasileiro viveu um espetacular processo de avanço em todas as cadeias produtivas e setores especializados, alcançando uma condição de competitividade global nunca antes experimentada, e de forma sustentável. Por trás destes saltos impressionantes está a **inestimável contribuição de centenas de homens e mulheres nas universidades, nas instituições de pesquisa e de extensão rural**, nas mais diversas trincheiras de antes, dentro e depois da porteira das fazendas em todo o País, em órgãos de governo ou privados (RODRIGUES, 2015, grifo nosso).

Com essas palavras, Roberto Rodrigues apresenta seu livro *Um Tempo de Ouro – A saga dos engenheiros agrônomos graduados pela Esalq em 1965*. Essa turma ingressou no curso no verão de 1960/61. Rodrigues publicou quatro livros sobre a sua turma de Agronomia da Esalq: *Uma turma de Ouro* (1990); *Pequeno Dicionário Amoroso da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"* (2001); *F-65, a Turma de Ouro* (2005); e *Um Tempo de Ouro – A saga dos engenheiros agrônomos graduados pela Esalq em 1965* (2015). Ao todo, Rodrigues possui doze livros publicados. O livro *Um Tempo de Ouro* retrata o perfil e a trajetória da turma que ele fez parte, que se graduou em 1965 e é conhecida como F-65.

A afirmação de um protagonismo das elites agrárias e agroindustriais paulistas ao longo do tempo também ocorre pelo reforço da importância de suas escolas superiores e centros de pesquisa agropecuária. Por isso, abriremos este capítulo analisando o caso da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", escola de Agronomia da Universidade de São Paulo (USP). A própria publicação, por Rodrigues, dos livros citados já constitui, em si, um dado sobre a importância atribuída, pelas lideranças patronais paulistas, às universidades e instituições de pesquisa acadêmica na formação de intelectuais orgânicos do agronegócio

brasileiro e como mecanismo de reprodução de uma elite dessa classe ao longo do tempo, daquilo que chamamos nesse trabalho de uma direção moral e intelectual do grupo.

Esse processo se ancora no poder simbólico dos capitais escolares adquiridos pelos atores que por ali passam. O conhecimento especializado, adquirido e sancionado pela instituição escolar, detém grande legitimidade social, abre portas aos atores que os possuem, possibilita-lhes diferentes e privilegiadas formas de atuação na sociedade civil e no Estado. Para Bourdieu (2011b), existe uma "diferença de natureza que separa a 'cultura livre', altamente valorizada, do detentor de diplomas e a cultura livre ilegítima do autodidata". Ele diz que:

> Diferentemente dos detentores de um capital cultural desprovido da certificação escolar que, a todo momento, podem ser intimados a apresentar seus comprovantes, por serem identificados apenas pelo que fazem, simples filhos de suas obras culturais, os detentores de títulos de nobreza cultural [...] basta-lhes ser o que são porque todas as suas práticas valem o que vale seu autor, sendo a afirmação e a perpetuação da *essência* em virtude da qual elas são realizadas (BOURDIEU, 2011b, pp. 27-28).

Ainda segundo o autor,

> Na definição tácita do diploma, ao assegurar *formalmente* uma competência específica (por exemplo, um diploma de engenheiro), está inscrito que ele garante *realmente* a posse de uma "cultura geral", tanto mais ampla e extensa quanto mais prestigioso for esse documento (BOURDIEU, 2011b, pp. 28-29).

No caso específico da Esalq, destaca-se a centralidade dessa escola na formação de engenheiros agrônomos vinculados aos interesses da agricultura patronal e do projeto político do agronegócio no Brasil. Muitos dirigentes, assessores e representantes do agronegócio paulista e brasileiro por ali passaram. A própria família Rodrigues é um exemplo disso. Se compõe uma verdadeira linhagem de engenheiros agrônomos, com indivíduos de cinco gerações com essa formação escolar, destes foi somente o avô materno de Roberto Rodrigues, Tomazo Rosseti, que não se formou na Esalq, pois já veio da Itália com o título acadêmico conquistado. Todos os demais formaram-se em Agronomia nesta escola da USP. Se a carreira agronômica é valorizada pelos membros da família, notadamente entre os homens da família, a aquisição desse título nos bancos escolares da Esalq é um caminho naturalizado para eles, sendo uma das únicas alterativas que efetivam.

Assim, Rodrigues descreve a "famosa Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz'", como o "templo do saber agronômico, berço da moderna tecnologia que se esboçava nos campos brasileiros, centro de formação da gente que iria mergulhar na pesquisa, na extensão rural, no ensino e na iniciativa privada" (Rodrigues, 2015, p. 19). Fica evidente que os engenheiros agrônomos formados na Esalq, por vezes, não se enxergam como meros engenheiros agrônomos, provenientes de qualquer instituição nacional. Há a construção de uma diferenciação e de um destaque às suas competências e capacidades de atuação. Se posicionam,

assim, como uma verdadeira *intelligentsia* do agronegócio brasileiro. Ou, ainda: como um *farol* que irradia de São Paulo para o restante do país. Isso pode ser entendido à luz das reflexões sobre o "efeito do título", conforme pensado por Bourdieu (2011b). Se referindo ao caso das *Grandes écoles* francesas, o autor fala sobre o efeito de imposição simbólica de certos diplomas, considerados mais legítimos e distintos que outros. Ele diz que "certos diplomas":

> Garantem, sem outras garantias, uma competência que se estende muito além do que, supostamente, é garantido por eles, com base em uma cláusula que, por ser tácita, impõe-se, antes de tudo, aos próprios portadores desses diplomas que, deste modo, são intimados a assenhorear-se realmente dos atributos que, estatutariamente, lhes são conferidos (BOURDIEU, 2011b, p. 29).

O público acadêmico egresso da Esalq deve se comportar, desse modo, de maneira a valorizar os capitais escolares adquiridos ali, projetando o destaque e a legitimidade simbólica conferida pela Escola, buscando as maiores aspirações em sua atuação profissional, colocando-se no lugar de direção intelectual que lhe caberia sobre o conjunto do setor rural. A reprodução pelo egresso de um sistema de crenças sobre a legitimidade de seu título escolar – como pertencente ao campo de "certos diplomas", superiores a outros – é central nesse processo:

> As diferenças oficiais produzidas pelas classificações escolares tendem a produzir (ou a fortalecer) diferenças reais ao produzirem, nos indivíduos classificados, a crença, reconhecida e defendida coletivamente, nas diferenças e ao produzirem, assim, as condutas destinadas a aproximar o ser real do ser oficial (BOURDIEU, 2011b, p. 29).

A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq) é uma unidade da Universidade de São Paulo (USP) e está localizada na cidade de Piracicaba/SP, região centro-oeste do estado paulista (Esalq, s.d.). Ela foi criada em 1901 e passou a fazer parte da Universidade de São Paulo, a partir de 1934.

Figura 19 - Mapa demonstrando a localização de Piracicaba no estado de São Paulo. Fonte: G1, 2009.

Sua região é caracterizada como importante polo de desenvolvimento, tanto industrial como agrícola. A história da instituição é bastante destacada:

> A Esalq nasceu em 1901, do sonho do visionário Luiz Vicente de Souza Queiroz, doador da Fazenda São João da Montanha ao governo do Estado de São Paulo, para criação de uma escola agrícola. Até 1934, a instituição fez parte da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. A partir de então, passou a integrar a USP, como uma de suas unidades fundadoras. Desde sua criação, a Esalq evolui constantemente ampliando sua atuação alicerçada nos pilares ensino, pesquisa e extensão. Em um ambiente voltado para a produção do conhecimento, professores, alunos e funcionários desempenham atividades em uma área de mais de 3.800 hectares, formada pelo Campus Luiz de Queiroz e pelas estações experimentais de Anhembi, Anhumas, Itatinga e Fazenda Areão, o que corresponde a quase 50% da área total da USP. Considerada um centro de excelência, possui sete cursos de graduação. Já formou 15.488 profissionais, sendo reconhecida nacional e internacionalmente por sua contribuição nas áreas de ciências agrárias, ambientais, biológicas e sociais aplicadas (ESALQ, s.d.).

O então prefeito de Piracicaba falou sobre o papel de destaque da Esalq no cenário de desenvolvimento local, quando da comemoração dos 120 anos da instituição, em 2021. Ele diz que:

> Hoje eu estou vindo aqui para falar da Esalq. São 120 anos de história que se confundem com a própria história de Piracicaba. Então hoje eu queria parabenizar a Esalq por tudo que ela é, por tudo que ela fez e por tudo que ela ainda vai fazer pela nossa cidade, pelo nosso estado e pelo nosso país. Uma das universidades referência mundial com um celeiro de geração de riqueza para esse país, com pessoas de altíssimo padrão. Nós temos orgulho, inclusive, de na nossa equipe de trabalho termos dois professores da Esalq, cedidos por essa instituição [...]. Dizer que somos parceiros, estamos aqui para consolidar, se tudo correr bem, nossa região como centro de inovação na área da agricultura e da agronomia. E aí é um projeto que nós estamos fazendo a três mãos, juntamente com a Esalq e o ministério da Agricultura e também com a parceria da secretaria estadual [de Agricultura]. [...] Eu acho que essa vai ser a nova etapa da Esalq para o futuro: a gente consolidar Piracicaba e região como um centro de excelência em inovação e a partir daí ser a base do desenvolvimento tecnológico que tanto consolida o Brasil como o produtor número 1 de produtos agrícolas e de produtos pecuários, com a excelência que nós temos. Isso é graças a toda a Esalq, todos os esalquianos, a essa história linda de 120 anos, que remete a esse desenvolvimento tão bonito, que contribuiu não só para a Esalq, mas também para Piracicaba. Parabéns, Esalq e esperamos, daqui há 120 anos, estar falando de uma nova etapa dessa grande universidade (Luciano Almeida, prefeito de Piracicaba, Esalq Oficial, 2021).

Percebe-se a importância atribuída pelo gestor municipal à existência da Esalq na cidade e na região, como a instituição é vista por ele como um indutor do desenvolvimento local, mas também como referência nacional e internacional, projetando o nome da cidade como um dos polos nacionais da agricultura e da Agronomia ao longo do tempo. De fato, a instituição ajuda a projetar o nome da cidade, nacional e internacionalmente. Ela impulsiona um conjunto de ações econômicas que vão desde a incubação de projetos de desenvolvimento, ligados ao agronegócio e a empresas e *startups* do setor, a parcerias público-privadas que produzem – com a contribuição da estrutura desta universidade pública - ciência e tecnologia colocadas a serviço do desenvolvimento agroindustrial local, regional e nacional. Aliás, a concentração e incubação de um grande número de *startups* do agronegócio ali, fez com que Piracicaba passasse a ser

conhecida como o "Vale do Silício caipira", em referência às empresas globais de tecnologia localizadas na região de mesmo nome na Califórnia/EUA.

Com o nome de Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, a Esalq foi oficialmente inaugurada, em 3 de junho de 1901, pelo então secretário de Agricultura de São Paulo, Antonio Candido Rodrigues, que representava, no ato de fundação da instituição, o então presidente do estado, Francisco de Paula Rodrigues Alves. A inauguração também contou com a presença do então ex-presidente da República, Prudente de Morais. A Escola era inicialmente ligada à secretaria de Agricultura do Estado e seu primeiro diretor foi Ricardo Ernesto Pereira de Carvalho. Em discurso contemporâneo à fundação da Esalq, no final de sua gestão, Pereira de Carvalho pronunciava as seguintes palavras:

> Estão definitivamente inauguradas, e entregues ao serviço agronômico do Estado, as importantes construções e obras d'arte, com que o governo do Exmo. Sr. Dr. Jorge Tibiriçá [então presidente do estado de São Paulo] acaba de reorganizar, transformando em um vasto estabelecimento modelo, e digno da nossa civilização, a modesta escola fundada em Piracicaba, no ano de 1901, sob a denominação de "Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz" (Ricardo Ernesto Pereira de Carvalho In: ROMERO, 2001, p. 40).

A idealização da Escola é creditada a Luiz de Queiroz, que dá nome à instituição e cujas terras serviram de base para instalação do que hoje é a Esalq. Falecido em 1898, Luiz de Queiroz não vivenciou a inauguração da instituição, mas esteve presente em sua organização inicial, que teve começo cerca de 10 anos antes da inauguração. A origem dessas terras remonta ao ano de 1819, quando faleceu o avô de Luiz de Queiroz, Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Queiroz, de origem portuguesa e considerado, então, um dos maiores latifundiários do estado de São Paulo. Muitas de suas terras localizavam-se nas redondezas de Piracicaba, povoado que se erguia às margens do Rio Piracicaba. Parcela dessas áreas foi herdada pelo pai de Luiz de Queiroz, Vicente de Souza Queiroz, o Barão de Limeira (Esalq 75, 1976).

Luiz de Queiroz nasceu em São Paulo, em 12 de junho de 1849. Ele era filho de Vicente de Souza Queiroz e Francisca de Paula Souza, que eram primos. Assim como seu pai, ele foi o quinto filho a nascer e, por isso, recebeu o nome Luiz Vicente, em homenagem ao pai e ao avô. Ele teve acesso a uma educação escolar distinta. Com apenas oito ano de idade, foi estudar na Europa, acompanhado de seu irmão mais velho, Vicente: "No velho continente cursará, quando jovem, a escola de agricultura e veterinária de Grignon, na França, instalada em um antigo castelo do século XVIII e a de Zurick, na então Suíça Alemã" (Esalq 75, 1976, p. 22). Como se vê, a contribuição dele para a fundação de uma distinta escola de Agronomia pelas elites paulistas não ocorre como algo incoerente a sua trajetória pessoal, já que fortemente marcada pela distinção do acesso ao que Bourdieu (2011b) chamaria de uma escola produtora

de “certos diplomas”, considerados de maior valor do que outros. Em 1872, com a morte do pai, Luiz de Queiroz assume parcela das propriedades da família:

> Possuidor de uma bela cultura, adquirida graças aos cursos que realizou na Europa e aprimorada pelas experiências que as viagens por países daquele continente lhe proporcionaram, vem Luiz de Queiroz, um ano após a morte do genitor, tomar posse da nova propriedade. Conta, então, apenas vinte e quatro anos de idade (ESALQ 75, 1976, p. 25).

A imagem, o nome e a representação de Luiz de Queiroz são constitutivos dessa escola de Agronomia da USP, formam sua identidade institucional.

Figura 20: Busto em homenagem a Luiz de Queiroz no campus da Esalq. Ao fundo, o prédio principal da instituição. Foto do autor, em 31 de janeiro de 2024.

Figura 21: Busto em homenagem a Luiz de Queiroz no Museu "Luiz de Queiroz". Por ocasião do centenário de seu falecimento. Foto do autor, em 31 de janeiro de 2024.

Tal como no caso da Sociedade Rural Brasileira, analisado no capítulo 1, vemos aqui a presença de bustos e estátuas, em homenagem a figuras históricas relevantes, estampando as salas públicas de uma instituição – neste caso, educacional, mas de importância central para a construção política das elites agroindustriais e do projeto do agronegócio no estado de São Paulo. Ocorre, pela instituição, a incorporação de capitais simbólicos de importantes linhagens de elite da agropecuária do estado, neste caso de figura central na própria idealização e organização inicial da Esalq. A figura de Luiz de Queiroz estampa diversos espaços dos prédios e seu próprio nome batiza a instituição e seu museu, além de estar presente, transversalmente, nas narrativas que contam sua história.

Em 1880, ele se casou com Ermelinda Ottoni, que era filha do Conselheiro do Império Cristiano Ottoni e de Dona Bárbara de Barros Ottoni. Segundo material de memórias da Esalq, "casando-se eles por amor, numa época em que eram muito comuns matrimônios entre parentes, principalmente para preservar fortunas" (Esalq 75, 1976, p. 26), conforme já foi refletido nessa tese.

Figura 22: Estátua, em tamanho natural, em homenagem a Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz, na parte externa do Museu "Luiz de Queiroz". Por ocasião do centenário de seu falecimento. Foto do autor, em 31 de janeiro de 2024.

O papel dela na efetivação da Esalq é considerado central. O casal não teve filhos e, no momento final de criação da Escola, Luiz de Queiroz já havia falecido. Portanto, coube à Ermelinda concluir e validar oficialmente a doação das terras da família, que comportariam o Campus da Esalq. Ela era considerada pela imprensa local como uma das mulheres mais notáveis da região, com "extraordinária autonomia intelectual" e grande bagagem de conhecimentos adquiridos de viagens e experiências internacionais:

> Dedicada aos empreendimentos, participava de reuniões de negócios com o marido, mostrando-se austera, perspicaz e determinada. Entre os legados conjuntos com o esposo estão a usina elétrica, a fábrica de tecidos e a Escola de Agronomia de Piracicaba, que pode ser considerada a maior conquista do casal (ESALQ/USP, 2021).

Sobre o desenvolvimento histórico da instituição, há outros números que são apresentados pela Esalq para caracterizar seu prestígio. A Esalq foi a primeira unidade da USP a oferecer cursos de pós-graduação, o que ocorreu a partir de 1964. Nesse período, a instituição titulou mais de 9 mil mestres e doutores. A Esalq possui 130 laboratórios, instalados em 12

departamentos, empregando quase 700 funcionários, entre professores e servidores técnico-administrativos:

> A contribuição da Escola na formação de recursos humanos pós-graduados é irrefutável e responde pela geração de conhecimentos que tem produzido diversos impactos positivos. A expansão das competências da Esalq também pode ser traduzida nos índices de inserção internacional [que apresenta] (ESALQ, s.d.).

Além disso, a própria instituição caracteriza a importância de seu desenvolvimento, em paralelo ao fortalecimento do chamado modelo do agronegócio: "o número expressivo de profissionais formados pela Esalq constitui um dos principais fatores do vigoroso desenvolvimento do **agronegócio** em geral e da defesa das instâncias ambientais, biológicas e sociais" (Esalq, s.d., grifo nosso). O discurso da liderança e da vanguarda dos paulistas, como uma tônica presente nesse estudo, aparece na forma como os dirigentes da Esalq apresentam publicamente a Escola e exaltam seus feitos e sua história. Em solenidade comemorativa aos 120 anos da instituição, realizada, de modo virtual, em 2021, o então reitor da USP, Vahan Agopyan, destaca o papel da Escola na estruturação da Universidade e do próprio ensino superior no Brasil, processo que ocorreu tardiamente em nosso país. A criação da Esalq é apresentada por ele como *um grande feito*, ato de *ousadia*, *arrojo* e visão avançada:

> Inicialmente, todos nós sabemos que o Brasil teve uma educação tardia, bem diferente da América espanhola. E, nessa educação tardia, quando nós temos uma instituição, como a Esalq, completando 120 anos, é um grande feito. Lembrem-se a ousadia, até a visão dos nossos criadores, em 1901, fundaram uma escola de agricultura, que depois se tornou uma escola superior. **Que arrojo, que visão de futuro que esses senhores tinham naquela época**. E lembrando que no estado de São Paulo nós tínhamos somente três outras instituições de nível superior: a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica de engenharia, que inclusive tinha algumas coisas na área agrícola, e uma faculdade de Odontologia e Farmácia que estava se organizando. E criou-se, em Piracicaba, uma instituição para estudar, para formar profissionais que entendessem de agricultura, a Agronomia. **Foi um grande arrojo, uma grande iniciativa e, vamos dizer, uma visão que foi muito, muito avançada para aquela época** dentro do nosso país (Vahan Agopyan In: ESALQ OFICIAL, 2021, grifo nosso).

Mas ele não fala somente do passado. Ao destacar a importância da instituição, joga luz ao papel que cumpre no desenvolvimento do agronegócio no tempo presente, destaca o fato de ser uma instituição elencada entre as melhores faculdades de Agronomia, não somente do Brasil e da América Latina, mas do mundo. Ele fala da importância de se comemorar a história, ao mesmo tempo em que se está atento ao presente e se garante um futuro de igual excelência para a instituição. Segundo ele, a Esalq é um orgulho para o Brasil:

> E nós não estamos somente comemorando 120 anos da instituição, nós temos que comemorar que, após 120 anos, a Esalq é uma das cinco melhores instituições de ensino de Agronomia do mundo. Isso é fantástico, isso é uma marca muito importante e **graças a esse tipo de instituição que nós conseguimos ter um agronegócio no país bastante pujante**. O impacto que a instituição teve na sociedade foi maravilhoso, foi realmente brilhante. [...] Parabéns pelo aniversário. **Parabéns pela contribuição**

> **que a Esalq deu para o desenvolvimento do agronegócio no nosso país**. É um orgulho para a Universidade de São Paulo, orgulho para a comunidade esalquiana, mas **orgulho do Brasil**. O Brasil, que está se beneficiando dessa joia da coroa, que é a nossa Esalq. Portanto, temos que ter orgulho do passado, que estamos comemorando hoje, do presente, pelo que a Esalq representa para o nosso país, e temos que nos dedicar para que, no futuro, nós continuemos tendo orgulho dessa instituição (Vahan Agopyan In: ESALQ OFICIAL, 2021, grifo noso).

O efeito de imposição simbólica do valor de certos títulos acadêmicos – aqueles de instituições mais prestigiadas e considerados de maior valor acadêmico, como a Esalq – ocorre "através da manipulação das aspirações e exigências – ou, se preferirmos, da própria imagem e da autoestima -, operada pelo sistema escolar ao orientar os alunos para posições prestigiosas ou desvalorizadas que implicam ou excluem a prática legítima". Assim, a construção de uma imagem positiva da instituição, por parte de seu porta-voz, é importante para a reprodução da legitimidade escolar da Esalq, afinal, essa distinção se exerce, "principalmente, por intermédio da imagem social da posição considerada e do futuro que se encontra aí objetivamente inscrito, incluindo, em grau elevado, certa tentativa de acúmulo cultural e certa imagem da plena realização cultural" por parte de seus integrantes (Bourdieu, 2011b, p. 29).

Chama a atenção como, em quase todas as falas de exaltação da história da Esalq, a categoria "agronegócio" é mobilizada para informar a importância da instituição. Ainda que outras pautas apareçam de maneira importante nesses discursos, notadamente a dimensão ambiental, crescentemente incorporada por parcelas do agronegócio no Brasil (Pompeia, 2023), salta aos olhos o peso da mobilização da categoria "agronegócio" para descrever a importância e a história da instituição, o que informa a legitimidade desta categoria e sua quase naturalização, por aqueles agentes, para descrever o conjunto dos processos de desenvolvimento que envolvem a agricultura brasileira – o que não é nada banal. Na mesma solenidade, o então vice-reitor da USP, Antonio Carlos Hernandes, dizia que:

> Estamos comemorando mais uma data extremamente importante para a Escola, que são seus 120 anos. Essa Escola, parte das unidades fundadoras da Universidade de São Paulo, que vem desenvolvendo um trabalho muito grande [...], não só para a economia do estado de São Paulo, para a economia do país e para a formação de recursos humanos, **especialmente para atender a demanda do agronegócio**, seja para o estado de São Paulo, para o Brasil ou para o exterior. É fundamental que nós todos possamos, aqui reunidos, exaltar o trabalho realizado ao longo desses 120 anos, mas principalmente energizar os mais novos para que a Esalq continue sendo essa fonte de referência para o país, **especialmente na formação de pessoas para o agronegócio** (Antonio Carlos Hernandes In: ESALQ OFICIAL, 2021, grifo nosso).

Naquela solenidade, além das autoridades da USP e do prefeito municipal de Piracicaba, falaram importantes figuras do agronegócio brasileiro, como Alysson Paolinelli, ex-ministro da Agricultura (1974-1979) e então indicado ao Prêmio Nobel da Paz (2022). A própria presença dele nesse evento é um dado importante em si. Com peso histórico junto ao

agronegócio brasileiro, ainda que não seja seu egresso, seu capital simbólico é incorporado pela Esalq. Ele aparece como espécie de embaixador da instituição, representante público, na condição de professor catedrático que era. Naquele momento, ele era o 3º titular da Cátedra Luiz de Queiroz e apresentava a publicação de dois livros resultantes do desenvolvimento desse projeto: *Diferentes Abordagens sobre Agricultura Irrigada no Brasil – História, Política Pública, Economia e Recurso Hídrico* e *Diferentes Abordagens sobre Agricultura Irrigada no Brasil – Técnica e Cultura*. O texto de apresentação dos livros era assinado pelo então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, o prefácio pela então ministra da Agricultura, Teresa Cristina, e o posfácio pelo então ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Esses fatos informam a proximidade do homenageado da Esalq e dessa instituição ao núcleo político do então Governo Federal, dirigido por Jair Bolsonaro (PL). Aliás, a própria ministra da Agricultura, Teresa Cristina, compôs a solenidade em comemoração aos 120 anos da Esalq, fazendo breve pronunciamento. Em sua fala, ela citava a parceria entre o ministério da Agricultura e a Esalq em vários projetos e destacava os "120 anos de excelência" da instituição, bem como a importância do ministério da Agricultura estar cada vez mais conectado com as universidades brasileiras (Esalq Oficial, 2021).

Entre outras pessoas, também falaram ali o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Evaldo Vilela, o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Marco Antonio Zago, e o presidente do Conselho de Administração da EMBRAPA, Fernando Camargo Silveira. Este disse que "desde 1901, a Esalq se confunde com a República brasileira, com a USP e com a história da agricultura brasileira" (Fernando Camargo Silveira in: Esalq Oficial, 2021).

A presença de todos esses nomes na solenidade demonstra o grande prestígio angariado pela instituição ao longo do tempo. Mas é interessante destacar o teor do discurso do último, que *confunde* a história da Esalq, não só com a história da universidade a que pertence, mas também com a história da República e da agricultura brasileira. Partindo da ideia força de que a agricultura brasileira, notadamente o seu projeto do agronegócio, seria um dos alicerces do desenvolvimento nacional, a instituição é projetada por eles como um dos pilares desse desenvolvimento, evidenciando o protagonismo paulista nesse processo. Isso se relaciona com o que disse Gehrardt (2021, pp. 3-4), quando analisou o esforço das representações do agronegócio brasileiro em promover a "invenção de um *mundo agro* ou *agromundo*", processo que constitui "uma orientação colonizadora", em que se busca "incorporar signos e

integrar/fundir espaços de produção de subjetividades constituidoras de uma ‘comunidade imaginada’ (Anderson, 2008)”, que tem como centro os valores e perspectivas do projeto do agronegócio no Brasil.

A importância da instituição também é evidenciada pelo rol de egressos ou professores da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” que ocuparam importantes cargos de gestão na estrutura de Estado, em São Paulo e no Brasil. Esses dados são muito significativos. Em primeiro lugar, destaca-se que oito foram os egressos ou professores da instituição que se tornaram ministros da Agricultura do Brasil, em diferentes períodos históricos:

Nome	Formatura na Esalq	Período no ministério
Fernando de Souza Costa	1907	13/11/1937-03/06/1941
Carlos de Souza Duarte	1911	03/06/1941-28/02/1942
Theodureto Leite de Almeida Camargo	Professor	08/11/1945-31/01/1946
Oscar Thompson Filho	1933	15/04/1964-16/06/1964
Hugo de Almeida Leme	1939	16/06/1964-19/09/1965
Antonio Cabrera Mano Filho	MBA em Economia 2008	03/04/1990-02/10/1992
Roberto Rodrigues	1965	01/01/2003-30/06/2006
Luiz Carlos Guedes Pinto	1965	03/07/2006-22/03/2007

Tabela 1: Ministros da Agricultura formados ou docentes da Esalq. Fonte: Esalq, s.d.b. (Elaborado pelo autor)

Se destaca a grande relevância da escola na formação de quadros políticos para a condução de altos cargos de gestão do Estado nas políticas para a agricultura, o que fica claro com a presença no cargo de oito ministros da Agricultura egressos ou docente dos bancos escolares da instituição. Além disso, José Francisco Graziano da Silva, formado na Esalq em 1972, foi ministro extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, de fevereiro de 2003 até janeiro de 2004 (ESALQ, s.d.b).

Essas indicações são relativamente recorrentes em diversos períodos históricos, cobrindo alguns períodos, desde a década de 1940 até a primeira década do século 21. Um dos egressos da escola, Oscar Thompson Filho, formado ali em 1933, foi o primeiro ministro da Agricultura do regime militar, assumindo o cargo cerca de 15 dias após o golpe de Estado que deu origem ao regime, ainda que tenha ficado somente dois meses no posto. Também se destaca o nome de Roberto Rodrigues, um dos principais interlocutores desta pesquisa, que foi o

penúltimo da lista a ocupar o cargo, já nos anos 2000, durante o 1º mandato de Lula da Silva. Após sua saída, em meados de 2006, ele foi substituído por um colega de turma na Esalq, Luiz Carlos Guedes Pinto, que já trabalhava em sua equipe ministerial.

Se destaca também o grande número de egressos da instituição que foram secretários de Agricultura do estado de São Paulo. Até 2001, quando a instituição completou seu centenário, eam 22 no total:

Nome	Formatura na Esalq	Período na secretaria
Fernando de Souza Costa	1907	14/07/1927-24/10/1930
José de Paiva Castro	1920	27/04/1938-07/05/1938
Paulo de Lima Correa	1919	10/06/1941-30/08/1943
José de Mello Moraes	1909	07/09/1943-12/11/1945
João Pacheco e Chaves	1936	16/11/1951-02/09/1953
Renato Costa Lima	1937	03/09/1953-31/01/1955
Antonio Correa Meyer	1923	12/12/1955-13/03/1956
Walter Ramos Jardim	1935	20/05/1958-01/02/1959
Urbano de Andrade Junqueira	1945	26/04/1962-30/01/1963
Oscar Thompson Filho	1933	31/01/1963-15/04/1964
Fernando Penteado Cardoso	1936	16/04/1964-20/07/1964
Antonio José Rodrigues Filho	1935	21/07/1964-20/05/1965 e 16/01/1969-02/07/1970
Glauco Pinto Viegas	1934	24/06/1966-31/01/1967
Rubens Araújo Dias	1943	16/03/1971-15/03/1975
Geraldo Diniz Junqueira	1943	16/03/1979-04/07/1979
José Gomes da Silva	1946	15/03/1983-31/07/1983
Luiz Carlos Guedes Pinto	1965	01/08/1983-31/12/1983
Valter Lazzarini Filho	1969	15/12/1988-10/01/1990
Antonio Feliz Domingues	1975	10/01/1990-15/03/1991
Roberto Rodrigues	1965	09/07/1993-17/05/1994
Antonio Cabrera Mano Filho	MBA em Economia 2008	01/01/1995-27/05/1996
Francisco Graziano Neto	1974	18/07/1996-03/04/1998

Tabela 2: Secretários de Agricultura do estado de São Paulo formados na Esalq. Fonte: Esalq, s.d.b. (Elaborado pelo autor)

Analisando os nomes dos egressos da Esalq que chefiaram a secretaria estadual de Agricultura de São Paulo salta aos olhos novamente a relevância da Escola na formação de quadros políticos gestores das políticas públicas da agricultura ao longo do tempo. Também há a recorrência de egressos da Escola em diferentes períodos históricos na secretaria, cobrindo períodos desde a década de 1930 até o final dos anos 1990.

Quatro deles passaram pela secretaria e também pelo ministério da Agricultura: Fernando de Souza Costa, Oscar Thompson Filho, Antonio Cabrera Mano Filho e Roberto Rodrigues. A exceção de Antonio Cabrera Mano Filho, os outros três passaram primeiro pela secretaria estadual e, posteriormente, pelo ministério da Agricultura, o que indica a existência de uma espécie de caminho natural, com aquisição de experiência administrativa e reforço de capitais políticos, que levaria esses agentes a degraus progressivamente mais altos nesses cargos de gestão. Destaca-se entre os nomes também a presença de Antonio José Rodrigues Filho, pai de Roberto Rodrigues, que ocupou o cargo na secretaria estadual em dois momentos, durante a década de 1960 e início de 1970.

Ligada inicialmente à secretaria de Agricultura, quando de sua criação, em 1901, é como se a Esalq fosse, ao longo do tempo, um celeiro ou fonte de quadros políticos habilitados a conduzir a pasta estadual da agricultura. Há, entre alguns de seus egressos, uma consciência sobre a importância do papel político que podem desempenhar, sobre o capital dos diplomas conferidos pela instituição, como sanção e legitimação para ocuparem importantes postos de poder na sociedade política. São "*atributos estatutariamente associados* às posições que ela [a instituição] concede, aos diplomas que confere e às posições sociais, cujo acesso é obtido por esses diplomas" (Bourdieu, 2011b, p. 29).

Além desses nomes, também temos a indicação de outros egressos da instituição que chefiaram outras pastas do executivo estadual: Einar Alberto Kok, formado em 1937, foi secretário de Ciência e Tecnologia, entre 1999 e 2002; Fernando Maida Dall'acqua, formado em 1970, foi secretário de Fazenda e Tesouro, entre 2001 e 2002; e Francisco Graziano Netto, formado em 1974, foi secretário de Meio Ambiente, em 2006 (ESALQ, s.d.b).

Roberto Rodrigues, um desses egressos destacados politicamente e que tem consciência sobre o capital político do diploma conferido pela Esalq, além de ressaltar a importância da instituição como um todo, fala do destaque alcançado por sua turma, a F-65. Ele diz que o grupo reuniu um conjunto de pessoas que veio a desempenhar papel relevante para o agronegócio brasileiro:

> Raramente se observa um conjunto de profissionais de uma única turma graduada em uma faculdade que tenha acumulado tamanha participação no desenvolvimento

> harmonioso de um setor socioeconômico do Brasil como acontece com os engenheiros agrônomos formados em 1965 pela ESALQ/USP (RODRIGUES, 2015).

O interlocutor destaca o fato desses agentes terem trabalhado, nos mais de 50 anos que se seguiram à formatura, "nos mais diversos segmentos do agronegócio nacional", processo em que obtiveram "resultados inestimáveis e, felizmente, reconhecidos pela sociedade por meio de prêmios, troféus, medalhas, diplomas e as mais importantes formas de honraria e gratidão existentes". Ele fala que a turma era conhecida como "Turma de Ouro" e "teve o privilégio de ser constituída por mestres laureados, pesquisadores e extensionistas celebrados, produtores líderes, funcionários, técnicos e dirigentes de instituições públicas e privadas nacionais e internacionais". A importância do papel desempenhado por esses agentes ainda é destacada por alguns cargos ocupados por eles. Da turma saíram "dois ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, secretários de Estado, prefeitos municipais e formuladores de projetos e programas em favor do setor" do agronegócio (Rodrigues, 2015).

Como mencionado, um dos ministros da Agricultura citados é o próprio Roberto Rodrigues. O outro é Luis Carlos Guedes Pinto. Ele nasceu, em Vera Cruz/SP, em 29 de março de 1942. É filho de Odilon Guedes Pinto e Antonia Fredi Guedes Pinto. Luis Carlos se casou com Luzia Alice, na cidade de Campinas/SP, em 1968. Com ela, teve três filhos: Ana Lúcia (1969), Luis Fernando (1971) e Luciana (1972). Ele é reconhecido por um vasto currículo de trabalhos prestados junto ao agronegócio brasileiro, tendo trabalhado em diversos órgãos públicos em Brasília, São Paulo e Campinas (Rodrigues, 2015, p. 239).

Cabe destacar que Guedes Pinto é professor aposentado da Unicamp. Na sua turma de Agronomia da Esalq, ele concluiu o curso na 8ª posição no ranking acadêmico, dentre os 113 formandos. Além disso, recebeu o Prêmio Edições Melhoramentos, como o melhor aluno da turma nas disciplinas relacionadas à agricultura. Esses prêmios de reconhecimento do mérito acadêmico são importantes como forma de legitimidade aos agentes em questão. Mas é importante mencionar que esses mecanismos de rankeamento acadêmico entre os alunos do curso não existem em todas as universidades brasileiras e tampouco em todos os cursos de Agronomia do país. Parecem práticas mais comuns entre os cursos e universidades reconhecidos pelo sistema escolar nacional como de excelência. Eles nomeiam agentes considerados pelo sistema escolar como mais destacados e competentes do que outros e incorporam no agente laureado um capital de legitimidade que é marca de uma instituição considerada de excelência, como a Esalq. Conforme Bourdieu, 2011b, p. 19):

> Quanto maior for o reconhecimento das competências avaliadas pelo sistema escolar, e quanto mais "escolares" forem as técnicas utilizadas para avaliá-las, tanto mais forte será a relação entre o desempenho e o diploma que, ao servir de indicador mais ou

> menos adequado ao número de anos de inculcação escolar, garante o capital cultural, quase completamente, conforme ele é herdado da família ou adquirido na escola.

Além desses méritos na graduação, Guedes Pinto doutorou-se na Esalq, em 1973, e fez pós-doutorado na Universidade de Córdoba, na Espanha, em 1991. Ele foi professor da Unicamp, de 1983 a 2003, atuando na área de Economia Agrícola. Além disso, foi professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC), de 1966 a 1969, e na Universidade de Brasília (UnB), de 1976 a 1982 (PRDU/Unicamp, s.d.). Sua carreira acadêmica na Unicamp é destacada como completa:

> [Na Unicamp] completou sua carreira acadêmica: professor doutor, livre-docente, adjunto e titular, exercendo os cargos de chefe do Departamento de Política e História Econômica, membro da CADI – Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional e pró-reitor de Desenvolvimento Universitário. Realizou inúmeros cursos, entre os quais um sobre Reforma Agrária, no Chile (RODRIGUES, 2015, p. 239).

Nas universidades em que passou, Guedes Pinto recebeu o reconhecimento de seus alunos, fato que também é ressaltado por Roberto Rodrigues, no retrato de sua própria trajetória como professor da Unesp Jaboticabal, como um grande mérito, como veremos ainda nesse capítulo. Guedes Pinto "foi cinco vezes paraninfo das turmas de Engenharia Agronômica da Universidade de Brasília (UnB) entre 1972 e 1976, paraninfo da turma de Engenharia Agrícola da UNICAMP em 1983; e paraninfo de todas as turmas da ESALQ em 2011" (Rodrigues, 2015, pp. 239-240).

Ele foi ministro da Agricultura do dia 3 de julho de 2006 até 22 de março de 2007, entre o final do primeiro e o início do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República (Rodrigues, 2015). Portanto, foi ele quem substituiu Roberto Rodrigues, após sua saída do ministério naquele meado de 2006[41]. Esse é um dado relevante, pois demonstra que a F-65 não só teve dois de seus integrantes como ministros da Agricultura, mas que seu ingresso ali se deu em articulação direta, já que um substituiu o outro.

Guedes Pinto foi uma espécie de ministro temporário, alocado no cargo em um período de transição, no qual havia saído o ministro que ocupara o cargo nos últimos 3 anos e meio (Roberto Rodrigues) e em que se avizinhava uma eleição, na qual o presidente da República precisava renovar seu cargo. Podemos supor o peso e a importância de uma indicação de Rodrigues ao nome de Guedes Pinto ali, como alguém que daria continuidade ao seu trabalho nesse momento de transição. Tal confiança tem como fundamento uma longa trajetória de atividades realizadas em paralelo, remontando à escola de Agronomia em que foram colegas.

[41] A passagem de Roberto Rodrigues no MAPA será tratada, em mais detalhes, no capítulo 5.

É na Esalq, portanto, que se desenham relações e confianças que atravessam décadas, sustentam alianças e cooperações que podem ser úteis, até mesmo, na definição de cargos os mais altos na estrutura de poder de Estado no Brasil.

Mas antes do MAPA, a vida profissional de Guedes Pinto já era bastante destacada. Além das atividades acadêmicas referidas acima, ele atuou como assistente do Centro de Treinamento de Campinas (CETREC), ligado à secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, em 1966; assumiu a Chefia da Seção de Promoção e Organização Rural e o cargo de assessor do coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), na mesma secretaria, em 1968. Em Brasília, atuou como assessor do ministro da Agricultura, Luís Fernando Cirne Lima, entre 1972 e 1973; como secretário do Conselho de Administração, além de membro do Grupo de Implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Nesta, ainda trabalhou como assessor-chefe do gabinete do presidente e secretário do Conselho de Administração (Rodrigues, 2015).

Em 1983, Guedes Pinto retornou a São Paulo, onde atuou como chefe de gabinete e, posteriormente, como secretário de Agricultura do estado, na gestão do governador Franco Montoro. Ainda foi diretor da companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), antes de retornar a Brasília, em 2003, durante o governo Lula e quando Rodrigues foi nomeado ministro da Agricultura, para presidir a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ligada a esse ministério. Entre 2005 e 2006, foi secretário executivo do ministério da Agricultura, antes de tornar-se ministro da pasta. Após sua passagem pelo ministério, assumiu a vice-presidência de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil (Rodrigues, 2015). Seu reconhecimento na área também ocorreu a partir de diversos prêmios recebidos:

> Recebeu o Prêmio Jabuti (1994) como coautor do livro "Introdução à Engenharia Agrícola", a bolsa de Reconhecimento Acadêmico "Zeferino Vaz" (1993) em virtude de suas atividades de ensino e pesquisa no Instituto de Economia da Unicamp, e a Medalha do Mérito Científico e Tecnológico concedida pelo Governo do Estado de São Paulo, pelos relevantes serviços prestados à Agricultura Brasileira (2001). Recebeu também o Prêmio "Frederico de Menezes Veiga", em 2009, concedido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pelo destacado apoio à pesquisa agropecuária no País. Em 2010, foi eleito "Engenheiro Agrônomo de 2010" pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) (EMBRAPA, s.d.).

Rodrigues (2015, p. 240) complementa, sobre o colega, dizendo que ele:

> Tem centenas de trabalhos publicados, participou de inúmeras palestras, congressos e seminários e conferiu conferências e palestras em praticamente todos os estados brasileiros e no exterior, relativas a política agrícola, reforma agrária e ensino no campo de Ciências Agrárias.

O currículo de Guedes Pinto é realmente vasto. Ele também presidiu o conselho administrativo da Embrapa, das centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEASAMINAS), da Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (CASEMG), da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO), das Centrais de Abastecimento de Campinas (CEASA-Campinas) e da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), foi diretor da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Distrito Federal (AEA-DF) e consultor da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap). Além disso, ele também foi assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e diretor-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) (Rodrigues, 2015, p. 240), fatos bastante curiosos e que demonstram o alcance da atuação desses agentes do agronegócio de São Paulo em áreas, digamos, não convencionais desses setores, envolvendo temas como agricultura familiar e reforma agrária.

Refletir sobre a atuação desses agentes e o papel de sua formação na Esalq nesse processo é uma forma de desvendar a ação política das elites rurais e agroindustriais paulistas ao longo do tempo, bem como seu papel na construção política do agronegócio no Brasil, nestas últimas quatro décadas. Como disse Rodrigues, referindo-se aos agrônomos formados na instituição em 1965, "acompanhar sua trajetória é seguir os passos progressistas da competitiva agropecuária brasileira e compreender os avanços deste setor que é a locomotiva da nossa economia" (Rodrigues, 2015).

Rodrigues faz esse exercício desde a chegada desses estudantes em Piracicaba, quando prestaram o vestibular da USP, em janeiro de 1961. É interessante observar elementos do perfil desses atores, descritos por ele:

> Muitos dos "protobichos" que chegavam a Noiva da Colina naquele hoje distante janeiro eram ligados a produtores rurais de diferentes regiões agrícolas e pecuárias ou haviam passado temporadas em fazendas de amigos, mas a maioria havia escolhido a Agronomia pela atração que o campo ainda exercia sobre os cidadãos urbanos, alguns poucos embalados pelo falso bucolismo que imaginavam. Vinham de todos os lados do estado de São Paulo e de outros estados, dispostos a se transformarem em agentes de modernização do nosso sofrido setor rural, onde as desigualdades eram gritantes e a exclusão social era uma ameaça constante. [...] Uma variedade curiosa de etnias, camadas sociais, culturas e temperamentos que chegavam como cartas soltas de um baralho a ser embaralhado pela vida universitária (RODRIGUES, 2015, p. 19).

Rodrigues descreve um perfil de estudantes bastante diverso, muitos ligados a atividades agropecuárias de diversas regiões do Brasil, mas com predomínio em São Paulo. A origem rural, segundo ele, não era exclusiva entre os pares. Sejam derivados do rural ou do urbano, destaca-se a linguagem empregada pelo interlocutor, vinculando determinado caráter de heroísmo à ação dos colegas, que seriam *agentes de transformação* naquilo que é visto por

ele como um *rural sofrido*. A importância do trabalho dos pares nesse cenário é medida pelos desafios de superação de problemas em um contexto de *desigualdades constantes* e de forte *exclusão social*, como características do campo brasileiro. A linguagem de legitimidade acionada aqui tem como base, portanto, um conjunto de preocupações sociais que, sinceras ou não, aparecem também como marca de frações modernas do agronegócio contemporâneo, espaço em que Rodrigues se situa.

Se destacamos a importância dessas lideranças paulistas e dos agrônomos formados pela Esalq no desenvolvimento do agronegócio brasileiro ao longo do tempo, cabe destacar o papel de muitas dessas figuras no desenvolvimento de setores específicos dessa agropecuária e agroindústria nas mais de cinco décadas que se seguiram a sua formatura na escola da USP. O cenário quando de sua formatura é retratado por Rodrigues (2015, p. 115) da seguinte forma:

> Quando saímos da Esalq na alvorada de 1966 e entramos no mercado de trabalho encontramos uma realidade um tanto dura no agro brasileiro: estava tudo por fazer. Tínhamos uma agricultura costeira, o Cerrado era olhado com desprezo pelos produtores acostumados com a "terra roxa" do Sudeste e do Sul do País; importávamos alimentos essenciais e exportávamos quase somente café e açúcar; nossa tecnologia ia sendo aperfeiçoada com os extraordinários avanços gerados no Instituto Agronômico de Campinas (IAC), no Instituto Biológico, nos institutos de pesquisa e nas universidades dos principais estados produtores.

Além do elogio às instituições de pesquisa paulistas, como o Instituto Agronômico de Campinas e o Instituto Biológico de São Paulo, há um destaque aos desafios que foram enfrentados por sua geração. Mais uma vez, surge em seu discurso o elogio à figura quase heroica de agentes aptos a desbravar diferentes territórios do país – notadamente, o cerrado brasileiro -, a fim de expandir sua fronteira agrícola e incrementar o desenvolvimento agropecuário do país. Novamente, a figura do bandeirante paulista é atualizada aqui.

Ele também retrata a existência de um mercado agropecuário e de uma balança comercial muito desfavorável ao país, com pouca exportação e bastante dependência externa de gêneros essenciais, e elenca as dificuldades para os agricultores incorporarem as mudanças tecnológicas apresentadas naquele contexto: "os agricultores nem sempre incorporavam as novidades técnicas levadas pela heroica extensão rural e pelos organismos de assistência técnica". Assim, apresenta aqueles agentes, os agrônomos e extensionistas rurais, pela imagem da vanguarda e do *heroísmo*. Além disso, em sua visão,

> O crédito rural era imperfeito; não havia mecanismos protetores da renda no campo; a previsão de tempo era precária, previsão de safras nem se fale; não se conhecia em profundidade o mercado externo; a Economia Rural era uma ciência um tanto teórica; legislações tinham que ser modernizadas, etc., etc... Enfim, havia um grande vazio a ser ocupado, inclusive quanto à formulação de políticas agrícolas que dessem consistência a uma estratégia para o campo (RODRIGUES, 2015, p. 115).

Essas dificuldades também são relacionadas por ele a um cenário de fraco desenvolvimento do ensino das Ciências Agrárias no Brasil, processo em que a Esalq se destacava positivamente:

> Poucas faculdades de Agronomia eram efetivas; em São Paulo, a ESALQ já era reconhecida como o grande templo da ciência agronômica, ponto de partida de pesquisadores, extensionistas, professores, empresários, políticos, funcionários públicos e toda gente que, de uma forma ou de outra, estava empenhada na revolução do agronegócio nacional, tirando-o do cenário provinciano e interno para leva-lo ao espaço internacional que lhe estava inequivocamente reservado, dadas as características territoriais e climáticas do País (RODRIGUES, 2015, p. 115).

Tal como os paulistas que fundaram a Sociedade Rural Brasileira em princípios do século 20, aqui os agrônomos de São Paulo, notadamente aqueles formados pela Esalq, apresentam-se como uma espécie de *intelligentsia* do setor agropecuário em nível nacional, um tipo de direção moral e intelectual da classe em todo o país. A instituição é vista aqui como um ponto de partida de pessoas que, a partir dos conhecimentos adquiridos ali, e da sanção de seus títulos acadêmicos, levariam o desenvolvimento, tal como concebido por eles, para as demais regiões do país, impulsionando seu desenvolvimento, construindo a riqueza nacional:

> Formar um grande contingente de profissionais habilitados para transformar o potencial reconhecido em realidade foi um dos focos dos F-65. Muitos de nossos melhores homens e mulheres dedicaram a ensinar, seja na própria ESALQ, seja nas novas faculdades públicas e privadas que se criaram naquela fervura institucional nacionalista. E todos deram uma inestimável contribuição a esta tarefa magistral, a de criar o "exército" dos técnicos que fariam a revolução silenciosa nos campos brasileiros, de norte a sul, de leste a oeste (RODRIGUES, 2015, p. 115).

Portanto, "o primeiro grande desafio era formar gente treinada, capacitada, motivada para essa gigantesca tarefa que se desenhava no horizonte". Novamente, isso aparece atrelado ao desafio, imposto pelo regime militar, de expandir as fronteiras agrícolas do país e "integrar" ao seu setor produtivo setores sociais e espaços geográficos vistos por eles como destacados do restante do país: "Estávamos em pleno período de regime militar no governo, para o qual um tema era dominante: integrar e ocupar o vasto sertão brasileiro, e não havia outra forma de fazê-lo que não fosse por meio da agropecuária" (Rodrigues, 2015, p. 115).

Tal como observado no discurso das lideranças paulistas na Sociedade Rural Brasileira, em princípios do século 20 (capítulo 1), tal como observado no discurso dessas lideranças paulistas relacionadas ao cooperativismo rural nos anos 1960 (capítulo 3), aqui novamente atualiza-se o espírito do bandeirante paulista, como figura capacitada, agora por seus capitais escolares privilegiados, a desbravar e desenvolver outras regiões brasileiras, consideradas por eles como inabitadas e não produtivas.

É importante observar que a Esalq, além de se localizar em São Paulo, é uma escola com forte predomínio de paulistas em sua composição. Na F-65, a turma de Roberto Rodrigues,

de um total de 119 ingressantes, 104 eram naturais do estado de São Paulo, o que equivale a 87,4% do total. Além dos paulistas, havia 6 mineiros, 5 paranaenses, 1 fluminense e 1 amazonense. Dois outros integrantes eram originários de outros países: 1 da Hungria e 1 do Líbano. Fazendo um paralelo com o que disse Mendonça (2009) sobre a composição e atuação da Sociedade Rural Brasileira, poderíamos dizer que se trata de uma escola "de paulistas para paulistas".

Ao analisar a amplitude de campos de atuação profissional dos agentes formados na turma da Esalq de 1965, pode-se ter um indício da importância real desses agentes no desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria patronal brasileira, bem como do chamado agronegócio em diversos contextos do país. Rodrigues (2015) cita várias referências de sua turma de agronomia, nas mais diversas áreas que compõem hoje o agronegócio do país.

Em primeiro lugar, destaca-se os integrantes da turma que se tornaram professores universitários: foram professores da própria Esalq Arary Marconi, Cyro Zinsly, Rodolfo Hoffman, Maria de Lourdes Buccinelli Wiendl, Frederico Wiendl, Gilberto Casadei, Marco Antonio Azeredo Cesar, Max Bose e Sinval Silveira Neto. Quer dizer, dos 113 formandos, 9 viraram professores da própria instituição, um número que pode ser considerado alto. Mas os integrantes da turma também lecionaram em outras instituições de ensino superior. Na UNESP de Jaboticabal foram professores Ely Nahas, João Demattê, Tomomassa Matuo, além do próprio Roberto Rodrigues, que, posteriormente, também se vinculou à Fundação Getúlio Vargas, fundando o núcleo FGV Agro. Na UNESP de Botucatu, lecionaram Leonía Apparecida de Lima, Paulo de Carvalho Mattos e Paulo Rodolfo Leopoldo. Em outras instituições, foram professores Benedicto Young, Eduardo Lara Campos, Luiz Antonio de Oliveira Costa e Mauro Leitão (Rodrigues, 2015, p. 116). Assim, de um total de 113 formandos, pelo menos 20 tornaram-se, em algum momento, professores universitários. Isso representa mais de 17% da turma.

Destaca-se também os nomes da turma que desenvolveram carreiras na pesquisa científica. Nos estudos sobre pecuária de corte são citados os nomes de Celso Boin e Darcy Beisman. Na área da fruticultura cita-se Jorgino Pompeu, especialista em citricultura, e Ivan Ribeiro, que criou uma variedade de manga, denominada Touro, em homenagem a sua turma da Esalq. Na pesquisa sobre arroz tem-se o nome de Jaciro Soave. Na área de tecnologia de alimentos destacaram-se Mauro Leitão, que foi diretor geral do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), ligado à secretaria de Agricultura do estado, e Takuo Hashizume, especialista em vinhos. Mamor Fujiwara, Genesio Cervellini e Roberto Thomaziello

destacaram-se na área do café. Antonio Pereira de Camargo na cana-de-açúcar. Na área de mecanização cita-se os nomes de Gastão da Silveira, Sergio Kurachi, Tomomassa Matuo e Heitor Machado de Campos. No Instituto Biológico de São Paulo atuou Therezinha Sachetto. Por sua vez, Maria Leonina da Silva atuou como pesquisadora no Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE), na Costa Rica. Já Luiz Antonio Lovadini e Romeu Kiihl trabalharam com pesquisa em leguminosas, o que fez do último "o pai da soja brasileira". Dessa forma, "onde quer que tenham trabalhado, estes F-65 fizeram história, e seus nomes estão indelevelmente ligados aos grandes progressos das mais diversas cadeias produtivas" da agricultura (Rodrigues, 2015, p. 116).

A contribuição da turma seria de igual relevância na área da extensão rural, sempre apresentada por Rodrigues como atividade *heroica* – "e não ficamos para trás na heroica missão de transmitir os conhecimentos gerados por nossos professores e pesquisadores aos produtores rurais dos mais distantes rincões do Brasil – a assistência técnica e extensão rural". Nessa área, entendida por ele como um "duro campo de atividades, pouco reconhecido até hoje", é destacado o nome de vários profissionais, egressos da F-65: Adhemar Hamada, Benedicto Young, Djalma Pires, Edson Carraro, Edson Mussio, Eduardo Lara Campos, Geraldo Donato (que dirigiu a Divisão Regional Agrícola, em Ribeirão Preto, ligada à secretaria de Agricultura do estado), Hidetaka Koga, Hiromu Kobori, Ivoney Queiroz, João Lucio Marasco, José Norival Augusti, Laerte Fregonesi, Luiz Antonio de Oliveira Costa, Marcos Furquim, Mario Pares, Pedro Scalzo, Verino Ramos da Cruz, Shigetaka Ikeda, Waldyr Barbosa, Eliseu Rasera, Sven Lenz, Washington Tango, Tutomu Honda, Antonio Carlos Neves, Wanderley Salgado, Roberto Thomaziello, Mamor Fujiwara, José Carlos Gonçalves, Tomás Eliodoro da Costa e Luiz Antonio Lovadini (Rodrigues, 2015, p. 116).

Aqui há um dado extremamente relevante: enquanto, entre os egressos da F-65 atuantes na academia e na pesquisa havia o nome de mulheres (quatro no total), não há nenhuma delas citadas na área de extensão rural, justamente a lista mais longa. Isso demonstra a existência clara de uma divisão de papeis e mesmo de uma estigmatização do trabalho das mulheres na linha de frente da assistência técnica e da extensão rural, algo presente ainda hoje na realidade da Agronomia brasileira. Ademais, a própria presença de mulheres da F-65 era diminuta. De um total de 113 formandos, apenas 5 são mulheres, o que representa 4,4%. Se tratava, de fato, de uma profissão reservada quase exclusivamente aos homens. Lembremos também que, dos quatro filhos de Roberto Rodrigues, esta profissão foi reservada aos dois homens, cabendo às duas filhas mulheres cursar Psicologia e Direito. A genealogia de

agrônomos de 5 gerações da família é quase totalmente masculina, pois a esposa de Rodrigues é a única mulher agrônoma da família.

Se referindo ao sucesso dos integrantes de sua turma de Agronomia, Rodrigues (2015, pp. 116-117) ainda cita o caso daqueles que se tornaram empresários bem-sucedidos, com destaque para Luiz Antonio Lovadini, Mario Pares, Tomás Eliodoro da Costa e José Carlos Gonçalves. Novamente, todos homens. Também há o destaque aos integrantes da turma que foram referência das inovações tecnológicas no campo da qualidade de sementes: Jaciro Soave, Benedicto Young, Huguiyoski Sugeta e Seizi Miiki são citados. São destacados também aqueles que foram referência no desenvolvimento das tecnologias de máquinas agrícolas:

> Na pesquisa, estiveram grandes técnicos, com Gastão Moraes da Silveira, autor de vários livros sobre o tema, bem como Sergio Kurachi, ambos do IAC, e João Floriano de Menezes. Toyoshiko Kashima teve papel fundamental na criação das colhedeiras de café produzidas pela Jacto, e Tomomassa Matuo, na UNESP de Jaboticabal, inventou e fabricou equipamentos para aplicação de defensivos. Também Armando Foresti cresceu no setor, e colegas como Jatyr de Godoy foram impulsionadores do comércio de melhores equipamentos. José Valdir Sartori, por seu lado, teve papel de destaque na fabricação e na distribuição de equipamentos para a agroindústria, especialmente no setor sucroenergético. Roberto Petrocelli contribuiu com este setor no início de sua carreira (RODRIGUES, 2015, p. 120).

No setor de agrotóxicos, chamados por eles de defensivos agrícolas, também se destaca o papel dos profissionais da Esalq. Em primeiro lugar, Rodrigues (2015) cita o papel de seu professor na instituição, Odilon Saad, que publicou um dos primeiros livros tratando sobre o tema no Brasil, *A Hora e a Vez dos Herbicidas*. Além disso, ele destaca uma suposta redução nos níveis de utilização de agrotóxicos no Brasil – o que contrasta com os números apresentados em estudos acadêmicos relativos a isso - e diz que "boa parte destas reduções deveu-se ao trabalho de colegas empenhados na modernização desse complicado segmento". Segundo estudos acadêmicos da área, na verdade o consumo de agrotóxicos aumentou cerca de 700% no Brasil nos últimos 40 anos (Spadotto e Gomes, 2021). Ainda conforme Rodrigues (2015, p. 118), "é notável a participação dos F-65 nesses [supostos] avanços todos, com destaque para Cristiano Simon, o Kixu, que presidiu a Andef [Associação Nacional de Defesa Vegetal] por mais de vinte anos". Ele também cita o papel de outros colegas de turma nesse campo: Carlos Matsuno, Joji Matuda, Antonio Carlos de Vivo, Miguel Siqueira, Hiromu Kobori, Sebastião Antonio Garcia, Archimedes de Assis Machado, Shigetaka Ikeda, Tutomu Honda, José Carlos Fernandes, Ivandro Sanchez, Helio Lima e Therezinha Sacchetto.

Rodrigues também destaca o papel de alguns de seus colegas no desenvolvimento de diversas culturas agrícolas no Brasil. Ele ressalta, em primeiro lugar, o caso da soja, que nessas mais de cinco décadas passou por uma profunda expansão no território nacional:

> A participação dos F-65 nessa extraordinária revolução foi enorme. Entre outros, no comando de todo o processo genético, esteve Romeu Kiihl, conhecido como "o pai da soja no Brasil", premiado por suas conquistas, conhecido em todo o mundo. Mas, outros colegas ajudaram bastante, seja como produtores, seja como pesquisadores, seja como técnicos no setor, como Verissimo Alves Filho (produtor de sementes de amendoim em Jaboticabal e responsável pela introdução de variedades de soja precoce em rotação com cana-de-açúcar), Sebastião Conrado e Sylvia de Andrade, Ivan Antonio Aidar, Djalma [Pires da Silva] e José Marcos Lorenzetti (RODRIGUES, 2015, p. 122).

São citados também o caso da produção de milho, com o colega Souza Koguishi, que teria participado dos avanços no setor a partir de produção no Paraná; do algodão, cultura em que "tivemos a mão firme de alguns colegas, como Verino Ramos da Cruz, João Lucio Marasco e Takami Doyama"; no caso do arroz, ele destaca "a contribuição do colega Jaciro Soave, que trabalhou com a cultura no IAC, em Campinas"; ele também cita o desenvolvimento da cultura do amendoim no país, destacando o papel de Verissimo Alves Filho, que produziu sementes dessa leguminosa em sua empresa em Jaboticabal (Rodrigues, 2015, pp. 122-123); a cultura do café também aparece com bastante destaque:

> O café, cultura que foi a grande alavancadora de vários estados produtores, sobretudo o estado de São Paulo, o norte do Paraná, o sul de Minas, e que hoje apresenta destaque no Cerrado brasileiro e em todo o Espírito Santo, teve grande participação de vários colegas F-65, como José Carlos Gonçalves, Roberto Thomaziello, Tomás Eliodoro da Costa, Walderley Lima Salgado, Mamor Fujiwara e Genesio Cervellini, entre outros. Tanto nas áreas da pesquisa e da extensão rural, como na área empresarial, **estes F-65 são a referência nacional e mundial**, vencendo inúmeras provas e concursos como produtores ou como técnicos. **São um orgulho da Turma de Ouro** (RODRIGUES, 2015, p. 123, grifo nosso).

Quando fala sobre o desenvolvimento da produção cafeeira no Brasil nessas mais de cinco décadas, Rodrigues também se refere ao papel da pesquisa desenvolvida no paulista Instituto Agronômico de Campinas (IAC) durante esse período:

> No início dos anos 50, o IAC realizou os primeiros estudos sobre adequação dos cafeeiros sob as diversas condições climáticas. O IAC possui um acervo de informações meteorológicas de mais de cem anos, o que permitiu que o Instituto contribuísse para o desenvolvimento do zoneamento climático para a cafeicultura no estado de São Paulo, de modelos agrometeorológicos para projeção de safra e de estudos do efeito do clima na fisiologia dos frutos. O adensamento de plantas, a irrigação, o notável melhoramento genético, o combate a pragas tradicionais e novas, entre outros, foram fatores de progresso na cafeicultura (RODRIGUES, 2015, p. 123).

E Rodrigues não para por aí. Para ele, "também a laranja teve a participação expressiva de alguns F-65 notáveis". Na área da pesquisa, ele cita o nome de Jorgino Pompeu, que "recebeu merecidos prêmios pela sua atuação". Já por suas ações em empresas ligadas ao setor, ele cita os nomes de Edmundo Blasco, Ivoney Queiroz, Marcos Furquim, Ivan Aidar e Hans Krauss, "sendo que este último liderou até mesmo a associação dos industriais do setor". Ele se refere à Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus), presidida por Krauss. Este

também presidiu o Fundo de Defesa da Citricultura Paulista (Fundecitrus), foi membro do Conselho Deliberativo da Abrassucos e da Abecitrus, além de diretor da Sucorrico S/A Indústria e Comércio, da Citral, da Trop Suco, da Citrovale, da Citro Mogiana e da Sucocítrico Cutrale, empresas ligadas ao setor. Ele foi um bem-sucedido empresário rural, produtor de laranja, soja e gado de corte – "realizou inúmeras viagens de estudo ao exterior e publicou dezenas de matérias sobre citricultura na imprensa especializada" (Rodrigues, 2015, pp. 124, 201). Em suma, é alguém com relevância considerável na citricultura brasileira.

Entre os nomes citados acima, também vale destaque o de Ivan Aidar, que faz parte do Conselho de Agronegócio da Fiesp, entidade sobre a qual refletiremos no capítulo 5. Ele nasceu em Bebedouro/SP, em 29 de outubro de 1941. É classificado por Rodrigues (2015, p. 209) como um "empresário bem-sucedido" e, a partir de 2003, tornou-se membro titular do Conselho Administrativo da Coopercitrus. É a partir desse cargo que ele ingressa no Cosag/Fiesp, representando essa entidade no Conselho da Federação de Indústrias. Desde meados nos anos 1990, Aidar "partiu para uma nova e promissora fronteira agrícola no Maranhão, onde planta soja, milho e faz integração lavoura-pecuária".

A história de Aidar com a produção de laranja remonta ao período após sua formatura na Esalq, quando retornou a fazenda da família, em Severínia/SP, e substituiu as plantações de café por citrus e cana: "diversificou ainda mais os negócios da família ao comprar terras em Minas Gerais e no Mato Grosso do Sul, onde, por muitos anos, plantou soja e formou pastagens para desenvolver seu projeto de pecuária bovina" (Rodrigues, 2015, p. 209).

Entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, ele passou a fazer parte de um empreendimento de citricultura que assumiu uma indústria de sucos recém falida, construindo a FRUTESP, uma grande indústria de processamento de laranja. Eles chegaram a processar 34 milhões de caixas de laranja e foram considerados a terceira maior indústria do ramo no mundo. Posteriormente, a empresa foi vendida ao grupo Dreyfus. Sobre o colega Aidar, Rodrigues ainda arremata: "com refinado tino comercial e grande capacidade de liderança, sempre se destacou em todas as atividades exercidas, tanto no setor privado, como no cooperativista, como produtor de café, laranja, cana e como pecuarista" (Rodrigues, 2015, p. 209).

Mas Roberto Rodrigues também destaca o caso da cana-de-açúcar, atividade tão importante ao desenvolvimento da agroindústria no estado de São Paulo e que, em grande medida, conferiu a potência e o poder econômico que essas elites paulistas detêm hoje. Também é a atividade econômica principal da própria família Rodrigues. Ele diz que:

> Nesta cultura, os F-65 também se destacaram sobremaneira, especialmente na área técnica e empresarial, com as figuras famosas de José Marcos Lorenzetti e Luiz

> Octavio Junqueira Figueiredo, que trabalharam em unidades industriais produzindo açúcar, etanol e a própria biorrefinaria. Produtores agrícolas independentes, como Ivan Aidar, tiveram grande desempenho nesta época, e Antonio Pereira de Camargo dedicou toda a sua vida a trabalhar na Estação Experimental José Vizioli, em Piracicaba. Marcos Antonio Azeredo Cesar, Adelardo Brajão, Pedro Duarte e José Valdir Sartori ajudaram o avanço da cadeia produtiva (RODRIGUES, 2015, pp. 124-125).

Destes, destaca-se o papel desempenhado por José Marcos Lorenzetti. Nascido em Lençóis Paulista/SP, em 1943, Lorenzetti desenvolveu atividades ligadas à produção de café, soja e cana-de-açúcar, este seu grande sucesso profissional. Desde seu último ano de graduação, na Esalq, trabalhou no grupo empresarial da família, a Usina São José e a Companhia Agrícola Zillo Lorenzetti:

> Nesse período, administrou cerca de 40.000 hectares de canaviais e 3 milhões de cafeeiros nas regiões de Garça, Marília, Pederneiras e Piratininga, todas no estado de São Paulo, e publicou vários trabalhos sobre a cultura canavieira nas revistas e em anais de diversos congressos nacionais da Sociedade dos Técnicos Açucareiros do Brasil (STAB), nos anais do Congresso Brasileiro de Ciência do Solo (CBCS) e nos *proceedings* do XIXISSCT – International Society os Sugar Cane Technologists (RODRIGUES, 2015, p. 230).

Em busca de inovações tecnológicas para a cultura, Lorenzetti viajou diversos países: Estados Unidos (Flórida, Louisiana e Hawaii), Austrália, África do Sul, Filipinas, Cuba, Peru, Colômbia e Guiana, além de várias regiões e estados brasileiros.

Ele também compôs as entidades representativas do setor. A partir de 1979, foi membro do Conselho Consultivo de Tecnologia do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) da Copersucar; foi membro do Conselho de Administração desta por duas gestões, entre 1991 e 1997, quando se tornou membro de seu Conselho Fiscal, até 2003. Também "foi conselheiro da STAB por muitos mandatos e é, sem sombra de dúvidas, um dos maiores especialistas em cana-de-açúcar do País" (Rodrigues, 2015, p. 231).

É interessante observar como esses agentes também mobilizam para si uma imagem ligada à modernização das relações trabalhistas e a preocupações sociais envolvidas com o trabalho no campo. Roberto Rodrigues já mobilizara tal imagem para retratar o trabalho desenvolvido por ele na Fazenda Santa Isabel – a *fazenda modelo* –, após sua formatura na Esalq e o ingresso do pai na gestão política de Estado. Aqui, essa imagem é mobilizada também para retratar o papel desempenhado pelo colega Lorenzetti na gestão dos negócios sucroalcooleiros da família:

> A partir de 1980, com a participação da FEA-USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, [Lorenzetti] começou um intenso trabalho de modernização do trabalho rural com os cortadores de cana, o que resultou no estabelecimento de um modelo de relações de trabalho com volantes rurais, modificando por completo os termos de recrutamento, seleção, treinamento, transporte, alimentação, implantação de transporte adequado, eliminação dos "gatos",

> introdução de equipamentos de segurança, e melhoria da gestão do trabalho (RODRIGUES, 2015, p. 230).

Ele ainda complementa, dizendo que, a partir dos anos 1990, quando assumiu a Diretoria de Recursos Humanos do Grupo Zillo Lorenzetti, o colega teria introduzido mais uma série de políticas sociais consideradas avançadas para o setor sucroalcooleiro da época, como seguro-saúde para os trabalhadores, plano de aposentadoria, participação nos lucros e políticas de assistência social. Atualmente, discursos vinculados a questões socioambientais compõem as formas de ação política de frações consideradas mais modernas do agronegócio brasileiro (Pompeia, 2021). Como vemos aqui, tais discursos e preocupações já compõem seu repertório político desde as décadas de 1970, 1980 e 1990 e, independente de ações verdadeiras ou simples argumentos retóricos, fazem parte de estratégias de reprodução social enquanto parte da elite da agricultura e da agroindústria patronais em São Paulo.

Mas, falando ainda sobre o desenvolvimento da cana-de-açúcar no Brasil, além da contribuição direta dos integrantes da F-65, Rodrigues cita novamente o papel do IAC no desenvolvimento de tecnologias para esta produção:

> Nos últimos cinquenta anos, **foram lançadas mais de 34 cultivares, só pelo IAC**, e um exemplo de tecnologia adotado pelo setor sucroenergético é o sistema de Mudas Pré-Brotadas (MPB), tecnologia de multiplicação que contribui para a produção rápida de mudas e traz um grande salto na qualidade fitossanitária, no vigor e na uniformidade do plantio. Por meio deste sistema, **o IAC mudou a maneira do plantio de cana praticado há 500 anos, uma revolução tecnológica sem precedentes** (RODRIGUES, 2015, p. 125, grifo nosso).

Ainda sobre a importância dos integrantes de sua turma de Agronomia para o desenvolvimento da agricultura brasileira, Rodrigues também cita o caso do feijão, em que José Norival Augusti teria se destacado, já que, "em Taquarituba, foi um leão na defesa deste alimento fundamental na alimentação de todos os brasileiros". Ele ainda complementa, dizendo que "o trabalho de Norival Augusti é reconhecido em todo o estado de São Paulo, e sua vida dedicada a esta cultura foi fundamental, tendo recebido merecidos prêmios". Atrelado a isso, ele novamente destaca o papel do IAC, também no desenvolvimento de tecnologias para a produção de feijão: "O IAC lançou, na década de 70, a variedade carioquinha, que é, hoje, a mais consumida em todo o País, e já se cultiva a nona geração desta variedade, cada vez mais resistente a doenças e pragas" (Rodrigues, 2015, p. 125). Ganha destaque a recorrência da presença do IAC nesses relatos de trajetórias dos agrônomos formados na Esalq e do desenvolvimento da agropecuária paulista, o que informa a centralidade da instituição neste processo.

O Instituto Agronômico de Campinas é um instituto de pesquisa agropecuária ligado à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ele foi fundado, em 1887, por Dom Pedro II, chamando-se à época Estação Agronômica de Campinas. Cinco anos depois, em 1892, passou para a administração do governo estadual de São Paulo. Atualmente, o Instituto conta com 161 pesquisadores científicos e 319 funcionários de apoio. Tem uma área física de 1.279 hectares de terra, onde estão inseridos sua sede, o Centro Experimental de Campinas e 12 Centros de Pesquisa, localizados em Campinas, Cordeirópolis, Jundiaí, Ribeiro Preto e Votuporanga: "Sua atuação garante a oferta de alimentos à população e matéria-prima à indústria, cooperando para a segurança alimentar e para a competitividade dos produtos nos mercados interno e externo" (IAC, s.d.).

O setor de carnes também é citado por Rodrigues. Segundo ele, "neste setor, a contribuição dos F-65 é inestimável. Na pesquisa científica, ele cita como referência Celso Boin, "hoje reconhecido consultor no segmento", e Darcy Beisman, que trabalhou na secretaria de Agricultura de São Paulo, em Sumaré, por décadas. Em relação ao setor privado, como "grandes mestres produtores", ele cita os casos de Alvaro Antonangelo, Wilson Antonangelo, Manoel Magalhães, empresário em Goiás, Wilmony de Toledo, empresário no Pará, Ivoney Queiroz, Yoshio Kamizono, Mario Pares e Joachim Jung, pecuaristas no Mato Grosso. Na área da indústria de carnes, ele cita o nome de José Ricardo Bezerra Medina como uma referência. É destacada a presença desses paulistas, como investidores e produtores pecuários, em outros estados brasileiros, evocando novamente a imagem do paulista como o moderno bandeirante, agente capaz de desbravar territórios, empreender ganhos econômicos e levar sua própria noção de desenvolvimento a esses espaços.

Ele também cita o setor da avicultura, em que "um grande líder da F-65" seria Mauro Lima, que presidiu uma importante cooperativa desse setor em Descalvado/SP. Além disso, ele cita Mario Pares, produtor de aves reconhecido em Socorro/SP, e Plinio Fernandes e Souza Koguishi, investidores do setor (Rodrigues, 2015, p. 127).

Na criação de coelhos e chinchilas, ele cita o nome de Cyro Zinsly como referência. Este colega também é apontado como uma referência na criação de cavalos, junto com Ivan Aidar, que presidiu o Conselho Técnico da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos da Raça Mangalarga, "dando grande impulso à raça". Também são citados os nomes de Orivaldo Bortoleto e Wilson Antonangelo, como referências em equinocultura (Rodrigues, 2015, p. 127).

Além disso, segundo Rodrigues, "o tema 'florestas plantadas' teve significativa participação dos F-65". Trata-se de um setor que se encontrava em momento crucial de desenvolvimento na época de formatura da turma. Em 1966, foi promulgada a Lei de Incentivos Fiscais para o Florestamento e Reflorestamento e, mais ou menos, nesse período eram criadas as primeiras escolas de Engenharia Florestal do Brasil: "nossos colegas saíram da ESALQ no momento em que estas coisas aconteciam". Nesse ramo, ele dá destaque ao nome de Francisco Kronka, que dirigiu o Instituto Florestal de São Paulo, além de publicar trabalhos sobre o tema. Além disso, cita os nomes de Hideyo Aoki, Plinio de Souza Fernandes, Edegar Giannotti, Celso Chagas, Sergio Paiva de Paula, Cesar Finochio, Angelo Di Ciero, Mitsuhiko Tsuhako e Claudio Cianflone, apontados somente como pessoas que "deram sua contribuição exemplar para este moderno setor do agro brasileiro" (Rodrigues, 2015, pp. 129-130).

Rodrigues (2015, p. 130) também fala dos avanços da produção de leite no Brasil e, nesse campo, cita a contribuição de seu colega Oswaldo Suzuki, que "trabalhou muito no setor de laticínios (Nestlé) e deu sua significativa contribuição para o avanço do mesmo". Na fruticultura, ele destaca o fato do Brasil ser hoje um grande exportador de frutas *in natura* ou processadas e, nesse sentido, cita as contribuições de Takami Doyama, como produtor; Leonardo Packer, como consultor para a fabricação de sucos e doces, além de ter contribuído para a organização de importantes indústrias do setor no Brasil e na África; Ivan Aidar, como produtor de laranja e mamão; Edmundo Blasco, como uma liderança na citricultura; o já citado Hans Krauss, por sua importância no setor de sucos, além de ter presidido associação de industriais do setor; e Yoshio Kamizono, que liderou grande grupo de produtores de frutas no estado do Pará.

Ele também diz que "foram muitos os F-65 que se dedicaram aos produtos hortifrutigranjeiros", com destaque para Edson Mussio, Ivan José Antunes Ribeiro, João Marasco, José Carlos Fernandes e Archimedes Machado. Apesar de não trazer maiores detalhes a respeito, ele cita a contribuição de colegas no campo do meio ambiente, no qual "militaram" Angelo Di Ciero, Eduardo Lara Campos e Paulo Rodolfo Leopoldo (Rodrigues, 2015, p. 131).

Além da importância de todos esses setores para o desenvolvimento da agropecuária brasileira e do chamado agronegócio, como se sabe, o cooperativismo agrícola tem um papel importante na organização econômica e política desses setores. Roberto Rodrigues teve papel central nessa engrenagem, atuando no cooperativismo em nível local, estadual, nacional e até internacional. Mas ele não esteve sozinho nessa história. Falando sobre

a evolução do cooperativismo no Brasil, ele cita o papel de diversos colegas de turma nesse processo:

> Nossos colegas F-65 tiveram relevante papel nessa atividade: Mauro de Lima presidiu cooperativa de aves em Descalvado; Edmundo Blasco presidiu uma cooperativa agrícola em Araras; e Ivan Aidar é até hoje [2015] conselheiro da Coopercitrus, uma das mais importantes do Brasil. Hidetaka Koga foi dirigente de cooperativa em Adamantina, e eu mesmo fui presidente de cooperativa agrícola, fundei e presidi uma cooperativa de crédito rural de produtores de cana, presidi a OCB e a ACI – Aliança Cooperativa Internacional, com sede em Genebra, na Suíça. Yoshio Kamizono liderou a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), no Pará, e Kenji Numata trabalhou no Paraná. Trabalharam, ainda, no setor Tomomassa Matuo, Takami Doyama, Seizi Miike, Toyoshiko Kashima, Edson Mussio, Alcides Myamoto, João Marasco e Djalma da Silva (RODRIGUES, 2015, p. 132).

Com esse mapa geral, procuramos demonstrar um desenho a respeito do vasto campo de atuação e da importância dos papeis desempenhados pelos formandos de 1965 do curso de Agronomia da Esalq, a turma que se autodenomina F-65 ou a *Turma de Ouro* da Esalq. Isso ajuda a informar a importância que teve a Esalq no desenvolvimento da agropecuária brasileira e até mesmo na formação política do agronegócio (Pompeia, 2021) brasileiro ao longo do tempo. Conforme arremata Rodrigues (2015, p. 132):

> **Não houve setor de atividade econômica do agronegócio brasileiro em que os F-65 não tenham participado de alguma maneira**, e sempre positivamente. **A saga de uma Turma tão especial jamais será esquecida pela agronomia brasileira**. Professores excelentes na ESALQ, companhias maravilhosas de colegas de outras turmas, aplicação dos "efessessentaecinco", namoradas e esposas, bem como os maridos de nossas poucas meninas foram as razões desta magna contribuição. O mundo em que vivemos sofreu enormes transformações [...] e nossa Turma de Ouro soube permanentemente adaptar-se aos novos tempos, vivendo o seu Tempo de Ouro... (RODRIGUES, 2015, p. 132, grifo nosso).

Assim, podemos perceber a centralidade dessa instituição, considerada uma das mais importantes escolas de Agronomia do Brasil, bem como de seus egressos, em sua maioria paulistas, vistos aqui como uma *intelligentsia* do agronegócio nacionalmente, tanto no desenvolvimento de diversos setores da agropecuária e da agroindústria patronais, como na organização da palavra política do agronegócio (Bruno, 2009) em nosso país.

A reprodução da *intelligentsia* do agronegócio paulista: de aluno da Esalq à professor de Agronomia da Unesp

Após sua formatura em Agronomia na Esalq, Roberto Rodrigues foi convidado a dar aulas sobre cooperativismo no curso de Agronomia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/Unesp, no campus de Jaboticabal. A então designada Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal foi criada em 3 de maio de 1966. O ingresso de Rodrigues no quadro docente desta instituição data do ano seguinte, 1967, e teria ocorrido

por meio de um convite de Jesus Marden dos Santos, então diretor da Faculdade e que havia sido professor de Rodrigues no curso de Agronomia da Esalq (Rodrigues, 2020; Unesp, s.d.).

> [Jesus Marden dos Santos] falou "olha, eu quero que você dê aula para mim, mas eu não posso te contratar, que não tem dinheiro". "Ah, eu dou aula". Dei aula de graça, dois anos para ele aí na Faculdade. Aí fizeram concurso, eu fui contratado. Prestei o concurso, passei no concurso, virei professor de Cooperativismo em Jaboticabal. Era a única faculdade de Agronomia do Brasil que tinha o curso de Cooperativismo (RODRIGUES, 2020).

Após o concurso, ele foi lotado no Departamento de Economia, Administração e Educação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do Campus da Unesp de Jaboticabal. Sua dedicação nunca foi exclusiva à docência universitária e seu regime de trabalho era de apenas 12 horas semanais. Ele dava aula na disciplina de Associativismo e Administração Rural para os cursos de Agronomia, Veterinária e Zootecnia. Mas tratava principalmente de cooperativismo e dizia ser "o único professor de cooperativismo nas escolas de Agronomia do Brasil inteirinho". Permaneceu no quadro docente da instituição até 2012, quando se aposentou (CNPq/Currículo Lattes, s.d.; Rodrigues, 2020).

Analisar a forma como ocorreu seu ingresso ali é relevante para percebermos a importância das redes de relações na projeção destes agentes a determinados espaços da sociedade – afinal, seu ingresso na docência da Unesp se deu pelo convite do ex-professor, que agora o considerava uma das referências no debate sobre o cooperativismo no estado. Cabe lembrar que por este período Rodrigues principiava trajetória em entidades locais do cooperativismo, na região de Guariba, como vimos no capítulo 3. Depois se tornou referência estadual, nacional e até internacional no tema.

Sua indicação como docente da Unesp informa também a importância do prestígio adquirido pelo novo professor, que aceitou trabalhar dois anos sem nenhuma remuneração, certamente a partir do cálculo de que a experiência adquirida ali, a projeção de seu nome e a renovação de capitais de relações sociais valeria ainda mais que os benefícios de um salário. Se ele ingressou como docente somente com o título de engenheiro agrônomo, um dos reconhecimentos que recebeu por esta trajetória docente foi o título de doutor *honoris causa*, conferido a ele pela Unesp, no ano de 1998.

Esses títulos e distinções escolares contribuem para legitimar a atuação de quem os recebe. Por meio desses rituais, o Estado passa a ser detentor de um poder simbólico burocratizado, que é outorgado aos homenageados. É como se houvesse a substituição dos antigos títulos de nobreza pelos títulos e distinções conferidos pelo Estado através de suas instituições educacionais: "a entrega de diplomas, frequentemente feita em cerimônias solenes, é comparável à sagração do cavaleiro" (Bourdieu, 2011, p. 39). A entrega de um título, como o

de doutor *honoris causa*, confirma e legitima o conhecimento e a aptidão daquele que o recebe, cujos capitais, em grande medida, já são reconhecidos pela sociedade: "passamos de um capital simbólico difuso, apoiado apenas no reconhecimento coletivo, a um *capital simbólico objetivado*, codificado, delegado e garantido pelo Estado, burocratizado" (ibid., 2011, p. 112).

A presença na universidade também é uma forma de reprodução do capital social deles. Rodrigues parece ter apostado muito na criação de redes de relações com seus próprios alunos, buscando ser uma referência para eles e os acompanhando na trajetória profissional após a formatura – "a molecada foi gostando de mim, eu fui crescendo. Eu fui paraninfo 12 vezes em Jaboticabal, 12 vezes, imagina você, paraninfo ou patrono, 12 vezes. Então eu era muito querido pelos alunos. E deu muito certo isso aí". Ele ainda complementa:

> E aí eu comecei a acompanhar meus alunos depois de formados e vários deles cresceram. A Mônika Bergamaschi, que foi minha aluna, chegou à secretária de Agricultura de São Paulo, foi secretária do Geraldo Alckmim, hoje [2020] ela é presidente da Abag de Ribeirão Preto aqui. Foi minha aluna. O Ismael Perina foi meu aluno e o primeiro emprego dele foi comigo. A Mônika trabalhou comigo também depois de formada, trabalhou quando eu era presidente da Rural Brasileira [SRB]. O Ismael Perina, o primeiro emprego dele, eu era presidente da Associação Rural de Guariba e ele trabalhou comigo. E vários alunos meus... [...] o Marcos Landell, que é o maior técnico de cana de São Paulo hoje e do Brasil, foi meu aluno em Jaboticabal. Então, eu acompanhei essa molecada. Então, essa molecada saiu daqui e foi crescendo para fora, precisava de alguma coisa de cooperativismo, vinha falar comigo: "Ah, eu sou secretário de Agricultura de Rondônia, me dá uma informação, como eu faço isso?". "Ah, pois não" (RODRIGUES, 2020).

Além dos nomes citados aqui, Roberto Rodrigues foi professor de Antônio Carlos Costa, superintendente de Agronegócio do Deagro/Fiesp, e de Cecília Fagan Costa, que trabalha na FGV Agro. Eles são casados e desenvolveram suas trajetórias profissionais percorrendo caminhos em estreita proximidade a Roberto Rodrigues, o que será detalhado no capítulo 5. Os dados trazidos aqui informam, mais uma vez, a centralidade das universidades paulistas na formação de referências técnicas e quadros políticos, gestores do agronegócio e ocupantes de importantes funções na estrutura de Estado no Brasil.

Neste cenário, *acompanhar a molecada* depois da formatura implica, ao professor *querido pelos alunos*, a possibilidade de influir nos rumos da política pública para a agricultura em diversos níveis de atuação do Estado brasileiro. A partir disso, se pode aconselhar o secretário de Estado, orientando sua ação. Ele tem o canal de diálogo privilegiado com o cientista da cana, pesquisador do Instituto Agronômico de Campinas (IAC). Pode oferecer emprego e ter relação de extrema proximidade profissional com os melhores da turma, como aquela aluna que *chegou à secretária de Agricultura de São Paulo*.

Para alcançar esse sucesso, ele buscava repensar a metodologia das aulas. Ao invés de priorizar a teoria, trabalhava muito a parte prática. Articulava visitas a cooperativas, levava

seus alunos a propriedades rurais, buscava inseri-los no universo real da produção agrícola e do próprio cooperativismo rural – "eu era um professor diferente, viu". O cumprimento da parte teórica do cooperativismo envolvia outras articulações: ele convidava pessoas referência na área para ministrarem algumas de suas aulas. O então presidente da Ocesp, Américo Utume, era convidado para dar aulas sobre a história do cooperativismo. Eram também convidados representantes do INCRA e de outras universidades de São Paulo e de outros estados. Cada convidado era considerado referência no tema a ser ministrado em aula (Rodrigues, 2020). Estas conexões acadêmicas permitiam também inserir representantes políticos das elites agrárias e agroindustriais nos espaços internos da universidade, disseminando ali os valores da "sociedade do agronegócio" (Heredia, Palmeira e Leite, 2010).

Assim, as elites paulistas apresentam-se como direção moral e intelectual da classe ao longo do tempo, posicionando-se como a *intelligentsia* desse setor em diversos momentos. Sua presença e de seus representantes em universidades e centros de pesquisa e a importância dessas instituições paulistas para o desenvolvimento da agricultura no país aparece como elemento de centralidade nos discursos dos representantes patronais rurais e agroindustriais de São Paulo. Para eles, a importância do estado paulista para o desenvolvimento do modelo do agronegócio também está em apresentar as bases para o desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura brasileira ao longo do tempo:

> A importância de São Paulo é realmente muito grande porque o [Instituto] Agronômico de Campinas, a Esalq de Piracicaba e o [Instituto] Biológico de São Paulo eram a base científica para a agricultura brasileira se desenvolver: "Ah, mas tinha a EMBRAPA...". Claro que a EMBRAPA hoje é o grande centro científico do Brasil, mas começou no Agronômico, se não fosse o Agronômico não teria a EMBRAPA. O Instituto Agronômico de Campinas que lançou as bases da tecnologia, da ciência agronômica, com respaldo da Escola de Piracicaba, que formava os técnicos (RODRIGUES, 2020).

> Os institutos de pesquisa em São Paulo têm uma importância fundamental para a história do agronegócio brasileiro. O Agronômico de Campinas, o Biológico, Instituto de Zootecnia, o Instituto de Tecnologia de Alimentos – o Ital – o Instituto de Economia Agrícola e o Pesca, que são seis institutos, têm uma importância enorme (SAMPAIO FILHO, 2013).

Aqui, vemos a disposição de uma rede institucional envolvendo entidades de pesquisa e universidades que, caminhando de maneira articulada entre si, teriam patrocinado o avanço dos conhecimentos e técnicas voltadas às principais culturas de lavoura do estado, fortalecendo determinado projeto para a agricultura nacional e ajudando, inclusive, a formar a tal *intelligentsia* do agronegócio de outros estados e regiões do país - "inclusive lideranças de outros estados que aqui vieram estudar, vieram conhecer o Agronômico, e foram pra outros estados implementar órgãos de pesquisa na mesma direção" (Rodrigues, 2020).

Se as universidades e centros de pesquisa cumprem papel importante para o fortalecimento do projeto do agronegócio no estado e no país, cabe mencionar que seu papel, para as lideranças do setor, não está somente em difundir determinada forma de pensar a agricultura e agroindústria do país, mas também em constituir importantes redes de relações que envolvem os agentes do agronegócio em dinâmicas inter-regionais e os posicionam de maneira privilegiada em determinadas figurações de poder (Elias, 1994; 2017).

Intelligentsia e liderança: o papel dos paulistas na organização política do cooperativismo brasileiro

A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) foi oficialmente criada em 1969. Nesse processo teve papel de destaque Antonio José Rodrigues Filho, pai de Roberto Rodrigues e egresso da Esalq, da turma de 1935. Desde seu surgimento no país, ainda entre o final do século 19 e início do 20, o cooperativismo não tivera uma entidade unificadora nacional. A partir da década de 1930, foram criadas as primeiras legislações para regulamentação do setor. Neste contexto, a partir das primeiras décadas do século 20, coexistiram duas entidades nacionais de representação: a Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco), o que acabava alimentando divergências de concepções e enfraquecendo o movimento cooperativista nacionalmente (Mendonça, 2009).

Esse quadro de polarização agremiativa se altera a partir do final dos anos 1960, quando o então ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, atua para unificar as duas entidades, "uma vez que as cooperativas já despontavam como polos importantes para políticas agropecuárias, a despeito da 'ausência' de representantes únicos e consensuais que 'dialogassem' com o Governo". Essa "iniciativa pacificadora" foi liderada por Rodrigues Filho, que foi incumbido de reunir, em uma só entidade, as duas concorrentes. Desse processo, nasce a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em 1969 (Mendonça, 2009, pp. 183-184).

Então, Rodrigues Filho foi eleito como presidente provisório da nova entidade nacional. Isso ensejou movimento análogo de unificação do cooperativismo também em dimensão estadual, em São Paulo. Ali, tal como em cenário nacional, também havia uma dupla representação cooperativista. Ao lado da União das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ucesp), criada na década de 1950, havia a Associação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo (Acapesp), criada em 1965, justamente em função de divergências no interior daquela (Mendonça, 2009). A unificação do movimento cooperativista nacional,

promovida pelo então ministro da Agricultura e operada com a contribuição de Rodrigues Filho, ensejou movimento paralelo também em dimensão estadual:

> O presidente provisório da OCB aproveitaria o ensejo para também promover a aproximação entre a Ucesp e a Acapesp, entidades estaduais presididas, respectivamente, por João Rodrigues Alckmin e Gervásio Tadashi. Dessa aproximação, emergiria a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp), fundada em outubro de 1970 e tida como episódio fundamental para a consolidação da entidade nacional, dado que suas bases sociais eram, majoritariamente, paulistas (MENDONÇA, 2009, p. 184).

Como se vê, Rodrigues Filho teve importância central na consolidação da representação política nacional do cooperativismo, tal como conhecemos hoje. Além do mandato provisório, quando da criação da OCB, ele ainda foi presidente da entidade por mais dois mandatos: nos períodos de 1970 a 1973 e de 1973 a 1976. Nove anos depois de deixar o cargo, seu filho, Roberto Rodrigues, assumiria a presidência da entidade, justamente em contexto em que o cooperativismo, representado pela OCB, alcançava lugar de centralidade na representação política patronal rural e agroindustrial em nível nacional. Roberto Rodrigues assumia a presidência da OCB 20 anos após se formar em Agronomia pela Esalq.

Portanto, pai e filho presidem a entidade em diferentes – e, diga-se, centrais – momentos de sua história. Desta forma, se percebe novamente a importância de uma genealogia de paulistas se reproduzindo como uma elite da classe, como representantes e porta-vozes do setor, agentes capacitados e autorizados a falar em nome do grupo e que, desta forma, constroem também o que é a história do agronegócio em São Paulo e no Brasil – principalmente, considerando a importância da OCB neste contexto, especificamente, como agente central na construção do agronegócio como palavra política no Brasil, o que foi atestado por Mendonça (2009). Como disse a autora, "seria em torno de Rodrigues, agora ex-presidente da OCB, porém guinado aos mais altos postos dentro e fora do sistema cooperativista, que a agremiação consolidaria, definitivamente, sua hegemonia" no cenário da representação patronal rural e agroindustrial do país naquele momento – até a criação da Abag, em 1993.

Essas trajetórias pessoais e familiares se cruzam, se alimentam e se fortalecem em conjunto, devendo ser pensadas desde uma articulação que projeta a ambos na esfera da política de Estado e da representação classista, fortalecendo estratégias de reprodução familiar que se materializam em sobrenomes tornados tradicionais na história do setor agropecuário do estado e do país. Parafraseando o título do trabalho de Aquino (2015), a respeito do movimento de moradia em São Paulo, é como se a luta estivesse no sangue desses agentes. Em se tratando da representação patronal rural e agroindustrial de São Paulo e do Brasil e novamente

parafraseando o autor, podemos dizer que a família Rodrigues seria claramente uma família apta a participar da luta.

Outra família considerada apta a participar da representação patronal rural, via movimento cooperativista, é a família Ometto, cuja trajetória foi retratada no capítulo 2. Diversos integrantes da família estão ligados ao desenvolvimento de cooperativas locais de produção de cana-de açúcar em São Paulo. São destacados os papeis de João Ometo (pai de João Guilherme) e de seus irmãos Jerônimo e Pedro, além do sobrinho Hermínio, apontado como o mais destacado neste meio. Ele presidiu o Sindicato da Indústria do Açúcar e a Associação dos Usineiros de São Paulo. Também foi membro do Alto Conselho Agrícola do Estado de São Paulo (Gordinho, 1986). Hermínio teve um papel político destacado. Ele viveu entre 1914 e 1986, se formando em Ciências Econômicas e Administração na Pontíficia Universidade Católica de Campinas, em 1946. Um ano depois, se tornou vereador na cidade de Araras/SP, Casa da qual foi presidente, posteriormente. Além disso, foi prefeito daquele município, entre 1952 e 1955 (FHO, s.d.).

Por sua vez, João Guilherme Ometto, que se formou em Engenharia Mecânica no campus da USP de São Carlos, em 1963, além de ter sido presidente da Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil (STAB), foi vice-presidente e presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool de São Paulo (COPERSUCAR). A STAB foi fundada em 18 de julho de 1963, tendo como principal objetivo o intercâmbio científico, técnico e cultural entre as diversas regiões produtoras de cana-de-açúcar do Brasil e do exterior. Atualmente, a entidade se entende como “o sustentáculo dos técnicos brasileiros que atuam no setor sucroalcooleiro” (Stab, s.d.). Já a Coopersucar, é uma entidade criada em 1959, sendo considerada atualmente umas das maiores cooperativas de exportadores de açúcar e etanol do Brasil. A entidade busca fazer a conexão entre as usinas e os clientes, comercializando em larga escala os produtos derivados da cana-de-açúcar e buscando fortalecer os mecanismos de logística do setor, integrando todos os elos produtivos dessa cadeia (Coopersucar, s.d.).

Os primos de João Guilherme, Narciso e Gilberto Ometto, também fizeram parte do Conselho desta entidade. João Guilherme ainda foi membro da Sociedade Internacional de Tecnologistas de Cana de Açúcar (ISSCT) e apontado como tendo tido importante papel, nos anos 1980, em reuniões internacionais de articulação de temas relacionados à exportação de álcool. Ele também foi membro do Conselho Universitário da USP, um dos fundadores da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e vice-presidente da Fiesp, na qual foi um dos fundadores do Conselho do Agronegócio da entidade.

Mas, voltando à família Rodrigues, assim como seu pai, Roberto também permaneceu na direção da OCB por dois mandatos, de 1985 até 1991, e instituiu mudança estatutária para não permitir que houvesse mais do que uma possibilidade de reeleição. Rodrigues (2020) fala um pouco sobre a organização interna da entidade:

> A OCB era uma instituição nacional. Então, o presidente é paulista hoje, eu já fui presidente, o Marcio já foi presidente, mas já teve mineiro presidente, duas vezes, teve também um catarinense já. A OCB é uma instituição jovem, de 71 [na verdade, 1969], ela é muito nova ainda, tem pouco mais de 45 anos, 50 anos. Então é uma entidade nova. Acho que teve uns 8 ou 9 presidentes só, poucos presidentes. Mas não tem uma estrutura engessada, é muito flexível, o presidente leva quem ele quer [para a diretoria]. Tem uma eleição de um conselho. O conselho da OCB elege um representante de cada região, são 5 regiões: sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste. Cada região dessas tem um vice-presidente nacional. E aí esses 5 escolhem o presidente, que pode ser um deles, pode ser contratado inclusive, ou uma terceira pessoa, contrata alguém de fora. Então esse conselho tem um presidente e 5 vice-presidentes. E tem mais um representante por setor: um do setor agropecuário, de crédito, de consumo, de trabalho... tem 7 setores hoje no sistema cooperativista brasileiro. Então tem um conselho de 12, mais o presidente. E aí o país inteiro é representado, todo mundo representado lá.

Ele tomou posse na presidência da OCB em junho de 1985. Naquela ocasião, contexto de final da ditadura civil-militar e de emergência da Nova República, falava da existência de uma "falência dos sistemas políticos, sociais e econômicos vigentes". Aos olhos do interlocutor, acontecia algo muito semelhante ao que muitos classificam hoje como uma crise do sistema político brasileiro e mundial: "Os governos, sejam de direita, de esquerda ou de centro, carecem de apoio das maiorias; ou seja, algum tempo depois da conquista do poder pelo voto, os governantes não conseguem satisfazer seus eleitores". Nesse sentido, ele dizia que se clamava "por uma nova ordem neste tripé das sociedades", processo em que seria "imperioso valorizar o homem e recolocá-lo como centro dos propósitos doutrinários universalistas". Para ele, "não existem mais dúvidas de que, na solução desse intrincado quebra-cabeças, caberá ao cooperativismo destacado papel" (Rodrigues, 2008b, p. 97). O então novo presidente da OCB ainda sintetizava, dizendo que:

> A doutrina cooperativista que persegue a correção dos desajustes sociais através do equilíbrio econômico é o próprio desaguadouro das preocupações materiais ou metafísicas dos filósofos modernos. O cooperativismo é o caminho do meio, do consenso e do equilíbrio, a ser aberto e palmilhado pelos políticos do nosso tempo (RODRIGUES, 2008b, p. 97).

Ele próprio buscava pavimentar esse caminho político. Dizia que no Brasil a consciência política e organizacional em torno das pautas do cooperativismo ainda eram muito pouco desenvolvidas – "o cooperativismo brasileiro não tem sequer uma posição política, no sentido de classe, compatível com sua poderosa expressão econômica e social". Após apresentar brevemente a participação do cooperativismo nos diversos setores econômicos, ele acusava a

não equivalência de representação desses atores na política nacional e, questionando onde estavam representados, respondia à própria pergunta: "na verdade, não estamos, companheiros! Mas é chegada a hora de estarmos" (Rodrigues, 2008b, pp. 97-98).

Essa abertura de oportunidade à participação política ocorreria, para ele, por duas razões: a reabertura democrática e o amadurecimento do movimento cooperativista nacional - "Maravilhosa coincidência essa: estamos ficando prontos para participar efetivamente, no instante exato em que a Pátria solicita nossa participação". E complementava: "devemos fazê-lo. Precisamos fazê-lo. Vamos fazê-lo, exercendo o legítimo poder de pressão que nos é dado pelo Estado democrático" (Rodrigues, 2008b, p. 98). É curioso ver que, em meados dos anos 1980, em contexto de reabertura democrática, ele se posicionava como um entusiasta desse processo, saudando o "Estado democrático" brasileiro, ainda que tenha classificado o golpe de 1964, à época dos acontecimentos, como "revolução", conforme vimos no capítulo 3.

No momento de reabertura democrática dos anos 1980, ele conclamava a união do movimento cooperativista para enfrentarem os desafios colocados na nova conjuntura e afirmarem suas pautas diante do novo governo e da sociedade em geral:

> Vamos todos juntos nesta caminhada, vamos ocupar os espaços, vamos enfrentar nossos detratores e nossos inimigos, aqueles que nos consideram uma ameaça às suas ambições e aos seus projetos; vamos nos afirmar junto à Nova República, vamos dar-lhe o braço, sem buscar paternalismos, e, juntos, elevar o cooperativismo, no conceito da assunção das responsabilidades que cabem a cada um de nós, integrados dentro do Sistema OCB (RODRIGUES, 2008b, pp. 98-99).

Isso passava por buscar o fortalecimento do cooperativismo de crédito, dar ênfase à autogestão e fortalecer as estruturas estaduais do sistema cooperativista formado pela OCB, além de dar ênfase a discussões sobre nova legislação para o setor. Na agropecuária, ele apontava a necessidade desses agentes participarem de discussões mais amplas, como por exemplo, a da reforma agrária, alvo de grandes debates no contexto da Constituinte que se avizinhava. Esse tema da reforma agrária seria, para ele, o "centro das atenções da intelectualidade brasileira", tema em que o cooperativismo mereceria destaque:

> Nessa matéria, estamos convencidos de que o cooperativismo, pela sua experiência consolidada em programas de assentamento e pela sua eqüidistância em relação aos diversos setores interessados, pode ser o fórum adequado para a discussão e o encaminhamento, sem passionalismo, da boa Reforma Agrária (RODRIGUES, 2008b, p. 99).

São curiosas suas posições em relação a esse tema, além do destaque conferido à agenda em seu discurso. Ele dizia que, em relação ao tema da reforma agrária, eles teriam condições de defender "sempre posições racionais, sem paixões e sem radicalismos, com o equilíbrio daqueles que querem corrigir o social através do econômico, com os olhos voltados

para toda a sociedade nacional" (Rodrigues, 2008b, p. 99). Isso tem a ver com a doutrina que constitui o cooperativismo ao longo do tempo. Conforme destacou Mendonça (2009, p. 180), "semelhante doutrina pressupunha a vitória do interesse geral sobre os particularismos e a dos grupos sobre os indivíduos, gerando uma ordem social idealizada, baseada na harmonia e na negação da luta de classes". Assim, eles constroem uma imagem de neutralidade em relação ao tema, o que lhes permite espaço privilegiado em sua discussão.

A união que conclamava do sistema cooperativista era alicerçada pela imagem da união e do pacto social, representados pelo governo da Nova República, "sonhado pelo presidente Tancredo Neves e acalentado pelo presidente José Sarney" (Rodrigues, 2008b, p. 99). Como mencionado, é nesse contexto que a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) se torna uma das principais forças dirigentes da classe patronal rural brasileira, constituindo-se como peça central do processo de renovação dessa representação patronal e na resolução de uma crise de representatividade, então enfrentada pelo setor. Segundo Mendonça (2009, p. 177), a partir de 1985, quando Rodrigues assume sua presidência, a OCB se tornaria "a grande força dirigente de todo o patronato 'agrário' nacional". A autora detalha esse processo:

> No momento da divulgação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quatro grandes entidades disputavam a representação política legítima do patronato rural brasileiro: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a OCB e a oficialista Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A crise derivada da "modernização" da agricultura brasileira acarretara profunda segmentação de interesses no interior da classe dominante agrária, levando a um duplo processo de diferenciação: econômica e política. Com isso, estava aberto o espaço para uma disputa que envolveu todos os setores da classe dominante agrária com vistas a assegurar a permanência de seus porta-vozes em agências da sociedade política – ou sua exclusão destas -, o que, num cenário marcado pela especialização não só da agricultura, mas também de suas entidades, tornava cada vez mais difícil a construção do consenso. As lideranças da OCB, mediante uma série de intervenções políticas decisivas – sobretudo o enfrentamento da União Democrática Ruralista (UDR) e a formação de um novo projeto para agricultura brasileira -, seriam exitosas nessa empreitada (MENDONÇA, 2009, pp. 177-178).

A institucionalização da OCB, como representante legítima do segmento cooperativista, também ocorreu por sua inserção internacional, integrando organizações como a International Cooperative Alliance (ICA) e a Organização das Cooperativas da América (OCA), o que reforçou o capital político e simbólico da entidade junto ao patronato rural brasileiro (Mendonça, 2009). Boa parte desse destaque internacional da entidade se deve à atuação de Roberto Rodrigues:

> [Ele] foi presidente da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas. Presidiu também a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, órgão centenário que congrega 800 milhões de pessoas em todo o mundo, por intermédio de 250 organizações nacionais de cooperativas, representando uma centena de nações (1997-2001). Conhece oitenta países, em todos os continentes. Recebeu a medalha Albin Johansson do cooperativismo sueco, por seu trabalho em favor da democracia e da paz no mundo

> todo, além de condecorações da OCB, da Organização das Cooperativas das Américas – OCA e de inúmeros estados brasileiros (RODRIGUES, 2008a).

Mas a participação da OCB e a centralidade do movimento cooperativista na representação patronal rural na Nova República também se fez sentir no que diz respeito aos debates da Constituinte, no final da década de 1980. Rodrigues teve um papel de grande destaque, como representante do setor e um dos executores de seus *lobbies* parlamentares durante a Constituinte. Na OCB, ele começou a liderar esses debates logo após assumir sua presidência, em 1985. Naquele ano, no debate sobre Cooperativismo e a Constituinte, promovido pela Organização das Cooperativas do Estado do Mato Grosso, ele fazia um pronunciamento chamando o grupo à responsabilidade. Segundo ele,

> Têm faltado ao nosso poderoso país, em todos os segmentos sociais, homens que, exercendo cargos ou funções de natureza pública ou em termos de representação, tenham coragem e disposição para assumir por inteiro a carga de responsabilidade inerente a eles. E a nós, do cooperativismo, pela própria doutrina que defendemos, cabe o dever inequívoco de dar o testemunho e o exemplo dessa assunção (RODRIGUES, 2008b, p. 53).

Ele defendia a realização de debates ao redor do país para definirem as pautas que o cooperativismo defenderia na Constituinte. No evento do Mato Grosso, após traçar um panorama e um fazer balanço ao público das constituições até então promulgadas no país, ele propunha uma discussão conceitual sobre o que é uma Constituição, o que são leis complementares, leis ordinárias e decretos-leis. Esse contexto de debates constituintes foi, para eles, um momento privilegiado para discussão de um projeto de nação.

Eles fazem formação política e promovem discussões teóricas e conceituais sobre isso com suas bases sociais – tal como efetivado por Rodrigues, no evento mencionado, no Mato Grosso, quando debateu conceitualmente com suas bases o arcabouço jurídico brasileiro. Como parte do chamamento e da unificação do grupo para a luta, precisa-se promover a conscientização e formação política adequadas. As lideranças, como Roberto Rodrigues, se portam aqui como verdadeiros intelectuais orgânicos da classe, agentes formuladores, formadores e multiplicadores, que promovem o trabalho político prático, mas também o teórico que o baliza. Ele é didático nesse processo:

> Pois bem, senhores, num estado organizado democraticamente, o poder constituinte emana do povo. Este, por meio de seus representantes, tornará a Assembléia (ou o Congresso) constituinte. A expressão, nesse caso, é um adjetivo: assembléia constituinte, ou seja, assembléia que constitui, de forma, que estabelece uma constituição. Portanto, assembléia constituinte é aquela investida de poderes para estabelecer uma Constituição (RODRIGUES, 2008b, p. 57).

Do ponto de vista do conteúdo do que defendia para a próxima Constituição, ele chamava a atenção para a necessidade de um elevado espírito republicano, que deixasse de lado corporativismos – ainda que estivesse ali, justamente, defendendo os interesses do seu setor:

> É preciso atentar para o fato de que se todos os segmentos sociais conseguirem impor normas constitucionais favorecendo suas aspirações específicas, correremos o risco de recebermos uma Carta Magna protetora de interesses de grupos contra o interesse geral, arrastando nosso país para uma espécie de corporativismo perigoso. A Constituição deve, tanto quanto possível, conter normas que assegurem direitos e estabeleçam garantias para todos os cidadãos e para todos os segmentos sociais. Não devemos reivindicar privilégios que eventualmente prejudiquem outros setores da nacionalidade. Devemos defender nosso setor sem ofender os outros. Devemos ser justos e cooperativos (RODRIGUES, 2008b, p. 58).

Ainda que falasse contra o que classifica como pautas corporativas, ele apontava a importância de liderarem suas bases sociais no debate da Constituinte, intervindo nesse processo de maneira organizada. Ele dizia que o grupo deveria "perder o medo de assumir" sua "condição de classe vigorosa", imagem que já teria alcançado ali:

> Precisamos perder a inibição de, como importante segmento da sócio-economia nacional, partir para o exercício das pressões a que temos direito, e que nos competem. Vamos fazer *lobby*, porque isso não é pecado e nem é imoral. Vamos assumir por inteiro nossa missão histórica ou, então, teremos de deixar a liderança para os mais corajosos (RODRIGUES, 2008b, p. 60).

Nos anos seguintes, ele seguia escrevendo sobre cooperativismo e constituinte e sua atuação ali foi intensa, se constituindo como um dos principais protagonistas do patronato rural naquelas disputas. Ele destaca seu perfil mediador e sua capacidade de diálogo com diferentes setores políticos e sociais, como atributo que lhe permitiu sucesso nessas tarefas:

> Mesmo na OCB, que eu fui presidente mais tarde, em 85 fui eleito e em 86... até 88 estive na constituinte, e eu queria colocar na constituição brasileira temas ligados à agricultura e ao cooperativismo. Alguns eu tive que ir pela direita, outros eu tive que ir pela esquerda. Então alguns me achavam de esquerda, outros me achavam de direita. E eu não era nenhum dos dois. Então eu era acusado de ser de esquerda, ser de direita. Não estou nem aí com o que vocês acham que eu sou, mas eu ia por esse caminho desde a faculdade (RODRIGUES, 2020).

Essas mediações, de fato, foram centrais, já que o contexto caracterizou uma figuração (Elias, 1994) de poder entre entidades e dirigentes patronais, que disputavam entre si a legitimidade da representação patronal. Como comentado, naquela conjuntura, a OCB articulava um bloco político com a SRB e a oposição sindical da SNA. Do ponto de vista das disputas intraclasse dominante agrária, a presença da União Democrática Ruralista (UDR) constitui-se como um dos principais pontos de tensão naquele cenário. A UDR é caracterizada por Bruno (1997) como "os sem-terra dos patrões", pois tinham como centralidade a defesa absoluta da propriedade e do monopólio fundiário e podiam, no limite, utilizar táticas radicais para fazer essa defesa. A entidade foi criada em junho de 1985, tendo como grande liderança o

agora governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado. Conforme destacou a autora, "a criação da UDR começou a tomar corpo durante o Congresso Nacional sobre reforma agrária, em fins de junho de 1985, promovido pela CNA, em resposta à apresentação da proposta do PNRA em maio do mesmo ano" (Bruno, 1997, p. 50).

A efetivação da construção da entidade ocorreu em Goiânia, após encontro na sede da Federação da Agricultura daquele estado, em que estiveram presentes, além de outras lideranças, Ronaldo Caiado e Plínio Junqueira Júnior, pecuarista paulista do Pontal do Paranapanema. O encontro entre os dois teria sido decisivo para a efetivação da entidade, já que convergiam no pensamento sobre a importância de uma entidade classista não vinculada ao Ministério do Trabalho, o que proporcionaria a autonomia e a liberdade necessárias para o trabalho político e de mobilização patronal que almejavam. Além disso, "a maior identidade entre os dois consistia na visão sobre a inevitabilidade da violência e na identificação do inimigo comum: a Igreja progressista e o Movimento Sem-Terra" (Bruno, 1997, p. 51).

Ainda que houvesse disputas marcadas e distinções entre diferentes frações e grupos do patronato rural naquele contexto, eles mantinham unidade e atuavam conjuntamente quando o assunto era a defesa de seus interesses fundamentais de classe, notadamente a defesa do monopólio fundiário. Este tema ganhou força no governo da Nova República a partir do anúncio I Plano Nacional de Reforma Agrária e das discussões sobre a Constituinte:

> Organizados como classe, compondo alianças entre si e agregando-se em tendências auto-nominadas "moderadoras" e "revisionistas", mas que pouco diferiam entre si, médios e grandes empresários rurais, latifundiários tradicionais e modernos, fazendeiros e produtores rurais, todos, sentiram-se ameaçados porque viam na proposta do PNRA a "infração às normas" do Estatuto da Terra, a possibilidade de desapropriação das terras "produtivas", a violação do direito de propriedade e o retrocesso político. Juntos, eles defenderam o lucro e a renda. Juntos, lutaram pela manutenção e ampliação dos privilégios advindos com a modernização "conservadora" (BRUNO, 1997, p. 48).

Um dos principais instrumentos para que o patronato rural de que fazia parte Rodrigues e a OCB pudessem fazer frente às ações da UDR, disputando com esta a legitimidade da representação patronal na Constituinte, foi a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), criada por eles naquele contexto.

Intelligentsia e liderança: o papel dos paulistas na Assembleia Nacional Constituinte e na Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB)

> Em 1987, de forma muito tumultuada, começaram os trabalhos da Constituinte. Na CNA eu iniciava a nova gestão com o compromisso de fazer uma "limpeza", o grande alvo das "esquerdas revolucionárias". Era de tirar o sono. Foi aí que surgiram as figuras de Roberto Rodrigues e Flavio Teles de Menezes e, confesso, a minha, ou

> melhor, a nossa salvação. A CNA, a OCB e a Sociedade Rural Brasileira formariam a Frente Ampla em defesa da propriedade privada (PAOLINELLI, 2008a, pp. 5-6).

Se referindo à conjuntura política brasileira da Nova República, Alysson Paolinelli destaca alguns dos desafios enfrentados pela representação política da agricultura e da agroindústria patronal naquele contexto. Ao se referir a própria trajetória, como presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) naquele contexto, Paolinelli também destaca o papel de Roberto Rodrigues. Ele foi uma das pessoas centrais na organização da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB). Essa entidade foi criada no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, como forma de organizar a oposição das elites rurais e agroindustriais à possibilidade constitucional de reforma agrária e, especificamente, ao I Plano Nacional de Reforma Agrária, organizado no governo de José Sarney.

Aquele foi um momento de grandes tensões e disputas sociais, já que a redemocratização do país ensejou o relançamento das mobilizações populares pela conquista de direitos e, especificamente, das lutas camponesas em favor da reforma agrária, bloaquedas momentaneamente pelo golpe civil-militar, de 1964. Esse processo produziu repercussões nas entidades de representação do patronato rural, gerando reorganizações e renovações nessas instâncias de representação, como já mencionado (Bruno, 1997; Mendonça, 2009).

No contexto da Nova República, a questão agrária brasileira reconfigurou-se para o Estado como um problema social, exigindo medidas também sociais para sua resolução. Muitas pressões políticas se fizeram nesse sentido. Um dos méritos da proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária, então apresentado, foi a de resgatar do Estatuto da Terra (1964) a desapropriação por interesse social, como instrumento prioritário de reforma agrária. No entanto, "a reação logo se fez sentir, fazendo cair por terra a avalição de que o país 'estava maduro' para aceitar e levar adiante a reforma agrária" (Bruno, 1997, p. 47).

Naquele contexto, houve a ampliação da representação política e a construção de uma nova retórica de legitimidade do patronato rural brasileiro. Emerge ali "uma nova ideologia do *moderno* no campo", processo que encontra seus fundamentos em uma agricultura de fato mais modernizada e integrada, cuja base é "a imagem de um patronato rural progressista, regido pela criatividade empresarial e pela competitividade" econômica (Bruno, 1997, p. 16).

> As transformações que se seguiram ao processo de modernização da agricultura solaparam as estruturas legais de representação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, ao mesmo tempo em que desvendaram uma crise de representação patronal, abrindo espaço para uma disputa generalizada pela hegemonia. Neste contexto de crise e de disputa, assistimos a uma tentativa de renovação política das elites agrárias e a busca de um novo discurso de legitimidade do patronato rural no Brasil (BRUNO, 1997, p. 18).

A leitura de Bruno (1997) sobre esse processo histórico é interessante, pois desvenda a ação de diferentes frações patronais rurais e agroindustriais que se articulam politicamente para defender seus interesses fundamentais de classe, embora sejam relativamente heterogêneos em sua composição, visões de mundo e formas de atuação política. A defesa do monopólio fundiário os une em vários momentos, como ocorreu nessa conjuntura da Nova República e do processo Constituinte. A reação envolveu a diversidade dos setores componentes dessas elites agrárias:

> A "grita", esperada nas áreas tradicionais, reduto do latifúndio conservador e arcaico, emergiu e organizou-se sobretudo nas regiões diretamente beneficiárias da modernização: o Centro-Sul. Ela mobilizou não apenas as instituições sindicais patronais e aquelas entidades civis já conhecidas e reconhecidas como anti-reformistas, mas também as associações de produtores e as cooperativas que se multiplicaram ao longo das duas últimas décadas, transformaram-se em grupos de pressão e aliaram-se na denúncia e no descrédito à proposta reformista (BRUNO, 1997, p. 47).

Como expressão da renovação na representação de interesses patronais rurais naquele momento, a figura de Roberto Rodrigues ganha destaque, conforme já mencionamos na análise sobre a OCB. Além de presidente desta entidade, entre 1985 e 1991, ele foi um dos protagonistas na criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB). Essa articulação representa um importante processo na organização das elites agrárias brasileiras naquele momento:

> Em meio à mobilização patronal rural contra o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República e as lutas pela democratização da propriedade da terra intensificadas a partir de 1985, e face à proximidade com a instalação de um Congresso Constituinte em 1987, a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) foi articulada como uma iniciativa política que reuniu importantes entidades de representação de interesses dos grandes proprietários de terras e empresários rurais e agroindustriais. Anunciada a partir do lançamento de um manifesto público, no dia 17 de junho de 1986, a FAAB buscou apresentar e defender as principais reivindicações do setor, que estavam centradas na defesa da propriedade da terra e das políticas de incentivo à grande produção agropecuária (FERNANDES, 2018, p. 13)

Um dos principais objetivos da FAAB foi se constituir como uma "articulação abrangente de forças políticas do patronato rural para intervir no processo Constituinte e disputar as políticas públicas em favor de seus interesses" (Fernandes, 2018, p. 13). Como mencionado pelo próprio Paolinelli, essa articulação ocorreu, sobretudo, em torno da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da chapa de oposição sindical da CNA. Secundariamente, também se envolveu a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro.

Esse processo marcou a emergência de uma nova geração de lideranças patronais rurais no Brasil. De um lado, pelas lideranças que então assumiam a direção política da SRB,

representada por Flavio Teles de Menezes, e da OCB, representada por Roberto Rodrigues, e de outro lado, pela oposição sindical na CNA, representada por Alysson Paolinelli. Os dois primeiros, de fato, constituíam-se como uma nova geração de lideranças patronais rurais do país e foram eleitos, em 1985, para a presidência de suas respectivas entidades. O último, embora de uma geração antecedente e já tendo sido ministro da Agricultura no governo Geisel (1974-1979), representava uma renovação na direção do sindicalismo patronal rural então instituída (Fernandes, 2018, p. 54).

É importante destacar aqui que a importância de São Paulo nesse processo, não se dá somente pela centralidade de Rodrigues nessas articulações, mas também pela presença decisiva da Sociedade Rural Brasileira nesse enredo, entidade que, assim como no contexto das décadas de 1930 e 1960, seria mais uma vez decisiva na definição dos rumos políticos da organização patronal rural do país. Seu representante de então, Flávio Teles de Menezes, ingressara na entidade ainda em 1969, quando cursava o último ano do curso de Direito. Ele é pecuarista de segunda geração na família. O fato de ter dirigido a entidade no processo de redemocratização do Brasil e ter participado dessas articulações em torno da FAAB é destacado nos relatos de sua trajetória:

> À época, Menezes reuniu-se com Roberto Rodrigues, então presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), e Alysson Paolinelli, então à frente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Juntos, os dirigentes formaram a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), uma articulação política do setor nos moldes da atual Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). "Foi lá que tudo começou; a representatividade política que temos hoje no setor não caiu do céu", explica Menezes (AGROANALYSIS, 2019, p. 30).

A centralidade da luta desses agentes pela garantia do monopólio fundiário no processo constituinte fica evidente:

> O novo grupo garantiu representatividade aos produtores na Assembleia Nacional Constituinte, em que foram debatidas as bases da Constituição de 1988. A luta no Congresso Nacional assegurou que as propriedades produtivas não fossem suscetíveis de desapropriação no texto final, que, pela primeira vez, também previa um plano agrícola para o País (AGROANALYSIS, 2019, p. 30).

O bloco, formado pela SRB, OCB e oposição sindical da CNA, foi decisivo na organização das elites agrárias brasileiras naquele cenário, bem como na construção política do agronegócio no Brasil. Cabe lembrar que Roberto Rodrigues presidiu a OCB, entre 1985 e 1991, justamente no período retratado aqui. Ele foi a principal referência da OCB, quando de sua afirmação como grande força dirigente do patronato rural brasileiro, a partir da segunda metade dos anos 1980 - momento em que a entidade se apresenta como alternativa para a superação de uma crise de representação do setor, afirmando o *agribusiness* como elemento central de um projeto para a agricultura brasileira. A organização da Frente Ampla e o próprio

papel de Rodrigues pode ser lido como estratégia de mediação de conflitos e de oposição à ideia de *radicalismos*, representada pela União Democrática Ruralista. Segundo Paolinelli,

> Para enfrentar os excessos dos radicais de esquerda havia surgido União Democrática Ruralista comandada por Ronaldo Caiado, que não teve outra alternativa senão radicalizar também. Roberto Rodrigues foi um dos primeiros a enxergar que, na Constituinte, muito pouco se faria com radicalismos. Foi indiscutivelmente o mais ardoroso defensor da Frente Ampla, lugar onde todas as instituições e lideranças não radicais podiam participar. Foi ali que Roberto Rodrigues teve o seu espaço para desenvolver todas as suas habilidades de um líder inconteste do setor rural (PAOLINELLI, 2008a, p. 6).

É interessante o contraponto apresentando por Paolinelli à ideia de *radicalismos* e como destaca a figura de Roberto Rodrigues, como liderança capaz de fazer pontes de diálogos e construir consensos entre setores sociais relativamente divergentes. Como já mencionado, trata-se de uma marca da ação política e do discurso de legitimidade desse agente ao longo do tempo. Ter capacidade de diálogo com atores com pautas e preocupações diferentes constitui-se como atributo de legitimidade por ele nos diversos espaços em que passou. É característica reconhecida por muitos de seus pares, como se vê aqui.

Conforme destacou Paolinelli (2008a, p. 6), as ideias de Rodrigues "eram verdadeiros rumos e direções a serem seguidos" por eles. A atuação no cooperativismo era um dos principais pontos que produziam tal legitimidade: "sua liderança inconteste em todo o cooperativismo brasileiro lhe dava a autoridade necessária para colocar temas polêmicos sob a nova égide de soluções compartilhadas". A trajetória no cooperativismo, além de conferir legitimidade à liderança, também lhe possibilitou a referida habilidade de negociação e de diálogo entre interesses divergentes. Conforme Paolinelli, Rodrigues "tinha o diálogo e o respeito de todos, e com isto muitos temas e conflitos vinham às mesas de discussão com a melhor boa vontade. Conversava com todos – de direita, centro ou de esquerda -, e todos enxergavam nele a sinceridade de quem queria soluções compartilhadas".

Na carta de criação da Frente Ampla, há elementos recorrentes no discurso patronal rural, como analisado nesse trabalho. Se tratava de momento crucial da história brasileira, em que se encerrava um regime militar de mais de 20 anos, constituía-se a chamada Nova República e realizava-se uma Assembleia Nacional Constituinte. Portanto, as elites agroindustriais se faziam presentes e expressavam fortemente suas vozes nesse processo. Na Carta de Princípios da FAAB, em primeiro lugar, chama a atenção a centralidade dada à noção de *liberdade*, tal como percebido no discurso da Sociedade Rural Brasileira, por ocasião do golpe civil-militar de 1964 e na defesa deste.

Na fundação da FAAB, eles diziam que "a liberdade é a mola propulsora da evolução humana". Referiam-se, nesse sentido, ao Estado, dizendo que "de pouco vale ao Estado dizer-se defensor da liberdade, se não tem meios de, politicamente, assegurar aos cidadãos os direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, à segurança e à previdência". Mas a questão da liberdade, associada aos direitos sociais, aparecia contraditoriamente em seu discurso, já que, por outro lado, diziam que "o atendimento das necessidades pela redistribuição da riqueza não afiança a conquista da liberdade" (in: Rodrigues, 2008a, p. 63).

Este discurso informa uma aliança liberal-conservadora entre eles, pois colocam no centro de suas pautas a defesa da *liberdade*, ao mesmo tempo em que constroem um pacto contrário às mudanças estruturais que promoveriam a inclusão social e a superação de desigualdades. Isso configura uma marca histórica na ação política de frações dominantes no Brasil, dialogando com o que se enxerga no país em cenário contemporâneo. Analisando o pacto liberal-conservador, que se constituiu como uma das principais características do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), Cavalcante; Chaguri e Netto (2021, p. 286), dizem que:

> Esta aliança entre conservadores e neoliberais não corresponde a uma mera sobreposição de ideologias ou a um encontro de ocasião. Ao contrário, estamos diante de uma articulação de práticas sociais e culturais, condutas políticas e ideias econômicas que mantêm referências ao neoliberalismo e ao conservadorismo. Ou seja, trata-se de um pacto social e político distinto, ao qual corresponde um modo próprio de conduzir um governo e as políticas de Estado, legitimando um processo de dominação que pressupõe a adesão mínima e simultânea aos polos neoliberal e conservador.

No contexto da Nova República, as elites agroindustriais desenvolvem críticas a regimes políticos que pretendem se estruturar em concepções de justiça social, mas na visão deles, não respeitam a *liberdade* do indivíduo:

> A maioria dos regimes políticos que buscam dar ênfase ao atendimento das necessidades básicas, frequentemente tem se caracterizado por forte cerceamento às liberdades individuais, aí incluídas a limitação da expressão do pensamento, o controle do direito de ir e vir, o atentado à integridade física e o dirigismo da opinião pública (in: RODRIGUES, 2008a, p. 63).

É interessante notar que eles chegam a classificar o "cerceamento da liberdade" como expressão da "secular prática do domínio do homem pelo homem". Para eles, esse processo seria "responsável pelo baixo grau de evolução em que ainda se encontra a humanidade" (in: Rodrigues, 2008a, p. 63). A linguagem em questão se contrapõe e, ao mesmo tempo, incorpora um vocabulário historicamente vinculados às esquerdas e ao modelo de Estado social que eles reputam como ameaçador à *liberdade* do indivíduo. Esse confronto é retrato de um momento histórico em que as disputas de modelo de desenvolvimento – para além do capitalismo – se faziam presentes ao redor do mundo. O discurso patronal rural se apresenta

aqui como defensor de determinado modelo de desenvolvimento, em que a palavra *liberdade* é mobilizada como elemento central, sempre se contrapondo ao projeto político defendido pelos adversários de classe desse patronato.

Analisando esse cenário de organização patronal rural e agroindustrial na Nova República, Bruno (2017, p. 160) diz que havia, entre eles, "a preocupação relativa de como somar os valores da tradição e do conservadorismo à ideologia [liberal] da competência técnica e da rentabilidade empresarial que estava sendo veiculada pelas associações por produto e multiproduto dos complexos agroindustriais e pela OCB". No discurso que analisamos, eles admitem que "liberdade supõe oportunidade" igualitária para todos e, nesse sentido, necessita-se atender "o direito às necessidades básicas" das pessoas para que a ideia de *liberdade* e *livre iniciativa* seja efetivada. No entanto, partem da ideia de que "ao setor privado da economia cabe assumir, de fato, a função de motor autônomo do desenvolvimento":

> Ao Estado, através do governo, compete atuar com isenção e responsabilidade perante a estrutura econômica, deixando de privilegiar determinados setores e grupos e restringindo ao mínimo sua intervenção sobre o mercado, modulando-a no nível que assegure igualdade de oportunidades aos participantes do sistema competitivo. Compete-lhe, ainda, ajustar suas estruturas administrativa e técnica ao grau do desempenho que demandam tais objetivos.
> No campo social, o Estado buscará agir de modo similar, realizando os investimentos e prestando os serviços de interesse comum e os que concorram para o equilíbrio de oportunidades entre os diversos estratos da população (in: RODRIGUES, 2008a, p. 64).

Há uma postura ambivalente das elites agroindustriais em relação ao Estado. Quando se trata da defesa de seus interesses, essas elites enxergam o Estado como um ente tutelar, protetor e provedor de benesses. Por outro lado, podem construir conflitos com o Estado quando este ameaça seus interesses fundamentais de classe. A defesa de um Estado maior ou menor e do papel geral que ele deve cumprir depende do que melhor se ajusta aos seus interesses de momento (Bruno, 2009). No mesmo documento tratado aqui, os representantes da Frente Ampla ainda diziam que a "classe rural" se encontraria em um "alto grau de dependência [...] em relação ao Estado". Diziam também que a "retração da intervenção estatal será forçosamente de elevada complexidade". Por isso, precisaria ocorrer com "uma sólida base de entendimentos políticos" entre diversos setores e grupos e com "uma permanente participação da sociedade rural" (in: Rodrigues, 2008a, p. 64).

É curioso também como eles enxergam os setores sociais ligados à agricultura sem jogar luz a estratificações internas que produzem desigualdades no interior desse setor. Quer dizer, nesse discurso público não dão visibilidade à existência de classes e grupos sociais com interesses distintos e antagônicos no meio rural brasileiro. Se apresentam como a *classe rural*

ou como a *sociedade rural*, buscando ser vistos, não como representantes de classes ou segmentos da agricultura, mas como porta-vozes únicos de todo o segmento, independentemente da existência de enormes divergências entre atores e grupos ali instituídos, fazendo lembrar o conceito de sinédoque política, tal como operacionalizado por Pompeia (2020, p. 197), em sua análise sobre a formação política do agronegócio no Brasil. Conforme o autor, "a sinédoque manifesta-se no campo do agronegócio quando se concebe uma 'parte' (conjunto de agentes políticos do agronegócio) como se fosse o 'todo' (amplo perímetro de funções contidas na noção de agronegócio)".

Isso pode ser visto em diversos momentos da história, sendo um traço constitutivo da construção política aqui analisada, seja em relação ao discurso de legitimidade que embala a organização inicial da Sociedade Rural Brasileira, seja em relação ao discurso patronal no contexto da Constituinte e da Nova República, seja em relação às formas de comunicação do agronegócio contemporâneo. Em todos esses momentos, as classes dominantes da agricultura e da agroindústria apresentam-se como representantes legítimas de todo um setor. Quer seja representado na categoria *classe rural*, *sociedade rural*, *agronegócio* ou mesmo, mais contemporaneamente, na categoria *agro*, o esforço é sempre semelhante: o de esconder conflitos sociais estruturais que demarcam o campo brasileiro e ser reconhecido como o porta-voz legítimo de um conjunto bastante amplo, heterogêneo e, até mesmo, contraditório de agentes sociais.

Mas eles também pautam outros temas, igualmente estruturantes, nesse documento: a questão da renda; a questão social; a questão da propriedade; e a questão do meio ambiente. Em relação ao primeiro ponto, eles falam que é falsa a ideia de que o produtor rural brasileiro é beneficiado por subsídios governamentais. Segundo sua tese, ao fim e ao cabo, esses benefícios seriam transferidos à indústria do entorno da agricultura, que teria seu mercado aquecido, e ao comércio e ao consumidor final, que se beneficiariam com os menores preços dos produtos agrícolas. Sobre a questão social, eles falam que "a equidade social é preservada pelo fortalecimento da livre-iniciativa no campo econômico e pela garantia de oportunidades, no campo social". Nesse sentido, eles falam também de diferenciações entre cidade e campo e discriminações de que os habitantes do campo seriam alvo – "o homem do campo é visto como um mero instrumento de apoio à vida nas cidades". Aqui, eles buscam falar em nome da "agricultura familiar de subsistência, que coloca seus excedentes de produção de alimentos nas cidades (a baixos preços) e contenta-se com ar puro e vistas bucólicas", quer dizer, sem o devido

apoio do Estado para questões econômicas e produtivas (in: Rodrigues, 2008a, p. 68). Já sobre a questão da propriedade privada, eles a atrelam novamente ao tema da *liberdade*:

> A instituição da propriedade privada é a contrapartida material do conceito de que liberdade individual corresponde ao direito, assegurado pela sociedade, de o indivíduo obter, através da livre-iniciativa, o controle absoluto de bens materiais. Desta forma, a propriedade privada é vista como o resultado do trabalho livre e competitivo sob a proteção da lei (in: RODRIGUES, 2008a, p. 70).

Esse é um tema central para o que propõe a agenda política da entidade, já que foi criada para defender os interesses patronais rurais na Constituinte, buscando, sobretudo, frear os ímpetos reformistas dos movimentos políticos que discutiam a questão agrária no Brasil, garantindo a propriedade e o monopólio fundiário aos grandes proprietários do país. Eles evocam mais princípios liberais, na defesa da propriedade privada: essa conclusão seria "derivada do conceito liberal de que a justiça social plena só pode ser atingida pelo livre funcionamento do mercado". Eles argumentam que "o uso da propriedade [...] é orientado pela ordem espontânea do mercado" e, nesse sentido, "nenhum cidadão deve ser constrangido a utilizar sua propriedade de maneira diversa de sua vontade, desde que respeite a ordem social estabelecida" (in: Rodrigues, 2008a, p. 70).

Via de regra, o que eles entendem como o *interesse do indivíduo* aparece como elemento a ser salvaguardado da ação estatal, como que protegido da ameaça de um Estado tutelar, que ameaçaria o princípio da liberdade de escolha e de ação do cidadão médio. O mercado é visto por eles como agente capaz de operar essa mediação entre indivíduo e sociedade, de limitar a concentração de riqueza e de poder nas mãos de alguns, sem ameaçar a liberdade das pessoas e, ao mesmo tempo, possibilitando um equilíbrio coletivo, necessário ao bom funcionamento da sociedade. Como se vê, quando se trata de liberalismo e conservadorismo, "um polo nunca anula o outro. Ao contrário, a unidade entre eles" constitui "o centro de gravidade" em torno do qual determinados projetos políticos se estruturam (Cavalcante; Chaguri e Netto, 2021, p. 287).

Esses são alguns dos elementos que aparecem na plataforma política da FAAB, no contexto da Constituinte e da Nova República. São elementos importantes para pensarmos a construção política do agronegócio em nosso país, processo que contou com a contribuição do trabalho de Rodrigues na FAAB. Conforme destacou Fernandes (2018, p. 55), é justamente no contexto político "de que a FAAB fez parte, que o termo *agribusiness* se consolidou, ocupando o lugar da identidade da *agropecuária* adotada pela Frente Ampla em 1986". Essa experiência política do patronato rural brasileiro, que marcou o contexto de emergência da Nova República,

desembocou na organização política do agronegócio no país e no surgimento da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), em 1993.

Antes disso, a Frente Ampla fez emergir algumas das bases do que seria a moderna representação do agronegócio brasileiro, processo que ocorre em múltiplas frentes, desde as entidades de representação, até a ação parlamentar, organizada via Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), também conhecida como Bancada Ruralista. Esse grupo parlamentar tem origem, justamente, nas articulações para defesa dos interesses das elites agropecuárias na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988). Essa organização inicial da Bancada esteve muito atrelada às duas representações patronais rurais então atuantes na ANC: UDR e FAAB.

Como destaca Ivan Wedekin, agrônomo paulista, formado pela Esalq, em 1974, e assessor nos trabalhos relacionados à Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, quando de sua criação, essa articulação desempenhou um papel importante na afirmação do agronegócio no Brasil – "falar hoje de agronegócio é muito bonito pela sua contribuição, mas nos anos oitenta, nos anos noventa foi preciso muito energia para não esmorecer. E esse é o papel do líder. Esse é o grande exemplo da Frente Ampla da agropecuária brasileira" (Wedekin, 2012, p. 14).

Intelligentsia e liderança: o papel dos paulistas na organização política do agronegócio no Brasil

As origens do agronegócio devem ser compreendidas em articulação ao cenário externo. Primeiro, porque o processo econômico-empírico de constituição dos complexos agroindustriais e de organização do capital financeiro na agricultura brasileira envolvem sua articulação em cenário internacional, já que alicerçado muitas vezes por capitais transnacionais que passam a atuar intersetorialmente na agroindústria aqui estabelecida (Graziano da Silva, 1998; Delgado, 2012).

Em segundo lugar, porque, do ponto de vista de seu aparato de legitimação e das estruturas conceituais que o definem, a afirmação desse modelo remonta ao surgimento da noção de *agribusiness* nos Estados Unidos, em contexto de Revolução Verde, e posterior importação/exportação[42] desse termo ao Brasil. Mobilizada na esteira da industrialização e da modernização da agricultura brasileira e servindo como aparato de legitimação e afirmação de um projeto político para o campo, a noção de *agribusiness* é operacionalizada no Brasil como

[42] Usa-se aqui os dois termos – importação e exportação – para descrever o uso no Brasil de uma categoria formulada por acadêmicos norte-americanos, por entender-se que este processo envolveu papel ativo tanto de quem a importou para o Brasil (intelectuais e representantes da agroindústria brasileira), quanto de quem a exportou dos Estados Unidos (intelectuais e representantes da agroindústria norte-americana).

tentativa de se produzir uma narrativa que desse conta dos efeitos desse processo na realidade do país, buscando descrever a constituição dos complexos agroindustriais, mas escapando à noção crítica presente em tais formulações (vide o que consta nos trabalhos de Kageyana *et. al*, 1998; Passos Guimarães, 1975; Graziano da Silva, 1991; Delgado, 1985).

Nos Estados Unidos, desde a convergência entre atores atuantes nos campos acadêmico, corporativo e governamental e tendo por estímulo forte desenvolvimento da indústria de alimentos, em cenário de crescente urbanização e demanda alimentícia no país, o termo *agribusiness* é cunhado, no ano de 1955, por John Davis e Ray Goldberg, nas cátedras da *Harvard Business School* (HBS). Se essa noção tinha como fundamento o estudo das inter-relações entre agricultura e as demais atividades econômicas, cada vez mais próximas a ela, entendendo-as desde uma perspectiva sistêmica, seu desenvolvimento se deu a partir de um discurso liberalizante, que tinha como princípios centrais uma menor dependência da agricultura em relação ao Estado e o maior potencial da iniciativa privada no reequilíbrio entre oferta e demanda no setor. O desafio seria o de "explorar o que o 'business' poderia fazer pela 'agriculture' nessa direção" (Pompeia, 2018, p. 68). Assim, buscava-se superar visão compartimentalizada entre agricultura e negócios, apostando-se em abordagens de conjunto, em que tais elementos fossem compreendidos desde um paradigma "cooperativo" entre si:

> Por definição, *agribusiness* significa a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, estocagem, processamento, e distribuição de *commodities* agrícolas. Em suma, *agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras (DAVIS, 1955, p. 5 apud POMPEIA, 2018, p. 70).

Concretamente, o conceito de *agribusiness* buscava envolver uma diversidade de atores e instituições, passando pelos proprietários de terra e industriais, pelas associações empresariais e entidades de desenvolvimento e pesquisa, universidades, grupos de pressão e de *lobby*, bem como agentes governamentais que, por sua vez, assumiriam funções de regulamentação e apoio econômico, tecnológico e comercial (Mendonça, 2018, p. 27). Se conceito formulado em espaços acadêmicos na década 1950, já na década seguinte, tendo como base seu agenciamento articulado por este conjunto de atores, notadamente entre Estado e corporações privadas, a noção passa a ganhar maior reconhecimento na esfera pública norte-americana, sustentando nova política alimentar do país e instrumentalizando estratégias de avanço econômico para outras regiões do mundo.

A emergência do conceito de *agribusiness* nos Estados Unidos e sua posterior exportação/importação para o Brasil ocorreram a partir de universidades e suas faculdades de economia e administração – a *Harvard Business School* e a Faculdade de Economia e

Administração da USP, respectivamente. O papel da primeira é especialmente importante, influenciando os rumos da construção política do agronegócio no Brasil: "a HBS se consolidou como o principal centro irradiador da ideia de *agribusiness* ao longo das décadas, tendo papel bastante influente nos rumos que o agronegócio veio a tomar no Brasil" (Pompeia, 2018, p. 99). Como destacou Mendonça (2018, p. 34), uma parte das publicações sobre *agribusiness* dessa escola eram direcionadas para a América Latina, visando, nas próprias palavras desses intelectuais, "a educação dos participantes do agronegócio" desses países. Esse processo foi complementado pela ação de empresas e do governo norte-americano, criando as bases políticas e ideológicas para a expansão do conceito de agronegócio para essa região.

Dessa forma, a noção de *agribusiness* aparece na esfera pública brasileira entre as décadas de 1950 e 1960, sendo agenciada primeiramente por entidades patronais, representantes do setor, como a Sociedade Rural Brasileira e a Confederação Nacional da Agricultura, por exemplo. Como destacou Pompeia (2018, p. 104), a mobilização da noção sistêmica de *agribusiness* por esses agentes ocorreu, principalmente, no sentido de se demandar maior apoio governamental à agropecuária, demonstrando ser esse setor bem mais abrangente do que se acreditava. Se trata, claramente, da mobilização e agenciamento de uma noção capaz de constituir aparato de legitimação e fortalecimento de um projeto econômico e político para as atividades rurais e agroindustriais no país.

Tendo papel de destaque na importação e agenciamento desse conceito ao Brasil, no estado de São Paulo, o *agribusiness* foi percebido e mobilizado desde articulações entre entidades de representação da agropecuária e da indústria, como demonstra o exemplo trazido por Pompeia (2018, p. 104), relacionado a um dos eventos que marcam as primeiras mobilizações públicas do conceito no país:

> Durante um fórum de debates promovido pela Fiesp e pelo jornal *Correio da Manhã* em 10 de setembro de 1957, Francisco Malta Cardoso, conhecido defensor da política de sustentação dos preços do café, com destaque público na década de 1940 como secretário de Agricultura do estado de São Paulo e presidente da SRB, usou a noção de *agribusiness* para criticar o que entendia ser o favorecimento da indústria e do comércio, em detrimento da agricultura, pelo governo de Juscelino Kubitschek. [...] Ao final dos debates, a posição prevalente no fórum foi a de defesa de uma política de desenvolvimento conjugado entre os três setores clássicos (agricultura, indústria e comércio), relacionada a uma perspectiva de *agribusiness*, argumentava-se, pois todos os setores estariam crescentemente interligados e interdependentes.

Chama a atenção o poder mediador contido em tal noção, mobilizada pelos porta-vozes patronais ali como forma de defesa *de uma política de desenvolvimento conjugado entre os três setores clássicos* da economia, como categoria capaz de atestar a que nível esses *setores estariam crescentemente interligados e interdependentes*, ressaltando elementos empíricos que

conformam determinado contexto e traduzindo-se, em última instância, também em poder simbólico capaz de fazer ver e de fazer crer (Bourdieu, 1989) determinada realidade e condição de unificação do setor. Ademais, destaca-se o lugar da Fiesp como protagonista nessa configuração. Ao que parecem sinalizar os fatos, tratou-se de entidade com grande capacidade de articular uma diversidade de atores ligados à agropecuária e à agroindústria em fóruns de debate e em arranjos políticos intersetoriais que visavam a concertação de interesses comuns. Em razão disso, esteve à frente na mobilização e agenciamento de um conceito, pensado em Harvard, em meados do século passado, e construído como palavra política em nossa realidade, a partir de então. Esse é um primeiro elemento que aponta para a importância das ações políticas de frações agroindustriais paulistas, na afirmação de um modelo e na construção de um projeto político de agronegócio para o campo brasileiro, a partir daquele contexto.

No entanto, se esse exemplo demonstra o agenciamento da noção de *agribusiness* no Brasil já na década de 1950, cabe mencionar que é somente a partir da década de 1970 que o termo passa a ser utilizado com mais frequência na esfera pública do país, as vezes como crítica em relação ao modelo, mas, principalmente, via mobilização positiva do termo, sendo gestado mais fortemente e como projeto político em si somente a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990. Nesse contexto do final dos anos 1980, ganham relevo as articulações desenvolvidas por elites empresariais e acadêmicas do Brasil e dos Estados Unidos e a participação de um grupo liderado por Ney Bittencourt de Araújo[43], e composto por assessores e intelectuais ligados à Agroceres, nos seminários da Escola de Negócios de Harvard (HBS). Além da centralidade da figura de Araújo, pode-se destacar também o papel desempenhado por Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza, ambos paulistas, formados em Agronomia na Esalq. Atualmente, ambos fazem parte do Cosag/Fiesp.

Não nos parece banal o fato dos dois assessores que estiverem com Bittencourt nesse processo serem formados em Agronomia na Esalq – a ilustre escola de paulistas para paulistas – e atuarem, no período recente, no Conselho de Agronegócio da maior Federação de Indústrias do país, o *partido dos patrões* do Brasil. Além dos dois, o próprio Roberto Rodrigues também esteve diretamente ligado ao trabalho de Ney Bittencourt de Araújo: "íntimo de Bitencourt, Rodrigues herdou seu legado político e acadêmico, permanecendo como principal referência do agribusiness no país" após a morte daquele, em 1996 (Fernandes, 2018, p. 55).

[43] Mineiro, agrônomo, agroempresário, diretor da Agroceres, fundador e primeiro presidente da Abag, considerado um dos maiores nomes do agronegócio brasileiro até sua morte, em 1996.

Assim, Rodrigues se constituiria como principal liderança política e representante do pensamento de Bittencourt (Grynzpan, 2009).

Como dito, a importância de Wedekin e Pinazza nesse enredo é central. Eles trabalharam para a Agroceres e acompanharam sua equipe nas incursões aos seminários da Harvard Business School, durante a década de 1980. Na década seguinte, escreveram conjuntamente obras consideradas seminais para a popularização do termo e do projeto no Brasil – como o livro *Complexo Agroindustrial – o agribusiness brasileiro*, de autoria dos três agentes citados (Araújo, Wedekin e Pinazza) e publicado originalmente em 1990, sendo considerado por muitos como a principal referência para a divulgação do conceito de *agribusiness* no Brasil à época.

Originário de família de produtores agrícolas, Ivan Wedekin nasceu em 13 de novembro de 1953, no município de Buritama/SP, há cerca de 500 quilômetros da capital, em uma localidade rural chamada Roseira. Mas, logo em seguida ao seu nascimento, a família se mudou para Turiúba/SP, onde ele viveu até os quinze anos de idade. Wedekin tem um irmão e uma irmã mais velhos, se casou em 1982 e teve dois filhos. Ele cursou a educação básica, em diferentes momentos, nos municípios de Turiúba, Buritama, Birigui, Monte Aprazível e São José do Rio Preto. Em 1971, aos desessete anos de idade, ele ingressou no curso de Agronomia da Esalq, em Piracicaba, se formando em 1974 (Wedekin, 2012):

> Estávamos na fase da revolução dos insumos agrícolas no Brasil, período de alavancagem de grande fornecimento de crédito rural. Então foi em um momento de grande transformação, de modernização da agricultura e foi um momento, portanto, de muita procura por profissionais. Então as empresas de insumo agrícola, os bancos e a própria Fundação Getúlio Vargas (FGV) iam às escolas de agronomia contratar profissionais. Nesse momento havia acabado de se constituir a Embrapa, creio que em 73. A Embrapa estava contratando também um grande número de profissionais para fazerem mestrado, pós-graduação (WEDEKIN, 2012, pp. 5-6).

Ele foi colega de turma de Francisco Graziano, presidente do INCRA (1995), secretário de Agricultura (1996-1998) e de Meio Ambiente (2007) do Estado de São Paulo, deputado federal pelo PSDB (1999-2007), dentre outros cargos (Câmara dos Deputados, s.d.).

Wedekin diz que durante a graduação se envolveu, em alguma medida, com as atividades do Centro Acadêmico da Esalq. Após a formatura, trabalhou com crédito rural no Banco Bandeirantes e, posteriormente, foi para o Rio de Janeiro trabalhar na Fundação Getúlio Vargas, que havia sido contratada pelo Instituto de Açúcar e Álcool (IAA) para fazer levantamentos de custos de produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool no país. Em 1977, ele foi trabalhar no Grupo de Informação Agrícola (GIA), que criou a revista Agroanalysis, editada

pela FGV e considerada uma das mais importantes revistas de estudos e propagação de ideias relacionadas ao agronegócio no país.

A importância desse trabalho para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro é retratada pelo próprio Wedekin: "O Grupo de Informação Agrícola era coordenado pelo economista Paulo Rabello de Castro e através do GIA, como a gente chamava, e da Agroanalysis houve uma verdadeira revolução na economia agrícola, no estudo dos mercados agrícolas" (Wedekin, 2012, p. 7). Ele diz que isso ocorreu através de um acompanhamento sistemático dos mercados agrícolas e da produção de boletins periódicos em relação a isso, o que naquele momento foi uma novidade e que abriu campo para que diversos atores do agronegócio, grupos de estudos e agências de notícias, passassem a fazê-lo. Com isso, percebe-se novamente a importância das universidades paulistas, notadamente da Esalq, na formação de uma *intelligentsia* do agronegócio brasileiro, quer dizer, de técnicos, intelectuais e lideranças paulistas que desenvolveram importantes trabalhos, em São Paulo ou em outros locais do país, e com isso contribuiram para o fortalecimento do projeto político do agronegócio no Brasil.

Nesse período, entre 1978 e 1979, Wedekin cursa pós-graduação no Centro de Pesquisas em Direito e Economia (CPDE), ligado ao FGV Direito. É curioso que o próprio Wedekin destaca a orientação de esquerda do CPDE – "O curso de Teoria Econômica era baseado nos sete volumes de *O Capital* do Karl Marx". Ele reflete sobre essa situação:

> Mas eu convivia, eu lia O Capital e falava assim: "Esse negócio não vai funcionar, porque o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho nela contida, não é? Hoje nós temos cada vez menos mão de obra nos produtos". É fácil concluir isso hoje. Tinha o valor de uso, o valor de troca e eu que vinha lá da roça falava "esse negócio não vai dar certo" muito antes de cair o muro de Berlim. Mas os cursos de metodologia científica... Essas leituras científicas te fazem pensar, abrem o escopo mental da gente. Eu tenho até um carinho, os livros estão lá na minha estante (WEDEKIN, 2012, p. 8).

Em 1981, Wedekin retorna a São Paulo para trabalhar na Sociedade Rural Brasileira – entidade de paulistas para paulistas, como refletido no capítulo 1. Em 1984, ele foi trabalhar na Agroceres, grupo em que permaneceu por 12 anos e onde passou a ter contato mais próximo com Ney Bittencourt, que era seu presidente. Como afirma Wedekin, o papel da Agroceres e de Ney Bittencourt de Araújo naquele cenário expõem o protagonismo empresarial na importação da noção de *agribusiness* ao Brasil. Bittencourt começou a ir nos seminários da Harvard Business School ainda nos anos 1970, enquanto Wedekin foi pela primeira vez em 1987 – "eu fui a três eventos em Havard pela Agroceres. E aproveitava para visitar a agricultura dos Estados Unidos, a própria USDA aqui do Brasil a própria embaixada norte-americana facilitava as visitas. Fui à Bolsa de Chicago" (Wedekin, 2012, p. 11).

Wedekin também destaca o papel de Bittencourt nesse processo - "o Ney [Bittencourt] foi, digamos assim, o empresário intelectual que possibilitou que o conceito de *agribusiness* no Brasil não viesse da universidade, ele veio de uma empresa e depois da empresa ele foi para a universidade" (Wedekin, 2012, p. 9). Nesse sentido, ele destaca novamente o papel do livro *Complexo Agroindustrial – o agribusiness brasileiro*, de autoria de Araújo, Wedekin e Pinazza, ressaltando a importância dessa obra na difusão do conceito de *agribusiness* no Brasil, a articulação direta com os intelectuais de Harvard nesse processo - inclusive com Ray Goldberg, um dos formuladores desse conceito, na década de 1950 - e como isso repercutiu na institucionalização de outros empreendimentos acadêmicos, que foram centrais na difusão e desenvolvimento desse conceito no país, notadamente o grupo PENSA/USP, sobre o qual refletiremos em mais detalhes à frente. Diz Wedekin a respeito disso que

> No lançamento desse livro, o professor Ray Goldberg veio ao Brasil. A Agroceres organizou um evento em um hotel para quinhentas pessoas em São Paulo. No dia seguinte ele foi à USP, fez uma palestra no Instituto de Estudos Avançados (IEA). E aí se deu, então, o guarda-chuva para a criação do Pensa, o programa de agronegócio da USP (WEDEKIN, 2012, p. 12).

Ele ainda descreve em mais detalhes o processo de elaboração do livro:

> Com essa grande motivação que esse grupo de pessoas tinha, de ir a Havard, de conviver. Então nós fomos... Eu era o assessor de estudos econômicos da Agroceres. Então: "Pinazza, vamos fazer um livro de agribusiness no Brasil". "Elísio Contini, você topa fazer análise das contas nacionais com o Eduardo Nunes do IBGE?". Então, eu me lembro de pegar o censo industrial, o censo agropecuário, ficar dias e noites fazendo contas até organizar o livro na mesma estrutura, digamos assim, que o professor Goldberg criou lá no final dos anos cinquenta. Só que nós incorporamos... O Goldberg dizia que o agribusiness tinha três setores, três agregados: antes da agricultura, agropecuária propriamente dita e o processamento e distribuição como terceiro agregado. E hoje nós podemos dizer que podemos separar processamento e distribuição que está na ponta, próxima do consumidor, como um elemento cada vez mais importante, onde está muito da formação do valor. Então, esse livro foi uma ação, digamos assim, entre amigos, de pessoas interessadas, que reunimos ali o melhor de informação que a gente tinha (WEDEKIN, 2012, pp. 12-13).

É interessante perceber como o livro, idealizado pelas lideranças brasileiras, tem como referência e, até mesmo, segue um formato materializado em produção anterior do grupo de Harvard. Também cabe observar como Wedekin redefine, em termos atuais, a divisão setorial do agronegócio, pensada originalmente, por Goldberg, nos Estados Unidos. Ele destaca a importância do segmento localizado depois da porteira da fazenda, os setores de processamento e distribuição, tanto por sua proximidade ao consumidor, quanto por sua capacidade de geração de valor agregado ao produto. De fato, trata-se de setor com elevada importância econômica e política no agronegócio contemporâneo e cujas entidades esforçam-se por abarcar, representar e/ou se relacionar (Pompeia, 2021).

Se fala de um modelo constituído por segmentos e setores, o livro do grupo de brasileiros também destaca o caráter sistêmico desse modelo – "essa cultura, vamos dizer assim, de agronegócio se espalhou e passamos a ter uma visão sistêmica do agronegócio como um todo e não apenas aquela visão da economia agrícola no Brasil" (Wedekin, 2012, p. 13). Ele destaca a importância dos estudos voltados à economia agrícola na estruturação desse modelo e dos intercâmbios entre universidades norte-americanas e brasileiras nesse campo:

> A economia agrícola no Brasil veio de duas universidades americanas de Purdue e Ohio que fizeram convênios com a Esalq e Viçosa, que eram as duas maiores faculdades de Agronomia. E ali começamos a estudar economia agrícola, mas aquela economia agrícola dentro da porteira da fazenda, e a contribuição do agronegócio é ampliar a visão (WEDEKIN, 2012, p. 13).

Fica evidente também o próprio papel dessas articulações, entre academia e meio empresarial, para o estabelecimento de parcerias econômicas e comerciais entre investidores e agentes produtivos, alocados em diferentes partes do mundo e que conduzem ações econômicas transnacionais, voltadas ao campo da agroindústria. Ao mesmo tempo em que produz reflexão teórica, para dar coerência e sustentação, produzir convencimento em torno de um projeto político, a universidade aparece aqui também como espaço de reunião, diálogo e estabelecimento de redes de relações entre determinados agentes. É o que diz Luiz Pinazza, outro paulista, formado na Esalq e assessor de Bittencourt nesse processo:

> Olha, o Ney [Bittencourt] antes de tudo era um empresário, e um empresário com uma capacidade intelectual muito alta. Ele usava o seminário de Harvard para estabelecer parcerias. A Agroceres fez parcerias com empresas internacionais na área de suínos, na área de aves, foram contatos estabelecidos lá no seminário. Então, começava a fazer sua *net*, sua rede, ali já começava também todo esse movimento de globalização (PINAZZA, 2013).

Neste processo, cabe registrar também a relação estabelecida por Wedekin com Roberto Rodrigues, que, segundo ele, "teve toda uma trajetória super interessante no cooperativismo, mas abraçou a questão do agronegócio". Ademais, Rodrigues teria aberto importantes espaços profissionais para Wedekin, que destaca o fato de terem organizado, em conjunto, o 1º Congresso Brasileiro de Agribusiness, em 2002, quando Rodrigues estava na presidência da Abag. Quando Rodrigues se tornou ministro da Agricultura, em 2003, Wedekin assumiu Secretaria de Política Agrícola desse ministério. Ele ficou três anos e meio lá, de janeiro de 2003 a julho de 2006, mesmo período que o então titular da pasta, Roberto Rodrigues, permaneceu no ministério:

> Eu saí do Ministério talvez uns dez dias depois que o Roberto Rodrigues pediu para sair. Então, claramente eu fui lá para trabalhar com o Roberto, servir ao Roberto, servir ao Brasil. E como eu já tinha intenção de sair. Ao final não tinha intenção de permanecer no governo. Fui lá como se fosse aquele bang bang italiano de antigamente: vou, mato e volto, não é? Então vou, trabalho e volto para o mercado,

> para o setor privado. E foi uma experiência profissional e de vida muito importante (WEDEKIN, 2012, p. 20).

Depois do ministério, ele foi trabalhar na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), onde estava, na data da entrevista ao CPDOC, como diretor de *commodities* da BM&F-Bovespa e diretor geral da Bolsa Brasileira de Mercadorias (Wedekin, 2012).

Já Luiz Pinazza nasceu em Piracicaba, em 13 de abril de 1952. Ele cursou o Ginásio e o Científico na Escola Monsenhor Jerônimo Galo e, após o cursinho preparatório, também realizado em Piracicaba, cursou agronomia na Esalq. Aliás, a importância dos capitais escolares se destaca no núcleo familiar de Pinazza. Ele é casado com Mônica Appezzato Pinazza, que é professora do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Uma das filhas do casal cursou Letras na USP, com ênfase em Culturas Contemporâneas, fez mestrado e doutorado na Inglaterra e então se tornou docente da Universidade de Londres, trabalhando com o tema de Culturas Latinas. Já a outra filha do casal cursou Administração no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) (Pinazza, 2013).

Antes de Luiz Pinazza ingressar na Esalq, seu irmão, Antônio Hermínio Pinazza, já havia realizado o curso nessa instituição, se formando lá em 1972. Luiz entrou na Esalq neste mesmo 1972 e se formou ali em 1975. Entre 1975 e 1977, fez mestrado em Economia Rural, também na USP, e então foi trabalhar no Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Essa experiência profissional lhe possibilitou conhecer a realidade agrícola de várias partes do país e estabelecer relações com importantes agentes do setor agropecuário, em que cita o próprio Ivan Wedekin (Pinazza, 2013).

Seu irmão, Antônio Hermínio Pinazza, também foi um importante ator nesta organização política do agronegócio no Brasil. Ambos desenvolveram trabalhos em articulação. Antônio Hermínio foi diretor da Abag. Ele era engenheiro agrônomo e seguiu carreira acadêmica, sendo professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O irmão destaca o fato de Hermínio ser bem relacionado com figuras como Décio Zylbersztajn, um dos fundadores do Pensa/USP, e Ivan Wedekin e do quanto isso foi importante para que pudesse contribuir com o grupo nas ações de organização política do setor (Pinazza, 2013).

Pinazza também participou de trabalhos ligados a Agroanalysis – "a gente usou a Agroanalysis como um veículo formador de opinião, uma grande marca, isso também beneficia, fortalece a imagem da Abag. Assim como lá atrás o Pensa teve esse papel". Ainda segundo ele, nesse contexto, a Revista Agroanalysis se constituiria como uma revista

> formadora de opinião no setor. Por exemplo, o Roberto Rodrigues, tem uma seção lá, faz dez anos, a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, o secretário sempre tem uma seção, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, artigos da Embrapa, artigos de outras empresas de consultorias escrevem, então é uma revista que goza de uma respeitabilidade (PINAZZA, 2013, pp. 13-14).

Além de fazer a propaganda em relação ao modelo, essas publicações e também os cursos acadêmicos relacionados ao conceito de agronegócio serviram para levar a cabo a noção de integração entre cadeias produtivas, algo constitutivo do próprio conceito, desde seu surgimento nos Estados Unidos, em meados do século 20. A junção, nos cursos acadêmicos sobre agronegócio, de atores presentes em diferentes etapas do processo produtivo da agricultura ou mesmo em atividades que se relacionam com a produção agroindustrial, mas não a constituem diretamente, é destacada por Pinazza (2013, p. 14): "É interessante, os cursos da Fundação [Getúlio Vargas], antes era Administração Rural, eram só produtores rurais que faziam. Hoje você vai num curso de MBA de Agronegócio, menos de 10% é produtor". Segundo ele, atualmente esses cursos seriam compostos por "advogados, jornalistas, executivos de empresas de insumos, área de alimentação, área de energia". A diversificação desse público seria uma demonstração de que "à medida que o agribusiness no Brasil foi se consolidando, os elos foram ficando com mais visão estratégica de parcerias, você pode fazer parceria para frente, para trás, horizontal, vertical, é um campo de conhecimento vasto, imenso e complexo".

Mas os elos dessa cadeia não possuem, para o interlocutor citado, a mesma importância e centralidade para o desenvolvimento do modelo: "na verdade, quanto mais perto do consumidor você estiver fazendo negócio, mais dinâmico e mais influente você é na cadeia. A mudança começa onde? No consumidor. Aquele que capta mais rápido a mudança do consumidor, ele influencia" (Pinazza, 2013, p. 15). Ou seja, de acordo com ele, há mesmo uma tendência de fortalecimento econômico e político dos agentes do agronegócio localizados depois da porteira da fazenda, no setor de processamento de alimentos ou mesmo de sua comercialização, as grandes redes de supermercados, agentes que passam a fazer parte da concertação política do agronegócio e, cada vez mais, possuem peso e relevância em seu interior.

No final de 1986, Pinazza foi trabalhar com Ney Bittencourt na Agroceres, onde permaneceu até 2002. Entre 1989 e 1990, chegou a frequentar o seminário sobre *agribusiness* de Harvard. Ele também destaca a importância do livro *Complexo Agroindustrial – o agribusiness brasileiro*, escrito pelo trio Araújo, Wedekin e Pinazza:

> Era aniversário da Agroceres. A Agroceres estava fazendo 45 anos, ela é de 1945, logo no final do pós-guerra. E o Brasil precisava de uma visão mais avançada da agricultura. A Agroceres era uma empresa de tecnologia genética, então ali você começou a entender o impacto dos ganhos da produtividade sobre o custo dos

> alimentos, sobre a geração de maior produção, e que aquilo não era uma questão que dependia só da produção em si, por dentro da porteira. Dependia muito do desenvolvimento do antes da porteira: a indústria de fertilizantes, defensivos, a indústria sementeira. E o Brasil já estava forte nesse setor, nos anos 90. A gente já via que havia um potencial muito grande para levar todos esses pacotes para o campo. E é o que nós insistimos nesses 20 anos, nós insistimos, então, o florescimento desse agronegócio, dessa visão da cadeia produtiva (PINAZZA, 2013, p. 6).

Além de destacar o papel da Agroceres nesse processo, a fala de Pinazza também chama a atenção para a importância das cadeias produtivas e da integração intersetorial, como um dos componentes do modelo então conhecido como *agribusiness*. É sobre o que buscavam refletir naquela obra, que é considerada um marco na organização do agronegócio no Brasil:

> Nós sentimos que o Brasil tinha aquela visão ainda dos ciclos econômicos: do café, do algodão, da pecuária, e não era mais aquilo que existiria. O que viria para frente seria uma agricultura mais profissionalizada, uma agricultura mais tecnificada, e, com peso cada vez mais forte da gestão (PINAZZA, 2013, p. 7).

É essa visão sistêmica de agronegócio que Pinazza busca desenvolver também nos espaços acadêmicos de que faz parte. Desde 1998, ele é professor do curso de MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio da FGV. Sobre sua experiência nesse espaço ele diz que:

> Eu oferecia Cadeias Agroindustriais e Políticas Públicas e continuo até hoje oferecendo esta disciplina. É muito interessante porque a gente conta a história da agricultura até ela fazer toda essa integração sistêmica, essa matriz rural com essa matriz urbana, toda essa cadeia que junta às atividades que vêm desde o interior até os centros urbanos: a prancheta do pesquisador, a gôndola do supermercado, a ligação que tudo isso tem (PINAZZA, 2013, p. 8).

É curioso perceber como essas figuras, centrais para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, circulam por importantes espaços acadêmicos que os permitem, por meio de estudos e reflexões relacionadas ao setor, propagar suas ideias, formar gerações de profissionais que propagarão o modelo e, nesse sentido, contribuir para o fortalecimento do projeto político do agronegócio no país. A construção do agronegócio, como palavra política, parte de um minucioso esforço de convencimento e propaganda desse modelo. As palavras são cuidadosamente escolhidas para atender a esse objetivo:

> Muitas vezes as pessoas perguntam: "porque agronegócio e vocês agribusiness?" É que na época imaginávamos que agribusiness seria como marketing, até hoje não tem um substituto para a palavra marketing. E aí apareceu esse neologismo, que é o agronegócio. E pegou (PINAZZA, 2013, p. 9).

E ele complementa, dizendo que "infelizmente há um desvio conceitual, porque muita gente interpreta o agronegócio como monocultura, latifúndio, acha que agronegócio não é a cadeia produtiva" (Pinazza, 2013, p. 9). Há uma tentativa de desvincular o agronegócio da visão do atraso e da improdutividade, representados nas categorias *monocultura* e *latifúndio*. Novamente, a ideia de *cadeia produtiva* é mobilizada como sinônimo do moderno e da superação do atraso, muitas vezes vinculado à noção de agronegócio.

Nesse sentido, buscam abarcar o conjunto de tipos produtivos da agricultura sob o guarda-chuva do agronegócio – "e a cadeia produtiva é um instrumento que serve para a agricultura de pequena, de média e de grande escala. Todas as propriedades têm que estar inseridas na cadeia produtiva" (Pinazza, 2013, p. 9). A ideia de *cadeia produtiva* mascara os conflitos de interesse entre diferentes frações e classes sociais do campo no Brasil. Apesar do projeto político do agronegócio ter como força dirigente as frações de elite da agricultura e da agroindústria, busca-se inserir as fatias mais capitalizadas da agricultura familiar de maneira subordinada nesse projeto (Bruno, 2016).

Intelligentsia e liderança: a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e o papel do grupo PENSA/USP

> O Roberto tem o lado da liderança. De vez quando ele faz uma reunião na fazenda dele. Eu fui a duas importantes. E reúnem lá Mauro Lopes, Guilherme Dias, o Flávio Menezes, o Veiga para discutir, sempre focar o futuro da agricultura, o futuro da agropecuária. E em uma dessas discussões nasceu a Abag, inclusive, com o Alberto Veiga - que já é falecido - e eu escrevemos o primeiro rascunho do estatuto da Abag. Aí o Ney entrou com todo o entusiasmo, foi o presidente da Abag e hoje a Abag é uma entidade consolidada (WEDEKIN, 2012, p. 19).

Quando a história e o processo de criação da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), entidade central para a organização e difusão do conceito de agronegócio no Brasil, é narrada pelos atores ali envolvidos, fica evidente a importância de determinadas lideranças do estado de São Paulo nessa construção, no caso em tela, a importância de Roberto Rodrigues, que junto de Ney Bittencourt, teria sido um dos nomes mais importantes no processo de organização inicial da entidade, além de tê-la presidido no início da década seguinte, anteriormente à sua ida para o ministério da Agricultura, no primeiro governo de Lula da Silva.

Aqui, Ivan Wedekin narra a importância de Rodrigues como alguém que sedia reuniões informais entre algumas das principais lideranças do agronegócio brasileiro em sua própria fazenda, de onde saem ideias e resolução não escritas, mas produtoras de alguns dos principais empreendimentos políticos desses agentes nacionalmente, como foi o caso da Abag, que segundo Wedekin teria sido criada a partir de uma dessas conversas na Fazenda Santa Isabel – a *fazenda modelo* de Roberto Rodrigues - "o Ney foi o primeiro presidente da Abag, cuja ideia de criação nasceu em um final de semana na fazenda do Roberto Rodrigues, em Guariba, no interior de São Paulo" (Wedekin, 2012, p. 11). O próprio Roberto Rodrigues fala a esse respeito, destacando a importância de seu trabalho, como liderança do setor, no processo de criação da Abag. Segundo relata, havia uma espécie de divisão de tarefas entre ele e Bittencourt, processo que envolveu a importação do conceito de *agribusiness* ao Brasil e sua organização

enquanto bandeira política - “o Ney Bittencourt e eu. O Ney trouxe o conceito e eu era a liderança. Então criamos a Abag” (Rodrigues, 2020).

Luiz Pinazza, por sua vez, diz que “a Abag foi uma consequência da Frente Ampla. A Frente Ampla criou uma mobilização, veio o livro, aqui em São Paulo surgiu o *Pensa* – Programa de Estudos do Sistema Agroalimentar” (Pinazza, 2013, p. 10). Ele complementa destacando a importância política da entidade ao longo do tempo:

> Nós tivemos quatro eleições presidências, a Abag viva. Nesses quatro processos eleitorais a Abag lhe apresentou as propostas, esteve presente. É uma formadora de opinião. O congresso da Abag é uma referência. Nós já realizamos 25 fóruns. Durante o ano a gente desenvolve fóruns. O ministério [da Agricultura] tem as câmaras setoriais, os diretores da Abag fazem parte (PINAZZA, 2013, p. 17).

Ele também destaca a participação de outras lideranças paulistas nesse espaço. Uma delas é Monika Bergamaschi, a única mulher secretária de Agricultura do estado de São Paulo e que ocupou o cargo entre 2011 e 2014, durante o governo Alckmin (então no PSDB).

Figura 23: secretária de Agricultura de São Paulo (centro) ao lado do então governador do estado, Geraldo Alckmin (à direita) (Foto: Gilberto Marques/Governo do Estado de SP).

Em 2021, Monika foi listada entre as 100 mulheres mais poderosas do “agro” pela Revista Forbes. Ela é engenheira agrônoma, formada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Jaboticabal, no ano de 1992, quando foi aluna de Roberto Rodrigues, o *professor querido pelos alunos*. Ela também possui mestrado em engenharia de produção agroindustrial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e MBA em Gestão de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP) (Momenso, 2022). Foi presidente do Conselho Diretor da Abag Ribeirão Preto/SP e, junto com Luiz Pinazza e outros, ajudou na organização dos congressos da Abag, citados com grande importância por ele. Cabe citar que Bergamaschi também é membro do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp.

O convite para Monika ingressar na Abag, em 1996, teria partido de Roberto Rodrigues. Cabe lembrar a importância, para Roberto Rodrigues, de *acompanhar* seus alunos *depois de formados*, vendo *vários deles crescerem*. É um poder de influência alcançado por ele, como professor de Agronomia em uma universidade pública brasileira, na formação de gerações de lideranças técnicas, científicas e políticas da agropecuária brasileira – "a Monika Bergamaschi, que foi minha aluna chegou a secretária de Agricultura de São Paulo, foi secretária do Geraldo Alckmin, hoje ela é presidente da Abag de Ribeirão Preto aqui. Foi minha aluna" (Rodrigues, 2020).

Logo depois de formada, ela trabalhou com Rodrigues, quando este era presidente da Sociedade Rural Brasileira, entre 1994 e 1996. Ou seja, a universidade é um importante celeiro de talentos a serem recrutados por figuras de relevância do agronegócio brasileiro e que ocupam espaços de importância nessa estrutura acadêmica. A própria Monika comenta a importância que teve para si esta relação com o então professor da Unesp: "ele me apresentou o trabalho de cooperativas, associações e a experiência dele pelo mundo. Aquilo me chamou muito a atenção" (Bergamaschi, 2022 in: Momenso, 2022).

A partir de 2000, ela passou a organizar a regional de Ribeirão Preto da Abag. O uso dos canais de educação formal, como ferramenta de valorização do agronegócio, seria uma recomendação do próprio Rodrigues. Nesse sentido, umas das realizações da Abag Ribeirão Preto, da qual Monika se orgulha, foi a construção do Programa Educacional Agronegócio na Escola, iniciado em princípios dos anos 2000. Segundo ela, por este projeto já teriam passado mais de três mil professores e trezentos mil alunos – "estamos fazendo esse trabalho de capacitação, trazendo a escola para a realidade do agronegócio para que eles possam conhecer o setor" (Bergamaschi, 2022 in: Momenso, 2022).

A Associação Brasileira de Agribusiness foi apresentada oficialmente em Brasília, no Auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional, no dia 6 de maio de 1993. O que ocorreu naquele dia foi uma cerimônia mais restrita, com a presença de cerca de 150 pessoas. Dias mais tarde, em 14 de junho, ocorreria outra solenidade, agora na cidade de São Paulo, para apresentação da Abag ao grande público: "tratava-se do *Seminário de Agribusiness* onde questões ligadas a Segurança Alimentar; ao *Agribusiness* – conceito e abrangência; ao Tamanho e Custo do Estado e Infra-Estrutura e o *Agribusiness* Brasileiro foram discutidas" (Lacerda, 2009, p. 108). Conforme destacou Bruno (1997), uma das particularidades mais importantes da Abag foi sua capacidade de redefinir a representação patronal rural e agroindustrial então colocada. Trazendo a noção de *agribusiness* ao campo da representação política, a entidade

apresenta, de maneira mais clara, uma noção de que todas as atividades ligadas à agricultura constituem um único sistema produtivo e de representação, rompendo com a ideia de que a agricultura constituiria um setor isolado do restante da sociedade. Com isso, também se amplia a representação do grupo para além dos interesses estritamente agrários:

> De fato, ao defender que as atividades do *agribusiness* fazem parte da estratégia nacional, e ao afirmar-se como força expressiva capaz de influir nas decisões sobre o destino da nação, diferentemente de suas antecessoras, pretende muito mais: apresentar-se como aliada na reconstrução de um novo pacto político do conjunto do empresariado brasileiro em torno da definição de novas alternativas para o desenvolvimento (BRUNO, 1997, p. 39).

Esse processo representou um marco para toda a representação patronal rural e agroindustrial desde então. A ideia da complexidade na composição de suas entidades e do aumento dos desafios presentes em suas agendas faz parte do discurso de legitimidade dos representantes do agronegócio atualmente. Isso impõe a necessidade da integração intersetorial e de um arranjo político que reduza diferenças e produza consensos internamente ao grupo, melhorando o foco e a visão estratégica sobre os rumos do setor. Conforme Mendonça (2017), na medida em que a bandeira do agronegócio é incorporada no campo da representação patronal, emerge uma concepção de representação que busca integrar em um "sistema" todas as atividades relacionadas à agroindústria. Produz-se, assim, um "gigantesco complexo agro-industrial-financeiro", no qual a produção agrícola, propriamente dita, apesar de ser a "avalista ideológica" deste complexo, constitui-se apenas como um de seus ramos especializados.

A integração promovida pela Abag com as universidades, visando a promoção do conceito de agronegócio no Brasil, também se destaca. Chama a atenção a relação estabelecida com a Esalq, escola celeiro da formação de quadros do agronegócio paulista e brasileiro. Luiz Pinazza destaca a relação estabelecida entre Abag e Esalq:

> Agora mesmo acabamos de fazer um fórum, na semana de Luiz de Queiroz, na Esalq. Nós levamos a Associação dos Engenheiros Agrônomos, levamos o Conselho Regional de Engenharia, isso é uma integração a escola, discussão da grade curricular, para onde vai a demanda. Temos procurando incorporar na agenda e dar mais foco nessas discussões (PINAZZA, 2013, p. 27).

Demonstra-se a capacidade de aglutinar diferentes entidades e associações ligadas ao tema da agricultura e do agronegócio nesses espaços. Se traz, para dentro da universidade, articulações importantes para o fortalecimento e organização política do agronegócio no país, influenciando na formação acadêmica de estudantes que futuramente poderão ser importantes referências técnicas e científicas para o setor ou mesmo importantes lideranças políticas, que desenvolvam sua representação. Por outro lado, isso possibilita a empresas e entidades representativas do agronegócio estreitar laços com universidades e grupos de pesquisa, abrindo

espaço para acessarem conhecimentos e tecnologias produzidas ali e que, muitas vezes, são disponibilizados a essas elites agrárias e agroindustriais a baixos custos ou servem de referência para legitimação de seu modelo de desenvolvimento para a agricultura.

Em paralelo ao desenvolvimento da Abag e como forma mesmo de sua sustentação de ideias, houve a organização do grupo PENSA/USP, que embalou os debates sobre agronegócio então existentes e deu consequência concreta e institucional ao caráter empresarial-acadêmico dessa articulação. Mais uma vez, vemos o protagonismo paulista na afirmação do agronegócio no Brasil, agora pela atuação de outra instituição acadêmica, não diretamente vinculada à Agronomia, tal como a Esalq, mas que, como esta, também pertencente à Universidade de São Paulo (USP).

Atualmente chamado de Centro de Conhecimentos em Agronegócios, o grupo PENSA/USP foi criado em junho de 1990, junto à Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo. O Pensa reuniu intelectuais e desenvolveu estudos e pesquisas financiadas e voltadas aos interesses dos grandes grupos econômicos do setor agroindustrial, aglutinando, assim, "ao agronegócio espaços acadêmicos que o respaldassem intelectualmente" (Mendonça, 2016, p. 168). Ao longo do tempo, importantes lideranças e intelectuais do agronegócio paulista e brasileiro por lá passaram, como Paulo Rodrigues, filho de Roberto Rodrigues e também egresso da Esalq (Rodrigues, 2012).

Concretamente, ao difundir o conceito de *agribusiness* no Brasil, torná-lo "conhecido e entendido pelos pares e pela sociedade em geral", fortalecendo a divulgação de sua "visão sistêmica" para a agroindústria, o Pensa abriu caminho para a criação da Abag, em 1993, que veio a ser a primeira grande expressão de uma organização intersetorial da agricultura e da agroindústria no país, balizando "estratégias de construção da hegemonia das frações da classe dominante brasileira ligadas ao Agronegócio" (Mendonça, 2016, p. 169).

O Pensa foi organizado por uma relação de proximidade entre academia e meio empresarial, já que criado por Décio Zylbersztajn, então professor da USP e ligado à Agroceres. Décio graduou-se em Agronomia, na Esalq, e fez PhD em Economia, na Universidade da Carolina do Norte. Ele foi um dos brasileiros que frequentou os Seminários de Harvard sobre *agribusiness*, nos anos 1980, quando trabalhou na assessoria econômica da Agroceres. Decio graduou-se em Agronomia pela Esalq na mesma turma de Luiz Pinazza, assessor de Ney Bittencourt e da Agroceres, sobre o qual foi falado anteriormente. Essas redes se estabelecem nos espaços de formação acadêmica. São encontros de colegas e ex-colegas de faculdade que não se encerram com a formação no curso, mas abrem caminho para importantes alianças e

ações conjuntas, que as vezes constituem elementos centrais da representação política das classes e grupos dominantes ligadas à agricultura e à agroindústria, informando, nesse caso, importantes elementos da formação política do agronegócio no Brasil. Isso ocorre a partir de uma das principais escolas de Agronomia de São Paulo e do Brasil, escola que formou diferentes gerações de lideranças, cuja atuação repercutiu na organização política desse setor ao longo do tempo, destacando o importante papel dos paulistas na construção política do agronegócio no país.

Em vídeo comemorativo aos 30 anos do Pensa, em 2020, como fundador e presidente do Conselho do Pensa, Décio Zylbersztajn ressalta a importância do grupo - "os nossos resultados são conhecidos, nós atuamos com empresas, nós atuamos com cooperativas, nós atuamos com instituições públicas, eu acredito que deixamos um reconhecimento nessa questão". Ele também ressalta a ligação com o meio empresarial, dizendo que o Pensa equilibrou "o lado acadêmico com o lado aplicado. Portanto, teses, dissertações e artigos científicos produzidos foram muito importantes ao longo desse tempo" (Zylbersztajn, 2020).

Tendo como principal referência os seminários e debates, então realizados em Harvard, a existência do Pensa destaca o protagonismo das elites paulistas na difusão e popularização do conceito de *agribusiness*/agronegócio nacionalmente e a articulação entre duas escolas da USP: este grupo Pensa e a Esalq. Ivan Wedekin descreve alguns elementos desse percurso:

> E essa motivação que veio em seguida - acho que é um benefício não escrito – que a partir do livro[44], a partir do programa da USP [PENSA/USP], a disciplina de estudar agronegócio se espalhou em todos os centros de pesquisa de agricultura no Brasil: faculdade de Agronomia, faculdade de Economia. Viemos a criar aqui, eu fui coordenador junto com o professor [Antônio Carlos] Aidar do programa de MBA em Agronegócio na FGV de São Paulo (WEDEKIN, 2012).

Luiz Pinazza também destaca a importância da academia, como espaço de difusão do conceito de agronegócio no Brasil:

> Naquele instante era o seguinte, seria importante a academia passar ser o difusor do conceito. E Harvard ficou muito famosa naquela época os cases, os cases é uma coisa muito de Harvard, tanto é que nos primeiros seminários do Pensa nós participávamos, a gente desenvolvia os cases de empresas e cooperativas (PINAZZA, 2013, p. 10).

Enquanto referência acadêmica brasileira nesse processo, o Pensa seguia a referência da escola de negócios de Harvard, em alguma medida, importando para cá o seu modelo e buscando reproduzir, em terreno brasileiro, o sucesso desta na promoção de um novo conceito de integração produtiva e de gestão na agricultura moderna. Aqui, como no texto de

[44] Complexo Agroindustrial – o agribusiness brasileiro.

apresentação da Sociedade Rural Brasileira, trazido no capítulo 1, percebe-se que as frações dominantes ligadas à agroindústria paulista apresentam-se como uma espécie de *intelligentsia* do agronegócio brasileiro, reivindicando para si o protagonismo e a vanguarda de um processo que não se localiza estritamente no terreno econômico, mas se traduz também como construção de hegemonia cultural e política no âmbito das classes e setores sociais dominantes do campo no Brasil, já que seria desde as suas escolas e desde os seus livros que o estudo do agronegócio como disciplina acadêmica e, por consequência, a popularização do termo como bandeira política teria irradiado para outros espaços e regiões do país.

Intelligentsia e liderança: a ação dos representantes do agronegócio paulista via secretaria de Agricultura de São Paulo

> Em 1993 eu já tinha sido presidente da OCB, já tinha sido presidente da Sociedade Rural Brasileira, fundei a Abag, Associação Brasileira do Agronegócio, fui presidente da Abag. Já tinha uma carreira no cooperativismo, no associativismo, bastante densa. [...] Então eu estava na ponta dos cascos como líder de classe. Era conhecido no Brasil inteiro, palestrante, professor universitário, vivia para baixo e para cima e tal (RODRIGUES, 2020).

A presença de um dirigente patronal em cargos de direção de entidades da mais alta relevância para a representação do grupo constitui espécie de vitrine que ajuda na renovação de seus capitais políticos, afirmando sua legitimidade como parte de uma elite da classe ao longo do tempo. Enquanto estava na presidência da SRB e na vice-presidência da Abag, Roberto Rodrigues foi convidado para ser secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, pelo então governador Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB).

Cabe lembrar que, antes dele, seu pai, Antônio José Rodrigues Filho, ocupara esse cargo por duas oportunidades: entre 1964 e 1965 e entre 1969 e 1970. Rodrigues Filho é egresso da Esalq, da turma de 1935. Ele desenvolveu trajetória política de destaque no cooperativismo, sendo um dos fundadores e primeiro presidente da OCB. Sua carreira política também foi projetada pelo trabalho que o filho, Roberto, desempenhou em seu favor, transformando a Santa Isabel, em Guariba, em uma *fazenda modelo*. Ele o fizera justamente com o objetivo de projetar a carreira política do pai, *seu herói*. A chegada do pai à secretaria de Agricultura de São Paulo era um sonho alimentado por ambos, em um "espírito de família" (Bourdieu, 2011).

Pouco mais de duas décadas depois do pai, é a vez do filho assumir a condução da secretaria de Agricultura de São Paulo. O filho abnegado - que lá atrás, ainda nos anos 1960, logo após sua formatura na Esalq, abdicara de cargo na secretaria de Agricultura para que o pai pudesse assumir o comando da CEAGESP e, assim, projetar sua carreira política, buscando o comando da secretaria estadual de Agricultura, alguns anos depois - agora também colhe os

frutos de uma estratégia de reprodução construída em família, de pai para filho. Afinal, ele chegou ao posto de secretário estadual de Agricultura, em 1993, após seguir os caminhos do pai e graduar-se em Agronomia na Esalq, após herdar os capitais políticos deste e desenvolver trajetória exitosa no cooperativismo, após também colher os frutos do sucesso e da referência técnica de uma *fazenda modelo*, construída em Guariba, em nome da carreira política do pai.

Se os dois são egressos da Esalq, um formado na instituição em 1935 e o outro em 1965, cabe lembrar, conforme dados mencionados no início desse capítulo, que nada menos do que 8 egressos da Esalq já foram ministros da Agricultura do Brasil e ao menos 21 foram secretários de Agricultura de São Paulo. Isso coloca a instituição em destaque, como espaço de formação de uma *intelligentsia* do agronegócio paulista e brasileiro, celeiro de lideranças e quadros de gestão dessa estrutura de Estado, notadamente das pastas ligadas à agropecuária.

No caso de Roberto Rodrigues, a decisão por aceitar o convite feito e assumir o cargo parece ter sido compartilhada com os pares da representação classista - "e os meus conselhos [das entidades que dirigia] falavam: 'você tem que aceitar, tem que aceitar, aproveitar, fazer isso por São Paulo, **nós precisamos de você**'" (Rodrigues, 2020, grifo nosso). É curiosa a evocação, pelo interlocutor, da importância de sua figura para a eficácia da representação do grupo. Ele narra episódio em que é convocado pelos demais representantes do grupo a assumir tarefa de destaque em que falaria por todos eles, efetivaria políticas públicas em seu favor. O grupo precisaria dele para efetivar tais tarefas, por isso deveria assumir o cargo para o qual tinha sido convidado, o de secretário estadual de Agricultura em São Paulo.

No entanto, a experiência parece ter sido frustrada em algum sentido, sendo mal avaliada por ele: "eu fiz a estupidez de aceitar, virei secretário de Agricultura de São Paulo em agosto de 1993 e fiquei até maio do ano seguinte, quando saí. Então fiquei 8 meses secretário de Agricultura de São Paulo. Foi o maior erro que fiz na vida. Só fiz uma coisa decente: criei a Agrishow". O feito, destacado por ele como grande marca de sua gestão – a criação da Agrishow –, aconteceu em forte articulação com o então presidente da Abag, Ney Bittencourt, conhecido como o dínamo do *agribusiness* brasileiro (Rodrigues, 2020).

Considerada uma das maiores feiras agrícolas do mundo, a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow) ocorre anualmente em Ribeirão Preto/SP e reúne diversos atores públicos e privados, governamentais e empresariais do agronegócio brasileiro. Conforme a descrição da própria organização do evento, "a Agrishow reúne soluções para todos os tipos de culturas e tamanhos de propriedades, além de ser reconhecida como o palco dos lançamentos das principais tendências e inovações para o agronegócio". Até 2023, foram

realizadas 28 edições da feira. Nesta edição, foram reunidas mais de 800 marcas expositoras e mais de 195 mil visitantes (Agrishow, s.d.).

Rodrigues diz ter idealizado a feira e isso constitui para ele o maior mérito de sua gestão na secretaria de Agricultura de São Paulo. Segundo ele, sua passagem na gestão da pasta não teria sido tão exitosa. Por isso, não está entre os principais feitos que ele destaca em relação a sua história como representante do agronegócio no Brasil. Dez anos depois, em 2003, Roberto Rodrigues se tornaria ministro da Agricultura, no primeiro governo de Lula da Silva. Essa gestão parece ser motivo de maior orgulho para o interlocutor, que destaca vários feitos de sua passagem pelo ministério, o que será demonstrado no capítulo 5. Rodrigues relaciona a sua chegada a secretaria de Agricultura de São Paulo com o papel que desempenhou no cooperativismo, inclusive durante o processo Constituinte, quando conseguiu incidir em decisões institucionais em favor das elites agropecuárias:

> Bom, eu cresci no cooperativismo, em 1985 virei presidente da OCB, candidato único, votado no Brasil inteiro, virei presidente da OCB. Fiz um grande trabalho na OCB, fiz uma revolução na OCB. Isso é uma conversa para uns 2 dias. Foi quando houve o fim do regime militar, a redemocratização e a Constituinte. E eu peguei a OCB e dei uma virada, onde você for hoje, o cooperativismo é antes do Roberto e depois do Roberto, porque de fato eu mudei... coloquei na Constituição 6 artigos, enfim, foi um trabalho extraordinário. Então eu cresci muito no cooperativismo e cresci muito na agricultura (RODRIGUES, 2020).

Essa fala é parte da explicação de sua trajetória, até a secretaria de Agricultura, em 1993. Como se vê, o trabalho no cooperativismo foi uma vitrine para ele. Especificamente, ele destaca o fato de ter contribuído para a aprovação de 6 artigos da Constituição Federal de 1988, textos versando sobre pontos relacionados à agricultura do país. Sua saída da secretaria de Agricultura, em maio de 1994, foi motivada por questões políticas e eleitorais, em um enredo bastante parecido, aliás, com sua saída do ministério da Agricultura, em 2006, como será visto no capítulo 5. No caso da secretaria, ele saiu em 1994, logo depois da realização da Agrishow:

> Em maio de 1994, terminou a Agrishow, pedi demissão e fui embora da secretaria de Agricultura. Por que? Porque ia ter eleição para presidente da República naquele ano e o FHC [Fernando Henrique Cardoso] era o meu candidato, mas o [Orestes] Quércia era o candidato do Fleury [então governador]. Então eu disse: “Fleury, eu não posso ser secretário de Agricultura do estado de São Paulo”. Eu estava por aqui também do Fleury... “porque eu não vou ser secretário de um governador que vai votar em um presidente e eu vou votar no outro, não tem cabimento isso aí”... “não, não, pode votar em quem você quiser”. “Não”. Larguei tudo... (RODRIGUES, 2020).

Ainda que não se saiba se esses são os reais motivos da saída do então secretário do cargo, é importante reconhecer como as movimentações partidárias pré-eleitorais influenciam na posição dos representantes patronais nesses postos de Estado. Além da insatisfação manifestada e não detalhada em relação ao governador Fleury, o discurso do interlocutor

justifica sua saída da secretaria para prestar apoio ao então candidato à presidência da República Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que venceu aquela eleição e também a seguinte, em 1998. Em 1994, Orestes Quércia foi o candidato à presidência da República do PMDB, mesmo partido de Fleury. No entanto, ele não obteve resultado satisfatório, terminando a corrida presidencial em 6º lugar, com apenas 1,24% dos votos válidos. Já FHC se elegeu em 1º turno, com 55,22% dos votos válidos (TSE, 2023).

Como veremos em detalhes no capítulo 5, Rodrigues deixa seu cargo de ministro da Agricultura, em 2006, justamente porque apoiaria candidato à presidência diferente do então chefe do executivo na eleição que se avizinhava. Os dois apoios são a candidatos do PSDB – Fernando Henrique Cardoso, em 1994, e Geraldo Alckmin, em 2006. Isso demonstra uma proximidade pessoal e alinhamento político e ideológico do personagem às posições dessa sigla e aos políticos que ali atuavam. Rodrigues relata que não participou ativamente da campanha de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Teria apenas declarado seu voto nele. Ele diz que "não queria fazer política. Quem me perguntava: 'eu vou votar no Fernando Henrique'. Mas eu não fazia" campanha. De qualquer forma, ele fala das relações de proximidade pessoal existentes em relação a grandes figuras do PSDB paulista e nacional:

> É óbvio que algumas vezes eu fui ao palanque com ele [FHC], porque eu era amigo do Geraldo Alckmin, eu conhecia o Geraldinho bastante, conhecia o [José] Serra também bastante, por causa da Constituinte, quando eu era presidente da OCB, eu me dei muito com ele e tal. E aí, aqui, por exemplo, eu fui no palanque, em Jaboticabal, Ribeirão Preto, mas não saia daqui, não fui em outros lugares, só aqui pertinho. Me chamavam e tal, eu ia. Mas foi isso aí (RODRIGUES, 2020).

As relações pessoais ajudam a compor teias de apoios e alianças políticas. No caso de Alckmin, com figura de extrema relevância, pois quatro vezes governador de São Paulo, candidato à presidência da República duas vezes e atual vice-presidente do Brasil. O interlocutor se refere a ele como *Geraldinho*, demonstrando alto grau de intimidade e informalidade. No caso de José Serra, igualmente figura de grande importância pública, pois deputado federal, senador, ministro de Estado, prefeito da cidade de São Paulo e governador do estado de São Paulo, Rodrigues destaca a relação construída com ele durante a Assembleia Nacional Constituinte, já que Serra foi um dos deputados constituintes.

Embora fale que não fez campanha, fica nítida a importância de Roberto Rodrigues como cabo-eleitoral do então candidato à presidência, Fernando Henrique Cardoso, em importantes cidade do interior paulista, terras fortemente alicerçadas em torno da economia do agronegócio e onde este setor possui grande influência e capital político. Ali ele subiu em palanques e emprestou seu apoio à FHC, certamente garantindo muitos votos em seu favor.

Essa força do PSDB no interior de São Paulo e a ligação desse fenômeno com a economia do agronegócio é algo bastante destacado. Curi (2020), ao estudar o desenvolvimento do partido no estado, descreve São Paulo como "o ninho dos tucanos", frase que dá título à sua dissertação de mestrado. No período estudado, o partido estava organizado em 98,7% dos municípios paulistas, possuia o maior número de prefeituras conquistadas no estado desde 1996 e a maioria dos redutos eleitorais (79 contra 12 dos segundos colocados, PMDB e PT). Além disso, o PSDB conquistou o maior número de vitórias consecutivas ao governo do estado (Curi, 2020), permanecendo na chefia do executivo estadual por 28 anos, de 1994 até 2022, quando foi interrompido pela vitória de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Surgido, em 1988, de uma cisão do MDB, desde sua origem, o PSDB demonstrou grande força e capacidade de organização política no estado de São Paulo: "as principais vozes do novo partido, como FHC, José Serra, Franco Montoro e Mário Covas, estavam em São Paulo. A concentração de líderes nacionais com origem paulista propiciou uma atenção especial do partido em relação ao eleitorado paulista e sua construção no estado". Mesmo com a presença de lideranças expressivas de diversos outros estados brasileiros – Distrito Federal, Piauí, Minas Gerais, Paraná, Ceará, etc. – o PSDB "sempre foi visto como um partido essencialmente paulista" (Curi, 2020, p. 35).

Já na primeira eleição disputada pelo partido, em 1988, eles lançaram 32 candidaturas para prefeito no estado de São Paulo, demonstrando grande capilaridade, herdada de sua origem emedebista e do capital político acumulado por lideranças ali atuantes. Dessas 32 prefeituras disputadas, o partido venceu em 5. Em 1994, o PSDB já conquistou o executivo estadual e, a partir de 1996, firmou orientação de lançar candidaturas à prefeito em todos os municípios paulistas. Foi justamente nesse ano de 1996 que o partido alcançou o maior número percentual de prefeituras no estado, governando 34% dos municípios paulistas. De lá para cá, o número manteve-se relativamente estável, em um patamar um pouco inferior a esse. O último dado organizado por Curi (2020) refere-se ao ano de 2016, quando os tucanos governaram 27% dos municípios paulistas. O PSDB também tem a maior média de candidatura legislativa municipal no estado, dados que demonstram a alta eficiência no processo de difusão territorial do partido em São Paulo. Ter sido "o partido do governador" por tanto tempo certamente contribuiu para aumentar essa capacidade de influência e liderança nos municípios do interior do estado. O partido se fortalecia cada vez mais em São Paulo. Sua penetração territorial ali

> Era organizada a partir de práticas partidárias herdadas do PMDB. Estão entre as práticas (1) a criação de coordenadores regionais para monitoramento das demandas do eleitorado naquele território, (2) a proliferação de diretórios no maior número de municípios paulistas, (3) o recrutamento de lideranças municipais para possíveis

> candidaturas tucanas, (4) a realização de eventos sobre educação política pelo estado de São Paulo, (5) a orientação para lançamento de candidatura ao Executivo municipal em todos municípios e, assim, (6) a presença de uma intensa fiscalização da Executiva estadual frente às estratégias e resultados obtidos nos municípios paulistas (CURI, 2020, p. 39).

Considerando o que estamos tratando aqui, a relação de apoio de um representante do agronegócio a políticos desse partido, cabe destacar que o PSDB não tem como marca o estabelecimento de vínculos orgânicos com organizações de representação de interesse, sejam de trabalhadores ou patronais (Curi, 2020). No entanto, como se viu neste tópico, isso não impede que se estabeleça como referência política e eleitoral de importantes porta-vozes do agronegócio paulista e brasileiro em momentos decisivos da histórica recente. Em alguns casos, essas relações de proximidade, entre lideranças do agronegócio e agentes políticos de grande relevância em esfera nacional, ajudam a estruturar ações de grande importância na construção política do agronegócio em São Paulo e no Brasil, relacionando-se com o que será abordado no capítulo 5 da tese.

Capítulo 5) "*O entrosamento entre a agricultura e a agroindústria*": A visão de um agronegócio sistêmico e o coroamento do protagonismo paulista via FIESP

Este capítulo tem como objetivo analisar a construção política das elites rurais e agroindustriais paulistas a partir da primeira década do século 21, quando foi criado o Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) e o Departamento do Agronegócio (Deagro) da Fiesp, elevando a importância desse tema no interior da entidade e fazendo com que esta ocupasse um papel de centralidade na organização política do agronegócio brasileiro. Em paraleleo a análise dessa entidade, seguiremos perseguindo a trajetória social de algumas lideranças ali protagonistas e atuantes, buscando desvendar o que suas trajetórias informam sobre o fazer político do grupo ao longo desse período.

***

> Esse Conselho de Agronegócio da Fiesp, eu convidei 70 entidades de classe, do Brasil inteirinho, 70 entidades de classe. Montei o Cosag e virou um fórum extraordinário, levava todo mundo: ministro, presidente da República, ia todo mundo no Cosag. E aí transformou-se justamente no maior fórum do agronegócio brasileiro hoje e essa ligação entre a indústria e o agro ficou formalizada (RODRIGUES, 2020).

Na declaração acima, em entrevista a esta pesquisa, Roberto Rodrigues comenta o contexto de criação do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (Cosag). Ele foi o primeiro presidente desse órgão, após deixar o ministério da Agricultura, em meados de 2006. O Cosag foi oficialmente criado no ano seguinte, em 2007, em um contexto de aquecimento do mercado das *commodities* agrícolas e do chamado relançamento da economia do agronegócio no Brasil (Delgado, 2012).

O órgão é composto por dezenas de empresas, entidades de representação do agronegócio *do Brasil inteirinho*, personalidades e lideranças do setor, universidades, bancos e demais instituições, extrapolando nitidamente os limites do estado de São Paulo. Esse órgão é apresentado por seus representantes como o *maior fórum do agronegócio brasileiro hoje*. Seus dirigentes ostentam receber as mais altas personalidades da estrutura de poder do Estado nacional para discutir, em seu interior, os rumos da política pública e das ações voltadas ao desenvolvimento do agronegócio no país.

Figura 24: Da esq. p/ dir.: Paulo Skaf (então presidente da Fiesp); Hamilton Mourão (então vice-presidente da República). Foto: Sgt Batista/VPR, Fonte: Ciesp, 2020.

Figura 25: Da esq. p/ dir.: Roberto Rodrigues (ex-presidente do Cosag); Tereza Cristina (então ministra da Agricultura); Rafael Cervone (presidente do Ciesp); e Jacyr Costa (presidente do Cosag). Foto: MAPA, 2019.

Na primeira foto acima, de junho de 2020, o então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, participava de evento da Fiesp, reunindo o Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) e o Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da entidade, para apresentação do plano de trabalho do Conselho Nacional da Amazônia Legal. No encontro registrado na segunda foto, de 6 de maio de 2019, a então ministra da Agricultura, Tereza

Cristina, era convidada a participar de reunião do Cosag, em que se debatia a aproximação do agronegócio brasileiro ao mercado japonês.

São temas de extrema importância, levados a cabo na sede da entidade e contando com a presença de figuras as mais relevantes na gestão das políticas de Estado para a agricultura, agroindústria e o desenvolvimento em geral. Tais enredos informam a relevância política da Fiesp, e de seu Conselho de Agronegócio, pela proximidade e capacidade de influência na definição de agendas e tomadas de posição por estes agentes públicos.

Se, como disse Bourdieu (2011), o Estado se constitui como agente produtor de categorias de pensamento e de valoração sobre o mundo cotidiano, vemos aqui sua força e capacidade de nomear os agentes legítimos à interlocução oficial com vistas à construção da política pública, neste caso para o agronegócio no país. O Estado moderno é detentor de um capital simbólico burocratizado, fundamento da eficácia simbólica de todos os ritos institucionais. Ao sentar com os dirigentes da Fiesp, em sua própria sede, a fim de discutir os rumos da política pública para o setor, agentes como Hamilton Mourão e Tereza Cristina nomeiam esta entidade como legítima representante de um setor e defensora de seus interesses junto ao Estado, reforçam seus capitais políticos e simbólicos, seu poder e distinção, a projetam e a seus dirigentes em graus e dimensões de maior destaque. Neste caso, eles dizem publicamente, mesmo sem dizê-lo literalmente, que a Fiesp e o Cosag são interlocutores centrais do agronegócio brasileiro:

> Ao enunciar, com autoridade, que um ser, coisa ou pessoa, existe em verdade (veredito) em sua definição social legítima, isto é, é o que está autorizado a ser, o que tem direito a ser, o ser social que ele tem o direito de reivindicar, de professar, de exercer (por oposição ao exercício ilegal), o Estado exerce um verdadeiro poder *criador*, quase divino (BOURDIEU, 2011, p. 114).

Os atores componentes da representação do agronegócio na Fiesp extrapolam nitidamente os limites do estado de São Paulo, se constituindo, por exemplo, por empresas cujos capitais possuem diversas origens e limites de atuação no território brasileiro ou no exterior. No entanto, entendemos, informados pelos interlocutores de campo, que, na grande maioria dos casos, se tratam de agentes econômicos que, não só possuem suas sedes, como têm seus centros de decisão estratégicos organizados no estado de São Paulo.

É o superintendente do Departamento de Agronegócio (Deagro) da Fiesp, Antonio Carlos Costa, quem destaca o fato da representação do agronegócio nesta entidade, de epíteto paulista, não se resumir, na prática, aos limites do estado de São Paulo, mas por outro lado, ter neste estado seu centro de decisão estratégica:

> A gente nunca ficou só aqui no estado de São Paulo, porque a Fiesp tem uma atuação nacional, apesar de ser uma entidade do estado, mas ela, enfim, até pela participação

> da indústria no PIB de São Paulo, essas indústrias muitas vezes atuam fora do estado, **mas elas têm um centro de decisão aqui no estado de São Paulo**. Então o que afeta o Brasil, na prática, afeta o desempenho dessas indústrias também (COSTA, 2023, grifo nosso).

Mesmo sendo parte de uma Federação da Indústria, busca-se formalizar uma ligação com o agronegócio, aproximando agricultura e indústria e fortalecendo visão sistêmica de sua representação. Assim, deve-se analisar a criação e o desenvolvimento do Cosag/Fiesp buscando desvendar qual a importância da entidade paulista na representação de interesses do agronegócio brasileiro no período recente.

Essa análise, além de buscar compreender a importância da incorporação da pauta do agronegócio para as estratégias de reprodução política da Fiesp e de seus dirigentes, desvendando as razões e motivações para que essa pauta tenha ocupado um espaço de maior relevância política no interior da entidade naquele contexto, procura seguir também os caminhos que informam a influência dessa entidade – e de seu Conselho Superior - na conformação de alianças e disputas entre diferentes blocos e frações do agronegócio do país, na formulação de discursos e retóricas de legitimidade do setor no período recente ou mesmo na efetivação de pautas e demandas políticas e na institucionalização de interesses do agronegócio junto ao Estado brasileiro.

Para se compreender elementos da sociedade contemporânea e suas transformações específicas ao longo do tempo, deve-se considerar as redes de relações e interdependência que se estabelecem entre indivíduos, grupos, instituições, famílias. A apreensão dessas realidades passa pelo olhar às figurações sociais que a conformam, em uma interrelação em que indivíduo e sociedade não se compreendem em si mesmos e fora de um contexto de interdependência: "o todo é diferente da soma de suas partes", já que "ele incorpora leis de um tipo especial, as quais não podem ser elucidadas pelo exame de seus elementos isolados". Ou ainda, "as unidades de potência menor – dão origem a uma unidade de potência maior, que não pode ser compreendida quando suas partes são consideradas em isolamento, independentemente de suas relações" (Elias, 1994, p. 16).

É o que se pretendeu ao longo de toda essa tese, ou seja, uma análise da representação política das elites rurais e do agronegócio por um olhar ao indivíduo e ao grupo, privilegiando trajetórias sociais e de famílias, o desenvolvimento de instituições, as interfaces desses agentes com o Estado. Vimos, até aqui, um conjunto de elementos em torno das trajetórias sociais e da força política e econômica de frações dominantes da agricultura e da agroindústria do estado de São Paulo ao longo do tempo. Isso nos possibilitou dimensionar a importância de seu papel no fortalecimento da agricultura e da agroindústria patronais, bem

como na afirmação do projeto político do agronegócio em nível nacional. Visualizamos a força de sua atuação política por meio de diversos canais de representação dessas classes ao longo do tempo. Portanto, não nos causa necessariamente surpresa ver na Fiesp a tentativa de afirmação de um projeto hegemônico para o Brasil. A articulação entre agricultura e indústria ganha centralidade nessa figuração (Elias, 1994).

Vista por muitos como a "mais importante entidade patronal do país", sendo tratada muitas vezes como o "partido dos patrões", a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), além de ocupar um espaço de destaque dentro da Confederação Nacional de Indústria (CNI), muitas vezes supera, na prática, seu caráter formal de atuação local, passando a pensar o desenvolvimento industrial – ou, nesse caso, agroindustrial – e a protagonizar importantes processos políticos também em outras regiões do país (Bianchi, 2010, pp. 11-12). Ademais, cabe frisar que, dos 131 sindicatos patronais da indústria, atualmente filiados à Fiesp, alguns possuem base de atuação interestadual, representando setores patronais de outros estados, além de São Paulo (Fiesp, s.d.).

Assim, como dito, a busca de certa afirmação hegemônica e de um protagonismo político da entidade em nível nacional não necessariamente causa surpresa, já que não se trata de um fato novo na história dessa Federação. No entanto, o que parece sim configurar uma novidade, analisada aqui, é justamente a utilização da bandeira política do agronegócio para tal empreendimento. Em alguma medida, há uma ligação da entidade com a pauta agroindustrial e mesmo uma articulação política com entidades do setor rural em vários momentos de sua história - sendo justamente em um fórum por ela organizado, em 1957, que a noção de *agribusiness* é agenciada pela primeira vez na arena política brasileira, como visto no capítulo 4. A novidade dos anos 2000 está na centralidade adquirida por essa pauta em seu interior, já que processo materializado na incorporação de importantes porta-vozes do agronegócio brasileiro em seus quadros de direção e na criação de relevantes estruturas internas para gestão de suas demandas.

Para que se compreenda esse cenário, deve-se ter em mente, em primeiro lugar, que a década de 2000 é marcada por um processo de mudanças econômicas e de forte retomada do protagonismo das cadeias agroindustriais na política macroeconômica brasileira. Esse processo, entendido por Delgado (2012) como momento de relançamento da chamada "economia do agronegócio", teve como base uma expansão no mercado das *commodities* agrícolas, a "reprimarização" do comércio externo brasileiro, a revalorização no preço das terras e dos

arrendamentos no país e a reconstituição de importantes políticas públicas de fomento ao setor agrícola, sobretudo aquelas ligadas ao crédito rural.

Uma das bases dessa reprimarização do comércio externo brasileiro – quando se intensificou no país uma política de exportação centrada em torno dos produtos oriundos do agronegócio, dos recursos naturais e dos produtos industriais de baixa intensidade tecnológica -, foi a alta no preço das *commodities* agropecuárias, que se iniciou em meados de 2001. Isso foi impulsionado, de um lado, pelo crescimento da demanda chinesa desses produtos e, de outro lado, por um relativo esgotamento da capacidade de ampliação da produção em países como os Estados Unidos (Pompeia, 2018).

Como consequência de seu favorecimento na política brasileira de exportações, as classes dominantes ligadas ao agronegócio e a alguns setores industriais – sobretudo os de baixa intensidade tecnológica - viveram momento de ascensão política naquele contexto, passando a ocupar espaço de maior destaque frente a outros grupos dominantes no país, bem como em relação ao Estado (Boito Jr, 2005; 2012). Além disso, verificou-se mudanças na própria configuração de poder estabelecida entre as organizações de representação dos setores agroindustriais no Brasil, em que se destaca naquele momento o reforço do poder político da Abag e justamente o surgimento da Fiesp como um dos principais espaços de atuação política do agronegócio no país (Pompeia, 2018).

Considerando a influência dessas mudanças econômicas e políticas em cenário nacional, destaca-se ainda que o aumento da importância relativa da bandeira do agronegócio para a Fiesp deve ser compreendido também em um contexto de mudanças políticas e institucionais mais profundas no interior da própria entidade, as quais se materializam mais fortemente a partir de 2004, com a eleição de Paulo Skaf, como presidente dessa Federação.

Skaf, que era presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT), venceu a eleição para presidência da Fiesp, naquela oportunidade, representando a chapa de oposição. Mas seu adversário, Cláudio Vaz, ex-presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças (Sindipeças), sagrou-se vencedor da disputa presidencial para o Ciesp, configurando fato inédito, já que tradicionalmente as duas entidades que compõem o sistema Fiesp/Ciesp tiveram, concomitantemente, a mesma diretoria (Diniz, 2006). Do ponto de vista de suas funções, enquanto a Fiesp é responsável por questões institucionais e de mobilização dos industriais, o Ciesp se volta, principalmente, ao desenvolvimento de estudos econômicos e legislativos que balizam o desenvolvimento do setor e suas reivindicações políticas (Ciesp, 2023).

Segundo Diniz (2006), a vitória de Skaf representou a busca por um realinhamento político do empresariado, na tentativa de aumentar seu protagonismo em cenário nacional. Dessa forma, assistiu-se uma inflexão da entidade, buscando maior aproximação junto ao Governo Federal, a fim de defender seus interesses e reverter desequilíbrio que, desde a década anterior, pesava em favor dos interesses do setor financeiro, em prejuízo da indústria doméstica. Nesse processo, a Fiesp deu maior ênfase à retomada de parcerias com setores estratégicos de decisão do Estado brasileiro, buscando se aproximar e redefinir alianças com esses centros de poder.

Aliás, a aproximação da Fiesp em relação ao Governo Federal, liderado então pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é notória em todo esse contexto. Esse processo pode ser percebido, em primeiro lugar, na tentativa de aproximação, pela campanha de Lula, em 2002, quando o então candidato esforça-se em atrair o apoio da entidade. Além disso, em 2004, houve apoio de agentes do Palácio do Planalto, já em governo petista, para a eleição de Paulo Skaf à presidência da Fiesp. Já em 2005, a Fiesp apoiou o Governo Lula, quando estremecido pela chamada crise do mensalão (Diniz, 2006; Boito Jr, 2018).

O chamado "relançamento da economia do agronegócio", ainda que tenha sua gênese na segunda metade dos anos 1990, foi fortemente desenvolvido e se constituiu como um dos pilares da política governamental nas duas primeiras gestões do então presidente Lula da Silva, ocupando lugar de destaque em sua agenda política. É justamente nesse contexto de busca da Fiesp por aproximação aos espaços estratégicos de decisão do Estado brasileiro e quando o agronegócio se destacava na agenda governamental, que a pauta do agronegócio ganha maior relevância no interior desta Federação. Concretamente, foram criados então o Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) e o Departamento do Agronegócio (Deagro) da Fiesp, constituindo-se o primeiro como espaço de formulação de políticas e de construção de estratégias de ação do agronegócio e o segundo como espaço para operacionalização ou apoio técnico a tais formulações e decisões estratégicas (Pompeia, 2018; FSP, 10/10/2006, p. 12; Rodrigues, 2020; Costa, 2023). Portanto, compreender o desenvolvimento da pauta do agronegócio nessa Federação, envolve pensá-la considerando a existência de um conjunto de estruturas internas de operacionalização de seu trabalho e de divisão de seu poder político.

O Cosag e o Deagro se originaram de outros dois antigos comitês da Fiesp: o Comitê da Alimentação e o Comitê de Insumos Agropecuários. Conforme destaca o superintendente do Departamento de Agronegócio, Antônio Carlos Costa, "esses comitês reuniam um grupo de pessoas, de empresários, de empresas, para discutir os temas nesses dois

focos. Em um foco de indústria de alimentos e um foco em indústria de insumos" (Costa, 2023). Com o Cosag e o Deagro, trata-se agora de estruturas mais complexas, envolvendo, transversalmente, as diferentes cadeias produtivas que compõem o agronegócio brasileiro, atuando de maneira mais articulada, constituindo amplos fóruns de debate e ações entre atores os mais relevantes na conformação do projeto político do agronegócio no país. Tudo isso sob o guarda-chuva daquela que é uma das mais importantes entidades de representação das classes dominantes no Brasil, conhecida como o "partido dos patrões", e, por isso mesmo, entidade capaz de viabilizar nacionalmente e com tamanha eficácia tal nível de articulação intersetorial.

A abertura e institucionalização de um espaço mais robusto para tratar do tema do agronegócio no interior da Fiesp ocorre pelo reconhecimento, de algumas de suas lideranças, da importância econômica do setor para o estado de São Paulo e para o Brasil. Segundo dados apresentados pelo superintendente do Deagro/Fiesp, em entrevista a esta pesquisa, o agronegócio representaria mais de 14% do PIB do estado de São Paulo atualmente (Costa, 2023). Os nomes citados por ele, como lideranças protagonistas nesse fortalecimento da representação política do agronegócio no interior da Fiesp, são os do ex-presidente da entidade, Paulo Skaff, e o de João Guilherme Ometto, um dos vice-presidentes da entidade e componente de uma importante linhagem da agroindústria sucroalcooleira paulista, retratada no capítulo 2 desse trabalho, a família Ometto:

> Isso aconteceu pelo reconhecimento da Fiesp, na época do Paulo Skaff, João Guilherme Ometto, com outras pessoas que tiveram aqui essa iniciativa de estruturar uma área de agro, tanto pela representatividade do agro dentro da Fiesp, quanto pela representatividade do agro para o estado de São Paulo (COSTA, 2023).
> [...]
> O João Guilherme Ometto teve um papel importante nisso, o Paulo Skaf teve um papel importante nisso, em entender que os elos da cadeia não estão isolados, que a gente precisava dar um olhar integrado, integrativo para toda essa cadeia produtiva. Daí veio, digamos assim, essa promoção do agronegócio dentro da casa, tanto no Conselho, como no Departamento (COSTA, 2023).

Eles são vistos pelo interlocutor como atores centrais no reconhecimento da interdependência e do caráter sistêmico do agronegócio em nível nacional (Bruno, 2009; Mendonça, 2009), incentivando um olhar integrado a essas atividades produtivas e o tratamento sistemático e concertado de suas demandas políticas (Pompeia, 2021) no interior desta Federação das Indústrias, vista como o *partido dos patrões* do Brasil.

Paulo Antoine Skaf nasceu, na cidade de São Paulo, em 7 de agosto de 1955. Ele é filho de um imigrante libanês e de uma carioca e tem três irmãs mais velhas. Cursou Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie e trabalhou na tecelagem do pai, a Skaf Indústria Têxtil Ltda:

> Em 1974, assumiu integralmente o trabalho na empresa do pai, deixando os estudos inconclusos. A partir daí, a Skaf Indústria Têxtil Ltda passou por um processo de modernização e verticalização da produção, tornando-se uma empresa de médio porte. No final da década de 1980, Skaf passou a ganhar notoriedade no mundo empresarial, ocupando sistematicamente uma série de cargos relevantes, como a presidência da ABIT (Associação Brasileira de Indústria Têxtil) e do Sinditêxtil (Sindicato das Indústrias Têxteis de São Paulo). Em 2004 foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), cargo que ocupa ainda hoje[45]. Em 2009, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Disputou as eleições de 2010 como candidato ao governo de São Paulo. Casou-se aos 23 anos com Luzia Skaf. Juntos há mais de 30 anos, tiveram 5 filhos (CPDOC, s.d.).

Paulo Skaf teve uma ambição política muito grande nesses últimos anos. Ele manifestava o desejo de ser governador do estado de São Paulo. Nas eleições de 2010, representando o Partido Socialista Brasileiro (PSB), Skaf ficou na 4ª colocação, somando 1.038.430 votos, 4,56% do total de votos válidos. Naquele ano, Geraldo Alckmin, então no PSDB, se elegeu no 1º turno do pleito, com 50,62% dos votos válidos (G1, 2010).

Em 2014, Skaf novamente se candidata ao cargo de governador de São Paulo, desta vez representando o PMDB. Seu resultado ali foi consideravelmente melhor, ficando em 2º lugar na disputa, com 4.594.708 votos, o que representou 21,53% do total de votos válidos. Naquele ano, Geraldo Alckmin, ainda pelo PSDB, se reelege para o cargo, novamente no 1º turno, com 57,31% dos votos válidos (G1, 2014). Cabe destacar que nesta eleição Skaf ficou à frente até mesmo da candidatura do Partido dos Trabalhadores, historicamente relevante no jogo político paulista, então representado por Alexandre Padilha, que fez 18,22% dos votos válidos. Isso informa a força política, que pode reverberar em dividendos eleitorais, da Fiesp, já que é notoriamente a partir desse espaço que Skaf fortalece seus capitais políticos e alcança números nada desprezíveis nesses pleitos eleitorais.

Em 2018, Skaf novamente tentou ocupar a chefia do Palácio dos Bandeirantes. Mais uma vez, representando o MDB, já com sigla alterada. Desta vez, o candidato ficou em 3º lugar na disputa, reduzindo um pouco sua votação absoluta. Ele somou 4.269.865 votos, o que equivaleu a 21,09% dos votos válidos. Foram ao 2º turno daquela eleição João Dória (PSDB) e Márcio França (PSB). Na segunda volta, em disputa acirrada, Dória se elegeu governador de São Paulo, com 51,75% dos votos válidos (G1, 2018).

Nas eleições de 2022, filiado ao Republicanos e já fora da presidência da Fiesp, Paulo Skaf não concorreu mais ao governo de São Paulo. Ele chegou a ser cotado para uma candidatura ao Senado Federal por São Paulo, mas não concorreu. No 2º turno das eleições, ele declarou voto em Tarcísio de Freitas (Republicanos), para o governo do estado, e em Jair

[45] Paulo Skaf ocupou a presidência da Fiesp até 31 de dezembro de 2021, quando foi sucedido por Josué Gomes da Silva, atual presidente da entidade.

Bolsonaro (PL), para a presidência da República, apesar de assumir que este as vezes falava “o que não deve” (CNN Brasil, 2022). Tarcísio foi eleito ao governo do estado e Bolsonaro foi derrotado na eleição nacional, por Lula da Silva, que iniciaria, em 2023, seu terceiro mandato como presidente da República do Brasil.

Se dissemos que esses resultados eleitorais de Paulo Skaf na política estadual, representados em números nada desprezíveis, informam a força política da Fiesp nesse contexto, percebe-se que o reconhecimento e o aumento da força política da entidade e de seus dirigentes também está associado ao uso dos capitais políticos e sociais dos representantes do agronegócio, incorporados a seus quadros de direção, sobretudo, ao se considerar, como ressaltou o superintendente do Deagro entrevistado, a grande importância do setor agropecuário e agroindustrial na economia e nas relações de poder do estado paulista.

O aumento da centralidade da pauta do agronegócio no interior da Fiesp reforça seu alcance e projeção territorial, quer dizer, sua capacidade de se capilarizar pelo interior do estado de São Paulo. Isso é potencializado pela incorporação da bandeira do agronegócio, projeto que permite ampliar alianças e reforçar contato com agentes potencialmente usuários de seus serviços políticos, de sua representação corporativa. Roberto Rodrigues fala sobre isso, em entrevista concedida a esta pesquisa:

> O Paulo Skaf é um cara inteligente, viu. Ele tinha ouvido as minhas conversas várias vezes, em palestras, debates e tal. Dizendo esse negócio: “Olha, agropecuária é menos de 6% do PIB nacional e tal, mas disso depende mais de 20% do PIB nacional”. Ele ouvia essas conversas. E gostava de mim, vamos dizer assim, né. Então ele intuiu esse negócio, falou: “Olha, eu tenho aqui vários sindicatos - de fertilizantes, sindicato de defensivos, sindicato de caminhões, sindicato de tratores e máquinas agrícolas, sindicato das indústrias de alimentos, a indústria de alimentos tem chocolate, pães e massas e tal”. Ele tinha, na Fiesp, um universo muito grande que era dependente do agronegócio, ou antes da porteira ou depois da porteira. Ele teve essa clarividência, digamos assim: “Vamos criar um Conselho de Agronegócio para tratar tudo junto” (RODRIGUES, 2020).

O Conselho do Agronegócio, portanto, permite à entidade industrial ocupar um espaço político no interior do estado, reforçando relações com sindicatos ligados à agroindústria, tratando com mais sistematicidade uma demanda que lhe rende dividendos políticos diversos, reforçando os números do PIB sob sua tutela e mesmo, em última instância, disputando uma base social com outras entidades de representação da agricultura patronal. Se este processo reforça o poder político da Fiesp nas disputas intraclasse dominante e em relação ao próprio Estado, por outro lado, também abre possibilidade de maior projeção de suas lideranças, renovando capitais políticos destes agentes e abrindo-lhes maiores possibilidades na efetivação de estratégias pessoais, *pretensões* e *ambições políticas* próprias:

> Claro que o Paulo Skaf tem uma pretensão política grande, ele quer ser governador de São Paulo, ele tem uma ambição política definida, muito clara. Então ele tinha uma instituição urbana. Só que os sindicatos estão no interior inteirinho, estão esparramados, e ele percebia que os sindicatos das cidades do interior – Ribeirão Preto, Jaboticabal, que é aqui pertinho –, sindicatos da indústria, tinham uma ligação muito íntima com o pessoal da agricultura. E não era na Fiesp, porque tinha a Faesp. Ele então teve a intuição de criar o Cosag, foi uma coisa pessoal dele. Foi a visão somada à ambição (RODRIGUES, 2020).

Vemos aqui a força do indivíduo e de suas aspirações em mudanças institucionais efetivadas na representação do agronegócio brasileiro – via criação do Cosag/Deagro/Fiesp. A ação de Paulo Skaf, empolgando e subsidiando a criação desses fóruns do agronegócio na Federação que presidia, é entendida pela interrelação que estabelece com outros indivíduos, grupos e instituições. Para efetivar tal empreendimento, ele contou com o apoio de outras lideranças da Fiesp, convidou importantes porta-vozes do agronegócio brasileiro para se integrarem à Federação, levou em consideração as aspirações e prioridades de agentes de Estado e, especificamente, do Governo Federal ali instituído. Como analisou Elias (1994, p. 52):

> O modo como uma pessoa decide e age desenvolve-se nas relações com outras pessoas, numa modificação de sua natureza pela sociedade. Mas o que assim se molda não é algo simplesmente passivo, [...] e sim o centro ativo do indivíduo, a direção pessoal de seus instintos e de sua vontade; numa palavra, seu verdadeiro eu. O que é moldado pela sociedade também molda, por sua vez: é a autorregulação do indivíduo em relação aos outros que estabelece limites à autorregulação destes. Dito em poucas palavras, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz.

Se não o fez sozinho e sem depender de figurações sociais em que ele e a entidade que presidia estavam inseridos, o papel de Skaf na organização política do agronegócio na Fiesp é muito relevante. A própria possibilidade de empolgar tal construção, iniciar passos concretos nessa direção, ainda que em interrelação com outros agentes, informa o prestígio e o poder investidos a ele pelo cargo de presidente da entidade, como alguém apto a efetivar tais ações. Como disse Elias (1994, p. 51-52), "uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também uma moeda". Assim, "a margem individual de decisão é sempre limitada, mas é também muito variável em sua natureza e extensão, dependendo dos instrumentos de poder controlados por uma dada pessoa".

Diante dessa figuração de poder, a Fiesp passa a ocupar, junto com outras entidades, um importante espaço de liderança na concertação política do agronegócio brasileiro (Pompeia, 2021). Mas a busca por essa posição de liderança é ponderada no discurso de seus porta-vozes, que destacam o papel de articulação intersetorial desempenhado pela Fiesp, mas considerando um cenário de multiorganziação do setor, em que diversas entidades cumpririam papéis de paralela relevância. Como informou o superintendente do Deagro:

> A gente toma muito cuidado com essa questão da centralidade, não é uma posição em que a gente se coloca. Porque o agronegócio é um grande *case* de sucesso na sua

> organização, em termos de representação setorial. Então é um setor muito forte e muito bem representado nos seus diferentes segmentos, de proteínas animais, carne bovina, aves e suínos, lácteos, chocolate, indústria de alimentos, bebidas, cooperativismo, enfim, tem uma infinidade aí de setores e segmentos muito bem representados. Tem uma atuação muito forte da CNA também, que tem uma transversalidade, estou falando aí mais voltado ao produtor, e você tem as federações de agricultura também que são muito ativas nos diversos estados, inclusive aqui em São Paulo. Então, assim, a Fiesp nunca se colocou nesse papel de centralidade, mas o que eu acho que foi interessante que a gente fez aqui foi colocar todos os setores em um mesmo teto, em um mesmo guarda-chuva (COSTA, 2023).

Embora nesse discurso oficial a entidade busque fugir de uma centralidade e protagonismo, que poderia trazer empecilhos à articulação política que promove, o mesmo discurso também destaca a capacidade da entidade se constituir em fórum de articulação do agronegócio brasileiro, pelo caráter transversal que possui:

> A Fiesp, justamente pela transversalidade que ela tem, ela não representa exclusivamente um setor A, B ou C, a gente tem uma característica de olhar para os setores de uma forma agregada. É lógico que a gente trabalha particularidades aqui também. Evidentemente, quando isso beneficia os setores como um todo, a economia como um todo. Mas a gente tem esse benefício de olhar de uma forma mais ampla e isso dá para a gente uma força muito grande. Então, quando a Fiesp sai com uma proposta, é porque ela passou aqui por um processo interno de debate, de depuração muito grande. E eu não estou só falando do agro, estou falando de qualquer área de atuação da Fiesp. É por isso que ela consegue ser tão ouvida há tanto tempo, justamente por conta disso. [...] Quando a gente defende um posicionamento, a gente está olhando para o conjunto da sociedade, a gente está olhando para o conjunto da economia e a gente está olhando para o conjunto da indústria. E não adianta olhar para o conjunto da indústria, para o bem da indústria, se esse bem da indústria vai trazer problema para outros elos da cadeia produtiva. Isso também não faz sentido, então por isso que uma posição que sai daqui tende a ser uma posição equilibrada, tende a ser uma posição respeitada e ouvida (COSTA, 2023).

Se trata da imagem de uma aliança entre agricultura e indústria, promovendo integração econômica e política e viabilizando ação concertada, em nome da garantia dos interesses desses setores patronais localizados no setor agroindustrial, antes, depois ou dentro da porteira da fazenda, e que encontram na Fiesp salvaguarda de suas pautas e espaço institucionalizado, com regras escritas e não escritas, para discutirem a manejarem a defesa de seus interesses corporativos. A legitimidade do discurso técnico, sobretudo o do campo econômico, está aliada à visão da intersetorialidade e do equilíbrio de posições divergentes, o que organiza pautas e faz o setor do agronegócio, desde um centro de decisões instituído na Avenida Paulista, centro da cidade de São Paulo, avançar em seu projeto hegemônico na sociedade brasileira. A ideia, tão em voga na contemporaneidade, de que o "agro é tudo", discurso que remonta às formulações da Harvard Business School, na década de 1950, (Pompeia, 2020) e que visa a invenção de um *mundo agro* (Gehrardt, 2021), encontra aqui, na Fiesp, momento importante de sua sociogênese, no sentido em que pensou Elias (2011; 1993).

Desta forma, podemos pensar o processo de representação de interesses patronais que se desenvolve na Fiesp e em seu setor de agronegócio a partir da noção de um "complexo associativo". Esse complexo seria formado por uma dimensão intraorganizacional, composto, neste caso, pelas estruturas internas de organização da entidade, e por uma dimensão interorganizacional, constituído pelas relações estabelecidas entre a Fiesp e outras entidades, sindicatos e associações empresariais setoriais ou intersetoriais. A respeito da dimensão intraorganizacional desse "complexo associativo", pode-se dizer que os processos de "diferenciação horizontal" são fundamentais para a "garantia da unidade associativa" que se opera em seu interior, pois permitem uma "especialização seletiva" na entidade, com vistas a atender às demandas dos diversos setores que ali se organizam (Bianchi, 2010, pp. 96-97).

Dessa forma, pensando a representação de interesses patronais na Fiesp a partir da contribuição de Bianchi (2010), percebe-se que as mudanças visualizadas na entidade naquele contexto – com a criação do Cosag e do Deagro, sinalizando o aumento da importância do tema do agronegócio em seu interior - ocorreram como parte de uma estratégia de fortalecimento da Fiesp junto ao empresariado do agronegócio e ao Estado brasileiro, constituindo-se, dessa forma, como elemento de reprodução social e de reforço de capitais políticos de seus grupos dirigentes. Tal processo ocorre tanto em uma dimensão intraorganizacional, já que as mudanças auxiliam na acomodação de interesses do agronegócio no interior da entidade, considerando sua relação com outras cadeias produtivas e setores econômicos ali organizados, quanto em uma dimensão interorganizacional, já que a existência dessas estruturas modifica sua relação com outras entidades ligadas ao setor agroindustrial no país, melhorando sua posição relativa frente a esses agentes e provocando alterações no cenário da representação política do agronegócio nacionalmente.

Esse processo parece bastante eficiente, afinal, quando se tem capacidade de reunir *70 entidades de classe do Brasil inteirinho* em torno de si, fazendo com que diferentes atores do agronegócio paulista e brasileiro, entidades relevantes e centrais para o setor, como a própria Abag e a UNICA, participem de seus fóruns de articulação, reúnam-se como componentes de um Conselho permanente da Fiesp, órgão que se encontra mensalmente para debater os problemas da agricultura e da agroindústria e propor soluções para o setor, demonstra-se força, reforça-se capitais políticos, posiciona-se melhor em uma figuração de poder que envolve diferentes frações dominantes e o próprio Estado brasileiro em torno da discussão e resolução de questões do agronegócio brasileiro. Pode-se mesmo, com isso, ser o anfitrião do debate

político, receber a todos em sua casa para debater uma agenda para o país – *ministro, presidente da República, ia todo mundo no Cosag* (referências à fala de Rodrigues, 2020).

Figura 26: Reunião comemorativa dos 10 anos do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp. Da esq. p/ dir.: Fábio Meirelles (presidente da Faesp); João Ometto (vice-presidente da Fiesp); Blairo Maggi (então Ministro da Agricultura); Paulo Skaf (então presidente da Fiesp); Jacyr Costa Filho (presidente do Cosag); Roberto Rodrigues (ex-presidente do Cosag). Foto: Fiesp, 2017.

O espaço privilegiado ocupado pela entidade junto a agentes políticos do Estado brasileiro também envolve o trânsito de seus próprios porta-vozes por estes espaços de decisão, já que se movimentam entre a estrutura de poder do Estado e entidades de representação da sociedade civil em diversos momentos. Esse é o caso de Roberto Rodrigues, que assumiu a presidência do Cosag/Fiesp logo após ter deixado o cargo de ministro da Agricultura, em meados de 2006, e de João Sampaio Filho, que assumiu a presidência da segunda gestão do Cosag, em 2011, logo após ter deixado o posto de secretário de Agricultura do Estado de São Paulo.

"*Meu maior pavor era eu sair do governo e não ser aceito de volta pela classe*": Os deslocamentos entre Estado e sociedade civil e a noção de classe como organizadora da ação política do agronegócio paulista

Não nos parece menor o fato de que os dois primeiros dirigentes a ocupar o cargo de presidente do Cosag/Fiesp o tenham feito quase que imediatamente após deixarem importantes cargos públicos, os quais, pode-se dizer, representam o auge de suas trajetórias políticas, lugares almejados por quase todos os que representam o agronegócio em diferentes espaços da sociedade brasileira, postos considerados, em si, como dos mais centrais para as decisões políticas em torno do agronegócio no estado de São Paulo e no Brasil.

Parece evidente que a trajetória destes agentes por cargos de gestão do Estado e o papel que desempenham na formulação da política pública para a agricultura constitui importante elemento de sua afirmação e legitimidade como porta-vozes do agronegócio pela Fiesp, já que portadores de capitais que podem ser reconvertidos à entidade neste contexto.

Desta forma, o Estado passa a ser detentor de um capital simbólico burocratizado, capaz de legitimar os agentes patronais e atribuir-lhes diferentes graus de distinção, prestígio e poder, quer dizer, diferentes níveis de acúmulo de capitais políticos para serem considerados porta-vozes legítimos de seu grupo social ao longo do tempo. Isso envolve, por exemplo, sua nomeação, presente ou pretérita, a altos cargos de gestão em secretarias e ministérios do poder executivo estadual ou federal:

> A nomeação é um ato misterioso, que obedece a uma lógica semelhante à da magia [...]. Assim como o feiticeiro mobiliza todo o capital de crença acumulado pelo funcionamento do universo mágico, um presidente da república que assina um decreto de nomeação ou o médico que assina um atestado (de doença, de invalidez, etc.) mobilizam um capital simbólico acumulado em toda a rede de relações de reconhecimento, constitutivas do universo burocrático (BOURDIEU, 2011, p. 113).

Ao anunciar, por meio da nomeação, que determinado agente tem autoridade e legitimidade para executar a política pública da agricultura de um país, "o Estado exerce um poder *criador*, quase divino" (Bourdieu, 2011, p. 114) sobre este agente, renovando o poder e o prestígio dele, colocando-o em uma vitrine política, fazendo com que sua presença seja almejada e disputada pelas entidades de representação do setor de que faz parte.

Assim, a partir de um eficiente trânsito e alta capacidade de deslocamento por estes diferentes espaços de atuação política em favor do grupo, indo e voltando entre Estado e sociedade civil, determinada elite da classe - composta, neste caso, por agentes que, como visto lá trás, descendem de famílias tradicionais da agropecuária paulista e de sua representação – pode contribuir na afirmação de um protagonismo do estado de São Paulo na cena nacional, buscando melhor posicionar suas frações dirigentes nas disputas inter-regionais que compõem o projeto do agronegócio no Brasil e compondo importante peça de um discurso e de um arranjo político que visa afirmar-se como hegemônico nacionalmente.

O trânsito que fazem leva em consideração os capitais políticos acumulados por cada instituição historicamente. Ao sair da condução do ministério da Agricultura ou da secretaria de Agricultura de São Paulo, deve-se transitar em direção a uma entidade que faça jus ao prestígio acumulado por eles. A Fiesp ocupa espaço de centralidade histórica nesta figuração, afirmando a força política das elites paulistas ao liderar diversas agendas nacionais ao longo do tempo, comportando-se, também neste caso específico, realmente como um verdadeiro *partido dos patrões* em cenário nacional. A entidade é legitimada a receber em seu

interior quadros políticos das mais altas hierarquias do poder político de Estado, capaz de estabelecer e renovar vínculos com aqueles que tomam decisões neste âmbito, construindo junto a eles relação de cooperação política íntima, estando sempre de portas abertas para recebê-los e auxiliar no direcionamento de suas trajetórias.

Esta relação parece, portanto, complementar. A entidade faz uso do capital político e de relações sociais de personalidades públicas e representantes do agronegócio recém egressos de estruturas das mais altas do poder político de Estado, o que lhes permite emprestar a esta entidade de classe o prestígio e a força objetiva adquirida em tal trajetória. Mais ainda, isso parece ser elemento chave para sua escolha e legitimação como representantes do agronegócio na entidade. Por outro lado, a própria Fiesp, ao abrigá-los em seus quadros de direção, também renova a legitimidade dessas lideranças, sendo quase uma salvaguarda de seus capitais políticos perante o grupo, garantindo sua legitimidade como porta-vozes, mesmo após possíveis desgastes decorrentes de atuação na política de Estado. Isso é especialmente significativo no caso de lideranças que atuaram em governos com baixo nível de popularidade ou mesmo considerados incômodos à *classe*, como os do PT. Roberto Rodrigues reflete sobre isso, quando comenta sua saída do ministério da Agricultura, em 2006:

> Eu era uma garantia do PT frente à classe rural brasileira, eu era a liderança. E eu não conseguia fazer todas as coisas que eu queria fazer. Então **meu maior pavor era eu sair do governo e não ser aceito de volta pela classe** (RODRIGUES, 2020, grifo nosso).

Rodrigues assumiu a presidência do Cosag/Fiesp logo após cumprir a quarentena profissional exigida pela saída do ministério da Agricultura. O cargo no fórum de agronegócio desta Federação era ali a garantia deste líder de que seria *aceito de volta pela classe*, mesmo tendo composto um governo que, a despeito de favorecer enormemente o agronegócio, era muito criticado pela maioria da *classe rural brasileira*. Esse processo joga luz, uma vez mais, à diversidade interna e à complexidade das relações que compõem o projeto do agronegócio no Brasil, sinalizando como agentes que fazem parte deste bloco podem assumir diferentes posições e atuarem de maneira mais ou menos articulada nestes cenários.

Rodrigues deixava o comando do MAPA naquele momento porque não desejava apoiar a reeleição de Lula da Silva, no pleito que se avizinhava. Ele apoiaria ali a candidatura presidencial de Geraldo Alckmin (PSDB), de quem se dizia muito amigo. Esse também foi o posicionamento de João Sampaio Filho, que viria a ser presidente do Cosag, a partir de 2011:

> Quando veio a eleição de 2006, eu participei muito da campanha do governador Alckmin para presidente. Andei com ele, viajei com ele pelo Brasil todo, fui para Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, viajando *com* ele - no avião, fazendo campanha, visitando as pessoas, pedindo votos mesmo (SAMPAIO FILHO, 2013).

A Fiesp, por sua vez, utilizava daquele pleito para se aproximar da candidatura de Lula da Silva. Matéria da Folha de São Paulo dizia que "pela 1ª vez, presidente da Fiesp não se associa a adversário de Lula nas eleições". Isso constituía algo emblemático, sobretudo após a eleição de 1989, quando o então presidente da Fiesp, Mário Amato, disse que se o candidato petista vencesse as eleições presidenciais daquele ano haveria um êxodo em massa dos empresários brasileiros para o exterior. Nas eleições presidenciais seguintes, a Fiesp era presidida por Carlos Eduardo Moreira Ferreira, deputado pelo PFL, e por Horácio Lafer Piva, amigo pessoal de José Serra (PSDB) (FSP, 20/08/2006). Como o PFL foi o partido que indicou o vice de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) nas eleições de 1994 e 1998 e Serra concorreu contra Lula em 2002, em todas essas oportunidades a Fiesp esteve diretamente associada a adversários de Lula nas eleições.

Em 2002, outras lideranças do agronegócio, como Blairo Maggi, então governador do Mato Grosso e futuro ministro da Agricultura, no governo Michel Temer (2016-2018), emprestavam apoio explícito ao petista, mesmo ao preço de ser hostilizado por setores ruralistas diversos:

> Hostilizado pelos produtores rurais de Goiás e do Paraná por causa de seu apoio à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, considerado um algoz do agronegócio, o governador reeleito de Mato Grosso, Blairo Maggi, sofreu ontem um novo constrangimento durante encontro com lideranças ruralistas do Rio Grande do Sul (VALOR ECONÔMICO, 25/10/2006).

Mesmo que mediadas por uma série de disputas e tensões internas e podendo desencadear, em última instância, conflitos e manifestações de hostilidade pública contra determinados agentes do setor, as relações estabelecidas pelos representantes do agronegócio em torno destes processos eleitorais parecem, em alguma medida, complementares, possibilitando ao grupo, por apoios e tensões, o estabelecimento de diferentes canais de interlocução partidária e ao menos algumas portas abertas em cada um dos governos possíveis - "Apoio a Lula mantém ponte entre agronegócio e governo, diz Maggi" (O GLOBO, 17/10/2006).

No caso específico da Fiesp, esta relação é diferente, já que se trata de uma Federação que - não obstante ter se inserido com mais peso, justamente naquele período, em uma concertação política do agronegócio brasileiro - representa centralmente os interesses da indústria paulista. Opções de empresários industriais pelo candidato petista naquele contexto, embora não fossem majoritárias, também não eram exceções ou posições totalmente isoladas:

> Com mais de 100 mil empresas associadas, que representam quase 40% do PIB, a Fiesp ainda não é território amistoso para Lula, embora oficialmente Skaf diga que a entidade é apartidária e cobrará todos os presidenciáveis. Reservadamente, grandes

> empresários admitem: a ampla maioria torce, descrente, pela vitória do tucano Geraldo Alckmin. Ainda assim, há setores que optaram por Lula, inclusive fazendo doações (FSP, 20/08/2006).

Naquele ano, após um 1º turno um pouco mais acirrado, Lula da Silva ampliava consideravelmente sua vantagem no 2º turno, se elegendo com 60,83% dos votos válidos, frente a 39,17% de seu então adversário e hoje vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, na época no PSDB (G1, 2006). Como dissemos, o posicionamento e ação dos agentes do agronegócio frente aos candidatos e governos, embora envolva conflitos públicos e até hostilizações, também possui um nível de articulação, sendo ação concertada no sentido de estabelecer diferentes canais de interlocução partidária e manter diversas portas abertas em cada um dos governos possíveis. Foi justamente depois de entrar por uma dessas portas - no caso, pela porta de um governo petista -, que o interlocutor de pesquisa aqui mencionado temia não *ser aceito de volta pela classe* de que se sente parte.

Se voltarmos quatro anos atrás, perceberemos que seu deslocamento entre sociedade civil e Estado, indo das entidades de representação do agronegócio para o governo, aceitando convite para comandar o ministério da Agricultura, oficializado pelo então presidente eleito, Lula da Silva, constrói-se pelo uso de um capital social que lhe permite articular tal decisão com um conjunto amplo de relações. Discutindo o tema publicamente, mas também em ambiente privado, em conversas com amigos e agentes políticos mais próximos, em viagens e caronas aéreas ou em reuniões com seus pares da representação classista, ele buscava uma chancela que lhe permitisse, não só aceitar o convite, mas fazê-lo mesmo em nome do grupo:

> Entrevistador: Doutor, como que as entidades do setor reagiram a sua indicação naquele momento?
> Roberto Rodrigues: Ah, ficaram felizes, viu. Porque na verdade... Por que eu aceitei ser ministro da Agricultura? Porque eu achei que se eu não aceitasse e entrasse um ministro do PT a agricultura ia sofrer muito. Eu não tenho nada contra ninguém, não tenho juízo de valor nenhum, né. Mas a cabeça desse pessoal da esquerda naquela época era uma cabeça revolucionária, eles queriam mudar o país. Claro, ficaram 30 anos na oposição, queriam mudar o país. Então, eu os entendia, mas achei que, quando eles entrassem, eles iriam acabar com o modelo agrícola que nós temos hoje, vai destruir a agricultura brasileira. Então, melhor eu aceitar, ir para o sacrifício e ficar, e garantir para as entidades de classe. Mas **eu conversei com 3 presidentes de entidades de classe antes. Eles disseram: "Olha, pelo amor de deus, aceita sim"**. Então, foi uma reação muito positiva (RODRIGUES, 2020, grifo nosso).

A ação de determinados representantes do agronegócio brasileiro pela via do Estado é um recurso componente de seus repertórios de ação e, muitas vezes, gerador de desconforto em função das alianças políticas que exige. Em última instância, estas ações podem ser justificadas pela ideia do *sacrifício* em nome da classe, da luta pela defesa de um modelo de desenvolvimento – contra a imagem do *sofrimento* e da *destruição da agricultura brasileira* -,

como reprodução de um *habitus* conservador, em oposição a uma suposta *cabeça revolucionária* da esquerda. Essas justificativas também podem se dar por meio da legitimidade de suas entidades de representação, as *entidades de classe*, espaços considerados fundamentais e cujos representantes teriam autoridade para referendar seu ingresso em tal estrutura de poder.

Uma noção de *classe* é percebida e mobilizada pelos representantes do agronegócio como elemento de reforço dos capitais políticos do grupo e de seus porta-vozes, surgindo, fundamentalmente, como elemento organizador de sua ação em diversos âmbitos da sociedade civil e do Estado. Neste caso, o chamamento à classe, a constante evocação dessa noção, o reforço dessa identidade política e o suposto fundamental da defesa intransigente e inegociável de seus interesses constitui-se, para os representantes do agronegócio, não só como discurso e retórica de sua legitimidade política, mas, o que importa perceber aqui, como elemento organizador de sua ação coletiva no âmbito do Estado. Ela sustenta e legitima decisões e ações neste meio, permite aceitar convites, compõe mesmo o fundamento a partir do qual a ideia de *sacrifício* pessoal passa a fazer sentido.

Tanto uma resposta positiva a um convite para ingressar no ministério, quanto sua decisão de deixar este cargo, posteriormente, são processos que envolvem conversas e aceitações dos pares e das entidades de representação de classe do agronegócio. O contato com outros amigos, com quem se encontra e se convive no dia a dia da política corporativa e de Estado, de quem se tem boas referências, a quem se depositam relações de confiança e de apoio mútuos, também é importante.

"*O Geraldinho é muito meu amigo*": as amizades e as redes de relações como componentes da trajetória de representação do agronegócio paulista

Os presidentes da primeira e segunda gestão do Cosag/Fiesp, Rodrigues e Sampaio Filho, participaram ativamente da campanha presidencial tucana, em 2006, marchando por diversas partes do país em apoio ao candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Entendemos que seu posicionamento geral em um projeto político mais amplo, em alinhamento com setores sociais dominantes e, de alguma forma, subordinado às posições políticas das entidades de representação do agronegócio, os fazem seguir tal caminho, construindo, junto com o grupo, uma posição política naquelas eleições. Mas cabe frisar que um conjunto mais amplo de posições ocupadas e de relações sociais estabelecidas também concorrem para demarcar esse cenário.

No caso de Rodrigues, a grande preocupação com o reestabelecimento de sua trajetória corporativa, o *pavor* de *não ser aceito de volta pela classe*, após compor um governo petista, é parte de sua decisão de deixar o Governo Federal, em junho de 2006, justamente cerca de quatro meses antes da eleição presidencial daquele ano, a fim de não se comprometer com a campanha à reeleição do então presidente Lula da Silva. Mas, além desse contexto, nossos dois interlocutores de pesquisa também se diziam muito amigos do candidato do PSDB à presidência da República em 2006, o qual chegou ao segundo turno, contra Lula da Silva, que concorria à reeleição:

> O Geraldinho é muito meu amigo, o Geraldo Alckmin, muito meu amigo, gosto muito do Geraldo (RODRIGUES, 2020).

> O governador Alckmin eu tenho uma relação com ele pessoal de amizade, até uma relação de convivência mais próxima até do que a que eu tenho com o Serra (SAMPAIO FILHO, 2013).

Compartilhando relação de confiança e amizade com figuras como Geraldo Alckmin, tem-se a sensação de estar mais próximo aos espaços de poder e tomada de decisão do Estado brasileiro, podendo ali influenciar de maneira mais efetiva e concreta, ditando os rumos de algumas políticas ligadas ao setor agropecuário e agroindustrial, defendendo os interesses do setor do qual fazem parte e pelo qual atuam politicamente desde uma posição privilegiada. Assim, os representantes do agronegócio, cujas trajetórias seguimos aqui, antes e durante seus mandatos à frente do Cosag, estando nos governos ou já tendo saído deles, estão próximos a esses canais e agentes, emitindo opiniões e buscando influir no rumo das políticas que constroem.

Em entrevista, dada em 2012, justamente enquanto era presidente do Cosag e após ter deixado a secretaria de Agricultura de São Paulo, mesmo tendo sido supostamente convidado pelo amigo Alckmin a continuar no posto, Sampaio Filho dizia manter uma relação de proximidade com o governador, dialogando e orientando questões, em um processo baseado exatamente nos sentimentos de confiança e de amizade que os uniam:

> Continuo do conselho lá do governador Alckmin, continuo sempre conversando muito próximo, troco email, telefonema, vou lá ao palácio, tento ajudar, tento... Como ele fala: "O bom amigo é aquele que ajuda com amizade, mas com críticas e conselhos". Então ele me cobra sempre isso e eu tento fazer essa parte (SAMPAIO FILHO, 2013).

Se trata aqui do recurso ao que Offerlé (2009) classifica como "mobilização silenciosa", estratégia de ação efetivada por setores sociais dominantes, que se utilizam de uma posição social e de círculos de relações privilegiados para efetivar, por meio de interações discretas na esfera privada, influência junto aos núcleos de poder e de decisão da sociedade e do Estado. Afinal, quem compõe redes de sociabilidade comuns com o governador do estado

de São Paulo, candidato à presidente e hoje vice-presidente da República, quem se diz seu amigo e, no limite, se refere a ele pela alcunha *Geraldinho*, pode mesmo estar próximo a este agente, buscar influenciá-lo no cotidiano, ser uma voz presente em suas tomadas de decisão, mesmo quando se está longe do espaço institucional, oficial e público da discussão e da formulação da política pública em São Paulo e no Brasil.

É curioso perceber como a categoria *amizade* é mobilizada no discurso de unidade e de legitimidade dos agentes do agronegócio em tal contexto. Enquanto reconhecemos que esses discursos não necessariamente traduzem fielmente a realidade dos fatos e que as *amizades* desse enredo podem não ser tão sólidas e verdadeiras como se apresentam em sua retórica, percebemos também que a mobilização de tal categoria, em uma narrativa que descreve sua ação política cotidiana, permite uma espécie de reclassificação do mundo social. O exercício da pressão e do *lobby* em favor de interesses corporativos são apresentados como uma prática de *conselho*, como *ajuda* ao governador. Baseando-se em uma espécie *habitus* desinteressado, legitima-se, desse jeito, circulação cotidiana no ambiente palaciano, seja por presença física, e-mail ou telefonema, como espécie de dádiva que precisa ser dada e retribuída (Mauss, 2017), ou como dever atribuído e cobrado pelo amigo, ao qual se tenta responder à altura, independente dos benefícios daí advindos.

Essas relações pessoais e o reforço de redes de sociabilidade e de poder, a mobilização da ideia da *amizade*, como elementos que aproximam determinados agentes de elite, podem renovar seus canais de ingresso e lhes abrir novas possibilidades de atuação discreta e silenciosa pelos bastidores do poder. Isso demarca a legitimidade de sua ação nestes espaços, aumentando as possibilidades de ganho político em favor da classe que representam e informando elementos da própria construção política do agronegócio em nossa realidade.

Esses processos nos parecem bastante significativos. Resgatando novamente o caso de Rodrigues, percebe-se que a ideia da *amizade* com o governador tucano não compõe somente o enredo de saída do líder agropecuário de um governo petista, para apoiar o amigo do PSDB na eleição em 2006, mas aparece também no contexto de sua entrada naquele ministério, 4 anos antes, no início do governo petista. O governador e amigo, mesmo sendo de partido opositor ao presidente da República eleito, está entre os agentes que de alguma forma contribuíram em tal articulação, como demonstra o relato de Roberto Rodrigues, relacionado ao contexto pós-eleitoral de 2002, quando Lula da Silva vencera José Serra (PSDB) na disputa presidencial:

> Encontrei com ele: "O que está fazendo aqui, Geraldo?". "Ah, o Lula está reunindo todos os governadores do PSDB aqui, para uma reunião aqui hoje". Falei: "Geraldo, você está de avião?". "Tô". "Me dá uma carona? Eu vim de avião e só tem voo amanhã para São Paulo, avião de carreira". "Ah, dou". E aí fiz a minha palestra no congresso

> que tinha lá das cooperativas, quando terminou, o Geraldo Alckmin falou: "O Lula quer falar com você, Roberto. Ele vai te convidar para ser ministro". Aí ele me contou a seguinte história, que ele sentou ao lado do Lula na mesa da reunião com os governadores do PSDB e o Lula falou: "E aí Geraldo, já montou teu secretariado?". Falou: "Não, eu estou esperando você montar o seu ministério para ver quem vai sobrar de São Paulo para eu botar no secretariado. Mas, por acaso, acabei de encontrar com o rapaz que vai ser meu secretário de Agricultura". "Quem que é?". "O Roberto Rodrigues". O Lula falou: "Esse não, esse não, esse não" (RODRIGUES, 2020).

Naquele ano de 2002, Lula da Silva chegava ao Palácio do Planalto depois de três tentativas frustradas e vencendo o tucano José Serra, no 2° turno, com 61,3% dos votos válidos, contra 38,7% deste (Uol, 2002). Por sua vez, Geraldo Alckmin (PSDB) chegava ao comando do Palácio dos Bandeirantes, tendo vencido o petista José Genoíno, no 2° turno do pleito, com 58,64% dos votos válidos (Folha online, 2002). Se o interlocutor de pesquisa citado aqui se dizia muito amigo do então governador de São Paulo, reeleito em 2002, como é natural em uma conversa entre pessoas queridas, em encontro casual, debate-se sobre os rumos da vida, orienta-se caminhos, confidenciam-se segredos. Como se vê, a amizade, neste caso, permite antecipar o voo, reduzir uma diária de hotel, pegar carona na ponte aérea e, durante o caminho, casualmente ou não, discutir a composição de ministérios e secretarias de Estado, repartindo fatias de seu poder entre diferentes grupos e frações de elites dominantes.

Obviamente estamos desenhando uma imagem um tanto caricata dessa realidade, já que não cremos que a força e o poder de frações e grupos dominantes da agricultura e da agroindústria do país sejam definidos unicamente por atributos individuais de seus representantes e pelos laços de sociabilidade pessoal que unem esses agentes, materializando-se em conversas e arranjos fechados dentro de aviões fretados, enquanto se faz a ponte aérea Brasília-São Paulo. Não se deve esquecer, no entanto, que os atores que compõem uma classe social, possuem histórias, relações, capitais mobilizados e atributos de legitimidade acionados para melhorar sua posição, e a de seu grupo, na estrutura social em que se posicionam e atuam. A figuração social que compõe a disputa de interesses do agronegócio brasileiro é formada por indivíduos, de carne e osso, que mesmo dentro de determinados limites, dão a sua marca pessoal à representação coletiva de que fazem parte. Fazendo um paralelo com o que disse Elias (1995, p. 85), a respeito de Mozart e do mundo das artes, "uma pessoa não se divide em artista em um compartimento e ser humano no outro". Portanto, as marcas pessoais e as ações individuais de Roberto Rodrigues e Geraldo Alckmin também nos informam sobre a construção política do agronegócio no Brasil contemporâneo.

Se a amizade era tanta, pode-se mesmo ouvir, em primeira mão e extraoficialmente, uma especulação sobre o possível convite ministerial que depois viria a se confirmar. Pode-se,

naturalmente, trocar impressões e construir conjecturas sobre este cenário. Pode-se pedir a opinião e a benção do amigo para aceitar o cargo. Pode-se, em última instância, até mesmo se decidir por compor o governo petista em nível nacional e mesmo assim seguir articulando a formação do governo estadual, sob comando do amigo paulista:

> Em 2002 teve a eleição presidencial e o Roberto Rodrigues muito engajado, não é? Eu participei muito da campanha em 2002, da campanha do Serra e da campanha do então governador Geraldo Alckmin. E o Roberto coordenou um grupo de trabalho para a elaboração do programa agrícola do Serra. A gente estava muito envolvido naquele momento. Quando passou as eleições, o Roberto foi convidado para ser ministro do Lula e me procurou na Rural e falou: "Olha, o governador Alckmin está pensando em alguns nomes para ser secretário de agricultura de São Paulo. Ele quer um moço, porque acha que a gente precisa renovar. A gente falou no seu nome. Vamos marcar, vamos conversar" (SAMPAIO FILHO, 2013).

A fala acima é de João Sampaio Filho, segunda pessoa a ocupar a presidência do Cosag/Fiesp, que teria sido procurado por Rodrigues, em especulações para assumir a secretaria estadual de Agricultura. Além da amizade, tão comentada, se vê a existência de trajetórias sociais e políticas que se cruzam entre si, carregando como traço comum a presença, atuação e articulação em canais de representação política os mais relevantes em termos do agronegócio paulista e brasileiro na atualidade. Perseguimos ao longo desse trabalho alguns elementos da trajetória de importantes agentes da agropecuária e da agroindústria patronal de São Paulo. Buscamos capturar elementos que informam sobre a agência paulista na construção política do agronegócio brasileiro no período recente, processo que, guiado por suposição estruturante deste trabalho, nos levou ao Cosag/Fiesp, criado em meados da década de 2000.

Chegando na direção do Cosag, vemos, portanto, dirigentes profundamente articulados em redes de relações e em figurações de poder de onde o agronegócio brasileiro se faz enquanto palavra e projeto político na realidade contemporânea (Bruno, 2009). Vemos, assim, na Fiesp a busca por maior articulação em uma concertação política, a do agronegócio, que projeta ainda mais o poder e a força política dessa entidade em nível nacional, contribuindo para seu reposicionamento estratégico junto aos núcleos de poder e decisão do Estado brasileiro, bem como em relação a outras frações e grupos sociais dominantes, além de renovar os capitais políticos e viabilizar estratégias de reprodução social de suas lideranças - *o Paulo Skaf tem uma pretensão política grande, ele quer ser Governador de São Paulo* (referência à declaração de Rodrigues, 2020). Desta forma, a Fiesp atualiza um traço histórico das frações dominantes da agricultura e da agroindústria paulista, visto ao longo de todo esse trabalho: sua pretensão de protagonista na construção de um projeto de nação, já que buscam se afirmar, mesmo que indiretamente, como direção moral e intelectual das elites rurais e agroindustriais em nível nacional.

O Conselho Superior do Agronegócio da FIESP: Da criação e da composição interna

Nesse tópico vamos analisar alguns elementos da criação e da composição interna do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (Cosag) em seu contexto inicial de funcionamento. Com isso buscamos entender o significado desse espaço para a construção política do agronegócio no Brasil recente, bem como o que isso diz sobre a agência paulista nesse processo, algo que, de uma perspectiva temporal mais ampla, buscamos percorrer ao longo de todo esse trabalho.

Oficialmente criado no final de 2006, alguns meses após a saída de Roberto Rodrigues do comando do ministério da Agricultura (MAPA) do Brasil, o Cosag surgiu composto por 83 membros, supostamente englobando "todos os setores produtivos – de flores a grãos -, incluindo cooperativas, indústrias e serviços" (FSP, 10/10/2006, p. 12). O Cosag foi criado alguns meses após a saída de Rodrigues do MAPA a fim de respeitar o período de quarentena profissional[46] imposto àquele que seria seu primeiro presidente.

Para o grande idealizador dessa ideia na entidade, seu presidente Paulo Skaf, tratava-se ali de buscar o aumento do "entrosamento entre a agricultura e a agroindústria", fazendo da Fiesp canal de articulação política e de efetivação de certa concertação entre interesses de atores localizados antes, dentro e depois da porteira da fazenda, todos eles, de alguma forma, ligados ao cenário da agroindústria do estado e do país e muitos deles territorializados pelo interior do estado de São Paulo. Para o ex-ministro Roberto Rodrigues, certamente, um dos mais relevantes e legítimos representantes do agronegócio brasileiro naquele momento, tratava-se de consolidar cadeias produtivas, trazer o tema do agronegócio para outro patamar de discussão e aumentar seus arcos de aliança social, deixando de falar para si mesmos, tendo "no setor industrial urbano um aliado" para o agronegócio (FSP, 10/10/2006).

Trata-se de um momento importante na formação de uma concertação de interesses do agronegócio brasileiro, processo que, contemporaneamente, possui bases cada vez mais ampliadas, envolvendo tecnologias políticas de resolução sistemática de conflitos e construção de consensos entre agentes políticos representantes de entidades rurais, industriais, financeiras, comerciais, atores econômicos ligados à produção, beneficiamento e comercialização do produto agropecuário, mas também presentes em conglomerados de comunicação, em redes de

[46] Segundo legislação brasileira, ao sair do comando da pasta, um ministro de Estado precisa respeitar um período, chamado quarentena, sem o exercício de nenhuma atividade remunerada, a fim de evitar tráfico de influências e outros benefícios que podem ferir a ética do cargo.

supermercados e que, do ponto de vista da representação política, centram-se, cada vez mais, em torno dos núcleos políticos de Brasília e das entidades ligadas à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) (Pompeia, 2021).

O superintendente do Departamento do Agronegócio da Fiesp (Deagro), Antônio Carlos Costa, que havia sido aluno de Roberto Rodrigues no curso de Agronomia da Unesp Jaboticabal e trabalhado com ele em sua gestão à frente do ministério da Agricultura, faz análise parecida com a do primeiro presidente do Cosag. Segundo ele, "a gente tem aqui dentro da Fiesp um número muito grande de indústrias ligadas ao agronegócio. E aí havia a necessidade de organizar internamente, inclusive, as discussões em torno do agronegócio". A questão da transversalidade entre as cadeias produtivas, e a capacidade da Fiesp em efetivar essa transversalidade na representação política, ganha destaque: "esse era o grande desafio no começo, dar transversalidade para as demandas. E aí todas as entidades ligadas à Fiesp perceberam a importância, de fato, de tratar todos os temas dentro dessa perspectiva de uma transversalidade" (Costa, 2023).

Esse processo visava aumentar as alianças envolvendo diversos atores e cadeias do setor, concertando interesses, muitas vezes, divergentes entre si e aumentando o poder de convencimento em torno do projeto do agronegócio no Brasil, transformando "o signo *Agro* em símbolo nacional" (Gehrardt, 2021, p. 3). Como veremos, a Fiesp teve um papel central nesse movimento, ocorrido no país em contexto recente.

De qualquer forma, a composição inicial do Cosag parecia, de fato, bastante ampliada e representativa. Em 2007, seu primeiro ano de funcionamento, ele contou com 83 conselheiros. Seguindo-se classificação elaborada por Pompeia (2018, p. 208), temos que 14% de seus representantes compunham setores a montante da agropecuária, 22% compunham a produção agropecuária em si, e a maioria, 42%, compunham o setor a jusante da agropecuária. Além disso, 6% eram universidades, 4% Abag, 3% bancos e bolsas e 9% outros.

Como demonstrou Pompeia (2018), a criação do Cosag representou, portanto, uma importante tentativa de aproximação da concertação política do agronegócio com um número significativo de indústrias, principalmente aquelas localizadas depois da porteira da fazenda, no setor de processamento e distribuição. Esses setores estavam historicamente afastados dessa articulação política do agronegócio. A própria composição da cúpula de sua primeira diretoria demonstra um pouco dessa aliança, com Roberto Rodrigues, originário e mais identificado com a produção agropecuária em si, ocupando a presidência do Conselho; Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), mais ligado, portanto, ao

setor da agroindústria à jusante da agropecuária, ocupando uma das vice-presidências do novo Conselho da Fiesp; e Benedito Ferreira, originário do setor de fertilizantes agrícolas, do setor de antes da porteira da fazenda, ocupando outra das vice-presidências do Cosag.

Aliás, conforme relatou um interlocutor de pesquisa, se não regra formalmente instituída, parece haver algum tipo de acordo tácito na composição setorial da cúpula da direção desse Conselho, composta hoje por 3 dirigentes (um presidente e dois vice-presidentes), que seriam, cada um deles, representantes de um dos segmentos do agronegócio – um de antes, um de dentro e outro de depois da porteira da fazenda:

> Roberto Rodrigues: O Cosag tem um presidente e dois vice-presidentes. Então você tem um que é antes da porteira, insumos agrícolas, um que é dentro da porteira, produção rural, e outro depois da porteira, indústrias, tradings, etc.
> Entrevistador: A divisão é sempre essa?
> Roberto Rodrigues: É. Quando eu presidi, eu era agro, por exemplo. Então tinha dois vices, um de insumos e outro da indústria de transformação. Agora [em 2020] o presidente é o Jacyr [Costa Filho] que é da Tereos, que é uma indústria açucareira, e ele tem um vice que é agricultura e um vice que é insumos. A diretoria sempre tem os três juntos (RODRIGUES, 2020).

Vejamos um retrato dessa composição desde a fundação do órgão:

	Gestão 2006-2011	**Gestão 2011-2016**	**Gestão 2016-2024**
Presidente	Roberto Rodrigues	João Sampaio Filho	Jacyr da Silva Costa Filho
Vice-presidentes	Edmundo Klotz; Benedito Ferreira da Silva	Mário Sérgio Cutait ***[47]	Roberto Ignacio Betancourt; João Sampaio Filho

Tabela 3: Integrantes da diretoria do Cosag/Fiesp. Fonte: Fiesp, s.d.b. (elaboração do autor)

Na gestão liderada por Roberto Rodrigues, este era o representante dos produtores rurais naquela gestão. Edmundo Klotz era o representante da indústria de alimentos, de depois da porteira da fazenda. Benedito Ferreira tem origem no setor de fertilizantes agrícolas, sendo, portanto, representante do setor de antes da porteira da fazenda no Cosag.

Edmundo Klotz era presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), talvez a mais importante representação do segmento de processamento de alimentos do país (ABIA, s.d.). Klotz permaneceu nada menos que 32 anos na presidência dessa entidade, saindo de seu comando em 2018. Portanto, no período em que foi vice-presidente do Cosag, ele exercia a presidência da ABIA, o que demonstra a grande capacidade de concertação política desse conselho da Fiesp, reunindo em seu entorno os mais importantes atores da representação

[47] O espaço marcado no quadro (***) refere-se à ausência de informação sobre o nome do vice-presidente do Cosag.

do agronegócio brasileiro, neste caso do setor de processamento de alimentos do país. No contexto de sua saída da presidência da ABIA, em 2018, a entidade falava de uma profunda reformulação de sua governança, com a criação de um conselho e uma diretoria-executiva, em paralelo à substituição de seu até então presidente por Wilson Mello Neto, que era vice-presidente de assuntos corporativos da Danone. Sobre essas mudanças, o presidente ali empossado dizia que:

> O consumidor mudou. Ele opina mais e pergunta mais. Ao longo dos últimos anos, a indústria tem feito um esforço para criar um novo relacionamento com o consumidor. A entidade que representa a indústria também precisa seguir na mesma direção. Não é um processo de ruptura, mas de evolução, respeitando o legado de 55 anos de existência da Abia. Tanto que tivemos uma chapa única. O Edmundo (Klotz) estará num conselho consultivo. Mas, para liderar esse processo, entendemos que era importante eleger novas lideranças e implementar um novo modelo de gestão e governança (FSP, 02/05/2018).

Por outro lado, Benedito Ferreira da Silva, também vice-presidente do Cosag em sua primeira gestão, representava o setor de fertilizantes agrícolas. Ele também era Diretor-Titular do Deagro nesse contexto. Esse é um dos parâmetros estabelecidos para a composição da diretoria do Cosag, ou seja, uma das vice-presidências do Conselho é reservada a quem ocupa naquele momento o cargo de Diretor-Titular do Deagro (Costa, 2023). Em relatos sobre a trajetória de Ferreira da Silva, é destacada a importância de sua figura e sua longa atuação na Fiesp, sendo um dos fundadores do Deagro e do Cosag. Ele foi vice-presidente do Grupo Solo Rico, por cerca de 40 anos, vice-presidente da Cargil Agrícola, durante 8 anos, e ficou no cargo de Diretor-Titular do Deagro, por 6 anos, e na vice-presidência do Cosag, por 5 anos. Ele relata sua trajetória na Fiesp, dizendo que "nós começamos, o Dr. João Ometto era o presidente do Conselho[48] e resolveu criar o Deagro e me convidou pra vir. O Roberto Rodrigues como presidente do Conselho e eu de Diretor-Titular do Deagro" (Benedito da Silva Ferreira, entrevista ao Grupo Publique, 2021).

Na presidência do Cosag nessa primeira gestão, representando os produtores rurais, segmento do agronegócio de dentro da porteira da fazenda, temos a figura de Roberto Rodrigues, cuja trajetória familiar foi amplamente retratada nessa tese e cuja importância para a organização política do agronegócio no Brasil parece indiscutível. Ele assumia esta presidência do Cosag logo após sua saída da condução do ministério da Agricultura, o que sinaliza sua importância política naquele contexto, bem como a força da Fiesp na incorporação de quadros de destaque, que estavam na vitrine da política nacional. Com isso, a entidade

[48] Provavelmente está se referindo aos antigos comitês de Alimentação e de Insumos Agropecuários da Fiesp, que deram origem ao Cosag e ao Deagro.

incorpora para si capitais de relações sociais e distinção acumulados por esses agentes e suas famílias ao longo do tempo.

Na segunda gestão do Cosag, liderada por João Sampaio Filho, este representava os produtores rurais, de dentro da porteira da fazenda, enquanto seu vice-presidente, Mário Sérgio Cutait, ligado ao ramo de nutrição animal, representava os setores de antes da porteira da fazenda.

A trajetória de João Sampaio Filho e de sua família foi retratada no capítulo 3. Ele compõe uma linhagem destacada na organização política das elites rurais e agroindustriais de São Paulo. Seu pai, João de Almeida Sampaio, é originário de uma família tradicional de fazendeiros, a família Almeida Prado, de Jaú/SP. Ele foi advogado, dirigente da SRB, morou nos Estados Unidos e trabalhou no Consulado norte americano, em São Paulo, em 1964, quando ocorreu o golpe civil-militar no Brasil. Já o tio-avô de João Sampaio Filho, Sálvio Pacheco de Almeida Prado, foi presidente da SRB durante 4 gestões, inclusive durante 1964, quando se destacou como uma das vozes mais notáveis do patronato rural no incentivo e defesa ao golpe civil-militar daquele ano, conforme visto no capítulo 3.

João Sampaio Filho é formado em Economia, foi presidente da SRB por duas gestões, entre 2002 e 2007, destacou-se no setor de produção de borracha e foi secretário de Agricultura de São Paulo, entre 2007 e 2011, na gestão de José Serra (PSDB). Tal como fizera Rodrigues, após deixar o comando do ministério da Agricultura, Sampaio Filho assume a presidência do Cosag após deixar o comando da secretária de Agricultura do Estado de São Paulo, o que informa, novamente, a grande capacidade da Fiesp em incorporar quadros de prestígio político e grande poder de influência nas estruturas de poder do Estado brasileiro.

Ele participou, de maneira concomitante ou em diferentes fases de sua vida, da liderança de diversas entidades: foi presidente da Associação dos Produtores de Borracha do Mato Grosso (1994-1998); presidente da Comissão Nacional da Borracha da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) (1996-2002); vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo; vice-presidente da Associação Paulista dos Produtores de Borracha; conselheiro da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (Abag). Em 2002, foi eleito presidente da Sociedade Rural Brasileira (2002–2007), cargo que deixou para assumir a secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, no início de 2007 e no qual ficou até 2011. Neste ano foi convidado pelo presidente da Marfrig para assumir o cargo de vice-presidente da organização e pela Fiesp para assumir a presidência do Conselho Superior do Agronegócio da entidade (Cosag/Fiesp), cargo ocupado por ele até 2016.

Na Fiesp, como representante agropecuário em uma entidade de indústria, ele também destaca sua capacidade em promover uma interlocução integrada entre agricultura e indústria, pondo em diálogo diferentes elos dessas cadeias produtivas e promovendo integração política transversal entre elas:

> Desde sempre, desde o meu período na faculdade e depois quando eu saí, eu sempre achei que a produção [agropecuária] e a indústria têm que estar juntas. E até hoje, na minha vida pessoal, particular eu tenho esse antagonismo, eu sou pecuarista e trabalho no frigorífico, sou produtor de cana e sou conselheiro da usina de cana, sou produtor de borracha e presidi a Associação das Usinas de Borracha. Quer dizer, eu não acho que nós somos antagônicos, nós somos únicos na atividade e no interesse da atividade (SAMPAIO FILHO, 2013).

A capacidade de interlocução, entre agropecuária e agroindústria, desenvolvida por ele é mobilizada como reforço de seus capitais políticos e de sua legitimidade como porta-voz do agronegócio brasileiro:

> Como vice-presidente [da Marfrig[49]] estou tentando ajudar a empresa, o Marcos[50] e todo mundo aqui, a ter um melhor relacionamento com os pecuaristas, com os produtores de grãos, com os governos municipal, estadual e federal (SAMPAIO FILHO).

Um dos vice-presidentes do Cosag nessa gestão, liderada por Sampaio Filho, foi Mário Sérgio Cutait, representante do setor de nutrição animal, localizado antes da porteira da fazenda. Ele era o Diretor-Titular do Deagro naquele momento. Cutait nasceu em 1960 e é formado em Administração de Empresas, pela PUC de São Paulo. Desde 1978, Mário Sérgio trabalha na empresa de sua família, a MCassab, ligada aos setores de distribuição, nutrição e saúde animal, consumo, pescados e investimentos imobiliários e sediada em São Paulo/SP (MCassab, s.d.). Cutait é responsável pela direção das unidades de Nutrição e Saúde Animal, bem como pelo desenvolvimento da unidade de produção e abate de tilápias da empresa de sua família. Do ponto de vista político, ele é apresentado como alguém que tem se dedicado ao "interesse de uma melhor representação da cadeia alimentar animal". Foi presidente do International Feed Industry Federation (IFIF), vice-presidente da Associação Brasileira de Psicultura (PeixeBR) e do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES), isso tudo antes de assumir o cargo de Diretor-Titular do Deagro e a vice-presidência do Cosag/Fiesp (EMBRAPA, s.d.b.).

No que se refere à última gestão mencionada, comandada por Jacyr Costa Filho, temos uma gestão em que este presidente, representante usineiro, localiza-se depois da porteira da fazenda, enquanto seu vice-presidente Roberto Ignacio Betancourt, ligado ao setor de

[49] Empresa do setor frigorífico, uma das maiores companhias de alimentos à base de proteína animal do mundo.
[50] Referência à Marcos Antônio Molina dos Santos, fundador da Marfrig.

nutrição animal, está antes da porteira da fazenda. O outro vice-presidente, João Sampaio Filho, é um representante dos produtores rurais, aqueles de dentro da porteira da fazenda.

Jacyr Costa Filho é graduado em Engenharia Civil e Administração de Empresas e especializado em Marketing pelo Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça. Ele possui décadas de experiência de trabalhos no setor sucroenergético e dirigiu empresas como Guarani, Brasil Álcool e a trading SCA, além de ser Diretor da Divisão Brasil do Grupo Tereos e membro do Comitê Executivo global desse grupo:

> Jacyr é um participante ativo de várias entidades do setor. Em setembro de 2016, assumiu a presidência do Cosag-Conselho do Agronegócio da Fiesp. É conselheiro da UNICA-União da Indústria de Cana-de-Açúcar, presidente do Sindicato de Fabricação de Álcool do Estado de São Paulo, presidente do Comitê de Agroenergia da Abag-Associação Brasileira do Agronegócio e conselheiro do Cogen-Associação da Indústria de Cogeração de Energia (EMBRAPA, s.d.c.).

Com isso, se percebe, mais uma vez, a grande capacidade de concertação política do Conselho de Agronegócio da Fiesp, capaz de inserir em seu quadro de direção importantes representantes de atores econômicos e políticos do agronegócio paulista e brasileiro. Além de representar importante grupo econômico transnacional do setor sucroenergético, o Grupo Tereos, Jacyr ocupava espaços de destaque em diversas entidades do setor, como a UNICA, a Abag e a Cogen.

Já Roberto Ignacio Betancourt tem origem cubana. Seu pai e sua mãe nasceram no país caribenho e, segundo ele, logo no começo da revolução comunista, de 1959, sua família foi considerada "inimiga da revolução". Todos os bens da família teriam sido expropriados pelo novo regime. Diante disso, a maior parte de sua família imigrou para os Estados Unidos, só seu pai e sua mãe, recém casados e com 21 e 19 anos de idade, respectivamente, vieram ao Brasil. Vieram para cá iniciar um negócio de concretos, ramo com o qual já trabalhavam em Cuba. Como seu pai tinha boa relação com os Estados Unidos, conseguiu financiamento para importar os primeiros caminhões betoneira do Brasil. Com esse investimento ele se inseriu nos negócios da construção de Brasília, montando uma empresa chamada Concretex (Roberto Betancourt, em entrevista ao Grupo Publique, 2021b).

Roberto Betancourt nasceu em São Paulo/SP, onde diz ter tido uma vida privilegiada e acesso a boas escolas, mesmo após a família "ter perdido tudo no regime comunista". Isso fez com que ele já começasse a vida com "aquele viés anticomunista", o que, aliás, é uma marca dessas elites aqui analisadas e constitui uma identidade e bandeira de agitação política das classes dominantes brasileiras em vários momentos da história (Kaysel, 2015). Apesar da sua família não possuir laços com o campo, ele se formou em Agronomia na Esalq, em Piracicaba, a notável escola de Agronomia de São Paulo, analisada no capítulo 4. Em

1984, após a formatura, ele foi para a Flórida fazer mestrado em Zootecnia. Após voltar ao Brasil ele montou uma empresa na área de nutrição animal, a Btech tecnologias Agropecuárias, que vendia aditivos para rações de aves e suínos para grandes empresas brasileiras. Ele se diz muito satisfeito por ter contribuído com a história e o desenvolvimento da produção animal no Brasil (Roberto Betancourt, em entrevista ao Grupo Publique, 2021b).

Ele também se diz alguém muito engajado na representação política do setor, tendo sido presidente do SINDIRAÇÕES por dois mandatos e representante brasileiro na já citada International Feed Industry Federation (IFIF). Como mencionamos, Mário Sérgio Cutait, vice-presidente do Cosag na gestão anterior, também participou da direção dessas duas entidades. Cutait contribuiu para a ida de Betancourt para a direção da última entidade citada. Por esse envolvimento político, acabou sendo convidado para ser Diretor-Titular do Deagro Fiesp, o que considera "uma grande oportunidade", por estar "rodeado de pessoas espetaculares" ali. Ele destaca o papel da Fiesp para "acabar com a dicotomia que existia no Brasil - e ainda existe em alguns lugares, na CNI, por exemplo - entre indústria e agricultura". Segundo ele,

> O mundo moderno acabou com essa história. Hoje o agro se funde com a indústria e se funde com a comercialização. Então eu sou um apaixonado pelo que o Ney Bittencourt iniciou, que é o agronegócio, eu acho que é o futuro nosso. Então a Fiesp nos deu espaço e disse: é isso mesmo, nós vamos defender o agronegócio. Não tem aquela história de indústria para um lado e agricultura e pecuária para outro. Não, todos nós estamos no mesmo barco, na mesma estratégia, todos nós precisamos estar juntos para conquistar o mercado global. Hoje o que se fala é de rastreabilidade, sustentabilidade, é ligar todas as cadeias até que a comida chegue na mesa de pessoas em qualquer lugar no mundo. Então eu sou um apaixonado por isso, eu acho que o Brasil tem que liderar esse processo (Roberto Betancourt, em entrevista ao Grupo Publique, 2021b).

Mais uma vez, destaca-se o caráter transversal da representação política do agronegócio na Fiesp, entidade que busca afirmar sua legitimidade pela promoção da integração entre agricultura e indústria em sua representação política. Aqui, a referência está no trabalho de Ney Bittencourt, uma das principais figuras responsáveis pelo agenciamento desta categoria e sua importação ao Brasil, desde os seminários da Harvard Business School, nos anos 1980, como vimos no capítulo 4. Ele resgata o referencial histórico da atuação de agentes como Ney Bittencourt, atualizando contemporaneamente a legitimidade do chamado *agribusiness* pela ação de uma entidade de indústria, capaz de trazer para seu interior representantes da moderna agricultura e todo um conjunto de agentes que desenvolvem, como campo econômico, o que é a transversalidade do agronegócio brasileiro hoje.

Se destaca também, na fala de Roberto Betancourt, uma instrumentalização desse discurso para a afirmação do poder nacional da Fiesp, vista por muitos como o *partido dos patrões* no Brasil. Isso ocorre pela polarização que faz com a Confederação Nacional da

Indústria (CNI), que, segundo ele, não promoveria tal integração, o que projeta uma Federação de Indústria de alcance formal ao estado de São Paulo para dimensão nacional, buscando fazer frente à Confederação da qual, formalmente, é uma entidade de base. A bandeira do agronegócio constitui para a Fiesp, assim, um capital de legitimidade para afirmação de seu protagonismo em cenário nacional, instrumento pelo qual esses atores econômicos - cujos investimentos se espalham por diversas regiões do Brasil e do exterior, mas possuem, em geral, seus centros estratégicos de decisão em São Paulo - afirmam um projeto de nação, tendo como referência a invenção simbólica e de caráter colonizador de um "mundo agro" em nossa realidade (Gehrardt, 2021).

A representação política do agronegócio na Fiesp é composta por um arranjo de interesses agropecuários e agroindustriais que possui significativa diversidade interna, merecendo, além de regras formais, a produção de normas e convenções não escritas, disposições que, mesmo não oficiais, são reconhecidas e internalizadas pelos agentes como forma dada para concertação de seus interesses, para gestão eficiente e sistemática de seus conflitos, para a produção de consensos internamente ao projeto do agronegócio.

Uma das maiores novidades do Cosag está em reunir em seu entorno os agentes de depois da porteira da fazenda, historicamente afastados das articulações políticas do agronegócio no Brasil. Isso deu mais consequência efetiva à ideia de um maior *entrosamento entre agricultura e agroindústria* naquele contexto. Percebe-se ali a forte presença de um discurso sistêmico de representação, composto de palavras que apresentam o agronegócio desde uma complexa rede de relações e de contato entre diversos atores e cadeias produtivas, que firmam sua legitimidade justamente na noção totalizante que compõem esta categoria.

Conforme destaca Roberto Rodrigues, em manifestações na grande imprensa, durante o período que presidiu o Cosag/Fiesp (2006-2011), "uma cadeia produtiva agrícola começa na prancheta de um pesquisador científico criando novas tecnologias, e termina na gôndola de um supermercado". Embora, para o dirigente, o conceito, bastante difundido, de cadeia produtiva na agricultura ainda deixasse muito a desejar, em termos de sua aplicação prática, a atividade rural seria agora como "uma verdadeira indústria a céu aberto", sendo que o centro do agronegócio, entendido como "a soma das cadeias produtivas" ali envolvidas, estaria no "produtor rural, de qualquer tamanho, do familiar ao empresarial" (FSP, 23/06/2007).

Após apresentar a imagem de uma cadeia orgânica, que se complementa e funciona em conjunto quase harmônico, tendo o setor agrícola em seu centro de rotação – setor composto por "milhares de homens e mulheres espalhados por este imenso sertão brasileiro [...] plantando

ou colhendo algo para vivermos em paz" -, Rodrigues questiona: "como pode alguém ser contra o agronegócio? Seria como estar contra a própria sobrevivência" (FSP, 23/06/2007).

Esse discurso retrata a produção agrícola, isto é, o setor de dentro da porteira da fazenda, como o grande "avalista ideológico" do complexo agro-industrial-financeiro (Mendonça, 2017) que compõe o agronegócio. Esse setor seria capaz de unificar imagem de progresso e de riqueza, de se apresentar publicamente desde supostas funções sociais e ambientais, como responsável pelo desenvolvimento forte e equilibrado da sociedade brasileira. Em suma, como setor capaz de legitimar o projeto do agronegócio perante a sociedade, ainda que não constitua, em si, o centro do poder econômico e político deste modelo na atualidade.

Cabe lembrar que, ainda que relacionado com vários setores e tendo ocupado diversos espaços políticos na representação do agronegócio brasileiro, Rodrigues tem origens e se identifica mais fortemente com o setor agropecuário em si[51], se apresentando, ele mesmo, como um representante da agropecuária dentro da Fiesp. Considerando que a grande projeção alcançada por seu Conselho de Agronegócio se deu pela força econômica e política da própria Fiesp, mas também pelo capital político e de relações sociais de seu primeiro presidente, representante máximo do Conselho durante cinco anos, percebe-se que o aumento do *entrosamento entre agricultura e agroindústria* e a presença de um representante agropecuário na vitrine de uma entidade industrial, ao mesmo tempo em que legitima esta agricultura, apresentada como *uma verdadeira indústria a céu aberto*, setor capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico de determinada região, também alimenta a força política e o reconhecimento social do próprio *partido dos patrões*, a Federação patronal de indústria apontada como a mais poderosa do Brasil.

Assim, a defesa dos produtores rurais em si parece ocupar espaço relevante dentro dessa mesma Federação, revelando mesmo uma luta concreta pela garantia dos interesses desse setor do agronegócio, processo visto, pelo representante do Cosag, como condição primeira para o desenvolvimento equilibrado deste modelo. Conforme Rodrigues:

> Uma cadeia produtiva só é eficiente, seu produto final só será competitivo em termos de preço e qualidade, se a distribuição da renda no seu interior for equilibrada, de modo que todos os elos sejam remunerados adequadamente. Para isto, a renda do agricultor é essencial, e isto não tem acontecido (FSP, 23/06/2007).

A reivindicação de Rodrigues por apoio e em defesa da renda dos agricultores compõe um traço recorrente dessa representação política. Analisando-se o agronegócio brasileiro, de modo geral, percebe-se que os segmentos localizados "dentro da porteira da

[51] É o caso também de João Sampaio Filho, presidente do Cosag entre 2011 e 2016.

fazenda" são os que mais se sentem discriminados pelo Estado e pelos demais setores das cadeias agroindustriais e das redes do agronegócio no país, sejam os setores inseridos antes ou depois da atividade agropecuária em si (Bruno, 2009). Esse processo encontra fundamentos objetivos na realidade do país, pois embora represente grande peso na estrutura econômica e social brasileira, a importância política da propriedade da terra deve ser relativizada na atualidade. Quer dizer, se vistos isoladamente, os setores ligados à propriedade da terra e à produção agrícola, muitas vezes, se encontram em condição de desvantagem econômica em relação aos grandes grupos econômicos multifuncionais do agronegócio, agentes que operam em todas as etapas desse ciclo produtivo, ou mesmo em relação às empresas ou grupos familiares especializados em determinadas funções dessa cadeia (Boito Jr, 2012).

No entanto, tal sentimento de discriminação e retórica de fragilidade, em relação a outros segmentos e setores do agronegócio no Brasil, pode ser visto também como tática de ação e estratégia de reprodução social dos grandes proprietários de terra e produtores rurais, já que os possibilita reivindicar a salvaguarda do Estado, através de ações de apoio e da construção de políticas públicas em seu favor. Ser ou apresentar-se como a parte mais frágil do agronegócio significa a possibilidade de reivindicar a existência de um "Estado tutelar, protetor e provedor", estimulando a "cultura do favor, as relações oficiosas" e revalorizando "velhos recursos de patronagem – em grande medida, realimentados pelo Estado" atualmente (Bruno, 2009, p. 198).

De toda forma, o discurso que aponta a complementaridade entre agricultura e indústria no arranjo e na conformação econômica do agronegócio brasileiro, e o papel de subsídio que a primeira desempenha para o desenvolvimento industrial do país, fica evidente no discurso de Rodrigues. A saída, para ele, seria "mais agropecuária para mais indústria", já que, conforme sua reflexão, o setor agropecuário estaria "por trás da monumental revolução industrial que o Brasil vem [ou estaria] experimentando" (FSP, 30/01/2010).

Ainda para o dirigente e intelectual do agronegócio brasileiro, embora ninguém queira "que o Brasil seja eternamente um país agrícola apenas" e, portanto, seja desejável a diversificação e a agregação de valor à matriz produtiva do país, "estes itens [agricultura e indústria] não são excludentes. Ao contrário, complementam-se". Assim, baseando-se justamente na crescente integração comercial e produtiva das cadeias agroindustriais, Rodrigues arremata, dizendo que "seguramente, o aumento das exportações agrícolas ajudará a industrializar ainda mais o nosso país" (FSP, 30/01/2010).

É curioso comparar seu moderno discurso, datado da virada da primeira para a segunda década do século 21, com o discurso que fazia, como representante do cooperativismo

rural, ainda nos anos 1970, durante a ditadura civil-militar, como analisamos no capítulo 4. Grosso modo, lá ele questionava os investimentos do Governo Federal com "pontes faraônicas ou obras monumentais" e falava do "lavrador brasileiro" como um "herói tímido, cansado e modesto", como um "bandeirante contemporâneo", que deveria receber o apoio irrestrito do Estado para a expansão da fronteira agrícola brasileira. Ao mesmo tempo em que a preocupação ambiental não era visualizada em seu discurso, ele questionava fortemente o favorecimento da indústria nacional pela política desenvolvimentista do regime, expondo, com isso, as divergências entre agricultura e indústria naquele contexto. Ainda que a categoria analítica *agribusiness* já tivesse sido formulada pelos intelectuais de Harvard, sua importação ao Brasil, enquanto palavra política, só ocorreria no final da década seguinte. Se as interrelações entre segmentos agrícolas e industriais, seus discursos e pautas, se alteram ao longo do tempo, vemos a grande capacidade de construção de consensos e de tratamento de divergências trazido pela mobilização dessa categoria no Brasil. Vemos também a contribuição recente da Fiesp na conformação de um espaço de arranjo de interesses entre agricultura e indústria e, de uma perspectiva mais ampla, entre o conjunto das cadeias transversais que compõem o agronegócio brasileiro, processo que faz com que o discurso de personalidade tão emblemática do agronegócio brasileiro se altere tanto ao longo dos anos e décadas.

Contemporaneamente, este representante do agronegócio vislumbra com recorrência a importância da organização política do agronegócio em uma Federação de Indústria, justamente buscando *no setor industrial urbano um aliado* ao projeto do agronegócio, aumentando seus vínculos de cooperação e fortalecimento, fazendo com que o agronegócio, cada vez mais, deixe de falar para si mesmo. Como vimos, essa articulação entre agricultura e indústria aparece diversas vezes ao longo da reflexão, ocupando um espaço de destaque no campo de investigação no qual mergulhamos, compondo mesmo um elemento estruturante do discurso de importantes frações dominantes da agropecuária e agroindústria paulista ao longo do tempo. Não podemos esquecer que tal discurso compusera, como demonstrado no capítulo 1, a retórica de legitimidade daquele que foi um importante aparelho privado de construção de hegemonia de frações da agropecuária e da agroindústria paulista desde as primeiras décadas do século passado, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidade que descreve seu surgimento naquele período pelo propósito de reunir *produtores e agroindustriais em uma única instituição*, pela importância de *dar voz a desenvolvimentistas que pretendiam impulsionar as indústrias ligadas ao campo, agregando valor ao setor rural brasileiro*.

No caso contemporâneo da Fiesp, o caráter intersetorial da representação política e a articulação entre agricultura e indústria em seu interior se manifestam também na composição de sua diretoria de agronegócio. Além dos três dirigentes que ocupam cargos de presidência e vice-presidências, o Cosag conta, atualmente, com 242 Conselheiros, representantes de entidades, empresas e personalidades consideradas notáveis do agronegócio brasileiro. Eles se reúnem mensalmente para debater e construir propostas da entidade relacionadas ao setor.

As gestões de presidência e vice-presidência têm duração em torno de cinco anos, quando seus ocupantes são substituídos ou realocados. Já a composição do Conselho tem caráter permanente, sem a transição por gestões. Ou seja, ela é flexível a ingressos e substituições de membros, conforme as necessidades da entidade ao longo do tempo. Seu tamanho ampliado também chama a atenção, demonstrando o raio das relações estabelecidas e confirmando o caráter mais voltado ao debate e a formulação de políticas, em detrimento de ser um órgão executivo em si. Esta tarefa é destinada ao Deagro, como veremos.

Sem se prender a uma burocracia que poderia engessar seu trabalho e limitar seu alcance, destaca-se o fato de que o Conselho não se restringe a representações formais de entidades e empresas, mas admite em sua composição também a presença de pessoas, que não necessariamente representam alguma entidade ou grupo. São agentes considerados notáveis no cenário do agronegócio brasileiro e que, mesmo sem representar necessariamente alguma instituição naquele momento, podem prestar serviços e contribuir profundamente com o desenvolvimento dos trabalhos da entidade em torno do tema:

> Entrevistador: Do ponto de vista da composição, o Conselho é formado por empresas ou por entidades?
> Roberto Rodrigues: Empresas, entidades e pessoas. Por exemplo, tem um camarada que era presidente da EMBRAPA, ele fazia parte do Cosag como presidente da EMBRAPA, mas ele não é mais hoje. Hoje ele é um funcionário qualquer da EMBRAPA, mas é uma figura importante, então a pessoa dele faz parte do Cosag ainda (RODRIGUES, 2020).

Assim, há nesse Conselho a presença de diversas figuras notáveis do agronegócio e da política brasileira, agentes cujos capitais políticos e de relações sociais (Bourdieu, 1989) são notórios e contribuem para a efetivação de interesses do grupo. São lideranças cuja importância para o agronegócio brasileiro é indiscutível. Na medida em que possui formato de apenas uma reunião mensal, o Conselho se constitui mais como fórum de debates e encontros tópicos, do que como um fórum rígido, burocratizado e com estrutura de trabalho cotidiana. Existem células dessa estrutura mais ampla que fazem o trabalho cotidiano. Se destaca o que um dos nossos interlocutores de campo classifica como um *petit comité*, reunião habitual,

formada por núcleo reduzido e de grande poder na entidade. Mesmo de caráter informal, esse espaço tem por função organizar e pautar as reuniões do Conselho oficial:

> Mas tinha um hábito, que segue hoje. Pelo menos uma vez a cada 15 dias, se reúnem 5 pessoas: o presidente do Cosag, o diretor do Deagro, que também é um cargo honorífico, o Antônio Carlos, que é funcionário da Fiesp, é o gerente do Deagro, eu e mais o João Sampaio, que foi quem entrou no meu lugar, quando eu saí do Cosag. [...] A função desse grupo é discutir os temas que estão recorrendo, problemas que estão acontecendo e escolher quais serão os temas das próximas 3 reuniões do Cosag. E quem serão os palestrantes, quem vai ser convidado para debater. [...] Então, essas reuniões, são reuniões de 2 a 3 horas no máximo, é com café da manhã, que a gente começa às 7:30h da manhã até 10 horas, para poder fazer análise, cada um fala dos seus problemas, como está enxergando a questão. É um debate... é um *petit comité*, como se diria em francês (RODRIGUES, 2020).

O tal *petit comité* é formado pelas principais cabeças da estrutura Cosag/Deagro, envolvendo, além do presidente do Cosag e do Diretor-Titular do Deagro, também o superintende do Departamento e os dois ex-presidentes do Conselho. Classificado pelo interlocutor como *um hábito*, as reuniões desse grupo parecem se basear, mais uma vez, na produção de regras e normas não escritas, disposições que, não obstante extraoficiais, em alguma medida, são reconhecidas e internalizadas pelos agentes que compõem a entidade como forma de gestar as relações estabelecidas e potencializar os trabalhos que ali se desenvolvem.

Seja em composição ampliada ou em espaço reduzido, seja no Conselho oficial ou no *petit comité*, existem diversas relações construídas por meio de trajetórias compartilhadas pelos agentes ali presentes. Percebe-se uma socialização que se abre como possibilidade de ampliação e renovação de vínculos entre eles. Esse processo possibilita o contato entre determinados agentes do agronegócio brasileiro, aproximações, integrações e o estabelecimento de parcerias comerciais e políticas, o que é de grande relevância para eles. Como disse o interlocutor, as reuniões do *petit comité* ocorrem durante compartilhamento de café da manhã entre seus membros, algo típico no meio corporativo. Já as reuniões mensais do Conselho oficial e ampliado são seguidas por confraternização parecida, com almoço na sede da Fiesp, na famosa pirâmide da Avenida Paulista, no centro de São Paulo:

> Então lá se encontram as pessoas... ah, é interessante o seguinte: a cada reunião do Cosag segue-se um almoço entre todos os membros, na própria Fiesp, são 80, 90, 100 pessoas em média que participam das reuniões. E são mesas de 8 a 10 pessoas, então as pessoas se reúnem ali depois do almoço e sai muita conversa de integração de interesses e tal e gera oportunidades de negócio inclusive, de aproximação. É muito interessante. Você tem bancos lá, tem consultor, tem universidade, a Esalq está lá presente, a Unicamp, a Unesp está presente. Então você tem integração de todos os níveis e conforme o assunto que seja debatido essas pessoas se manifestam e dali surge um entendimento posterior. É muito interessante. O Cosag é muito interessante (RODRIGUES, 2020).

Chama a atenção o retrato desses restaurantes privados, organizados no interior de Federações e entidades patronais, como representação da circulação de alimentos, palavras e

ideias que, postas em movimento desde a disposição de agentes patronais em uma mesa de almoço – compostas *de 8 a 10 pessoas* – podem aproximar determinados agentes, estreitar laços de solidariedade, compondo novas ou renovando antigas alianças e cooperações políticas e econômicas entre eles. Esses encontros e interações privadas, o sentar na mesma mesa de almoço e de jantar, o circular dos alimentos, das palavras e das ideias, não diz somente sobre o fortalecimento de relações com representantes do Estado e sobre a reivindicação de questões e vantagens políticas diretas com esses agentes, mas informa também a produção de interações econômicas e comerciais em si, gerando *oportunidades de negócio inclusive*, ademais de fortalecer laços de sociabilidade diversos entre agentes da elite do agronegócio. Tal como no mundo social camponês, analisado por Weitzman (2015), aqui a circulação de alimentos constitui um canal de intermediação entre diferentes realidades, sendo capaz, em alguns casos, de se constituir como elemento catalizador dos vínculos sociais entre eles.

Voltando à composição oficial do Cosag, dos 242 conselheiros, temos alguns nomes notáveis: Alysson Paolinelli (mineiro, ministro da Agricultura, entre 1974 e 1978, e presidente da CNA, entre 1987 e 1990), Flavio Teles de Menezes (paulista, Presidente da Faesp, nos anos 1970 e 1980, e Presidente da SRB, entre 1984 e 1990), Francisco Turra (gaúcho, ministro da Agricultura, entre 1998 e 1999), Ivan Aidar (produtor de cana e criador de cavalos, contemporâneo de Roberto Rodrigues na Esalq), Ismael Perina Junior (ligado ao setor sucroalcooleiro, aluno de Rodrigues na Unesp), Ivan Wedekin (paulista, ex-assessor de Ney Bittencourt na Agroceres), João Guilherme Sabino Ometto (vice-presidente da Fiesp, fundador da Abag, figura fortemente ligada ao agronegócio), Luiz Antonio Pinazza (paulista, formado em Agronomia na Esalq e ex-assessor de Ney Bittencourt na Agroceres), Blairo Maggi (governador de Mato Grosso, entre 2003 e 2010, senador, entre 2011 e 2019, e ministro da Agricultura, entre 2016 e 2018), Antonio Cabrera Mano Filho (ex-ministro da Agricultura, entre 1990 e 1992), Américo Utumi (ex-presidente da Ocesp), Marcos Sawaya Jank (professor da USP e Presidente da Unica, entre 2007 e 2012), Cesário Ramalho da Silva (ex-presidente da SRB, entre 2008 e 2013), Mônika Bergamaschi (secretária de Agricultura de São Paulo, entre 2011 e 2018, e aluna de Roberto Rodrigues na Unesp), Paulo César Hartung Gomes (ex-governador do Espírito Santo), Francisco Graziano Neto (Agrônomo e ex-secretário de Agricultura de São Paulo), Paulo Renato Hermann (gaúcho, presidente da John Deere Brasil), Teresa Vendramini (presidente da SRB), Silvio Crestana (ex-presidente da EMBRAPA, indicado durante o mandato de Rodrigues no MAPA) e o próprio Roberto Rodrigues, ex-presidente e agora conselheiro do Cosag (Fiesp, s.d.b.).

São agentes extremamente relevantes na organização política do agronegócio no Brasil. É o caso de Alysson Paolinelli, que foi uma figura histórica do agronegócio brasileiro e já apareceu em diversos momentos no enredo dessa tese. Ele nasceu em Bambuí-MG, em 10 de julho de 1936. Paolinelli é filho do casal Antônio Paolinelli de Carvalho e Adalgisa Luchesi Paolinelli. Seu pai, Antônio Paolinelli, estudou Agronomia, o que solidificou a relação da família com a agricultura. Ele também teve uma atuação política, elegendo-se prefeito de Bambuí, em 1948. Alysson seguiu trajetória profissional semelhante à do pai. Após cinco meses à frente da fazenda da família, em 1955, ele foi para Lavras-MG realizar o curso Científico (atual Ensino Médio) e depois ingressou na Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), para cursar Agronomia: "no 1º ano já era instrutor, ajudando professores. No 2º, foi eleito presidente do Centro Acadêmico, ocupando a função entre 1956 e 1958". Sua turma escolheu o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, para seu paraninfo de formatura e coube à Paolinelli a tarefa do convite (Wedekin, 2021, p. 39).

Após a formatura, ele se tornou professor de Agronomia da ESAL (área de Hidráulica, Irrigação e Drenagem), deixando de assumir cargo em posto agropecuário junto ao então secretário de Finanças de Minas Gerais, Tancredo Neves, que o havia convidado. Nos anos seguintes, a ESAL passou por um processo de federalização, integrando a Universidade Federal de Lavras (UFLA), em um processo que também contou com a participação ativa de Paolinelli. Em 1971, sob o governo de Rondon Pacheco, ele assumiu a secretaria de Agricultura de Minas Gerais e, em 1974, sob o governo de Ernesto Geisel, ele assume o ministério da Agricultura. Em sua gestão houve um forte desenvolvimento da EMBRAPA, fundada dois anos antes, com a criação de 26 centros de pesquisa dessa empresa (Wedekin, 2021).

Na sua gestão também foi criado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool): "foi a partir daí que a produção de etanol ganhou força no país, tornando-se uma política agrícola que exige e incentiva a produção de energia verde". Além disso, foi na gestão de Paolinelli à frente do ministério da Agricultura que foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que visava transferir as tecnologias produzidas pelos órgãos de pesquisa para o campo (Wedekin, 2021, p. 49).

Após deixar o ministério, em 1979, ele assume a presidência do Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), posto em que fica até 1983. Naquele período ele também foi presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (1980-1982) e da Fiat Allis Latino-Americana (1982-1986). Em 1987, foi eleito deputado federal constituinte por Minas Gerais, concorrendo pelo PFL, que ajudara a fundar:

> Os presidentes das federações estaduais da agricultura se reuniram em Belo Horizonte (MG) e me deram um aperto. Abriram o jogo dizendo que achavam que na Constituinte precisava haver alguém que conhecesse profundamente o setor agrícola. Eu respondi que não podia candidatar-me por duas razões: não tinha voto nem dinheiro. [...] Eu não esperava, mas recebi um apoio muito grande. Tive voto em quase todos os municípios mineiros, até em lugar aonde nunca fui. Quanto aos recursos da campanha, era meu carro e quatro filhos que me ajudaram, e com isso nós barateamos muito os custos. Fiquei em segundo lugar no meu partido (PAOLINELLI, s.d. in WEDEKIN, 2021, pp. 52-53).

Ele foi presidente da CNA, entre 1987 e 1990. Em 1991, deixou o legislativo federal e voltou à secretaria de Agricultura de Minas Gerais, cargo que ocupou até março de 1998: "após deixar o governo de Minas Gerais, Paolinelli consagrou o tempo aos próprios negócios. Produtor rural desde 1952, voltou-se ao plantio de grãos, reflorestamento e pecuária. Também passou a dedicar-se ao estudo de novas tecnologias e tem se mantido nisso até os dias atuais" (Wedekin, 2021, p. 56). Em 2021, ele foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz, o que repercutiu fortemente na representação do agronegócio brasileiro, ensejando fortes apoios e mobilizações pelo prêmio – que não veio. Alysson Paolinelli morreu em 29 de junho de 2023. Ele estava na presidência executiva da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho) desde 2022 (G1 Centro-Oeste de Minas, 2023).

Outro nome que também se destaca nesse rol de representantes do agronegócio na Fiesp é o de João Guilherme Ometto, de família cuja trajetória já foi analisada no capítulo 2. Filho de João e Belinha Ometto, João Guilherme nasceu no que hoje é o município de Iracemápolis/SP, na época município de Limeira/SP. Ele relata uma socialização ligada à vida na fazenda e às brincadeiras, típicas de uma criança em tal ambiente - "eu fui menino na fazenda, subindo no pé de goiaba, querendo pegar um galho de goiaba para fazer estilingue. O melhor estilingue que fazia era de goiabeira". A família Ometto compõe uma linhagem de imigrantes italianos, vindos para o Brasil, no final do século 19, para trabalhar nas fazendas de café do estado e que viveram trajetórias sociais ascendentes, tornando-se parte da elite do açúcar paulista posteriormente. João Guilherme cursou engenharia na USP de São Carlos. A socialização que relata está diretamente ligada ao mundo cotidiano da produção e do trabalho na agricultura, remetendo novamente a ideia de uma ética do trabalho e de um espírito do capitalismo (Weber, 2001), tal como analisamos no capítulo 2. Além da atividade canavieira, ele relata ter trabalhado com a produção de café, laranja, arroz, criação de gado, entre outras atividades: "a nossa família, todas as questões de agricultura, a gente gosta. E a gente foi aprendendo tudo isso daí" (Ometto, 2021).

Pela diversidade de atividades agrícolas que desempenham e pelo *gosto* que manifestam no desenvolvimento de tais empreendimentos, podemos considerar que a

agricultura aparece aqui como uma verdadeira vocação dos Ometto e de João Guilherme, em específico. Para Weber (2001), a ideia de vocação é central na conformação de um espírito do capitalismo, já que reforça a ideia do trabalho como uma qualificação moral da atividade terrena, contribuindo para a contenção ética do indivíduo e para a racionalização de sua conduta, baseada nos valores do trabalho e da acumulação:

> Foi, portanto, nesse conceito de vocação que se manifestou o dogma central de todos os ramos do Protestantismo, descartado pela divisão católica dos preceitos éticos em *praecepta e concilia* [preceitos e deliberações], e segundo a qual a única maneira de viver aceitável para Deus não estava na superação da moralidade secular pela ascese monástica, mas sim no cumprimento das tarefas do século, imposta ao indivíduo pela sua posição no mundo. Nisso é que está a sua vocação (WEBER, 2001, p. 52).

Mas João Guilherme Ometto não fala somente do trabalho na agricultura. Ele também diz que era "muito entusiasmado pelas associações" de representação de classe. Nesse sentido, destaca o fato de ter sido presidente da Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil (STAB), entre 1981 e 1987, organizado conferências e eventos por todo o Brasil, e de ter se envolvido nessa articulação a nível internacional, sendo presidente da Associação de Técnicos Açucareiros da Latinoamericana e Caribe, entre 1983 e 1986 - "eu sempre fiz política de classe" (Ometto, 2021).

Ele incorpora o discurso de integração intersetorial, que marca a representação política do agronegócio ao longo do tempo. Com isso, ele abre espaço para que se aumente "o entrosamento entre agricultura e agroindústria" na maior entidade patronal do país:

> Eu tenho alguns objetivos na Fiesp. Eu quero ajudar o agronegócio, porque o industrial urbano ele entende que a indústria é uma coisa e a agricultura é outra. Como no nosso trabalho nós sempre estivemos juntos com o fornecedor de cana nosso e sempre fomos parceiros do produtor, eu falei "não, nós temos que apoiar os produtores, porque não adianta você ter a Nestlé se não está unido com o produtor de leite, não adianta o frigorífico se não tiver um fomento ao produtor de carne". Aí, então, o que aconteceu? O Paulo [Skaf] falou: "vai fazendo as coisas aí". Eu fiz um comitê de agronegócio lá na Fiesp[52]. No começo não ia ninguém, diziam: "eita, você vai se meter com agricultor". Eu falei: "não, vamos!". Aí comecei a mexer lá, fazer, convidando o pessoal do frigorifico, "vamos ajudar vocês". E o Paulo [Skaf] sempre foi um companheirão, sempre apoiando (OMETTO, 2021).

Depois das dificuldades iniciais na organização desses comitês ligados ao tema do agronegócio na Fiesp, ele fala das viagens e articulações que fez pelo estado de São Paulo para fortalecer contato com outros setores e trazê-los à concertação de interesses do agronegócio na entidade, até que "começou a animar a coisa". Foi então que Paulo Skaff disse que "temos que fazer o Departamento do Agronegócio mesmo na Fiesp". Ele destaca os nomes de Benedito

[52] Provavelmente ele esteja se referindo aos antigos comitês da Alimentação e de Insumos Agropecuários da Fiesp, estruturas que deram origem, posteriormente, ao Cosag/Deagro, conforme mencionado por Costa (2023).

Ferreira, da Cargill, e Carlo Filippo Lovatelli, então presidente da Abag, como atores que contribuiram nesse processo inicial de articulação da pauta do agronegócio na entidade:

> E aí começou a animar, chamar gente. Se tinha um problema pedia para o Paulo [Skaf], ia para Brasília. Se um setor tinha problema de ICMS: "vamos trabalhar". Aí perceberam que 20% das indústrias de São Paulo é agronegócio. Agora está na hora de criar um comitê, vamos criar o Conselho de Agronegócio, Cosag. Aí convidamos lá o Roberto Rodrigues, ele foi espetacular, aconselhou bastante, reforçamos, chamamos o Antônio Carlos [Costa], que trabalha até hoje lá. E aí o negócio pegou fogo. Depois o Mário [Sérgio] Cutait entrou também, agora está o Roberto Betancourt (OMETTO, 2021).

Esse processo envolveu a participação da Fiesp em esforços de marketing e de mídia que visavam reposicionar a imagem do agronegócio perante a sociedade brasileira, destacando supostos benefícios do setor, reforçando a força política e simbólica desses agentes em cenário nacional:

> Na época nós fizemos uma campanha, chamamos lá o Lima Duarte, fez uma propaganda sobre agronegócio. [...] E unimos, naquele tempo lá tinha a Katia Abreu, que era ministra [da Agricultura]. E aí a coisa pegou fogo. E agora acho que começou a conscientizar que o agronegócio é importante (OMETTO, 2021).

João Guilherme se refere ao que ficou conhecido como movimento "Sou Agro", propagandas de defesa do modelo do agronegócio apresentadas por algumas estrelas da televisão brasileira e patrocinado por entidades do agronegócio no país. Como se vê aqui, a Fiesp fez parte de um importante marco de propaganda e convencimento em torno do projeto do agronegócio no país no período recente. O Movimento de Valorização do Agro – Sou Agro foi lançado em 18 de julho de 2011, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, contando com a presença do ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, apontado por Bruno (2012) como o principal ideólogo da campanha. Este evento contou com a presença de Lula da Silva, que acabara de encerrar seu segundo mandato na presidência da República. As propagandas foram estreladas por Lima Duarte e Giovanna Antonelli, importantes atores da grande mídia brasileira e representantes de diferentes gerações da indústria cultural do país:

> O horário nobre nos trouxe, como protagonistas dos filmes, Lima Duarte – de origem rural e ator de inúmeros papéis identificados com o campo, como "O Salvador da Pátria" – e Giovanna Antonelli, carioca, atriz global, representante de uma nova geração de atores. Nos anúncios, enquanto o primeiro louva a "Bendita Terra", a segunda transformava, simbolicamente, sua geladeira em uma fazenda. As cenas de Lima Duarte constroem simbolicamente a noção de "terra" ao envolver um conjunto de significações: terra, raiz da gente brasileira; terra fartura; terra respeito para quem trabalha; terra, lugar de todas as raças e alimentos do país e do mundo; terra Brasil – uma das maiores agronações do planeta; terra, motivo de orgulho de todos. Enfim, terra abençoada. Como imagem de fundo, uma representação do Brasil da fartura, da tecnologia sofisticada, da felicidade. Ao mesmo tempo, um Brasil sem gente, sem trabalhador, feito só de máquinas. Giovanna Antonelli, por sua vez, chamou a atenção para a "fazenda" existente em todos os lares brasileiros. "Todo mundo tem uma fazenda. É só abrir a geladeira", disse. O pomar, o gado de corte, a soja, além da plantação de algodão transformada em lençol e o canavial convertido em etanol. Tudo

> é agro. "É o Brasil pra frente", enunciava Antonelli, em clara alusão ao jingle utilizado no rádio e na televisão para promover a Copa do Mundo de 1970, ocorrida durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A música "Pra frente Brasil" anunciava "uma mesma emoção (...) e um só coração" e se transformou em propaganda política dos governos militares (BRUNO, 2012, pp. 1-2).

Essas peças publicitárias tiveram grande alcance e foram patrocinadas pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A). Essa foi uma ação multisetorial do agronegócio, envolvendo empresas e entidades do setor, que tinha como objetivo melhorar sua imagem perante a sociedade, buscando reposicionar o agronegócio brasileiro nas relações sociais em que se insere, sobretudo "destacando suas contribuições econômicas e sua agenda social e ambiental de maneira a provar não ser destruidor do meio ambiente" (Bruno, 2012, p. 2). Como analisou Gehrardt (2021, p. 3),

> O lançamento de "Sou Agro" em 2011 daria início a um esforço politicamente articulado e midiaticamente agressivo objetivando transformar o signo *Agro* em símbolo nacional, fixando-o no imaginário como sinônimo de brasilidade e, nas palavras de Rodrigues, fazendo-o confundir-se com "o projeto brasileiro".

É importante perceber a centralidade da Fiesp nessa figuração. Uma vez mais, nos deparamos com um traço histórico dessas elites rurais e agroindustriais paulistas, qual seja, sua busca por um espaço de centralidade e protagonismo na afirmação de um projeto de nação. Esse processo é visualizado em diferentes momentos da história pela qual percorre essa tese, sendo destacado no caso da ação das lideranças da SRB a partir das primeiras décadas do século 20 (capítulo 1), pelo protagonismo de determinadas famílias que se tornam a elite da produção de açúcar no estado e redesenham o espaço produtivo da agricultura patronal brasileira (capítulo 2), por seu entusiasmo e organização na defesa do golpe civil-militar de 1964, que representaria para eles a redenção do país (capítulo 3), por seu protagonismo na organização do cooperativismo rural brasileiro ou por se verem como a *intelligentsia* do nascente agronegócio no país (capítulo 4), ademais de protagonizarem, em período recente, a viralização do totem agro (Gehrardt, 2021) por meio de ação organizada e peças publicitárias que afirmam a hegemonia desse modelo na sociedade brasileira (capítulo 5).

Machado (2022) também sinalizou tal marca das elites agropecuárias paulistas, ao analisar a Festa do Peão de Barretos/SP, criada pelas elites locais, em meados da década de 1950. Para o autor, "a programação da Festa do Peão espelhava os ideais da 'integração' e 'unidade' nacional vigentes nessa época, articulando elementos da 'cultura rústica' ou 'rural' a um ideal regionalista da formação de um só 'povo' brasileiro". Ainda segundo ele, a partir desse processo "o peão boiadeiro se transformaria, assim, em um 'herói nacional', um ícone da

modernização rural e da prosperidade da pecuária vinculado a determinados sentidos de masculinidade, de pioneirismo e de um 'novo rural'" (Machado, 2022, p. 18).

Essa festa passou a representar a figura do peão boiadeiro como "um símbolo da união entre o regional e o nacional na tentativa de ressignificar as diferenças culturais e geográficas da população brasileira por meio da construção de uma ideia de 'nação' unificada e pacificada na imagem do homem do campo" (Machado, 2022, p. 95). Mais uma vez, atualiza-se aqui o mito do bandeirante paulista, agora pela imagem do moderno pioneirismo, de homens desbravadores que resgatariam os valores de um Brasil profundo, unificando-os em torno de um projeto de nação, protagonizado pelo agronegócio no país. Ainda que a criação dessa festa remeta a meados da década de 1950, esse processo se atualiza e joga luz às formas de dominação simbólica que dão força ao projeto do agronegócio hoje, bem como ao papel dos paulistas nesse processo. Como disse Machado (2022, p. 302), "esse mito passou a reforçar nas últimas décadas os sentidos da expansão do agronegócio no Brasil, revigorando o imaginário do pioneiro desembarcando em 'terras vazias', enfrentando a 'natureza selvagem' dos animais e a floresta para trazer a 'civilização' e o 'progresso'".

A Campanha Sou Agro se insere nesse movimento mais amplo de afirmação de um projeto de nação pelas elites do agronegócio no país. Mesmo que não se trate de ação desenvolvida somente pela Fiesp e pelos paulistas, foi na sede desta entidade que a campanha foi lançada. Além disso, uma de suas principais lideranças, Roberto Rodrigues, é considerado um dos mais importantes ideólogos deste movimento, o que não parece nada irrelevante no escopo do que analisamos nessa tese. Podemos identificar uma ligação do Sou Agro com as atuais propagandas em defesa do agronegócio intituladas O Agro é Tudo, que buscam reforçar uma imagem totalizante do modelo do agronegócio no país. Segundo Pompeia (2020, p. 199),

> O caráter englobante da categoria agronegócio não é uma recente criação brasileira: o conceito de agribusiness já nasceu como conjunto totalizador nos Estados Unidos (EUA) dos anos 1950 (Davis, 1955). Instados na Harvard Business School por indústrias de alimentação que precisavam avançar na racionalização de suas crescentes relações com a agropecuária (David, 1950), os pesquisadores John Herbert Davis e Ray Allan Goldberg criaram o termo pensando em abranger e mensurar "todo o sistema de alimentos".

O movimento de marketing contemporâneo do agronegócio brasileiro - do qual fazem parte as campanhas Sou Agro e, mais recentemente, O Agro é Tudo – busca produzir o que Pompeia (2020, p. 197) classifica como uma sinédoque política, ato de se conceber "uma 'parte' (conjunto de agentes políticos do agronegócio) como se fosse o 'todo' (amplo perímetro de funções contidas na noção de agronegócio)". Ainda conforme o autor, "ao projetar na esfera pública indistinção entre as dimensões conceitual (totalizadora) e política (menos abrangente)

desse campo, o que se procura fazer por meio da sinédoque, portanto, é simular uma representatividade ampliada aos olhos da opinião pública e do Estado".

São movimentos que buscam fortalecer os capitais políticos do grupo. Eles fazem isso tanto por meio da ampliação da imagem de representatividade – a sinédoque política -, quanto por meio da incorporação de pautas sensíveis ao campo socioambiental e que, por isso, mobilizam favoravelmente a opinião pública do país. Nesse contexto, a Fiesp mobiliza temas do agronegócio que, não só mobilizam a opinião pública nacional, como também abrem mercados internacionais aos produtos brasileiros, como o tema ambiental:

> E aí eu abri também na Fiesp o Comitê de Clima. Paulo [Skaf] falou: "toca o negócio". Aí nós juntamos lá, o Deagro ajudava, o Departamento de Infraestrutura, o Carlos Cavalcante ajudou muito, o Nelson Reis que era do Departamento de Meio Ambiente, e aí começamos a acompanhar as reuniões internacionais, as COPS´s. Eu acabei indo lá na Dinamarca, em Copenhague. [...] Eu acho que nós conseguimos levar muita coisa, mostrar o que o Brasil fazia de sustentabilidade e energias renováveis. Foi tudo muito bom isso daí. É muito importante isso que nós fazemos cada vez mais e mostrar o que é o nosso agronegócio (OMETTO, 2021).

Aqui se percebe a importância da pauta ambiental e climática para melhor posicionar a imagem que o agronegócio brasileiro constrói de si mundo a fora. A organização de um Comitê do Clima da Fiesp, protagonizada por João Guilherme Ometto, um dos principais nomes do agronegócio na entidade, abre espaço para um conjunto de articulações internacionais que possibilitam para a Fiesp discutir modelos de desenvolvimento da agroindústria e de todos os ramos econômicos com que se relaciona de modo privilegiado. É o caso de sua participação nas Conferências das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP´s), citadas por ele. É nítido como a representação do agronegócio na Fiesp, em alguma medida, incorpora preocupações socioambientais em seu discurso. Pompeia (2023) analisa a produção de diferenciações políticas, internamente ao agronegócio brasileiro, relacionadas às diferentes posições tomadas pelos agentes no campo ambiental. Ele enxerga a existência de cinco principais correntes do agronegócio:

> As posições são intituladas "negacionistas", "conservadoras", "volúveis", "descarbonizadoras" e "europeias". Elas são ligadas, respectivamente, ao Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA), à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Coalizão) e a corporações financeiras e supermercadistas com atuação predominante na Europa (POMPEIA, 2023, p. 3).

Não pretendemos classificar em qual desses estratos o Conselho de Agronegócio da Fiesp se localiza, mas somente informar a existência de um nível significativo de incorporação do discurso socioambiental por parte desses agentes, em um processo que lhes abre portas políticas, permite certa projeção internacional e a busca pela expansão dos mercados para seus produtos. Não fosse assim, não veríamos a própria criação de um comitê voltado ao

tratamento especificamente da questão climática dentro da entidade, em articulação estreita com o tema do agronegócio em seu interior, sendo gestado pelas mesmas lideranças vinculadas a esse setor. João Guilherme Ometto destaca reiteradamente a importância de seu trabalho ligado a essas articulações internacionais, cujos caminhos foram ampliados pela inclusão da pauta climática pela entidade recentemente: "nós recebemos aí na Fiesp, essa parte internacional, eu ajudava muito a Fiesp recebendo os chefes de Estado" (Ometto, 2021).

Além disso, essa construção também demonstra a importância de um "complexo associativo" (Bianchi, 2010) no interior da entidade, possibilitando articulações e ações conjuntas entre diversas instâncias e departamentos, que promovem ações transversais na entidade e possibilitam o melhor desenvolvimento das pautas em seu interior. Neste caso, o entrevistado menciona auxílios do Departamento de Infraestrutura e do Departamento de Meio Ambiente, e seus respectivos dirigentes, na efetivação do Comitê do Clima da Fiesp.

Ometto também destaca a importância de sua figura para a efetivação de articulações da Fiesp com universidades e centros de pesquisa: "eu sempre, na Fiesp, eu falei: 'Paulo [Skaf], a parte de entendimento com as universidades, a parte de clima e agronegócio eu vou ajudar bastante aí'. E acabei sendo até do Conselho Universitário da USP e fazendo a aproximação com a universidade". Ele segue comentando a relação estabelecida entre academia e setor empresarial no Brasil, destacando a relação de proximidade entre ambos e como, em grande medida, a universidade foi construída no Brasil com a participação direta desses agentes: "nós saímos muito da universidade... a Universidade de São Paulo foi feita graças ao Armando Salles de Oliveira[53], o pessoal da Fiesp, mas ninguém mais também depois ficou junto da universidade. Então ela se encastelou e ficou longe do produtor e do industrial" (Ometto, 2021).

Já analisamos, no capítulo 4, a importância das universidades paulistas na formação de uma *intelligentsia* do agronegócio brasileiro. Aqui, Ometto reivindica a importância dos empresários – industriais e agropecuários – se fazerem presente no cotidiano da universidade brasileira para disputar seus rumos, aproximá-la das expectativas desses agentes. Considerada universidade de excelência acadêmica, novamente, a Universidade de São Paulo (USP) aparece com centralidade nessa figuração. Mas ele ressalta as dificuldades desse processo, já que, em sua visão, a universidade brasileira ainda seria muito refratária ao setor empresarial: "agora está abrindo. Eu sou membro do Conselho de Inovação da USP. Mas isso daí tem um ranço muito

[53] Foi interventor federal em São Paulo, entre 1933 e 1934, e governador constitucional do estado, entre 1934 e 1937. Antes, graduou-se em Engenharia Civil, na Escola Politécnica de São Paulo. Foi casado com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, proprietário do Jornal O Estado de São Paulo. Em sua gestão à frente do governo do estado, foi criada a USP (Nascimento, 2004).

grande ainda. [...] Aproximação com a universidade é um trabalho muito grande, porque a nossa universidade ainda não é como uma universidade americana" (Ometto, 2021).

O comparativo que faz, da universidade brasileira com norte americana, e o suposto ranço, a que se refere, têm a ver principalmente com às barreiras ainda impostas na universidade brasileira a parcerias público-privadas irrestritas: "eu fui falar isso lá na USP, para abrir [para parcerias público-privadas]. Iiiihh.. O pessoal fica achando, está no tempo ainda de Montesquieu e tudo. Nós temos muita coisa de ranço ainda, viu" (Ometto, 2021).

O trabalho desenvolvido por João Guilherme Ometto, como representante do agronegócio na Fiesp, foi muito relevante para ele. Isso ajudou com que fosse distinguido com diversos títulos e honrarias ao longo do tempo. Ele destaca o Grau de Oficial pela Ordem do Rio Branco, recebida do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso: "eu estava sempre trabalhando nas embaixadas brasileiras com o negócio do álcool e aí me outorgaram [esse prêmio]. Isso foi muito interessante" (Ometto, 2021).

Com esses dados, percebemos a importância da Fiesp, como um dos principais espaços de organização política do agronegócio brasileiro no período recente. Pudemos detectar, até aqui, em seus quadros de direção, a presença de pessoas que circularam por altos postos do poder político de Estado, em sua maioria, mas não exclusivamente, ligados ao tema da agricultura; figuras, em geral, de projeção nacional; políticos, representantes de entidades e empresas que têm seus limites de atuação para além do estado de São Paulo, embora, na maioria das vezes, organizem seu centros de decisão estratégico nesse estado; além de alguns dos mais proeminentes intelectuais orgânicos e formuladores teóricos do agronegócio brasileiro, a tal *intelligentsia* do agronegócio do país, posição reivindicada pelos paulistas desde a fundação da Sociedade Rural Brasileira, como se viu, e que agora parece ter muita proeminência pela Fiesp.

Aliás, cabe lembrar que a SRB, como demonstrou Mendonça (2009) e como retratamos no capítulo 1 desse trabalho, apesar de ser uma entidade eminentemente paulista, detinha, em seu nome, o qualificativo "brasileira", buscando afirmar, no plano simbólico, a nacionalização de seu projeto para agricultura e para o país, desde a primeira metade do século 20. Cerca de 100 anos depois, nos deparamos aqui com uma situação inversa, representada agora em outra entidade, a Fiesp, cujo epíteto é "paulista", mas cuja composição e abrangência parecem superar de longe os limites desse estado, atuando desde o contato com agentes espalhados em diversos lugares do país e lidando com uma pauta política que lhe é transversal, sempre demonstrando um importante protagonismo nesse cenário.

O Departamento do Agronegócio da Fiesp (DEAGRO)

> O Departamento do Agronegócio da Fiesp-Deagro iniciou suas atividades em janeiro de 2007, com a finalidade de conferir maior suporte às demandas específicas de cada setor do complexo agroindustrial brasileiro, a partir da elaboração de propostas para temas estruturais que atingem as cadeias produtivas como um todo. Atua também nas questões que impactam a competitividade do agronegócio no mercado internacional (FIESP, s.d.c.).

O Departamento do Agronegócio da Fiesp (Deagro) é uma instância técnica e operativa, ligada ao tema do agronegócio, internamente à Fiesp. O órgão tem uma composição central relativamente enxuta, formada por um Diretor-Titular; um Diretor-Titular Adjunto; um Superintendente; e apenas dois assessores técnicos. Além disso, o Deagro conta atualmente com 73 diretores, divididos em suas seis Divisões setoriais (Fiesp, s.d.c.).

O Deagro desempenha papel relevante de apoio e subsídio às ações do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), bem como, eventualmente, a outros conselhos e instâncias da Fiesp. Os dois assessores técnicos do Deagro são especialistas na área econômica, o que demostra a importância dos conhecimentos científicos desse campo na legitimação de interesses pelo agronegócio. Costa (2023) diz em entrevista que o Deagro "é um departamento extremamente enxuto, deve ser o departamento mais enxuto da Fiesp". Essa estrutura reduzida tem a ver com o fato de que muitos temas relacionados ao agronegócio são transversais nas preocupações da Fiesp e, portanto, têm estruturas próprias de tratamento: "como o agronegócio envolve, de novo, aspectos de sustentabilidade, comércio exterior, aspectos jurídicos, aspectos tributários e como a Fiesp possui áreas especializadas em todas essas temáticas, optou-se por um Departamento [do Agronegócio] mais enxuto".

Um dos assessores do Deagro é formado em Economia e outra é formada em Agronomia: "o economista com toda a especialização acadêmica em agro e a agrônoma com especialização acadêmica na área de economia" (Costa, 2023). É interessante perceber o peso das ciências econômicas, como campo do saber considerado legítimo e eficiente no auxílio à efetivação dos interesses desses grupos dominantes junto ao Estado e à sociedade em geral:

> A gente tem um viés, um olhar econômico para as questões, acho que isso é bem importante, porque as questões técnicas têm um impacto econômico. E eu, que também cumpro esse papel aqui, além desses outros que eu cumpro aqui na Fiesp, eu também tenho um olhar mais técnico aqui para a área do Departamento [do Agronegócio] (COSTA, 2023).

Dos 73 Diretores das Divisões setoriais do Deagro, muitos são também conselheiros do Cosag (Fiesp, s.d.c.). Além disso, tem-se como regra estabelecida que o Diretor-Titular do Deagro ocupe, paralelamente, uma das vice-presidências do Cosag (Costa, 2023). O trabalho cotidiano desse órgão é dirigido pelo superintendente Antônio Carlos Costa. Ele é engenheiro

agrônomo, formado na Unesp de Jaboticabal. Na faculdade, ele e sua esposa, Cecília Fagan Costa, foram alunos de Roberto Rodrigues. A vinda de Antônio Carlos para a Fiesp ocorreu em 2007, contexto em que houve a criação do Departamento e do Conselho do Agronegócio da entidade. É curioso perceber como, de alguma forma, após sua formatura, Antônio Carlos vai seguindo um caminho traçado conjuntamente com seu professor de faculdade. Roberto Rodrigues destaca esse fato, quando relata o contexto de criação do Cosag e de sua ida para lá: "levei para o Departamento [Deagro], para gerente do Departamento, um aluno meu aqui de Jaboticabal, o Antônio Carlos Costa" (Rodrigues, 2020).

Chama a atenção as estreitas redes de relações estabelecidas entre alguns desses agentes ao longo do tempo, já que são trajetórias que parecem se cruzar e se retroalimentar em vários momentos de sua caminhada, seja no meio corporativo, profissional ou político do agronegócio, no estado e no país. Ivan Aidar, membro do Cosag, foi contemporâneo de Roberto Rodrigues na chamada "turma de ouro" da Esalq. Mônika Bergamaschi, igualmente membro do Cosag, também é formada em Agronomia, mas pela Unesp de Jaboticabal, onde foi aluna de Roberto Rodrigues, um *professor querido pelos alunos*, como visto no capítulo 4. Ela trabalhou com Rodrigues após a formatura e, posteriormente, passou a dividir espaço com ele, como conselheira do Cosag/Fiesp.

No capítulo 4, vimos como Roberto Rodrigues, enquanto docente de Agronomia da Unesp, se apresentava como um professor *muito querido* pelos alunos e buscava *acompanhar a molecada* depois da formatura, influenciando esses agentes em diversos momentos de sua trajetória. Por sua ação na universidade, ele buscava construir redes de relações com agentes que viriam a desempenhar importantes funções econômicas e políticas no agronegócio brasileiro, sendo técnicos notáveis, gestores destacados, agentes de Estado incumbidos, muitas vezes, de decisões as mais relevantes para o agronegócio em determinadas unidades da federação ou mesmo no país. Mônika Bergamashi - que, após sua formatura, trabalhou com Rodrigues na SRB e depois chegou ao posto de secretária de Agricultura de São Paulo - também reencontrou o professor *muito querido* na representação política do agronegócio na Fiesp.

Por sua vez, Antônio Carlos Costa trabalhou com o ex-professor em diversas instituições após sua formatura, como que seguindo os passos do mestre, tendo os caminhos abertos por este, em função da relação de proximidade estabelecida com ele e por fazer conhecer ao professor suas capacidades e aptidões profissionais ao longo da faculdade e depois. Após sua formatura, Costa trabalhou com Rodrigues na Abag, no ministério da Agricultura e por último no Departamento do Agronegócio da Fiesp. Rodrigues parece querer vincular a si

elementos das trajetórias profissionais de Costa e de sua esposa, também formada em Agronomia na Unesp Jaboticabal:

> Hoje ele [Antônio Carlos Costa] já assumiu vários Departamentos da Fiesp, hoje ele é um craque. Eu levei ele para o Deagro. E para a GV [Fundação Getúlio Vargas] levei a mulher dele, os dois foram meus alunos em Jaboticabal. Os dois trabalharam comigo na Abag, antes de eu ser ministro, e no ministério da Agricultura comigo em Brasília, os dois trabalharam comigo lá. Hoje ela, ela é Cecília Costa, ela é gerente do GV Agro e ele é gerente do Deagro da Fiesp (RODRIGUES, 2020).

Sem dúvida, trata-se de trajetória exitosa de um casal que se conheceu na faculdade de Agronomia em Jaboticabal e, a partir daí, construiu caminho profissional bastante similar e em relativa articulação. Eles ocupam dois cargos da maior relevância para a organização do agronegócio no Brasil hoje – ele gerente do Departamento do Agronegócio da Fiesp e ela gerente da FGV Agro, um dos principais espaços acadêmicos de produção de inovação e formação de quadros de gestão para o agronegócio brasileiro, ambos espaços, em grande medida, idealizados e organizados por Roberto Rodrigues.

Como mencionado, antes de ingressar na Fiesp, para a qual veio juntamente com Rodrigues, Antônio Carlos ocupou cargo por quatro anos no ministério da Agricultura, comandado pelo então ministro Rodrigues. No ministério, ele havia atuado no Departamento de Assuntos Comerciais da Secretaria de Relações Internacionais, em que era um dos responsáveis pelas negociações dos acordos comerciais brasileiros envolvendo o agronegócio:

> Foi lá que a gente ajudou a desenhar estratégias e a gente participou das negociações Mercosul - União Europeia, várias negociações aqui em âmbito regional, Mercosul, e uma agenda muito forte na OMC, que naquela época estava acontecendo a rodada de Doha, que era uma negociação justamente sobre o acordo de agricultura da OMC e uma tentativa de repactuar esse acordo nos seus vários pilares, de acesso ao mercado, apoio doméstico, subsídio à exportação (COSTA, 2023).

Com isso, se percebe a relevância da atuação política governamental de agentes que comandam o tema do agronegócio nesta federação de indústria. Além da entidade alocar, em seus quadros de direção, o ex-ministro da Agricultura, recém egresso da pasta, traz com ele também os mais altos quadros técnicos que operavam a política de Estado voltado ao agronegócio naquela estrutura. E essa é justamente a tônica do Deagro. Esse órgão é considerado de caráter mais técnico e operativo. Conforme destaca Antônio Carlos Costa,

> O Departamento [do Agronegócio da Fiesp] tem um papel mais executivo, mais, enfim, de propor políticas públicas, então a gente trabalha muito nas questões regulatórias, nas questões tributárias, a gente atua muito no desenvolvimento de estudos de indicadores econômicos, etc., porque isso ajuda a qualificar o debate. Então é isso: um tem um caráter mais estratégico [Cosag], outro tem um caráter mais executivo [Deagro]. O Conselho [do Agronegócio da Fiesp] é mais estratégico e o Departamento é mais executivo (COSTA, 2023).

Essa organização interna da pauta do agronegócio na Fiesp – com um Conselho, visto como órgão estratégico, e um Departamento, visto como órgão executivo, – é uma disposição colocada em todos os setores em que a Federação atua. No caso do Deagro, a preocupação em torno de uma atuação reconhecida e respaldada tecnicamente se destaca no discurso de seus representantes. Eles querem ser reconhecidos por essa expertise, objetivando que suas ações sejam colocadas acima de quaisquer suspeitas, tendo legitimidade para pautar a construção de políticas públicas e modelos de desenvolvimento ligados ao setor agroindustrial - "a gente teve uma preocupação grande desde o começo de construir uma reputação técnica junto ao governo, junto aos outros órgãos do setor privado, junto às indústrias, para que isso nos credenciasse aos principais debates do setor" (Costa, 2023).

O elemento técnico e de cientificidade aparece como discurso de legitimidade por eles e o próprio debate político se baliza em tais termos. Cabe destacar a importância do sistema escolar, como espaço de legitimação e chancela de saberes técnicos considerados válidos em um campo científico – afinal, o próprio interlocutor acima graduou-se em Agronomia pela Unesp e chefia uma equipe de assessores pós-graduados e especializados na economia do agronegócio. A validação desses conhecimentos técnicos e científicos pela instituição escolar também valida quem os detêm, já que, por meio de um capital simbólico burocratizado pelo Estado, eles são considerados legítimos a falar sobre determinados temas e, consequentemente, a atuar politicamente em torno deles:

> Diferentemente dos detentores de um capital cultural desprovido da certificação escolar que, a todo momento, podem ser intimados a apresentar seus comprovantes, por serem identificados apenas pelo que fazem, simples filhos de suas obras culturais, os detentores de títulos de nobreza cultural – neste aspecto, semelhantes aos detentores de títulos nobiliárquicos, cujo ser, definido pela fidelidade a um sangue, solo, raça, passado, pátria e tradição, é irredutível a um fazer, competência ou função – basta-lhes ser o que são porque todas as suas práticas valem o que vale seu autor, sendo a afirmação e a perpetuação da essência em virtude da qual elas são realizadas (BOURDIEU, 2011b, pp. 27-28).

Nesse sentido, a própria relação estabelecida pela Fiesp, através de seu Departamento do Agronegócio, com o Estado e os agentes governamentais envolvidos com o tema do agronegócio é visto por eles como ação "de colaboração técnica, de entregas técnicas, de sugestões, de confecção de estudos e de indicadores que ajudem a desenvolver o setor". Quer dizer, a relação que estabelecem com os governos é mediada publicamente por esse recurso de legitimidade ao discurso técnico e científico

> A gente não olha para partido político na nossa atuação. Então a gente não tem, como entidade de representação, um viés partidário, a gente não poderia ter, porque isso poderia tirar um pouco da nossa força de atuação técnica. No final do dia a gente precisa atuar tecnicamente, a gente tem um enfoque técnico na nossa atuação e a gente

> precisa negociar e a gente precisa articular, a gente precisa trabalhar com o governo que está ali (COSTA, 2023).

O discurso acima referia-se à pergunta feita sobre a relação de diálogo estabelecida pelo Deagro/Fiesp com a gestão do presidente Lula da Silva (PT), em seu terceiro mandato, na data de realização da entrevista, em fase inicial de governo e com forte contestação de amplos setores do agronegócio, fieis à política do ex-presidente, Jair Bolsonaro (PL). A linha adotada na resposta foi a de que a entidade fugiria do que classifica com uma atuação de *viés partidário*, reconhecendo os governos eleitos, se relacionamento de maneira independente com todos eles, construindo em conjunto as políticas públicas ligadas à agricultura e à agroindústria com aqueles que detêm a legitimidade da condução dessas tarefas junto ao Estado.

A Fiesp possui grande poder de pressão em relação a agentes governamentais. No período recente, foi protagonista na pressão e mobilização pelo *impeachment* da então presidente da República, Dilma Rousseff, ocorrido em 2016 – "Fiesp anuncia apoio formal ao processo de impeachment de Dilma" (G1, 2015). São distintas formas de atuação efetivadas pela entidade, conforme o cálculo político que seus dirigentes fazem em cada momento. Aqui, se percebe o papel desempenhado pelos departamentos técnicos da entidade – neste caso, o Deagro – na ampliação das interlocuções possíveis pela entidade, já que, através do discurso técnico e de cientificidade, afirma-se a legitimidade da atuação da entidade junto ao Estado, permitindo a ela influenciar nos rumos dos diversos governos em questão, mesmo daqueles com quem se tem menos alinhamento político e ideológico em dado momento.

Internamente, o Deagro é composto hoje por seis divisões: Divisão de Insumos; Divisão de Produtos de Origem Vegetal; Divisão de Produtos de Origem Animal; Divisão da Cadeia Produtiva da Pesca e da Aquicultura; Divisão de Nozes e Castanhas; e Divisão do Setor Sucroalcooleiro. A maioria dessas divisões possui um Diretor-Titular, um ou dois Diretores Adjuntos e de cinco a dezesseis Diretores da Divisão, variando consideravelmente, portanto, de tamanho, uma em relação à outra.

A existência dessas Divisões informa importantes questões sobre a arquitetura interna de funcionamento da Fiesp, entendida como um "complexo associativo" (Bianchi, 2010). Seu critério de definição leva em consideração questões de representatividade. Elas têm um caráter institucional, sendo formadas por entidades ligadas ao setor – e não por personalidades, como pode ser o caso do Cosag:

> São entidades ligadas à Fiesp e elas têm um caráter institucional. Então ele não é formado por pessoas físicas, mas ele é formado por entidades, para que a gente tenha de fato uma representatividade importante nas decisões que a gente venha a tomar. Isso é bem importante, então são lideranças ali, são diretores ou são presidentes, que

> estão ligados a uma entidade de representação que tem ligação com o tema da Divisão (COSTA, 2023).

Novamente, o critério técnico é destacado, já que a escolha das entidades não levaria em consideração apenas sua relevância econômica e política, mas também sua capacidade de contribuir efetivamente com os debates travados ali, trazendo a contribuição de assessores e técnicos com alto nível de preparo acadêmico e com material analítico a compartilhar. Os representantes indicados pelas entidades para esses espaços geralmente são referências técnicas em determinado assunto:

> Então, a gente vai discutir, por exemplo, o regulamento de inspeção de produtos de origem animal, não adianta, a gente precisa fazer isso com alguém que entenda tecnicamente desse assunto. E aí a gente conta com as entidades e com o corpo técnico, inclusive, das entidades nessa construção (COSTA, 2023).

O entrevistado ainda cita alguns exemplos para ilustrar isso: "você pega lá a Divisão Industrial de Produtos de Origem Animal, está lá a Abiec, está a ABPA, e aí são entidades ligadas à indústria, tem as sindicais, está o Sindifrio[54], e você tem também representantes de produtores ali" (Costa, 2023). A competência técnica, neste caso, está diretamente vinculada à representatividade política desses atores em cenário nacional, o que evidencia, mais uma vez, a grande capacidade de concertação política da Fiesp. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) foi criada em 1979 e reúne 39 empresas desse setor no país. Essas empresas são responsáveis por 98% da carne brasileira negociada para mercados internacionais. Segundo eles, "a Abiec se tornou a principal representante do setor nas áreas internacionais de regulamentação comercial, exigências sanitárias e a abertura de mercados" (Abiec, s.d.; s.d.b.).

Por sua vez, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) é uma organização nacional voltada à avicultura e à suinocultura. A entidade "tem como missão representar os setores em foros nacionais e internacionais zelando pela qualidade, sanidade e sustentabilidade dos produtos, promovendo a integração de toda a cadeia produtiva". Ademais,

> fomenta o desenvolvimento tecnológico setorial, a profissionalização e a expansão da atuação do setor produtivo nos mercados interno e internacional.
> A ABPA atua, ainda, pela viabilização de novas oportunidades para o setor produtivo por meio de negociações internacionais, relações institucionais junto aos stakeholders no Brasil e no exterior, ações para abertura de mercados e outras ações (ABPA, s.d.).

Com isso, percebe-se a grande relevância dessa instância da Fiesp, a Divisão de Produtos de Origem Animal, de seu Departamento do Agronegócio, já que reúne, em sua estrutura de organização, aqueles que são os principais agentes de um setor produtivo do

[54] Sindicato da Indústria do Frio.

agronegócio brasileiro, agentes responsáveis pelos maiores números de produção e exportação de produtos na área e que, do ponto de vista político, têm grande peso e relevância nas decisões e na construção de políticas relacionadas ao setor. Dessa forma, a Fiesp incorpora importantes capitais políticos, afirma legitimidade para falar em nome de amplos setores do agronegócio e demonstra capacidade de mediar as demandas de atores de grande relevância e com interesses relativamente divergentes entre si. Em outros termos, a Federação de Indústria do Estado de São Paulo cria condições, assim, de se afirmar, tal como fez Roberto Rodrigues em entrevista, como "o maior fórum brasileiro de agronegócio" existente no país (Rodrigues, 2020).

Ainda sobre as Divisões do Deagro, destaca-se a existência de uma Divisão de Nozes e Castanhas "que é um setor que vem crescendo, no estado de São Paulo ele ainda não é tão representativo, do ponto de vista do valor da produção agropecuária, mas já mostra uma diversificação na produção do estado também" (Costa, 2023). Isso mostra o quanto o Deagro está atento ao desenvolvimento de novos setores econômicos do agronegócio paulista, buscando incorporar esses agentes em suas estruturas de organização e impulsionar o desenvolvimento da atividade, usufruindo de posição de destaque ali.

A Divisão da Cadeia Produtiva da Pesca e da Aquicultura também é destacada por Costa (2023), que diz que esta é "uma das Divisões mais ativas do Departamento" e que, a partir desse trabalho, a Fiesp teria contribuído para organizar novas associações – "saíram muitas associações de representantes que participavam das dinâmicas da diretoria da Fiesp e do Deagro". É como se a entidade contribuísse, assim, para o próprio desenvolvimento do setor e de sua representação política, estimulando a ampliação dos debates em torno da cadeia em diversos espaços da sociedade: "é uma contribuição importante que a Fiesp deu também para esse segmento e que continua seu processo ali de profissionalização, de construção de indicadores, algumas associações aí bem avançadas nesse caminho".

A análise das Divisões setoriais presentes no Deagro também permite fazer observações sobre aquela que representa o maior setor econômico do agronegócio paulista: a produção sucroalcooleira. Não obstante o setor de cana-de-açúcar representar mais de 43% do PIB agropecuário de São Paulo, estando disparado na liderança do setor (Deagro, 2017), a Divisão do Setor Sucroalcooleiro do Deagro foi criada recentemente (não figurava no site da entidade até 2019) e possui a menor das estruturas, com apenas cinco diretores. Em parte, isso se explica pela concentração econômica e política verificada no setor sucroalcooleiro:

> Aqui no estado de São Paulo, o setor sucroenergético tem uma representação muito forte feita pela UNICA. E a UNICA, a gente tem um trabalho muito sinérgico com eles, então a gente está aqui... eles estavam aqui semana passada, estarão amanhã para discussões específicas com a gente, então sempre houve uma sinergia muito grande.

> Por exemplo, você pega hoje o 3º vice-presidente da Fiesp, ele é o Marcelo Ometto, que é o presidente do Conselho da UNICA. Então houve sempre uma proximidade muito grande. E o fato de ser enxuta, na verdade você está pegando ali os grandes players do setor: você tem ali a ORPLANA, você tem ali a UNICA... os atores estão ali representados. Apesar de ser enxuto, isso não significa que não seja representativo, é bastante representativo, é um setor bastante organizado nos diferentes elos da cadeia (COSTA, 2023).

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA) é a maior organização representativa do setor de açúcar, etanol e bioenergia do Brasil, congregando a força econômica e política dos usineiros da região centro-sul do Brasil, notadamente do estado de São Paulo. Destaca-se o fato de, atualmente, Marcelo Campos Ometto - 3º vice-presidente da Fiesp e integrante da família Ometto, descendentes de italianos e umas das mais importantes linhagens do setor sucroenergético paulista, cuja trajetória foi retratada no capítulo 2 - ser o presidente do Conselho Deliberativo da UNICA. Isso demonstra o grau de proximidade e articulação entre as duas entidades.

Marcelo Ometto é primo de segundo grau de João Guilherme. Na representação da agroindústria canavieira, Marcelo é visto como uma espécie de herdeiro político do primo. Em cerimônia de homenagem a João Guilherme Ometto, o primo Marcelo dizia que "o João a gente precisa seguir os passos dele, porque é muito importante tudo o que ele fez, a humanidade que ele tem, como pessoa, como homem, como empresário. É muito legal estar participando dessa homenagem a ele aqui" (Ometto, 2023). Novamente, manifesta-se aqui uma espécie de "espirito de família" entre eles (Bourdieu, 2011), já que se articulam entre si e desenvolvem ações na representação política do grupo de modo relacional, um em função do outro.

No discurso de Marcelo Ometto, evidencia-se elementos ligados ao trabalho, à vida na fazenda e à importância do setor sucroenergético para o desenvolvimento da sociedade, tal como visto nas análises feitas em relação a outros integrantes da família Ometto:

> Eu procuro trabalhar em prol do setor, essa é a minha filosofia de vida, eu vou trabalhar em prol do setor sucroenergético. [...] A gente nasceu e cresceu dentro da fazenda, aprendeu a trabalhar e hoje a gente procura um mundo melhor e eu acho que o nosso setor consegue trazer uma melhoria de qualidade de vida para a população (OMETTO, 2023).

Já a Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (ORPLANA) é uma representação dos produtores e fornecedores de cana-de-açúcar, daqueles agentes de dentro da porteira da fazenda, portanto. A ORPLANA foi fundada em 29 de junho de 1976 e um de seus fundadores foi Antônio José Rodrigues Filho, o pai de Roberto Rodrigues. Ele também foi o primeiro presidente da entidade, tomando posse em 29 de junho daquele ano: "Rodrigues Filho transferiu sua experiência como líder e defensor do associativismo e cooperativismo para

estabelecer as sólidas bases que transformaram a Orplana numa referência como entidade representativa do setor canavieiro" (ORPLANA, s.d.).

A ORPLANA tem o "objetivo de organizar a classe dos produtores e ampliar sua representatividade no Brasil e no exterior". A entidade tem sede em Ribeirão Preto/SP e conta atualmente com 32 associações de fornecedores de cana-de-açúcar, sendo 24 dessas sediadas no estado de São Paulo, 1 no Mato Grosso, 1 no Mato Grosso do Sul, 3 em Minas Gerais e 3 em Goiás. Assim, "a ORPLANA representa aproximadamente 11 mil fornecedores de cana em toda Região Centro-Sul do Brasil". Especificamente, a entidade busca aumentar a "representatividade dos produtores [de cana] junto às cooperativas, usinas, centros de pesquisa, CONSECANA[55] e outros stakeholders para o desenvolvimento sustentável da cadeia integrada de cana-de-açúcar" (ORPLANA, s.d.).

Mais uma vez, percebe-se a capacidade de incorporação da Fiesp, em seus canais de discussão sobre agronegócio, de importantes atores que compõem cadeias do agronegócio de São Paulo e do Brasil e o quanto isso confere à entidade capacidade de legitimar-se como umas das principais porta-vozes do agronegócio brasileiro no período recente.

Esses exemplos ilustram, novamente, a importância de determinadas famílias na conformação dessas estruturas de poder ao longo do tempo. Se a Orplana se constitui como um dos principais espaços de organização dos produtores de cana-de-açúcar do estado de São Paulo, compondo a representação do agronegócio na Fiesp, é muito relevante o fato dela ter sido fundada e presidida inicialmente pelo pai de Roberto Rodrigues, aquele que foi um dos principais expoentes na organização do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp, em meados da década de 2000. Percebe-se como a organização política das elites rurais e agroindustriais do estado de São Paulo perpassa pela ação de determinadas famílias, centrais nesse enredo, e que dão a tônica, não só do desenvolvimento econômico dessas atividades, mas de sua representação política ao longo do tempo. Essa ação, como vimos, constrói-se muitas vezes de pai para filho, em articulação que visa reproduzir verdadeiras linhagens de porta-vozes políticos da agricultura e da agroindústria patronais de São Paulo ao longo do tempo.

No passado como no presente, estas elites renovam imagem de São Paulo como a *locomotiva* do Brasil, ocupam espaço de destaque no desenvolvimento econômico e na representação política das classes dominantes agrárias e agroindustriais do país, reforçam capitais de legitimidade pelos quais afimam-se como direção moral e intelectual da classe ao longo do tempo.

[55] Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo.

Conclusão

Esta tese busca contribuir em um esforço de pesquisa desenvolvido por vários pesquisadores e grupos de pesquisa, a fim de desvendar os mecanismos de dominação das elites agrárias e agroindustriais ao longo do tempo. Isso é importante, pois a força econômica e política e o poder de convencimento do projeto do agronegócio no Brasil contemporâneo se faz notar fortemente em nossa realidade. Trata-se de um modelo de produção e de um arranjo político, social e simbólico cuja eficiência de sua concertação está presente em várias dimensões da realidade social. As frações dominantes cujo centro de decisão estratégica se localiza no estado de São Paulo cumprem papel importante neste arranjo.

Nesse trabalho não temos a pretensão de creditar às elites agrárias de São Paulo uma liderança objetiva inconteste nas articulações políticas que envolvem as classes dominantes do campo e as elites do agronegócio no Brasil. Fugimos de uma visão reducionista da realidade, que transfere mecanicamente ao campo político a relevância e o peso econômico de um dado agente ou grupo em determinado contexto. É verdade que em determinados momentos históricos essas frações paulistas protagonizaram importantes processos políticos na representação da agropecuária e da agroindústria patronais – como nos casos da SRB, "entidade de paulistas para paulistas", como destacou Sônia Mendonça (2009), que desde sua criação, em 1919, até pelo menos meados da década de 1980, disputou a legitimidade da representação patronal rural de agroindustrial no Brasil, ou menos da Fiesp, que após organização de um Conselho Superior de Agronegócio, em meados da década de 2000, passou a ocupar espaço de grande relevância na articulação política do agronegócio brasileiro naquele momento.

Mas esses dados não devem, jamais, ser interpretados de maneira a desconhecer a força política e a relevância de outras frações dirigentes das classes dominantes agrárias e agroindustriais do Brasil ao longo do tempo. Ademais, se considerarmos o contexto mais recente, posterior ao que foi analisado aqui, conforme destacou Caio Pompeia (2021), perceberemos que ganham centralidade, no que o autor se refere como concertação política do agronegócio brasileiro, instituições que não estão localizadas em São Paulo, como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em detrimento de uma relativa diminuição da importância política do Cosag/Fiesp nessa concertação nos últimos anos.

De qualquer forma, é importante perceber como a construção de uma posição e de uma imagem de São Paulo como uma "locomotiva" do Brasil, expressão que aparece nesta pesquisa verbalizada por interlocutores de campo e também consagrada no título da pesquisa

de Love (1982), é informada aqui, não só pelo protagonismo econômico que sua indústria veio a ter no país, mas também pelo desenvolvimento da agropecuária no estado em diferentes momentos históricos, pela representação política e de interesses que esses setores construíram ao longo do tempo e pela conformação do que veio a ser conhecido como agronegócio posteriormente, em estreita articulação intersetorial entre agricultura, indústria e outros setores.

A construção de imagem a respeito de um protagonismo de São Paulo, e de suas elites rurais e agroindustriais, no desenvolvimento nacional, bem como o esforço objetivo por liderar tais processos, é um dado que atravessa a análise que foi desenvolvida aqui. Esse processo está presente desde o cenário analisado na primeira metade do século 20, quando da criação da Sociedade Rural Brasileira pelas elites paulistas do café e da pecuária; aparece como identidade e discurso através do qual as famílias e linhagens das novas elites açucareiras se auto representam, sobretudo a partir da década de 1930; é elemento de legitimação no apoio desses grupos patronais rurais ao golpe civil-militar de 1964; lhes ajuda a controlar a política de Estado em esfera municipal, fortalecendo práticas patrimonialistas e de mandonismo local; aparece em sua atuação em torno do cooperativismo rural, a partir da década de 1970; está presente na conjuntura política da Nova República; e estrutura novas formas de representação política pelo agronegócio em contexto recente, notadamente via Fiesp.

Também é importante frisar que nesse estudo buscamos superar uma falsa polaridade entre rural e urbano na interpretação do desenvolvimento histórico brasileiro. A sociogenese dos processos que buscamos entender aqui ocorre por um olhar a interface entre agricultura, indústria e outros setores econômicos, que compõem o chamado agronegócio no Brasil. O poder político e simbólico das elites paulistas que analisamos ocorre também pela interrelação que se opera entre esses setores, afinal, como disse um interlocutor de pesquisa, "*não é a atividade rural que está em São Paulo, é o agronegócio que está em São Paulo"*.

O sucesso no avanço da agroindustrialização na economia paulista em diferentes momentos históricos, desde o início do século 20 e ao longo de todo o enredo analisado nessa tese, joga luz à importância desses agentes e grupos na concertação de interesses e no esforço de convencimento a respeito dos valores que compõem o projeto do agronegócio e de sua influência na construção de um projeto de nação no Brasil. No período recente, como visto no capítulo 5, isso se opera também através de uma entidade, a Fiesp, que afirma uma política que visa aumentar "o entrosamento entre agricultura e agroindústria" – palavras de Paulo Skaf, então presidente da Fiesp. Com isso, a entidade se afirma, uma vez mais, como o "partido dos patrões" no Brasil – seguindo categoria informada pelo estudo de Álvaro Bianchi (2010).

Mas as frações dominantes paulistas já buscavam afirmar tal protagonismo na construção de um projeto de nação, pelo que hoje é apresentado por eles como "agro", com mais clareza, pelo menos desde o início do século passado, quando organizaram entidade, a SRB, que se apresentava como "a nova *intelligentsia*" do que viria a ser conhecido, no último quartel daquele século, como agronegócio no Brasil, como vimos no capítulo 1. De diferentes formas, eles buscam se apresentar, ao longo de todo o período histórico analisado, como uma espécie de direção moral e intelectual da classe.

Ao longo de toda a tese são apresentados agentes e famílias centrais para o desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria patronal de São Paulo e do Brasil no último século, além de se constituírem como importantes interlocutores públicos do setor, estando presentes em diversas entidades de representação ou mesmo na estrutura de poder do Estado brasileiro. Se destaca a posse por eles de capitais de relações sociais, que lhes permitem circular por espaços privilegiados de poder e decisão, na sociedade civil ou no Estado. Também possuem capitais escolares, que lhes trazem prestígio e distinção, já que muitas vezes estudam em escolas as mais prestigiosas do mundo, em cursos universitários os mais reconhecidos.

Muitos deles são homens ricos, altamente letrados e imersos em ambientes de cultura erudita – como vimos, principalmente, no capítulo 1. A partir do capítulo 2, vimos que há entre eles conflitos entre diferentes disposições de mundo, mais ou menos ligadas aos valores burgueses da produção e do trabalho - como no caso das novas elites da cana-de-açúcar - ou, de outro lado, à distinção e ao consumo, típicos de estamentos tradicionais - como no caso das elites do café. No caso dos últimos, chama a atenção o acúmulo de capitais de cultura erudita por eles, bem como o desenvolvimento de atividades ligadas ao espírito e ao mundo da literatura e das artes. Ainda que a fonte primordial de seu poder esteja na propriedade da terra, sua atuação profissional, política e cultural está longe de se resumir a isso.

Ademais, seu poder se afirma pela presença, entre seus quadros políticos, de nomes que compõem importantes linhagens tradicionais de São Paulo – que, novamente, estão presentes em diferentes momentos históricos analisados aqui -, profissionais liberais influentes, atores com importantes posições na sociedade política e nas entidades representativas de seus setores. Isso possibilita que se afirmem "*um farol para o Brasil"* e busquem, no plano simbólico, nacionalizar seu projeto para a agricultura e para o país.

Através de sua participação nesses espaços políticos, esses agentes acabam reforçando redes de relações sociais que os unem e abrem espaços privilegiados para que atuem e reforcem seu poder por meio de mobilizações discretas e silenciosas – como se vê, entre outros

momentos, em cenário contemporâneo, na análise que fizemos do ingresso de Roberto Rodrigues à direção do MAPA, no capítulo 5. Além da política, eles fazem negócios conjuntamente, contratam serviços entre si, se organizam e defendem seus interesses em articulações que vão além de seus espaços formais de representação.

Cabe frisar também que se tratam de grupos regionais que possuem diversas articulações nacionais e internacionais. Essas articulações internacionais, muitas vezes, servem de referência para a construção de sua imagem a nível nacional e para a afirmação de seu projeto de nação ao longo do tempo – isso aparece desde as referências à SRB, na década de 1920, até as referências à Fiesp, na década de 2000.

A articulação familiar também é muito expressiva nesse contexto, sendo que a política, em muitos casos, é entendida como um atributo de família ou então construída de pai para filho – como é o caso da família Rodrigues e Sampaio, para ficar em dois exemplos emblemáticos do que foi tratado nessa tese. Isso porque eles trilham caminhos e estruturam posições de poder em estreita articulação entre si, em um verdadeiro "espírito de família", como pensou Bourdieu (2011).

Do ponto de vista da política institucional, em primeiro lugar destaca-se seu papel no controle da política dos municípios em que atuavam, processo que joga luz à prática política do mandonismo e do controle da política por meio do poder hipertrofiado desses "mandões locais", conforme analisado por Maria Isaura Pereira de Queiroz. Essa é uma prática política que se atualiza em diversos momentos e aparece como uma marca neste estudo, conforme o caso da família Ometto, analisado no capítulo 3, já que o domínio de suas fazendas, e suas políticas de desenvolvimento, muitas vezes se confundia com o processo histórico de desenvolvimento dos municípios em que se situavam, ensejando processos patrimonialistas, tal como pensando por Sergio Buarque de Holanda.

Do ponto de vista da política estadual e nacional, ao longo do tempo eles ocupam cargos relevantes no Estado, por meio de disputas aos legislativos e, principalmente, de indicações para condução de pastas dos executivos estadual e nacional, como a secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e, em alguns casos, até mesmo do ministério da Agricultura.

Ademais, atuaram em diversos momentos, por meio de mobilizações e pressões, buscando ser força decisiva na conjuntura nacional. Isso envolveu mobilizações, por exemplo, em que fizeram uso de identidades sociais ligadas ao "patriotismo" e ao combate à corrupção para defender um golpe de Estado, em 1964, que restringiu a democracia no Brasil e, não obstante, foi chamado por eles de "revolução", conforme analisado no capítulo 3. Aliás, esse

processo informa uma continuidade histórica na ação política desses grupos, jogando luz também às ações de mobilização empreendidas por eles em cenário político contemporâneo. Percebemos, com isso, como a origem do autoritarismo, manifestado no tempo presente da política brasileira, já estava em 1964 e em outros períodos.

De qualquer forma, a construção de imagem a respeito de um protagonismo de São Paulo, e de suas elites rurais e agroindustriais, no desenvolvimento nacional e na construção de um projeto de país, também é fortemente alicerçada na reprodução de seu poder simbólico, tal como pensado por Bourdieu (1989). Muitas vezes isso se dá pela atualização da figura do *"bandeirante contemporâneo"*, já que teriam atributos ligados ao ato de desbravar novos territórios pelo país – sobretudo até as últimas décadas do século 20 -, garantindo seu empreendimento econômico moderno, e, mais do que isso, propagando para diferentes cantos sua visão sobre desenvolvimento, sendo a "*intelligentsia"* do setor agropecuário a nível nacional, a vanguarda de suas inovações tecnológicas e políticas, em suma, o espírito mais avançado e preparado para apresentar e efetivar um projeto de nação ao país.

O papel de suas escolas superiores e centros de pesquisa agropecuária é central nisso, como foi analisado no capítulo 4. Neste sentido, salta aos olhos o papel da Esalq, a escola de Agronomia da USP, localizada em Piracicaba, vista aqui como uma escola "de paulistas para paulistas" – parafraseando a análise de Sônia Mendonça sobre a SRB - e que forma, ao longo do tempo, uma elite intelectual fortemente reconhecida em cenário nacional e internacional. Eles se apresentam e se comportam, muitas vezes, como esta "*intelligentsia"* do agronegócio brasileiro, se projetando como a vanguarda da inovação e da tecnologia e buscando apontar os rumos estratégicos a serem seguidos pelo setor.

Compreender a projeção desse protagonismo de São Paulo nos processos políticos que envolvem as elites agrárias e agroindustriais no Brasil envolve olhar para o papel de suas lideranças na sociogenese do agronegócio – e de sua construção política - no país. Como demonstrado no capítulo 4, alguns desses representantes paulistas – dirigentes patronais e assessores - tiveram muita importância no agenciamento da noção e na construção política do agronegócio na realidade brasileira. Esse processo ocorreu a partir das décadas de 1980 e 1990, tendo como base as reflexões e intercâmbios acadêmicos construídos pela Escola de Negócios de Harvard. Juntamente com o setor empresarial do que hoje se entende como agronegócio, os acadêmicos da Universidade de São Paulo – por meio da Esalq e do grupo Pensa – foram centrais para isso.

Se, como dissemos, essa busca por protagonismo das frações dominantes da agricultura e da agroindústria paulista pode ser vista em vários momentos da história e se relaciona com uma articulação entre agricultura e indústria, em contexto recente, a Fiesp adquire centralidade nessa figuração. Em seus quadros de direção, há a presença de agentes que passam por altos cargos do poder político de Estado, figuras que tem projeção nacional, políticos, representantes de entidades e empresas do estado de São Paulo e de outros locais do Brasil, mas que, em geral, organizam seus centros de decisão estratégico nesse estado. Também há entre esses agentes alguns dos mais proeminentes intelectuais e formuladores teóricos do agronegócio brasileiro, a "*intelligentsia"* do agronegócio do país, posição reivindicada pelos paulistas desde a fundação da SRB, e que, no contexto recente, parece ter muita proeminência e se atualizar historicamente pela Fiesp.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo. **A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP, 2015.

ARAGÃO, Lorena. **O que se dá, o que se herda, o que se gera: família, política e terra entre os habitantes do vilarejo do Venâncio, Barroquinha – Ceará**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, SP, 2018.

BIANCHI, Alvaro. **Um Ministério dos Industriais – A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BOITO JR, Armando. **A Burguesia no Governo Lula**. Crítica Marxista, n. 21, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: GALVÃO, Andréia. e BOITO JR, Armando. (orgs.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

_____. **Reforma e crise política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção – crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011b.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. **O Senso Prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Razões Práticas – sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BRUNO, Regina Angela Landim. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato; FLEXOR, Georges (orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais – Conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

_____. **Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 142-160.

_____. Movimento Sou Agro: marketing, *habitus* e estratégias de poder do agronegócio. Anais 36º Encontro Anual da ANPOCS, Fortaleza, 2012.

_____. O Processo de Construção da Hegemonia do Agronegócio no Brasil: Recorrências Históricas e Habitus de Classe. **Trabalho Necessário**, v. 20, p. 1-26, 2022.

_____. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder**. MAUAD X ed. /Edur-UFRRJ, 2009.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos Avançados**, 4(8), 1988.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Economia, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. Rio de Janeiro: Dados, v. 40, n. 2, 1997.

CASTRO, Ruy. **Como a Semana de 22 virou vanguarda oficial depois de 50 anos esquecida**. Folha de São Paulo. 5 fev. 2022a. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/02/como-a-semana-de-22-virou-vanguarda-oficial-depois-de-50-anos-esquecida.shtml. Acesso em: 13 jan. 2024.

_____. **Roda Viva / Ruy Castro**. 7 fev. 2022b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P0DRCzgoccQ. Acesso em: 13 jan. 2024.

CAVALCANTE, Sávio Machado. Classe média, meritocracia e corrupção. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 46, p. 103-125, 2018.

CAVALCANTE, Sávio Machado; CHAGURI, Mariana; NICOLAU NETTO, Michel. Conservadorismo-liberal no Brasil de Bolsonaro: a força da articulação no contexto de pandemia. **Brasiliana: Journal for Bazilian Studies**, v. 10, p. 285-307, 2021.

COSTA, Felipe Ferrari da. **Ação Política e Representação de Interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Rio de Janeiro, 2019.

CURI, Henrique dos Santos. **Ninho dos Tucanos: O PSDB em São Paulo (1994-2018)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2020.

DAVIS, J. **Business Responsibility and the Market for Farm Products**, Boston Conference on Distribution, 17 October 1955, box 1, folder 2, John H. Davis Papers, Special Collections, National Agricultural Library, Beltsville, Maryland.

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Ed. Difusão Européia do livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro a agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

_____. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio – Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DINIZ, Eli. **Empresários e Governo Lula: percepções e ação política entre 2002 e 2006**. Anais do V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE O mundo empresarial e a questão social, Porto Alegre, 2006.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Edipro, 2022.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Introdução à Sociologia**. Lisoba/Portugal: Edições 70 Lda, 2017.

_____. **Mozart – Sociologia de um Gênio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. **O Processo Civilizador – Volume 1: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **O Processo Civilizador – Volume 2: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Estado e Classes Dominantes no Brasil (1930-1964)**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2010.

FERNANDES, Afonso Henrique de Menezes. **A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira**: transição política e classes dominantes agrárias na Nova República (1986-1991). Rio de Janeiro, 2018 – Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, 1933.

GEHRARDT, Cleyton. Agronegócio "desde o gene até o meme": a invasão do vírus/totemagro. **MANA** 27 (3): 1-36, 2021.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Instituto de Economia – IE, 1998.

_____. "Complexos agroindustriais e outros complexos". **Reforma Agrária**. Campinas, N. 3, v. 21, set-dez: 5-34, 1991.

GRYNZPAN, Mario. **A Afirmação do Agronegócio**: novos agentes e representações do rural. ANPOCS, 2009.

HEINZ, Flavio Madureira. **Les Fazendeiros à l'heure syndicale; representation profissionnelle, interets agraires et politique au Bresil (1945-1967)**. Paris: Septentrion, 1996.

_____. **Representação Política e Formação de Classe: As organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição à reforma agrária, 1985-1988**. Porto Alegre, 1991 - Dissertação de Mestrado.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sérgio. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010.

KAGEYAMA, Angela. *et al*. Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1998.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2015.

LACERDA, Eleine Vieira. **Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009.

LEAL, Natacha Simei. **Nome aos Bois - Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite**. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2016.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACHADO, Carlos Eduardo. **A "Arte do Rodeio": Peões, touros e tropeiros na sociedade do agronegócio**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2022.

MARINHO, Marco Antonio Couto. **Trajetórias de Vida: um conceito de construção**. Revista do Instituto de Ciências Humanas – Vol. 13, N° 17, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento**. 2. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1976.

_____. **O Cativeiro da Terra**. 9. Ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2020.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. São Paulo: Ed. Annablume: PPGRI-UERJ, 2018.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

_____. **O PENSA e os intelectuais orgânicos do agronegócio (1990-2013)**. In: Anais do IX Simpósio Nacional Estado e Poder: Gramsci na pesquisa histórica. Niterói: UFF/NuPEP, 2016.

_____. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

_____. **Panorama Rural e a Consolidação Hegemônica da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag): 1999-2009**. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, 2017.

MOOG, Clodomir Vianna. **Bandeirante e pioneiros: paralelo entre duas culturas**. Porto Alegre: Globo, 1974.

MOURA, Cristina Patriota. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira** – Um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

OFFERLÉ, Michel. **Sociologie des Organisations Patronales**. Paris: La Découverte, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

PASSOS GUIMARÃES, A. O Complexo Agroindustrial. **Opinião**, 21 nov. 1975.

PEREIRA, Eliane Manso. O Estado Novo e a marcha para oeste. **História Revista**, 2(1): 113-129, jan./jun., 1997.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Café e representação de interesses: um estudo das associações de classe na economia cafeeira paulista (1889-1930)**. ABPHE, s.d.

Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/renato-monseff-perissinotto.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

_____. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.

PICCIN, Marcos Botton. **Os Senhores da Terra e da Guerra do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, SP.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura – as mãos que alimentam a nação**. Curitiba: Editora Appris, 2023.

PINA CABRAL, João. Sem palavras: etnografia, hegemonia e quantificação. Rio de Janeiro, **MANA**, vol. 14, no 1, pp. 61-86, 2008.

POMPEIA, Caio. "Agro é tudo": simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020.

_____. **As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territoriais indígenas**. Ver. Antropol. (São Paulo, Online) v. 66: e202839. USP, 2023.

_____. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

_____. **Formação Política do Agronegócio**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2018.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

PRADO JR, Caio. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Contribuição para o estudo da Sociologia Política no Brasil**. Comunicação apresentada no I Congresso Brasileiro de Sociologia, 1954.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre uma Certa Identidade Paulista. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **São Paulo – Uma Viagem no Tempo**. São Paulo, CIEE, 2005.

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, Jessé. **A Classe Média no Espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SPADOTTO, Cláudio Aparecido; GOMES, Marco Antonio Ferreira. **Agrotóxicos no Brasil**. 2021. Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/qualidade/dinamica/agrotoxicos-no-

brasil#:~:text=Expresso%20em%20quantidade%20de%20ingrediente,agr%C3%ADcola%20aumentou%2078%25%20nesse%20per%C3%ADodo. Acesso em: 30 abr. 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa – Vol. 1. A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel. **Weber-Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

WEITZMAN, Rodica. Mineiros no Morro dos Prazeres: trajetórias marcadas pelo fluxo entre a roça e a cidade. In: COMEFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Graziele (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais. Casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: Faperj/7letras, 2015.

ZIOLI, Miguel. **Política com Café no Oeste do Estado de São Paulo – Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2006.

Fontes documentais

A PROVINCIA. **Mário Dedini**. 2013. Disponível em: https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/mario-dedini-2987/. Acesso em: 25 ago. 2021.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, jan. 1921a.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, jun. 1923a.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, jan. 1925a.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, abr. 1927a.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, dez. 1929a.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, jan. 1929b.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, abr. 1964a.

A RURAL. **SRB - Sociedade Rural Brasileira**. São Paulo, mai. 1964b.

ABIA. **Sobre ABIA**. s.d. Disponível em: https://www.abia.org.br/sobre-abia. Acesso em: 05 abr. 2024.

ABIEC. **História**. s.d. Disponível em: https://www.abiec.com.br/quem-somos/. Acesso em: 07 out. 2023.

_____. **Nossa carne nas mesas do mundo**. s.d.b. Disponível em: https://www.abiec.com.br/. Aceso em: 07 out. 2023.

ABPA. **Sobre a ABPA**. s.d. Disponível em: https://abpa-br.org/quem-somos/. Acesso em: 07 out. 2023.

AGRISHOW. **Quem é do agro visita a AGRISHOW**. s.d. Disponível em: https://www.agrishow.com.br/pt/Home.html. Acesso em: 29 ago. 2023.

AGROANALYSIS. **100 anos de SRB – Protagonista no agro e na história do Brasil**. Set. 2019.

ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. 2004. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V0r4MmVMPI. Acesso em: 28 abr. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O golpe de 1930 e a política paulista**. s.d. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_1932/golpe.php. Acesso em: 20 jan. 2024.

_____. **Partido Constitucionalista**. s.d.b. Disponível em: http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/partido-constitucionalista-de-sao-paulo;isad. Acesso em: 26 abr. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Xico Graziano**. s.d. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/74797/biografia. Acesso em: 09 mar. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Paulo de Moraes Barros**. s.d. Disponível em: https://historia.camarapiracicaba.sp.gov.br/vereador/395-paulo_de_moraes_barros. Acesso em: 25 fev. 2023.

CANAL RURAL. 100 ANOS DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aA25iCSYBDI. Acesso em: 28 abr. 2020.

CASA DO PINHAL. **Principais Acontecimentos da Família Arruda Botelho e da Cidade de São Carlos**. S.d. Disponível em: http://casadopinhal.com.br/assets/Principais-Acontecimentos-Familia-Arruda-Botelho-Cidade-Sao-Carlos3-bfe70c0eed8be4de04cba4f95ba694d2fb798cadbb26dc999f7dc891a5909bf5.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

CENTRO DE MEMÓRIA CMSP. **Conselheiro Antonio da Silva Prado**. São Paulo, s.d. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/especial/conselheiro-antonio-da-silva-prado/. Acesso em: 31 jan. 2022.

CIESP. **História do CIESP**. 03 out. 2023. Disponível em: https://www.ciesp.com.br/sobre-o-ciesp#:~:text=Enquanto%20a%20Fiesp%20cuidava%20das,da%20parte%20da%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o%20industrial. Acesso em: 02 abr. 2024.

CIESP. **Vice-presidente Hamilton Mourão apresenta ações do plano de trabalho do Conselho Nacional da Amazônia Legal, na Fiesp**. 04 jun. 2020. Disponível em: https://www.ciespcampinas.org.br/site/noticias/1571/2020/06/vice-presidente_hamilton_mourao_apresenta_acoes_do_plano_de_trabalho_do_conselho_nacional_da_amazonia_legal,_na_fiesp_. Acesso em: 01 abr. 2024.

CNN BRASIL. **Empresário Paulo Skaf declara que votará em Bolsonaro e Tarcísio no segundo turno**. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/empresario-paulo-skaf-declara-que-votara-em-bolsonaro-e-tarcisio/. Acesso em: 08 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO/CNPQ. **Currículo Lattes Roberto Rodrigues**. s.d. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/9313529255111902. Acesso em: 20 mai. 2022.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL – COPLANA. **Galeria Ex-presidentes**. s.d. Disponível em: https://www.coplana.com/galeria-ex-presidentes/. Acesso em: 19 mai. 2022.

COOPERATIVA DE CRÉDITO – COOPERCREDI. **Quem somos**. s.d. Disponível em: http://www.coopecredi.com.br/quem-somos/. Acesso em: 19 mai. 2022.

COOPERSUCAR. **O Negócio**. s.d. Disponível em: https://www.copersucar.com.br/copersucar/. Acesso em: 23 fev. 2024.

CPDOC. **Paulo Skaf**. s.d. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/paulo-skaf. Acesso em: 08 nov. 2023.

CPDOC. **Paulo Araújo Rodrigues**. s.d.b. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/paulo-araujo-rodrigues. Acesso em: 23 jan. 2024.

DEPARTAMENTO DO AGRONEGÓCIO DA FIESP – DEAGRO. **O Agronegócio Paulista**. 2017.

EMBRAPA. **A produção agroindustrial diante dos desafios da inovação**. s.d.b. Disponível em: https://www.embrapa.br/olhares-para-2030/artigo/-/asset_publisher/SNN1QE9zUPS2/content/mario-sergio-cutait?inheritRedirect=true. Acesso em: 06 abr. 2024.

_____. **Luis Carlos Guedes Pinto**. s.d. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.embrapa.br/documents/10180/14222094/Curr%C3%ADculo+de+Luis+Carlos+Guedes+Pinto/9ef82c86-edae-494e-8f05-b84dbb76f95e. Acesso em: 20 jul. 2023.

_____. **O Brasil está pronto para liderar o desenvolvimento sustentável mundial**. s.d.c. Disponível em: https://www.embrapa.br/-/jacyr-costa-filho. Acesso em: 06 abr. 2024.

ESALQ. **Histórico**. s.d. Disponível em: https://www.esalq.usp.br/institucional/historico. Acesso em: 16 jul. 2023.

_____. **Ministros e Secretários Egressos**. s.d.b. Disponível em: https://www.esalq.usp.br/institucional/ministros-e-secretarios. Acesso em: 24 jan. 2024.

ESALQ OFICIAL. **Esalq 120 anos**. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LayyY8stO1U. Acesso em: 10 fev. 2024.

ESALQ/USP. **Homenagem à Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz**. 2021.

ESALQ 75. **ESALQ 1901-1976 – 75 anos a serviço da pátria**. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 1976.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **História**. Disponível em: https://www.faespsenar.com.br/historia. Acesso em: 28 abr. 2020.

FHO. **Dr. Hermínio Ometto**. s.d. Dísponível em: https://www.fho.edu.br/herminio-ometto. Acesso em: 23 fev. 2024.

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **COSAG – Conselho Superior do Agronegócio**. s.d.b. Disponível em: https://www.fiesp.com.br/instituto-roberto-simonsen-irs/conselhos-superiores/agronegocio/. Acesso em: 25 mai. 2022.

_____. **DEAGRO – Departamento do Agronegócio**. s.d.c. Disponível em: https://www.fiesp.com.br/sobre-a-fiesp/departamentos/agronegocio-deagro/. Acesso em: 25 mai. 2022.

_____. **Sindicatos**. s.d. Disponível em: http://www.fiesp.com.br/sindicatos/. Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. GAF14 – Entrevista com João Sampaio, presidente do Cosag (parte 1). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yhmjlZCaLUQ. Acesso em: 30 jun. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO (FSP). **Cadeias produtivas**. 23 jun. 2007.

_____. **Ex-ministro Roberto Rodrigues vai comandar conselho do setor na Fiesp**. 10 out. 2006.

_____. **Mais agropecuária para mais indústria**. 30 jan. 2010.

_____. **Obesidade é desafio, diz novo presidente de associação da indústria alimentícia**. 02 mai. 2018. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/05/obesidade-e-desafio-diz-novo-presidente-da-abia.shtml. Acesso em: 05 abr. 2024.

_____. **Pela 1ª vez, presidente da Fiesp não se associa a adversário de Lula nas eleições**. 20 ago. 2006. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2008200608.htm. Acesso em: 22 jun. 2020.

_____. **1970: Médici escolhe Rodrigues Filho para ser vice-governador de São Paulo**. 21 mai. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2020/05/1970-medici-escolhe-rodrigues-filho-para-ser-vice-governador-de-sao-paulo.shtml. Acesso em: 08 set. 2021.

FOLHA ONLINE. **Eleições 2002**. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/estados-sp.shtml. Acesso em: 08 abr. 2024.

FUINI, Pedro. **Revolução Constitucionalista** – Levante paulista contra o governo Vargas pedia uma nova Constituição para o país. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: https://fflch.usp.br/33600. Acesso em: 28 fev. 2023.

GARCIA, Rodrigo. São Paulo nos trilhos. **Revista Apartes**, N° 24 – mar-jun 2017. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-anteriores/revista-apartes/numero-24-mar-jun2017/no-24-perf-antonio-prado/. Acesso em: 23 fev. 2023.

GORDINHO, Margarida Cintra. **João Ometto – Uma trajetória de vida**. São Paulo: Marca D´Água, 2001.

_____. **Os Ometto**. São Paulo: Ed. C. H. Knapp S/C Ltda., 1986.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa Político de São Paulo**. 2024. Disponível em: http://www.mapas-sp.com/municipios.htm. Acesso em: 13 jan. 2024.

GRUPO PUBLIQUE. **O Betancourt sabe tudo de alimento de homens e animais!**. 2021b. Disponível em: https://grupopublique.com.br/roberto-betancourt-sabe-tudo-de-alimento-de-homens-e-animais/. Acesso em: 06 abr. 2024.

_____. **Tudo começou com Benedito da Silva Ferreira!**. 2021. Disponível em: https://grupopublique.com.br/tudo-comecou-com-benedito-da-silva-ferreira/. Acesso em: 05 abr. 2024.

GUSTAVO, Silvia. **Quem foi Bento de Abreu?**. São Paulo, Câmara Municipal de Araraquara, s.d. Disponível em: https://www.camara-arq.sp.gov.br/Memorial/Pagina/883

. Acesso em: 17 abr. 2023.

G1. **Apuração de votos em SP**. 2014. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/sp/apuracao-votos.html. Acesso em: 08 nov. 2023.

_____. **Apuração 1º turno São Paulo**. 2010. Disponível em: https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/apuracao-1-turno/sp/. Acesso em: 08 nov. 2023.

_____. **Apuração 2º turno**. 2006. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes2006/0,,GOV0-6282,00.html. Acesso em: 08 abr. 2024.

_____. **Dona-de-casa fica três horas trancada em sala de clínica no interior de SP**. 2009. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1000173-5605,00-DONADECASA+FICA+TRES+HORAS+TRANCADA+EM+SALA+DE+CLINICA+NO+INTERIOR+DE+SP.html. Acesso em: 16 jul. 2023.

_____. **Eleições em São Paulo**. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/sp/apuracao/governador.ghtml. Acesso em: 08 nov. 2023.

_____. **Fiesp anuncia apoio formal ao processo de impeachment de Dilma**. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/fiesp-anuncia-apoio-formal-ao-processo-de-impeachment-de-dilma-20151214210007458825.html#:~:text=A%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20das%20Ind%C3%BAstrias%20do,resultar%20no%20afastamento%20da%20presidente. Acesso em: 16 abr. 2024.

G1 Centro-Oeste de Minas. **Alysson Paolinelli: veja a trajetória do ex-ministro da Agricultura que morreu em MG e teve duas indicações ao Nobel da Paz**. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2023/06/29/relembre-a-trajetoria-de-alysson-paolinelli-ex-ministro-da-agricultura-que-morreu-em-mg-teve-duas-indicacoes-ao-premio-nobel-da-paz.ghtml. Acesso em: 10 out. 2023.

HIPÓLITO, Regina. **Verbete - Queiros, Henrique de Sousa**. CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Rio de Janeiro, s.d.b. Disponível em: https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-henrique-de-sousa. Acesso em: 7 fev. 2022.

HIPÓLITO, Regina. **Verbete - Vidal, Rafael Sampaio**. CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vidal-rafael-sampaio. Acesso em: 15 dez. 2020.

HOFFBAUER, Daniela. **Paulo de Morais Barros**. MAPA – Arquivo Nacional Memória da Administração Pública Brasileira. 2021. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/983-paulo-de-morais-e-barros. Acesso em: 24 fev. 2023.

Instituto Agronômico de Campinas (IAC). **Conheça o Instituto Agronômico (IAC), de Campinas**. s.d. Disponível: https://www.iac.sp.gov.br/areadoinstituto/instituto/. Acesso em: 04 mai. 2024.

IEA, APTA. **Pólos Regionais de Pesquisa: produção e valor da produção agropecuária de 1995 e 2003**. 2004. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1516. Acesso em: 13 jan. 2024

LAMARÃO, Sérgio. **Verbete – Sociedade Rural Brasileira (SRB)**. CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, s.d. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-rural-brasileira-srb. Acesso em: 28 nov. 2020.

_____. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, s.d.b. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus. Acesso em: 01 abr. 2022.

MAGALHÃES, Guilherme Wendel de. **Sociedade Rural Brasileira, 90 anos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado Sociedade Rural Brasileira, 2009.

MAGOSSO, Caroline. **Microrregião de Limeira (IBGE) e Região de Governo de Limeira (Governo do Estado de São Paulo/SEADE**. s.d. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-81-Microrregiao-de-Limeira-IBGE-e-Regiao-de-Governo-de-Limeira-Governo-do_fig1_315026767. Acesso em: 24 jan. 2024.

MARIOVERONEZZI. **Dr. Orlando Ometto**. s.d. Disponível em: https://marioveronezzi68.wixsite.com/fatos-e-feitos/dr-orlando-ometto. Acesso em: 05 ago. 2021.

MARQUES, Gilberto. **Convite para a secretaria de agricultura**. 2022. Disponível em: https://ourofinoagro.com.br/canal-digital/minas-de-ouro-episodio-7/. Acesso em: 04 mai. 2024.

MARTINS, Ana Luiza. **Guariba 100 Anos – 1895 – 1995**. São Paulo, Prefeitura Municipal de Guariba, 1995.

MCASSAB. **Somos o Grupo MCassab**. s.d. Disponível em: https://www.mcassab.com.br/. Acesso em: 06 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). **"Temos de restabelecer nossa credibilidade com o Japão", diz ministra**. 06 mai. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/temos-de-reestabelecer-nossa-credibilidade-com-o-japao-diz-ministra. Acesso em: 01 abr. 2024.

MOMENSO, Alvaro. **Minas de Ouro: conheça a história de Monika Bergamaschi**. Ourofino Agrociência, 2022. Disponível em: https://ourofinoagro.com.br/canal-digital/minas-de-ouro-episodio-7/. Acesso em: 18 set. 2023.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Armando Sales**. 2004. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_armando_sales.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

NOSSA FOLHA. **Saiba quem foi o tieteense Antônio Rodrigues Filho**. 2022. Disponível em: https://www.jornalnossafolha.com.br/site/saiba-quem-foi-o-tieteense-antonio-rodrigues-filho-3/. Acesso em: 10 jul. 2023.

NOSSAS RAÍZES. **Paulo de Araújo Rodrigues, cultivo de cana em São Paulo**. s.d. Disponível em: https://www.mosaicnossasraizes.com.br/paulo-de-araujo-rodrigues.html. Acesso em: 30 abr. 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Demite-se o titular da pasta da Lavoura**. 20 mai. 1965. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19650520-27632-nac-0004-999-4-not. Acesso em: 26 jan. 2024.

_____. **Foi escolhido o vice-governador**. 22 mai. 1970. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700522-29177-nac-0005-999-5-not. Acesso em: 29 abr. 2024.

_____. **O Governador escolheu os secretários da Agricultura e Trabalho**. 21 jul. 1964. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640721-27376-nac-0004-999-4-not. Acesso em: 26 jan. 2024.

_____. **Secretário assume e elogia o anterior**. 16 jan. 1969. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690116-28764-nac-0004-999-4-not. Acesso em: 26 jan. 2024.

O GLOBO. **Apoio a Lula mantém ponte entre agronegócio e governo, diz Maggi**. 17 out. 2006. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/apoio-lula-mantem-ponte-entre-agronegocio-governo-diz-maggi-5008798. Acesso em: 22 jun. 2020.

OLIVEIRA, Abrahão de. **O Conde Paulistano – A História de Eduardo Prates**. São Paulo in Foco, 2016. Disponível em: http://www.saopauloinfoco.com.br/conde-prates/. Acesso em: 15 dez. 2020.

OMETTO, João Guilherme. **Domingão do Carlão – João Guilherme Sabino Ometto, o industrial do Agronegócio**. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hSXcg4TeTJI. Acesso em: 16 out. 2023.

_____. **João Guilherme Ometto**. Elites empresariais paulistas: depoimentos à FGV/Cpdoc, Escola de Ciências Sociais – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OMETTO, Marcelo Campos. **De Ometto para Ometto**. In: Fala Carlão 5502. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WvAaOvNUd_Y. Acesso em: 06 out. 2023.

ORPLANA. **Quem somos**. s.d. Disponível em: https://www.orplana.com.br/quem-somos. Acesso em: 06 out. 2023.

PAOLINELLI, Alysson. Prefácio. In: RODRIGUES, Roberto. **Antes da Tormenta**. São Paulo: Nova Bandeira Produções Editoriais, 2008a.

PINAZZA, Luiz Antônio. **Luiz Antônio Pinazza** (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2013.

PRDU/Unicamp. **Pró-Reitor Prof. Luis Carlos Guedes Pinto**. s.d. disponível em: https://www.prdu.unicamp.br/pro-reitor-prof-luis-carlos-guedes-pinto. Acesso em: 20 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA. **Prefeitos**. s.d. Disponível em: https://www.guariba.sp.gov.br/cidade/prefeitos. Acesso em: 24 jan. 2024.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **Verbete – SANTOS, Gabriel Ribeiro dos**. CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SANTOS,%20Gabriel%20%20Ribeiro%20dos.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

RODRIGUES, Paulo Araújo. **Paulo Araújo Rodrigues** (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2012.

RODRIGUES, Roberto (org.). **Agro é paz**: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo. Piracicaba, ESALQ, 2018.

RODRIGUES, Roberto. **Antes da Tormenta**. São Paulo: Nova Bandeira Produções Editoriais, 2008a.

_____. **Cooperativismo: democracia e paz** – surfando a segunda onda. São Paulo: [s.n.], 2008b.

_____. **Depois da Tormenta**. São Paulo: [s.n.], 2008c.

_____. **Um Tempo de Ouro** – A saga dos engenheiros agrônomos graduados pela ESALQ em 1965. São Paulo: FGV, 2015.

ROMERO, José Peres. **ESALQ Centenária 1901-2001 – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"**. São Paulo: Agronômica Ceres, 2001.

SAMPAIO FILHO, João de Almeida. ***João de Almeida Sampaio Filho (depoimento, 2012)***. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2013.

SENAI. **Biografia de João Guilherme Sabino Ometto**. Disponível em: https://iracemapolis.sp.senai.br/institucional/4641/4639/sobre-a-escola. Acesso em: 1 jun. 2022.

SILVA, Cesario Ramalho da. **Uma visão pragmática sobre o Agro brasileiro**. São Paulo: s.n., 2014.

SILVA, Daniel Neves. **Revolta Paulista de 1924**. s.d. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/revolta-paulista-de-1924.htm#:~:text=da%20publicidade%20%3B)-,A%20Revolta%20Paulista%20de%201924%20foi%20a%20segunda%20revolta%20tenentista,Revolta%20do%20Forte%20de%20Copacabana. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. **História**. Disponível em: https://srb.org.br/historia/. Acesso em: 30 mai. 2022.

STAB. **Sociedade dos Técnicos Alcooleiros e Açucareiros do Brasil**. s.d. Disponível em: http://www.stab.org.br/stab.html. Acesso em: 23 fev. 2024.

SÃO MARTINHO. **Nossos números**. Disponível em: https://www.saomartinho.com.br/show.aspx?idMateria=mjxyRaoSyJIanSd9Ivb/XA==. Acesso em: 7 jul. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Joaquim Francisco de Assis Brasil**. Rio Grande do Sul, s.d. disponível em: https://www.tre-rs.jus.br/institucional/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/biografias/assis-brasil. Acesso em: 31 jan. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das Eleições 1994 – Brasil**. 2023. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil. Acesso em: 31 ago. 2023.

UDOP. **Fazenda centenária foi pioneira em responsabilidade social**. 2013. Disponível em: https://www.udop.com.br/noticia/2013/07/23/fazenda-centenaria-foi-pioneira-em-responsabilidade-social.html. Acesso em: 30 abr. 2023.

UNICA. **Histórico e missão**. s.d. Disponível em: https://unica.com.br/sobre-a-unica/historico-e-missao/. Acesso em: 06 out. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" – UNESP. **História da FCAV – Unesp**. s.d. Disponível em: https://www.fcav.unesp.br/#!/sobre-a-fcav/historia/. Acesso em: 20 mai. 2022.

UOL. **Uol Eleições 2002**. 2002. Disponível em: https://www.uol.com.br/eleicoes/2002/. Acesso em: 08 abr. 2024.

VALOR ECONÔMICO. **Ruralistas gaúchos também reprovam apoio de Maggi à reeleição**. 25 out. 2006. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/474491/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 jun. 2020.

WEDEKIN, Ivan. **Alysson Paolinelli – o visionário da agricultura tropical**. São Paulo: METALIVROS, 2021.

_____. **Ivan Wedekin (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2012.

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Depoimento Prof. Dr. Decio Zylbersztajn – 30 anos do PENSA**. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_T9UcXJVQUs. Acesso em: 5 set. 2023.

Entrevistas

COSTA, 2023. Entrevista com Antônio Carlos Costa, por vídeo conferência, em 18 de julho de 2023.

RODRIGUES, 2020. Entrevista com Roberto Rodrigues, por vídeo conferência, em 26 de maio de 2020.

RAMALHO, 2021. Entrevista com Cesário Ramalho, por vídeo conferência, em 23 de novembro de 2021.